

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

9

CONFLITO E
CONFLITUALIDADES

NÚMERO 9, 2023
3.ª SÉRIE

l|u

(Página deixada propositadamente em branco)

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

NÚMERO 9, 2023
3.ª SÉRIE



DIRETOR

Albano Figueiredo | diretor.fluc@fluc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

DIREÇÃO EXECUTIVA

COORDENADORA:

Marta Teixeira Anacleto | marta@fluc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

ADJUNTOS:

Joana Antunes | joana.antunes@uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Paulo Nossa | paulonossa@fluc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Carlos Camponez | carlos.camponez@fluc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

SECRETÁRIA:

Carla Rosa | gapci@fluc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CONSELHO CIENTÍFICO

Abel Barros Baptista | abelbb2@gmail.com
Universidade Nova de Lisboa
Agustín Serrano de Haro | agustin.serrano@cchs.csic.es
Universidade Complutense de Madrid
Ana Gabriela Macedo | gabrielam@ilch.uminho.pt
Universidade do Minho
António Manuel Martins | amm.fluc@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
António Martins da Silva | ams@ci.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
António Sousa Ribeiro | asr@ces.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Ataliba Teixeira de Castilho | ataliba@uol.com.br
Universidade de São Paulo
Carlos Reis | c.a.reis@mail.telepac.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Christian Möckel | MoeckelC@philosophie.hu-berlin.de
Universidade Humboldt de Berlim
Diederik Meijer | d.j.w.meijer@arch.leidenuniv.nl
Universidade de Leiden
Domingo González Lopo | domingoluis.gonzalez@usc.es
Universidade de Santiago de Compostela
Elias Sanz Casado | elias@bib.uc3m.es
Universidade Carlos III de Madrid
Étienne Nel | etienne.nel@otago.ac.nz
Universidade de Otago
Fátima Velez de Castro | velezcastro@fluc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Fernanda Delgado Cravidão | cravidao@fluc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Fernando José de Almeida Catroga | fcatroga@hotmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Francisco Javier Pizarro Gómez | jpizarro@unex.es
Universidade de Extremadura, Cáceres
Francisco Oliveira | foliveir@fluc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Gilles Gauthier | gilles.gauthier@com.ulaval.ca
Universidade do Québec, Montréal
Gustavo Cardoso | gustavo.leitao.cardoso@gmail.com
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa –
Instituto Universitário de Lisboa
Isabel Vargues | ivargues@fluc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
João Lima de Sant'Anna Neto | jlsn57@uol.com.br
Universidade Estadual Paulista
Jordi Tresseras | gestiocultural@ub.edu
Universidade de Barcelona
Jorge de Alarcão | jorge.alarcao@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
José Antonio Frías | frias@usal.es
Universidade de Salamanca
José Augusto Cardoso Bernardes | augusto@ci.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
José Augusto Guimarães | guima@marilia.unesp.br
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Lucinda Fonseca | fonseca-maria@campus.ul.pt
Universidade de Lisboa
Lúcio Sobral da Cunha | luciogeo@ci.uc.pt
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Luísa Trindade | trindade.luisa@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Marc Lits | marc.lits@uclouvain.be
Universidade Católica de Louvain
Márcio Moraes Valença | marciovalenca10@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Maria del Carmen Paredes | paredes@usal.es
Universidade de Salamanca
Maria Helena da Cruz Coelho | coelhohm@gmail.com
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Miguel Bandeira | bandeira@ics.uminho.pt
Universidade do Minho
Pavel Szobi | pavel.szobi@vse.cz
Universidade de Economia de Praga
Pedro Aullón de Haro | p.aullondeharo@gmail.com
Universidade de Alicante
Peter Andersen | peter.andersen@uib.no
Universidade de Bergen
Roberto Gigliucci | roberto.gigliucci@uniroma1.it
Universidade de Roma, La Sapienza
Rui Pedro Julião | rjp@fcsh.unl.pt
Universidade Nova de Lisboa
Soterraña Aguirre Rincón | sote.aguirre@gmail.com
Universidade de Valladolid
Teresa Seruya | t.seruya@letras.ulisboa.pt
Universidade de Lisboa
Thomas Earle | thomas.earle@mod-langs.ox.ac.uk
St. Peter's College, Oxford
Viriato Soromenho Marques | viriatosmarques@netcabo.pt
Universidade de Lisboa
Vitor Oliveira Jorge | vojorge@clix.pt
Universidade do Porto

REVISÃO DE INGLÊS

Samuel Alexandre

REVISÃO DE PROVAS

Carla Rosa

BIBLOS

Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

9

CONFLITO E CONFLITUALIDADES

NÚMERO 9, 2023
3.ª SÉRIE



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Rua da Ilha, 1 - 3000-214 Coimbra

Email: imprensa@uc.pt

URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

DESIGN

Carlos Costa

ISSN

0870-4112

ISSN Digital

2183-7139

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9

DEPÓSITO LEGAL

1401/82

PERIODICIDADE Anual • TIRAGEM 100 ex.

Biblos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* está indexada no European Reference Index for the Humanities (ERIH Plus), SCOPUS, WEB of SCIENCE, Directory of Open Access Journals (DOAJ), Dialnet e ANVUR

[HTTPS://IMPACTUM.UC.PT/EN/CONTENT/REVISTA?TID=28707&ID=28707](https://impactum.uc.pt/en/content/revista?TID=28707&ID=28707)

[HTTP://WWW.UC.PT/FLUC/INVESTIGACAO/BIBLOS](http://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos)

© DEZEMBRO, 202

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PROPRIEDADE • CONTACTOS • SEDE DE REDAÇÃO

Biblos. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*

Gabinete de Apoio a Projetos e Centros de Investigação. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Largo da Porta Férrea • 3004-530 Coimbra (Portugal)

Telef. 239 859984 • gapci@fl.uc.pt

SUMÁRIO

Apresentação	11
--------------------	----

Teorias e conceitos

A Guerra de Troia. Paradigma de todos os conflitos e conflitualidades	23
---	----

Maria de Fátima Silva

A memória nos *Commentarii Rerum Gestarum*.

<i>Bellum Gallicum</i> de Gaio Júlio César.	41
--	----

Paulo Sérgio Margarido Ferreira

Luta de classes e internacionalismo em António José Saraiva e João Martins Pereira . . .	67
--	----

João Carlos dos Santos Moreira

Utopia, Religion and Dissent in Robert Williams Buchanan's *The Rev. Annabel Lee:*

<i>A Tale of to-Morrow</i>	89
----------------------------------	----

Katarzyna Pisarska

Dos conflitos étnico-sociais ao extermínio.

Representações literárias do Holocausto no contexto da II Guerra Mundial.	111
--	-----

Rosário Neto Mariano

Assustadoramente normais. Sobre a banalidade do mal.	135
---	-----

João Emanuel Diogo

Maomé e os judeus da Arábia no século VII: a emergência do conflito.	163
---	-----

Sofia Cardetas Beato

Políticas encantadas e materialismos conspiratórios: pluralismo ontológico e ação política contra-colonial	179
<i>Lior Zisman Zalis</i>	

Linguagens, narrativas e conflito

Conflict as a narrative tool in postcolonial writing – the case of Margaret Mascarenhas’ novel <i>Skin</i>	203
<i>Jeanette Camilla Barbosa Noronha e Anthony Gomes</i>	

Topografias da sobrevivência em poemas de guerra	221
<i>Dulce Melão</i>	

Para além do vidro: diálogos com <i>Janela indiscreta</i> : <i>crónicas da emergência</i> , de Isabel Cristina Mateus	237
<i>Marta Marques</i>	

Prevenção e gestão de conflitos através de cortesia linguística. Desenvolvimento de recursos digitais para aprendentes do português como língua não materna	253
<i>Conceição Carapinha, Cristina Martins e Telma Duarte</i>	

Exploring divergent views on word structure: challenging the concept of the morpheme	277
<i>Ana R. Luís</i>	

A língua: assimilação e resistência. O caso da Lusitânia Romana	301
<i>José d’Encarnação</i>	

Figuras do conflito

Decifrar o caos nas narrativas de ordem. Tensões e negociações entre deuses e humanos	
---	--

no ‘Vaso de Uruk’ (c. 3000 a.C.)	327
--	-----

Isabel Gomes de Almeida e Maria de Fátima Rosa

A propósito de uma gravura de arma da Citânia de Briteiros (norte de Portugal). Iconografia guerreira no final da Idade do Ferro	351
---	-----

Gonçalo Cruz

Ataque corsário neerlandês a Buarcos em 1629 – novos contributos	385
--	-----

Inês Maria Jordão Pinto e Marco Penajoia

Fugir das Cadeias da PIDE. A fuga de Hermínio da Palma Inácio da prisão do Aljube.	415
---	-----

Luís Farinha

Conflitos, identidades e resistências

Racismo e xenofobia contra imigrantes japoneses – o Poder Legislativo Brasileiro como instrumento de exclusão	447
--	-----

Daniel Florence Giesbrecht

Migrantes e refugiados que dão à costa nas notícias. Um estudo a partir dos média ibero-americanos	469
---	-----

Susana Pimenta e Fábio Fonseca Ribeiro

Identidade(s) e conflito(s) em territórios da espera. Riscos sociais na dimensão migratória de <i>Samba</i> (2014)	501
---	-----

Fátima Velez de Castro

Inter-group conflict and disintegration: the portuguese migrant community in Macao after the COVID-19 pandemic.	521
--	-----

Inês Branco

As paisagens digitais da nova transformação social pós-COVID-19: crises e conflitos . . .	545
<i>Paulo Fernando Pereira Fabião Simões</i>	

Entrevista

Readings of Fascism – the role of violence.	
Entrevista com o historiador Roger Griffin	571
<i>Sérgio Neto</i>	

Recensões

Luís Cardoso	
O Plantador de Abóboras.	583
<i>Paulo Ferreira</i>	

Jorge de Alarcão	
Coimbra, o ressurgimento da cidade em 1537.. . . .	587
<i>José d'Encarnação</i>	

Nicolò Giuseppe Brancato	
Archeologia e Fotografia, Imago, Immaginazione: la conservazione della memoria culturale attraverso l'immagine, la descrizione, l'epigrafe.	593
<i>José d'Encarnação</i>	

Alwin Fill	
Linguistics for Peace	599
<i>Adelaide Chichorro Ferreira</i>	

9

CONFLITO E CONFLITUALIDADES

(Página deixada propositadamente em branco)

CONFLITO E CONFLITUALIDADES

O nº 9 da 3ª série da *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* é subordinado ao tema *Conflito e conflitualidades*, formulado pela atual equipa da direção executiva da Revista. A escolha do tema teve como motivação principal a consciência de que é absolutamente crucial, no panorama atual das revistas científicas, insistir na dimensão de cruzamento de saberes, de transversalidade epistemológica da *Biblos*, a que se associa o seu perfil modelar de revista das Humanidades, revista humanista e revista da FLUC. Uma outra motivação fundamentou o teor do texto de “chamada de artigos”, integrado no volume 8: a atualidade e a pluralidade das vias de questionamento e explanação de argumentos que o tema implica, expressas, desde logo, no jogo dialético (semântico e gramatical) subjacente ao enunciado do título – *Conflito e conflitualidades*.

De facto, como se lê no texto de apresentação do domínio temático pelo qual se optou,

existem (...) várias aceções conceptuais do *conflito* determinadas pelo modo como é postulado em diversas disciplinas como a Filosofia, a Literatura, a Cultura, a Linguística, as Ciências da Informação, as Artes, a História, a Geografia, a Psicologia, a Ciência Política, a Antropologia, a Sociologia, o Direito. O conflito é, para alguns pensadores, o motor da própria história e a sua centralidade faz com que, outros, o transformem no próprio objeto das suas teorizações, no passado e no presente.

A receção plural e substanciosa que o tema suscitou aos autores que nos enviaram as suas propostas de trabalho (mais de 40) indica, com justeza, a oportunidade da enunciação do tema, demonstrando, simultaneamente, a validade das premissas epistemológicas de que parte. Por isso mesmo, o

volume apresenta uma coerência interna que afasta qualquer registo dispersivo, visível na estrutura dividida em quatro tópicos – *Teorias e conceitos; Linguagens, narrativas e conflito; Figuras do conflito; Conflitos, identidades e resistências* – que dialogam entre si e acentuam o cruzamento coerente das reflexões. A definição desses tópicos, ancorada na natureza dos problemas/temas desenvolvidos nos artigos selecionados, valida a perspetiva a partir da qual a equipa da direção executiva da *Biblos* entendeu definir a questão e ilustra o âmbito pluridimensional através do qual a Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra concebe as Humanidades. Assim, os artigos respondem, sob diversas modalidades de pensamento crítico, à argumentação construída para o lançamento da “chamada de artigos”:

Conflito e conflitualidades afiguram-se formas naturais de relações entre os seres, representam conceitos transversais a tudo ao que é humano, abrangendo, ora a dimensão de sujeito, ora a da vivência em sociedade, das mais restritas às mais complexas formas de organização.

O primeiro tópico – *Teorias e conceitos* – acolhe artigos que, de forma mais ou menos evidente, conceptualizam os termos “conflito” e “conflitualidade”, não deixando de os encarar como problematizações consequentes das diferentes matérias abordadas. Numa perspetiva mais ampla e partindo do *corpus* antigo, os dois primeiros artigos exibem a dimensão universal e iterativa da guerra como conflito e conflitualidade. De facto, se em *A Guerra de Troia. Paradigma de todos os conflitos e conflitualidades*, Maria de Fátima Silva avalia, a partir dessa narrativa central da *Iliada*, o paradigma da “guerra”, no contexto das suas causas, confrontos culturais, interesses pessoais e coletivos, em *A memória nos Commentarii Rerum Gestarum. Bellum Gallicum de Gaio Júlio César*, Paulo Sérgio Margarido Ferreira pretende definir o que entende César, no *Bellum Gallicum*, por *hominum memoria, patrum nostrorum memoria* e *nostra etiam memoria*, com base na moderna teoria sobre “memória cultural”, “memória coletiva” e “memória comunicativa”. Os artigos seguintes problematizam os mesmos conceitos, centralizando-os, agora, em realidades literárias, históricas, políticas diversas: João Carlos dos Santos Moreira analisa a progressiva diver-

gência dialógica e ideológica entre António José Saraiva e João Martins Pereira, concretizada na tensão latente entre uma intelectualidade “convertida” e outra “resistente”, nos termos de Razmig Keucheyan (*Luta de classes e internacionalismo em António José Saraiva e João Martins Pereira*); Katarzyna Pisarska reflete sobre a tensão entre duas epistemes ou visões do mundo de conteúdo utópico divergentes no romance *The Rev. Annabel Lee: a Tale of to-Morrow* (1898) de Robert Williams Buchanan, concentrando-se no conflito entre uma sociedade utópica secular futura, baseada nos princípios do positivismo comteano, do socialismo owenita e do darwinismo social, e um movimento revivalista cristão liderado por uma pregadora (*Utopia, Religion and Dissent in Robert Williams Buchanan's The Rev. Annabel Lee: A Tale of to-Morrow*); Rosário Neto Mariano fixa-se na escrita testemunhal de Primo Levi e Charlotte Delbo para perceber o impacto do Holocausto, do nacional-socialismo, do nazismo, do racismo, no modo como a narrativa se constrói entre ficção e História (*Dos conflitos étnico-sociais ao extermínio. Representações literárias do Holocausto no contexto da II Guerra Mundial*); João Emanuel Diogo parte do tema filosófico da “banalidade do mal” de Hannah Arendt, associado ao conflito da II Guerra Mundial, para demonstrar que, apesar de se tratar de um dos temas arendtianos que mais polémica gerou no tempo em que a filósofa viveu, mantém uma atualidade trágica na história humana e, em particular, na História contemporânea (*Assustadoramente normais. Sobre a banalidade do mal*); Sofia Cardetas Beato formula, por seu turno, a caracterização de uma convivência de longa data entre árabes e judeus na Arábia pré-islâmica, procurando identificar e compreender as primeiras expressões de tensão e conflito entre os dois grupos sociais e religiosos, fundamentalmente ancoradas na reação judaica ao profetismo que acompanhou a ascensão de Maomé a líder da “Umma” (*Maomé e os judeus da Arábia no século VII: a emergência do conflito*); Lior Zisman Zalis propõe-se, finalmente, compreender as intersecções entre religião e política nas rebeliões, revoltas e insurgências dos escravizados no Atlântico Negro do século XIX, ao mesmo tempo em que evidencia a relevância das cosmologias na mobilização e na transformação das diferentes formas de luta e resistência no denominado Sul Global (*Políticas encantadas e materialismos conspiratórios: pluralismo ontológico e ação política contra-colonial*).

O facto de a conceptualização diferentemente abordada no primeiro conjunto de artigos, integrar, no âmago das reflexões apresentadas, o pressuposto de que o paradigma teórico e filosófico subjacente ao conflito, equacionado nas diferentes argumentações, se pode refletir em linguagens (ou no domínio da linguagem) e em narrativas (ou na construção de narrativas), legitima a passagem do primeiro tópico – *Teorias e conceitos* – para o segundo – *Linguagens, narrativas e conflito*. Os textos que integram este núcleo de reflexão declinam-se em diferentes formas de escrita (romance, poesia, crónica literária) e em modelos teóricos e pragmáticos de linguagem, alargando-se expressivamente à Epigrafia. O objetivo central do artigo que abre o segundo momento deste volume da *Biblos* – *Conflict as a narrative tool in postcolonial writing – the case of Margaret Mascarenhas’ novel Skin* – é, assim, o de perspetivar o modo como o conflito faz progredir a narrativa e cria um discurso temático no romance *Skin* de Margaret Mascarenhas, não deixando os autores (Jeanette Camilla Barbosa Noronha e Anthony Gomes) de sublinhar a complexidade da literatura goesa na constituição de uma identidade sob a interação entre as forças coloniais e pós-coloniais. *Topografias da sobrevivência em poemas de guerra* (Dulce Melão) apresenta uma proposta de mapeamentos (ou topografias da sobrevivência) do espaço em poemas de guerra – poemas ucranianos traduzidos por poetas portugueses, nos primeiros meses do conflito da Ucrânia/Rússia –, articulando uma perspetiva experiencial do espaço e do lugar com a geocrítica. Já a escrita subjacente à crónica literária permite à autora de *Para além do vidro: diálogos com Janela indiscreta: crónicas da emergência*, de Isabel Cristina Mateus (Marta Marques) propor uma reflexão sobre o modo como esse género e, em particular, a antologia de Isabel Cristina Mateus veio documentar um tempo recente de conflito – o da pandemia –, marcado, tanto pelo medo, como pelas possibilidades de descoberta do interior/exterior. O diálogo com os artigos seguintes, associados às Ciências da Linguagem e à Epigrafia, não parece aleatório, na lógica semântica que enforma este segundo tópico. De facto, enquanto as autoras de *Prevenção e gestão de conflitos através de cortesia linguística. Desenvolvimento de recursos digitais para aprendentes do português como língua não materna* (Conceição Carapinha, Cristina Martins e Telma Duarte), discorrem sobre a forma como determinados atos expressivos, inerentemente

articulados com rituais sociais específicos de cada comunidade, são instrumentos ao serviço da cortesia linguística, desempenhando um papel crucial na regulação das relações interpessoais e, portanto, na prevenção de conflitos, Ana R. Luís avalia, em *Exploring divergent views on word structure: challenging the concept of the morpheme*, e no contexto da Gramática Gerativa, os conflitos teóricos que têm condicionado o debate sobre a estrutura da palavra, discutindo dois modelos teóricos distintos, um baseado no morfema (*morpheme-based*), outro baseado na palavra (*word-based*). Para encerrar o segundo tópico – *Linguagens, narrativas e conflito* –, José d’Encarnação parte da dimensão contemporânea da língua, enquanto elemento de tensão e de consenso, para a projetar, retrospectivamente, no espaço cronológico e geográfico da Lusitânia romana, cujos vestígios epigráficos parecem apontar substantivamente no sentido de uma latinização ativa e eminentemente pragmática dos povos nativos e das suas instituições (*A língua: assimilação e resistência. O caso da Lusitânia Romana*).

O dialogismo eclético que resulta da aproximação estrutural das linguagens da literatura, da linguística e da epigrafia, anuncia, de alguma forma, a possibilidade de, no terceiro tópico da edição, se considerar pertinente dar relevo à materialidade de certas Figuras do conflito, refletida em objetos e factos históricos. Nesta medida, Isabel Gomes de Almeida e Maria de Fátima Rosa procuram, em *Decifrar o caos nas narrativas de ordem. Tensões e negociações entre deuses e humanos no ‘Vaso de Uruk’ (c. 3000 a.C.)*, analisar as tensões e as negociações entre deuses e humanos no ‘Vaso de Uruk’ (c. 3000 a.C.), para, a partir de um objeto que se assume como uma narrativa de ordem, perscrutar signos do caos e do conflito. Numa lógica aproximada, Gonçalo Cruz, no artigo *A propósito de uma gravura de arma da Citânia de Briteiros (norte de Portugal). Iconografia guerreira no final da Idade do Ferro*, explora o potencial interpretativo de uma gravura de temática bélica recentemente identificada na chamada “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros, para, na sequência da sua contextualização espacial e iconográfica, adensar a problematização de um “ethos guerreiro”, no contexto social, cultural e ideológico de uma Idade do Ferro prestes a encontrar-se com o Império Romano. Uma outra figuração do conflito encontra-se explanada em *Ataque corsário neerlandês a Buarcos em 1629 – novos contributos*, na exata medida em que Inês Maria

Jordão Pinto e Marco Penajoia, ao investigarem uma fonte neerlandesa que dá conta de um episódio mal conhecido – o saque de Buarcos (Figueira da Foz) de 1629 – colocam a tónica, sob a perspetiva da história local, nas consequências, para o império português do período da Monarquia Dual, dos conflitos registados entre Espanha e a Holanda. O texto de Luís Farinha, *Fugir das Cadeias da PIDE. A fuga de Hermínio da Palma Inácio da prisão do Aljube*, encerra, pela evocação de uma figuração histórica, o terceiro tópico que estrutura o volume, evidenciando a pertinência da individualidade nos conflitos, pela evocação da luta que Hermínio da Palma Inácio levou a cabo contra a ditadura de Salazar, ao evadir-se, por duas vezes, das prisões da PIDE, e ao ser libertado de Caxias, quando se preparava para uma terceira fuga, aquando da Revolução de 25 de Abril de 1974.

As diferentes propostas de abordagem da ontologia do conflito e das conflitualidades evocadas até agora encontram, por conseguinte, o seu corolário lógico no último tópico delineado – *Conflito, identidades e resistências* –, na medida em que a expressão identitária autentifica a dimensão histórica, filosófica, social dos conceitos e os atualiza na sua radical contemporaneidade – guerras, pandemias, crises económicas, movimento dos migrantes. Os artigos que compõem este último momento analítico dão conta disso mesmo. Assim, em *Racismo e xenofobia contra imigrantes japoneses – o Poder Legislativo Brasileiro como instrumento de exclusão*, Daniel Florence Giesbrecht explana as perspetivas da classe política brasileira em relação à imigração japonesa nos primeiros anos da década de 1930, fornecendo exemplos específicos de como determinados membros do Poder Legislativo, influenciados por teorias de natureza racial e eugénica, desempenharam um papel na estigmatização de grupos específicos de indivíduos, qualificando-os de maneira negativa e, nessa medida, fomentando o racismo e a xenofobia. Por seu turno, Susana Pimenta e Fábio Fonseca Ribeiro revelam, sob o título *Migrantes e refugiados que dão à costa nas notícias. Um estudo a partir dos média ibero-americanos*, uma investigação centrada no tratamento noticioso que os principais jornais *online* de Portugal, Espanha, Brasil e Argentina, desenvolveram, em 2022, relativamente a migrantes e refugiados, refletindo sobre escrita jornalística, pontos de vista e argumentação, no contexto de um tema de/sobre conflito

e conflitualidades. O artigo seguinte, da autoria de Fátima Velez de Castro, prolonga, como se deduz do enunciado do título – *Identidade(s) e conflito(s) em territórios da espera. Riscos sociais na dimensão migratória de Samba (2014)* – a reflexão, sobre a atualidade migratória, agora inscrita na linguagem cinematográfica de *Samba*, filme de Eric Toledano e Olivier Nakache, obra que retrata plasticamente a dimensão da reterritorialização e da identidade, numa lógica de conflito omnipresente no(s) quotidiano(s) do protagonista, um jovem imigrante senegalês. Dando sequência a estas reflexões e integrando, agora, a problematização do tema do volume 9 da *Biblos* no registo da atualidade dos conflitos territoriais e catástrofes humanas, os dois últimos artigos da secção temática que encerram o quarto e último tópico concentram-se nos efeitos da recente pandemia COVID-19: Inês Branco avalia, em *Inter-group conflict and disintegration: the portuguese migrant community in Macao after the COVID-19 pandemic*, a operacionalidade dos conceitos de conflito intergrupar, integração e desintegração de comunidades (nomeadamente a portuguesa) em Macau, no contexto de controlo da pandemia COVID-19 e do objetivo polémico de zero casos; Paulo Fernando Pereira Fabião Simões aborda, no âmbito do mesmo motivo de conflito (a pandemia por Covid-19), a emergência de novos paradigmas sociais e consequente (re)criação de novos equilíbrios – o equilíbrio entre o lazer, o trabalho – e a afirmação de novos ambientes digitais, exprimindo-se esse desiderato no título que o autor formula, *As paisagens digitais da nova transformação social pós-COVID-19: crises e conflitos*.

Conclui-se, então, que, tendo em linha de conta os conteúdos brevemente descritos/apresentados e o modo como deles se inferem quatro tópicos fundamentalmente estruturantes do pensamento subjacente ao tema escolhido, a unidade deste volume reside na oportunidade, gerada pela própria ontologia dos conceitos de *conflito* e *conflitualidades*, de associar o carácter matricial da Guerra de Troia e das tensões anímicas que desencadeia entre os seus heróis, às narrativas do Holocausto, da crise migratória, da pandemia de 2019, estilhaços contemporâneos e irreversíveis dos fatores de humanidade da *Ilíada*.

Nessa medida, e na medida em que a estruturação das reflexões aponta para o carácter cíclico, mas não fixo, porque frequentemente dialético, do tema deste volume, a entrevista que o integra – *Readings of Fascism – the role*

of violence. Entrevista com o historiador Roger Griffin –, conduzida por Sérgio Neto, representa, sob a ótica de um historiador, o espaço de abertura do *problema*, sintoma explícito da sua transversalidade humanista. O conteúdo da entrevista a Roger Griffin, considerado um dos maiores especialistas mundiais sobre os fascismos, tem como pilar argumentativo a teoria do autor, de grande impacto nos estudos comparativos, desde meados da década de 1990, sobre o fascismo como forma revolucionária de ultranacionalismo, impulsionado por um mito “palingenético”. Na entrevista, Griffin considera, contudo, que o conceito de palingenesis, enquanto definidor do fascismo como um híbrido de ultranacionalismo e racismo orgânico associado à ideia de renascimento, só continuará a ser útil se for usada de forma crítica, para que a teoria possa ser testada, refinada e aplicada a “supostas” espécies de fascismo, cada vez mais evidentes. De resto, o modo como o historiador perspectiva a violência presente nos movimentos de extrema-direita parece constituir uma síntese expressiva dos conteúdos inerentes aos quatro tópicos delineados para este volume 9 da *Biblos* e um argumento convincente para a legitimação do jogo semântico e plural formalizado no enunciado do título *Conflito e conflitualidades*:

O que há de especial na violência, [...] da extrema-direita, tanto secular (por exemplo, o neonazismo) como religiosa (por exemplo, islâmica), é o culto da violência: o pacifismo é geralmente visto pelos extremistas como uma atitude branda, decadente, enquanto a guerra e a produção de mártires que se sacrificam pela “causa” são normalizadas e o conflito é visto como inevitável e como uma forma de progresso da civilização. A celebração fascista da guerra, da revolução e – no caso de alguns fascismos (romeno, croata e alemão) – da eliminação física de seres humanos decadentes e disgénicos é consistente com o elemento patriarcal e psicótico de todas as ideologias e movimentos extremistas, que se convencem a si próprios de que a violência e o assassinio podem ser “purgantes”, “catárticos”, o prelúdio do renascimento de uma nova era¹.

¹ Tradução nossa.

Após a síntese, e mantendo a estrutura habitual da *Biblos*, o volume apresenta, ainda, quatro *Recensões* que contemplam publicações das áreas da Literatura, Linguística e da História.

Por fim, esta edição encerra com o “convite à apresentação de artigos” para o nº 10, 3ª série, da *Biblos*, a ser publicado em 2024. Decidiu a direção executiva atual prolongar a transversalidade epistémica da Revista e a sua abertura a um confronto dialético entre o passado e o presente das Humanidades e do Humano, propondo, para o próximo volume, o tema *Mediações*. Sendo o processo das *Mediações* profundamente humano, marcando as sociedades atuais (como marcou, sob outros formatos, as sociedades do passado), o tema abre-se, pela sua complexidade e campos de reflexão teórica e crítica que movimenta, aos domínios do político, do social, do económico, do cultural, do religioso, do artístico, do técnico e tecnológico. Nessa medida, e tal como se torna evidente no presente número, o tema da próxima edição da *Biblos* pretende dar continuidade ao compromisso científico da atual direção executiva com a singularidade essencial da Revista de uma Escola de Letras e Humanidades, nos anos 20 do século XXI.

Marta Teixeira Anacleto
Coordenadora da Direção Executiva

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_0

(Página deixada propositadamente em branco)

Teorias e conceitos

(Página deixada propositadamente em branco)

A GUERRA DE TROIA.
PARADIGMA DE TODOS
OS CONFLITOS E
CONFLITUALIDADES

*The Trojan War.
Paradigm of all conflicts and
conflictualities*

MARIA DE FÁTIMA SILVA
fanp13@gmail.com
Universidade de Coimbra, CECH

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8107-9165>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_1

Texto recebido em / Text submitted on: 17/01/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 28/09/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série
pp. 23-40

RESUMO

Considerar a Guerra de Troia no âmbito de uma reflexão sobre ‘conflitos e conflitualidades’ corresponde a avaliar um paradigma do fenómeno que globalmente designamos por “guerra”. Mesmo se envolta em fantasia, a campanha travada junto a Troia como o poeta da *Iliada* a descreve contém todos os traços que a convenção e a realidade de um conflito vão repetindo. Dimensão, causas, confrontos culturais, interesses pessoais e coletivos serão sempre os pressupostos do fenómeno. A que se juntam, num plano mais específico, questões suscitadas pela hierarquia do comando, pela relação entre chefias e subordinados e, num fenómeno tão humano com a guerra, por sensibilidades e emoções.

Palavras-chave: dimensão cósmica; intervenção humana; terreno; interculturalidade; alianças.

ABSTRACT

To consider the Trojan War in the context of a reflection on ‘conflicts and conflictualities’ corresponds to assessing a paradigm of the phenomenon that we globally call ‘war’. Even if shrouded in fantasy, the campaign waged near Troy, as described by the poet of the *Iliad*, contains all the features that convention and the reality of a conflict keep repeating. Dimension, causes, cultural confrontations, personal and collective interests will always be the presuppositions of the phenomenon. To which it must be added, on a more specific level, issues raised by the hierarchy of command, the relationship between leaders and subordinates and, in such a human phenomenon as war, by sensitivities and emotions.

Keywords: cosmic dimension; human intervention; terrain; interculturality; alliances.

INTRODUÇÃO

Talvez porque mergulhada em dúvidas – sobre a sua historicidade e contornos efetivos (data, origem, extensão, consequências) – e carregada de inegável fantasia, a Guerra de Troia se tenha tornado no paradigma incontornável de todos os conflitos ou, para o dizer em poucas palavras, simplesmente em modelo do que chamamos ‘guerra’. Mas apesar de fechado o nosso foco sobre este ponto que se deseja globalizante, nem por isso lhe reduzimos o espectro de sentido. Bem pelo contrário, ‘guerra’ é um complexo de conflitualidades, envolvendo antes de mais forças superiores, que os Antigos liam como deuses ou destino, articuladas com decisões e interesses humanos; uma verdadeira guerra “de sentido cósmico”, no dizer oportuno de Allan (2008: 12). Se nenhum ser humano escapa à sua ‘sorte’, é também seguro que a Humanidade nunca foi apenas uma marionete manipulada, de forma inerte e passiva, por determinações maiores que a condicionam. Ao Homem assiste o poder de decidir, de tomar parte no seu destino, de determinar, em certa medida, o curso da sua existência, seja ela individual ou coletiva.

Nos grandes conflitos, a Guerra de Troia ensinou-nos que estão em causa, como principais motivações, confrontos de culturas. É entre os grandes blocos civilizacionais, no caso Ocidente / Oriente, que os contenciosos decisivos na existência coletiva da Humanidade se travaram e se travam¹. Das suas diferenças resultam causas, mais ou menos sólidas, a justificarem a arremetida. Em cada uma delas haverá duas partes, impulsionadas por motivações opostas: a uma cabe a agressão, à outra a defesa. Desse princípio elementar advêm pressupostos inversos, que de certo modo reequilibram a capacidade bélica de cada bloco; admitindo como inevitável que a potência agressora disponha de mais meios e efetivos, o que lhe dá (apenas) uma primeira vantagem, ao lado agredido corresponde a necessidade de proteger tudo o que são os seus valores maiores, pátria, família, liberdade, futuro. Será

¹ Apesar de o conflito troiano colocar em confronto Oriente e Ocidente, é mesmo assim verdade que o poeta da *Iliada* não acentua, do modo mais tarde adotado por relatores de conflitos com os mesmos protagonistas – como Heródoto, por exemplo –, a divergência cultural. Os valores que orientam atacantes gregos e atacados troianos são, em boa parte, comuns.

esta certamente uma exigência determinante de um certo estado de espírito, que numa guerra não é condição de menor peso.

Além de um conflito alargado, a guerra implica conflitualidades mais específicas, de valores masculinos e femininos, o mesmo é dizer militares e civis, de estratégia, de hierarquia de comando, de sensibilidade geracional, que vêm adensar-lhe a complexidade. Porque a guerra, mais do que o fruto de grandes focos de pressão, abstratos e concretos, tem os seus protagonistas, encarnados em figuras com propósitos, emoções e interesses próprios e nem sempre consentâneos com um objetivo comum. E mais uma vez a Guerra de Troia demonstrou, através dos ‘heróis’ nela envolvidos, como um conflito se esgrime entre distintos carateres e como a importância de cada um desses indivíduos se repercute no destino coletivo.

Homero é, na transmissão do mito da Guerra de Troia, um testemunho essencial e a *Iliada* uma espécie de catálogo referencial para todas as condicionantes envolvidas num conflito coletivo. Ao longo dos séculos, a começar naquele a que se atribui, apesar de todas as polémicas, a fixação escrita dos seus versos – o século VIII a.C. –, o poeta da *Iliada* serviu de matriz obrigatória para pensar e escrever sobre ‘guerra’. Mas como um paradigma de valor que se verificou ser eterno, o poema não se mostrou estático e passivo nas referências que proporciona. Sobre ele moldaram-se muitas leituras, mais próximas umas, mais divergentes outras, garantindo a plasticidade do fenómeno bem como da sua expressão literária.

1. A TRADIÇÃO MÍTICA DA GUERRA DE TROIA: DESTINO E LIVRE ARBÍTRIO

Muitas foram as lendas que tentaram identificar as causas de um conflito tão emblemático. Embora ditadas pela imaginação, todas elas são, mesmo assim, um meio simbólico para avaliar a fragilidade dos motivos que levam, em última análise, à chacina de comunidades humanas e mesmo ao aniquilamento total de um povo antes poderoso e próspero. O nascimento vulgar de uma criança, se portadora de um destino que vem a revelar-se decisivo para a história da família e da sociedade a que pertence, transforma

uma simples ocorrência do quotidiano, a vinda ao mundo de mais um ser humano, em acontecimento de alto risco. Porque uma guerra surge, antes de mais, de atos, emoções, atitudes dos que são os seus agentes; precisa da intervenção de homens para se consomar. Páris é o símbolo primeiro daqueles que os deuses destinaram a cavar a ruína própria e a de todos os que os cercam. Aos pais, os monarcas de uma poderosa Troia, chegou a profecia de que no ventre da rainha se produzia não apenas mais um herdeiro, mas um germe de destruição. Era perentório o anúncio do destino; e, mesmo assim, foi-lhes dada a possibilidade responsável de uma escolha: tolerar-lhe a vida ou aniquilá-lo. Tomados da natural aflição que tal opção implicava, os progenitores delegaram na natureza cumprir a tarefa que lhes repugnava assumir, que fosse ela a aniquilar um rebento indesejável que surgia. Mas Páris, por bambúrrio da sorte – ou em obediência a uma força maior que tudo condiciona? –, sobreviveu para cumprir o seu destino².

Aberto o caminho a uma maldição anunciada e encontrado um protagonista, foi só observar-lhe o cumprimento. Mas não se pense que Páris foi apenas a vítima indefesa e o carrasco passivo de dois povos confrontados em conflito atroz. Porque uma vez mais o mito introduziu na sua vida um episódio emblemático que o colocou no papel de juiz, o mesmo é dizer, de responsável por uma decisão determinante. A fantasia chamou-lhe ‘julgamento das deusas’³, um episódio em que estava em causa o arbítrio num certame de beleza. Era abstrato o troféu em litígio, mas simbólico no seu supremo valor e atrativo. E Páris decidiu, não com a objetividade impossível no contexto – como decidir

² Este não é um tema que tenha na *Iliada* um tratamento exposto, mas algumas vagas alusões são suficientes para provar o conhecimento que o poeta tinha dele; cf. 7.390, 24.764. No entanto, o conflito latente entre Heitor e Páris (Cantos III e VI), o irmão prudente e salvador da cidade e o fadado para lhe trazer desgraça, sugerem indiretamente esse pressuposto. Este episódio veio a ter, mais tarde, um outro impacto literário, de que a tragédia perdida de Eurípides, *Alexandre*, é o nosso melhor testemunho.

³ Há, na *Iliada*, uma referência discreta ao julgamento das deusas por Páris (24.26-30), que se veio a tornar famoso na literatura grega. Vide Walcot, 1977: 31-9. Por outro lado, as sequelas desse julgamento espelham-se na proteção dispensada por Afrodite aos interesses de Troia durante a guerra, em contraste com a animosidade, de outro modo injustificada, de Hera e de Atena.

entre belezas que três deusas, Hera, Atena e Afrodite, encarnavam? –, mas suscetível ao suborno com que uma delas soube influenciar-lhe a decisão. Beleza significou, na promessa de Afrodite, a posse do amor supremo, a vivência de uma paixão plena, a satisfação de um desejo muito humano: o de se realizar física e emocionalmente.

O que era abstrato ganhou então forma e nome de mulher. Chamou-se Helena, para sempre símbolo de formosura inigualável, mas também de uma destruição que o próprio nome escondia⁴. Páris sentiu-se no direito de reclamar o seu prémio, de raptar o troféu que uma decisão lhe garantira⁵. E foi assim que uma (simples) mulher, a rainha de Esparta, se tornou motivo da ambição humana, da imponderação que leva à violência, da virtude que convive de perto com a insensatez, da fortuna que faz fronteira com a desgraça⁶. Com o evoluir da guerra, no entanto, a figura de Helena foi sendo modulada; já a *Iliada* soube como apeá-la do pedestal de paradigma de um simulacro de beleza⁷ a esconder ameaças de morte para lhe dar laivos de mulher, tomada de remorso pelo desastre por que se sentia responsável (3.172-6, 3.242, 3.410-2, 6.344-8, 24.764). Helena converte-se então numa criatura (quase) comum, personificação do universo feminino e dos seus valores, porta-voz dos sofrimentos e frustrações que a guerra imprimiu sobre a tranquilidade das famílias.

Faz parte da leviandade de Páris dar satisfação a paixões inconsequentes como a que justificou o adultério de Helena. Torna-se, assim, em “grande flagelo” para a cidade e para todo o povo (3.48-51). Embora, na sua inconsequência, Páris atue em função de impulsos pessoais, a verdade é que não se apercebe

⁴ Cf. Ésquilo, *Agamémnon* 689, que se esforça, com recurso a uma etimologia, por acentuar a relação entre o nome de Helena e a ideia de ‘destruição’.

⁵ Este é um episódio recordado na *Iliada* por Heitor, numa reprovação a Páris, merecida pelo próprio raptor (3.46-51, 3.443-5) e por Helena (24.765-7).

⁶ A responsabilização de Helena pelo desencadear da guerra é insistente na *Iliada*: e.g., 2.160-2, 2.354-6, 3.441-6, 9.337-9, 19.324-5. Sobre a utilização literária do mito de Helena nos diversos géneros da Literatura Grega e a sua vitalidade ao longo dos séculos, *vide*, e.g., Bañuls et al., 2007; Allan, 2008: 10-3, 16-8.

⁷ Curiosamente Homero nunca refere a beleza de Helena.

das consequências coletivas e políticas de que o seu estatuto de membro da corte não isenta os seus atos. A insensatez de Páris não foi apenas funesta para o seu povo; exigindo, da parte lesada, retaliação, justificou, também para ela, uma campanha de custo elevado e de sofrimento extremo. Ficava patente o efeito multiplicativo da insensatez de um só homem, que colocava Troia na posição de responsável primeira pela agressão de que se tornou vítima.

2. CONFRONTO DE CULTURAS

Como narrativa do conflito que confrontou Aqueus e Troianos – Europeus e Asiáticos –, às portas de Troia, a *Iliada* é também um primeiro texto em que a questão das diferenças culturais tende a ser colocada⁸. E mesmo se não existe ainda, na épica arcaica, aquela contraposição clara entre Gregos e Bárbaros que o tempo veio a aprofundar, a individualidade que separa os dois campos é reconhecida e expressa de acordo com critérios que perduraram entre os antigos relatores de conflitos com esta dimensão intercultural – Ésquilo, *Persas*, e Heródoto, *Histórias* a propósito das chamadas Guerras Pérsicas.

A palavra *bárbaros*, que veio a consagrar o conflito cultural existente entre Gregos e as outras comunidades fora das suas fronteiras, tem em Homero um uso restrito (*Iliada* 2.867) (Hall, 1989: 9-11). E, quando usada, não implica ainda a conceção de uma cultura diversa / adversa, ou a conotação de um comportamento selvagem. A língua específica de um povo é mencionada num contexto onde domina o pormenor geográfico (2.868-9), como se fizesse parte da relação com um ecossistema determinado. A ilustrá-lo, a mole numerosa da liga asiática, que se faz ouvir em volta de Troia, inspira um símile com a multiplicidade de um rebanho “balindo sem cessar”; “é

⁸ A nossa análise é, em uniformidade com a observação de Sale, 1994: 13-21, baseada em dados literários, sem apoio, de resto frágil e polémico, de testemunhos históricos propriamente ditos. Como diz West, 2011: 39, trata-se de uma guerra mítica, algo que conhecemos através da saga grega e não de fonte documental. As informações de que dispomos não são, portanto, nem confirmadas nem confirmáveis, mas mesmo assim têm alguma relação com uma realidade histórica.

que nem todos tinham a mesma fala e a mesma linguagem, mas as línguas estavam misturadas porque eram povos de muitas terras” (4.437-8)⁹. Em função da tonalidade indistinta, desarticulada, neutra, que resultava do ruído coletivo de um exército mesclado, o registo que dela é dado evita o uso da palavra *glossa*; essa afeta-se a um código linguístico específico, que cria dissemelhanças em consequência da multiplicidade de mentalidades e culturas. Logo a diferença linguística, ou mesmo um mero rumor inarticulado, serve ora para estabelecer barreiras ‘políticas’, demarcando comunidades distintas, ora como elemento de coesão e aliança, de um exército imenso cujo rumor resultava da mescla de vários tons fonéticos.

Séculos mais tarde, Heródoto, o narrador de um novo conflito entre Asiáticos e Gregos, veio a usar a palavra com maior visibilidade (8.20.2, 9.43.2) para “a gente que fala bárbaro”, uma língua diferente e ininteligível para um grego. E perante a violência de uma invasão oriental que pôs em risco a liberdade da Hélade e a própria identidade europeia, o sentido de que a língua era um primeiro sintoma de um conflito civilizacional – de que a expressão oral era apenas a manifestação exterior –, reforçou a distância entre comunidades e culturas. Mas a perspicácia grega foi mais longe e evoluiu – corria ainda o séc. V a.C., em que brilharam espíritos tão lúcidos como Eurípides – para a noção de que não são afinal as diferenças culturais o que distingue as sociedades, mas as circunstâncias a que cada uma se encontra, num determinado momento, sujeita. A Humanidade é então entendida como um conjunto de criaturas semelhantes, se tida em conta a sua natureza única. A verdadeira diferença instala-se quando a ‘normalidade’ do quotidiano é ferida pela perturbação de um conflito. Aí sim, é a condição de agressor e agredido, de carrasco e vítima, que dita os contrastes¹⁰.

Os Gregos partiram para a guerra na convicção de reivindicarem a justa vingança face a um agravo que consideraram pesado, não sem que a famosa

⁹ As traduções da *Iliada* são as de Lourenço, 2005.

¹⁰ Hécuba, na tragédia de Eurípides a que dá título, é o melhor exemplo de como a pressão das circunstâncias converte em bestialidade o que era humano.

riqueza de Troia deixasse de influenciar a sua decisão de agredir uma das maiores cidades do Oriente. Mobilizaram-se no seu conjunto, constituindo uma espécie de onda europeia que, pela primeira vez no mito, arremetia contra os povos do outro lado do mar. Pensaram que os deuses patrocinavam a sua causa e dispuseram-se a todos os sacrifícios – será que os mediram corretamente? – para atingirem o sucesso. Confiaram na superioridade dos seus chefes, no vigor de Ájax ou Diomedes, na inteligência de Ulisses, na prudência de Nestor e, sobretudo, na suprema agilidade de Aquiles. Não duvidaram que, em número e capacidade militar, a vantagem lhes assistia.

Por seu lado os Troianos, como povo de uma grande cidade, reagiram com o orgulho ou até arrogância de quem é senhor de um vasto poder e se dispõe a defendê-lo. Chegaram a mostrar-se “altaneiros” (3.36, 5.623, 21.584), “arrogantes” (4.176), “orgulhosos” (10.299, 9.233, 11.564, 14.15, 15.135), “presunçosos” (13.621, 21.224, 21.414, 21.459), “autoconfiantes” (8.523, 21.55)¹¹ e “de espírito elevado”, epíteto que partilham com Heitor, o seu comandante, o que portanto os iguala aos melhores dos Aqueus. À resistência anímica, associam o empenho e a agilidade no combate; são “amigos de combater” (16.835, 17.194), sob o comando de um chefe, Heitor, a quem são devidos os títulos que distinguem os melhores: “glorioso” (e.g., 6.472, 6.494, 7.1, 7.90, 8.489), “divino” (e.g., 6.515, 7.42, 7.169, 7.192, 9.356), “vigoroso” (10.200, 11.820), “audaz” (12.60, 12.210, 22.455, 24.72) e, por todas as suas qualidades, “famoso” (24.789). Era este, à partida, o quadro humano de um conflito que mal começava os seus dez anos de duração.

À imagem dos guerreiros, o terreno veio servir de moldura e mesmo de condição imposta ao conflito. Ao acampamento aqueu correspondeu a zona costeira, a franja de território que se tornou defensiva da armada que transportara o invasor. Uma paliçada entretanto construída pretendeu ser

¹¹ Sale, 1994: 6 sublinha que “vários epítetos (dos Troianos) tendem a exprimir características negativas: arrogância, insolência, desdém para com valores civilizacionais”, embora reconheça que o seu retrato em Homero parece não dar força a estas credenciais. Por sua vez Hall, 1989: 24-5, considera estes epítetos apenas significativos de um “sentido heroico”, que tanto afeta Troianos como Gregos.

uma proteção improvisada contra um adversário que se ia revelando mais agressivo. As debilidades do poderoso invasor, sujeito às condições precárias da presença em terreno estranho, tornavam-se patentes. A geografia de Ílion, por sua vez, impôs aos que a ocupavam uma interlocução permanente entre a planície, cortada de rios¹² – em contraste com “a sedenta Argos” (4.171), ou em geral com a paisagem mais ressequida da Grécia –, a cidade íngreme e o relevo imponente do Ida, terreno por onde os Troianos, em tempo de guerra ou de paz, se moviam com naturalidade. Quando se trata de resistir ao invasor, as portas de Troia abrem-se diante da planície, para dar passagem a infantes e condutores de carros puxados por cavalos fogosos (3.261-3, 18.6-7, 20.3), que em Ílion abundam. Mas pouco a pouco, com o recrudescer da guerra, todo este território produtivo se converte em terreno de perigos e ciladas.

Uma palavra é devida aos aliados que, de uma e de outra parte, foram também um fator condicionante do resultado do conflito. O mito, uma vez mais, ajudou a explicar a mobilização do lado grego. E Helena volta a estar no centro das atenções, como objeto do que se identificou como “juramento de Tíndaro”. Consciente das dificuldades que a beleza, e alguma instabilidade emocional também, traziam a um casamento promissor, o pai de Helena procurou vincular os múltiplos pretendentes da filha a um juramento. Depois da escolha, que atribuiu à noiva, de um marido, todos os candidatos preteridos se declararam mobilizados para defender os interesses do eleito, caso alguma circunstância adversa à estabilidade do par se apresentasse. Perante a eventualidade de um conflito – apenas previsível, mas a exigir uma aliança preventiva –, o pai de Helena procurava garantir a coesão necessária ao enfrentar de uma crise. Através deste expediente, Tíndaro determinava, numa

¹² Aos rios de Troia é atribuído um papel na guerra, como que integrando a natureza envolvente no conflito. Eles, que antes foram objeto de oferendas e de culto por parte dos Troianos (21.130-2), tornaram-se cenário de duros combates e sepultura para muitos guerreiros (21.7-26, 21.120-7, 21.203-4). Por isso, em paga de uma dívida de gratidão, se insurgem contra o invasor e se empenham num derradeiro esforço de defesa (21.136-8, 21.214-382). Assim, o poema não deixa de salientar a harmonia natural que liga todos os elementos do ecossistema com a população que o habita.

jogada antecipatória, o recrutamento geral dos reis das inúmeras cidades da Grécia. Vale a pena lembrar que, aos aliados por força de um juramento, se veio juntar o grande ‘voluntário’ do conflito, Aquiles. O herói da Ftia não se contava no número dos pretendentes, não tinha pessoalmente contas a ajustar com o príncipe troiano; era sua qualidade essencial o heroísmo e seu motivo para entrar na luta não mais do que a conquista da glória. E essa foi-a construindo, no tempo breve que a vida lhe permitiu, com avanços marcadamente individualistas e uma manifesta aversão pela centralidade do comando. “O reconhecimento da importância superior da comunidade é crucial, mas isso é algo que Aquiles, apesar da sua proeminência e poder, não entende: trata-se de um herói incapaz de se sujeitar à disciplina” (Hertel, 2011: 439). E por isso paga um preço elevado: com a perda de inúmeros companheiros, com a morte do seu melhor amigo e, em última análise, com a sua própria. Se, numa visão positiva, lhe assistem todas as qualidades de um combatente decisivo nos resultados do conflito, não deixa também de encarnar a condenação de um individualismo inimigo dos interesses da comunidade.

Do lado troiano, a narrativa homérica sobreleva uma política externa sensata e precavida. Antes de mais, a prática da hospitalidade (*xenia*) fundamentou essa coesão. Como não foi despendendo a política de alianças que o soberano de Troia fundamentou em múltiplos casamentos com várias mulheres orientais, para além de Hécuba, de quem teve uma ampla descendência (21.88, 24.495)¹³. Por isso, chegada a hora da crise Troia pôde contar com o apoio dos aliados sem o qual a sobrevivência da cidade seria impossível (17.144-5). E assim viu reunidos nas suas fileiras homens valentes como Eneias, Licáon, Sarpédon ou Glauco.

3. AS PEQUENAS/GRANDES CONFLITUALIDADES DE UMA GUERRA

Se a defesa de um objetivo comum pôde juntar toda uma profusão de comunidades, as pequenas / grandes conflitualidades que o próprio tempo e tensão

¹³ Sobre as diversas esposas de Príamo, *vide* Kirk, Richardson, VI, 1993: 325-6.

do combate geraram entre os envolvidos não deixaram de se fazer sentir. Em primeiro lugar as vantagens a auferir da campanha produziram atritos entre as chefias dos diversos batalhões; a proporção entre o esforço aplicado e os benefícios obtidos nem sempre deixou satisfeitos os que à partida se intitulavam ‘companheiros de armas’. Mas se considerarmos a hierarquia militar, ficou também patente a controvérsia e as críticas geradas entre os subordinados em relação à personalidade ou estratégias adotadas pelos seus superiores.

Se é o ataque a Troia o eixo central da *Ilíada*, muitas outras cidades da Tróade foram sendo alvo de saques (traduzidos em chacina dos homens, apropriação de bens e captura de mulheres e crianças)¹⁴, com que os invasores debilitaram a capacidade de resistência inimiga e reforçaram o seu próprio equipamento e provisões. Desses saques, a repartição entre os combatentes serviu também de estímulo e de prémio ao seu empenhamento no combate. E os conflitos são gritantes, ou não seja a célebre “cólera” de Aquiles produzida por uma dessas distribuições, o que gera, entre Aquiles e Agamémnon, o diferendo que serve de motivo a todo o poema. As acusações de Aquiles em relação ao chefe supremo dos exércitos são desassombradas; “zeloso do seu proveito” (1.149), desrespeitador dos benefícios consensualmente atribuídos aos companheiros de armas, ele tira sempre vantagem na divisão dos bens que outros com mais mérito ajudaram a saquear (1.161-4). E o herói da Ftia teria mesmo desembainhado a espada e agredido aquele que, apesar de detentor da autoridade suprema não correspondia em excelência a essa patente, não fosse Atena, a deusa encarnando a cautela, lhe ter travado o gesto. Não lhe bloqueou, no entanto, a raiva, que o levou a retirar-se, com o batalhão dos Mirmidões, do terreno de luta e o colocou na atitude de observador passivo da chacina de que os Aqueus estavam a ser vítimas às mãos do inimigo. Todas as distinções com que o chefe supremo, Agamémnon, agora ciente das consequências da desavença, tentou apaziguar essa cólera, deixaram Aquiles renitente. A célebre embaixada enviada ao herói ofendido, portadora de uma missão de paz, foi preparada com cuidado: na seleção dos seus membros, que

¹⁴ Cf., e.g., 6.414-8, 9.664-8, 19.60.

pela maior proximidade com Aquiles ou pelas suas qualidades diplomáticas se mostravam mais promissores (Fénix, como antigo mestre de Aquiles, Ájax, um símbolo de valentia, e Ulisses, o diplomata nato); nas condições oferecidas para apaziguar o ofendido, generosas (9.131-57). Mas sem resultado, porque era obstinada a raiva do Pelida. A sorte das armas viu-se assim condicionada por um problema de gestão da guerra, viciada por pergaminhos de chefes em conflito. Só depois de muitas mortes, emoções e sofrimentos, Agamémnon e Aquiles retrocederam nas suas rivalidades, sobretudo quando a investida troiana contra a frágil paliçada que lhes protegia o acampamento recrudescu. Depois de terem sido os homens a condicionar os acontecimentos, eis que os acontecimentos passaram a condicionar os homens.

Por seu lado a própria rotina do comando produz naturais contestações que se tornam, por vezes, audíveis e incómodas. As reuniões do conselho de guerra ou as grandes assembleias inclusivas de todos os militares são oportunidades para a expressão de opiniões e discordâncias. Do lado grego, várias são as vozes interpeladoras de Agamémnon que, apesar da legítima autoridade que lhe dá o cargo de que foi investido, não satisfaz pela competência os que tem sob seu comando¹⁵. Os reparos podem ser construtivos, assumir a forma de conselhos prudentes de quem, porque mais velho e experiente – como é o caso de Nestor –, sente poder dar uma colaboração positiva no plano das decisões, quando os anos o impedem de participar no combate. Mas nem sempre as críticas têm este tom cooperante; e o poeta da *Iliada* encarna em Tersites, o mais feio e desagradável dos guerreiros, o papel de contestar em público, numa atitude aberta de reprovação e desafio, a autoridade suprema dos exércitos (2.211-42).

Do lado dos Troianos, divergências equivalentes entre as chefias criam iguais tensões. Príamo é, como descendente legítimo da linhagem troiana, o

¹⁵ Um exemplo também significativo é a assembleia do Canto IX, convocada em hora da maior dificuldade para os Aqueus, em que Diomedes confronta com palavras duras o comandante supremo, Agamémnon (9.32-49): “... Com dualidade te presenteou o Crónida de retorcidos conselhos: / por um lado com o cetro te concedeu seres honrado acima de todos; / mas por outro não te deu valentia, onde reside a maior força de todas...” (tradução de Frederico Lourenço, 2005).

soberano em exercício; por isso se banaliza a referência a Troia como “cidade de Príamo” (e.g., 1.19, 2.37, 2.332, 2.373, 7.296). Tal não significa, porém, que o regime adotado em Troia seja uma monarquia absoluta e autoritária; a cidade tem instituições, uma assembleia, um conselho, além de um rei. As decisões são tomadas em assembleia, onde Troianos e aliados têm liberdade de intervenção e mesmo espaço para crítica, embora pareça haver um ascendente da posição régia, que, em caso de divergência, prevalece (2.786-808, 7.345-420). A par das assembleias plenárias que juntam, indistintamente, velhos e novos, Príamo dispõe de um de conselho de anciãos, integrando o soberano e os seus irmãos (*vide* Sale, 1994: 70-4), que a velhice afasta do campo de batalha. E se as forças lhes faltam, são, em contrapartida, “exce-lentes oradores” (3.150-1). A designação de “regentes troianos” (3.153) que lhes é aplicada não deixa dúvidas sobre a sua influência política junto do rei.

Heitor é, do lado da defesa, o alvo das críticas, por lhe caber, como primogénito de Príamo, o primeiro lugar na hierarquia de guerra. O contencioso mais sensível que tem de enfrentar no plano do comando é o que o confronta com Páris, neste caso em função de fatores de caráter e de sentido da responsabilidade que separam os dois irmãos. Constatar a imaturidade de Páris, os motivos fúteis que o afastam de objetivo central de defender a pátria provoca em Heitor censuras violentas. Mas há também uma contestação mais abrangente a que a sua autoridade não se exime. Aos aliados a chefia troiana tolerava opiniões e reparos, como os que Glauco da Lícia dirige a Heitor (17.142) – “Heitor, és um belo homem, mas na guerra deixas muito a desejar” –, como introdução a um rol de reprovações que denunciam a fraqueza do chefe troiano como indigna do empenho e do risco que os seus aliados investem na campanha. Em contrapartida, Troia pode contrapor que, se beneficia desse reforço de combatentes, investe na sua manutenção gastos vultuosos (17.225-6): “Com esta intenção depaupero o povo por causa das provisões com que aumento a coragem de cada um de vós”.

Além das assembleias formais e plenárias, onde a autoridade de Príamo ouve opiniões dos conselheiros ou do povo, reuniões de emergência podem ser feitas no próprio terreno de luta. Heitor, que não tem autoridade política, mas é responsável pelo comando das tropas no campo de batalha, tem dessas

reuniões a iniciativa. Sale (1994: 59-60) flexibiliza o estatuto de comandante de Heitor. Reconhece que, por vezes, lhe é necessário ‘persuadir’ os seus homens, em outros casos ‘estimulá-los’ e, por fim, ‘dar ordens’. E daí conclui, o que parece evidente, que a autoridade de Heitor é relativa, sem deixar de ser visível a importância que a intervenção da chefia no terreno pode ter sobre o ânimo de cada um dos combatentes.

Quando a noite traz uma trégua ao combate (8.489), Heitor promove uma reunião para partilhar com os seus subordinados um plano de guerra. Ao palácio, substituem-se “os redemoinhos do rio” (8.490), em sítio livre dos destroços da luta. O debate está arredado deste outro modelo de assembleia, onde o comandante, de lança em punho como símbolo da sua autoridade, se limita a traçar planos que o seu auditório acata sem reticências (8.497-541). O projeto de Heitor submete-se às condições; a noite impõe uma trégua no confronto do inimigo, mas apresenta-se como um tempo que não deve desmobilizar a defesa troiana e a sua estratégia. E se as posições no terreno devem estar protegidas em relação a qualquer investida do inimigo, a cidadela, bastião central da identidade troiana e sede do seu poder, deve manter-se atenta contra uma possível tentativa de um último assalto. Com a partilha das suas preocupações e medidas preventivas, Heitor procura contagiar os seus homens do mesmo ânimo de vencer que o domina. Tal como, na gestão da cidade, Príamo dispõe de um conselho de anciãos com quem partilha opiniões, também Heitor, no terreno de luta, assume a responsabilidade de mobilização dos seus homens para o prosseguimento da resistência.

Estes são vislumbres de um quotidiano de guerra que escapa à observação exterior, mas que é determinante porque pode pôr em causa um resultado. Há tentativas de barrar o curso de um conflito destrutivo; assim a manifesta impotência de Páris perante Menelau, num duelo que haveria de resolver um conflito de forma restrita e que remata de modo inconclusivo, permite que o combate generalizado prossiga com mais vigor e violência do que antes. Do mesmo modo que a cólera insatisfeita de Aquiles, privado de uma distinção a testemunhar o apreço dos companheiros pelo seu esforço de guerra, o leva a retirar-se do combate, a adotar uma intransigência irredutível e, com a sua ausência, a colocar em risco supremo a sorte dos Aqueus.

Mas consideremos ainda um outro duelo inconclusivo, apesar de toda a violência nele investida, e o que significou para a proximidade de um desfecho para tão longa guerra: aquele combate que confrontou Aquiles e Heitor¹⁶. Somados os motivos da guerra e os seus trâmites tão incertos com o volume acumulado de baixas, neste conflito entre dois combatentes de excelência jogou-se tudo o que a guerra pôs em causa. Sem dúvida duas culturas desafiavam-se olhos nos olhos, encarnadas num europeu e num asiático, numa disputa por prestígio, poder e riqueza. Jogava-se o destino de um povo e de uma cidade, quando, diante das portas de Troia, o garante da sua defesa enfrentava, numa luta de morte, o mais capaz dos adversários. Mas impunham-se agora também as emoções pessoais: da parte de Heitor a consciência do risco que os seus corriam, a poucos metros de distância, e o temor perante a ferocidade de um adversário que sabia temível; do lado de Aquiles, a sede de vingança por um companheiro morto, Pátroclo, só resgatável a preço de sangue; a mutilação do cadáver de Heitor, quando vencido, foi ainda um juro acrescido numa cobrança já ganha, porque em Aquiles, à supremacia no combate, se somava uma certa incapacidade de reconhecer limites que uma guerra estimula. Este é, apesar da focagem tão cingida – ou justamente por causa dela –, o clímax de dez anos de guerra. Fica mais uma vez manifesto como é da vontade dos indivíduos, neste momento de dois apenas, como paradigma de duas partes em conflito, que o destino da Humanidade depende.

A *Iliada* não acompanha o desfecho da guerra. Aquiles sobrevive ao duelo e o desabar de Troia é, no poema, apenas uma desgraça anunciada (por Agamémnon, 4.164-5, por Heitor, 6.448-9, por Zeus, 15.70-1). Um engano bem sucedido, saído da imaginação de Ulisses – o célebre estratagema do cavalo de pau¹⁷ – proporcionou aquilo que a força das armas não tinha conseguido atingir:

¹⁶ Os dois duelos ocorrem em manifesta simetria, um – que confronta os dois maridos de Helena – apontando para o início da guerra, o outro – opondo os dois guerreiros mais valentes de cada um dos lados –, indiciando o seu desfecho, porque a morte de Heitor equivale, por antecipação, à queda de Troia.

¹⁷ Narrado em *Odisseia* 4.271-89, por Menelau, e em *Odisseia* 8.492-8 pelo aedo Demódoco. Os diversos episódios que conduziram à queda de Troia para além do termo da ação da *Iliada*

o acesso às muralhas de Troia. Seguiu-se o extermínio da população e o incêndio que devorou a cidade de Príamo (previsto em *Iliada* 22.410-1). Cumpriu-se o que, na *Iliada*, era ainda apenas uma antevisão vagamente adiantada por Heitor na célebre despedida da esposa, Andrómaca (Canto VI), e mais claramente antecipada pela já então viúva Andrómaca, perante o cadáver do marido e protetor (22.485-507, 24.746-95); pela imaginação de ambos perpassava o desfecho mais emblemático de uma guerra genocida: o homicídio de uma criança, alheia a tudo o que se passava em sua volta, mas carregando a promessa de ser um futuro para a comunidade que desaparecia (24.727-30); Astíanax, o herdeiro do trono, ainda um menino de colo, era lançado dos muros da cidade de que um dia havia de ser rei. A cobardia sobrepunha-se à heroicidade.

É certo que as atrocidades finais do conflito excedem as fronteiras da *Iliada*, que no poema são ainda somente vislumbres de uma catástrofe anunciada. Mas, como afirma Schein (1997: 348),

o movimento em direção à morte – morte de Heitor, morte de Aquiles¹⁸, ruína de Troia –, no mundo mortal do poema tem um só sentido, é uma realidade que lhe confere muito do seu poder como representação da condição humana, tragicamente urgente e limitada.

CONCLUSÕES

Nunca os homens, ao longo da História, deixaram de testemunhar os contornos de um conflito, e a geração que partilhamos não tem sido exceção. As motivações variam, os nomes determinantes também, mas algo de essencial persiste. Há interesses envolvidos, muita imprudência e indiferença pelo valor superior da vida, demasiadas emoções em jogo. Perde-se a noção do relativismo

são, particularmente, tratados em outros poemas do chamado Ciclo Épico e trazidos a cena no teatro trágico do séc. V a.C. Mas a alusão que lhes é feita nos Poemas Homéricos documenta a sua existência em fase pré-iliádica.

¹⁸ Narrada em *Etiópida*, um outro poema do Ciclo Épico, por nós apenas conhecido por um resumo de Proclo.

da primeira causa – um troféu a que a tradição chamou Helena –, uma razão frágil e abstrata. Acredita-se na vantagem, sempre precária, das máquinas de guerra e dos meios disponíveis. Alimenta-se uma esperança de vitória.

Mas esquece-se o que é essencial, a autoridade suprema do destino, a intervenção determinante do tempo, a precaridade de tudo o que é humano. Além de que a responsabilidade final pela ruína que a guerra sempre traz cabe também aos ‘heróis’, aqueles a quem, sobre a excelência – se a possuem ... –, incumbe a missão incomensurável de intervir na construção do futuro coletivo. São sugestivamente conclusivas as palavras de Létoublon (2011: 42) a propósito das múltiplas condicionantes com que o mito justifica o desencadear de uma guerra: “nenhuma delas, porém, constitui a causa principal de um conflito – exceto que a guerra talvez seja uma condição natural da Humanidade”.

BIBLIOGRAFIA

- Allan, William (2008). *Euripides. Helen*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bañuls, José Vicente; Fialho, M. Céu; López, Aurora; De Martino, Francesco; Morenilla, Carmen; Pociña Pérez, Andrés; Silva, M. Fátima (Eds.) (2007). *O mito de Helena de Tróia à actualidade*. Coimbra: Universidades de Coimbra, Foggia, Granada e Valencia.
- Hall, Edith (1989). *Inventing the barbarian. Greek self-definition through tragedy*. Oxford: Oxford Clarendon Press.
- Hertel, Dieter (2011). The myth of history: The case of Troy. In Ken Dowden, Niall Livingstone DPhil (Eds.), *A Companion to Greek Mythology* (425-441).
- Kirk, Geoffrey; Richardson, Nicholas (1993). *The Iliad: A commentary*. VI. Cambridge: Cambridge University Press.
- Létoublon, Françoise (2011). Homer’s use of myth. In Ken Dowden, Niall Livingstone DPhil (Eds.), *A Companion to Greek Mythology* (27-45).
- Sale, William (1994). The government of Troy. Politics in the *Iliad*. *Greek, Roman and Byzantine Studies*, 35, 1, 5-102.
- Schein, Seth (1997). The Iliad: Structure and interpretation. In I. Morris and B.B. Powell (Eds.), *A New Companion to Homer* (345-59). Leiden: E. J. Brill.
- Walcot, Peter (1977). The judgement of Paris. *Greece & Rome*, 24, 1, 31-39.
- West, Martin (2011). *The making of the Iliad*. Oxford: Oxford University Press.

A MEMÓRIA NOS
*COMMENTARII RERUM
GESTARUM. BELLUM GALLICUM*
DE GAIO JÚLIO CÉSAR

Memory in the Commentarii Rerum
Gestarum. Bellum Gallicum
of Gaius Iulius Caesar

PAULO SÉRGIO MARGARIDO FERREIRA

paulusergius@yahoo.com

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4244-5625>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_2

Texto recebido em / Text submitted on: 30/04/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 12/10/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 41-65

RESUMO

Com base na moderna teoria sobre “memória cultural”, “memória coletiva” e “memória comunicativa”, e na importância retórica da memória, procura esta reflexão, à luz do contexto, definir o que entende César, no *Bellum Gallicum*, por *hominum memoria*, *patrum nostrorum memoria* e *nostra etiam memoria*: a primeira diz respeito a origens, práticas e rituais, a segunda está próxima da memória comunicativa e a terceira tem que ver com o domínio da memória como critério de definição do bárbaro e do civilizado, do mais e do menos poderoso militar, simbólica e espacialmente, e, ao cabo, a identidade de cada povo.

Palavras-chave: *commentarius*; memória; guerra; retórica; poder.

ABSTRACT

Based on modern theory about “cultural memory”, “collective memory” and “communicative memory”, and on the rhetorical importance of memory, this reflection seeks, in the light of the context, to define what Caesar understands, in *Bellum Gallicum*, by *hominum memoria*, *patrum nostrorum memoria* and *nostra etiam memoria*: the first concerns origins, practices and rituals, the second is close to communicative memory and the third has to do with the domain of memory as a criterion for defining the barbarian and the civilized, the more and the less powerful militarily, symbolically and spatially, and, in the end, the identity of each people.

Keywords: commentaries; memory; war; rhetoric; power.

1. OS *COMMENTARII*, A MEMÓRIA E A HISTÓRIA

Aulo Hircio (oficial de César e autor do livro ou comentário 8 do *Bellum Gallicum*), *Gal.* 8. *praef.* 2, refere-se ao autor e a *Gal.* como *Caesaris nostri commentarios rerum gestarum Galliae* (cf. *Gal.* 8.48.10: *Scio Caesarem singulorum annorum singulos commentarios confecisse*). A propósito de César e de *Gal.* (Kelsey, 1905: 223), afirma Cícero, *Brut.* 262: *commentarios quosdam scripsit rerum suarum*. Para esclarecer o alcance de *commentarius*, recorda Kelsey (1905: 221-2 e 224-7) que Hircio, ao referir-se, em *Gal.* 8.48.11, ao seu contributo, emprega a expressão *huic commentario*, e não *huic libro*; que, na maior parte das vezes, emprega Cícero o termo para designar a reunião de material deficiente em qualidade literária; e que Suetónio, *Iul.* 56, recorre ao plural para se referir ao *Gal.* e ao *Ciu.*, e *liber* a propósito do contributo de Hircio e de *De analogia* e do *Anticato* de César. Os testemunhos de Hircio e de Cícero são temporalmente próximos de César e, dado o carácter corrupto da tradição manuscrita no tocante ao título das obras e da sugestão de Hircio de maior familiaridade com César e de envolvimento direto nos acontecimentos, inspiraram Suetónio, *Iul.* 56 (*rerum suarum commentarios Gallici civilisque belli Pompeiani*), e deram motivo a Kelsey (1905: 220 e 226-8) para sustentar que o título inicial da obra seria *C. Iuli Caesaris commentarii rerum gestarum*.

Algum consenso reúne o título, mas não a identificação dos modelos e a definição do género dos *Commentarii*, desde logo, porque se uns falam do apreço de César por Tucídides (Kelsey, 1905: 219), outros realçam a proximidade da obra à *Anábasis* de Xenofonte (Cleary, 1985: 346); por, devido ao carácter fragmentário, se não conhecer bem os *commentarii* de autores como Marco Emílio Escauro (cos. 115), Públio Rutílio Rufo (cos. 105) e Quinto Lutácio Cátulo (cos. 102). Se *e.g.*, Narducci (Citroni et al., 2006: 334) diz Lúcio Cornélio Sula Félix (138-78 a.C.) autor de *commentarii*, já Nousek (2018: 101) lhe atribui uma autobiografia. Além disso, o termo tanto designa os escritos “exotéricos” e os “acroásticos” de Aristóteles (Aulo Gélio 20.5.6), como as próprias *Noctes Atticae* de Gélio (18.4.11) e a obra de um gramático contemporâneo (Cesélio Vindex, *Commentarii lectionum antiquarum*; 6.2.1, cf. 2.16, 20.2.2); tanto o relato do que de digno de memória acontece na cidade (Célio a Cícero, em *Fam.* 8.11.4) e o legado escrito de César (quer o

autêntico quer o forjado por Marco António; *Phil.* 5.11), como o *memorandum* de uma promessa ou propósito de César (*Att.* 14.13a.2), ou os *memoranda* dos tempos do consulado de Cícero (carta de Cícero ao historiador Luceio em 56 a.C.; *Fam.* 5.1210). Em *Att.* 2.1.2, Cícero confia a Posidónio, *ut ornatius de isdem rebus scriberet* (contraste com o estilo de Ático e o de César; cf. Cícero, *Brut.* 262), o seu ὑπόμνημα, *hypómnema* (= lat. *commentarius*) ‘menção, lembrança, monumento’, pl. ‘documentos, memórias’.

Quanto a *commentarius*, relacionado com *comminiscor*, -ci ‘imaginar, inventar’, remete para tudo quando sirva de *aide-mémoire* (*ne scientia tantarum rerum scriptoribus deesset*, “para que o conhecimento de tão notáveis matérias não faltasse aos escritores”, Hércio, *Gal.* 8. *praef.* 5; Nousek, 2018: 98), como apontamentos, diários, registos legais e despachos oficiais de estado, relatórios, e também ocorre em referência a doutos relatos e a trabalhos especializados no domínio da filosofia e da gramática (Narducci em Citroni et al., 2006: 334; Nousek, 2018: 99). Além disso, o genitivo *rerum gestarum*, ao não colidir com a presença, no *Bellum Gallicum*, de traços caraterísticos da (auto)biografia, da monografia de guerra (Nousek, 2018: 101ss.) e da analítica (cf. estruturação ano a ano, de 58 [livro ou comentário 1] a 52 [7]; Kelsey, 1905: 219), abeira do género historiográfico a obra (Cleary, 1985: 346; Martin & Gaillard, 1990: 108). Em contraste com os *commentarii* de Cícero, que, segundo o próprio, requerem a Políbio maior ornamento estilístico, os de César são inexcedíveis em *facultas* ‘facilidade’ e *elegantia* de escrita, na consumada arte de explicar os planos do autor (*Gal.* 8. *praef.* 4, 7), em despojamento (*nudi sunt*, Cíc. *Brut.* 262), em simplicidade (*recti*), em graça (*uenusti*), em ausência de ornamento (*omni ornatu orationis tamquam ueste detracta*) e em pura e clara brevidade (*nihil est enim in historia pura et inlustri breuitate dulcius*).

Aulo Hércio alude à facilidade e rapidez com que César concluiu os *Commentarii* (*Gal.* 8. *praef.* 6), mas os investigadores oscilam entre a hipótese de uma escrita faseada, com cada livro a ser redigido no final da respetiva campanha, e a da escrita de jato, pouco antes da publicação em finais de 51 ou nos inícios de 50 a.C., com vista a sufragar a candidatura do autor às eleições de 50 para o consulado de 49 (Narducci in Citroni et al., 2006: 333-343). Uma vez que César controla a *oratio obliqua*, “discurso indireto”, e a *oratio*

recta, “discurso direto”, presentes em *Gal.* (Grillo, 2018) e nos não chegaram as versões dos vencidos, o relato de César, é sobretudo revelador do pensamento do procônsul e eventualmente do povo romano (Thompson, 2006: 2).

O *commentarius*, por conseguinte e *grosso modo*, pode oscilar entre *aide-mémoire* e um gênero memorialístico-historiográfico, mas não só (cf., e.g., o que se disse do uso do termo, p. ex., a propósito dos escritos de Aristóteles), e o *Bellum Gallicum* está mais próximo do gênero memorialístico-historiográfico. Em *Rhet. Her.* (escrita nos anos 80 a.C.) 1.8.13, lê-se: *historia est gesta res, sed ab aetatis nostrae memoria remota*, “história é o relato de um feito realizado, mas distante da memória do nosso tempo”. Há quem considere que a história implica perda de alguma vitalidade e começa com o fim da memória (Galinsky, 2018: 2). Quintiliano (n. c. 35-40 d.C.), *Inst.* 10.1.31, observa: *historia... est enim proxima poetis... et scribitur ad narrandum, non ad probandum... ad memoriam posteritatis componitur*, “a história... está, com efeito, próxima dos poetas... e é escrita para narrar, não para demonstrar... para a memória da posteridade se compõe”. As memórias fazem parte da experiência do indivíduo, na sua tentativa de compreender o passado e enquanto contributo individual para a “memória coletiva”, mas a subjetividade e a ficcionalização associadas à memória criam dificuldades quanto ao seu uso por parte da historiografia (Gowing, 2005: 10). Cícero, no final de *Brut.* 262, sugere que os *Commentarii* são *historia*. À luz do exposto somos tentados a concluir que os *Commentarii*, ao retratarem sobretudo *res gestas* na época do autor, são sobretudo memórias que têm uma forte carga justificadora da ação de César, mostram o que este tinha a dizer sobre os assuntos tratados e pretendem ficar para memória futura.

Ao refletir sobre a memória “coletiva” ou “social” realçou Halbwachs (1925: 210-11) a dimensão coletiva e concreta do pensamento social, a existência de grupos, de indivíduos e factos históricos que encarnam essas ideias, a coexistência mutuamente iluminadora de memórias e tradições de diferentes épocas e a reconstrução da memória consoante os diversos momentos em que é feita. Jan Assmann e Aleida Assmann distinguiram, da “memória comunicativa” e informal, que se transmite de pais para filhos e de avós para netos ao longo de três ou quatro gerações, isto é, durante um período de 80 a 100 anos, e incide sobre a história recente, a “memória cultural”, mais formal, que se não

transmite de forma automática e imediata, mas por meio de rituais, cerimónias, textos e, entre outros, ícones, e diz respeito sobretudo a histórias de origens (Galinsky, 2018: 12-13). Embora estas perspetivas ajudem a compreender a dimensão da memória no *Bellum Gallicum* de César, mais produtivas ainda se revelam quando se articulam com o modo como a retórica antiga considerava a memória, isto é, como uma das cinco operações retóricas: *inuentio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *actio* ou *pronuntiatio*. A *memoria* intervinha na lembrança da argumentação do adversário e dizia respeito às técnicas de memorização do discurso, não só ao nível da macroestrutura, isto é, da organização das ideias, mas também da “microestrutura dos núcleos narrativos, descritivos e argumentativos” (Alexandre Jr., 2004: 85). A memória dividia-se em τόποι ou *loci* que acomodavam os diferentes pensamentos. Com a pergunta *quando?*, encontrava-se o *locus a tempore* (Lausberg, 1993: 91 §§ 40-41). Talvez César tenha recorrido a este critério para dividir as memórias do *Gal.* em *hominum memoria*, “no tempo abrangido pela memória dos homens” (*Gal.* 3.22.3), não distante da “memória cultural”, *patrum nostrorum memoria*, “no tempo abrangido pela memória dos nossos pais/ antepassados” (*Gal.* 1.12.5, 1.40.5, 2.4.2), condizente com a “memória comunicativa”, e *nostra etiam memoria*, “ainda no tempo abrangido pela nossa memória”, “ainda na memória da nossa vida” (sc. dos emissários remos e de César; *Gal.* 2.4.7), que seguramente abrange a memória retórica, a individual, interior, neuro-mental e subjetiva (cf. Assmann, 2008: 109) de César. Muito interessante é verificar que a vivência diversa dos mesmos acontecimentos do passado (invasões cimbrias e teutónicas, p. ex.) contribui para a definição de identidades diferentes no presente e que o confronto de memórias faz parte da luta pelo empoderamento espaço-simbólico dos diversos povos.

2. *HOMINUM MEMORIA*

César não reflete explicitamente sobre os diferentes tipos de memória, mas a análise do contexto da expressão que intitula este subcapítulo pode revelar o que por ela entende. Enquanto Públio Crasso, lugar-tenente de César, ataca parte da fortaleza de Sos (em Lot-et-Garonne atual), Adiatuano, rei

dos Sociates (da Aquitânia), encontra-se em outra parte da praça-forte com seiscentos *soldurii*.

Soldurius é um termo celta (Bell, 1995: 754), designa um seguidor fiel, dedicado, com a sua amizade, a outra pessoa e que incorre nos mesmos perigos e, em caso de morte desta, partilha do mesmo destino. César escreve (*Gal.* 3.22.3; Hering, 1987: 49): *neque adhuc hominum memoria repertus est quisquam, qui eo interfecto, cuius se amicitiae deuouisset, mortem recusaret*, “e até agora não se descobriu ninguém na memória dos homens, que, morto aquele a cuja amizade se tinha votado, recusasse a morte”. Quer isto dizer que César se refere a uma acumulação de memórias que remontam a tempos muito antigos, eventualmente às origens dos Sociates, e se prolongam até à atualidade. Tomando em consideração a dimensão ritual subjacente ao compromisso, talvez se trate de uma realidade abrangida pela “memória cultural”, conforme os Assmann a concebem. É possível que César conheça esta prática por reféns, por Públio Crasso ou até por Diviciaco.

Quando Ariovisto, rei dos Suevos, se dirige a Vesonção (atual Besançon) com o propósito de ensaiar a conquista do interior da Gália, César chega primeiro e, enquanto se detém na cidade para se abastecer de víveres, os seus (*nostris*) procuram indagar junto de gauleses e mercadores acerca do poderio dos Germanos. Ficam a saber que os Suevos são dotados de colossal estatura, de incrível bravura, de destreza nas armas, de ameaçadora expressão do rosto e de agudeza no olhar. É então que o medo se começa a apoderar do exército romano, principiando nos tribunos militares¹, nos prefeitos² e nos que, sem grande experiência militar, tinham, por razões de amizade, seguido César. Alegavam desculpas para não cumprirem as ordens de César, se recusarem a combater e regressarem a casa.

Perante a ameaça de desobediência e motim, não se mostrou César muito perturbado, pois sabia que o exército só não tinha obedecido àqueles a quem,

¹ Os tribunos militares, por esta altura, já não comandavam legiões, mas ocupavam cargos administrativos ou aproveitavam a oportunidade para ganhar traquejo na guerra.

² Os prefeitos eram os oficiais responsáveis pelas tropas auxiliares de arqueiros e fundibulários.

aut male re gesta fortunam defuisse aut aliquo facinore comperto auaritiam esse conuictam (Gal. 1.40.12; Hering, 1987: 19), “ou em lance mal sucedido tinha a sorte faltado, ou cuja ganância, descoberto algum crime, tinha ficado demonstrada”. O OLD, s.u. *maiestas*, recorda que Lúcio Apuleio Saturnino foi o primeiro a legislar sobre o crime de *maiestas* (*minuta populi Romani*, “majestade diminuída do povo Romano”; *lex Appuleia*, talvez de 103), e a configuração e a consagração legal de tal crime teria em parte decorrido da necessidade de punir a corrupção e a incompetência dos generais romanos que não tinham conseguido vencer Cimbros e Teutões. Se César referisse concretamente estas ocorrências, tratar-se-ia de um caso de *patrum nostrorum memoria* ou de “memória comunicativa”, mas, em linha com o pensar romano, mais tendente a responsabilizar os generais arrogantes, gananciosos, desejosos de fama e precipitados do que o exército pelas derrotas (Östenberg, 2013: 262); com uma mundividência romana mais propensa a desvalorizar as perdas de soldados profissionais e a valorizar apenas os feitos de pessoas do passado (Hölscher, 2003: 14), César busca na memória cultural e coletiva militar, uma máxima de conforto e esperança.

Em Gal. 5.12.1, informa César que os habitantes do interior da Britânia são os que os Britanos, *memoria* ‘de acordo com a tradição’, dizem *natos in insula*, “nados na ilha”. Kelsey e Stem (2017: 142) veem, no passo, uma alusão ao carácter “autóctone” (‘brotado do solo’) dos Britanos e, a este propósito, remetem para os Atenienses (cf. Leão, 2011). César ainda informa que no litoral se encontravam povos oriundos da Bélgica que, levados pela guerra e pela depredação, para lá se tinham deslocado e, conservando os etnónimos de origem (e.g., Atrébates), acabaram por se dedicar à agricultura, introduzindo – acrescentamos – o sistema de *uillae*. Trata-se de um caso de memória cultural sobre as origens de um povo que procura, de algum modo, alicerçar as suspeitas de César de que os Britanos apoiavam os belgas revoltosos.

Em 6.14.4, informa César que os druidas, mercê dos inúmeros privilégios de que usufruem e de serem avessos a uma ampla divulgação dos seus ensinamentos, atraem muitos jovens, que com eles aprendem de cor muitos versos, pois os primeiros, além de recorrerem a caracteres gregos nos seus registos públicos e privados, consideram a escrita inimiga da memória. Em

artigo tão desafiante quanto especulativo, sustentou Pailler, 2008, que César não identifica o éduo Diviciáco e alguns chefes gauleses como druidas, porque, dado o enorme poder que detinha, a maioria deles constituía o maior obstáculo às pretensões de César a dominar a Gália. O investigador chega a admitir a possibilidade de César almejar o poder supremo e de arbitragem que o druida-mor detinha sobre os demais druidas e os povos da Gália. Entre a argumentação produzida pelo investigador, não consta qualquer reflexão sobre o contraste entre a perspectiva dos druidas, que vê na oralidade e na memória incompatibilidade com a escrita, e a de César que vê, nos seus apontamentos, diários, despachos e, ao cabo, nos seus *commentarii*, uma importante *aide-mémoire* dos povos gauleses, para os advertir contra os terríveis chefes que os governam, do povo e do Senado romanos, para sufragarem a sua candidatura ao consulado de 49, e de futuros historiadores ou biógrafos que queiram perpetuar a mundividência e a justificação cesariana.

Em todo o caso, se César se inspirou nos *hypomnemata* gregos, o facto de os druidas usarem caracteres gregos pode eventualmente sugerir a possibilidade de ecoarem certas correntes de pensamento grego sobre a inimizade entre, de um lado, oralidade e memória e, do outro, a escrita. Platão insurgia-se contra a educação musical grega, isto é, baseada nos dons das Musas (poesia, música, canto e dança) e, sobretudo, nos poemas homéricos e incompatível com a reflexão filosófica (cf. Murray, 1996: 14-24). Conta, no entanto, Sócrates, em *Phdr.* 274e-275b, que quando Theuth, inventor da escrita, anunciou ao seu rei, Tamos, que tinha encontrado meio de tornar “os Egípcios mais sábios e de melhor memória” (trad. Ferreira, 1997: 120), o monarca do Egito lhe respondeu que a invenção da escrita inevitavelmente conduziria a um menor uso da memória e ao esquecimento e, depois de afirmar que os homens passariam a buscar no exterior as suas memórias, em vez de fazerem esforço para se lembrarem, concluiu: “Por conseguinte, não descobriste um remédio (*pharmakon*) para a memória (*mneme*), mas para a recordação (*hypomnema*)” (trad. Ferreira, 1997: 120). Ao comentar os dois últimos termos gregos transliterados, Aleida Assmann (2011: 175) procura estabelecer o paralelo entre eles e o “power of remembering (*uis*) and memory as storage (*ars*)” e defende que quando

it functions as storage, writing can outdo *ars*, but according to Plato it can never take over the function of remembering. The dynamic, productive, and inaccessible part of memory that Plato linked to the term *anamnēsis* cannot even be touched by writing, let alone replaced by it.

É certo que a escrita, nesta perspectiva, não conduz à verdadeira sabedoria, mas as reflexões de Platão chegaram até hoje por meio da escrita e César estava sobretudo preocupado com a arte militar e as suas ambições políticas.

3. *PATRUM MEMORIA*

Os Celtas, quer os que em latim se chamavam Gauleses, quer os que em grego se diziam Gálatas (Haywood, 2018: 8), faziam respetivamente parte da memória coletiva de Romanos, Macedónios e Gregos.

Arriano (historiador do séc. I a.C.), *An.* 1.4.18, conta, com efeito, que quando Alexandre Magno, se encontrava em campanha na Bulgária (c. 335 a.C.), os Gálatas, que viviam junto ao Golfo Jónico (Mar Adriático), lhe enviaram uma embaixada que, interrogada acerca do que o seu povo mais receava, não respondeu que era Alexandre, conforme o esperado, mas, em virtude de se tratar de gente arrogante e de viver em regiões longínquas, isoladas e inóspitas, que o céu lhe caísse em cima (cf. Haywood, 2018: 30). A resposta foi, para Alexandre, reveladora de ignorância e atraso, ao passo, na boca dos irredutíveis gauleses do *Astérix*, de Goscinny e Uderzo, é sinal de coragem e autoconfiança nas capacidades bélicas.

Eram antigas as desavenças entre celtas da Gália (Gauleses) e Romanos e de tal maneira marcantes que faziam parte do próprio calendário romano. Os Gauleses, invasores de Roma em 390, tendo sucumbido às mãos de Camilo e dos seus soldados, foram sepultados nos lendários *busta Gallica*, que, mais que a ocupação gaulesa, lembravam a capacidade romana de, mesmo nas adversidades, triunfar (Östenberg, 2014: 258). De igual sorte, os *Fasti Antiates maiores*, que eram uma inscrição mural tardo-republicana com um calendário (*Inscr. It.* XII: 2, 1-28, esp. 9 e 15; 80-60 a.C.), assinalavam a fundação de Roma em 21 de abril e, no dia 18 de julho, o *dies Alliensis*, isto

é, o dia em que os Romanos tinham sido derrotados pelo Gauleses no rio Ália, um afluente do Tibre na região sabina (Östenberg, 2014: 259). E não foram apenas os calendários republicanos que assinalaram a data: a recordação prolongou-se pelos *Fasti Amiternini*, que eram um calendário-inscrição em mármore da época de Tibério (*princeps* de 14 a 37; calendário posterior a 20 d.C.), na antiga cidade de Amiterno (atual San Vittorino), na Sabina, e atualmente no Museo Nazionale d'Abruzzo (L'Aquila; *Inscr. It.* XIII: 2, 189).

A data ainda é referida por Varrão, *L.* 6.32; Cícero, *Att.* 9.5.2; e, entre outros, Aulo Gélcio 4.9.6.; e embora Suetónio (*Vit.* 11.2) e Tácito (*Hist.* 2.91) acusem Vitélio de não observar o dia pelo segundo considerado *infaustus*, a verdade é que à data se acabaram por associar outros desaires romanos ocorridos em dias desconhecidos ou de identificação polémica, como a derrota dos 306 Fábios na batalha do rio Crémpera contra os Etruscos, em 479 a.C.³, que, apesar dos paralelos com os 300 das Termópilas, não deixaria seguramente de trazer à memória dos Romanos a posterior supremacia sobre os Etruscos e a extinção desta civilização (Östenberg, 2014: 260).

A recordação dos insucessos como forma de realçar os êxitos e a capacidade romana de ultrapassar as dificuldades parece ser um dos aspetos que preside ao uso que o *Gal.* faz de outra memória, que, comparativamente com a da batalha de Ália, é muito mais recente: a das incursões de Cimbro e Teutões na Gália e na Itália de 113 a 101 a.C. Embora se tratasse de povos germânicos, não há garantia de que os Romanos da época os percecionassem como tal, tanto mais que, como informa Ateneu (séc. II/III d.C.; *Deipn.*) 4.153e, a primeira ocorrência conhecida de um termo correspondente a 'Germanos' apenas ocorre em grego, nas *Historiae* de Posidónio de Apameia (filósofo estoico e polígrafo que viveu entre 135 e 51 a.C.; Rocha Pereira, 2009: 109), e César (*Gal.*) talvez tenha sido o primeiro a distinguir, dos Celtas, os Germanos.

Como o território helvécio era pequeno (*Gal.* 2.5) e estava limitado por barreiras naturais, como o rio Reno, a cordilheira do Jura, o lago Lemano e o

³ Cf. e.g. *dies Allia[et] Fab(iorum)* nos *Fasti Antiatres ministrorum*, *Inscr. It.* XIII: 2, 208; em contraste com outros autores, Ovídio situa a derrota no dia 13 de fevereiro.

curso do Ródano (*Gal.* 2.3)⁴, Orgétorix, o mais nobre e abastado dos Helvécios, começou, em 61 a.C., a organizar uma conjuração da nobreza e a convencer os seus concidadãos a expandirem o seu poder para a Gália. Orgétorix morreu, mas os Helvécios envidaram esforços para concretizar a migração em 58 a.C. Para cumprirem o objetivo, que era alcançar o território dos Sântones, perto da atual cidade de Bordéus (*Gal.* 10.1), os Helvécios teriam de atravessar o Ródano e passar pelo território dos Alóbroges, na Província (mais ou menos correspondente à atual Provença), ou fazer o percurso pelos territórios dos Séquanos e dos Éduos, aliados dos Romanos. Os Helvécios enviaram uma embaixada a César para o informarem de que pretendiam seguir o primeiro trajeto, mas César tinha bem presente (*memoria tenebat*, *Gal.* 1.7.4) que eles tinham desbaratado o exército de Lúcio Cássio e feito o cônsul passar sob o jugo, e cuidava que, se obtivessem autorização para passar pela Província, o não fariam sem provocar distúrbios e estragos.

Quando Cimbro e Teutões invadiram a Gália em 113 a.C., os Romanos foram, nesse ano e em alguns dos seguintes, enviando cônsules para lhes fazerem frente: Gneu Papírio Carbão (113 a.C.), Marco Júnio Silano (109 a.C.), Quinto Servílio Cepião e Lúcio Cássio Longino (107 a.C.) e Gneu Málio Máximo (105 a.C.; Monteiro & Braga, 2009: 449-51 n. 174, esp. 450). César não refere todos os cônsules que viram os seus esforços gorados nas batalhas contra Cimbro e Teutões, talvez em razão das já referidas incompetência e corrupção dos generais e porque, conforme está implícito e mais tarde se tornará explícito, Lúcio Cássio Longino foi um dos poucos cônsules que morreram às mãos dos helvécios do cantão Tigurino⁵, aliados dos Cimbro e que combateram junto do lago Lemano (*Gal.* 1.12.4-6). Talvez se possa admitir a possibilidade de a morte o ter subtraído às acusações suprarreferidas.

⁴ O que, apesar de os Helvécios travarem constantes combates com os Germanos (*Gal.* 1.4), lhes dificultava as tão apetecidas incursões em territórios vizinhos (*Gal.* 2.4).

⁵ Os Tigurinos ocupam um dos quatro *pagi* ‘cantões’ que formam o território dos Helvécios.

Estamos no domínio da “memória comunicativa” (cf. *patrum nostrorum memoria*, *Gal.* 1.12.5), em César reforçada por, na referida batalha, ter perdido a vida o lugar-tenente Lúcio Calpúrnio Pisão (cos. 112 a.C.), que era avô de Lúcio Calpúrnio Pisão Cesonino (cos. 58 a.C.) e pai da terceira esposa de César, Calpúrnia (cf. *Gal.* 1.12.7). Em bom rigor, à data dos acontecimentos ainda não tinha César nascido (nasceria em 100 a.C.), e a morte do avô do sogro de César não se pode considerar uma memória individual, tanto mais que, na sua qualidade de cônsul em 112 e de lugar-tenente de Cássio Longino, talvez fizesse parte da “memória comunicativa” que passava de geração em geração na família de Calpúrnia em particular e, em geral, na sociedade romana. A memória é predominantemente coletiva e não requer a presença material e sensível de testemunhas: a pessoa pode inteirar-se de uma realidade pelas leituras realizadas ou por sobre ela ter ouvido testemunhos (Halbwachs, 1990: 26ss.).

Impedidos por César de passar pela Província, os Helvécios atravessam o território dos Séquanos e devastam os campos dos Éduos e os dos Ambarros e assolam as aldeias dos Alóbroges situadas para lá do Ródano (1.14.3). Assim que César é informado pelos batedores de que três quartos dos Helvécios tinham conseguido, por meio de jangadas e de barcas ligadas umas às outras, atravessar o Árar (Saône), ainda consegue lá chegar a tempo de massacrar os Tigurinos que constituíam o quarto da população helvécia que ainda não tinha conseguido atravessar o referido rio (*Gal.* 1.12). No caso de César, é a presença dos embaixadores helvécios que nele despoleta a referida memória. César soma, às razões de estado e à *pietas erga patriam*, as razões de natureza familiar e a *pietas erga parentes* como fatores para castigar os Tigurinos.

As Guerras Címbricas faziam parte do imaginário romano, tanto mais que Cícero, *Arch.* 19, informa que o poeta Aulo Licínio Árquias, nascido em Antioquia, tinha vindo para Roma no consulado de Gaio Mário e Quinto Lutácio Cátulo, em 102 a.C., e tinha celebrado poeticamente os feitos de Mário nas Guerras Címbricas. Informado por Diviciácio da ocupação de território gaulês por Suevos e Harudes, lembra-se César dos perigos, para a própria Itália, representados pelas invasões címbricas e teutónicas da Gália

(1.33.4). Como na retórica moderna da guerra, já então se justificava, com imperativos defensivos e receios pela segurança do próprio território, a subjugação de outros povos em espaços mais ou menos próximos.

Confrontado com os receios de boa parte do seu exército relativamente aos Suevos e com ameaças de desobediência e de motim, César recorda, em *oratio obliqua* e numa assembleia com os centuriões de todas as centúrias, para dissipar os receios e se revestir de autoridade, que já Gaio Mário, no tempo abrangido pela memória dos pais de César e dos seus militares (*patrum nostrorum memoria*), tinha vencido Cimbros e Teutões, e não menor tinha sido o mérito do exército do que o do general (*Gal.* 1.40.5).

Quanto à ligação do passo transcrito às ideias anteriormente expostas, o que César talvez pretenda fazer notar é que já os Teutões, ao alcançarem o Ródano, tinham causado, como mais tarde haveria de informar Plutarco,

uma forte impressão nos soldados romanos: eram muitos e aparentavam ser extremamente cruéis. [...], as suas táticas assentavam em cargas impetuosas e aterradoras, acompanhadas de gritos de guerra ensurdecedores. Estavam habituados a combater juntos, embora na ação, fossem bastante individualistas e pouco persistentes quando repelidos uma primeira vez. (Goldsworthy apud Monteiro & Braga, 2009: 450)

Além disso, dos Teutões, vencidos em combate por Gaio Mário (157-86 a.C.), com a ajuda de Marco Cláudio Marcelo, em *Aquae Sextiae* (Aix-en-Provence), em 102 (*OCD*, s.u. Teutones) ou 101 a.C. (Monteiro & Braga, 2009: 449-51 n. 174, esp. 450), e dos Cimbros, derrotados por Gaio Mário, Quinto Lutácio Cátulo (Monteiro & Braga, 2009: 449-51 n. 174, esp. 451) e Lúcio Cornélio Sula (O'Donnell, 2019: xii-xiii) em *Vercellae*,⁶ em 101 a.C., não seria substancial a diferença de estatura, de bravura, de destreza

⁶ O'Donnell refere relatos de 140 000 inimigos mortos e de 60 000 cativos em Vercelas, cidade da Gália Transpadana situada entre Turim e Milão.

nas armas, de expressão do rosto e de penetração do olhar, relativamente aos Suevos comandados por Ariovisto.

A ausência de alusão a Marcelo e a Cátulo talvez se justifique, desde logo, pelo facto de Mário ter sido casado com uma tia de César, Júlia. Além disso, conta Suetónio, *Iul.* 1.3, que, quando Sula decidiu poupar César, não deixou de advertir os que por ele intercediam, dizendo: *Nam Caesari multos Marios inesse*. “Em César há muitos Mários”. César era, de facto, o grande herdeiro político e militar de Mário. Talvez o motivo mais importante para não recuar mais na memória dos antepassados seja o facto de, com Mário, a milícia tradicional romana, onde a atividade militar era encarada como um interregno na atividade profissional, ter dado lugar a um exército semi-profissional ou profissional que recrutava cidadãos pobres e lhes oferecia uma oportunidade de carreira militar remunerada e um modo de vida ao serviço de uma legião.

As invasões cimbrias e teutónicas voltam a ser referidas, mas em *Gal.* 2.4.2, depois de os Remos, que eram os gauleses mais próximos dos Belgas, terem enviado Ício e Andecombógio a César, e quando os referidos emissários informam o procônsul romano de que os Belgas, de origem germânica, no tempo dos pais deles (*patrum nostrorum memoria*), tinham sido os únicos que haviam impedido Cimbrós e Teutões de entrarem no seu território. Isso era razão para se darem ares de grande importância (*magnam... auctoritatem*, 2.4.3) e de grande presunção (*magnosque spiritus*, 2.4.3) em questões militares.

Em 2.29.4, informa César que os Aduátucos eram descendentes dos 6000 Cimbrós e Teutões que tinham ficado aquém do Reno, de guarda ao gado e às equipagens que os demais, quando tinham avançado sobre a Província e a Itália, deixaram para trás. Viviam num estado belga e caracterizavam-se por uma grande corpulência. Quando viram que os atarracados romanos construíam uma grande torre para assaltar a praça forte dos primeiros (em Namur ou no monte Falhize, próximo de Huy), começaram a zombar deles, pois não acreditavam que tivessem forças para deslocar a torre de assalto (sobre ideias feitas acerca de outros povos na sociedade romana, v. Vitrúvio 6.1.10-11), mas, quando viram que se aproximava, convictos da ajuda dos deuses aos Romanos, apresentaram a sua rendição.

Em *Gal.* 6.3.4-5, justifica César, com o facto de Sénones, Carnutes e Tréveros não terem comparecido na assembleia geral da Gália e a decorrente suspeita de sublevação, a transferência da reunião para Lutécia dos Parísios (primeira referência conhecida a Paris, que se erguia numa ilha do Sena [*Sequana*], isto é, na atual Île de la Cité), pois este povo, embora não envolvido na conspiração, confinava com os Sénones e a eles se tinha, *patrum memoria*, “na memória/ no tempo dos seus pais”, juntado. Como bom general, César conhece a história dos povos gauleses, para tirar o máximo partido do conhecimento que uns têm dos outros e explorar os diversos posicionamentos de cada um.

Em 7.77.12, Critognato recorda, como precedente para a sua proposta, o recurso dos antepassados à antropofagia (consumo dos corpos dos incapazes para a guerra), para resistirem ao assédio de Cimbros e Teutões. A solução, radical embora, parece ter surtido efeito. César dá protagonismo a Critognato para mostrar que a guerra contra os Gauleses e a vitória em Alésia são questões civilizacionais.

Embora sem aludir a estes passos, Thompson (2006: 11), com base no poderio militar, estabelece a seguinte hierarquia: 1º) Germanos; 2º) Belgas; 3º) Gauleses. Os povos, ao cabo, definem-se parcial e militarmente quer por descenderem de Cimbros e Teutões, quer pela capacidade de lhes resistirem, quer por os vencerem, e, no caso dos Romanos, servem as vitórias para mostrar que na guerra, muito mais importante do que a corpulência é a organização militar.

A propósito do costume dos Gauleses de cremarem, com os senhores, os escravos e os dependentes prediletos, situa César tal prática *paulo supra hanc memoriam*, “um pouco antes desta <nossa> memória/ deste tempo”. O cotexto e o contexto não nos permitem situar com precisão o tempo referido, mas talvez se situe em algum momento da *patrum memoria*, isto é, da memória comunicativa.

4. NOSTRA ETIAM MEMORIA

Suetónio (*Iul.* 56.4) informa que Asínio Polião estava convencido de que César tinha, de forma descuidada e sem a estrita observância da verdade,

compilado as suas memórias, quer por se ter acriticamente fiado nos relatos de outros dos feitos por eles praticados quer por ter, propositadamente ou por esquecimento, deturpado a verdade no relato dos seus próprios feitos. No *Bellum Gallicum*, César submete ao controlo autoral as suas próprias memórias, as dos seus subordinados e as dos inimigos, mas, no que à primeira vista parece imperfeição do tipo das detetadas por Polião, esconde-se um propósito militar e político cuidadosamente gizado e orientador da narrativa de César.

A memória de César da forma precária e demorada (vinte dias) como os Helvécios atravessaram o Árar terá, seguramente, contribuído para a decisão do supremo comandante romano de construir uma ponte sobre o mencionado rio. A rapidez de construção, a relativa imponente e sofisticação da obra de engenharia e a travessia concretizada num único dia não só empoderaram simbolicamente o exército romano como causam uma profunda perturbação nos Helvécios que enviam uma delegação, chefiada por Divico, a César. A escolha do primeiro não é inocente: Divico, com efeito, tinha comandado os Tigurinos na batalha contra Cássio (*Gal.* 1.13.2), pelo que a recordação, por parte do primeiro, do ocorrido reveste-se de uma carga simbólica e de uma autoridade apenas comparáveis às de César que tinha acabado de desbaratar os referidos Tigurinos. No diálogo com César, o emissário Helvécio não só lhe diz que se lembre da derrota do povo romano e da antiga coragem dos Helvécios mas também reclama superiores méritos militares, pois tinha vencido os Romanos em combate aberto, ao passo que César surpreendera à traição o único cantão dos Helvécios que ainda estava ocupado na tentativa de atravessar o rio e não podia contar com os restantes, que já tinham atravessado (*Gal.* 1.13.4-7). À luz da lei de talião, a afronta da vitória dos Tigurinos sobre Cássio Longino ficava suficientemente reparada com a chacina do referido cantão, mas as palavras de Divico, reveladoras de excesso de confiança baseada no passado e aparentemente encorajadoras a que César não transformasse o local da conferência num memorial de uma possível derrota romana (1.13.7; cf. *dies Alliensis*), constituíam um desafio a César e ao povo romano a abrirem um novo capítulo na guerra entre Helvécios e Romanos. Imperioso se tornava vencer os Helvécios em guerra aberta, o que, depois de muito longo e renhido combate, acabou por se verificar (*Gal.* 1.26). Quer

isto dizer que o recurso à memória não só está ao serviço da reclamação de superioridade militar, mas também, ao contribuir para a hierarquização dos tipos de combate, eleva a guerra a um outro patamar onde se tiram as teimas relativas à superioridade militar das partes em conflito.

César soma, à tentativa recente dos Helvécios de forçar a passagem pela Província, aos males causados a Éduos, Ambarros e Alóbroges (*Gal.* 1.14.3), ao regozijo com que os Helvécios se jactavam da vitória sobre Lúcio Cássio Longino (*Gal.* 1.14.4), a forma desabrida como Divico recusa satisfazer as exigências de César de reféns, alegando que os Helvécios estão habituados a recebê-los, não a entregá-los (*Gal.* 1.14.7). A *fides* que unia César e o povo romano aos seus amigos e aliados obrigava-o a não deixar passar impune tais ofensas, e, embora o não diga, movia-o sobretudo o desejo de vencer, pacificar e romanizar a Gália.

No episódio de Ariovisto, as memórias do éduo e druida Diviciáco, aliado dos romanos, quando confrontadas com as de Ariovisto, rei dos Suevos, não deixam de revelar aparentes fragilidades e incoerências da política externa romana. Sem empregar o termo memória, mas num discurso que, em termos de economia narrativa, se revela, na sequência da campanha contra os Helvécios, absolutamente decisivo para a prossecução da narrativa e da guerra (*Gal.* 1.31), Diviciáco informa que, embora os Arvernos e os Séquanos, com a determinante ajuda de Ariovisto e demais suevos, tivessem vencido os Éduos e os tivessem obrigado a entregar reféns e a comprometer-se a não solicitar ajuda ao povo romano, ele tinha conseguido esquivar-se a tais compromissos e havia rumado a Roma a fim de solicitar o auxílio do povo romano contra a coligação referida. Mas a sorte dos Séquanos, vencedores, não fora melhor que a dos vencidos Éduos, pois, além de Ariovisto e os seus Suevos terem ocupado um terço do território dos primeiros (o melhor da Gália), ainda exigiram a desocupação de outro terço para aí se instalarem 24 000 harudes que vinham a caminho. Os Gauleses recebavam ter de migrar como os Helvécios.

Nebulosa permanece para nós a batalha de Magetóbriga, onde, de acordo com *Gal.* 1.31.12, Ariovisto venceu os Gauleses. Sem mencionar a referida peleja e tomando como ponto de referência o consulado de César em 59 a.C., escreve Carena (1991: 75 e 438 n. 12): “Ariovisto aveva invaso la Gallia una

ventina di anni prima, invitato dai Sequani, e sconfitto gli Edui”. Quando se procuram na rede informações sobre a batalha de Magetóbriga, a maior parte dos sítios informa que opôs Arvernos, Séquanos e Suevos (comandados por Ariovisto) aos Éduos e ocorreu em 63 a.C. Sem ser tão específico relativamente à data do conflito, afirma Raaflaub (2021: 74 n. 160): “The victory over the Aedui at Magetobriga (1.31.12) dates to 61, at the latest. Ariovistus probably entered Gaul in 72-71”. Quanto à deslocação de Diviciáco a Roma, onde teria sido hóspede de Cícero (que é a única fonte que no-lo diz druida; cf. *Diu.* 1.41,90), Rat (1964: 235) e O’Donnell (2019: 9 n. 6) dizem ter ocorrido no consulado do Arpinate, em 63 a.C.; Webster (1999: 6), em 61 a.C.; e Pailleur (2008: 36), em 60 a.C. Seja como for, a verdade é que o Senado romano, além de não ter prestado ajuda efetiva a Diviciáco e aos Éduos (*Gal.* 1.44.9), ainda no consulado e por intervenção do próprio César em 59, haveria de ratificar as conquistas de Ariovisto, proclamando-o rei, conferindo-lhe o título de *amicus populi Romani* e dando-lhe muitos presentes (*Gal.* 1.33.1).

Embora César não aluda à antiguidade da primeira aliança entre o povo romano e os Éduos (123 a.C.), interessava aos seus propósitos, em 58 a.C., valorizar o facto de o Senado os ter considerado *fratres consanguineosque*, “irmãos e parentes”, resgatá-los à escravidão imposta por Ariovisto e Séquanos e mostrar-se sensível às ameaças representadas pelas recentes e frequentes migrações de Germanos para a Gália (*Gal.* 1.33.2-4). Quanto a Ariovisto, a única atenuante para César e o povo Romano residia no facto de ter sido o suevo a solicitar a amizade do povo romano, o que levava o procônsul a pensar que ele lhe daria ouvidos e não faltaria ao seu dever (*officio*, *Gal.* 1.40.2).

Para dissipar nos seus militares o receio dos Suevos, César recorda que o povo romano tinha temido os escravos, quando estes ainda se encontravam desarmados (*inermes*). Já depois de terem recebido a prática e o treino (*usus ac disciplina*) dos Romanos e se encontrarem armados e vitoriosos (*armatos ac uictores*), tinham-nos os Romanos, graças à *constantia*, vencido (*Gal.* 1.40.5-7). Alude-se à intervenção de Crasso e Pompeio para pôr termo a uma revolta de escravos, encabeçada por Espártaco e Crixo, apoiados por Trácios, Celtas e Germanos, entre 73 e 71 a.C., e que redundou na morte

de 40 000 escravos e na crucificação de 6000 ao longo da via Ápia. Assim, conclui James (2000: 59): “Through memory, the Roman army inherits the *usus* of their ancestors”.

Agésilau II (c. 445-359 a.C.), que se tinha empenhado em libertar os gregos da suserania persa e obteve alguns sucessos nos confrontos com os vice-reis Farnabazo e Tissafernes em 396-5, não se coibiu, confrontado com um exército bem mais numeroso e para combater o desespero dos seus, de capturar alguns inimigos e de os despir, para mostrar que não tinham treinado na palestra grega (cf. Hölscher, 2003: 7). De igual sorte, serviam os escravos provenientes de outros povos para os Romanos com os costumes e as práticas de combate deles se familiarizarem, lhes perderem o medo e criarem uma memória coletiva positiva e motivadora relativamente à capacidade romana de vencer esses povos.

Em *Gal.* 1.40.7, César aduz a superioridade dos Helvécios relativamente aos Germanos e o facto de os primeiros se não terem mostrado à altura dos Romanos; em *Gal.* 1.40.8, justifica, com a tática de Ariovisto de se manter escondido e de contemporizar, a vitória dos Suevos sobre os Gauleses “mais pelo cálculo e pela estratégia do que pela bravura” (*magis ratione et consilio quam uirtute*; refere-se à Batalha de Magetóbriga); e daqui conclui que os Gauleses são *barbaros atque imperitos*, “bárbaros e ignorantes” (1.40.9). César insta, em *Gal.* 2.21.2, os seus militares a conservarem a memória da sua antiga coragem, para, na Batalha do Sambre (junto a Saulzoir), susterm o ataque dos Nérvios. É, por conseguinte, mais fácil combater sobre uma memória recente de êxitos militares do que de fracassos.

Do mesmo modo que a *memoria* servia para o orador se lembrar da argumentação adversária, assim César, para desfazer os argumentos dos seus soldados relacionados com a suposta dificuldade no abastecimento de trigo, a estreiteza dos caminhos e a consequente possibilidade de emboscadas, alega a sua própria competência como general (*Gal.* 1.40.9), a sua *innocentia* ‘integridade’ e, consciente de estar a falar para homens temerosos e crédulos e embora se não confesse em *Gal.* particularmente protegido pela Fortuna, o facto de a boa sorte o ter acompanhado na batalha contra os Helvécios (*Gal.* 1.40.13). Finalmente, alega que, se não puder contar com

mais ninguém, lhe não faltará a lealdade da décima legião, a quem cumulara de benesses (*Gal.* 1.40.15).

César declara, em *Gal.* 1.43.8, que o povo romano não queria que os seus aliados e amigos tivessem prejuízos, mas se vissem acrescentados em influência, dignidade e honras (*gratia, dignitate, honore*). Logo, Ariovisto parece ter razão quando, depois de alegar que se limitara a ceder aos rogos dos Gauleses, que estes lhe tinham concedido morada na Gália, de livre vontade lhe tinham entregado reféns, que a lei da guerra lhe dava o direito de receber tributo dos gauleses vencidos, que estes é que tinham iniciado a guerra por ele vencida (Magetóbriga; *Gal.* 1.44.2-3), sustenta (1.44.5): *Amicitiam populi Romani sibi ornamento et praesidio, non detrimento esse oportere, idque se hac spe petisse*. “A amizade do povo romano devia ser para ele motivo de glória e de segurança, não de prejuízo, e nesta esperança a tinha procurado”.

Do mesmo modo que César justificara, com a necessidade de defesa do território da Província e dos aliados, a guerra contra os Helvécios, também Ariovisto alega a guerra defensiva para justificar a imigração de hordas de germanos para a Gália (*Gal.* 1.44.6). Ainda argumenta que tinha vindo para a Gália antes do povo romano, que, até então, estivera confinado à Província (1.44.7).

Tomando em consideração um pressuposto como o subjacente à justificação de Arriano para a resposta dos Gálatas e à opinião de César sobre os Gauleses vencidos por Ariovisto, e numa espécie de resposta retardada a Diviciaco, que caracterizara Ariovisto como bárbaro, irascível e temerário (*Hominem esse barbarum, iracundum, temerarium; non posse eius imperia diutius sustinere. Gal.* 1.31.13.), o rei dos Suevos diz que não é tão bárbaro nem tão ignorante dos assuntos que não saiba que os Éduos não tinham prestado auxílio aos Romanos na campanha de 61 contra os Alóbroges, nem que os Romanos não tinham dado apoio aos Éduos no combate contra os Séquanos e os Suevos (*Gal.* 1.44.9). Significa isto que o não controlo da memória recente é critério de definição do bárbaro.

A vitória final de César sobre os Helvécios demarca-o de Ariovisto, que tinha vencido os Éduos pela contemporização e pela estratégia. Se os

discursos de Diviciaco e de Ariovisto, por um lado, revelam más escolhas na política externa romana nos últimos anos, a verdade é que não só autorizam César a corrigir esses erros, estancando a migração germana para a Gália e devolvendo aos Éduos o estatuto e os reféns na mão dos Séquanos e de Ariovisto, como, aproveitando a memória gaulesa da traumática experiência recente de subjugação ao domínio de Ariovisto, a mostrar-se mais moderado e preocupado com os povos amigos e aliados, no fundo sugerindo que o jugo imposto pelos Romanos é mais fácil de suportar. Quando os enviados dos Remos contam a César que, na memória da sua vida (*nostra etiam memoria*) um rei dos Suessiões, Diviciaco, tinha governado grande parte da Gália e a Britânia (*Gal.* 2.4.7), esta informação seguramente daria a César alento para alcançar os seus propósitos.

No âmbito da *patrum nostrorum memoria*, considerámos a recordação, em vários calendários romanos, da vitória gaulesa junto do rio Ália entre a primeira e a segunda década do séc. IV a.C. Talvez este sucesso merecesse mais ser considerado no subcapítulo dedicado à *hominum memoria*, desde logo porque ultrapassa o arco temporal de 80 ou 100 anos referido pelos Assmann. Em todo o caso, é importante porque permite compreender uma das últimas referências de César à memória. No assalto de Tito Labieno a *Metiosedum*, fortaleza dos Sénones situada numa ilha do Sena, as tropas inimigas, cheias de moral e crentes de que delas dependia a salvação da Gália, com tal denodo combatiam que um soldado, trespassado enquanto defendia uma torre por ação de uma pequena catapulta (escorpião), acabou por morrer, foi substituído na função por outro, que teve o mesmo fim e a quem, por sua vez, sucedeu outro que, com igual destino, acabou rendido por um quarto (*Gal.* 7.25.2-4). O passo é bem ilustrativo de uma certa admiração de César pela determinação, coragem individual e espírito de sacrifício de alguns gauleses (em outros passos aparecem descritos como excessivamente crédulos, desorganizados e sem perseverança e resiliência), mas, ao mesmo tempo, serve para realçar a superior determinação e organização da máquina de guerra romana e, ao cabo, para engrandecer os feitos dos Romanos sob o comando direto de Tito Labieno e o supremo do próprio César.

BIBLIOGRAFIA

ABREVIATURAS

OCD The Oxford Classical Dictionary (2003), 3rd ed., edited by Simon Hornblower & Antony Spawforth. Oxford: University Press.

No caso das revistas, recorro, sempre que contempladas em *L'année philologique*, às abreviaturas aí presentes.

ESTUDOS E EDIÇÕES

Alexandre Júnior (2004). *Hermenêutica retórica*. Lisboa: Alcalá – Livraria Espanhola.

Assmann, Aleida (2011). *Cultural memory and Western civilization. Functions, media, archives*. Trad. do alemão. Cambridge: University Press.

Assmann, Jan (2008). Communicative and cultural memory. In Astrid Erll; Ansgar Nünning (Eds.), *Cultural memory studies. An international and interdisciplinary handbook* (109-118). Berlin – New York: Walter de Gruyter.

Bell, Brenda M. (1995). The contribution of Julius Caesar to the vocabulary of Ethnography. *Latomus*, 54, 4, 753-767.

Carena, Carlo (1991). *Cesare. Le guerre in Gallia. De bello Gallico*. Milano: Oscar Mondadori.

Citroni, Mario; Consolino, Franca Ela; Labate, Mario; Narducci, Emanuele (2006). *Literatura de Roma antiga*. Trad. do italiano de Margarida Miranda e Isaías Hipólito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cleary, Vincent J (1985). Caesar's *Commentarii*: Writings in search of a genre. *CJ*, 80, 4, 345-50.

Ferreira, José Ribeiro (1997). *Platão. Fedro*. Lisboa: Edições 70.

Galinsky, Karl (2018). Introduction. In K. Galinsky (Ed.), *Memory in ancient Rome and early Christianity* (1-39). Oxford: University Press.

Gowing, Alan M. (2005). *Empire and memory. The representation of the Roman Republic in imperial culture*. Cambridge: University Press.

Grillo, Luca (2018). Speeches in the *Commentarii*. In Luca Grillo & Christopher B. Krebs (Eds.), *The Cambridge companion to the writings of Julius Caesar* (131-143). Cambridge: University Press.

James, Bryan (2000). Speech, authority, and experience in Caesar, *Bellum Gallicum* 1.39-41. *Hermes*, 128, 1, 54-64.

- Halbwachs, Maurice (1925). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Pais: Félix Alcan (edição digital criada a partir desta referência bibliográfica e disponível, em 26.4.2023, em http://classiques.uqac.ca/classiques/Halbwachs_maurice/cadres_soc_memoire/cadres_soc_memoire.html).
- (1990). *A memória coletiva*. Trad. do francês de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice.
- Haywood, John (2018). *Os Celtas. Da Idade do Bronze aos nossos dias*. Trad. do inglês de Susana Costa Freitas. Lisboa: Edições 70.
- Hering, Wolfgang (1987). *C. Iulii Caesaris commentarii rerum gestarum*. Vol. I – *Bellum Gallicum* (repr. 1992). Stutgardiae et Lipsiae: in aedibus B. G. Teubneri.
- Hölscher, Tonio (2003). Images of war in Greece and Rome: between military practice, public memory, and cultural symbolism. *JRS*, 93, 1-17.
- Kelsey, Francis W. (1905). The title of Caesar's work on the Gallic and civil wars. *TAPhA*, 36, 211-238.
- Kelsey, Francis W.; Stem, Rex (2017). *Julius Caesar. Commentaries on the Gallic War, Books 1-5 and 6.11-24*. Ann Arbor: Michigan Classical Press.
- Lausberg, Heinrich (1993). *Elementos de retórica literária*. Trad. do alemão de Raul Miguel Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Leão, Delfim Ferreira (2011). Autoctonia, filiação legítima e cidadania no Íon de Eurípides. *Humanitas*, 63, 105-22.
- Martin, René; Gaillard, Jacques (1990). *Les genres littéraires à Rome* (reimpr. 2013). Paris: Nathan.
- Monteiro, João Gouveia; Braga, José Eduardo (2009). *Vegécio. Compêndio da Arte Militar*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Murray, Penelope (1996). *Plato on Poetry*. Ion; Republic 376e-398b9; Republic 595-608b10. Cambridge: University Press.
- Nousek, Debra L. (2018). Genres and generic contaminations: The *Commentarii*. In Luca Grillo & Christopher B. Krebs (Eds.), *The Cambridge companion to the writings of Julius Caesar* (97-109). Cambridge: University Press.
- O'Donnell, James (2019). *Julius Caesar. The war for Gaul*. Princeton and Oxford: Princeton University Press.
- Östenberg, Ida (2014). War and remembrance: Memories of defeat in Ancient Rome. In Brita Alroth & Charlotte Scheffer (Eds.), *Attitudes towards the past in Antiquity: Creating identities. Proceedings of a Conference held at Stockholm University 15-17 May 2009* (255-265). Stockholm: Institutionen för arkeologi och antikens kultur.

- Pailler, Jean-Marie (2008). Les druides de César: digression ethnographique et neutralisation historique. *Etudes Celtiques*, 36, 35-58.
- Raaflaub, Kurt A. (2021). Caesar and genocide: confronting the dark side of Caesar's Gallic Wars. *NECJ*, 48, 1, 54-80.
- Rat, Maurice (1964). *César. La guerre des Gaules*. Paris: GF Flammarion.
- Rocha Pereira (2009, 4ª ed.). *Estudos de História da Cultura Clássica*. II Volume – *Cultura Romana*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Thompson, Maggie (2006). Primitive ideal? Gender and ethnocentrism in Roman accounts of Germany. *Studies in Mediterranean Antiquity and Classics*, 1, 1, 1-18.
- Webster, Jane (1999). At the end of the world: Druidic and other revitalization movements in post-conquest Gaul and Britain. *Britannia*, 30, 1-20.

(Página deixada propositadamente em branco)

LUTA DE CLASSES E
INTERNACIONALISMO EM
ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA E
JOÃO MARTINS PEREIRA

*Class struggle and internationalism
in António José Saraiva and
João Martins Pereira*

JOÃO CARLOS DOS SANTOS MOREIRA

joaocsantosmoreira@gmail.com

ISCTE

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2408-3790>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_3

Texto recebido em / Text submitted on: 30/05/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 23/11/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.ª Série

pp. 67-88

RESUMO

No âmbito da história das ideias, este artigo analisa o modo como os conceitos de luta de classes e internacionalismo foram sendo interpretados por João Martins Pereira e por António José Saraiva, ao longo do período balizado entre meados da década de 1960 e meados da década de 1980. Identificando estes autores como vozes representativas de distintas sensibilidades da Nova Esquerda, compreende-se o desenvolvimento ou aprofundamento de perspectivas quanto àqueles conceitos fundamentais no edifício teórico-político do marxismo, expressas tanto no domínio público, como no âmbito privado. Nesse sentido, a investigação traduziu-se numa análise qualitativa de um conjunto diversificado de fontes – entre elas, livros, entrevistas, manuscritos inéditos, artigos publicados na imprensa escrita e cartas pessoais.

Palavras-chave: Intelectuais; internacionalismo; luta de classes; marxismo; Nova Esquerda.

ABSTRACT

Within the scope of the history of ideas, this article analyzes the way in which the concepts of class struggle and internationalism were interpreted by João Martins Pereira and António José Saraiva, throughout the period between the mid-1960s and the mid-1980s. Identifying these authors as representative voices of different New Left sensibilities, we understand the development or deepening of perspectives regarding those fundamental concepts in the theoretical-political building of Marxism, expressed both in the public and private domains. In this sense, the investigation resulted in a qualitative analysis of a diverse set of sources – including books, interviews, unpublished manuscripts, articles published in the written press and personal letters.

Keywords: Class struggle; intellectuals; internationalism; Marxism; New Left.

INTRODUÇÃO: CRISE E RENOVAÇÃO DO MARXISMO

A divulgação do “relatório secreto” de Nikita Krushev, em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), e a repressão da Revolução Húngara nesse mesmo ano, por parte dos tanques soviéticos, potenciaram, no interior e nas margens dos partidos comunistas, a emergência de leituras dissidentes e heterodoxas sobre o materialismo histórico. Os legados de Leon Trotsky, Antonio Gramsci, Rosa Luxemburgo e György Lukács, que pareciam adquirir uma nova atualidade, ofereciam novos entendimentos sobre a burocratização dos regimes do socialismo real, os caminhos da revolução mundial e a luta política das classes trabalhadoras.

Mas se estes teóricos contribuíram, por um lado, para a emergência de um marxismo sofisticado, dissemelhante do modelo veiculado pelo PCUS de Estaline, considerado dogmático e determinista, por outro, não constituíram um corpo teórico-político homogêneo. Quase simultaneamente, surgiam com grande impacto público diversos autores, como Jean-Paul Sartre, Herbert Marcuse e Ernest Mandel, que fomentavam uma heterodoxia que parecia libertar o marxismo do colete de forças do período anterior. Contudo, o surgimento de um conjunto de teóricos e grupos marxistas, não só distintos em relação ao filão maioritário associado ao marxismo-leninismo, mas também diferentes entre si, contribuiu para um certo enfraquecimento da doutrina. Crítico do marxismo, Raymond Aron escrevia então de forma algo jocosa, mas também realista, que “cada temperamento, cada grupo intelectual descobre um aspeto da doutrina adequada às suas preferências” (1981: 161).

Assim, esta nova geografia marxista manifestava, um “renascimento” doutrinal (Marek, 1987: 311), mas também elementos de “crise” (Kouvelakis, 2008: 23-48). Amplo, heterodoxo e informal, este campo teórico e político, comunidade ideológica, de inspiração marxista – mas que se demarcava tanto do estalinismo quanto da social-democracia – foi denominado de Nova Esquerda¹. Apesar de plural, esta vaga revestia-se de alguns elementos

¹ A expressão tem raiz na revista *New Left Review*, de Stuart Hall. No seguimento do XX Congresso do PCUS e da repressão da Revolução Húngara, particularmente a partir de 1960, data da sua fundação, a revista torna-se um polo de reflexão e debate de académicos-militantes.

comuns e fundamentais: as críticas do socialismo real, do marxismo *oficial* e do partido leninista como meio de transformação da realidade social e política, e a valorização dos jovens, das mulheres, outros grupos oprimidos e excluídos, considerados agentes transformação social (Cardina e Soeiro, 2013: 25-57).

António José Saraiva e João Martins Pereira foram dois intelectuais portugueses cuja intervenção pública, a partir da década de 1960, foi marcada por esta heterogénea vaga político-cultural. A partir desse chão comum, no entanto, os seus percursos afastaram-se, emergindo nestes os elementos de renovação e crise da Nova Esquerda. Para Saraiva, o dessacralizar do marxismo-leninismo implicou uma gradual, ainda que não linear, desfiliação do marxismo como método interpretativo do processo histórico. Para Martins Pereira, intelectual de inspiração sartreana, a emergência de múltiplas leituras no seio do materialismo histórico proporcionou uma releitura de velhos debates e um aprofundamento crítico de novas questões teóricas. A esse respeito, as reflexões sobre as ideias de luta de classes e de internacionalismo são sintomáticas.

ITINERÁRIOS DE DOIS INTELECTUAIS

Nascido em Leiria no último dia de 1917, Saraiva teve uma carreira académica ímpar na historiografia da literatura portuguesa. Aderindo ao PCP em 1944, foi, entretanto, preso pela polícia política que nunca mais deixou de o perseguir ou, pelo menos, vigiar². Notabilizou-se, então, como *maître à penser* de uma geração e pela defesa intransigente do neo-realismo.

Exilou-se primeiramente em França, entre 1961 e 1970, e depois nos Países Baixos, onde permaneceu até 1975. O período de exílio e as curtas estadias na União Soviética e na Checoslováquia (Neves, 2005: 188) coincidiram com o seu processo de questionamento da teoria marxista e com o seu afastamento em relação ao PCP, que abandonaria em 1963.

² Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo PIDE, Delegação do Porto, Processo individual 14667.

Apesar de admitir alguma validade ao marxismo, em 1964, já se autoidentificava como “a-doxo” (Neves, 2005: 92), perdendo uma rede teórica que havia suportado uma cosmovisão bem definida. Dois anos mais tarde, Óscar Lopes haveria de contar a Eduardo Prado Coelho a “grande guinada pendular” do amigo³. A Eduardo Lourenço, o próprio Saraiva escrevia: “a minha solidão ideológica e política é, neste momento, total”⁴.

O processo de revisão do marxismo oficial não foi, no entanto, apenas resultado das visitas à União Soviética ou da vida em França. Para isso muito contribuíram múltiplas – e, porventura, antagónicas – leituras: Alexis Tocqueville e o “jovem Marx”⁵, António Sérgio e o federalista Pierre-Joseph Proudhon, Immanuel Kant e o marxista-freudiano Herbert Marcuse, Mahatma Gandhi e o socialista utópico Joseph Fourier, para além do próprio Eduardo Lourenço, em particular *Heterodoxia II*, de 1967. De uma forma geral, Saraiva era um pensador preocupado com os temas da alienação e da tecnologia, crítico da modernidade, eclético, libertário e partidário de uma sociedade descentralizada.

A sua nova reflexão política tornou-se clara aquando da publicação do êxito editorial e polémico *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*, em 1970, que teve como pano de fundo os acontecimentos do Maio de 1968, em Paris, por si presenciados. Tal reflexão teve respostas incisivas por parte de diversos setores da oposição, entre elas a do próprio PCP que, pela mão de Álvaro Cunhal, denunciava o “livro anticomunista”, anatematizando o seu autor – um entre outros “teorizadores pequeno-burgueses” –, vagamente associado à

³ Carta de Óscar Lopes a Eduardo Prado Coelho, Porto, 6-2-[1]966. Arquivo particular de Alexandra Prado Coelho, Cx. 2.

⁴ Carta de António José Saraiva a Eduardo Lourenço, Paris, 4-6-1967. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Nacional de Cultura Contemporânea, Espólio de Eduardo Lourenço.

⁵ Designação de Louis Althusser que propôs uma releitura da obra de Marx baseada no que identificou de corte epistemológico entre o humanismo pré-científico do “jovem Marx” e o materialismo do Marx maduro. De acordo com o autor francês, somente a partir de 1845 – mais concretamente a partir da redação de *A Ideologia Alemã* – Marx iniciou um discurso científico e compôs as principais teses da doutrina (Althusser, 2015).

propaganda do “imperialismo” e do “fascismo” (Cunhal, 2013: 134 e 511-540). Diabolizado de então em diante pelo seu antigo partido e maldito por parte significativa da emergente esquerda de matriz maoísta, Saraiva desabafava com alguns amigos. A Eduardo Lourenço notava: “[...] há um cerco de silêncio à minha volta [...]. Bons tempos em que um tinha uma *claque*!”⁶. A Augusto Abelaira escrevia: “Tenho apanhado tanta pancada e visto tantas costas voltadas, que qualquer solidariedade humana é para mim como água em terra seca”⁷.

Apesar do isolamento, aproximou-se dos socialistas de Mário Soares que iam ganhando algum espaço entre a oposição ao Estado Novo. Saraiva não era um socialista, mas concordava com a política de diálogo que os socialistas pareciam querer iniciar com Caetano. Procurando caracterizá-lo a Jorge de Sena, Lourenço afirmava que aquele já não era o djanovista “brutal”. Pelo contrário, “o atual Saraiva é um anti-Saraiva desse outro” (Sena, 1981: 83).

A Revolução de Abril não promoveu a sua filiação nos novos partidos legais. Logo em maio de 1974, confidenciava a Óscar Lopes: “não [...] tenciono ter quais quer compromissos partidários”. Isso não invalidou, contudo, a sua intervenção pública, nomeadamente na revista *Vida Mundial*, a partir de outubro 1974. Com o avanço da revolução, afastou-se da imprensa escrita, voltando apenas em novembro de 1975, no primeiro número da revista *Critério*⁸, na qual foi co-autor da “Nota de abertura” e do “editorial”. Abandonando gradualmente o campo da esquerda, defendeu os chamados “retornados” e culpou toda a população portuguesa “pela política de Portugal em África” (Saraiva, 2015: 134).

Ao longo de todo o ano de 1976 a sua intervenção pública foi residual e não se debruçou sobre os acontecimentos políticos do país. Na verdade,

⁶ Carta de António José Saraiva a Eduardo Lourenço, Amesterdão, [?]-3-1972. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Nacional de Cultura Contemporânea, Espólio de Eduardo Lourenço. Itálicos do autor.

⁷ Carta de António José Saraiva a Augusto Abelaira, Amesterdão, sem data. Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Nacional de Cultura Contemporânea, Espólio de Augusto Abelaira.

⁸ Revista de João Palma Ferreira que contava com a colaboração de autores como Jorge de Sena, Alexandre O’Neill, Miguel Torga, Vergílio Ferreira.

esta ausência foi o começo de um gradual alheamento do comentário público da política nacional em prol de uma intervenção centrada em debates mais latos, de que foi exemplo a sua intervenção na por si fundada revista *Raiz e Utopia*, em 1977.

Em 1979, lançou a controvérsia com o polémico artigo “O 25 de Abril e a História” ao considerar o 25 de Abril “a maior vergonha de que há memória desde Alcácer Quibir” (2015: 258). Um ano depois considerou a vitória eleitoral da Aliança Democrática “um grande passo para a institucionalização do sistema político democrático” que, ainda nas suas palavras, “afastou o fantasma da ditadura” (Neves, 2005: 434; Saraiva, 2004: 615). A partir de então, começou a manifestar, de forma pública, apreço político por Eanes, Salazar e pelo regime do Estado Novo (Saraiva, 2004: 615, 630, 934 e 975).

Foi precisamente na década de 1980 que o autor surgiu na esfera pública com inúmeras intervenções de fundo patriótico e conservador que, se em alguma medida eram já perceptíveis em alguma correspondência privada da década de 1960, só então ganharam expressão pública. Em abril de 1984, questionado sobre o modo como celebraria o décimo aniversário do 25 de Abril, avançou com uma resposta sintomática de um percurso individual, mas também de uma época: “[...] vou passar o dia a escrever. É o costume das quartas-feiras” (Saraiva, 2004: 745).

Aproximando-se, por um lado, de algumas teses pós-modernas e, por outro, de um certo conservadorismo, Saraiva deixou de reconhecer-se no campo político da esquerda ou do socialismo. Este era, na realidade, um António José Saraiva qualitativamente diferente, quer do acérrimo defensor do neo-realismo da década de 1950, quer do utópico libertário *soixante-huitard*. A sua transformação ideológica foi de tal forma profunda que, no início da década de 1980, João Martins Pereira o havia de considerar “o ‘caso mais sério’ do pensamento de direita em Portugal” (Pereira, 1983: 81-83).

Ao contrário de Saraiva, Martins Pereira não teve formação na área das humanidades. Nascido em novembro de 1932, formou-se em Engenharia Químico-Industrial no Instituto Superior Técnico, em 1956. Entre 1963 e 1964 estudou sociologia e economia do trabalho em Paris, e, nos dois últimos anos da governação de Salazar, iniciou uma intervenção pública regular

na *Seara Nova*, dando, assim, início ao que considerava ser o “que de mais revolucionário podem fazer os intelectuais”. Como procurou dizer ao próprio Saraiva, “pôr a nu, pelas armas teóricas de que dispomos, a realidade dos mecanismos de dominação no nosso país [...]”⁹.

Envolveu-se na candidatura da Comissão Democrática Eleitoral às eleições de 1969, e fez também parte, desde aquele ano, da redação da nova série de *O Tempo e o Modo* – até ser expulso, em 1971, por uma maioria maoista. Entretanto, ainda em 1971, publicou *Pensar Portugal Hoje* que, num mês, esgotou a sua primeira edição. Em 1973 foi convidado a ser membro da Comissão Nacional do III Congresso da Oposição Democrática – cargo que não aceitou.

A 22 de abril de 1974, entregou à gráfica *Indústria, Ideologia e Quotidiano*, obra de fundo que procurava explicar as tendências da sociedade portuguesa e que o enquadrava num marxismo sofisticado e heterodoxo. Após o 25 de Abril, tornou-se o principal responsável pela área económica da revista *Vida Mundial* e, no seguimento do 11 de Março de 1975, entrou para o IV Governo Provisório como secretário de Estado da Indústria e da Tecnologia, estando à frente do processo de nacionalizações. No entanto, devido a divergências políticas com o PCP e PS, demitir-se-ia do cargo em julho desse mesmo ano.

Em 1976, fundou e dirigiu o *Gazeta da Semana*, tendo apoiado a candidatura presidencial de Otelo Saraiva de Carvalho e, no final do ano, publicou *O Socialismo, a Transição e o Caso Português* – obra que aprofunda a sua reflexão sobre a transição para o socialismo em Portugal e noutros países. No entanto, o rápido desaparecimento do *Gazeta* acompanhou um progressivo afastamento da sua intervenção na imprensa escrita. Quando se deu a viragem para a década de 1980 Martins Pereira já não intervinha publicamente com regularidade.

⁹ Carta de João Martins Pereira a António José Saraiva. Lisboa: 15-3-1970. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo PIDE, Serviços Centrais, Processos CI(2) – Centro de Informação 2 (Informações do Estrangeiro e das Colónias) 2982.

Em 1981, não publicou qualquer artigo e, em 1982, apenas dois. Se no seguimento do 25 de Novembro a imprensa foi sendo tomada por “antigonçalvistas” (Dionísio, 1993: 262), esse processo aprofundou-se na década de 1980, fechando-se cada vez mais a vozes críticas do *status quo* como Martins Pereira que, por exemplo, viu recusada por diversos jornais a publicação de um artigo da sua autoria a favor da despenalização do aborto.

Essa situação provocou a publicação do livro *No Reino dos Falsos Avestruzes*, em 1983. As suas incisivas críticas ao meio político-cultural português mereceram respostas do próprio campo da esquerda. Prado Coelho classificou, então, de “inabitável” o lugar político e ideológico em que este intelectual se colocava (Coelho, 1983: 24R-25R). Não destoando, Eduardo Lourenço caracterizou Martins Pereira como um intelectual “sozinho” na sua “pura ilha-esquerda” (Lourenço, 1983: 48-50). No mesmo sentido, Saraiva considerou o livro um mero “grito na noite” (Saraiva, 1983: 50-52).

A QUESTÃO DO INTERNACIONALISMO E DA SOLIDARIEDADE OPERÁRIA

Estes dois percursos, tão distintos entre si, implicaram distintas respostas a assuntos que se foram expressando entre os intelectuais portugueses de formação marxista. Um deles foi precisamente a questão do internacionalismo. Na perspectiva de Saraiva, a classe trabalhadora havia demonstrado ao longo das décadas anteriores que o nacionalismo e o interesse individual eram predominantes na sua mundividência: em 1969, notava a Óscar Lopes que o internacionalismo operário era desmentido pelo apoio dos trabalhadores americanos à Guerra do Vietname ou pelo papel desempenhado pelo Partido Comunista Francês na Guerra da Argélia (Neves, 2005: 236); em 1980, no *Diário de Notícias*, declarava que “a classe operária não se uniu através do Mundo, antes se desuniu por [*sic*] próprios países ‘socialistas’”; no ano seguinte, em 1981, num artigo publicado no mesmo jornal, assegurava que “a solidariedade internacional dos trabalhadores” não havia sido provada “pelos factos” (Saraiva, 2004: 562-578); no prefácio, datado de 1983, a uma nova edição de *Dicionário Crítico*, afirmava que Marx se equivocara ao afirmar que “a classe operária é internacionalista”. Para con-

firmar a sua tese, Saraiva dava mesmo o exemplo de Hitler que, escrevia, havia mobilizado o “operariado alemão em torno do nacionalismo” (Saraiva, 1996: 18-19). Numa palavra, Saraiva considerava que Marx e, de uma forma geral, os marxistas estavam imbuídos de um otimismo antropológico por entenderem a solidariedade como uma característica inata aos trabalhadores.

Este género de considerações foi, no entanto, criticado quer por clássicos do marxismo, como Gramsci – que criticou a ideia de os proletários serem naturalmente “altruístas” (Gramsci, 2019: 72) –, quer por ex-comunistas, como Leszek Kolakowski – que denunciou “todas as variantes sentimentais” nas leituras de Marx (Kolakowski, 1985: 19). De todo o modo, era essa a perspetiva de Saraiva até ao início da década de 1960. Para compreender, de forma lata, a evolução do seu pensamento atente-se que em *Dicionário Crítico*, de 1960, o autor referia-se ao “homem de direita” como aquele que “descrê da bondade do indivíduo”, ao contrário “progressista”, para quem os homens seriam, portanto, genericamente bons (Saraiva, 1996: 85-86).

Não deixa de ser curioso que Saraiva, um autor tão marcado pelos *Manuscritos Económico-Filosóficos* de Marx, em particular pelas suas considerações relativas à alienação, tenha assim interpretado o pensamento do filósofo. Precisamente naquela obra, por diversas vezes Marx concluiu que o sistema de propriedade privada fomentava “a concorrência” e a “competição” cada vez “maior, mais anormal e mais violenta”, entre trabalhadores – pelo que estes não eram naturalmente solidários (ou sequer internacionalistas) (Marx, 2017: 93, 97 e 106). Aliás, o filósofo alemão chegou mesmo a afirmar que o trabalho sob o regime de propriedade privada “produz estupidez” e “cretinismo para os trabalhadores” (Marx, 2017: 147). Mais tarde, em *A Ideologia Alemã*, Marx, então acompanhado por Engels, regressava ao assunto. A citação é longa, mas esclarecedora do seu pensamento:

A concorrência isola os indivíduos uns contra os outros, não apenas os burgueses mas ainda mais os proletários, e isto a despeito de os aproximar. [...] só ao cabo de longas lutas se consegue vencer todo o poder organizado contraposto a estes indivíduos isolados que vivem no seio de relações que diariamente reproduzem o isolamento. Reclamar o contrário seria o mesmo

que reclamar a não existência de concorrência nesta época histórica determinada, ou que os indivíduos banissem da cabeça relações sobre as quais, enquanto isolados, não têm nenhum controlo. [...] Os indivíduos isolados [...] contrapõem-se [...] hostilmente uns aos outros, em concorrência. (Marx e Engels, 2008: 69-71)

Por essa razão, no quadro da fundação da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1864, Marx esclarecia que o “laço de fraternidade [...] *deve* [sublinhado nosso] existir entre os operários de diferentes países”, que “a emancipação das classes operárias *requer* [sublinhado nosso] o seu concurso fraterno” e ainda que “a emancipação do trabalho não é um problema local nem um problema nacional, mas um problema social” que envolvia todo o mundo desenvolvido (Marx e Engels, 1983: 12-14). O próprio Eduardo Lourenço, insuspeito de marxismo, compreendia, em 1986, a Esquerda como “a *vontade* de solidariedade” [sublinhado nosso], reconhecendo, desse modo, um voluntarismo inerente, necessário, à esquerda enquanto ideia política (Lourenço, 2009: 60).

Quase 15 anos mais novo, João Martins Pereira não teve militância político-partidária nem passagem pelos paradigmas teóricos do PCP. Ernest Mandel, reputado economista e principal dirigente da IV Internacional (trotskista), e Che Guevara, dirigente da Revolução Cubana, concorriam para uma perceção menos dogmática e ortodoxa do processo histórico. Ao contrário do que se passava com Saraiva, o internacionalismo não era algo exterior a Martins Pereira. Marxista, reconhecia a validade e necessidade daquela ideia e prática políticas. Em 1967, aquando da sua estadia na Checoslováquia, debruçava-se sobre o modo como a Guerra do Vietnam era negligenciada pelas elites políticas daquele país:

Procura-se em vão um sinal visível de que alguém por aqui se preocupe seriamente com a tragédia de um país socialista irmão, longínquo, que nos confins da Ásia, segundo a esquerda ocidental, “luta por todos nós”¹⁰.

¹⁰ “Checoslováquia 1967”, sem data. Centro de Documentação 25 de Abril, Espólio de João Martins Pereira. Secção Atividade Privada, Subsecção Vida Pessoal, Cx. 185.

Se era possível adivinhar essa posição de princípio nos últimos anos do Estado Novo, ela tornou-se clara semanas depois do 25 de Abril de 1974. Logo em julho daquele ano, o autor denunciava as teses dominantes – mesmo à esquerda – de que o mundo se dividia verticalmente “em blocos [capitalista e socialista]”. No seu entendimento, a principal divisão entre seres humanos era de carácter social – e não de potências regionais –, pelo que a contradição fundamental ao capitalismo residia na luta de classes à escala global. A própria sorte da revolução portuguesa jogava-se num âmbito internacional. A sua afirmação era clara: “o socialismo [português] será internacionalista, ou não será” (AAVV, 1974: 36).

No mesmo sentido, no artigo “Portugal depende de quem?”, de novembro de 1974, procurou evidenciar “a ‘interdependência’ entre as ‘lutas de libertação’ dos trabalhadores de todos os países” (Pereira, 1975c: 14). Da mesma forma, em setembro de 1975, poucas semanas antes da morte de Franco, destacava a coincidência das lutas dos trabalhadores portugueses com as das oposições ao regime nacionalista em Espanha, lembrando que as suas sortes eram, de alguma forma, dependentes (Pereira, 1975b: 8-9).

Quase um ano depois, em junho de 1976, avançava com um esboço de um projeto de independência nacional, salientando que esta teria de compreender novas relações económicas do país sob “uma solidariedade internacional *indispensável* [itálicos de Martins Pereira]” (Pereira, 1976a: 3). E, por fim, no livro *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*, desse mesmo ano, reconhecia a “difícil”, mas necessária, “solidariedade revolucionária internacional”, para a construção da sociedade socialista (Pereira, 1976b: 252). O internacionalismo não era, portanto, nem uma abstração nem uma característica inata dos trabalhadores. Pelo contrário, era entendido como uma necessidade política e um fator decisivo na construção do socialismo em Portugal e no mundo.

Foi, apenas em 1980, no já referido livro *Sistemas Económicos e Consciência Social*, que Martins Pereira respondeu de forma mais evidente a Saraiva, acabando por explicar de forma mais profunda a sua compreensão do que Marx

e Engels entendiam por solidariedade operária e internacionalismo¹¹. No seu entendimento, ao contrário do que eram muitas vezes acusados, os autores do *Manifesto Comunista* não eram dotados de um “otimismo primário quanto à propensão humana para o altruísmo, a solidariedade, a generosidade”. Afinal, Marx e Engels “nunca postularam que *os homens* seriam naturalmente bons (nem maus)”¹², nem entenderam a luta de classes “em termos maniqueístas, de luta entre bons e maus”. E por não idealizarem os trabalhadores, por não “reconhecerem qualquer solidariedade natural [...] aos proletários”, Marx e Engels incentivavam os operários a serem “solidários”, pois esse era um (ou o) fator determinante para a sua vitória política (Pereira, 1980: 116). Para o pensador português era essa a razão de ser do internacionalismo e da solidariedade, pelo que se exprimia desta forma:

“Proletários de todos os países, uni-vos!”. O percurso é inverso do dos idealistas, do dos utópicos: o mecanismo próprio do modo de produção capitalista desenvolve interesses contraditórios e antagónicos entre exploradores e explorados; a compreensão desses interesses, e da inelutabilidade da luta a travar, levará a uma cada vez maior solidariedade entre os membros das classes em confronto. A solidariedade aparece assim quando muito como uma necessidade histórica, e não como um sentimento inerente a uma qualquer *natureza humana*, que cada um transporta consigo para a vida coletiva. (Pereira, 1980: 117)

¹¹ Em 1968, no artigo “Os estimulantes materiais na economia”, publicado na *Seara Nova*, Martins Pereira já abordava o tema, contestando tanto a ideia de que o ser humano é naturalmente competitivo, quanto a ideia de que este é naturalmente solidário. Nesse sentido, considerava que o contexto social dos homens, sim, promovia comportamentos num ou noutro sentido (Pereira, 1968: 115).

¹² Note-se que poucos meses antes da publicação do livro de Martins Pereira, num artigo intitulado “Cristianismo e marxismo” e publicado no *Diário de Notícias*, Saraiva dizia que os marxistas, ao contrário do que pretendiam, tinham um “comportamento idealista” partindo da “pressuposição igualmente mítica e dogmática de que a natureza [inclusive a *natureza* dos homens] é ‘boa’ e igualitária”. Provocatoriamente classificava os primeiros de “idealistas do materialismo” (Saraiva, 2015: 331).

Neste âmbito, é pertinente ler as palavras de Marx e Engels na obra *A Sagrada Família*, saída em 1844:

Se os escritores socialistas atribuem ao proletariado esse papel histórico-mundial [na superação do regime de propriedade privada], isso não acontece, de nenhuma maneira, [...] pelo fato de eles terem os proletários na condição de *deuses*. Muito pelo contrário. Porque a abstração de toda humanidade, até mesmo da aparência de humanidade, praticamente já é completa entre o proletariado instruído; porque nas condições de vida do proletariado estão resumidas as condições de vida da sociedade de hoje, agudizadas do modo mais desumano; porque o homem se perdeu a si mesmo no proletariado, mas ao mesmo tempo ganhou com isso não apenas a consciência teórica dessa perda, como também, sob a ação de uma *penúria* absolutamente imperiosa – a expressão prática da *necessidade* –, que já não pode mais ser evitada nem embelezada, foi obrigado à revolta contra essas desumanidades; por causa disso o proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo.

(Marx e Engels, 2011: 49)

Desta leitura depreende-se que, pese embora a manifesta influência dos primeiros escritos de Marx sobre Saraiva, não foi este que aqui adotou o raciocínio do jovem filósofo alemão, mas, sim, Martins Pereira. Aliás, se outras passagens de Marx e/ou Engels poderiam comprovar a profunda marca destes autores neste intelectual português, esta é particularmente esclarecedora. Note-se a esse respeito que não só o raciocínio é idêntico como os termos – e, de uma forma genérica, a formulação – de Martins Pereira são ou iguais ou análogos aos utilizados pelos fundadores do materialismo histórico. Enquanto a palavra “necessidade” é usada em ambos os textos (no de Marx e Engels o substantivo é mesmo sublinhado), os termos “compreensão” e “luta/confronto” em Martins Pereira substituem (ou podem substituir), respetivamente, as expressões “consciência teórica” e “revolta” da dupla intelectual alemã.

CLASSE E LUTA DE CLASSES

O entendimento que Martins Pereira fazia da realidade social impeliu-o a reconhecer não só a existência de classes, que lutavam por interesses diversos, mas também distintas frações de classe. Ao longo da sua intervenção pública, o autor procurou caracterizar, para além dos diversos estratos da classe trabalhadora, os distintos setores e frações da burguesia portuguesa, os seus objetivos e os seus aliados. Não por acaso, o sucesso editorial *Pensar Portugal Hoje*, de 1971, poderia muito bem denominar-se, como o próprio acabou por escrever, “estratégia da burguesia portuguesa, hoje”. Por exemplo, a governação de Marcello Caetano foi por si compreendida como o derradeiro sinal da progressiva substituição política de um “setor agrário-comercial” – muito comprometido ideológica e economicamente com o regime do Estado Novo – por um “setor financeiro-industrial” apostado no aumento da produtividade, do consumo, das ligações à Europa-além-Pirenéus e, portanto, na elevação da economia portuguesa a um estágio de neocapitalismo (Pereira, 1971: 14-15).

No entanto, a sua visão sobre a luta de classes não tinha por base uma compreensão economicista do marxismo. Com efeito, não era reduzida a uma mera luta entre trabalhadores – representados caricaturalmente como homens vestidos com um fato de macaco – e patrões. Em 1974, reconhecia uma ligação entre a luta pela libertação das mulheres – “a revolução sexual (no sentido de revolução nas relações entre os sexos)” – e a luta de classes geralmente entendida. Martins Pereira não separava, com efeito, a “luta económica”, a “luta ideológica” e a “luta política”. Nas suas palavras, estas eram “apenas aspetos diferentes, mas rigorosamente articulados, de uma mesma luta” (Pereira, 1974b: 215-221) – ainda que menosprezados pelos “chamados ‘movimentos democráticos’” de oposição ao Estado Novo (Pereira, 1974b: 190).

Também neste âmbito, não deixa de ser curioso que Martins Pereira ousasse compreender a situação de opressão e de exploração das mulheres em Portugal e o seu papel na “unidade reprodutiva” familiar. As suas palavras parecem coincidir com as de muitas teóricas feministas da atualidade, em particular as de inspiração marxista:

[...] a mulher trabalha diariamente tantas ou mais horas que o homem, sem que isso acrescente um tostão ao “Produto Nacional Bruto”: numa sociedade mercantil, só tem valor o que se pode vender no mercado. O trabalho da mulher destina-se a contribuir para a reprodução da força de trabalho do *marido*, e da força de trabalho social (através da “produção” de filhos).
(Pereira, 1974b: 189)

Também em 1974 voltaria a notar que a luta de classes deveria atravessar, não só os “locais de trabalho”, mas também “*todos os outros níveis do quotidiano* [itálicos de Martins Pereira]” (Pereira, 1974a: 19). Este entendimento da luta de classes estava associado à tese – por diversas vezes referida – de que, estabilizados os mecanismos da economia capitalista, os aumentos salariais seriam sempre recuperáveis pelos detentores do capital (Pereira, 1974c: 25-35). Por isso, a 6 março de 1975, poucos dias antes de assumir o cargo de Secretário de Estado da Indústria e da Tecnologia do IV Governo Provisório, voltava ao tema, explicando o seu entendimento lato da luta de classes:

A luta pela terra, pela habitação, pela saúde, pelos transportes, pelo direito à educação, por uma *nova* cultura, por uma *nova* moral, etc., são outros tantos aspetos da luta de classes, ao mesmo título que a luta pelo aumento de salários, por melhores condições de trabalho, pelo controlo da produção, ao nível da produção.
(Pereira, 1975a: 45, itálicos do autor)

Nesta afirmação, o intelectual não só confirmava uma compreensão ampla da luta a travar pela classe trabalhadora, como, em certa medida, deixava adivinhar a sua posição perante os novos temas que caracterizariam a nova cultura e a nova moral reivindicadas por largos setores da esquerda, como a questão ambiental e a emancipação das mulheres.

Esta atenção ao quotidiano e às suas contradições colocava Martins Pereira na senda de um marxista heterodoxo com larga influência durante a década de 1960, André Gorz. Para o autor francês, o modo de produção capitalista não podia ser combatido apenas no âmbito político e económico, como apontavam

diversas leituras de Marx. Dada a hegemonia das relações de produção capitalistas nos mais variados aspetos da vida contemporânea, do ensino às fábricas, a luta devia ser “global” e “cultural por uma [outra] conceção do homem, da vida, do ensino, do trabalho e da civilização” (Gorz, 1975: 258).

Uma vez mais, a distância teórica para Saraiva era evidente. Em todo o caso, no início da década de 1960, a ideia de luta de classes ainda era válida para Saraiva, apesar deste reconhecer existirem “outros fatores sociológicos [...] que têm uma importância básica no processo histórico” (Neves, 2005: 75). Em 1965, finalmente, a tese da luta de classes estava posta de lado. Naquele ano, comentava com Óscar Lopes que Marx se havia equivocado na sua leitura da História:

a luta de classes não altera o curso dos acontecimentos. É independentemente dela que desaparece a escravatura, que surge o servo da gleba, que desaparece o servo da gleba, que surge o proletariado rural.
(Neves, 2005: 135)

Essa reflexão foi exposta, de forma pública, em 1970, no polémico *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*: “até hoje nenhuma transformação resultou da luta entre duas classes opostas pelo sistema fundamental de exploração” [itálicos de Saraiva]. Nem o fim da escravidão havia resultado da vitória política dos escravos, nem o fim do feudalismo das revoltas de camponeses¹³. Na sua análise sobressaíam o que designava de “fatores marginais ou exteriores ao eixo de exploração”, de que eram exemplo, já no século XX, o “partido leninista” na Rússia, os “intelectuais” na China e os “burgueses esclarecidos” em Cuba (Saraiva, 2005: 122-123).

Por sua vez, nas décadas que se haviam seguido ao segundo pós-guerra, o próprio proletariado havia sofrido uma alteração qualitativa. Esta já não

¹³ Apesar de não fazer qualquer referência a Aron, Saraiva coincidia, neste aspeto, com o autor francês que reconhecia que a luta de classes era “deturpada” pela conceção de um conflito antagónico entre classes. No entendimento deste, “a rivalidade entre a burguesia e o proletariado difere na essência da rivalidade entre aristocracia e a burguesia” (Aron, 1981: 439).

era apenas uma classe produtora, mas também consumidora. No seguimento dessa transformação económica e social, que integrava a classe produtora na sociedade de consumo, as “contradições internas ao capitalismo”, entre elas a que ganhava expressão na luta de classes, já não eram decisivas (Neves, 2005: 174). Na “mentalidade”, trabalhadores e patrões eram classes cada vez menos opostas e cada vez mais homogêneas (Neves, 2005: 240). Aliás, apesar da “existência diferente” do operário em relação ao capitalista, em 1977, Saraiva observava que “o objetivo fundamental [do primeiro] é ter uma vida tão boa como um burguês” (Saraiva, 2004: 476).

Neste ponto não deve ser descurado o impacto dos escritos da juventude de Marx no autor português. Por variadas vezes Saraiva deixou entender a alienação como um problema do Homem (de todos os Homens) e não de uma classe em particular. Exemplo disso foi o seu comentário, enquanto diretor da revista *Raiz e Utopia*: “[...] pensamos que tanto os que obedecem como os que mandam estão igualmente alienados” (Saraiva, 2004: 478). A ideia de luta de classes, no passado e no então presente, carecia, portanto de validade. Formulada na “época áurea da burguesia” por “historiadores românticos” (Saraiva, 2004: 492) era, em 1979, somente um “produto da imaginação” sem impacto real na História (Saraiva, 2015: 339).

Um ano depois, em 1980, avançava no mesmo sentido, entendendo a burguesia apenas como uma invenção, “figura de retórica atrás da qual se esconde um mito”. O que existia, no seu entendimento, era “uma sociedade mercantil” que abarcava todos os indivíduos de forma homogênea (Saraiva, 2004: 569).

Saraiva ultrapassava mesmo os mais reconhecidos intelectuais liberais, como Raymond Aron. Apesar de empenhado na luta teórica contra o marxismo, o autor francês não negava a existência da luta de classes, tendo um entendimento distinto, associando-o a uma “rivalidade dos diferentes grupos sociais pela repartição do produto nacional e pela organização da política ou da economia” (Aron, 1983: 191). Esta ideia era em larga medida partilhada por Eduardo Lourenço que escrevia: “o Socialismo não teve que inventar ‘a luta de classes’. Ela é a realidade milenária das sociedades humanas” (Lourenço, 1982: 10-11).

CONCLUSÃO

Iniciada de forma epistolar, em 1970, mas logo interrompida pela polícia política que apreendeu uma resposta de Martins Pereira a uma primeira carta de Saraiva, a discussão entre os dois autores só ganharia uma expressão pública em 1983. Nesse ano, Martins Pereira publicava *No Reino dos Falsos Avestruzes*, livro em que denunciou de forma contundente as contradições dos novos intelectuais de direita em Portugal, entre eles o que considerava mais importante, António José Saraiva.

A leitura das reflexões dos dois autores, representativos de distintas sensibilidades do caldo da *Nova Esquerda*, sobre o internacionalismo e a luta de classes, é a chave para a compreensão de percursos teóricos antagónicos. Apesar de ambos terem conhecido um espaço comum – o do intelectual de oposição, para utilizar a expressão de Rui Bebiano (2015: 37) –, as suas concepções da condição humana e do processo histórico foram divergindo sucessivamente, ao ponto destes dois intelectuais se encontrarem, na década de 1980, em culturas políticas distintas¹⁴.

Nesse âmbito, é possível inserir Martins Pereira na categoria, formulada por Razmig Keucheyan, dos intelectuais “resistentes” – ou seja, das mulheres e homens que mantiveram, de uma forma geral, uma certa fidelidade ao projeto de transformação social (Keucheyan, 2013: 87). De igual forma, é possível inserir Saraiva na categoria dos intelectuais “convertidos” – por outras palavras, daqueles que “deixaram de elaborar um pensamento crítico” e acabaram “reconciliados com [...] a ordem social” (Keucheyan, 2013: 78-82).

De todo o modo, o enquadramento nas diversas categorias de Keucheyan apenas reflete a forma como os intelectuais – particularmente aqueles que se reconheciam na cultura da esquerda – foram reagindo à “constelação de derrotas” (Traverso, 2019: 57) observada

¹⁴ Por “cultura política” entende-se a definição avançada por Serge Berstein, ou seja, “espécie de código e de um conjunto de referentes [...] difundidos no seio de uma família ou de uma tradição políticas” a que corresponde uma “leitura comum e normativa do passado histórico” e uma “concepção da sociedade ideal” (Berstein, 2018: 349-364).

ao longo da segunda metade do século XX e que arruinou esperanças numa realidade social e política pós-capitalista.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

- AAVV (1974). *Portugal Pode Viver Sem as Colónias*. Lisboa: Pontos de Vista.
- Althusser, Louis (2015). *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Aron, Raymond (1981). *O Ópio dos Intelectuais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- (1983). *O Espectador Comprometido*. Lisboa: Moraes Editora.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo PIDE, Delegação do Porto, Processo individual 14667.
- Arquivo PIDE, Serviços Centrais, Processos CI(2) – Centro de Informação 2 (Informações do Estrangeiro e das Colónias) 2982.
- Arquivo particular de Alexandra Prado Coelho.
- Biblioteca Nacional de Portugal, Arquivo Nacional de Cultura Contemporânea, Espólio de Eduardo Lourenço.
- Arquivo Nacional de Cultura Contemporânea, Espólio de Augusto Abelaira.
- Centro de Documentação 25 de Abril, Espólio de João Martins Pereira.
- Coelho, Eduardo Prado (1983). O homeopata e os antibióticos. *Expresso*, 23 de abril, 24R-25R.
- Cunhal, Álvaro (2013). *Obras Escolhidas – Tomo IV*. Lisboa: Editorial “Avante!”.
- Gorz, André (1975). *Reforma e Revolução*. Lisboa: Edições 70.
- Gramsci, Antonio (2019). *Libertar o Futuro*. Oeiras: Edições Outro Modo/Seara Nova.
- Kolakowski, Leszek (1985). *O Espírito Revolucionário e Marxismo: utopia e anti-utopia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Lourenço, Eduardo (1982). Não tenho vergonha de «ser de esquerda». *O Jornal*, 29 de outubro de 1982, 10-11.
- (1983). Robinson Martins-Pereira e a Ilha-Esquerda. *Plural*, 1 de outubro, 48-50.
- (2009). *A Esquerda na Encruzilhada ou Fora da História*. Lisboa: Grávida.
- Marx, Karl (2017). *Manuscritos Económico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70.
- Marx, Karl e Friedrich Engels (1983). *Obras Escolhidas – Tomo II*. Lisboa: Editorial “Avante!”.
- (2008). *Obras Escolhidas – Tomo I*. Lisboa: Editorial “Avante!”.

- (2011). *A Sagrada Família ou A crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo.
- Neves, Leonor Curado (Ed.) (2005). *António José Saraiva e Óscar Lopes - Correspondência*. Lisboa: Gradiva.
- Pereira, João Martins (1968). Estimulantes materiais na economia. *Seara Nova*, abril.
- (1971). *Pensar Portugal Hoje*. Lisboa: Dom Quixote.
- (1974a). 54 dias depois: acertar o passo?. *Expresso*, 20 de julho, 10.
- (1974b). *Indústria, Ideologia e Quotidiano – ensaio sobre o capitalismo em Portugal*. Lisboa: Afrontamento.
- (1974c). Para onde vai o capitalismo português? Procura de uma resposta com João Martins Pereira: entrevista de Adelino Cardoso. *Vida Mundial*, 17 outubro, 25-35.
- (1975a). Carta aberta a Melo Antunes. *Vida Mundial*, 6 de março, 45.
- (1975b). Espanha - as lágrimas que nos prometem. *República*, 30 de setembro, 8-9.
- (1975c). *Portugal 75: Dependência Externa e Vias de Desenvolvimento*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- (1976a). Independência nacional e socialismo. *Gazeta da Semana*, 3 de junho, 3.
- (1976b). *O Socialismo, a Transição e o Caso Português*. Lisboa: Bertrand.
- (1980). *Sistemas Económicos e Consciência Social – Para uma teoria do socialismo como sistema global*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Saraiva, António José (1983). Um grito na noite. *Plural*, outubro, 50-52.
- (1996). *Dicionário Crítico*. Lisboa: Gradiva.
- (2004). *Crónicas – Entrevistas, críticas e outros escritos*. Matosinhos: Quidnovi.
- (2005). *Maio e a Crise da Civilização Burguesa*. Lisboa: Gradiva.
- (2015). *Filhos de Saturno*. Lisboa: Gradiva.
- Sena, Mécia de (Org.) (1981). *Correspondência – Eduardo Lourenço e Jorge de Sena*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ESTUDOS

- Bebiano, Rui (2015). Abril e a “Revolução dos Intelectuais”. *Le Monde Diplomatique - Edição Portuguesa*, agosto, 37-39.
- Berstein, Serge (2018). A cultura política. In Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Dir.), *Para Uma História Cultural* (349-364). Lisboa: Editorial Estampa.

- Cardina, Miguel e Soeiro, José (2013). A esquerda radical. In João Cardoso Rosas e Ana Rita Ferreira (Org.), *Ideologias Políticas Contemporâneas – Mudanças e Permanências* (25-57). Lisboa: Almedina.
- Dionísio, Eduarda (1993). *Titulos, Ações, Obrigações – A Cultura em Portugal, 1974-1994*. Lisboa: Edições Salamandra.
- Kouvelakis, Sathis (2008). The Crises of Marxism and the Transformation on Capitalism. In Sathis Kouvelakis e Jacques Bidet (Ed.), *A Critical Companion to Contemporary Marxism* (23-48). Boston: Brill.
- Marek, Franz (1987). A desagregação do estalinismo. In Eric Hobsbawm (Org.), *História do Marxismo – o marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo*, Vol. 10. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Traverso, Enzo (2019). *Melancolía de izquierda – Después de las utopías*. Barcelona: Galaxia Gutenberg.
- Keucheyan, Razmig (2013). *Hemisferio Izquierda – un mapa de los nuevos pensamientos críticos*. Madrid: Siglo XXI.

UTOPIA, RELIGION AND
DISSENT IN ROBERT WILLIAMS
BUCHANAN'S
*THE REV. ANNABEL LEE:
A TALE OF TO-MORROW*

KATARZYNA PISARSKA

katarzyna.pisarska@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7567-5529>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_4

Texto recebido em / Text submitted on: 11/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 21/11/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 89-109

ABSTRACT

The article analyzes the novel *The Rev. Annabel Lee: a Tale of to-Morrow* (1898) by Robert Williams Buchanan, focusing on the conflict between a secular utopian society of the future, built on the principles of Comtean Positivism, Owenite Socialism and Social Darwinism, and a Christian revivalist movement led by a female preacher. While exploring the connections between gender, social engineering, and faith, the article also interrogates ambiguities implicit in two conflicting worldviews which are dependent, respectively, on science and a revealed religion.

Keywords: literary utopia; Christianity; evolution; science; eugenics.

RESUMO

Este artigo analisa o romance *The Rev. Annabel Lee: a Tale of to-Morrow* (1898) de Robert Williams Buchanan, concentrando-se no conflito entre uma sociedade utópica secular futura, baseada nos princípios do positivismo comteano, do socialismo owenita e do darwinismo social, e um movimento revivalista cristão liderado por uma pregadora. Explorando as ligações entre gênero, engenharia social e fé, o artigo interroga também as ambiguidades implícitas em duas cosmovisões em conflito, que dependem, respectivamente, da ciência e da religião revelada.

Palavras-chave: utopia literária; Cristianismo; evolução; ciência; eugenia.

Robert Williams Buchanan is mostly remembered today, if at all, as the fierce Scottish ogre of a critic who disparaged the poetry of Charles Algernon Swinburne and Dante Gabriel Rossetti as immoral and who allegedly contributed to the latter's suicide attempt (for details see Cassidy, 1973: 37-58). Irrespective of his role in the so-called Fleshly Controversy of 1871, Buchanan was a poet, playwright, and fiction writer in his own right. He was also, like many of his contemporaries, a conflicted man. His admiration for Comtean Positivism and Owenite Socialism, as well as the religious scepticism inculcated in him by his Owenite upbringing, were pitted against his profound anxiety as an outcast from Christianity and his yearning for transcendence (Cassidy, 1973: 34-35). This inner conflict found its way into the novel *The Rev. Annabel Lee: A Tale of to-Morrow* (1898), a work virtually neglected by scholars, which depicts a scientific utopia of the future, gradually undermined by the forces of a Christian revival led by a woman, Annabel Lee¹, whose followers long for consolation offered by spirituality and the promise of afterlife.

This article analyses the utopian aspects of Buchanan's imagined society, which has been engineered through the application of some scientific and philosophical ideas of his own day, more specifically the theories of Auguste Comte, Herbert Spencer, Charles Darwin, and Francis Galton. The article also interrogates the ambiguity implicit both in the apparently eutopian² new world and in the forces of the aforementioned religious revival that seek to

¹ The name of the character echoes that of the eponymous character of Edgar Allan Poe's poem "Annabel Lee". The connection is established by means of an epigraph on the novel's title page. The two texts are linked by the idea of immortality, which in Buchanan's novel is specifically religious in nature, while in Poe it is the immortality of love between the young lovers even after one of them, the beautiful woman Annabel Lee, dies.

² I use the terms "utopia" and "eutopia" after Lyman Tower Sargent: "[Utopia is a] non-existent society described in considerable detail and normally located in time and space. In standard usage utopia is used both as defined here and as an equivalent for eutopia or a non-existent society described in considerable detail and normally located in time and space that the author intended a contemporaneous reader to view as considerably better than the society in which that reader lived" (Sargent, 2010: 6).

overthrow and replace it. Key in this respect will be the examination of the role of Christianity as a vehicle of dissent and the champion of the rights of the excluded, but also as a potential cause of violence and oppression, as the anthropocentric utopian order based on prevailing rationality and science is increasingly threatened by its ideological opposite, a theocracy underpinned by Christian eschatology.

In the novel, the world of the 21st century is objectively the fulfilment of humanity's dreams regarding health, education, social and gender equality, and peace, all effected by the careful and methodical application of scientific principles to social engineering. As the narrator informs us: "Man was master of the world and of his own destiny, and Science, by abolishing nearly all the evils which had devastated the earth for so many centuries, had produced an almost perfect race" (13)³. Darwin and Spencer are explicitly mentioned as philosophical inspirations (66), but the construction of the future society is equally indebted to the voluntarist strand of evolutionism represented by Francis Galton's theories of positive and negative eugenics. Other important inspirations include Comte's Positivist philosophy and his Religion of Humanity, as well as the Socialism and reformist propositions of Robert Owen, Buchanan's formative influence (see Cassidy, 1973: 16-21).

In this Darwinist, Positivist, eugenic utopia of "the New Race", thanks to the successful alteration of the physical and psychological qualities of the population, diseases and crime have been eradicated, leading to the sublimation of the species at large. The (un)natural selection of desirable traits at the level of the individual has therefore resulted in the general overhaul of humankind and its social formations and activities. Considering its biologically determined character, the future society offers a perfect embodiment of the idea of functionalism, dating back to Comte and Spencer, which, as Anthony Giddens notes, looks to biology as "a guide to conceptualizing the structure and the functioning of social systems and to analysing processes of evolution

³ All references to and quotations from Buchanan's novel come from the 1898 edition, published in London by C. Arthur Pearson. The page numbers will be given in parenthesis.

via mechanisms of adaptation”, and which “emphasize[s] the pre-eminence of the social whole over its individual parts” (1986: 1). Accordingly, Buchanan’s utopian society is a seamlessly working organism, driven by its acquiescence to the existing norms and its recognition of a common purpose: “everywhere the sun shone down on happy human organisations, familiar with the laws of life, and eager in the pursuit of social happiness” (14)⁴.

By the same token, owing to the elimination of baser instincts and thus competition, science has ensured unity at a global level, obliterating political conflicts and leading to universal peace. We learn that with “arbitrary differences between the countries [being] abolished” and monarchies changed into representative democracies, there is no longer any threat of an international war (65). In the vein of utopian societies following the tradition of Plato’s *Republic* and Francis Bacon’s *New Atlantis*, Buchanan’s world, too, is ruled by men of science and learning: “men of every nationality [are] devoting themselves, under the guidance of Wise Men elected by popular suffrage, to the perfection of social and moral institutions” (65). Thirty such Philosophers (or Wise Men) govern Europe (65), which constitutes “a body of free and united states existing in close political conjunction with the other Free States beyond the Ocean” (65), a kind of forerunner of the European Union and its transatlantic alliances. Europe and “the Free States beyond the Ocean” (65) are in turn part of “one vast Terrestrial Federation”, whose unity and peaceful coexistence is underscored by regular air connections between the continents, with flights lasting only a few hours (66-67).

The above reflections bring to mind Krishan Kumar’s theses on the 19th-century transformations of the utopian genre, whose depictions of the progress and infinite perfectibility of humankind are indebted to the writings of Turgot and Condorcet, which, in turn, inspired Comte’s Positive Philosophy (1991: 44). Moreover, the concept of science as instrumental to

⁴ Buchanan’s vision dovetails with Auguste Comte’s views on the progress of humanity, or the Great Being, towards harmonious transcendent unity and universal order (see Manuel and Manuel, 1997: 727).

the development of an egalitarian, enlightened, and peaceful society of the future is symptomatic of the 19th-century development of Bacon's scientific utopia, which is now given "the dynamism of the historical process itself". Consequently, *eutopia* (a good place) turns into *euchronia* (a good time), and its scope is "world-wide", "beyond all national frontiers" (Kumar, 1991: 45-46).

As in Bacon and his utopian followers, the application of scientific principles to society has resulted in the economic well-being of all citizens, poverty being practically stamped out by the discovery of the true economics of Nutrition and its vital principle, which is considered "the first step towards perfection" (74). People can now survive on a chemical product that makes it sufficient to eat once per week, but, as one of the Wise Men, Auberon Shelley Espinosa⁵, chief of the Department of Ethical Investigation, Archdoctor of Physics and Professor of Practical Causation (64-65), predicts, "[t]he time is coming when there may be no necessity to eat oftener than once a year" (67). "Man needs no longer his sacrifice of slaughtered beasts, or his endless pyramids of grain" (73), notes further Espinosa, equating old humanity with voracious ancient deities or tyrannical pharaohs, who treat nature as a slave to their insatiable appetites. Science, paradoxically, once a prime reason for humankind's Cartesian alienation from the natural world, which made them treat nature as an Other only fit for mastering, reaping and violence, now fosters a new environmental sensibility. In the world of the future, chemically produced food allows the new race to live ethically and ecologically, no longer pressing on the natural environment for its means of subsistence. Sustainable living has replaced the centuries-old exploitation of the planet and other living creatures, and the politics of squeezing the land into increased productivity at the cost of imbalance of its various ecosystems. Eating is no longer a chief pleasure in life, as often happened in the past. Neither is drinking, which, according to Espinosa, poisoned three-fourths of

⁵ The name "Shelley" connotes with Mary Shelley and her novel *Frankenstein*, whose eponymous character can be treated as a precursor of the Promethean plasticators of humankind in *The Rev. Annabel Lee*. The surname Espinosa obviously calls to mind the philosopher Baruch Spinoza (Espinosa), a chief representative of 17th-century Rationalism.

the world's population back in the 19th century, leading to rampant crime and psychiatric problems (74). The changed relationship between humans and the natural world affects their relationship with their own bodies, eliminating unhealthy excess and addictions in eating and drinking, and re-orientating the pursuit of pleasure and fulfilment into other directions. Thus, scientific methods which fine-tuned human consumption have taken the strain off the world of nature on the one hand, and contributed to social peace on the other. Humanity may have subdued the world, as Annabel notes (49), but by subduing it, they have also set it free⁶.

The novel's preoccupation with the environment and its impact on individuals and communities, and vice-versa, is also reflected in the balance between the urban and the rural as regards the living space. Buchanan's novel is set in London, now simply called the Great City, in which the main cultural opposition of many early utopian texts, namely the one between nature and civilisation, is obliterated (see Blaim, 2013: 146). Future London is a city of clean white buildings, parks, flowery gardens, lakes, and open spaces; the great River (i.e. the Thames) is crystal clear, and one can drink its water without risk (50). This image is juxtaposed with the pictures of 19th-century London viewed by Annabel in a public library, in which both the city and the river are ugly, polluted, and dismal (51).

The future city-planners have none of Francis Galton's concerns about the dangers connected with the urban spaces and their tendency to "sterilise rural vigour" in the population (1909: 27). There are "no slums, no beggars, no sickly children" in the Great City, only clean and pretty houses (79). The society's focus on bodily and mental health is further underscored by classes given to pupils outdoors, and by open-air gymnasiums, where young men and women can exercise and use "appliances of all descriptions for testing and perfecting the vital conditions of the human body" (63). One can hear echoes

⁶ The aforementioned aspects of utopian foodways can be found in a number of 19th-century utopian texts in which ethical, ecological, and hygienic preoccupations foster the development of artificial nutrients and pave the way to restrictions on meat consumption (see Ramos 2019: 166-167; cf. Belasco, 2006: 107, 112-116).

of Robert Owen: his recognition of the importance of outdoor education and play, as well as his idea of social regeneration as being predicated on the balance between the urban and the rural, which features prominently in his plan for cooperative villages (see Owen, 1991: 41, 111-112, 167-169, 233-235; and Donnachie, 2005: 169). The influence of Owen's Socialism and views on the equality of the sexes (see Manuel & Manuel, 1997: 690) can also be detected in the egalitarian organisation of education, labour, and leisure (79).

Society being as healthy as each of its citizens, it is not surprising that marriage and reproduction in the future are regulated by strictly observed Social-Darwinist laws, a principle found in many late Victorian utopias which can be traced, however, as far back as Thomas Robert Malthus (Claeys, 2019: 165; for details about utopia, evolution, and Social Darwinism see Claeys, 2009: xiv-xxiv and 2017: 295-302). As the chief principle of the social organisation is "the survival of only the fittest" (49), the future society aims at the reproduction of desirable characteristics and the elimination of undesirable ones. Couples are matched on the basis of their physical and intellectual equality, with the necessary certificate of physical perfection from the Holy Office of Health obtained before marriage. The age limit for marriage is 25-50 years in the case of men, and 21-35 in the case of women, conforming to "the prescribed form of marriage, a form which was under the direct guidance and control of the First State, or philosophical Chamber" (61). The eugenic laws, which we learn were especially stringent in the past, have produced a race of physically and intellectually perfect men and women. However, some atavisms still appear here and there in the form of congenital diseases, but those are, at least officially, tackled with the utmost severity and immediacy. According to the doctrine of Elimination, "the eternal, the unimpeachable wisdom which forbade the Unfit to propagate their kind" (236), all weak or disabled children are euthanized after birth. So are usually those who suffer grave injuries ruling out complete recovery and fitness. Those, however, who are allowed to live, because of some special talents or usefulness to society, have their names inscribed in the Book of the Unfit, which means they have to stay celibate, and any infringement on this order or a revealed and persistent intention of acting against it, are punishable with

death. As one of the Wise Men remarks: "The stream of Humanity must not be polluted by the dregs of the sanatorium" (158).

It is this eugenic ruthlessness implicit in the otherwise benevolent social order that leads the eponymous character to look up to Christianity as a model of true compassion and to engage in a rebellion against the new world which has put Man in place of God. Interestingly, the unquestionable achievements of humanity are not lost on Annabel Lee, especially when she considers the world as it was back in the 19th century: rife with cruelty, injustice, human and environmental degradation, backward and driven by greed and war (45-46). The utilitarian objective of the greatest good for the greatest number of people has indeed been attained, Science, "like a beneficent angel" (55), having largely removed pain and suffering from human life. However, it has also claimed, through its "beneficent tyrannies" (49), the lives of innocent victims, whose existence was terminated in state laboratories and Halls of Euthanasia. Moreover, as both life and death are regarded as merely scientific phenomena, tied to the natural world with no hope of continuity beyond the grave, feelings such as love and grief have practically disappeared from human relationships, being considered excessive and unhealthy. Annabel knows it from experience. When she was a small girl, she suffered a great loss with which she has never come to terms: her ten-year-old brother Eric died of some previously undetected congenital disease. Her childlike grief, misunderstood by the adults, for whom Eric's death was a natural case and thus inevitable, was only assuaged by the glimpse of the supernatural and eschatological offered to her by a crippled boy, Uriel Rose,⁷ an unfit musician of exceptional talents who was given to religious thinking. Finding consolation in her belief in life after death, Annabel cannot help feeling that the social order which elevates science to the position of religion deprives people of solace and hope, and truncates their "natural" emotions. Moreover, it is insensitive to the pain of the afflicted few, "the stragglers from the glad

⁷ The name harks back to Archangel Uriel, the Archangel of prophecy, and means "fire of God" (Webster, 2012: 201).

march of Humanity" (122) – the bereaved parents and spouses, the incurably ill children, the crippled and the outcast like her friend Uriel – with whom Annabel feels close affinity due to her personal tragedy and whom she offers the consolation of the Gospel (40-41).

It is worth mentioning that the society of the future has its established religion called the Religion of Humanity, deriving from a Positivist concept by Auguste Comte, with Churches and Temples where "men and women worshipped all that was best and beautiful in human character, all that shed peace and happiness on the human race" (38). The Temples of Humanity have paintings and statues representing ancient philosophers, spiritual leaders, reformers, artists, writers, and men of medicine (e.g. Gautama, Aristotle, Jesus, the Virgin Mary, Shakespeare, Comte, Owen, Dickens, or Florence Nightingale), "the shining spirits of the Race, the strong, the wise, the gentle, and the good", many of them martyrs, who contributed to the progress of humanity and its enlightenment, and whose spirit continues in and inspires the new race (113). Annabel, too, is initially drawn to such worship as a source of sympathy and inspiration. However, going on "errands of mercy" around the City as part of the semi-religious order Sacred Sisterhood, visiting the sick, the old, and those who suffered accidents, Annabel is brought into close contact with the invisible suffering of the modern world. It is then that she realises that the Religion of Humanity, which exalts perfection and progress, strength and happiness, is of little or no avail to this minority: "its appeals were to the wise and strong, not to the frail and the unfit" (41). Jesus, on the other hand, is painted by Annabel as "the great Revolver" against this kind of God, being himself "the God of Failure, Weakness, Pain, and Sorrow" (145), legitimising such human qualities and emotions and preaching the virtue of compassion. Annabel rejects the established Religion of Humanity as the creed that both originates in and justifies the ruthless scientific order. As she argues in a conversation with Espinosa, science has made people happier but not better, as it has killed man's Living Soul in its attempt to redress material needs like food and clothing, and to establish Heaven upon earth (159). Summoned before the Wise Men of the Holy Office, Annabel scorns the society's happiness, unmindful of sorrow and devoid of deeper reflection on the meaning of suffering (160).

Significantly, Christianity (and religion in general) is presented in the novel as a women's thing. At one point, Annabel reads an old book from 1890, which prophesies the end of Christianity as a completely impracticable theory of life "whose dogmas have retarded the progress of mankind" (43), a claim which, paradoxically, underlies the new order's criticism of old religious systems and their supernaturalism. The text also addresses some contemporaneous controversy concerning female priesthood, arguing that religion is bound to "fall more and more into the hands of the sex which is the less logical and the more impressionable". "Even now our clergymen exhibit many characteristics which might be described, without disrespect, as very feminine," the text continues. "In the near future the survival of Religion, especially in its supernatural form, may be due entirely to the fact that it will still continue to embody the vague hopes and yearnings of the more emotional half of the human race" (44-45).

However, the equation between religious feelings or vocation and alleged gender characteristics (women and effeminate men seen as irrational, unbalanced, governed by affect) also imputes a patriarchal/masculine origin of the new world without a supernatural religion, as it is based on science, which, along these lines of thinking, belongs to men (considered rational, unprejudiced, emotionless). As such, the Christian revival led by a woman acquires feminist undertones, as it becomes a rebellion against the scientific and "heartless" society devised and virtually run by men. It is a struggle for the right to mourn, to express "human" feelings over loss and suffering, and an equally human hope in continuity other than the material continuity of genes and human works.

This feminist connection becomes even more explicit in the following episode when Annabel puts on the robes of some ancient priest and looks at herself, "possibly the last Christian", in the mirror (52). She is surprised by Eustace Combermere, an illustrious young man and her (unwelcome) suitor, who tells her she is "much too clever and too beautiful to wear the livery of any creed", to which she angrily replies: "I am tired of being called beautiful. I should like to be unhappy, and ugly, and foolish, just for once!" (53). Her rebellion against the male gaze is at the same time a rebellion against the

principles underlying the perception of another person in the new society, and its cult of beauty, strength, physical attraction, and intellectual excellence as the markers of happiness. Eustace's ambitions concern worldly affairs, including marriage to Annabel, who is deliberately presented in the novel as the flower of the race, its highest eugenic success. Her interest, however, lies elsewhere: afraid of Death that closes all, she yearns for afterlife. Significantly, Eustace's attitude towards Annabel resonates with the prevalent 19th-century view that likened women's psychological qualities and responses to those of children: in an explicitly patriarchal/paternalistic manner, he treats Annabel's longings with "affectionate forbearance as one might show to a child" (54). This attitude is repeated later when he informs her of the potentially dire consequences that her preaching may have, comparing his good intentions to saving a child playing with fire (220). Her final opposition to him, when she declares angrily that she will marry Uriel, thus acting against the eugenic laws, is to a large extent a result of his patronizing attitude, as she desires "to match her strength against that of Eustace, and prove to him that she was no such child in his hands as he had fancied her to be" (226). Unsurprisingly, he comes to regard Annabel as "utterly unaccountable and out of the order of Nature" (71), i.e. nature as controlled by science and social engineering originated by men, which is only a more modern version of the evolutionary nature "red in tooth and claw", grinding down the weak on its way to a "brave new world".

Importantly, for Buchanan, oppression in its various forms is invariably connected with patriarchy and paternalism; "the male principle, so to speak, seem[s] to him selfish and predatory opposite to the female and humane qualities of love and sympathy," argues R. A. Forsyth (1969b: 401). By extension, the Father figure and evolutionary Nature are two sides of the same coin, God-Father being synonymous with "the struggle for existence and the survival of the fittest" (Stodart-Walker, 1901: 8, cf. Forsyth, 1969b: 401). This view is voiced by Annabel, who associates the Spirit of Humanity with God the Father of the Old Testament: "the God of Strength and War and pitiless Evolution, the God whose voice was in the Sea and the thunder-cloud, and whose foot was on the neck of the weak and fallen"

(139). To this pitiless and cruel God, the “God of Strength and Happiness”, whose modern face is one of eugenic perfection and hedonistic materialism, Annabel (and by implication Buchanan⁸) opposes Jesus Christ, “the God of Failure, Weakness, Pain, and Sorrow” (145).

If Christianity is a propensity of the kinder and more emotional of the sexes, it also appeals to those who have fallen through the cracks of the scientific utopia, namely those whose emotions have been necessarily suppressed in the new world, or to “many thoughtful men and dreamers of poetic temperament”, the existence of whom has been overwritten by the official and unifying Positivist discourse of the centre represented by the Great City. Christianity activates such latent romantic tendencies “beneath the peaceful and contented surface” (161-162). Significantly, it also finds most followers on the peripheries of the state, in the North and West of the island. Especially in what used to be called the Lake District, Annabel’s proselytizing incites widespread interest:

The mountaineers and dalesmen, with their women-folk and children, lived sufficiently remote from the great centres of civilisation to be less under the control of its dominant ideas, and more under the influence of primitive thoughts and feelings. [T]he power of lonely Nature, which had been celebrated in centuries past by the great Dreamers of the Lakes, had not altogether departed. The hills were still there, and the solemn waters – indeed, the Wise Men of that period had been careful to preserve them inviolate, fully realising that many of the noblest yearnings of the race were developed in solitude. (174-175)

The reference to the Lake Poets and their nature mysticism is made with no apparent irony. As such, it may suggest something of Buchanan’s own attitude to the literature of the 19th century, perhaps a preference for

⁸ Buchanan compares Jesus to Prometheus, claiming that Jesus “led the war against Nature, against the God of Nature, [...] the great unknown God who is at once the master and servant of His own inexorable Will” (after Stodart-Walker, 1901: 229).

Romanticism, for the Lake Poets' idealism, spirituality, and close connection to wild and untainted nature, rather than the later city poets of his own time, like Swinburne and Rossetti, whom he considered decadent⁹. The passage above can also be read in the context of the spirit of the times, and more specifically the shift in man's position in the universe that occurred in the Victorian Age, which was caused, as Forsyth notes, by the rise of evolutionism on the one hand, and by the technological progress connected with the harnessing of steam power and the resultant development of cities on the other:

Hitherto the English ethos had been essentially rural and God-oriented, enshrined in a pattern of values and attitudes rooted in the soil, and ritualistically determined by the cyclic demands of seasons. With the emergence of the new man-made urban-industrial environment, however, this traditional ethos was steadily discredited as the real context of human endeavour. Understandably, the supplanted ethos became increasingly associated by many with nostalgia for a lost paradise of tranquil stability. And such feelings were heightened by the broad acceptance of the Romantic philosophy of natural idealism, more especially as presented by Wordsworth. [...] The industrial city, in short, came to be the visible symbol of the reversal of the time-honoured relationship between God, Man, and Nature, necessitating in the process a new configuration of the components of that fundamental trinity. (1969a: 647-648)

Buchanan's obvious vindication of Romantic poetry and philosophy naturally entails a Romantic idealisation of common man as uncorrupted,

⁹ Buchanan's early poetry is often imitative of Romantic poets like Burns, Keats and Wordsworth, who were highly respected by the Owenites (Cassidy, 1973: 81). Even some of his poetry of the city demonstrates Romantic influences in his use of conventional Romantic symbols and metaphors (for details see Thesing, 1981). Well-known was also Buchanan's dislike for the city itself: he saw London as an immoral place and as soon as his finances permitted, he would leave it for more rural locations such as Sussex, the Scottish Highlands, or County Mayo in Ireland (Murray, 1983: 20).

and of rural life as simpler, purer, and conducive to a more spiritual and intimate relation with God and the world. The “primitive thoughts and feelings” of the Northerners, a phrase which brings to mind the Wordsworthian conception of nature as man’s moral and spiritual teacher, translate into their increased receptivity to Christianity and its teachings. Those are matched by the weakening of the central authority as regards the eugenic laws, which on the outskirts of the state are observed with more leniency. In his final accusatory speech in the Hall of Judgement, where Annabel and Uriel are facing trial for their intention of marriage, Eustace points out that while in the Great City (the centre) unequal relationships producing flawed offspring are virtually non-existent, in the North and West, they are overlooked by officials out of misguided “mercy”, and children suffering from congenital diseases are allowed to live instead of being sent straight to the Hall of Euthanasia (237). Interestingly, Buchanan regarded evolutionary Nature and the industrial City as equally ruthless, their “paternalism” showing “no loving concern for individuals or pity for the weak” (Forsyth, 1969b: 412). In the light of the above, it is not surprising that mercy to the unfit increases in direct proportion to the distance from the Great City, in which evolutionary Nature disguised as science reigns supreme.

This enhanced emotionality on the part of the people from the fringes of Britain is intensified additionally by the tragedy on Lake Coniston, when a landslide produces numerous casualties, and the Religion of Humanity cannot provide satisfactory explanation and solace. The grief and frustration of bereaved parents, children, and spouses becomes a fruitful ground for Annabel’s sermons about Christ and the afterlife, criticizing the spirit of materialism and its flimsy consolations (177). In their response to Annabel’s sermons, the population is gripped by fear and there are reported cases of epileptic seizures and even deaths (168). When the angry crowd wrecks one of the Temples of Humanity, knocking down the pictures of its human “saints” and replacing them with a Cross, while the story of the end of the world spreads through the dales, Annabel realizes she has stirred up a tumult that is difficult to subdue, a fanaticism that has turned a peaceful religion into a vehicle for conflict and violence (179-180).

In fact, neither the Christian revival nor the future state are presented unambiguously. Just as the movement of the suffering and the excluded contains within it the seed of theocratic despotism, so the state, painted as oppressive and built on the blood of the innocent victims of its eugenic laws, reveals a weakness directly connected to its democratic and anthropocentric principles. The future society, in which civil liberties are respected, becomes its own enemy through the very mechanism that ensures freedom of speech and peaceful assembly. Needless to mention the emotional equilibrium, which prevents the authorities from acting without due reflection. The state, in the best liberal tradition, does not interfere with the liberty of the subject – the most cardinal and important doctrine in the new political institution, allowing complete liberty of private opinion in spiritual matters (149). Over the course of the novel, the state has the face of Espinosa, which is one of moderation, as opposed to Eustace's calls to decisive action. According to Espinosa, the philosophy which underpins the new social order shares many important aspects with Christ's teachings:

In turning back to the gentlest and tenderest of teachers Annabel is with us, not against us! [...] [T]he supreme gift to be recognised in Jesus was the socialistic instinct, not the supernatural bias. He saw, no one ever saw so clearly, the evils of Egoism, War, Wealth-hunting, and all other forms of competition. Unfortunately, the remedy he suggested, a belief in another life which would redress the miseries of this, was unscientific, and led to endless waste of time; but it was an age of superstitions, and he could not escape his environment. Were such a genius born to-day he would love his fellow-men no less, but he would work for them from a new philosophic platform. (76)

The claim that Jesus was a product of his environment resonates with Owen's view on education, according to which human character is shaped by external influence. It can also be placed within an evolutionary perspective, the influence of the environment on the evolution of species being noted by both Lamarck and Darwin. However, Espinosa explicitly denounces the Darwinist

mechanisms of competition and territorialism, which in human society took the form of war and the laissez-faire consent to greed and self-aggrandizement at the expense of kindness and empathy. Moreover, the statement inevitably calls to mind the three stages of history as defined by Auguste Comte, Jesus being a product of the theological stage, as opposed to the new world order, owing its existence to the third, scientific or Positive stage, in which the world is entirely possessed and shaped by humankind (see Wilson 2000: 49; Nickles 2005: 1853; and Manuel & Manuel 1997: 725). Simultaneously, Christianity, regarded by Eustace as the hotbed of conflict, is seen by Espinosa as an ancient contribution to society's moral reformation: however distinct, both Christianity and scientific humanism aim at humanity's improvement. Therefore, when a proposition appears to put Annabel and Uriel in a madhouse, Espinosa counters such strict measures as follows: "[S]cience teaches us that we should be complacent and compassionate to all dissent, however incoherent, so long as it does not threaten public good" (157). Only when the old/new creed preached by Annabel, which Buchanan compares explicitly to the impact of Jesus's teaching in Judea in Roman times (162), indeed begins to threaten the existing order by causing social unrest, do the Wise Men of the nation decide, though unwillingly, to take proper action (162).

Interestingly, the action on the part of the state is presented as having its main source in individual rancour and far-from-unbiased motivations. The most passionate advocate of firm action is Eustace, a newly elected member of the Holy Office and Annabel's rejected suitor. Annabel's rejection awakens powerful emotions in him that he did not know were possible (so much for the power of science): he becomes furiously jealous of her relationship with Uriel, the infirm and thus disgusting (163-165). Hollowing the stone of moderation by persistent persuasion and ever new evidence, he produces concern and opposition to Annabel's supernaturalism among "[m]en of his stamp", "incapable of any wanton cruelty, but stern in their determination that Humanity should be saved from the poison of Superstition" (166). Eustace argues for the use of Force, which has after all been (and here Annabel would agree with him) "the very watchword of [their] progress", "[t]he principle that it is lawful, in order to ensure the general happiness, to limit that of the

minority"; otherwise everything is anarchy (171). However, Espinosa, who can see through Eustace's hypocrisy, retorts calmly that "[s]elfishness and hate are the only soil of Anarchy", especially when fuelled by sexual passion (172). Owing to Eustace's groundwork, unfortunately, the opinions of moderates like Espinosa cease to matter, and the "righteous indignation" at the "public excitement awakened by Annabel" (166) can no longer be controlled (173).

In the last scenes of the novel, Annabel and Uriel are facing trial in the Hall of Judgement for attempting unlawful marriage. The young, beautiful woman challenging the most important law of the state, the Doctrine of Elimination, sacrificing her own life for the sake of love, awakens in the audience "pity, horror, revolt against the tyranny which was so pitilessly crushing a natural human affection in the name of a cold scientific abstraction" (246). When the Christian fanatics invade the Hall coming to the pair's succour, emotions suppressed "under an icy veneer of culture and custom" (249) overpower both sides of the conflict, and a battle follows in which Uriel receives a fatal blow. Annabel stops the fighters and declares Uriel the first martyr. Attributing his death to the false and cruel God of Humanity (251), she prophesies the end of His reign, calling upon Jesus "to over-throw [the former's] altars" (252).

If the intention of Buchanan's *uchronia* was to vindicate Christianity and its final victory over the scientific utopia and its anthropocentric religion, the ending disappoints. What seems to be more explicit is not the power of faith, but rather the failure of science to breed out the affective component of human nature. Nor are the Christians of the future entirely devoted to their cause, as is the case with Uriel, who only follows Annabel out of love, having no real feelings for God or belief in His benevolence, secretly blaming Him (if he really exists) for his disability (186-189). Annabel cannot shirk off completely her eugenic upbringing either: she may pity Uriel for his disability and the injustice implicit in his social exclusion, but she still finds him physically repugnant. Her decision to marry Uriel against the law is avowedly "an act of loving self-abnegation", a duty of *agape* which increases her "moral and spiritual enthusiasm" (226), to the point of turning her into a willing martyr for her religious convictions. But

it may be seen equally as an act of defiance against Eustace, his masculine power and eugenic disdain for Uriel, which she inwardly shares, and which is so entirely un-Christian.

More importantly, however, if eugenic politics is the major bone of contention between Christianity and the new order, the two cannot be reconciled. By abolishing its Doctrine of Elimination, and allowing an individual "free will" to become a law of the state, the scientific utopia would degenerate, simply by not being able to control the perfection and imperfection of its citizens, in physical as much as intellectual and moral terms. Annabel's religious movement, therefore, does threaten public good, insofar as it involves humanity's (genetic) regression to an earlier stage of development and the likely reappearance of social and political atavisms long left behind.

Written at the end of the 19th century, Buchanan's novel reflects the late-Victorian disillusionment with the century's foundational ideologies and with its initial belief that science could change the world for the better, but its Christian solution does not seem to work entirely either, at least not in its professed peaceful paradigm. Annabel's last words, that Uriel's blood will be "an oriflamme to lead the faithful on" and prophesying the overthrowing of the pagan altars (252), sounds like an invitation to violence which religious fundamentalists will be only too happy to accept. After all, early Christianity also began as a religion of peace, and the reader is left with the premonition that history *as shown in the novel* has come full circle, and that Annabel has unleashed forces which may, like Jesus's followers, forget about peace, and try to impose their theocratic worldview on the rest of humanity.

Being a product of the fin-de-siècle, Buchanan's novel is therefore surprisingly relevant for our times, in which the idea of liberal democracy, predicated, among other things, upon the freedom of conscience, secularism and general welfare, has been under attack from the rising forces of conservatism and religious fundamentalism. Equally timely is Buchanan's preoccupation with what could be termed as posthuman fears, as it dovetails with the present debates on the limits of scientific interference into the human body, genetic engineering, and the ethical ramifications of abortion and euthanasia. Moreover, Buchanan's presentation of a society which re-

veres physical perfection inevitably resonates with the contemporary cult of beauty and an ideal body, impacting the spheres of fashion, entertainment, and politics. Last but not least, in its depiction of two conflicting and apparently irreconcilable worldviews in a world that has come close to perfection, *The Rev. Annabel Lee* constitutes yet another voice in the long tradition of dissent in utopia, going back to Samuel Johnson's *Rasselas* and finding its culmination in Aldous Huxley's *Brave New World*. It demonstrates how an individual desire to be unhappy in a world of mass happiness threatens the foundations of a seemingly benevolent state, thus subjecting the idea of eutopia, the *good* place, to renewed critical scrutiny by suggesting that even an ideal society contains within it a lurking dystopian opposite.

BIBLIOGRAPHY

- Belasco, Warren (2006). *Meals to Come: A History of the Future of Food*. Berkley: University of California Press.
- Blaim, Artur (2013). *Gazing in Useless Wonder: English Utopian Fictions, 1516–1800*. Oxford: Peter Lang.
- Buchanan, Robert Williams (1898). *The Rev. Annabel Lee: A Tale of to-Morrow*. London: C. Arthur Pearson Limited.
- Cassidy, John A. (1973). *Robert W. Buchanan*. New York: Twayne Publishers, Inc.
- Claeys, Gregory (2009). General Introduction: The Reshaping of the Utopian Genre in Britain, c. 1870–1900. In Gregory Claeys (Ed.), *Late Victorian Utopias: A Prospectus* (ix–xxxv). London: Pickering & Chatto.
- (2017). *Dystopia: A Natural History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (2019). Social Darwinism. In Gregory Claeys (Ed.), *The Cambridge Companion to Nineteenth-Century Thought* (163–183). Cambridge, Cambridge University Press.
- Donnachie, Ian (2005). *Robert Owen: Social Visionary*. Edinburgh: John Donald.
- Forsyth, R. A. (1969a). Robert Buchanan and the Dilemma of the Brave New Victorian World. *Studies in English Literature, 1500–1900*, 9, 4, 647–657.
- (1969b). Nature and the Victorian City: The Ambivalent Attitude of Robert Buchanan. *ELH*, 36, 2, 382–415.
- Galton, Francis (1909). *Essays in Eugenics*. London: The Eugenics Education Society.

- Giddens, Anthony (1986). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge: Polity Press.
- Kumar, Krishan (1991). *Utopia and Anti-Utopia in Modern Times*. Oxford: Basil Blackwell.
- Manuel, Frank E. & Manuel, Fritzie P. (1997). *Utopian Thought in the Western World*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press.
- Murray, Christopher D. (1983). Robert Buchanan. In Ira B. Nadel & William E. Fredeman (Eds), *Dictionary of Literary Biography*, vol. 18: *Victorian Novelists after 1885* (18-23). Detroit, Michigan: Gale Research Company.
- Nickles, Thomas (2005). Positivism. In Maryanne Cline Horowitz (Ed.), *New Dictionary of the History of Ideas*, vol. 5 (1852-1857). Detroit: Thomson-Gale.
- Owen, Robert (1991). *A New View of Society* (G. Claeys, ed.). London: Penguin.
- Ramos, Iolanda (2019). Século XIX: Introdução. In Fátima Vieira et al. (Eds), *E Se...? Narrativas Especulativas Sobre Alimentação e Sociedade – Uma Antologia* (163-168). Porto: U. Porto Press.
- Sargent, Lyman Tower (2010). *Utopianism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.
- Stodart-Walker, Archibald (1901). *Robert Buchanan: The Poet of Modern Revolt. An Introduction to His Poetry*. London: Grant Richards.
- Thesing, William B. (1981). Robert Buchanan and Late Victorian Scottish Poetry of the City. *Scottish Literary Journal*, 8, 2, 44-60.
- Webster, Richard (2012). *Encyclopedia of Angels*. Woodbury, Minnesota: Llewellyn Publications.
- Wilson, A. N. (2000). *God's Funeral: A Biography of Faith and Doubt in Western Civilization*. New York: Ballantine Books.

(Página deixada propositadamente em branco)

DOS CONFLITOS ÉTNICO-
SOCIAIS AO EXTERMÍNIO.
REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS
DO HOLOCAUSTO NO
CONTEXTO DA II GUERRA
MUNDIAL

*From ethno-social conflicts to extermination.
Literary representations of the Holocaust in
the context of World War II*

ROSÁRIO NETO MARIANO

mariarosariomariano@yahoo.fr

*Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX,
Faculdade de Letras*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3588-0672>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_5

Texto recebido em / Text submitted on: 31/07/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 09/11/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 111-133

RESUMO

A partir da década de 30 do século XX, o nacional-socialismo e o nazismo passam a dirigir os destinos da Alemanha e, logo depois, da Europa. Estas ideologias inspiram-se no darwinismo social e no eugenismo, operando uma radicalização sem precedentes do racismo e do antissemitismo nas políticas sociais. No decurso da Segunda Guerra Mundial, a hostilidade e os conflitos étnico-sociais para com os judeus na Alemanha e, sobretudo, nos países europeus de Leste, onde a percentagem de judeus era mais relevante, atingem uma dimensão aterradora. Das perseguições aos atos de violência de todo o género, e da criação de guetos à deportação para campos de extermínio, ocorre aquilo que justamente se designou por Holocausto. Muitos foram os escritores que nos legaram narrativas escritas a partir das suas vivências dos campos de extermínio. Daremos voz a dois desses escritores: Primo Levi e Charlotte Delbo.

Palavras-chave: Conflitos étnico-sociais; antissemitismo; eugenismo; representações literárias; Holocausto.

ABSTRACT

From the 1930s onwards, National Socialism and Nazism led Germany's destiny and, soon after, Europe's. These ideologies are inspired by social Darwinism and eugenics, operating an unprecedented radicalisation of racism and antisemitism in social policies.

In the course of the Second World War, hostility and ethno-social conflicts towards Jews in Germany and especially in the Eastern European countries, where the percentage of Jews was more relevant, reach a terrifying dimension. From persecution to violence of all kinds, and from the creation of ghettos to deportation to extermination camps, what has rightly been termed the Holocaust occurs. Many authors have legated us written narratives from their experiences of the extermination camps. We will give voice to two of these authors: Primo Levi and Charlotte Delbo

Keywords: Ethnic-social conflicts; antisemitism; eugenics; literary representations; Holocaust.

As paixões desencadeiam-se, os mandamentos de Deus são desprezados, as casas de Deus, sagradas para outros, foram impunemente postas em chamas, a propriedade dos estrangeiros foi destruída e saqueada. Homens que serviram fielmente o nosso povo e preencheram conscienciosamente os seus deveres foram metidos em campos de concentração, unicamente pelo facto de pertencerem a uma outra raça.

Pastor Julius von Jan, de Oberlenningen¹

Percorri o gueto. [...] É indescritível. Já não são seres humanos, são animais. A nossa missão deixou, por isso, de ser humanitária. Ela é agora cirúrgica. Goebbels, Lódz, 2 de novembro de 1939

A História tem mostrado, sem grande margem para dúvidas, que os conflitos étnicos surgem sempre de concepções supremacistas de um povo e/ou de uma cultura relativamente a outro/a, concepções essas que tendem a agudizar-se quando a pretensa superioridade e supremacia são ameaçadas por diversos fatores, entre os quais, uma derrota em conflitos bélicos relevantes, com perda significativa de territórios e prerrogativas, e a conquista de emancipação e de elevado estatuto socioeconómico e cultural do povo antes menorizado, no panorama mundial.

A trajetória do povo judeu sob o jugo do antigo Egito e da Roma imperial, e, mais tarde, no seio da Europa cristã – católica, protestante ou ortodoxa –, evidenciam este fenómeno complexo a diversos títulos. Alvo de um longo processo de diabolização decorrente da sua identificação com a etnia responsável pela morte de Cristo, que além disso negara como filho de Deus, o povo judeu foi sendo mais ou menos tolerado no continente europeu, em grande parte devido a uma atitude conciliadora e à sua condição de minoria étnica, predominantemente endogâmica e de práticas religiosas não proselitistas. As suas tradições e costumes próprios eram vividos sobretudo em contexto familiar ou no interior da sinagoga, residindo aliás, com frequência, nos designados

¹ Esta citação encontra-se, originalmente, na obra do teólogo alemão, Hans Küng (1991), *Das Judentum*, Munique, Piper, 1991: 300; tendo sido consultada em Poliakov, 1997: 84.

bairros judeus das cidades. Apesar disso, esta comunidade via-lhe negados muitos direitos e o exercício de várias profissões.

Até ao século XIX, não se podia propriamente falar de ideologia antisemita, mas antes de judeofobia, explícita ou latente. Houve, sem dúvida, à escala europeia e antes da escalada de antissemitismo na Rússia dos *pogroms* e na Alemanha nazi, muitas publicações, caricaturas jocosas e afirmações caluniosas relativas aos judeus, bem como todo um histórico de atitudes segregadoras de origem étnico-religiosa, para com os judeus, mesmo quando já muito laicizados e afastados, portanto, das práticas religiosas e desse proclamado desígnio bíblico de “povo eleito” por Deus, que tantos ressentimentos ajudou a causar. Não obstante, dificilmente se encontrará uma caracterização da “judeidade” eivada de um desprezo e hostilidade tão impressionantes, como estas afirmações de Hitler demonstram claramente:

Há dois homens frente a frente: o homem de Deus e o homem de Satanás. O judeu é o contrário do homem, o anti-homem. O judeu é a criatura de um outro deus. Deve provir, não há dúvida, de uma raiz diferente do tronco humano. Se puser frente a frente o Ariano e o judeu e chamar ao primeiro um ser humano, terei de dar um nome diferente ao segundo. O que os separa é tão importante como o que separa o animal do homem. O que não quer dizer que eu chame ao judeu um animal. Está ainda mais longe do que este último de nós, os Arianos. É um ser estrangeiro, distante da natureza. (Poliakov, 1997: 83)

Por seu lado, Adolf Eichmann e Alois Brunner, responsáveis pelo planeamento e/ou execução do Holocausto, fizeram declarações, já depois da Guerra, e antes do seu julgamento, que são bem elucidativas da persistência desta natureza de sentimentos para com o povo judeu. O primeiro confessou: “Continuo a defendê-lo (a Hitler). Não me renegarei e não sentirei o mínimo remorso”²; o

² Trata-se de uma frase retirada da obra de Joel Brand (1961). *Adolf Eichmann*. Munique/Franckfurt: 67 (Poliakov, 1997: 91).

segundo, em perfeita consonância, afirmou não poder sentir remorsos de ter “eliminado essa coisa” e que os judeus “mereceram todos a morte, porque são agentes do Demónio”³.

Entre os países europeus, a França iluminista e revolucionária fora a primeira nação a emancipar os judeus, em 1791. Rapidamente este processo emancipatório se estende a toda a Europa ocidental, sendo mais lento na Europa oriental, onde viviam cerca de três quartos dos judeus europeus. Decorrente da modernidade europeia e da importância atribuída na época às nacionalidades, nascia então a modernidade judaica, caracterizada pela secularização, o surgimento do sionismo e por uma pujança cultural, social e económica que, no seu conjunto, provocam alguma fricção nos europeus. Em vésperas da Primeira Guerra Mundial, as comunidades judaicas constituíam uma das mais criativas e bem-sucedidas minorias da época, suscitando este êxito uma forte concorrência no seio das classes burguesas europeias – habituadas às suas prerrogativas étnicas e privilégios sociais –, a qual rapidamente se converte em ressentimento, inveja, rejeição e ódio, sentimentos que desencadeiam um poderoso movimento antissemita, com origem na Alemanha e na Rússia czarista. Concretamente, em Dresden, em 1882, tem lugar um congresso internacional antissemita, e na Rússia, em 1903, é publicada a famosa brochura designada por *Os Protocolos dos Sábios de Sião*, verdadeiro compêndio do ódio antijudaico, que tipificava a mais insidiosa teoria conspiratória porventura atribuída ao povo judeu, acusado de se aliar à maçonaria e ao bolchevismo, com o propósito de dominar o mundo. Traduzido rapidamente em diversas línguas, inclusive o árabe, será leitura assídua de Hitler e Goebbels. Na década de trinta do século XX, essa “conspiração” teria evoluído, alegadamente, no sentido de enfraquecer deliberadamente a Alemanha. Neste país, bem como na Roménia e na Hungria, são desde logo aplicadas leis antissemitas, mas um pouco por toda a Europa, na América do Norte e nos países árabes, o antissemitismo vai conquistando terreno.

³ Trata-se de expressões retiradas de Didier Epelbaum; Aloïs Brunner (1990). *Aloïs Brunner, la haine irréductible*. Paris: Calmann-Lévy: 302 (Poliakov, 1997: 91).

Na ideologia nacional-socialista, o sentimento de pertença a uma “raça superior” andava a par com o ódio ao judeu, pois além de ser considerado um parasita da Alemanha e dos países ocupados, temia-se nos seus êxitos uma forte concorrência aos alemães e um claro desmentido à sua pretensa inferioridade étnica. Já em vésperas da Primeira Grande Guerra, em resultado da emancipação que lhe fora concedida e do nascimento da modernidade judaica, os judeus constituíam uma das minorias mais criativas e culturalmente dinâmicas do seu tempo, destaque pouco consentâneo com o antissemitismo racial/étnico crescente, baseado no “mito ariano”. A estes motivos, viria a associar-se o ressentimento dos vencidos da Primeira Grande Guerra e dos europeus que a grande crise da década de 30 arruinaria.

Entre 1880 e 1914, por exemplo, a riqueza da vida intelectual em Viena atesta uma centralidade desproporcionada em relação à importância da minoria judaica (200 mil pessoas em 1914). Pense-se em Mahler, Schnitzler, no jovem Zweig, em Schönberg, Freud ... Passa-se o mesmo na Alemanha pré-1933, onde cerca de um prémio Nobel em cada três é atribuído a um judeu. [...] Na Europa dos anos 1930, os “Judeus” são o alvo dos estratos sociais que conhecem a ruína. O arrebatamento paranóico que é o anti-semitismo desempenha então um papel redentor: «É preciso que eles morram para que nós possamos viver». Quando o ressentimento [...] conquista os derrotados de 1918, a violência fixa-se na representação fantasmagórica criada pela história ao longo dos séculos. É então que, de uma ponta à outra do continente, a imprensa, a literatura e os propagandistas anti-semitas apontam o dedo aos Judeus, como quem apela a um ritual de purificação. (Bensoussan, 2022: 13, 19)

Acresce ainda a crença conspirativa, sobretudo entre 1933 e 1939, na ameaça de uma sovietação da Alemanha, “planeada” por judeus e bolcheviques. No conjunto, estes aspetos formam o rastilho para as políticas de exclusão em larga escala implementadas no *Reich*, bem como para as medidas de “higiene racial” (*Rassenhygiene*) e “reprodução seletiva” inspiradas no naturalismo eugenista de Francis Galton e Alfred Ploetz, bastante pujantes

a partir da década de 80 do século XIX. Nesse sentido, a primeira “indústria do extermínio”, com a aplicação dos programas T4 e 14F13, a partir de 1939, consistirá na eliminação dos alemães (arianos ou judeus) considerados fracos, inaptos e inúteis para a glória da nação, ou seja, as pessoas (crianças ou adultos) portadoras de deficiências físicas ou doenças mentais, os doentes incuráveis ou as crianças com poucas probabilidades de virem a tornar-se adultos⁴.

Todos eles eram registados oficialmente, por meio de uma comissão do *Reich* e sob a tutela do Ministério da Administração Interna. No seu conjunto, estes programas convertem-se em matriz ideológica e propedêutica do extermínio massivo dos judeus nos guetos e, pouco tempo depois, nos campos de concentração. O nacional-socialismo nazi, fortemente marcado, por conseguinte, pelo darwinismo social e pelo eugenismo – que preconizavam o primado da biologia e do legado genético sobre qualquer outro critério –, pusera, de facto, em marcha, já a partir de 1933, o programa de detenção e internamento de judeus em guetos e campos de concentração, como “aviltadores da raça”⁵, designadamente em Dachau, Breitenau, Osthofen, Lichtemburgo, para referir apenas alguns.

Com mais de dois milhões de judeus sob a sua alçada, a Alemanha cai na sua própria armadilha na Polónia. Obrigada a improvisar, numa política de tentativa-erro, cria os “guetos”. Entre o Outono de 1939 e a Primavera de 1942, os judeus são reunidos em bairros separados, privados de qualquer comunicação, lentamente esfaimados e psicologicamente destruídos, ao mesmo tempo que ignoram o destino que lhes está reservado. Este ajuntamento forçado é de matriz genocida: «Já é tempo de atirar estes vermes para os guetos. Aí, as doenças espalhar-se-ão e eles acabarão todos por morrer», afirma Himmler, em Novembro de 1939.

(Bensoussan, 2022: 42)

⁴ Veja-se, a este respeito, o seguinte estudo minuciosamente documentado: Michael Tregenza (2011: sobretudo caps. 7, 8, 16, 17).

⁵ Sobre esta problemática de vasta incidência social e societal, veja-se Wünschmann, 2016: 77-122.

Inúmeros são os depoimentos de ideólogos nacional-socialistas e as invetivas de oficiais do exército nazi que se referem aos povos ou etnias (raças) “inferiores”, como os ciganos, os próprios eslavos e, mais do que todos, os judeus. Na sua obra *Mein Kampf*, Hitler afirmara, sem qualquer racionalidade ou veracidade histórica, que em toda a História, nunca tinha havido na vida social qualquer facto ignóbil ou imundo ao qual um judeu, pelo menos, não estivesse associado. Em idêntico sentido, o marechal alemão Von Reichenau, observa, no dia 10 de outubro de 1941: “Aquele que luta nos territórios do Leste não é meramente um soldado [...] é também o portador de uma impiedosa ideologia nacional [que] deve incluir as necessidades de uma vingança severa, mas justa, contra esta humanidade inferior que é a judiaria.” (Bensoussan, 2022: 58). Por seu lado, as designadas leis de Nuremberga, promulgadas em 1935, especificavam que tinham sido criadas “para a protecção do sangue alemão e da honra alemã” (Bensoussan, 2022: 38). Contudo, esta medida não será suficiente. Em 1940, o conhecido Projeto Madagáscar é concebido com a determinação de separar radicalmente os judeus dos alemães; uma vez deportados e isolados nessa ilha, os casamentos mistos e a “contaminação da raça ariana” seriam inviáveis. Paralelamente, nos futuros territórios ocupados do Leste da Europa, proceder-se-ia à separação dos judeus por sexos, com o propósito de lograr a “extinção da raça”, tendo-se mesmo projetado, ainda em 1940, a sua esterilização em massa por meio de raios x.

Em 1941, Göring, ministro da Administração Interna da Alemanha, define como missão concreta encontrar uma solução radical para os judeus na zona de influência alemã na Europa, enquanto Rosenberg afirmará publicamente que a questão judaica passa pelo extermínio biológico de todos os judeus na Europa. O cerco vai-se apertando: são obrigados a usar a estrela de David amarela, proibidos de exercer quase todas as profissões, viajam de comboio em carruagens separadas, além de verem agora proibida a emigração. Por outro lado, espoliados de bens e de empregos, os judeus constituem uma poderosa fonte de rendimento para a Alemanha, ajudando indiretamente a financiar uma guerra que os aniquila.

Na Polónia ocupada, os alemães criam os guetos, à imagem dos campos que haviam criado em diversas regiões da Alemanha; vendo os seus direitos

cívicos progressivamente anulados, estarão também proibidos de viajar de comboio e frequentar jardins públicos. Os guetos, verdadeiras incubadoras de morte, com as suas diversas estratégias de sobremortalidade programada, serão uma antecâmara da “indústria de extermínio” que constituem os campos de concentração. Em 1941, é posto em marcha um genocídio à escala europeia, atingindo o seu clímax no ano seguinte, em que serão assassinados cerca de três milhões de judeus.

Incentivados pela doutrinação antissemita e contentes com a mudança na sua monótona rotina quotidiana, os SS atiravam-se aos presos. Kurt Khon recordou que os SS de Buchenwald o “receberam” e a outros judeus berlinenses com as palavras ameaçadoras: «Finalmente, cá estão vocês, seus porcos judeus. Vão todos ter uma morte miserável aqui».

(Wünschmann, 2016: 226)

O historiador Saul Friedländer, especialista do Nazismo e da *Shoah*, refere-se à complexa e pertinente questão da diferença entre o destino dos judeus e o das outras vítimas do nazismo, uma vez que muitos não-judeus foram assassinados por desideratos eugénicos, mas igualmente por motivações racistas, ideológicas ou políticas. Contudo, a diferença não reside tanto no número, já de si eloquente, quanto na intenção.

Não há outros grupos, para além dos Judeus, que o sistema decida exterminar totalmente, até ao seu último membro. Hitler torna-se o emissário de uma missão redentora. A Humanidade só poderá ser salva pelo desaparecimento *total* dos Judeus. No testamento político que Hitler redige, na véspera do seu suicídio, explica que a humanidade lhe pode estar grata por ter resolvido em parte a questão judaica. O documento termina com esta invetiva: «E, acima de tudo, continuai a luta contra essa peste, a judiaria internacional».

(Friedländer, 2017: 158)

Para designar a barbárie que era, na época, o seu quotidiano, entre os judeus deportados que falavam o *yiddish* surgiu primeiramente a palavra *khurban*, que

significa destruição, depois substituída pela palavra *Shoah*, ou seja, catástrofe, a qual deveria, como propôs a ensaísta e académica franco-judia Rachel Ertel, ser traduzida por aniquilação, a fim de a diferenciar dos cataclismos naturais e involuntários nas suas consequências trágicas para a humanidade. Por seu lado, entre os alemães nazis direta ou indiretamente ligados aos campos de deportação e de extermínio, existia todo um léxico aviltante para caracterizar os judeus e a sua condição, de entre os quais o termo *stück*, ou seja, peças, que designava todos os indivíduos, mulher, homem ou criança, que eram transportados para os campos de trabalho e extermínio. Aí, havia toda uma engrenagem montada com a finalidade de os brutalizar, reificar, anular enquanto seres humanos, visando neutralizar-lhes o próprio sentido de pertença a uma comunidade, a uma fratria de membros ligados por um infortúnio comum. Muitas vezes, conseguiram-no. Mas em tantos casos diferentes, o pensamento e o sentimento do outro na sua dilaceração, o apelo do outro na prostração do rosto, no seu absoluto desamparo triunfaram da dimensão individual e egóica da dor, do que seria, na sua condição humanamente semelhante, a justificável não-resposta ou o alheamento desresponsabilizante face ao outro – no sentido e dimensão que o filósofo Emmanuel Levinas atribui a estas palavras.

Passa-se, assim, do que fundamentaria uma fenomenologia “egológica” da relação com o outro em situações-limite vivenciadas em comum, baseada na pura salvaguarda da sobrevivência de cada indivíduo em função de si mesmo, para uma atenção vígil e compassiva ao outro e agindo de imediato em seu benefício, quando as circunstâncias o permitiam – atenção que é anterior à ponderação da razão calculante sobre a liberdade de o não fazer.

Ce qui m’importe, c’est dans la responsabilité pour autrui comme un engagement plus ancien que toute délibération mémorable constitutive de l’humain. Il est évident qu’il y a dans l’homme la possibilité de ne pas s’éveiller à l’autre ; il y a la possibilité du mal. Le mal, c’est l’ordre de l’être tout court – et, au contraire, aller vers l’autre c’est la percée de l’humain dans l’être, un « autrement qu’être ». Je n’ai pas du tout la certitude que « l’autrement qu’être » soit assuré de triompher, il peut y avoir des périodes où l’humain s’éteint complètement, mais l’idéal de sainteté, c’est ce que

l'humanité a introduit dans l'être. [...] L'éveil à l'humain, c'est cela. Et il y eut dans l'histoire des justes et des saints.
(Levinas, 1991: 132-133)

Considerando as obras dos autores que privilegiámos neste estudo, Primo Levi e Charlotte Delbo, nelas encontramos testemunhos e representações/figurações literárias destas diferentes atitudes face ao outro, embora os textos de Charlotte Delbo privilegiem claramente, como veremos, o olhar altruísta, a emoção compassiva, o espírito comunitário, sobretudo entre as deportadas dos campos – atitudes, enfim, que caracterizam “os justos”, ou aqueles cuja humanidade íntima lutam por manter indefetível, mesmo nas situações-limite de sofrimento, humilhação e desumanização que os seus verdugos lhes impunham. Contudo, a par destas diferentes atitudes, estes autores, tal como muitos outros, acentuam a indizibilidade e incomunicabilidade enquanto atributos das vivências quotidianas dos campos de extermínio, constituindo elas, em si mesmas, uma espécie de limiar inaugural de uma nova ordem da barbárie: aquela que fora lenta e premeditadamente concebida para aniquilar nas suas vítimas a dignidade, a esperança, a resiliência e a própria identidade.

Então pela primeira vez nos apercebemos de que a nossa língua carece de palavras para exprimir esta ofensa, a destruição de um homem. Num ápice, com uma intuição quase profética, a realidade revelou-se-nos: chegámos ao fundo. Mais para baixo do que isto, não se pode ir: não há nem se pode imaginar condição humana mais miserável. Já nada nos pertence: tiraram-nos a roupa, os sapatos, até os cabelos; se falarmos, não nos escutarão, e se nos escutassem, não nos perceberiam. Tirar-nos-ão também o nome: se quisermos conservá-lo, teremos de encontrar dentro de nós a força para o fazer, fazer com que, por trás do nome, algo de nós, de nós tal como éramos, ainda sobreviva.
(Levi, 2002: 24)

Este texto, extraído da obra intitulada *Se isto é um Homem* [*Se questo è un Uomo*], do escritor judeu italiano Primo Levi, publicada pela primeira vez em 1947, inscreve-se, enquanto narrativa fragmentária de teor a um tempo

documental, testemunhal, autobiográfico, literário e filosófico, nessa categoria de obras inaugurais constitutivas da Literatura do Holocausto/*Shoah*, escritas ainda na década de quarenta por autores judeus de diversas nacionalidades, ou não-judeus, mas deportados por motivos políticos. Todos haviam vivenciado a realidade-limite da sobrevivência em diversos campos de extermínio que formavam o complexo de Auschwitz, ou em Dachau, Treblinka, Mauthausen e muitos outros situados em áreas de ocupação nazi. Refiro-me a autores como Robert Antelme, em *L'Espèce Humaine*; Elie Wiesel, em *La Nuit*; Anne Frank, em *Journal*; Charlotte Delbo, em *Auschwitz et après: Aucun de nous ne reviendra*; Sarah Kofman, em *Paroles suffoquées* (1987); e Paul Celan, na obra póstuma *Choix de Poèmes réunis par l'auteur* (Lefebvre, 1998), ou no conjunto da sua Obra poética.

São elas apenas algumas das vozes mais marcantes no que às representações ou figurações literárias do Holocausto diz respeito, nesse espaço de fuga no sentido musical do termo – tentativa de alcançar um sentido possível no indizível vivenciado, na diabolização de todo um povo e na patologia do extermínio, convertidas em ritual de purificação da raça ariana e cerimonial de propiciação da supremacia germânica sobre todas as nações, verdadeiro renascimento no esplendor wagneriano dos mitos revisitados.

Tais obras detêm, por conseguinte, um grau de referencialidade e representatividade máximo, ou seja, elas são, na sua maioria, massivamente validáveis pelos factos reais ocorridos nos campos de extermínio nazis – como o atestam as inúmeras obras de carácter histórico-documental escritas a partir das fontes disponíveis para estudo –, sem que por isso constituam meros espelhos do mundo que devolvessem de forma linear esses mesmos factos sem a intermediação da sensibilidade, da consciência retrospectiva, dos juízos críticos e dos densos silêncios do seu autor.

É interessante verificar a existência de paralelismos claros de conteúdo factual entre umas e outras, quando nos debruçamos sobre obras histórico-documentais e coletâneas de depoimentos de sobreviventes dos campos, como, por exemplo, o estudo coletivo publicado pela Faculdade de Letras e Filosofia da Universidade de Milão, intitulado *Rappresentare la Shoah*, ou os estudos individuais, respetivamente, de Annette Wierviorka, *Déportation et génocide*,

entre la mémoire et l'oubli (1998), e Léon Poliakov, *Le Bréviaire de la Haine*, ou ainda obras de divulgação, como *Os últimos sete meses de Anne Frank*, de Willy Lindwer, *O farmacêutico de Auschwitz. Uma História secreta do Holocausto*, de Patricia Posner, *Os bebês de Auschwitz*, de Wendy Holden, para além de diversas séries televisivas ou filmes como *Holocausto*, *A lista de Schindler*, *O Pianista*, *A vida é bela*, *O rapaz do pijama às riscas*, entre tantos outros.

Porém, nas obras de memória e testemunho de cunho autobiográfico e/ou literário, ou seja, aquelas cuja representação ficcional advém de uma vivência direta das realidades do Holocausto – entre as quais destaco autores como Primo Levi, Charlotte Delbo, Sarah Kofman, Robert Antelme ou Paul Celan –, os seus autores debatem-se dramaticamente com as aporias que advêm do irrepresentável das vivências mais traumáticas. Entre elas figuram a exclusão e deportação do espaço vital, da comunidade social e profissional, o corte dos mais elementares laços de afeto, a inviabilidade de condições existenciais propícias às realizações do humano e, no seu clímax, o próprio corpo roubado, profanado, torturado, violentado de múltiplas maneiras, até à inviabilidade de permanência em vida. Como pensava Maurice Blanchot, ser judeu significa ser privado, de modo inteiramente real, das principais possibilidades de viver. Sobre memória e representação da *Shoah* e suas aporias, escreve ainda Alessandro Costazza: “Il carattere estremo de la Shoah non costituisce tuttavia un problema solo per la rappresentazione letteraria, ma mette in crisi anche alcune delle categorie tradizionali dell'estetica, quali ad esempio quelle della mimesi e delle catarsi” (Costazza, 2005: 16-17).

“Dever de memória”, pois, dos que, sem mérito evidente e tantas vezes no remorso, sobreviveram aos campos: permitir-se, obrigar-se a vivenciar de novo os ténues limites da Dor coletiva, memorial histórico e literário a todos aqueles cujo nome a História não reteve. Difamados, guetizados, espoliados, deportados, espancados, fuzilados, gaseados, despejados em valas comuns, queimados: velhos e crianças, saudáveis e doentes, mulheres aviltadas de todas as maneiras, trabalhadores escravizados ou cobaías de sinistras experiências, meros corpos sem alma de um outro *shéol*. Tarefa de Sísifo, imperativo de memória do que permanece radicalmente irrepresentável, irredutível à palavra: representar o indizível.

A sua vida é breve, mas o seu número é enorme; são eles, os *Muselmänner*, os que sucumbem, a coluna vertebral do campo; eles, a massa anónima, continuamente renovada e sempre idêntica, dos não-homens que marcham e se afadigam em silêncio; dentro deles apagou-se a centelha divina, já demasiado vazios para sofrer de verdade. Hesita-se em chamá-los vivos: hesita-se em chamar morte à sua morte, diante da qual não têm medo, pois estão demasiado cansados para poderem aperceber-se dela. Eles povoam a minha memória com a sua presença sem rosto, e se pudesse resumir numa única imagem todo o mal do nosso tempo, escolheria esta, que me é familiar: um homem ressequido, com a testa baixa e os ombros curvados, em cujo rosto e em cujos olhos não se pode ler qualquer sinal de pensamento. (Levi, 2002: 100-101)

Para Levi, Delbo e os outros autores – alguns ainda no interior dos guetos e campos –, escrever converte-se, assim, em desígnio de resgatar do silêncio e do incógnito, corpos, rostos, gestos, atitudes, sussurros e gritos. As suas personagens são a um tempo individualizadas e coletivas, razão pela qual surgem amiúde diante do leitor destituídas de identificação onomástica, apesar dos tons violentos dos seus contornos, esgares e torsões, evocando as representações pictóricas expressionistas. Existe um *nós*, sujeito coletivo englobando o narrador-autor e uma imensa galeria de sujeitos indeterminados, dos quais frequentemente apenas ele possui a identidade. Além disso, elas oscilam, quase indistintamente, do plano da representação ficcional para o plano da realidade vivida, constituindo uma quase abolição de fronteiras entre um e outro, nesse singular processo de escrita que constitui uma das particularidades da narrativa de cunho autobiográfico. É essa oscilação quase indistinta de planos que confere às narrativas de Levi e de Delbo uma força de impacto e um poder de sugestão tão impressionantes sobre o narratário-leitor; tais características explicam que, mau grado os compreensíveis e tão sublinhados obstáculos à comunicabilidade, as suas personagens circulem diante de nós como seres de carne e osso, dos quais sentimos as feridas, a angústia, o medo, o exaurir das forças, a desesperança, a fome e a sede extremas, a apatia, a raiva, a compaixão, os estados alucinatórios ou

alterações de consciência, a força, a debilidade, a cobardia, a desistência ou, de novo, a esperança de um amanhã de liberdade e fulgor. O próprio ritmo frásico nos sugere a cadência sincopada dos passos das personagens durante os trabalhos forçados, a sua respiração ofegante, os sobressaltos, a fadiga infundável, o desânimo ou, enfim, a espessura do silêncio, à noite, no interior das camaratas, afundado na fome, na dor, no frio.

Nesta obra de Primo Levi, a tentativa de redução do ser humano a matéria bruta, elementar, a pura força motriz sem alma nem arbítrio, sem valores para além da sobrevivência quotidiana, sem honra nem afetos, degradando-lhe pouco a pouco memórias e memória, não é, de modo algum, obnubilada ou edulcorada, tal como o não são as vitórias que, campo após campo, mês após mês, o mal absoluto obteve das suas vítimas, quando estas soçobravam na desonra de si mesmas ou no espanto da sua insuperável debilidade.

O homem que irá morrer hoje diante de nós tomou parte de qualquer forma na revolta. Diz-se que mantinha relações com os insurrectos de Birkenau [...] agora, já não há homens fortes entre nós, o último pende por cima das nossas cabeças [...] Pois, nós também estamos quebrados, vencidos: mesmo tendo sabido adaptar-nos, mesmo tendo aprendido finalmente a arranjar a nossa comida e a aguentar a fadiga e o frio [...] e agora a vergonha oprime-nos.

(Levi, 2002: 165-166)

Nas suas reflexões sobre a *Shoah*, Giorgio Agamben refere, a este respeito, o propósito de redução “do homem a não-homem”, visando colocá-lo numa posição muito inferior à de qualquer animal – ser vivo que era, aliás, olhado pelos deportados nos campos de extermínio como beneficiário de um estatuto de luxo que eles estavam longe de poder almejar. Mas esta redução à condição de não-homem está também presente nas traições que os designados judeus *prominenten* perpetravam contra os seus camaradas de infortúnio, facto atestado por diversos relatos, testemunhos e estudos sobre a vida nos campos, os quais têm uma clara correspondência em

personagens equivalentes das obras ficcionais-autobiográficas dos grandes autores acima referidos⁶.

Os proeminentes judeus constituem um triste e notável fenómeno humano. [...] Eles são o produto típico da estrutura do *lager* alemão: oferece-se a alguns indivíduos em estado de escravidão uma posição privilegiada, um certo bem-estar e uma boa probabilidade de sobreviver, exigindo em troca a traição da solidariedade natural para com os seus companheiros, e certamente haverá quem aceite. Este será subtraído à lei comum, e tornar-se-á intangível. [...] Sobreviver sem renunciar a nada do seu mundo moral, a não ser por poderosas e directas intervenções da sorte, só foi concedido a pouquíssimos indivíduos superiores, com vocação de mártires e de santos. (Levi, 2002: 101, 103)

As múltiplas tentativas de redução à não-humanidade estão patentes, de forma impressiva, nas representações de gestos e atitudes próprios de estados alterados de consciência, sobrevivendo no decurso do quotidiano nos campos de extermínio e das suas experiências-limite, dos quais muitos jamais regressariam. O próprio Levi acabará por se suicidar lentamente, como Celan e tantos outros após serem “libertados”, mas nunca reintegrados na vida “normal”.

Já há muitos meses que deixara de conhecer a dor, a alegria, o medo, a não ser naquela forma desligada e longínqua que é característica do *Lager*, e que se poderia chamar condicional; se tivesse agora – pensava – a minha antiga sensibilidade, este seria um momento extremamente emocionante. (Levi, 2002: 169).

Ora, quer a estrutura fragmentária do discurso, quer as aporias representacionais dos estados alterados de consciência presentes na obra de Levi,

⁶ Sobre o papel dos trabalhadores do *Sonderkommando* judaico, no processo de genocídio nos campos, veja-se Georges Bensoussan (2022: 76-90).

surgem de forma ainda mais pregnante em Charlotte Delbo. Ambas as obras, porém, brotaram do difícil equilíbrio entre a inviabilidade da representação (no sentido estético-literário do termo) e a impossibilidade de manter o silêncio num mutismo de refúgio ou de negação, ou seja, entre a indigência da palavra e a sua magnificência última.

Na obra-prima da autora, a trilogia intitulada *Auschwitz et après*, os fragmentos constituem uma verdadeira linguagem metafórica, a par das femininas personagens-vulto, sem nome nem rosto, amontoando-se no espaço opressivo e torturante de Auschwitz-Birkenau, campo de extermínio direcionado essencialmente para mulheres, na maioria judias, mas também clandestinas da Resistência francesa à Ocupação alemã e ao Governo de Vichy.

A obra *Aucun de nous ne reviendra*, aqui em foco, constitui o primeiro volume dessa trilogia, inscrevendo-se igualmente na categoria de obras inaugurais da Literatura do Holocausto/*Shoah*, mas escritas por autores não-judeus e deportados por motivos políticos. De facto, tal como tantos outros membros da Resistência francesa, comunistas, socialistas ou simplesmente cidadãos libertários, Charlotte Delbo foi deportada juntamente com 230 prisioneiras políticas, das quais apenas 49 sobreviveram às atrocidades do campo.

Não se trata de uma narrativa una, mas uma rede de fragmentos narrativos autobiográficos dotados igualmente de dimensão filosófica e, sobretudo, de uma funda dimensão poética captada numa escrita feita de luminosas e tenebrosas fulgurações, antecipando a escrita de Marguerite Duras, que claramente não lhe foi alheia, mesmo que esse legado não tenha, do meu ponto de vista, sido suficientemente sublinhado pela crítica literária. Por outro lado, a escrita de Delbo testemunha, da parte da narradora-autora, uma notável capacidade de se “outrar” ou de transcender a sua condição individual sombria, dirigindo preferencialmente o olhar para as/os companheiras/os de infortúnio no campo de Auschwitz-Birkenau, ao qual veio a sobreviver. Lembraria outro aspeto notável: o que poderia ter sido um memorial de tom plangente ou revanchista para com a vida e as circunstâncias da sua deportação – já que Delbo não era judia, mas uma francesa de origem italiana –, é antes uma rapsódia narrativa entretecida de emoções poderosas, mas contidas, de uma fraterna empatia pelos

companheiros de infortúnio que nunca adquire esse tom artificioso da compaixão fácil.

No seu ensaio atrás citado, intitulado *Entre nous. Essais sur le penser-à-l'autre*, Emmanuel Levinas desenvolvia este conceito como um despertar para o outro para além do ser simplesmente pensante e da sua lógica egóica de autopreservação, do seu passado distante ou recente e dos seus parâmetros culturais, a fim de ir ao encontro do desconhecido, acolhendo-o no eu mais profundo, nesse gesto que poderá ser inscrito na experiência da *Hospitalidade* no seu sentido mais sublime, e que não cabe simplesmente numa representação, ainda que literária.

Dans la déposition par le moi de sa souveraineté de moi, dans sa modalité de moi haïssable, signifie l'éthique mais probablement aussi la spiritualité même de l'âme : l'humain ou l'intériorité humaine, c'est le retour à l'intériorité de la conscience non- intentionnelle, à la mauvaise conscience, à sa possibilité de redouter l'injustice plus que la mort, de préférer l'injustice subie à l'injustice commise et ce qui justifie l'être à ce qui l'assure.

(Levinas, 1991: 151).

Nesse sentido, ainda, jamais assistimos a um testemunho autocentrado e de autocomiseração por parte da narradora-autora, mas a um discurso despojado de efusões emocionais e lúcido, no qual o estoicismo se funde com a fraternidade compassiva, sobretudo para com os que tombavam de puro esgotamento físico ou psíquico, enfermidades que os conduziriam sem demora ao fuzilamento ou às câmaras de gás, não raramente após terem sido brutalmente espancados ou lançados aos cães. Esta violência psicológica e física, infligida repetidamente e com uma indiferença macabra, é sugerida ou figurada numa escrita sincopada, ofegante, por vezes violenta como o estalar implacável de um chicote. De novo, a narradora-autora assume a identidade de um sujeito coletivo de deportados, que acompanha em aflição, de pensamento fixo e mãos cerradas no horror e na compaixão impotentes, o cortejo pré-fúnebre de homens descarnados, sanguinolentos, de pupilas dilatadas e passos periclitantes, que o pescoço e a cabeça parecem puxar na exaustão

da marcha. E de seguida, outra imagem macabra: um homem de joelhos açoitado cinquenta vezes por um kapo, sob as ordens de um oficial nazi. Sob o ritmo sincopado da escrita, a sua pontuação iterativa sugere o sucessivo estalar do chicote, os seus silvos atrozes, o corpo da vítima sacudido até ao solo ao ritmo da violência dos golpes, o corpo coletivo dos companheiros presentes sacudido igualmente ao ritmo desses golpes, como que os sofrendo também, na carne e no espírito. E de novo uma imagem macabra: um homem forçado a caminhar com os caninos de um cão-polícia afundados na carne, avançando em silêncio, a mancha de sangue alastrando nas calças e o silêncio fúnebre cobrindo tudo, o próprio grito da vítima, demasiado exausto para ser audível. Perante o horror da cena, a narradora-autora convida-nos a olhar sem desviar os olhos, participando nessa fratria corajosa e compassiva e testemunhando o inimaginável. A violência extrema destas cenas é igualmente figurada pelos campos semânticos em que se inscreve o léxico selecionado: sintagmas nominais, verbos, adjetivação, modalização; cada um deles e no seu conjunto adquirem um poder de visualização semelhante ao de imagens vivas, seres humanos reais que estivessem entre nós e no interior da nossa sensibilidade, latejando e sofrendo em sintonia.

Les hommes suivaient avec peine. Ils étaient chaussés de soques de toile à semelles de bois qui ne tenaient pas aux pieds. [...] La tête et le cou tiraient les pieds. Dans leurs visages décharnés, les yeux brûlaient, cernés, la pupille noire. Leurs lèvres étaient gonflées, noires ou trop rouges et quand ils les écartaient se voyaient les gencives sanguinolentes. [...] Nous les regardions. Nos mains se serraient de pitié. Leur pensée nous poursuivait, et leur démarche, et leurs yeux. [...] L'homme s'agenouille. Croise les bras. Baisse la tête. Le kapo s'avance. Il a son bâton. [...] Cet homme qu'on bat avec le bruit d'un tapis qu'on bat. Il compte toujours. Le SS écoute s'il compte. C'est interminable, cinquante coups de bâton sur le dos d'un homme. [...] Sa tête touche le sol. Chaque coup donne à son corps un sursaut qui le disloque. Chaque coup nous fait sursauter. [...] Un homme qui ne peut plus suivre. Le chien le saisit au fondement. L'homme ne s'arrête pas. [...] Il n'a pas poussé un cri. Le sang marque les

rayures du pantalon. De l'intérieur, une tache qui s'élargit comme sur du buvard. L'homme marche avec les crocs du chien dans la chair. Essayez de regarder. Essayez pour voir.
(Delbo, 1970: 34-35, 95-96, 138)

Muitas das páginas de Charlotte Delbo parecem fazer-nos caminhar por uma interminável tundra, onde, por seu lado, múltiplas figuras femininas vão desaparecendo quase sem deixar rasto, e a cujas vozes anónimas ou delírios noturnos a autora-personagem deu Voz. Os próprios corpos surgem quase indiferenciados na sua reificação extrema, numa dor por vezes convertida em torpor e analgesia, emergindo de uma temporalidade labiríntica e petrificada, que nada projeta ou resgata por não possuir dimensão futurante. Nela, cada noite é semelhante a mil, na sua essência infindável.

Et la nuit est plus épuisante que le jour, peuplée de toux et de râles avec celles qui agonisent solitaires, pressées contre les autres qui sont aux prises avec les chiens, les briques et les hurlements, celles que nous trouverons mortes à notre réveil, que nous transporterons dans la boue devant la porte, que nous laisserons là, roulées dans la couverture où elles ont rendu la vie. Et chaque morte est aussi légère et aussi lourde que les ombres de la nuit, légère tant elle est décharnée et lourde d'une somme de souffrances que personne ne partagera jamais. Et quand le sifflet siffle le réveil, ce n'est pas que la nuit s'achève, [...] ce n'est pas la fin de la nuit pour celles qui délirent dans les revirs/ ce n'est pas la fin de la nuit pour les rats qui attaquent leurs lèvres encore vivantes/ [...] /c'est la fin de mille nuits et de mille cauchemars.
(Delbo, 1970: 92-94).

Enfim, a riqueza polissémica ou a beleza musical das palavras e a força sugestiva das imagens poéticas, a par da densidade de sentido dos silêncios, marcam o longo poema em prosa que fecha o livro, nessa noite infindável de memórias em conflito. Trata-se de um poema elegíaco de rara beleza, que em nós se grava como impossível memória e esquecimento, grito que em surdina ressoa, ampliado pelo eco das inúmeras anáforas, das interrogações sem res-

posta, da profusão de vogais abertas e de verbos de movimento, num crescendo até ao vórtice final em que o poema se abisma, para recomençar e se lançar nas fulgurações da memória – essas belas primaveras que jamais regressarão e onde, dir-se-ia, “les verds paradis des amours enfantines” baudelairianos eram ainda possíveis, sob os sons musicais e os risos e os cânticos ao sol. Mas de novo o poema se abisma, na perda da memória e dos rostos queridos; na morte, enfim. Na morte que esvazia o olhar, contorce os dedos, deforma as últimas palavras que penosamente afloram aos lábios de uma companheira de infortúnio, fazendo então tombar para sempre, no solo, o seu rosto exangue.

Loin au-delà des fils, le printemps voltige, le printemps frissonne, le printemps chante. Dans ma mémoire. Pourquoi ai-je gardé la mémoire ? Pourquoi avoir gardé le souvenir des rues aux pavés sonores, des fifres du printemps sur les bancs des marchands de légumes au marché, des flèches de soleil sur le parquet blond au réveil, le souvenir des rires et des chapeaux, des cloches dans l'air du soir, des premières blouses et des anémones ? Ici, le soleil n'est pas du printemps. C'est le soleil de l'éternité, c'est le soleil d'avant la création. Et j'avais gardé la mémoire du soleil qui brille sur la terre des vivants, du soleil sur la terre des blés. [...] Ma mémoire est plus exsangue qu'une feuille d'automne/ Ma mémoire a oublié la rosée/ Ma mémoire a perdu sa sève. Ma mémoire a perdu tout son sang. / C'est alors que le cœur doit s'arrêter de battre – s'arrêter de battre – de battre. [...] Elle a eu tout d'un coup la mort sur son visage, la mort violette aux ailes du nez, la mort au fond des orbites, la mort dans ses doigts qui se tordent et se nouent comme des brindilles que mord la flamme, et elle dit dans une langue inconnue des paroles que je n'entends pas.

(Delbo, 1970: 180-182)

No termo deste breve estudo, temos presente a pertinência do percurso nele feito com vista à contextualização histórica, política e ideológica das obras de Primo Levi e Charlotte Delbo, enquanto testemunhos autobiográficos e representações literárias do Holocausto, no decurso da Segunda Guerra Mundial. Tal contextualização explica, porém, o que jamais será justificável:

a génese e escalada do antisemitismo nazi, bem como do totalitarismo nacional-socialista na Europa de então, culminando na deportação dos judeus e de muitos ativistas políticos que resistiam a essa ideologia concentracionária. Por outro lado, a leitura dos documentos e estudos sobre esse contexto atestam a trágica veracidade das obras literárias ou simplesmente autobiográficas, escritas por autores sobreviventes do Holocausto. Este estudo, ao dirigir o foco para obras de Primo Levi e Charlotte Delbo, introduz ainda, mesmo se de modo ténue, uma perspectiva comparatista entre ambos, sobretudo no tocante ao modo como os respetivos narradores-autores se posicionavam face às atitudes, estados de consciência e emoções dos deportados nos campos de extermínio, mas igualmente no que respeita a natureza incomunicável e indizível do que essas vivências quotidianas nos campos tiveram de mais profundo, em consonância com o que se convencionou designar por experiências-limite.

Por outro lado, o Pensamento de Emmanuel Levinas harmoniza-se, em boa parte, com a perspectiva que, sobretudo, a narradora-autora e personagem de *Aucun de nous ne reviendra* adota nesta obra (como aliás na trilogia *Auschwitz et après*), no sentido fraterno do olhar sobre o outro sofredor, singular ou coletivo, amiúde privilegiado em detrimento do sujeito que narra, mas que igualmente experiencia esse terrível quotidiano nos campos de morte. Esse olhar primeiro, anterior ao movimento egóico da autopiedade e autopreservação é, para Levinas, apanágio do justo, do filantropo ou do santo, que como tal reerguem da desumanização reificante dos campos, a sempre resgatável humanidade. Juntamente com as observações sobre a linguagem, o ritmo, a singularidade impressiva dos textos, é esse o contributo essencial deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- Antelme, Robert (1957). *L'Espèce humaine*. Paris: Gallimard.
- Bensoussan, Georges (Org.) (2022). *Atlas do Holocausto. A execução dos Judeus da Europa, 1939-1945*. Trad. do fr. por Ana Cristina Câmara. Lisboa: Ed. Guerra e Paz.
- Costazza, Alessandro (2005). *Rappresentare la Shoah*. Milano: Cisalpino.
- Delbo, Charlotte (1970). *Aucun de nous ne reviendra*. In *Auschwitz et après*, I. Paris: Minuit.

- Friedländer, Saul (2017). *Reflexões sobre o nazismo*. Trad. do fr. por Artur Lopes Cardoso. Porto: Porto Editora.
- Kofman, Sarah (1987). *Paroles suffoquées*. Paris: Galilée.
- Lefebvre, Jean-Pierre (Org.) (1998). *Paul Celan. Choix de Poèmes réunis par l'auteur*. Paris: Gallimard.
- Levi, Primo (2002). *Se Isto é um Homem*. Trad. do ital. por Simonetta Cabrita Neto. Porto: Público/ Col. Mil Folhas.
- Levinas, Emmanuel (1991). *Entre nous. Essais sur le penser-à-l'autre*. Paris: Grasset.
- Poliakov, Léon (Dir.) (1997). *História do Anti-Semitismo – 1945-1993*. Trad. do fr. por Miguel Serras Pereira. Lisboa: Inst. Piaget.
- Tregenza, Michael (2011). *Aktion T4. Le secret d'état des nazis : l'extermination des handicapés physiques et mentaux*. Trad. do fr. por Claire Darmon. Paris: Calmann-Lévy.
- Wierviorka, Annette (1998). *Déportation et génocide, entre la mémoire et l'oubli*. Paris: Plon.
- Wiesel, Elie (1958). *La Nuit*. Paris: Minuit.
- Wünschmann, Kim (2016). *Antes de Auschwitz. Os judeus nos campos de concentração antes da Segunda Guerra Mundial*. Trad. do ing. por Miguel Mata. Lisboa: Ed.70.

(Página deixada propositadamente em branco)

ASSUSTADORAMENTE NORMAIS. SOBRE A BANALIDADE DO MAL

*Terribly and terrifyingly normal.
About the banality of evil*

JOÃO EMANUEL DIOGO
joaoediogo@gmail.com
Universidade de Coimbra, CECH, IEF

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5324-6800>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_6

Texto recebido em / Text submitted on: 13/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 12/09/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série
pp. 135-161

RESUMO

Pensar a Segunda Grande Guerra Mundial implica pensar em dois tipos de guerra. A primeira pressupõe sobretudo a soberania do espaço exterior. No plano do segundo tipo de guerra, as necessidades eram outras e seria bem dentro dos limites do espaço conquistado ou mesmo do espaço alemão que tal guerra se tornaria eficaz. Estas guerras tinham dois objetivos distintos: por um lado, o imperialismo alemão queria o espaço; por outro, o antissemitismo, pretendia a eliminação física de populações específicas. O campo de concentração Auschwitz adquiriu uma capacidade simbólica, sendo considerado como o maior exemplo do mal moral, como o terramoto de Lisboa tinha sido exemplo do mal natural. Hitler e todos aqueles que participaram na Shoah eram pessoas comuns. Tinham as mesmas qualidades e defeitos que nós. E mais do que a inumanidade, o que está ali expresso é uma faceta da humanidade.

Palavras-chave: Banalidade do mal; Segunda guerra mundial; Auschwitz; Hannah Arendt.

ABSTRACT

Thinking about the Second World War implies thinking about two types of war. The former presupposes the sovereignty of outer space. In the second type of war, the needs were different, and it would be well within the limits of conquered space or even German space. These wars had two distinct objectives: on the one hand, German imperialism wanted space; on the other, anti-Semitism, sought the physical elimination of specific populations. The Auschwitz concentration camp is a symbolic example of moral evil. As the Lisbon earthquake had been an example of natural evil. Hitler and all those who participated in the Shoah were ordinary people. They had the same qualities and defects as us. And more than inhumanity, what we can express is a facet of humanity.

Keywords: Banality of evil; World War II; Auschwitz; Hannah Arendt.

INTRODUÇÃO

Desde a década de 50 do século XX que as reflexões e investigações sobre a II.^a Grande Guerra têm procurado demonstrar que, ao contrário de algumas reflexões mais apressadas, o que se passou de violência, genocídio, não tem características inumanas (que atirariam os seus perpetradores para uma categoria ontológica diferente), mas antes se podem caracterizar num espaço completamente humano. Acresce ainda que este completamente humano não se constitui com um *super-homem*, social e pessoalmente valorizado, antes deriva de pessoas normais, que em contextos diferentes praticariam diferentes ações.

Neste texto, naturalmente breve e por isso sem nenhum carácter exaustivo, procuraremos pensar *Auschwitz* como simbólica do mal, a partir das histórias pessoais de alguns desses homens banais, e suscitando o pensamento de Arendt para sublinhar o carácter humano das suas ações. Paradoxalmente, encontramos nas ações dos nazis, como Arendt nos faz compreender, a premissa inversa, isto é, todas as tentativas para sublinhar que os *não arianos* não são homens.

1. UMA SIMBÓLICA DO MAL: AUSCHWITZ

Seremos capazes de encontrar em nós mesmos a coragem suficiente para refletir sobre o que a nossa gente sentia, o que sofria durante os seus últimos momentos naquelas câmaras?

(Groszeman, 2007: 367)

Quando pensamos o mal hoje já não se trata de uma análise derivada de *Shoah* e dos campos de concentração, esse símbolo do século XX. Há, obviamente, grandes linhas de pensamento que derivam claramente do pensamento sobre Auschwitz e são hoje clássicos de uma compreensão do mal. A geração que viveu a 2.^a Grande Guerra Mundial parece nem ter tido tempo para perceber o que estava a acontecer. Por isso, desvelou-se numa série de tentativas de compreensão posteriores muitas vezes solitárias. Verdade seja dita que quem não experienciou não se encontrava muito receptivo para escutar (Vasseur, 2008).

Passados mais de 70 anos, a nossa compreensão da história é influenciada por essas reflexões, ao ponto de proclamarmos ainda “a enorme dificuldade de pensar Deus [(Jonas, 1994)], de falar de Deus, de O invocar “depois de Auschwitz”” (Martín Velasco, 2004: 74-75), ou a diferença radical de escrever depois de Auschwitz, como nos refere Günter Grass (2008).

Mas, mais do que a dificuldade de pensar Deus, torna-se cada vez mais patente, que na segunda metade do século XX se tornou difícil pensar o homem. Depois do social-nazismo, a Europa que o viu nascer, fechou os olhos e avançou, rapidamente, na tentativa de os progressos científicos e sociais limitarem a possibilidade de fenómenos idênticos surgirem. *Pelo progresso: a justiça e o bem*, poderia ser a máxima. A globalização do sistema democrático ocidental, baseado no mercado, tenta a todo o custo – e veremos a médio prazo a que preço – nivelar os pressupostos de atuação *dos outros*, de maneira que o mal não se perpetue, pois, *os outros* começam já a ser a face desse mal, como outrora foram *os nossos* que o provocaram. A história, essa, fica muitas das vezes apagada.

Temos também de ter em conta a proximidade histórica de Auschwitz. Estamos em crer que, como sobre outras *ações* da humanidade, ou mesmo da natureza, a *questão de Auschwitz* encontrará a sua morada reflexiva para as gerações futuras. Muitos factos da mesma natureza, muito mais recentes, como o caso dos genocídios no Ruanda, no Sudão e em tantos outros lugares, mesmo aqueles que se passaram na Europa, mas que tratamos como se fossem *outros* – de uma maneira que nos deveria fazer refletir – adquiriram já esse estatuto de problema resolvido na consciência coletiva. Como outrora fizemos no caso do Terramoto de Lisboa fazemos com esses momentos: “quanto mais os terramotos fossem vistos como acontecimentos normais, mais fácil seria incorporá-los num mundo normal” (Neiman, 2005: 278). Assim encontramos muitas estratégias para tornar estes acontecimentos uma “banalidade”.

O campo de concentração Auschwitz adquiriu uma capacidade simbólica, sendo considerado como o maior exemplo do mal moral (Rees, 2005: 9-10), como Lisboa (o terramoto de Lisboa) tinha sido do mal natural (Neiman, 2005: 15). Auschwitz parece ser uma simbólica para significar toda a *inumanidade* da Segunda Grande Guerra Mundial. A própria utilização da palavra *inumanidade* demonstra que remetemos esta questão para fora do estatuto

de condição humana. Aceitamos que aquele mal é, de facto, exterior a essa mesma condição? Acabamos por dizer que “o que aconteceu nos campos da morte nazis foi de um mal tão absoluto, tão radical, que desafiou a capacidade humana de compreensão” (Neiman, 2005: 16). Ao contrário do que muitas vezes queremos admitir Hitler, e todos aqueles que participaram na *Shoah*, eram homens comuns. Tinham as mesmas qualidades e defeitos que nós. E mais do que a inumanidade, o que está ali expresso é uma faceta da humanidade que muitas vezes gostamos de não ver: “uma grande porção de mal no mundo é o resultado de ações de pessoas bem dentro do espectro das normais rotinas da vida social” (Morton, 2004: 4) e Auschwitz não escapa a essa regra¹.

Existem imensos exemplos de homens comuns: como Franz Stangl, que participa em tantos assassinios de judeus e as formas de justificação que ele levanta para si mesmo e para os que o rodeiam são também elas, banais (Kekes, 2005: 47-64); ou do autêntico quebra-cabeças do julgamento de Eichmman que nos ocupará mais à frente (Arendt, 2003):

o problema, no caso de Eichmann, era que havia muitos como ele, e que estes muitos não eram nem perversos nem sádicos, pois eram, e ainda são, terrivelmente normais, assustadoramente normais.
(Arendt, 2003: 355)

ou ainda de Hoess, o construtor de Auschwitz: “Rudolf Hoess não possuía nada de especial” (Rees, 2006: 28). Eles próprios se tinham nessa pouca conta. Diz-nos Hans Frank, governador-geral da Polónia durante a guerra: “tenho de admitir que sou tão insignificante e tão fácil de influenciar...” (cf.

¹ A porção que faltará aqui depende sobretudo de estruturas psicóticas, consideradas, portanto, como estruturas doentes e, algures no futuro, tratáveis. Mas na verdade, a maior parte dessas estruturas só são reconhecidas *depois* da *ação*, o que coloca o seu autor, outra vez, no centro da sociedade. Podemos ver isso em dois exemplos: 1. A capacidade dos *serial-killers* ou dos franco-atiradores adolescentes, nos E.U.A., por exemplo, escaparem à deteção e se misturarem na vida social normal; 2. Outro exemplo são os pedófilos, que mantêm uma vida social normal a par com a tentativa de realização sexual.

Goldensohn, 2006: 75)². Mesmo Hitler, esse “demónio de farda”, é considerado comumente pelos historiadores apenas como “um homem desagradável e muito pouco digno de nota [; ou ainda:] física e intelectualmente nada tinha de especial” (Welch, 2006: 10, 14).

Assim, toda a *Shoah* traz-nos dois tipos de problemas:

1. que circunstâncias permitem que homens normais, banais, cometam atos maus?;
2. que circunstâncias permitem que milhões de homens e mulheres adiram (pelo menos pela omissão de atos de coragem) a ideologias que têm na morte, na falta de liberdade, a sua matriz?

2. RELEMBRAR A HISTÓRIA: BREVES APONTAMENTOS

Pensar a Segunda Grande Guerra Mundial implica, abreviando argumentos, pensar em dois tipos de guerra. A primeira, a que podemos chamar de guerra tradicional, implica sobretudo a *soberania* do espaço. A Alemanha queria controlar todo o espaço europeu, tornar-se soberana de toda a Europa, e para isso teria de conquistar cada centímetro de espaço, quer pela força quer pela ameaça da força. Na história da humanidade este tipo de guerra é relativamente corrente. Implicava, no caso, sobretudo um esforço tecnológico e de produção de materiais de guerra, por um lado, e homens capazes de lutar por outro.

Mas, o que tornou esta Guerra uma guerra diferente é que havia um outro plano onde uma outra guerra se combatia. Mesmo do ponto de vista estratégico e de estruturas necessárias podemos verificar essa dupla vertente. Se, no plano da guerra tradicional, o necessário era criar armas cada vez mais fortes e posicioná-las nos limites do espaço conquistado, na tentativa de conquistar ainda mais espaço, no plano da “outra” guerra as necessidades

² Algumas destas afirmações, feitas já na prisão, servem sobretudo como tentativa de desresponsabilização pessoal do que aconteceu, diabolizando a personagem de Hitler como verdadeiro motor e único culpado.

eram outras e, na maior parte dos casos, eram bem dentro dos limites do espaço conquistado, ou mesmo do espaço alemão, que tal guerra se tornaria eficaz. Datas, lugares, personagens principais ativas³, legislação, tudo indica duas guerras que procuravam dois objetivos distintos: por um lado, um certo *imperialismo* alemão que queria o espaço; por outro, o que vulgarmente se chama *antisemitismo*, que pretendia (além da confiscação de bens – e por isso fortuna) a eliminação física de populações específicas (não só os judeus, como ciganos⁴, homossexuais, doentes mentais⁵, idosos terminais⁶, etc.).

³ Obviamente as personagens principais eram os da cúpula política do Nacional-Socialismo, mas as personagens que aplicavam na prática o que o poder político exigia eram diferentes. Lembramos o Almirante Karl Doenitz, que afirmou, até ao fim, que apenas conhecia o lado da “guerra tradicional”. Relembre-se que este foi o oficial nomeado sucessor de Hitler, e foi ele que negociou a rendição da Alemanha. Julgado em Nuremberga foi condenado a “apenas” 10 anos, sobretudo pelo facto de se ter recusado a salvar sobreviventes dos navios inimigos afundados. Ele próprio diz: “Tenho a consciência tranquila. Não participei em brutalidades, nem em atos criminosos. O facto de ter ajudado Hitler na prossecução de uma guerra pela minha pátria não me torna objeto das críticas que me acusam de o ter ajudado a aniquilar judeus. Não é de todo o caso” (Cf. Goldensohn, 2006: 50).

⁴ A perseguição aos ciganos foi menor em número, mas maior em simbolismo. Como sabemos, a estrutura de vida dos ciganos (*Rom*) é maioritariamente associal, nómada, e, portanto, dificilmente controlável pelos estados. Num estado totalitário, onde o controlo era a regra, os ciganos eram, claramente, uma ameaça. Assim foram perseguidos. Mas, não bastando isso, só foram considerados como vítimas do genocídio nazi muito mais tarde (em 1963, 14 anos depois do fim da guerra).

⁵ Logo em 1939 foi pedido a todos os hospitais e médicos uma lista de todos os doentes senis, loucos considerados perigosos ou de sangue não-germânico. A sorte destas pessoas era decidida por três assessores (Cf. Gilbert, 2009: 35). Logo após a conquista da Polónia Himmler foi informado que duas unidades Einsatzgruppen tinham matado cerca de 4000 doentes “incuráveis” dos hospitais psiquiátricos e 2000 da própria Alemanha (Cf. Gilbert, 2009: 58).

⁶ A 1 de setembro de 1939, Hitler delegou no seu médico particular (Karl Brandt) e no chefe da sua chancelaria, a “plena responsabilidade de conferirem poderes alargados a certos médicos para estes darem àqueles que são, por todos os critérios *humanos*, doentes incuráveis, uma morte misericordiosa, depois da mais *ponderada avaliação possível* do seu estado de saúde” (itálicos meus). Na verdade, aqui começa o programa *eutanásia* que levou à morte muitos milhares de pessoas. O uso deste decreto permitiu o assassinio em massa de milhões de pessoas que não atendiam ao pressuposto critério de saúde do ser humano, isto é, um judeu, por exemplo, poderia ser um doente incurável, visto que a reeducação, ao contrário do comunismo, não esteve no horizonte dos nacionais-fascistas. Conhecendo como a história se seguiu não deixa de ser irónica a formulação de Hitler das competências dos seus seguidores (cf. Gilbert, 2009:

É esta outra guerra, mais uma vez abreviando argumentos, chamemos-lhe *Shoah*, que marca definitivamente a Europa no século XX. Afinal, guerras entre estados, na Europa, sempre houve. É a prática de *genocídios* que marca claramente a diferença. E é isso que nos espanta: a história da *Shoah*

põe *radicalmente* em causa os valores em que fomos formados, as nossas certezas mais profundas: que através da cultura e da educação o homem se vai aperfeiçoando; que é tanto mais moral quanto mais instruído; que a ciência é uma escola de progresso, racionalidade e aperfeiçoamento.

(Mucznik, 2007: 12)

Foi precisamente um país industrializado, culto, *filosófico*, certamente arruinado por várias crises, desde logo a 1ª Guerra Mundial, mas, no essencial, dos países mais avançados na Europa: “como fora possível que, no século XX, a população da Alemanha, uma nação culta, no coração da Europa, tivesse alguma vez perpetrado tais crimes?” (Rees, 2005: 11).

O Partido Nazi nasceu e cresceu dessa antítese, por assim dizer, de grande avanço cultural e educacional, e uma crise económica pejada de várias crises políticas. Em 1920 já eram claras as estruturas racistas das suas políticas. No seu programa dizia-se:

apenas os membros da nação podem ser cidadãos do Estado. Apenas aqueles que têm sangue alemão, independentemente do seu credo, podem ser membros da nação. Neste âmbito, nenhum judeu pode ser membro da nação.

(Lecomte, 2007: 55)

Esta noção de cidadania parcial foi brutalmente aplicada a partir de 1938, estabelecendo assim uma primeira fase daquilo que Arendt

23). Arendt refere o fiasco (diga-se que é muito relativo este fiasco) deste programa porque implicava a morte de alguns alemães, o que fazia com que pessoas protestassem (cf. Arendt, 2003: 170). Na verdade, a partir desses protestos “começou a ser posto em prática um plano para matar os judeus ao abrigo dos olhares das populações locais” (Gilbert, 2009: 334).

chama a lógica da dominação total, que analisaremos mais à frente. Convém sublinhar que esta eliminação da pessoa jurídica marginaliza *de jure e de facto* qualquer pessoa que esteja abrangida por ela, dividindo as pessoas que vivem num mesmo estado entre *cidadãos e não cidadãos*, designados no programa Nazi, ironicamente, de *convidados*. Como facilmente percebemos, a esfera do político só pode estar entregue às mãos dos cidadãos, os arianos puros. O espaço público, como na Grécia Antiga, seria vedado a todos os outros. Mas todos os outros seriam obrigados a obedecer à lei.

Assim, a partir da chegada ao poder do Partido Nazi, em 1933, começaram por surgir leis que retiravam, de facto, a personalidade jurídica aos judeus. Começou, em 1933, por se considerar a diferença ariano *vs.* judeus em lei e pela proibição de exercer funções públicas, encorajando-os a emigrarem. Em 1935, pela Lei da Proteção do Sangue e da Honra Alemã e a Lei da Cidadania do Reich, essa diferença foi ainda mais clarificada, aumentando a impossibilidade de ingressar nas forças armadas aos judeus, proibindo ainda o casamento e as relações sexuais entre arianos e qualquer não ariano. Em 1936 os empresários podiam já despedir todos os funcionários que tivessem características raciais judaicas. Em 1938 os judeus deixaram de poder fornecer serviços comerciais, todas as empresas judaicas foram “arianizadas” (compradas por arianos a preços irrisórios), e foram obrigados a adotar um primeiro nome igual para todos: Israel e Sara. Em 1941 podia-se já requisitar os judeus para trabalhos forçados, trabalhos esses que lhes era proibido recusar. Em 1942, em plena execução do extermínio, negavam-se já determinados produtos racionados aos judeus.

Ao mesmo tempo, o Reich procurava uma solução para o chamado “problema judeu”. Se a primeira ideia, a deportação forçada para um espaço externo, Madagáscar, por exemplo, ou mesmo para a Palestina, se provou demasiado cara e irrealizável, rapidamente começaram a surgir alternativas: começaram a construir-se *guetos* onde todos os judeus eram “colocados” e aí viviam sem poder, a mais das vezes, sair. Por exemplo em Varsóvia, onde ainda houve alguma resistência armada, mas que de nada valeu.

Outra das alternativas eram, no espaço conquistado, os chamados *Einsatzgruppen*⁷, que tinham como única missão aniquilar os vários grupos dos indesejáveis. Este sistema causava grandes problemas aos alemães. Desde logo os soldados destes grupos tinham grandes dificuldades em lidar com o assassinio em série. Relembremos como atuavam: à medida que o exército normal avançava, estas unidades reuniam os judeus e os indesejados, levavam-nos para um campo onde os mesmos prisioneiros abriam valas onde se alinhavam e eram metralhados, caindo nas valas que eles mesmo abriram. Muitos deles não estavam mortos, apenas feridos. A vala era fechada com corpos vivos e mortos⁸. Numa dessas operações, em Kovno, foram mortos cerca de 9000 judeus, sendo que mais de 4000 eram crianças.

Este processo, além dos problemas que levantava aos soldados, permitia também que as populações se apercebessem do que se passava, havendo até algumas “reclamações” registadas no governo central (levantando o mesmo problema que o programa *Eutanásia*). No caso de Kovno, acima referido, uma jovem católica contou ao Cardeal Bertram, relatando com exatidão os métodos usados:

Os judeus foram obrigados a despir-se – deviam estar uns dezoito graus abaixo de zero – e depois a meter-se em “sepulturas” previamente abertas por prisioneiros de guerra russos. Foram depois abatidos a rajadas de metralhadora; a seguir os alemães lançaram granadas para dentro das valas. Sem sequer verificarem se todos estavam mortos, os homens da Força Especial mandaram tapar as valas. (Gilbert, 2009: 334)

Noutra situação é bastante evidente o problema que se levantava aos alemães:

⁷ Ao contrário do que se poderia pensar estes soldados não eram particularmente agressivos. Christopher Browning, num livro sobre um batalhão na Polónia, singularmente intitulado *Ordinary Men*, diz mesmo dessa normalidade psicológica dos nazis que tinham de matar: “se os homens do batalhão puderam tornar-se assassinos naquelas circunstâncias, que grupo de homens não se tornaria?” (Browning, 2005).

⁸ Durante toda a guerra este procedimento era o mais utilizado. Só mais tarde começaram a ser cremados os corpos, sobretudo pela necessidade de não deixar provas dos assassinios.

Enterrar vivas pessoas gravemente feridas, que em seguida *acabam por conseguir sair das sepulturas*, é um acto de tal bestialidade que este incidente deve ser imediatamente comunicado ao Führer e ao marechal do Reich. (Gilbert, 2009: 335)⁹

A partir de 1941 começa a entrar em funcionamento a denominada *Solução Final*, que, numa primeira fase, implicava apenas o gaseamento por monóxido de carbono dos judeus, que não era 100% eficaz¹⁰. De facto, muitos sobreviviam ao gaseamento. Havia ainda o problema de demorar muito tempo.

Numa fase posterior, começaram a criar-se, nos campos de concentração até aí estabelecidos, grandes fábricas de gaseamento com ácido prússico denominado *Zyklon-B*, que permitia matar mais rapidamente e em maior número. É nesta altura que são criados os crematórios para que pudessem desaparecer mais facilmente os corpos.

Mesmo quando já era claro que a Alemanha perderia a guerra, os nazis obrigavam os prisioneiros a longas e penosas marchas, as chamadas *Marchas da morte*. Aqueles que não morriam de cansaço, morriam das condições atmosféricas adversas, sublinhadas pela subnutrição.

3. A FORÇA DOS HOMENS PEQUENOS: HISTÓRIAS DENTRO DA HISTÓRIA

A história de Franz Stangl não é diferente de muitas outras. Poderíamos ter utilizado um dos nomes mais reconhecíveis por todos: Goering¹¹, Hess¹² ou

⁹ Sublinhados nossos.

¹⁰ De facto, este processo começou a ser utilizado já em 1939, sobretudo para o programa *Eutanásia*.

¹¹ Goldensohn, durante os Julgamentos de Nuremberga, refere-se a ele nestes termos: “Goering [...] é infantil nas suas atitudes e está sempre a representar para o público” (Goldensohn, 2006: 153).

¹² Com uma personalidade histórica, acabou a sua vida preso e entregue a ilusões paranoicas, apatia e amnésia. (cf. Davidson, 1997: 109 ss).

Speer¹³ são exemplos de como homens comuns foram elementos daquilo que consideramos o mal. Fica-nos sempre a dúvida: se as circunstâncias fossem diferentes o que fariam estes homens? Stangl foi apenas mais um *funcionário* do nazismo. Comandante do campo de concentração de Treblinka, escapou, como tantos outros, através da Síria para a América do Sul, especificamente para o Brasil. Em 1968 foi extraditado para a República Federal Alemã e aí julgado em 1970.

O “grande” feito de Stangl enquanto comandante de Treblinka foi “organizar o extermínio e fazer com que tudo se processasse de maneira eficiente” (Kekes, 2005: 49). Com o decorrer da guerra o regime necessitava dar vazão aos milhares de judeus e outros que queria neutralizar. Por isso um campo de concentração bem organizado era *absolutamente necessário*. *Produtividade* era a palavra de ordem. Stangl, como outros, continuava a fazer uma vida absolutamente normal. O seu trabalho podia ser de gerente de uma fábrica ou enviar pessoas para a morte por gás. Era igual. Seria?

Quando foi “convidado” e promovido para este novo posto escondeu-o da mulher. Mesmo quando esta descobre, ele convence-a que só tem trabalho administrativo. Apesar de tudo Stangl tenta salvaguardar a família daquele horror, o que revela uma consciência aguda da *diferença* do seu trabalho¹⁴.

A sua justificação será sempre a mesma: “Era uma questão de sobrevivência – sempre de sobrevivência” (Kekes, 2005: 54). Mas perfeitamente consciente do que fazia. Tanto que teve dúvidas em aceitar o cargo, dirá

¹³ Soube-se através da divulgação de uma carta pessoal, há pouco tempo, que ao contrário do que sempre afirmara, este arquiteto do regime sabia das execuções em massa dos judeus.

¹⁴ Hoess afirmará que durante o tempo que viveu em Auschwitz teve um casamento feliz. Mas é de notar que manteve a sua família não no campo, mas na cidade onde o que acontecia no campo de concentração não chegava. Relata ainda que quando a mulher começou a entender alguma coisa não acreditava: “eu próprio não lhe dizia nada quando ela *me* fazia perguntas” (cf. Goldensohn, 2006: 383). Um comentário de um cargo superior é que a fez mudar de opinião já em 1942. A reação foi de perturbação. Mas apenas levou a comentários frequentes de que Hoess deveria aceitar outro cargo. *Aqui* interessa-nos, no entanto, salientar a consciência diferencial do que era o seu trabalho e como não era tratado como elemento a trazer para a família.

mais tarde. A sua ambição e a incapacidade de assumir a rutura, com medo, falaram mais alto: “dado o seu carácter – a sua ambição e a falta de força moral – ele não tinha opção” (Kekes, 2005: 57).

Como uma pessoa poderia conviver então com o assassinio diário de centenas de pessoas? “A resposta é que ele erigiu um escudo protetor entre as suas ações e ele mesmo” (Kekes, 2005: 61). Ele mesmo afirma: “Eu raramente os via como indivíduos. Eram sempre uma enorme massa” (Kekes, 2005: 61). O esquema é bastante simples:

negar a humanidade das suas vítimas; dessensibilizando-se a si próprio do horror vendo-o apenas como mera rotina; e inventando outras tarefas nas quais a sua atenção se pode focar.

(Kekes, 2005: 62)

Hoess, outro comandante de campo de concentração – Auschwitz – é responsável, segundo as suas próprias contas, pela morte de 2,5 milhões de judeus, sejam homens, mulheres e crianças.

A sua resposta à responsabilidade dos seus crimes sempre foi: “Eu recebi ordens directamente de Himmler. [...] Quando Himmler nos dizia alguma coisa, parecia tão correcto e natural que nos limitávamos a obedecer cegamente” (Goldensohn, 2006: 370). Podemos refletir melhor a partir de um exemplo diferente: a *guerra suja na Argentina*. Por alto tratou-se de uma série bastante extensa de assassinios, torturas, prisões sob motivos falsos durante o período da ditadura militar. Foram tão abjetas as atitudes dos militares que cumpriam ordens que se levanta a questão se a obediência a uma lei, a uma ordem, pode justificar o mal. Ter a tentação de considerar que a obediência à lei é fundamental deixa sempre a pergunta: mesmo que as consequências sejam o mal, essa obediência é um *bem*? Há casos em que o estado, deus, religiões, grupos, pedem às pessoas a obediência a leis iníquas, pedem às pessoas *atos violentos, agressivos até consigo mesmo*. Subordina-se a vontade pessoal à vontade deles?

Hoess dirá *a posteriori* ter noção de não ter sido correto (Goldensohn, 2006: 370). No entanto, era ele quem supervisionava muitas vezes o “trabalho” da morte. Diz ele: “uma pessoa ficava dura ao executar aquelas ordens”

(Goldensohn, 2006: 372). Aliás, essa vai ser a sua tónica, aquando dos julgamentos de Nuremberga:

“por ordem de...”, “Himmler ordenou-me...”, “Fritz Bracht ordenou-me”, “Em seguida, ordenaram-me...”, “quase lhe consigo repetir as palavras exatas de Himmler [...]: O *führer* ordenou a solução final do problema judaico. Somos nós, da SS, que temos de executar os planos”.
(cf. Goldensohn, 2006: 369-392)

Assim, paulatinamente, ordem a ordem, Hoess preparou o campo de concentração de Auschwitz para matar em massa os judeus para ali trazidos pelo sistema ferroviário que Eichmann criara para o efeito¹⁵. Em dias “bons” Auschwitz conseguiu cremar entre mil e setecentas a mil e oitocentas pessoas, sendo que, como era mais fácil exterminar do que cremar, havia sempre cadáveres por tratar.

Confrontado com o facto de ter morto crianças da mesma idade dos filhos, conclui Hoess: “Se não me tivessem dado ordens directas e razões para essas mesmas ordens, eu não as teria conseguido realizar por iniciativa própria” (cf. Goldensohn, 2006: 384).

Também Joseph Mengele atingiu um triste título simbólico. Mas na verdade, Mengele, apenas é uma roda de uma teoria científica que se desenvolveu na primeira metade do século XX, e só pelos crimes protagonizados por ele e outros médicos se tornou, ela própria, um crime. Não é de espantar, no entanto, que, mesmo depois da Segunda Guerra, encontremos nos cientistas ocidentais algumas práticas que só podemos relacionar com aqueles crimes. Ainda em 1945 a revista *Life* desenvolve uma investigação sobre a utilização de prisioneiros comuns, como cobaias para investigações sobre a cura da malária, em território norte-americano, com a peculiaridade de parecer aos olhos da população uma coisa boa. Diz o título da

¹⁵ Nos ofícios não se usará a denominação “deportação para o Leste”, mas apenas “pessoas que emigraram para outro lado” (Gilbert, 2009: 435).

reportagem: *Convicts expose themselves to disease so doctors can study it*. Até parece um ato altruísta.

Josef Mengele, conhecido pelo epíteto *Anjo da Morte*, foi, entre outras coisas, médico de campo de Auschwitz. Mais uma vez não era nenhum homem especial, nem era um reconhecido cientista alemão. No entanto, tinha ambições científicas e perfilhava a ideia de um arianismo puro e científico;

impelido pelo desejo de avançar na sua carreira graças à publicação de trabalhos científicos, o Dr. Mengele começou a realizar experiências médicas em judeus que procurava nos barracões do campo e levava para o seu bloco hospitalar. Em muitos casos, num total de vários milhares para um ano e meio de atividade, Mengele servia-se do tratamento médico como pretexto para matar prisioneiros, injetando-os por suas próprias mãos com fenol, petróleo, clorofórmio ou ar, ou ordenando às suas ordenanças SS que o fizessem.

(Gilbert, 2009: 562)

Por isso aproveitou a “matéria-prima” que o campo de concentração lhe dava para fazer as suas próprias experiências, ainda que algumas tivessem ligações com, por exemplo, o Professor Verschuer do Instituto Kaiser Wilhelm. A morte de judeus e outras populações minoritárias era encarada como útil para fins “científicos”. Muitos foram os cientistas que assim pensaram. Atentemos a Auguste Hirt, antropólogo:

Mediante o exame dos crânios de comissários judeo-bolcheviques, que representam o protótipo, repulsivo mas característico, do indivíduo sub-humano, teremos oportunidade de obter dados científicos palpáveis. O melhor método, em termos práticos, consiste em capturar vivos todos esses indivíduos. A seguir à morte induzida do judeu, a cabeça, que não deverá ser danificada, deve ser separada do corpo e expedida numa lata hermeticamente selada, cheia de um líquido conservante.

(Gilbert, 2009: 392)

ou mesmo Hallervorder que recebeu 697 cérebros de judeus, dizendo: “havia material maravilhoso naqueles cérebros: belos casos de atraso mental, de malformações e de doenças infantis precoces” (Gilbert, 2009: 661).

Grande parte dessas experiências eram realizadas em crianças ou gêmeos. Como todos em Auschwitz, as crianças eram tratadas como números. Joseff Kleinman, um dos sobreviventes, refere mesmo que se esqueceu do seu nome, tão tenra era a sua idade. Mas esquecer-se do nome não era a maior tragédia possível em Auschwitz às mãos de Mengele. As gêmeas Lea Huber e Judith Barnea, que tinham 6 anos aquando de Auschwitz, referem “ele usou-nos, como se não fôssemos humanos, como se fôssemos ratos, nós éramos os seus “ratos de laboratório”. Nesse sentido, “rapidamente aprendemos a agradar-lhe”, diz-nos Zerah Taub. “Vivíamos aterrorizados. Qualquer um que não o agradasse desaparecia”.

Da longa lista de experiências feitas por Mengele constam a amputação sem anestesia, a esterilização sem motivo, a recolha de sangue em grandes quantidades, transfusões de sangue entre gêmeos, injeções de substâncias químicas sem saber que reações provocariam, dissecação de cadáveres mandados matar especialmente para essa finalidade, manter crianças sem comida para saber quanto tempo uma criança poderia sobreviver sem comida, etc. Muito do que hoje se sabe das suas experiências deve-se ao minucioso diário onde anotava todos os seus “avanços”. Uma das atuações mais sórdidas de Mengele foi a maneira como lidou com uma epidemia de tifo que a certa altura apareceu numa parte do acampamento: simplesmente mandou matar 600 mulheres infetadas, resolvendo assim o problema. Pelo sucesso da solução encontrada foi louvado pelos seus superiores: “o tifo não era uma doença que devesse ser tratada, mas um motivo de extermínio” (Gilbert, 2009: 563).

Mengele não achava que tivesse feito algo de errado. Era apenas um médico. Era apenas um médico a fazer coisas para o bem da raça humana.

4. CUMPRIA O MEU DEVER: EICHMANN

A história de Eichmann é sobejamente conhecida. Pequeno burocrata na sórdida teia nazi, fugido da Alemanha para a Argentina depois da guerra, teve

uma vida perfeitamente banal no pós-guerra até ser capturado pela *Mossad* e julgado em Jerusalém, sendo posteriormente executado.

Mas qual é a sua história? Adolf Otto Eichmann nasceu em 1906 em Solingen, pequena cidade alemã, mas passará parte da vida em Linz, na Áustria, para onde o pai (a mãe morre em 1914), cristão luterano, emigra e onde combaterá com o exército Austro-Húngaro. Eichmann não teve muito sucesso escolar: não se licenciou, aprendeu para ser mecânico, mas nem esta preparação prática acabou, e, finalmente, começou a trabalhar primeiro numa empresa do pai, e, de seguida, como simples vendedor.

Adere ao partido Nazi austríaco em 1932, nomeadamente ao braço austríaco do NSDAP e das SS, muda-se para a Alemanha em 1933, quando os Nazis ganham as eleições, e concorre para o serviço ativo das SS. Nesse mesmo ano é já líder de um esquadrão. Farto das agruras “militares” pede transferência para os serviços de segurança, onde começará uma carreira como “especialista” em judeus e no problema judaico. Em 1937, na sequência do projeto de criação de um estado judaico para onde todos os judeus europeus seriam enviados, visita a Palestina mas sem sucesso.

Três anos mais tarde, ainda pensando nesta solução, Eichmann será encarregue do Projeto Madagáscar: envio dos judeus para Madagáscar e seu confinamento na ilha. Os acontecimentos na guerra “real” fazem com que este projeto nunca saia do papel. Na verdade, os custos seriam astronómicos e o projeto teria de ser financiado pelos próprios judeus.

É em 1941 que se desenha a *Solução Final*: “a morte era a “Solução Final”” (Gilbert, 2009: 384). De facto, os problemas na frente russa¹⁶ aceleraram a necessidade de resolver o “problema judeu”. Goering nomeia Heydrich e o seu Gabinete para a Emigração Judaica para resolver esse problema. No ano seguinte começam a ser experimentadas as “carrinhas de gás”¹⁷ que atrás referimos, processo a que Eichmann assiste e aprova:

¹⁶ A Alemanha ataca a Rússia em junho de 1941.

¹⁷ Gilbert descreve: “Foi levada a cabo uma experiência de gaseamento na pequena cidade de Kalisz, na Polónia Ocidental, durante quatro dias, a partir de 27 de Outubro; ao todo, 290

Adolf Eichmann [...] aprovou uma proposta apresentada na semana anterior por Heirich Lohse e segundo a qual os judeus que vinham a ser deportados para Riga de Berlim, Viena e outras cidades do Reich, incluindo o Luxemburgo, deveriam ser mortos por gaseamento no interior de camiões. (Gilbert, 2009: 333)

Como de costume, no universo legalista do nacional-socialismo “a decisão de exterminar desta forma os judeus foi redigida [...] pelo juiz Alfred Wetzel” (Gilbert, 2009: 333), dando-lhe um carácter legal.

É para preparar esta *Solução Final* que se dá a tristemente célebre reunião de Wannsee, em que Eichmann participa ativamente. Esta reunião tinha por base “debater a necessidade de apanhar o maior número possível de judeus da Europa na rede da deportação e do extermínio” (Gilbert, 2009: 383). O objetivo geral era *fazer desaparecer* todos os judeus da europa (calculava-se, na altura, onze milhões). Para isso, dentro do espaço controlado pelo Reich, tudo devia ser passado “a pente fino”. “O judeu tem de desaparecer da Europa” dirá Hitler aos seus mais próximos (Gilbert, 2009: 385). O importante era a rapidez e a eficiência do processo. A partir daqui todos os que chegam são mortos: “homens e rapazes, mulheres e raparigas, crianças, velhos, doentes e sãos” (Gilbert, 2009: 383).

Ora será precisamente Eichmann o incumbido para dar cumprimento às decisões da conferência, o que Eichmann achará natural e cumprirá com mérito: receberá várias medalhas por realizar a deportação de judeus para os campos de concentração, ou, nesta altura melhor ditos, campos de morte. Eichmann também utilizará os judeus como mão de

judeus foram retirados de um lar para idosos e metidos em carrinhas fechadas, sob pretexto de transferência para um lar idêntico numa outra cidade. O tubo de escape tinha sido ligado ao interior da carrinha. Enquanto esta se afastava, lenta e cuidadosamente, de Kalisz, em direcção a um bosque nas imediações da cidade, todos os seus ocupantes morriam asfixiados. Quando terminou a última viagem, os 290 judeus estavam todos mortos, e *foi apresentada à comunidade judaica de Kalisz a factura do custo de transporte*” (itálicos nossos) (Gilbert, 2009: 334).

obra escrava para poder realizar o seu trabalho mais rápido. Dirá mais tarde Hoess de Eichmann:

Eichmann é um homem muito activo e aventureiro. Achou que esta acção contra os judeus era necessária e estava completamente convencido da sua necessidade e justeza, tal como eu.

(cf. Goldensohn, 2006: 382)

Ao longo dos restantes anos até ao final da guerra Eichmann oleará a máquina de deportação e ganhará cada vez mais poder no Reich. Utilizará muitas vezes a chantagem com os judeus, sobretudo na tentativa cada vez mais desesperada de arranjar dinheiro para um Reich cada vez mais debilitado.

Em 1944 tudo se precipita. Os Aliados chegam à Alemanha, levando ao suicídio de Hitler, e à fuga de muitos oficiais nazis, como Eichmann. Este ainda consegue ir à Áustria onde estava a família. Disfarçado de soldado da Luftwaffe é capturado pelos americanos, mas consegue fugir. Mais tarde, é capturado uma segunda vez, e como da primeira, dá um nome de um soldado de patente inferior.

Já depois da guerra, ainda preso sob identidade falsa, nos julgamentos de Nuremberga, Eichmann é considerado o homem encarregado de todo o extermínio. Foge em janeiro de 1946 e esconde-se na Alemanha durante 4 anos. Em 1950, a Odessa (organização de ajuda à fuga de oficiais das SS) consegue passar Eichmann para a Itália e depois para a Argentina onde chega em julho de 1950. A família reunir-se-á a ele em 1952, quando já começava uma nova e simples vida de trabalhador, de vendedor, afinal, a vida que tinha antes do nazismo. Foi capturado na Argentina, em 1960, e levado a julgamento em Israel, levantando muita polémica.

A sua linha de defesa foi aquela usada por quase todos: apenas se tinha limitado a cumprir ordens. Nada mais. Chega mesmo a referir:

Não tive nada a ver com o extermínio dos judeus. Nunca matei um judeu, nem, aliás, um não-judeu – nunca matei um ser humano. Nunca ordenei

que se matasse um judeu ou um não-judeu [...] Aconteceu de tal forma...
que nunca precisei de o fazer.
(cf. Arendt, 2003: 76).

5. AS CONSEQUÊNCIAS FILOSÓFICAS: HANNAH ARENDT

Ao contrário do que seria de esperar, a temática do mal não foi especialmente tratada por Arendt. Mas isso não quer dizer que não seja, de facto, o problema que se encontra como pano de fundo nos seus escritos. Podemos dizer que se procura, antes de mais, as condições de possibilidade para que o mal, um *mal tão radical* como o que Auschwitz simboliza, aconteça. Ela própria reconhecerá isso mesmo: “o problema do mal será a questão fundamental da vida intelectual do pós-guerra na Europa” (Arendt, 1994: 134).

Numa Europa assolada pela *barbárie* como não pensar no mal? Como não pensar – o que para Arendt era terrivelmente real – não só no que os “inimigos” fizeram, mas, e sobretudo, no que os amigos fizeram. Numa carta a Jaspers, seu mestre e amigo, dirá: “o mal provou ser mais radical do que o esperado” (Arendt, 1992: 166).

São os totalitarismos e a sua longa e brilhante análise à sua formação, que nos permitem uma primeira entrada no tema, sobretudo pela sua análise sobre o horror dos campos de concentração de estruturas ideológicas diferentes: *Auschwitz* e os *Gulag* são os símbolos de uma *dominação do homem* pelo homem, da criação de um homem supérfluo, onde é eliminada a espontaneidade do homem.

Este homem dispensável, descartável, é afinal um sucedâneo da 1ª Grande Guerra Mundial, onde se criaram milhões de *sem-abrigo* ou, pior, *de sem-país* (apátridas não por opção, mas pelas consequências políticas da guerra), em que a igualdade de direitos nem sequer se punha, pois, nenhuma lei se podia dirigir a eles (Arendt, 2006: 357ss). Por isso Arendt insistirá no *direito a ter direitos*, o direito a ter uma comunidade que nos proteja, que proteja os nossos direitos, nomeadamente das tendências totalitárias (que sobrevivem aos totalitarismos).

Nessas tendências totalitárias Arendt reconhece três etapas para “criar” esse homem dispensável, tendências essas que levam à dominação total. Em

primeiro lugar é a morte da pessoa jurídica: “o primeiro passo essencial no caminho do domínio total é matar a pessoa jurídica do homem” (Arendt, 2006: 592). Nesse sentido, e por um lado, relembramos as leis, que referimos atrás, que retiravam a cidadania aos judeus e a outros grupos não arianos, tornando-os, por assim dizer, fora da lei. Por outro, os campos de concentração eram o caminho a seguir: os fora da lei teriam também de viver fora do estado (ou o mais parecido a isso).

O segundo passo, segundo Arendt, “é matar a pessoa moral do Homem” (Arendt, 2006: 598), isto é, nos campos de concentração, todas as formas de solidariedade humana eram castigadas pelos soldados das SS.

As alternativas são *impossíveis*. Diz-nos Arendt:

Ante a alternativa de trair e assim matar os seus amigos, de mandar para a morte a mulher e os filhos, pelos quais é em todos os sentidos responsável, quando até mesmo o suicídio significaria a matança imediata da sua família – como deve um homem decidir? A alternativa já não é entre o bem e o mal, mas entre matar e matar. Quem poderia resolver o dilema moral daquela mãe grega, a quem os nazis *permitiram* escolher um dos seus três filhos para ser morto?
(Arendt, 2006: 599)

Nenhuma resposta é possível perante tamanho dilema. A própria pergunta delimita que todas as respostas são erradas (existencialmente erradas).

O terceiro passo, diz Arendt, é a eliminação da individualidade, isto é, qualquer vestígio da liberdade humana e da solidariedade, e aqui atinge-se a noção de mal *radical*, isto é, o mal absoluto:

Depois da morte da pessoa moral e da aniquilação da pessoa jurídica, a destruição da individualidade é quase sempre bem-sucedida. É possível que se descubram leis da psicologia de massas que expliquem por que milhões de seres humanos se deixaram levar, sem resistência, às câmaras de gás, embora essas leis nada venham a explicar senão a destruição da individualidade.
(Arendt, 2006: 602)

Ora, é precisamente este passo que podemos ligar à sua grande obra filosófica, *A condição humana*, quando fala da natalidade, isto é, a capacidade humana de começar algo de novo, algo de imprevisível e que está associada em Arendt à espontaneidade e é a fonte da liberdade humana. Ainda em *As Origens do Totalitarismo* diz-nos:

Mas permanece também a verdade de que todo o fim na História constitui necessariamente um novo começo; esse começo é a promessa, a única “mensagem” que o fim pode produzir. O começo, antes de se tornar evento histórico, é a suprema capacidade do Homem; politicamente, equivale à liberdade do Homem. *Initium ut esset homo creatus est* – “o homem foi criado para que houvesse um começo”, disse Santo Agostinho. Cada novo nascimento garante esse começo; ele é, na verdade, cada um de nós.
(Arendt, 2006: 634)

Assim, é na rede conceptual que inclui a espontaneidade, individualidade, liberdade e pluralidade, que a ação do homem se caracteriza. Em certa medida podemos então dizer que os passos para a superfluidade dos homens são, de facto, os passos para que esses homens deixem de ser humanos:

Os campos destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência da eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana, e da transformação da personalidade numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são.
(Arendt, 2006: 580)

Os nazis alemães acreditavam por isso na possibilidade da destruição da pluralidade, da redução do indivíduo a reações intermutáveis com outras reações, aleatoriamente.

Ser humano não é assim uma natureza que resulte da pura biologia, outrossim se a ação e a vida se configurarem, no mundo, enquanto ações e vidas humanas:

Mas o homem no plural, isto é, os homens que vivem e se movem e agem neste mundo, só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos.

(Arendt, 2001: 15)

Assim, nesta lógica do totalitarismo, vê Arendt a lógica do *mal radical*, isto é, a transformação dos indivíduos em *menos-que-homens*. Perceber o mal em Arendt é iniciar uma reflexão sobre o humano, o propriamente humano, a condição *frágil* do humano face às possibilidades da dominação total que no século XX o homem experienciou. Por isso, Arendt critica fortemente todas as tentativas de “mitologização” de Hitler e do nazismo, isto é, o horrível dos totalitarismos não pode ser explicado com base no *demoníaco* (Hitler como um demónio, como se tivesse uma capacidade ontológica diferente) mas sim com base nos movimentos e estruturas que permitiram que *esse* mal acontecesse. Diz Arendt a Jaspers:

temos de combater todos os impulsos de mitologizar o horrível, e se eu não conseguir evitar essas formulações não terei percebido o que aconteceu. Talvez o que por detrás de tudo é que seres humanos individuais não mataram outros seres humanos por razões humanas, mas que organizaram uma tentativa de erradicar o conceito de ser humano¹⁸.

(Arendt, 1992: 69)

Egoísmo, luxúria pelo poder, avareza, sadismo, antissemitismo, todos esses elementos estão nos crimes nazis, mas por si só não parecem explicar tudo o que aconteceu. Mesmo o ressentimento social, que seguramente alguns nazis sentiam, não era suficiente para explicar tudo.

Atrás da cega bestialidade das SA, havia muitas vezes um profundo ódio e ressentimento contra os que eram social, intelectual ou fisicamente me-

¹⁸ *Human being*, no original.

lhores que eles e que estavam agora à sua mercê como numa realização dos seus mais loucos sonhos.

(Arendt, 2006: 601)

Nada disto explica tudo sobretudo porque são características da história humana, com uma longuíssima história de consequências.

A alteração será então de grau?

A antiga e espontânea bestialidade deu lugar a uma absolutamente fria e sistemática destruição de corpos humanos, calculada para destruir a dignidade humana: a morte foi evitada e adiada indefinidamente. Os campos não eram já parques de diversões para bestas em forma humana, isto é, para homem que mereciam estar em hospícios ou prisões: o contrário tornou-se verdadeiro: eles tornaram-se em “pântanos” onde homens perfeitamente normais eram treinados para ser desenvolvidos em membros das SS.

(cf. Bernstein, 2005: 216)

Isto implicava não só um serviço militar tradicional mas também assassinar inocentes, homens, mulheres e crianças indistintamente.

Em *Eichmann em Jerusalém* Arendt propõe uma nova reflexão sobre este *mal*, dizendo-o agora não radical mas banal. Dirá que mudou de pensamento (ainda que possamos perceber que as reflexões não são contrárias, antes poderão ser consideradas complementares, ou pelo menos não contraditórias). Assim dirá a um amigo, Gershom Scholem:

Tens razão: eu alterei o meu pensamento e não falo já de “mal radical”. [E acrescenta] É [um mal] que desafia o pensamento porque apesar de tentar encontrar alguma profundidade, ir à raiz, e ao momento que diz respeito ao mal, e é frustrante porque não há nada. Isso é a “banalidade”.

(Arendt, 2000: 396)

Sem nos podermos alongar muito, tanto quanto esta tese de Arendt mereceria, pelas dificuldades que contém, mas também pela fecundidade

que pode ser o conceito de banalidade do mal para pensarmos o mundo presente, diremos que o que Arendt procura explicar, através de Eichmann, é como pessoas absolutamente normais, que em condições normais seriam ou banais, ou mesmo respeitáveis, naquelas circunstâncias se tornaram homens monstruosos. Isto é, não se trata de explicar o comportamento de homens sociopatas ou psicopatas, nem tão-pouco dos nazis extremos, mas sim, daqueles milhares de pessoas que nada tinham de especial ou doentio, que, antes e depois da guerra, levavam vidas normais, quer dizer, “como nós”.

Neste sentido, há que questionar aquilo a que se pode chamar *assassinos de secretaria*, ou burocratas. O que, de facto, é de uma banalidade extrema. Dirá a Jaspers:

Parece-me que temos de ver as coisas na sua total banalidade, na sua prosaica trivialidade, porque de facto é o que as caracterizam. As bactérias podem causar epidemias que podem varrer nações, mas permanecem apenas bactérias.

(Arendt, 1992: 62)

O mal está na superfície, assim como as epidemias, mas, na profundidade apenas vemos a trivialidade do jogo *burocrático*, vemos personagens banais, vivendo vidas banais, e, no entanto, a cometer atos monstruosos. A motivação dos crimes? Nenhuma má intenção. De facto, face a Eichmann, Arendt percebe com relativa clareza que ele não tinha nenhuma razão para o fazer: “se aquilo tinha de acontecer, argumentava [Eichmann], era melhor que acontecesse em boa ordem” (Arendt, 2003: 258). Isto é, Eichmann era inteligente o suficiente para manter as deportações e as mortes a operar, como seria para manter uma linha de montagem de uma fábrica. No entanto, nada, a não ser essa burocracia, o impelia a cometer tamanhos crimes¹⁹.

Assim, Arendt definirá a *banalidade do mal* como

¹⁹ Esta tese é recusada por Goldhagen (2011) com base no que Eichmann dizia antes da guerra acabar, isto é, as suas afirmações antissemitas e a sua vontade de acabar com os judeus.

o fenómeno de ações más, cometidas numa escala gigantesca, que não podem ser rasteadas a nenhuma estranha patologia ou convicção ideológica do agente do mal, que só tinha como particularidade, talvez, o seu extraordinário vazio. Apesar de monstruosas as suas ações, o agente do mal não é nem monstruoso nem demoníaco, e a sua única característica específica só pode ser detectada no seu comportamento no julgamento [...]: não uma estúpida mas uma curiosa, verdadeiramente autêntica, inabilidade para pensar. (Bernstein, 2005: 219)

É esta incapacidade para pensar que é a banalidade do mal. Aliás, Arendt perseguirá o mesmo problema na sua obra posterior, *A vida do espírito*, que deixará por finalizar.

Assim, os totalitarismos, e Eichmann em particular, mostraram o quão facilmente alguns hábitos, costumes e regras modificam o comportamento das pessoas. A banalidade do mal, assim, refere-se a um tipo de racionalidade a que podemos chamar instrumental. Homens banais em tempos extraordinários poderão fazer da morte uma burocracia. Homens banais, em tempos de *não pensamento* serão responsáveis por milhões de mortos. Homens banais, *como nós...*

BIBLIOGRAFIA

- Arendt, Hannah (1994). *Essays in understanding*. New York: Harcourt.
- (2000). *The Portable Hannah Arendt*. New York: Penguin.
- (2001). *A condição humana*. Lisboa: Relógio D'Água.
- (2003). *Eichmann em Jerusalém*. Coimbra: Tenácitas.
- (2006). *As origens do totalitarismo*. Lisboa: Dom Quixote.
- ; Jaspers, Karl (1992). *Correspondence 1926-1969*. New York: Harcourt.
- Bernstein, Richard J. (2005). *Radical evil: a philosophical interrogation*. Cambridge: Polity.
- Browning, Christopher (2005). *Ordinary Men*. New York: Penguin.
- Davidson, Eugene (1997). *The trial of the germans*. Columbia: University of Missouri Press.
- Gilbert, Martin (2009). *A Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Dom Quixote.
- Goldensohn, Leon (2006). *Entrevistas de Nuremberga*. Lisboa: Tinta-da-China.

- Goldhagen, Daniel Jonah (2011). *A pior das guerras: genocídio, extermínio e violência no século XX*. Lisboa: Casa das Letras.
- Grass, Günter (2008). *Escrever depois de Auschwitz*. Lisboa: Dom Quixote.
- Grosseman, Vassily (2007). *Um escritor na guerra*. Lisboa: Edições 70.
- Jonas, Hans (1994). *Le concept de Dieu après Auschwitz*. Paris: Payot & Rivages.
- Kekes, John (2005). *The roots of evil*. Ithaca: Cornell University Press.
- Lecomte, Jean-Michel (2007). *Ensinar o holocausto no século XXI*. Lisboa: Via Occidentalis.
- Martín Velasco, Juan (2004). *Metamorfose do sagrado e futuro do cristianismo*. Coimbra: Gráfica de Coimbra.
- Morton, Adam (2004). *On evil*. New York: Routledge.
- Mucznik, Esther (2007). Prefácio à edição portuguesa. In Jean-Michel Lecomte, *Ensinar o holocausto no século XXI*. Lisboa: Via Occidentalis.
- Neiman, Susan (2005). *O mal no pensamento moderno: uma história alternativa da filosofia*. Lisboa: Gradiva.
- Rees, Laurence (2005). *Auschwitz: os nazis e a “solução final”*. Lisboa: Dom Quixote.
- Vasseur, Nadine (2008). *Eu não lhe disse que estava a escrever este livro*. Colares: Pedra da Lua.
- Welch, David (2006). *Hitler: perfil de um ditador*. Lisboa: Edições 70.

(Página deixada propositadamente em branco)

MAOMÉ E OS JUDEUS DA ARÁBIA NO SÉCULO VII: A EMERGÊNCIA DO CONFLITO

*Muhammad and the Jews of Arabia in the
7th century: the emergence of the conflict*

SOFIA CARDETAS BEATO

sbeato@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras |

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8502-919X>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_7

Texto recebido em / Text submitted on: 15/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 10/11/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 163-178

RESUMO

A investigação histórica que resultou no presente artigo teve como objetivos: observar que relação geográfica e social tinham judeus e árabes no período do nascimento de Maomé e, simultaneamente, realçar a nova relação durante a pregação deste profeta do islão, tendo em conta que Maomé conhecia bem a religião dos judeus do Hedjaz, a qual não foi indiferente para a divulgação da fé muçulmana. O judaísmo, cristianismo e o monoteísmo pré-islâmico (conhecido na tradição islâmica por hanifismo) da Arábia foram uma fonte para Maomé (restringimo-nos, portanto, a reconhecer as religiões de índole monoteísta), por um lado, e, por outro, fatores para a demarcação político-religiosa e conflitualidade entre os judeus árabes e os muçulmanos árabes, uma questão muito pouco debatida na compreensão das origens do islão.

Palavras-chave: judaísmo; hanifismo; Maomé; *umma*; história.

ABSTRACT

The historical research that resulted in this article had as objectives: to observe what relationship (geographically and socially) Jews and Arabs had at the time of Muhammad's birth and to highlight the new relationship built during Muhammad's preaching, taking into account that Muhammad was well acquainted with the religion of the Jews of the Hedjaz, who were not indifferent to the spread of the Muslim faith. The Judaism, Christianity and pre-islamic monotheism (Hanifism) of Arabia were also a source for Muhammad (we restrict the work to monotheistic religions) and, on the other hand, factors for the political-religious demarcation and conflict between Arab Jews and Arab Muslims, an issue that has been little debated in understanding the origins of Islam.

Keywords: Judaism; Hanifism; Muhammad; *umma*; history.

A vivência entre judeus e árabes foi uma realidade sem conflito significativo desde a migração de judeus para a Península Arábica (transformando-se em judeus árabes); haverá uma alteração substancial deste contexto, sobretudo, entre os judeus de Medina e Maomé¹ (e a comunidade que o seguia): o conflito, com motivações diversas, gerou uma separação entre estas comunidades, historicamente próximas, e, de forma progressiva, acentuaram-se as diferenças religiosas. A observação deste processo, que faremos neste artigo, implica alguns princípios (enunciamo-los a partir da confrontação com a afirmação de Jacques Jomier, em *Um Cristão lê o Alcorão* – o II Concílio do Vaticano exortou cristãos e muçulmanos a que “esquecendo o passado, (...) se exercitem na compreensão mútua” (Jomier, 2001: 1)). No caso dos historiadores da religião², não considerar que houve, no passado, exemplos de compreensão mútua e de convivência (veja-se o caso mais próximo, geograficamente, entre judeus, cristãos e muçulmanos, durante o califado omíada na Península Ibérica, desde o século VIII ao X) é desacertado, bem como não é a esquecer o passado que a compreensão mútua ocorre.

AS TRIBOS JUDAICAS NA PENÍNSULA ARÁBICA, DA FIXAÇÃO À ÉPOCA DE MAOMÉ

O cristianismo não era a única religião monoteísta presente na Arábia do século VII. As comunidades judaicas eram significativas e “possivelmente maiores e certamente melhor organizadas” (Berkey, 2003: 46).

A Arábia adquiriu maior importância para os judeus após a destruição do Segundo Templo de Jerusalém no ano 70 (d.C.) e posteriormente à expatriação destes pelos romanos, a partir do ano 135 (d.C.). A rápida expansão do cristianismo no império romano também terá contribuído para a expansão dos judeus na Arábia.

¹ Muhammad Ibn Abdallah (Maomé) é, segundo José Pedro Machado, a forma que mais fielmente reproduz a arábica (Machado, 1979: 738).

² O termo engloba, sem exclusão, a pluralidade do fenómeno religioso.

O judaísmo estava desde há muito representado no Hedjaz³. Hans Küng refere que a sua presença talvez fosse uma realidade desde o exílio babilónico, mas, com certeza, desde o século I a.C. (Küng, 2010: 68). Há outros autores que consideram a presença do judaísmo na Arábia no século VII a.C.⁴. É o caso de Charles Cutter Torrey, o qual pensa que comerciantes judeus começaram a estabelecer-se no oásis do Hedjaz no século VII a.C., o século do começo da grande dispersão, segundo ele (Torrey, 1933: 10); os judeus terão sido atraídos para a Arábia nos últimos anos do império caldeu (X-VI a.C.) e imediatamente depois.

Haïm Z'ew Hirschberg afirma que o consenso geral sobre esta presença está na época do exílio para a Babilónia. Inscrições de Nabonido (último rei da Babilónia, 555-539 a.C.), muitas das quais descobertas em 1956, descrevem campanhas de Taymā' (próximo da fronteira norte do Hedjaz) para Yathrib e mencionam sacerdotes judeus que acompanharam Nabonido, sugerindo que alguns judeus exilados na Babilónia se estabeleceram em Taymā' e no Hedjaz. Em Job 6,19, por exemplo, mencionam-se “as caravanas de Teman⁵” (Taymā'). O prestígio dado ao oásis de Taymā' pela residência real contribuiu para que fosse o ponto mais importante da famosa artéria comercial e um centro cosmopolita, verificável na inscrição aramaica do século V a.C. Os historiadores árabes referem que deverão ter vivido uns vinte clãs judaicos (agricultores e artesãos) em vários dos oásis férteis do Hedjaz, ao que parece

³ Refere-se ao Norte da Arábia (chamado no período muçulmano primitivo de Hedjaz), Hirschberg, 2007: 293.

⁴ A opinião de J. Jomier é a de que a história religiosa dos desertos da Arábia na época em que surgiu o islão “está ainda por escrever” (Jomier, 2001: 13); diríamos, hoje, passadas duas décadas, está por aprofundar, dado que existe nas sínteses das histórias gerais e, a título de exemplo, em Robin, 2000: 129.

⁵ Excerto bíblico da *Bíblia Sagrada* (2003). As relações entre árabes e judeus refletem-se na literatura da época do Segundo Templo (535 a.C. – 70 d.C.) e no Talmude (Hirschberg, 2007: 293-296). Textos sagrados como a Bíblia (cristã ou hebraica) e o Alcorão têm o carácter de fonte secundária para uma historiografia dos factos, visto que a Bíblia “constitui uma literatura editada, reeditada e inserida em molduras teológicas, ao longo de vários séculos” (Chwartz, 2014: 187) mas, se se tratar de apresentar a perspectiva que nesses textos se exprime, já são fonte primária de História das mentalidades, como de outras áreas historiográficas.

não tanto em Meca, mas sobretudo em Yathrib⁶ (depois Medina), cidade com um clã judaico de ourives, armeiros e estudiosos da Bíblia Hebraica (*Tanakh*) e do Talmude (um terço da população de Yathrib deverá ter sido constituída por judeus)⁷, e em Khaybar, onde a atividade artesanal era a especialidade dos judeus Banû Qaynuqâ’.

Particularmente, quanto à Arábia meridional, Hans Küng alude à hipótese de os primeiros judeus terem chegado no século I a.C., na qualidade de comerciantes, ou com o exército conquistador romano no ano 25 (d.C.). Não poderemos concordar com esta última, visto que quando Élio Galo se dirigiu à conquista do Iémen nesse ano, os judeus já lá residiam. O judaísmo esteve bastante difundido no sul da Arábia; Teófilo, emissário de Constantino, notou aqui uma larga presença da comunidade judaica. Por mais forte que fosse a expansão do cristianismo no Hadramaute e, sobretudo, na Najrân arabizada, a posição do judaísmo permanecia inatacável. O rei Yusuf Dhu Nuwas, nomeado na segunda metade do século VI representante político do oásis do Hedjaz pelo oficial sassânida no comando das relações com os árabes do deserto⁸, era membro de uma das principais tribos judaicas de Yathrib (Dhu Nuwas). Tentou expandir sistematicamente a religião e perseguiu os cristãos, culminando no massacre de Najrân. A situação alterou-se a partir de 520, altura em que a

⁶ O nome “Yathrib” é, aparentemente, egípcio, idêntico à bem conhecida cidade de Athribis. Confronte esta origem em Torrey, 1933: 13. Sobre a mudança de nome para Medina, Hans Küng refere que, quando um grupo de seis homens se uniu a Maomé, Yathrib era possivelmente já chamada “a cidade” (Medina) do profeta (Küng, 2010: 142). Uma hipótese que lançamos é a palavra “Medina” poder ser de origem hebraica, tendo um significado político, o de administração de uma região. A Palestina, no século VI a.C., passou a fazer parte da V satrapia do império de Dario e, pela sua extensão, estava dividida, como todas as satrapias, em regiões com o nome *medinabs* e estas em distritos, com uma ou várias localidades, com um oficial. Esta divisão baseou-se naquela que fora implementada ao tempo de Josias (final do século VII a.C.), adotada pelos impérios babilónico e persa.

⁷ Esta estimativa é-nos dada pelo teólogo Hans Küng (2010: 68), que se destacou no estudo da história da religião.

⁸ O império sassânida foi a “casa” da maior parte da comunidade judaica da Antiguidade (cf. Berkey, 2003: 48). A consulta de Berkey, 2003 apresenta-se vantajosa, no sentido em que a formação do islão se associa à sociedade e religião no Próximo Oriente. Henri Lammens (1943) também o nota.

Arábia meridional se tornou um protetorado etíope (cristão). Para os judeus, foi uma época de maior dificuldade, até que os persas conquistam o território em 575 (sendo de domínio persa até à conquista dos árabes).

Meca era o principal ponto de encontro das tribos árabes no final do século VI, pela grande oportunidade do comércio intertribal proporcionado pelo território sagrado e pelos meses sagrados. No entanto, sob o domínio bizantino, especialmente a partir do tempo de Justiniano, o sucesso comercial reduziu-se ao das rotas das caravanas (Torrey, 1933: 13). Meca atraiu novos imigrantes, entre eles os judeus. Continha, por isso, na época de Muhammad Ibn Abdallah, uma presença judaica não tão pequena quanto se divulga e cuja existência o Alcorão deixa um testemunho abundante.

MAOMÉ, O “SELO DOS PROFETAS”, E A RECUSA JUDAICA

Inquestionavelmente, a primeira impressão obtida por um leitor do Alcorão é que Maomé recebeu o material da sua nova fé e prática principalmente dos judeus do Hedjaz. Em quase todas as páginas se encontram episódios da história hebraica, ou lendas judaicas familiares, ou detalhes da lei ou tradição rabínica, ou argumentos que dizem que o islão⁹ é a fé de Abraão e de Moisés. É natural supor que tudo isso foi, em última análise, derivado dos israelitas; e que esses israelitas eram vizinhos de Maomé é a impressão incontida (...): ele está a falar para aqueles que estavam ao alcance da sua voz, não para ouvintes distantes ou imaginários.

(Torrey, 1933: 2, trad. nossa).

⁹ O sufixo *-ismo* apresenta-se particularmente adequado para exprimir doutrinas/ ideologias, religiões e filosofias. É uma estrutura matricial da nossa língua. Apesar disso, mais recentemente, autores como Bassam Tibi defendem que *islamismo*, pela carga ideológica que comporta desde 1928, com o fundamentalismo como movimento internacional que visa um determinado sistema social e ordem política, não deve ser utilizado para a religião. Adotaremos, pois, daqui em diante, a palavra “islão” para a religião (com minúscula de acordo com a norma portuguesa), sabendo, no entanto, que é amplamente mencionada também para designar a civilização islâmica.

“Não há dúvida de que, a existir alguém que, em toda a história da religião, seja chamado «o profeta» por excelência, porque afirmou que o era (...) – então esse alguém foi Maomé” (Torrey, 1933: 162, trad. nossa). Tal como os profetas de Israel, Maomé atuava com base numa relação que sentia com Deus; via-se com responsabilidade sobre o chamamento divino; atuou numa época de crise sociorreligiosa e em oposição à casta abastada e tradição preservada por esta, fazendo advertências aos injustos e promessas aos justos; proclamava incansavelmente o Deus único, criador bondoso e juiz misericordioso que não tolera outros deuses; exigia uma obediência, uma submissão, uma “entrega” (*islam*) incondicionais a este Deus, incluindo gratidão para com ele. Este é o caráter geral de um profeta¹⁰.

Maomé, como profeta, socorreu-se dos profetas anteriores com um objetivo muito preciso, exemplificar o ideal muçulmano – a fé (bem como a entrega, a confiança, a luta) tornar-se-ia “mais viva” (Jomier, 2001: 39) através dos profetas a que recorria. O percurso de Maomé, enquanto chefe político e guia do povo a quem Deus “entregou” um livro, foi comparado ao de Moisés: “Na verdade, enviámos para junto deles um Profeta, com um testemunho contra vós, como [outrora] enviámos um profeta ao Faraó” (sura LXXIII, 15)¹¹; parte dos profetas bíblicos mais importantes (Jeremias, Ezequiel, Daniel) não o são no Alcorão, nem neste consta nenhum dos profetas menores¹².

Os cristãos, tal como os judeus de Medina, rejeitaram o seu desígnio de profeta. Na verdade, a profecia já tinha desaparecido há muito para judeus

¹⁰ Beato (2021) caracteriza de forma mais pormenorizada a personalidade profética, no capítulo “O profeta enquanto *'iṣṣ ha-ruaḥ* e *'iṣṣ ha-dābār*”.

¹¹ Versículo que deverá ter sido escrito em Meca. Para pequenas citações usamos o Alcorão traduzido do árabe para português por José Pedro Machado (*Alcorão*, 1979); para uma procura temática e procura da datação das suras, confrontámos a tradução de Régis Blachère (*Le Coran*, 1966) e a sua introdução ao Alcorão (Blachère [s.d.]).

¹² Os profetas menores (*nebi'im*, ‘profetas’ em hebraico), posteriores ou últimos profetas, adjetivação dada pelo judaísmo, são aqueles que a Bíblia cristã denomina Profetas (exceto Baruc, Daniel e o Livro das Lamentações); há, ainda, os profetas maiores, anteriores ou primeiros profetas – Josué, Juízes, Samuel e Reis (os quais intitulam os livros que os cristãos consideram livros históricos).

e cristãos (Küng, 2001: 90-98). Maomé evidenciava que, como ele, também outros profetas foram escarnecidos, injuriados e sofreram ameaças (sura IX, 61, pouco antes da morte de Maomé, datada de 632, ou depois da batalha de Badre, em 624; XXI, 27, no segundo período de pregação em Meca; XXV, 4 e LXXX, 1-11, Meca)¹³. Foi apenas no terceiro período da pregação mequense que Maomé estabeleceu uma ordem¹⁴ pela qual os “Enviados do Senhor” vieram pregar aos Homens, que termina consigo – o “selo dos profetas” (sura XXXIII, 40, princípios de 627 em Medina). Nesta profetologia, as narrativas acerca de Moisés surgem com frequência e, mais notável, “a forma árabe adquirida pela personagem de Abraão” (Blachère [s.d.]: 46).

As gentes de Medina, mais do que as de Meca, estavam familiarizadas com o monoteísmo e as Escrituras, muito graças ao maior número de judeus ali estabelecidos. A ida de Maomé de Meca para Medina teve um resultado importante: não pelo facto de aí ter havido maior adesão às suas palavras, mas por ter sido o local da rutura com os judeus, onde “a realidade e as obsessões do momento assediaram o espírito de Maomé” (Blachère [s.d.]: 73) e “a *umma* dos árabes se transformou na *umma* dos muçulmanos (aqueles passam a dispor de uma base de fé comum) e, por isso mesmo, Maomé «deixa de ser um Eleito do Senhor pregando no deserto»”¹⁵ (Blachère [s.d.]:

¹³ A periodização dos textos alcorânicos deve-se à escola alemã – Nöldeke e outros islamólogos. Não obstante a visão maioritária do islão encarar o Alcorão como Revelação, o que não é um exclusivo da religião islâmica, também os teólogos muçulmanos incorporaram a crítica literária ao Alcorão, iniciada imediatamente nos primeiros séculos da história islâmica. Esta crítica permitiu, tanto a autores de meios académicos islâmicos, como europeus e americanos (como os autores que apresentamos maioritariamente na bibliografia deste artigo), organizar uma cronologia mais fidedigna dos textos alcorânicos.

¹⁴ Visível na sura VI, 83-87. Os autores de “Les personnages bibliques dans le Coran” (Adão, Noé, Abraão, Loth, Jacob, José, Moisés, David, Salomão, Job, Isaías, Jonas, Maria e Jesus; acrescentamos Aarão, Elias e Esdras) afirmam que “a sucessão (...) é difícil de estabelecer” (Borrmans et al., 2005: 13, trad. nossa). Ver também Borrmans et al. (2005: 12-59), sobre os profetas árabes desconhecidos da Bíblia – Houd, Sâlih e Chou’ayb, dos povos dos Âd, Thamûd e Madyan, respetivamente.

¹⁵ O tema do profeta a pregar no deserto é desenvolvido em Meca, no segundo período da pregação (cf. Blachère [s.d.]).

55). É, pois, de uma “importância considerável para a evolução do islão” (Dermenghem, 1956: 38).

Maomé conseguiu, ainda em Meca¹⁶, que os naturais de Yathrib preservassem um juramento de obediência, fazendo com eles um acordo que, pouco depois da chegada, se firmou por escrito – o tratado de aliança de Medina ou “constituição de Medina”. Trata-se de uma aliança de proteção e abrigo, sobre preço de sangue e resgates, onde a comunidade tinha, por isso, deveres para com os indivíduos que a compunham (garantir a segurança e castigar os desordeiros). Os al-Mohájiroun (aqueles que emigraram de Meca para Medina), os al-Ançar (partidários de Maomé pertencentes às tribos árabes de al-Aoss e al-Khazraje de Medina) e os judeus (três das cinco tribos eram judaicas) integraram o tratado. Desde o tempo das cidades-templo sumérias, houve uma estrutura micro e macro que marcou a sociedade do Médio Oriente até à época islâmica: na base, a microestrutura (pequenos grupos unidos por laços de parentesco e de vizinhança – constituem as famílias, os clãs e as tribos, onde a *sunna*, ou direito consuetudinário, regulava o *modus vivendi*); a macroestrutura era constituída pela religião e pelos impérios. Entenda-se que a submissão ao culto tribal significava uma lealdade política e, por conseguinte, a apostasia significava traição à prática dos antepassados.

Maomé reunia, na sua pessoa, uma função política, através da garantia de proteção da “constituição de Medina”, e uma função religiosa, como profeta¹⁷. Decorrido um ano, surgem as primeiras desavenças entre

É de realçar a descrição intensiva da pregação de Maomé em Blachère [s.d.]. Frithjof Schuon dá uma atenção maior ao Alcorão (Schuon, 1989), útil para um estudioso da temática ou um público mais vasto, para quem também é claramente perceptível. As “revelações” medinenses do Alcorão foram amplamente utilizadas na elaboração da *Chari’a*.

¹⁶ De acordo com Anver Emon (2002), não haveria integração política nem Estado sem um controlo político moderado das tribos árabes, sobretudo das beduínas.

¹⁷ Os deveres dos crentes para com Maomé foram descritos nas suras: XXIV, 63 (de Medina) – “Que os desobedientes às Suas ordens tenham uma desgraça ou um castigo terrível.”; XLVIII, 9-10 (datação difícil; posterior à paz de 627 estabelecida em Hodaibiyya e anterior ao regresso de Maomé a Medina) – “jurar fidelidade”; XLIX, 7 (Medina, antes de 628) – “Aceitai o que o Profeta vos der e renunciái ao que ele vos recusar.”.

judeus e muçulmanos, e a oposição vai-se progressivamente acentuando, tendo levado Maomé a pensar, desde cedo, em consequências que poderiam ir até à expulsão dos judeus, apoiada por alguns chefes de clãs. Maomé e os muçulmanos estavam a construir o seu ideal de salvação¹⁸; os valores beduínos, causadores de hostilidades, dominavam as relações entre os diferentes clãs medinenses; os Nadîr, por exemplo, revoltaram-se contra Maomé e foram repelidos para Khaïbar, a norte de Medina (o saque aos Nadîr está descrito na sura LIX, 1-7, do ano 625)¹⁹. A partir desse momento, a agressão dos primeiros muçulmanos contra os judeus foi dirigida contra as três grandes tribos judaicas do tratado de Medina, já por si não unidas: em 624, os Qainuqa (essencialmente ourives e fabricantes de armas) são obrigados a emigrar e a abdicar de todos os seus haveres; seguiu-se, em 625, a tribo dos Nadîr; em 627, a tribo dos Quraïza, que pactuou com politeístas mequenses no âmbito da Guerra do Fosso (626), foi arrasada e as mulheres e crianças foram distribuídas entre os muçulmanos (Maomé enviou algumas delas para Nagd com o fim de as trocar por cavalos e armas); um dos poetas e amigos dos Coraixitas e rico judeu de Medina, Ka'b ben al Achraf, chegou a ser aliciado e morto. Em vez do jejum diurno no dia judaico do *Yôm Kippur* ('Dia da Expição'), estabeleceu-se um período de jejum de um mês²⁰ (sura II, 181-183, Medina) e, em vez de se orientar

¹⁸ Consistia em seguir os profetas (sem adoração, conforme a sura III, 74, localizada entre 624 e 627) e os milagres funcionavam como prova da autenticidade da missão de Maomé (fora, muitas vezes, apelidado de poeta e adivinho, visto que o seu movimento não foi único – cf. suras VII, 187-188, terceiro período de Meca, XXI, 3 e 5, segundo período de Meca, LXVIII, 2, dos primeiros tempos de Meca, LXIX, 40 e 42, esta última sem datação consensual, devido a tratar temas antigos, e LXXXI, 22, Meca). Este ideal de salvação é inconciliável com a ideia de que Jesus morreu na cruz (segundo os muçulmanos, Deus não poderia deixar de salvá-lo).

¹⁹ Cf. Djaïr (2008b), uma obra recente que denota desafios pertinentes à investigação.

²⁰ Lammens (1943) é uma obra organizada por grandes temas, entre estes o do jejum (Lammens, 1943: 118), e o autor espelha um conhecimento de outras religiões. Torrey (1933) explicita de que forma Maomé recebeu um legado principalmente dos judeus do Hedjaz na sua nova fé. Is 45, 21, do Deutero-Isaías, “Não há outro Deus senão eu! Não há um Deus justo e salvador além de mim”, tem uma semelhança fundamental com a *shahadah* (“Não há outro Deus senão Alá e Maomé é o seu mensageiro”). O versículo Is 45, 21 situa-se num tempo (século VI a.C.) em

a oração para Jerusalém, passou a orientar-se para a Kaaba, em Meca (a mudança definitiva apresenta-se na sura II, 138-145, Medina).

A oposição judaica era uma das mais veementes e só em casos excepcionais os judeus se converteram ao islão. Tal como em Meca, também em Medina Maomé foi criticado por não conhecer a Bíblia Hebraica.

O JUDEO-CRISTIANISMO E A SUA HERANÇA NA *HANIFIYYA*

A *História da Igreja* de Sozomeno (439-450) faz referência a judeo-cristãos que viam a sua legitimidade na descendência de Ismael (e a sua mãe como Hagar). Esta confissão judaico-cristã sobreviveu essencialmente entre os árabes e terá sido o suporte das tradições bíblicas que encontramos no Alcorão²¹.

O teólogo Carsten Colpe descobriu, no *Adversus Judeos* de Tertuliano, que a designação “selo dos profetas” (aplicada no islão para o profeta Maomé) aparecia aplicada a Jesus. “Teria o título de «selo dos profetas» sido reivindicado pelo profeta Maomé numa disputa com judeo-cristãos (em Medina?) ou maniqueus?”²². “Profeta dos Árabes? Profeta dos últimos tempos? Último profeta? O maior dos profetas? Aquele que substitui todos os outros e coloca o ponto final? É um ponto delicado para as revoluções religiosas.” (Dermenghem, 1956: 11, trad. nossa).

O Alcorão reflete um profetismo ebionita²³, visto que o primeiro paradigma judaico-cristão se deverá ter perpetuado por toda a Arábia através de ebionitas e batistas sabeus. Maomé poderá tê-lo recebido, sobretudo, de Medina, onde um judeo-cristianismo deste género seria admissível e, simul-

que a adoração quase exclusiva a YHWH evoluiu para um monoteísmo rigoroso, que negava a existência de quaisquer outros deuses.

²¹ Para um aprofundamento do judeo-cristianismo, *vide* Küng, 2010 e Berkey, 2003. Adolf von Harnack foi o responsável pela tese da influência judaico-cristã sobre o Alcorão, mais tarde também valorizada por Hans-Joachim Schoeps.

²² Hipóteses levantadas por Küng, 2010.

²³ Nem todos os que cressem entrariam no Reino de Deus; somente aqueles que fizessem a vontade de Deus.

taneamente, os cristãos adorariam Jesus e Maria, sem cristologia divina ou monofisita²⁴. Waraqa ibn Nauful, primo de Khadija (uma das mulheres de Maomé), foi provavelmente um judeo-cristão, que lia as Sagradas Escrituras em aramaico e foi instruído por seguidores da Torá e do Evangelho.

Houve, entre os árabes, um movimento monoteísta que se referia à “religião de Abraão” e não remonta exclusivamente aos tempos da polémica entre os judeus e muçulmanos de Medina (o começo da sua expansão é incerto). Os seus seguidores eram os *hunafa* (sing. *hanif*, ‘aquele que busca Deus’, ‘o dedicado a Deus’). Os relatos sobre os *hunafa* só surgem numa fase inicial da história escrita do islão; com propensão para pensar e meditar e não se dando por satisfeitos com a tradição religiosa vigente, estavam mais motivados em adotar e tornar suas as ideias monoteístas – constituíram a *hanifiyya*²⁵. Não eram, portanto, nem judeus, nem cristãos. Respeitavam a santidade da Kaaba e as práticas de Abraão, como a circuncisão. Note-se que a tradição muçulmana apresenta Maomé seguindo a missão de restaurar o culto de um monoteísmo primitivo esquecido há muito entre os árabes.

Embora a classificação de Abraão como um henoteísta seja discutível (o conceito não tem um sentido preciso, variando consoante o autor, e não é indispensável²⁶), existe unanimidade em representar Abraão como protótipo

²⁴ No geral, a relação foi mais difícil com os judeus do que com os cristãos. Maomé aceitou, por exemplo, Jesus como messias e a virgindade mariana – ambos essenciais para os cristãos. O dogma da falsificação das Escrituras judaicas e cristãs (cf. sura II, 73, Medina) criou animosidade entre cristãos e muçulmanos (cf. Pregill, 2007: 643-659). A partir do insucesso de Mûta (contra os bizantinos), os adeptos de Cristo estarão na mesma linha que os judeus.

²⁵ Seguimos a escrita árabe usada por Jonathan Berkey, o qual apresenta um breve glossário, no início de Berkey, 2003.

²⁶ Friedrich von Schelling (1775-1854) imaginou a humanidade, no princípio da sua evolução, unida por um monoteísmo relativo (só se conhece um único deus, mas esta unidade é accidental, não essencial, porque pode surgir um segundo deus ou o monoteísmo relativo pode converter-se em monoteísmo absoluto); o henoteísmo de Friedrich Max Müller (1823-1900) difere: o fiel, sem negar a existência de outros deuses, só tem um deus e assinala nesse deus singular todos os atributos da divindade, defendendo, ainda, que a adoração aos deuses, tomada isoladamente, não é politeísmo, nem monoteísmo, mas henoteísmo; já Karl R. E. von Hartmann (1842-1906) considera o henoteísmo o ponto de partida de todo o desenvolvimento religioso;

da crença incondicional (a crença, *aman* na Bíblia Hebraica, é entendida como confiança inabalável numa profecia impossível de realizar pelo Homem, não como aceitação de uma verdade apresentada). Neste sentido, para os muçulmanos, Abraão era um *hanif* e foi o primeiro a praticar o *islam*, isto é, a submissão incondicional a Deus²⁷, prática que os muçulmanos tomam como modelo. Abraão surge nalgumas traduções do Alcorão como ‘o primeiro muçulmano’ (onde surge “*hanif*” em árabe) e, como tal, os muçulmanos como os mais próximos de Abraão (logo, os verdadeiros adoradores de Deus), conferindo legitimidade ao islão como a mais antiga e verdadeira religião²⁸.

A estadia de Abraão em Meca (“Sua Casa”, sura III, 91, Medina) é motivo de animosidade entre judeus e muçulmanos²⁹. Abraão é a figura bíblica mais mencionada no Alcorão depois de Moisés e, para Maomé, foi o modelo de um grande profeta (Küng, 2010: 86). Surge como o lutador contra a idolatria do seu pai, Azar (Tera, segundo Génesis), e dos seus conterrâneos, condena qualquer forma de adoração ou glorificação religiosa (*latría*) de valores terrenos ou pessoas (ídolos).

Segundo o Alcorão, Ismael apoiou o seu pai Abraão em tornar a Kaaba um lugar de pura adoração divina monoteísta (santuário central do Deus único) e centro de peregrinação (sura II, 119, Medina), mas Abraão também construiu a Kaaba

Velentín Asmus (1894-1975) reconhece a unidade do princípio divino na multiplicidade das pessoas divinas; e Edmund Pfeleiderer (1842-1902) compreende, sob o nome de henoteísmo, o monoteísmo nacional ou relativo.

²⁷ “Abraão não era judeu nem cristão; mas *hanife* entregara-se à vontade de Deus e não pertencia ao número dos idólatras”, sura III, 60, de Medina, entre a batalha de Badre, 624, e 627.

²⁸ O *hanif* surge como um crente perfeito, podendo deduzir-se das suras II, 129 (Medina) – “nós pertencemos à religião de Abraão que era hanife e não um dos idólatras.”, III, 89 (Medina) – a religião da “verdade” é “a religião de Abraão”, X, 105 (último período de Meca) – “dirige a tua frente para a religião de um hanife”, XXX, 29 (Meca) – a mesma mensagem que a sura anterior e XCVIII, 4 (primeiros tempos de Medina) – “Só lhes pedia que adorassem a Deus, que fossem sinceros com Ele, como se fossem hanifes (...)”.

²⁹ O que diz respeito à identidade dos crentes é que, de facto, origina divergências e confrontos. As implicações político-religiosas das histórias de Abraão, seus filhos e netos a que aludem a Bíblia e o Alcorão são “demasiado importantes” para que se trate apenas (Küng, 2010: 82) de uma história familiar privada que se arrasta ao longo de três gerações.

com o seu filho, segundo outro versículo da sura II (II, 121, Medina)³⁰. Abraão, patriarca do povo de Israel (um hebreu em Gn 14, 13), com quem o seu filho Jacob celebrou uma aliança eterna com Deus, é, concomitantemente, o patriarca dos árabes (graças à ligação da Kaaba a Abraão e a Meca). Neste sentido, o islão tem em comum com Israel um “Deus connosco”, sempre preocupado com a sua comunidade de eleição, e uma relação mais ténue com o universalismo cristão.

CONCLUSÃO

Os judeus estavam completamente integrados na sociedade arábica onde viviam/ arabizados inclusivamente durante a expansão do islão (cf. Berkey, 2003 e Newby, 1988): falavam árabe, ocupavam diversas funções, como mercadores, estudiosos, artesãos, bem como poetas de odes no tradicional estilo beduíno (obras poéticas de judeus árabes da geração anterior a Maomé e os da sua época têm lugar no conjunto da clássica poesia árabe). A presença de alguns tipos de organização rabínica era uma realidade no oeste arábico, possivelmente com ligação ao judaísmo antigo que teve lugar na Palestina e no Iraque. Não terá havido grandes conflitos entre árabes e judeus desde a sua presença na Península Arábica (se considerarmos com naturalidade a conflitualidade entre tribos), admitindo que a antiguidade dos judeus nesta península remonta ao exílio para a Babilónia.

A problemática conflitual também não esteve na “constituição de Medina”, quando Maomé pretendeu afirmar-se como chefe político, visto que alguns judeus se fizeram incluir. A autoridade profética de Maomé foi posta em causa em Medina, onde a sua mensagem, inclusive religiosa, se diversifica (uma conclusão a que já chegaram muitíssimos autores e que, na nossa ótica, se deve ao contexto social de Medina). É nesse contexto que se compreende a desagregação judaica da “constituição de Medina” e, conseqüentemente, mudanças a nível sociorreligioso na *umma*, a comunidade muçulmana.

³⁰ Se, durante o período de pregação em Meca, Maomé apresentou Abraão essencialmente como paladino da fé monoteísta sem que o seu filho Ismael tivesse desempenhado um papel muito importante, em Medina, tanto o papel de Abraão, como o de Ismael, saiu reforçado (Djaït, 2008a).

BIBLIOGRAFIA

FONTES

- Alcorão* (1979). Trad. do árabe e anotações de José Pedro Machado. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar.
- Bíblia Sagrada* (2003). Coord. José Augusto Ramos e Herculano Alves. Lisboa, Fátima: Difusora Bíblica.
- Le Coran* (1966). Trad. do árabe por Régis Blachère. Paris: G.-P. Maisonneuve & Larose Éditeurs.

ESTUDOS

- Beato, Sofia Cardetas (2021). *O sacrifício na religião de Israel do século VIII a.C.: o olhar profético*. Tese de Mestrado em História e Cultura das Religiões, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Berkey, Jonathan (2003). The religions of late antiquity. Arabia before Islam. In *The Formation of Islam: Religion and Society in the Near East, 600-1800*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blachère, Régis [s.d.]. *O Corão*. Porto: RÉS-Editora.
- Borrmans, Maurice; Cuypers, Michel; Délais, Jean-Louis; Flaquer, Jaume; Prémare, Alfred-Louis de; Tottoli, Roberto (2005). Les personnages bibliques dans le Coran. *Religions & Histoire*, 1, 12-59.
- Chwartz, Suzana (2014). *Via Maris: textos e contexto da Bíblia Hebraica*. São Paulo: Humanitas.
- Dermenghem, Émile (1956). *Mahomet et la tradition islamique*. [s.l.]: Éditions du Seuil.
- Djaït, Hichem (2008a). *La vie de Muhammad: la prédication prophétique à la Mecque*. Paris: Fayard.
- (2008b). *La vie de Muhammad: le parcours du Prophète à Médine et le triomphe de l'islam*. Paris: Fayard.
- Emon, Anver (2002). Reflections on the “Constitution of Medina”: an essay on methodology and ideology in Islamic legal history. *UCLA Journal of Islamic and Near Eastern Law*, 1, 2.
- Hirschberg, Haïm Z’ew (2007). Arabia. In Fred Skolnik (Ed. in chief), *Encyclopaedia Judaica*, Vol. 2. (293-296). Farmington Hills, Jerusalém: Thomson Gale e Keter Publishing House.
- Jomier, Jacques (2001). *Um Cristão lê o Alcorão*. Lisboa: Difusora Bíblica.
- Küng, Hans (2010). Problemas do início. O profeta como figura de proa. Do profeta ao seu representante. As estratégias de defesa de ambas as partes. Religião, poder e «guerras santas». In *Islão: passado, presente e futuro*. Lisboa: Edições 70.

- (2001). *El judaísmo: pasado, presente y futuro*. Madrid: Editorial Trotta.
- Lammens, Henri (1943). *L' Islam: croyances et institutions*. Beirute: Imprensa Católica.
- Newby, Gordon Darnell (1988). *A history of the Jews of Arabia. From Ancient Times to Their Eclipse Under Islam*. Columbia: University of South Carolina Press.
- Pregill, Michael E. (2007). The Hebrew Bible and the Quran: The Problem of the Jewish “Influence” on Islam. *Religion Compass*, 1, 6, 643-659.
- Robin, Christian (2000). Les religions de l'Arabie avant l'islam. *Le monde de la Bible*, 129.
- Schuon, Frithjof (1989). O Corão. In *Compreender o Islão*. Lisboa: Dom Quixote.
- Torrey, Charles Cutter (1933). *The Jewish Foundation of Islam*. New York: Jewish Institute of Religion Press.

POLÍTICAS ENCANTADAS
E MATERIALISMOS
CONSPIRATÓRIOS: PLURALISMO
ONTOLÓGICO E AÇÃO
POLÍTICA CONTRA-COLONIAL

*Enchanted Politics and Conspiratorial
Materialisms: Ontological pluralism and
counter-colonial political action*

LIOR ZISMAN ZALIS

liorzalis@gmail.com

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1980-8627>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_8

Texto recebido em / Text submitted on: 15/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 23/11/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 179-200

RESUMO

Este trabalho investiga o impacto da religião nas lutas contra-coloniais, baseando-se em debates teóricos sobre a interseção entre religião e política, bem como em pesquisas históricas sobre as rebeliões, revoltas e insurgências de escravizados no Atlântico Negro do século XIX. Nosso objetivo é explorar as implicações ontológicas e epistemológicas levantadas no campo da teoria política quando atores diversos, sejam humanos ou não, desempenham papéis na construção de lutas, conflitos e tensões em seus contextos histórico-sociais. Além disso, analisamos o uso estratégico e beligerante de práticas e materialismos religiosos em processos contra-coloniais. Ao reimaginar a política a partir de uma pluralidade ontológica, especialmente por meio do conceito de “materialismos conspiratórios”, ampliamos a compreensão do papel da religião como mediadora de conflitos sociais. Este ensaio oferece uma contribuição analítica às dinâmicas multifacetadas de poder e resistência no passado do Atlântico Negro e nos movimentos socio-políticos contemporâneos.

Palavras-chave: Atlântico Negro; Contra-colonialismo; Materialismos; Rebeliões de escravizados; Religiões de matriz africana.

ABSTRACT

This work explores the role of religion in anti-colonial struggles, drawing from a theoretical debate on the relationship between religion and politics, as well as historical research on the rebellions, revolts, and uprisings of enslaved individuals in the 19th-century Black Atlantic. Our aim is to investigate the ontological and epistemological implications that arise in the field of political theory when diverse actors, both human and non-human, participate in shaping struggles, conflicts, and tensions in their historical and social contexts. Additionally, we examine the tactical and belligerent use of religious practices and materialisms in anti-colonial processes. By rethinking politics from a pluralistic ontological perspective, particularly through the concept of “conspiratorial materialisms,” we expand the understanding of the role of religion as a mediator of social conflicts. This essay offers an analytical contribution to the multifaceted dynamics of power and resistance in the history of the Black Atlantic and contemporary socio-political movements.

Keywords: Black Atlantic; Anti-Colonialism, Materialisms; Enslaved Rebellions; African-Diaspora Religions.

INTRODUÇÃO

Este ensaio parte de um estudo mais amplo sobre a presença das religiões de matriz africana nas lutas contra-coloniais (Bispo dos Santos, 2015)¹ no Brasil e como sua cosmologia operou nas táticas, estratégias e formas de agência política no contexto dessas lutas. O objetivo deste trabalho, contudo, não é fazer uma revisão histórica ou discutir a historiografia do papel religioso em diferentes contextos coloniais, mas antes levantar questões filosófico-políticas e sociais que emanam deste debate. O objetivo é duplo. Por um lado, apontar os tensionamentos sobre a ideia de agência política quando esta é confrontada com realidades sociais nas quais a dimensão religiosa orienta não apenas modos de agir, mas também as ontologias que promovem tais ações. Nesse sentido, busca-se discutir uma pluralidade ontológica na ação política, quando se reconhece a agência de seres humanos e não humanos nos processos históricos e as consequências epistemológicas desse processo para a elasticidade do conceito de política.

Por outro, a partir do debate historiográfico dos movimentos contra-coloniais, como rebeliões, revoltas, insurgências e resistências de escravizados no Brasil e outros contextos do chamado Atlântico Negro, pretendemos ativar um arquivo específico da resistência não secular. Nesse debate, priorizamos a relevância da religiosidade de matriz africana na conformação de táticas, estratégias e práticas utilizadas em diferentes formas de tensão colonial, principalmente entre os escravizados e a classe senhorial branca.

¹ Ao longo do ensaio, tomo as expressões “rebeliões”, “revoltas” e “insurgências” como sinônimos de movimentos heterogêneos alocados dentro do que temos por “contra-colonial”, no sentido proposto por Antônio Bispo dos Santos. Para o autor, o conceito de “contra-colonial” é fundamental para pensar a partir de conhecimentos desenvolvidos na prática política de enfrentamento ao poder colonial. Sua crítica contra-colonial fundamenta-se nos processos cosmológicos intrínsecos ao conflito colonial. Segundo o ativista: “Tendo a religiosidade se apresentado como fator preponderante no processo de colonização e também por acreditar que a religião é uma dimensão privilegiada para o entendimento das diversas maneiras de viver, sentir e pensar a vida entre os diferentes povos e sociedades, busquei compreender as diferenças e a interlocução entre a cosmovisão monoteísta dos colonizadores e a cosmovisão politeísta dos contra colonizadores, refletindo sobre os seus efeitos e consequências nos processos de colonização e de contra colonização” (Bispo dos Santos, 2015: 20)

Trabalharemos, ainda, o conceito de materialismo conspiratório como uma aposta analítica para situar e rastrear a recorrência do uso de objetos mágico-religiosos e agências não humanas nas diferentes expressões dessas resistências. Ao conjugar análises mais contemporâneas sobre a relação entre religião e política com questões históricas no Atlântico Negro, pretende-se identificar uma recorrência histórica que implica e condiciona noções específicas de performatividades insurgentes e modos de enfrentar conflitos nos contextos coloniais.

HISTÓRIAS DO IMPOSSÍVEL

A presença das práticas religiosas nos diferentes modos de confronto aos sistemas histórico-políticos e sócio-culturais coloniais tem mobilizado um arcabouço teórico que vem confrontando a hegemonia do secularismo² enquanto marco analítico para a análise desses fenômenos. A religião e a religiosidade³, nesse sentido, não devem ser apenas relegadas à formulação de um imaginário social ou à crença, mas também ao modo, institucionalizado ou não, pelo qual certa coletividade opera, seja nos seus movimentos, formas de reunião, espaços, práticas e cultura material.

A identificação dessa marginalidade analítica foi feita por Dipesh Chakrabarty em seu trabalho *Provincializing Europe* (2000), ao questionar

² Tomamos a noção de secularismo a partir de Talal Asad, no seu sentido antropológico como uma idéia atrelada diretamente a noção de modernidade como projeto (Asad, 2003: 13). Asad defende que o secularismo é um conceito que considera certos comportamentos, conhecimentos e sensibilidades na vida moderna, fundamentados não apenas por políticas públicas, mas também por projetos epistemológicos.

³ É importante aqui estabelecer uma distinção entre os conceitos de “religião”, “religiosidade” e “espiritualidade”. Por “espiritualidade” entende-se uma relação com o sagrado e com a existência transcendente, individual ou socialmente partilhada. A espiritualidade não está sistematizada, institucionalizada ou é exclusiva de uma religião, trata-se de um impulso, um desejo ou uma força com o que é sacro. A “religião”, por outro lado, é a prática institucional do exercício espiritual, quando a espiritualidade é positivada e codificada em um sistema socialmente partilhado. A “religiosidade” é a prática religiosa pessoal, é o exercício da religião dentro dos limites, desejos e disponibilidades culturais daquele que a pratica, podendo ser totalmente diferente do que é determinado pela religião (Duch, 2014).

certos conceitos da política moderna quando esta era confrontada com histórias que perturbavam o princípio da universalidade que os orienta. A questão da agência política e histórica é chave na sua análise, especialmente quando praticadas não apenas por líderes religiosos, mas também por seres não humanos – como deuses, espíritos e entidades. Na radicalidade do seu questionamento, emerge a intransponibilidade do invisível na edificação do visível.

Pensando junto às rebeliões camponesas na Índia Colonial, reflete sobre a entrada desse grupo na arena do político, aparecendo nos momentos em que confrontam o poder colonial. Nesse movimento, arrastam consigo suas cosmologias, desafiando a secularidade do espaço público e dos processos políticos. “Como pensar o político”, escreve “nestes momentos em que o (...) subalterno emerge na esfera moderna da política”? (Chakrabarty, 2000: 10)⁴. Como pensamos, portanto, quando aqueles, então marginalizados da arena da política, *aparecem* e junto com eles seus mundos? Nesses momentos em que seus “deuses, espíritos e outros seres espectrais e divinos faziam parte da rede de poder e prestígio” (Chakrabarty, 2000: 14), como pensá-los enquanto atores e sujeitos históricos que inspiraram e participaram na construção de formas próprias de rebelião?

É sobre essa particularidade das formas de contra-colonialidade que aqui pretendemos trabalhar. Para o autor, reconhecer essa agência histórica é ir “contra as regras da evidência que orientam o discurso histórico” (Chakrabarty, 2000: 104), disputando o sentido mesmo do passado atualizado. A presença dessas formas de agência, que perturbam a noção de factualidade, criam “nós teimosos que se destacam e quebram a superfície do tecido, que de outra forma seria uniforme” (Chakrabarty, 2000: 106). São, por isso, experiências que, ao não serem captadas pelos próprios métodos da disciplina história, mostram os seus limites. Uma questão que é epistemológica e ontológica. Historicizar esses passados implica um confronto com a ideia de um mundo desencantado e a racionalidade que fundamenta os limites da própria disciplina, especialmente quando há outros princípios que regem outros mundos:

⁴ As traduções das citações para o português são próprias.

“O sobrenatural pode habitar o mundo nestes outros modos de mundanização [*modes of worlding*], e nem sempre como um problema ou resultado de crenças ou ideias conscientes” (Chakrabarty, 2000: 111).

O autor argumenta que esse confronto demanda uma tradução. A tradução de experiências históricas concretas e a sua codificação dentro de conceitos da teoria política moderna, especialmente quando uma “disciplina secular como a História enfrenta certos problemas para compreender as práticas em que os deuses, os espíritos ou o sobrenatural têm ação no mundo” (Chakrabarty, 2000: 72). Essas histórias representam o encontro de dois sistemas de pensamento, um desencantado e o outro encantado, em que os humanos não são os únicos agentes. Nesse encontro, emergem duas problemáticas.

Em primeiro lugar, a questão do pluralismo da agência, ou seja, dentro de um sistema de pensamento no qual participam seres não humanos, o monopólio da agência política – e consequentemente histórica – é frontalmente confrontado. Em segundo lugar, o processo de escrita histórica, fundamentalmente assentado em um sistema de pensamento desencantado, desconsidera a subjetividade histórica de seres não humanos e, consequentemente, marginaliza sistemas sócio-espirituais (Chakrabarty, 2000: 77). A reflexão de Chakrabarty está ligada justamente a uma busca por outros modos de narrar o passado que possa dar conta da realidade e da subjetividade política do subalterno. Reclama um pluralismo histórico que inclua um pluralismo ontológico nos processos de tradução de mundos encantados à linguagem universal e desencantada das ciências sociais (Chakrabarty, 2000: 89). Ainda que reconhecendo a importância do arcabouço teórico da política secular, trabalha com a ideia de identificar seus limites e finitudes, propondo movimentos de identificação justamente daquilo que essa epistemologia não engloba, aquilo que está fora ou que, dentro da sua lógica, é colocado como impossível.

Em movimento similar, Michel-Rolph Trouillot elabora, a partir da história e historiografia da Revolução Haitiana de 1791, a ideia dos acontecimentos históricos “impensáveis” e “impossíveis”. Para o autor, os fatos que tiveram lugar nesse processo histórico, desafiavam não apenas as aceções

ontológicas e políticas do Iluminismo, mas eram impensáveis segundo o quadro de referências conceituais. Nesse sentido, para o autor, “impensável” é “aquilo que não se pode conceber dentro do alcance das alternativas possíveis, aquilo que perverte todas as respostas porque desafia os termos em que as perguntas foram formuladas” (Trouillot, 2015: 82). Assim, o impensável da agência demanda uma análise que transcenda certos enquadramentos teóricos, buscando outras expressões de medialidade política. Como defende Talal Asad, esse processo acompanha uma regulação e enquadramento teórico e legislativo sobre o próprio sentido de agência que possa confrontar o secularismo enquanto tal (Asad, 2003: 5).

Segundo Asad, o secularismo não é uma resposta intelectual sobre tolerância e criação de processos de resolução de conflitos na modernidade, afastando a presença da religião para os espaços privados ou regulando-a no espaço público. Secularismo é, antes, uma “encenação através da qual uma *medialidade política* (representação da cidadania) redefine e transcende práticas particulares e diferenciadoras do eu que são articuladas através da classe, do gênero e da religião” (Asad, 2003: 5). Recuperar certas agências fora de um quadro de análise secular é trabalhar outras expressões dessa medialidade política, complexificando modos de agência e identificando, muitas vezes, aquilo que está à margem da própria política.

No campo da antropologia política, por exemplo, a complexificação da noção de agência e política tem sido mobilizada e oferece um debate interessante para a discussão que este ensaio propõe. Estudos sobre comunidades constituídas de ontologias diversas, humanas e não humanas, como vegetais, animais, minerais e seres espirituais, têm retomado o debate do impensável proposto por Chakrabarty e Trouillot. Marisol de la Cadena e Arturo Escobar têm trabalhado com a questão da pluralização da política (de la Cadena, 2009, 2010; Escobar, 2014) questionando o impacto na concepção moderna da política quando esta não é restrita aos humanos (Escobar, 2014: 104). Propõem pensar no que chamam de “lutas ontológicas” (Escobar, 2020: 47), contextos nos quais o conflito social é também um conflito entre mundos e, por isso, trazem à tona os seres que participam desses mundos. Atores sociais até então à sombra da política, como os líderes religiosos e os

seres não humanos (de la Cadena, 2010: 167), emergem em um campo a eles estranho, reposicionando as relações.

Segundo Escobar, se o conceito de comunidade deixa de centrar-se no humano e passa a incluir presenças não humanas, consequentemente “o terreno da política se abre a não-humanos” (Escobar, 2014: 104). Novas táticas e movimentos emergem como formas próprias de luta. As diferentes expressões ontológicas levam tanto a outras formas de convivialidade e de ancestralidade, como a outros modos de participar politicamente da sociedade em que estão inseridas. Quando multiplicam-se os seres, portanto, multiplicam-se as possibilidades de agência.

Isabelle Stengers, em caminho similar, tem se dedicado aos modos de insistência do cosmos sobre a política (2018: 448). Sua proposição cosmopolítica está associada diretamente a uma operação de inquietude, um sentimento de que “a arena política está povoada pelas sombras do que não tem, não pode ter ou não quer ter voz política” (Stengers, 2018: 447). Reconhecendo a agência de outros que não somente os humanos ou que manipulam forças além da humana, os espíritos, os deuses, os agentes religiosos fazem com que o próprio conceito de comunidade se abra a outras presenças.

Quanto à proposição cosmopolítica de Stengers, Renato Sztutman sublinha a questão da “insistência” como uma forma de resistência política, “uma vez que refletem práticas banidas ou obliteradas no campo tanto das ciências como da política. No entanto, isso que foi banido ou obliterado volta a insistir contra todo processo de unificação ontológica da modernidade” (Sztutman, 2018: 340). É nesse sentido que reclamamos certo arquivo histórico do Atlântico no qual se verificavam formas próprias de relação entre o religioso e o político. Das práticas cotidianas às insurgências e rebeliões, verificamos um papel ativo das práticas religiosas nos conflitos coloniais bem como as dinâmicas cosmológicas na produção de um material tático e bélico.

POLÍTICAS ENCANTADAS

No seu estudo sobre movimentos proféticos anticoloniais (Adas, 1987), Michael Adas traz diversos contextos nos quais se utilizavam de práticas

religiosas como tática contra a ocupação colonial e tecnologias de batalha⁵. Retomamos sua análise como uma forma introdutória de abordar aquilo que mais adiante vamos tratar por materialismo conspiratório. Através de Adas podemos perceber também que não se trata de uma dimensão situada ao contexto que analisamos, mas que pode ser identificada em diferentes contextos histórico-políticos. É importante mencionar que não se trata também de uma questão do passado, como demonstram os estudos de de la Cadena e Escobar, por exemplo, mas que estão implicadas nas formas de luta de comunidades em territórios diversos.

Adas, aborda em seu trabalho um conjunto de rebeliões contra-coloniais mobilizadas pelo que chama de “profetismo”, recuperando a noção carismática de Max Weber, e identificando as particularidades que os movimentos proféticos oferecem à análise dessas rebeliões. Nessa abordagem, traz um repertório tático e bélico que inclui um conjunto de objetos mágico-religiosos utilizados contra os colonizadores. Descreve, por exemplo, o uso de talismãs no caso da rebelião Maji Maji (1905-1906), atual Tanzânia, na qual os Ngoni utilizam amuletos e poções que permitiam sua metamorfose em antílope, outros que os faziam ficar invisíveis ao inimigo e roupas e coletes que os protegiam de balas e espadas. No movimento do Pai Maire ou Hau Hau dos Maori na Nova Zelândia (1864-1867), por outro lado, menciona que utilizavam cantos para invocar neblinas ou para solicitar a ajuda de outros seres vivos (animais e vegetais) para escondê-los do inimigo; em Burma, na rebelião promovida por Saiyan San (1930-1932) se utilizavam óleos ou pós encantados para proteger o corpo de qualquer ferimento (Adas, 1987: 152-3).

Os talismãs, segundo Adas, são objetos materiais envoltos em encantamentos mágicos ou gestualidade rituais utilizados para conferir poderes,

⁵ “As técnicas e dispositivos específicos empregados por diferentes grupos para reforçar sua força e neutralizar as vantagens dos europeus e seus aliados variaram consideravelmente, mas para fins de análise eles podem ser agrupados sob cinco títulos gerais: (1) rumores e presságios preparatórios, (2) símbolos legitimadores, (3) rituais para estabelecer solidariedade e invocar assistência sobrenatural, (4) uso de talismãs, e (5) imitação do comportamento ou magia simpática de seus adversários” (Adas, 1987: 139)

proteção ou para enfraquecer ou destruir o inimigo (Adas, 1987: 152). Esses objetos de poder, segundo o autor, “foram um ingrediente importante no ataque feroz das forças rebeldes, particularmente nos estágios iniciais da resistência antes que o poder do fogo europeu começasse a ter seu efeito” (Adas, 1987: 154). Eram materialidades capazes de mobilizar não apenas formas mais radicais de rebelião, mas de “reafirmar através de seu meio habitual, a guerra, sua coragem e estatura consagrada após décadas de submissão mansa a ordens do homem com a arma” (Adas, 1987: 156). Um talismã é, antes de tudo, uma composição que, no seu fazer, incorpora uma energia vital. Nos casos em questão, ainda, mobilizaram formas próprias de conspiração e revolta, políticas, elas mesmas, encantadas.

Os casos estudados por Adas ressoam nos múltiplos contextos das lutas de escravizados e pessoas negras livres nas Américas que, além de desafiar e se mobilizar contra a violência racista colonial, dinamizaram novos imaginários de revolta e luta contra-colonial. Dentro do enquadramento histórico-político do chamado Atlântico Negro, certa política encantada fundamentada por religiosidades insurgentes serviu como força mobilizadora de coletividades, orientando as mais variadas formas de luta e resistência.

O Atlântico Negro como campo de pensamento foi proposto por Paul Gilroy em seu texto *Black Atlantic*, onde desenvolve uma crítica cultural ao conceito de identidade dentro dos limites do Estado Nação e uma proposta pela construção de outros modelos analíticos das subjetividades culturais a partir dos fluxos e refluxos de negros pelo espaço cultural do Atlântico. Gilroy pretende “desenvolver a teoria de que os historiadores culturais poderiam tomar o Atlântico como uma única unidade complexa de análise em seus estudos do mundo moderno e usá-lo para produzir uma perspectiva explicitamente transnacional e intercultural” (Gilroy, 2014: 30).

O oceano cultural é pensado como um espaço de trânsito e de formação de uma cultura transnacional, edificadas e deformadas pela violência sistêmica do tráfico de escravizados e o projeto de expansão colonial, racista e capitalista. Nele, corpos, idéias, práticas e objetos circularam e foram acompanhados de dinâmicas de poder e resistência, liberdade e opressão, invenção e destruição que conformaram não apenas os Estados coloniais,

mas processos de identificação e criação comunitária. Ao situar teoricamente e historicamente o Atlântico Negro, a análise sobre as formas de resistência e insurgência de escravizados tem um destaque importante.

Além de Gilroy (2014), as pesquisas de Peter Linebaugh e Marcus Rediker (2013) e de Julius S. Scott (2018) têm recuperado outras narrativas da modernidade a partir de experiências históricas da diáspora africana nas Américas e Caribe, bem como suas práticas de resistência e organização comunitária. Nesse sentido, buscam construir contra-histórias da colonização e subverter as narrativas oficiais nacionais. A esse mapa de insurgências, Paul Gilroy referiu-se a “expressões ocultas” (Gilroy, 2014: 31) como as formas e contactos subterrâneos das expressões políticas da diáspora africana entre o Atlântico, criando espaços de convivência, organização coletiva e mobilização social. Martin Lienhard identificou em diferentes momentos de revolta e insurgência de escravizados o que chamou de “política outra” (Lienhard, 2008: 132)⁶, dado o papel da religião e dos líderes religiosos nesses levantes. No mesmo sentido, Marcus Rediker e Peter Linebaugh chamaram a atenção para como o papel de práticas religiosas de matriz africana como a obeah, o vodu, a santeria, o candomblé e o islamismo, em muitos casos junto ao catolicismo popular, forjaram uma “resistência do espírito” (Linebaugh e Rediker, 2013: 334) como consciência contra-colonial, anti-escravista e anti-racista.

Através da recuperação de um arquivo específico da história colonial do Atlântico Negro, especialmente de certas revoltas de escravizados, encontramos como as religiões de matriz africana, identificadas muitas vezes através do conceito de “feitiçaria”⁷, dinamizaram, reuniram, mobilizaram e

⁶ Marisol de la Cadena também utiliza o conceito de “política outra” para tratar da presença de líderes religiosos nos Andes peruanos (de la Cadena, 2010).

⁷ Utilizaremos a palavra “feitiçaria” entre aspas justamente por seu caráter ambíguo e sobrecodificação. Feitiçaria, como mais adiante será tratado, é uma palavra que acompanha uma dimensão acusatória, sendo amplamente utilizada em diferentes contextos coloniais, seja pelo poder executivo, legislativo e judiciário, ou pela imprensa. Ainda, assim é uma palavra que também é utilizada por muitos que a praticam, como sinônimo de algumas atividades rituais específicas. Nesse sentido, o conceito de *feitiçaria* que utilizamos neste trabalho é em um sentido amplo e material como manifestação de uma prática dentro de um sistema cosmológico específico.

criaram relações, modos próprios de ação política⁸. Recuperar essa memória é, ainda, repensar a política a partir de uma pluralidade ontológica que é inerente a essas cosmologias. Para isso, pretende-se rever certas memórias na história das insurgências de escravizados.

DAS TÁTICAS E DAS ARMAS

O historiador Adriano Bernardo Moraes Lima, identifica nos *Autos crimes em que é autor Antônio Joaquim Rodrigues e réu o preto forro Joaquim Mina* (6 de fevereiro de 1856) uma acusação contra Joaquim Mina, conhecida figura religiosa do oeste paulista. Segundo os autos, este foi procurado por quatro escravizados da fazenda Pau d'Alho (SP) para auxiliar no assassinato do seu senhor, Antônio Joaquim Rodrigues. Joaquim Mina, conhecido curandeiro e “feiticeiro” africano na região, solicitou um conjunto de materiais para confeccionar a arma do crime: “um pauzinho entalhado, de palmo e meio de comprimento, tramado com linhas brancas e pretas, com um pedalinho de vidro incrustado” (Lima, 2014: 114). Na cerimônia de confecção do objeto, “o ajudante de Joaquim pediu uma brasa a um dos crioulos (para acender um cachimbo ou cigarro de palha?) e, em seguida, ‘cuspiu’ (fumaça?) sobre o pauzinho para benzê-lo”

Compreende-se que a feitiçaria é um termo de uso situado, contextual e historicizado cuja complexidade se revela tanto pelas tensões que produz, como pela multiplicidade. No estudo da historiadora Laura de Mello e Souza sobre a feitiçaria no Brasil, o uso vem do vocabulário popular e de fontes históricas primárias dos processos da inquisição, designando o feiticeiro como aquele que “lança mão de objetos” (Souza, 2009: 207). Ela também diferencia feitiçaria de práticas mágicas, sendo a feitiçaria a prática vinculada a existência de um pacto ou contrato demoníaco. No entanto, está mais atenta à função da prática dentro do contexto social que a uma definição fechada do termo (Souza, 2009: 208).

⁸ Por ação política acompanhamos Renato Sztutman que, a partir de Pierre Clastres, define-a como “modo de lidar com o poder político”, especialmente na sua dimensão de neutralização deste poder, “sob a intenção de mantê-lo imanente ao corpo social” (Sztutman, 2012: 37-38). Partindo de uma análise sobre a ação política ameríndia, esta leitura de Sztutman permite arquitetar tanto a possibilidade política, como a contra política, tanto na conjunção de organizações e coletivos, quanto na sua disjunção ou dissolução (Sztutman, 2012: 41). Nesse sentido, utilizamos o conceito como um modo de agência que incide sobre a instituição política, no plano micro e macropolítico.

(Lima, 2014: 122). Segundo Lima, essa arma, que tinha uma natureza similar a de um *nkisi*, objeto religioso presente na sociedade centro-africana bakongo, deveria ser enterrada, com a cabeça para fora, “em um dos caminhos por onde o sr. Rodrigues costumava passar, pois nessa hora a figura se transformaria em cobra venenosa e picaria a vítima” (Lima, 2014: 122).

O caso em questão, em primeiro lugar, complexifica o aparato bélico utilizado pelos escravizados quando levados a mobilizarem-se contra seus senhores, ou seja, não se tratava de uma arma de fogo, objeto cortante ou mesmo um ataque corporal ao senhor, mas sim um objeto de poder com uma capacidade de magicamente se transformar em um animal que ataca. A materialidade do objeto em questão, ou seja, a sua própria condição material, demanda uma ativação ritual para seu funcionamento que, à época, era identificada como “feitiçaria” ou “feitiço”.

Em segundo lugar, percebemos a inseparabilidade da cosmologia e da religiosidade dos escravizados ao movimento, prática e agência contra a classe senhorial. Sansi e Parés tomam o discurso da “feitiçaria” como um discurso sobre a agência (2011: 9): modos específicos de produção material e feitura com a capacidade de desdobramentos sobre os corpos e os espaços. O recurso tático para subverter a condição de escravizados estava diretamente implicado dentro de um sistema de crenças religiosas que se desdobravam em modos específicos de ação. Nesse sentido, o “feitiço” de Joaquim Mina é, por excelência, um modo de operacionalizar o que aqui temos identificado como lutas contra-coloniais. No sentido aqui proposto, tais lutas não podem ser pensadas sem que seja considerada a centralidade das práticas religiosas na sua produção, aqui analisadas dentro de uma perspectiva tática, especialmente no que diz respeito aos modos pelos quais os escravizados resistiam ao sistema escravista e colonial. Tal centralidade é recorrente na historiografia dedicada a escravidão no Brasil e nos diferentes movimentos de resistência, insurgência e criação comunitária que são formados nesse contexto.

Ao longo da história colonial, houve constante procura, por parte dos escravizados, de “feiticeiros” para a resolução de conflitos com os seus senhores que, por sua vez, utilizavam diferentes tecnologias dentro das cosmologias que dinamizam suas vidas para resolverem os mais variados problemas que

os assolavam. Como defendem Harding (2000: 78), Souza (2009: 272), Reis (2011: 60), Couceiro (2008a) e outros, a religiosidade dos escravizados, seus espaços de culto, seus ritos e suas tecnologias eram utilizadas como uma forma de confrontar as desigualdades sociais coloniais e, também, de se insurgir contra elas.

Laura de Mello e Souza desenvolve uma análise minuciosa a partir dos autos inquisitoriais sobre o papel da “feitiçaria” no cotidiano da época. Segundo a autora, a prática do feitiço era recorrente, não apenas restrita aos escravizados ou pessoas de classes sociais mais baixas, mas ramificando-se por todas as camadas sociais e institucionais. A “feitiçaria” era entendida como um modo específico de agência, associada “à própria estruturação da colônia como tal” (Souza, 2009: 27), e a ela recorriam e àqueles que sabiam manipulá-la para resolver questões de diferentes naturezas, do amor às desavenças.

Como núcleo das tensões da sociedade colonial, a “feitiçaria” era esse “lugar em que se cruzavam e reelaboravam níveis culturais múltiplos, agentes de um longo processo de sincretização” (Souza, 2009: 27). Poções de amor, criação de vínculos entre pessoas, feitiços para a fertilidade, processos de cura e medicina, formas de atrair dinheiro, boas colheitas e afastar o mau olhado compunham o tecido simbólico do dia a dia colonial. Figuras como curandeiros, feiticeros e líderes religiosos eram ativas na composição simbólica do espaço e das práticas sociais. Inclusive, estavam diretamente associados também a uma mobilidade social: muitos líderes religiosos ganham capital social e econômico suficiente para libertarem-se e libertarem outros escravizados. Dinamizaram e permitiram a criação de múltiplas camadas de estruturas socioculturais e econômico-políticas atravessadas pela dimensão das práticas materialistas espirituais.

O caso do sacerdote nagô, Domingos Sodré (1797-1887), estudado por João José Reis (Reis 2008; 2011: 70), é paradigmático sobre o papel desses sacerdotes religiosos na conquista da liberdade e outras formas de resolução dos conflitos dos escravizados com seus senhores. Conquistou sua alforria em 1836 e passou a viver em Salvador, Bahia, como líder religioso candomblecista e adivinho. Prosperou e adquiriu moradias, bens e também escravizados. Dentre suas atividades, destacava-se por “amansar os senhores” e, por isso,

era procurado por muitos escravizados. Foi preso, contudo, em 1862 por estelionato, por não haver tipo penal do crime de “feitiçaria”.

Quanto trata dos conflitos entre os senhores e os escravizados, Souza trabalha com o caráter ambíguo da “feitiçaria”. Esta não apenas dava “armas aos escrav[izad]os para moverem uma luta surda [...] contra os senhores como também legitimava a repressão e a violência exercidas sobre a pessoa do cativo” (Souza, 2009: 272). Essa dupla condição demonstrava o caráter ameaçador da “feitiçaria” (Couceiro, 2008b) e daqueles que a praticavam, produzindo paranoias na classe senhorial na colônia. A autora trata de alguns exemplos desse uso operativo da “feitiçaria” como modo de insurgência escrava: crimes contra a propriedade senhorial promovidos através de “feitiços” para que as lavouras dos senhores não crescessem; ataques à integridade física e emocional dos senhores, como a prática de “amansar o senhor” (Souza, 2009: 277) ou assassiná-lo.

Esses estudos destacam o papel de liderança que religiosos tiveram não só na mobilização das lutas, mas também no modo pelo qual essas disputas eram travadas. Nesse sentido, como argumentam Reis e Gomes (2021), por mais que possa ser identificada uma retórica liberal, no contexto do liberalismo revolucionário europeu/norte-americano, dentro de alguns movimentos insurgentes, especialmente os baianos do século XIX, os elementos da ideologia liberal estavam misturados com as práticas religiosas, como o islamismo africano, o catolicismo, a “feitiçaria” e o curandeirismo afro-brasileiro. Estas, como afirmam, “serviram de guia intelectual, moral e prático a escravos rebeldes, tanto quanto arsenal de ataque e defesa” (Reis e Gomes, 2021: 24). O que pode-se deduzir das diferentes experiências de insurgência e rebelião de escravizados no contexto brasileiro é que foram produzidas lógicas nas quais eram inventados “instrumentos de intervenção política” (Reis e Gomes, 2021: 26).

A arma de Joaquim Mina é um exemplo dentro de muitos que compõem diferentes táticas e tecnologias de batalha utilizadas pelos escravizados. No estudo de Ricardo Pirola sobre uma rebelião de escravizados em Campinas, 1832, encontramos o caso de Diogo Reboló, escravizado chamado como “pai ou mestre” (Pirola, 2021: 230) que tinha uma função administrativa,

mas também religiosa, dotado do dom da adivinhação e da capacidade de elaborar “mezinhas”. Essas “mezinhas” serviam, segundo outros escravizados para “fechar o corpo durante a revolta, evitando ferimentos e mortes, e também para tornar mais lenta a reação senhorial, ou para amansá-los” (Pirola, 2021: 230, 255).

O caso da Revolta dos Malês, também estudado por João José Reis (Reis, 1996, 2004), é emblemático quando se trata dessa materialidade religiosa nas práticas de rebelião de escravizados, especialmente por conta das formas de poder e proteção dos amuletos malês. Nesta que foi uma das maiores rebeliões de escravizados ocorrida em Salvador, Bahia, marcada pela presença massiva de muçulmanos, o autor refere especialmente os “amuletos muçulmanos e papéis com rezas e passagens do *Qur’an* usados para proteção” (Reis, 2004: 158) dos revoltosos.

Podemos perceber que além de associada às práticas de resistência, como os quilombos, formações comunitárias de escravizados fugidos ou livres, a religiosidade era uma força motivacional, um operativo material energético que fortalecia o desejo, já em movimento, de libertação⁹. Essa relação político-religiosa se estende por todo o Atlântico.

Walter Rucker (2001) recupera diferentes histórias em contextos como Estados Unidos, na Jamaica, em Trinidad-Tobago, ou em Cuba, para demonstrar o papel da religião na mobilização política de escravizados. Segundo ele, havia um componente “espiritual” fundamental que atuava como força motriz de inumeráveis rebeliões, conspirações e resistência cotidianas de escravizados. Não apenas no seu aspecto cosmológico, mas como tecnologia.

Líderes religiosos identificados por Rucker como “feiticeiros” possuíam um poder místico e político que mobilizou politicamente e socialmente coletividades, não apenas pelo seu respeito social, mas pelo conhecimento que detinham, naquilo mesmo que podiam fazer (Rucker, 2001: 84-5). Essa genealogia de insurgências, demonstra como esses feiticeiros foram centrais nas

⁹ Nesse caso, é importante mencionar o estudo de Couceiro (2008), especialmente a sua pesquisa sobre o líder religioso Pai Gavião.

conjunturas insurrectas em diferentes espaços do Atlântico Negro, forjando “uma vanguarda revolucionária que inspira e encoraja o comportamento de resistência entre seus companheiros escravizados” (Rucker, 2001: 85-86). Esses líderes promoviam a “criação de uma consciência revolucionária” (Rucker, 2001: 100) que trazia a “feitiçaria” para o centro de um imaginário de mobilização política, agência e produção de medo entre as elites locais.

A Rebelião de Tacky (1760), na Jamaica, teve como motivação e força mobilizadora a religião Akan, proibida desde 1696, cuja prática incluía “posseção espiritual, acesso a poderes sobrenaturais e presença viva dos mortos. Os praticantes, ou ‘obeah-man’, conferiram poderes imortais aos lutadores pela liberdade” (Linebaugh e Rediker, 2013: 222)¹⁰. Tacky, o líder da revolta, administrava uma espécie de pó que era esfregado no corpo dos insurgentes, tornando-os invencíveis (Rucker, 2001: 87). Em Nova York, 1712, também Peter the Doctor, um feiticeiro *obeah* terá esfregado um pó mágico nas roupas dos escravizados para conferir-lhes poderes durante uma revolta na cidade (Rucker, 2001: 86). Em Charleston, Carolina do Sul, 1822, um feiticeiro chamado Gullah Jack deu aos revoltosos um talismã feito da casca de um caranguejo que os tornava invencíveis (Rucker, 2001: 92).

MATERIALISMOS CONSPIRATÓRIOS

Estes objetos de batalha, insurgência, revolta ou conspiração possuem outro estatuto material que as armas de fogo, as barricadas, os coquetéis molotov, bombas e outros aparatos bélicos que permearam distintas histórias de revoltas. Os diferentes repertórios bélicos que trazemos são, antes de tudo, matéria encantada. Produzidas por tecnologias de outras naturezas, fundamentadas em sistemas religiosos, processos de encantamento e dinamização de forças e energias vitais, aludem a um materialismo heterogêneo.

¹⁰ *Obeah* é um conceito para designar um conjunto de práticas religiosas de matriz africana encontradas na região do Mar das Caraíbas e Golfo do México, originárias da costa oeste africana, como o atual Gana e Costa do Marfim, oriundas de escravizados do povo Akan. *Obeah-man* era a indicação de um feiticeiro.

Sublinhar e reafirmar a existência e persistência desses objetos, é, ao mesmo tempo, identificar sua capacidade de produzir novos marcos analíticos para os processos de insurgência contra-colonial e colocar em crise a hegemonia de sistemas de pensamento desencantados que afastam a centralidade do religioso na conformação de diferentes processos sociais. Nesse sentido, trataremos por materialismos conspiratórios esses modos de feitura sócio-material encantados que organizam corpos, forças e processos históricos. Materialismos conspiratórios, uma vez que, nesse mapa de insurgências político-religiosas, percebe-se não apenas uma teoria materialista da política e da agência, que coloca ênfase na materialidade e nos corpos para análise dos processos sociais, como tem sido defendido a partir dos chamados *novos materialismos*¹¹. Os processos de feitura material e as materialidades por si só não podem ser pensadas enquanto coisas, mas como dinamizadores de forças a partir de sistemas cosmológicos próprios. Nos casos abordados, tratam-se, em sua maioria, de cosmologias de religiões de matriz africana. Em se tratando dos casos das rebeliões de escravizados, não são quaisquer forças, mas sim àquelas que conspiraram contra o poder colonial, confrontando-o e insurgindo-se contra ele nas suas mais variadas expressões.

Pensar o materialismo das práticas de confronto incorporadas nos amuletos, talismãs e outras materialidades encantadas permite ampliar o repertório rático contra o colonial e sublinhar a importância de certas cosmologias para as práticas de resistência. Pós mágicos, vestimentas e objetos à prova de balas, amuletos de invisibilidade ou de transformação, convocatória de

¹¹ Desde os anos 1990, vem sendo tramado um campo metodológico atento a como a matéria é pensada dentro dos processos e teorias sócio-políticas. Influenciado por uma leitura feminista da teoria de Deleuze e Foucault em diálogo com as ciências naturais, filosofia, sociologia e estética, os chamados *novos materialismos* tem ganhado espaço como território de incidência analítica de estudos dos processos materiais, principalmente por impulsionarem estudos ligados ao pós-humanismo e ao Antropoceno. Figuras como Donna Haraway, Rosi Braidotti, Karen Barad, Jane Bennett, entre outras, desenvolvem uma análise que busca superar uma tradição que identifica os objetos materiais como inertes e inscritos numa ontologia dual sujeito/coisa e natureza/cultura (Coole e Frost, 2010: 8). Para uma crítica aos *novos materialismos* ver Ahmed, 2008; Hinton e Tara, 2015; Shomura, 2017; Todd, 2016; Tompkins, 2016.

animais, todas essas tecnologias de batalha compõem um repertório que está sistematicamente presente em diferentes exemplos de lutas contra-coloniais.

Nos diversos casos trazidos neste ensaio, encontramos uma noção de materialidade que é ativada e que desdobra efeitos sobre os corpos e os espaços. São materialidades com poderes e, por terem esses poderes, são utilizadas dentro de dinâmicas de confronto. Trabalhar com a ideia de um materialismo conspiratório implica um duplo movimento. A palavra conspiração suscita uma condição reativa, uma dimensão de derrubada, de ameaça. Uma ameaça igualmente dupla: a materialidade em questão desafia o sentido de materialidade racionalista e desencantada construída no Iluminismo e, ao mesmo tempo, é uma materialidade que emerge dentro de relações sociais para destruí-las ou transformá-las.

CONCLUSÃO

Como apresentado, o mapa de memórias, histórias e lutas aqui proposto tem promovido exercícios conceituais em muitos campos disciplinares, ampliando análises sobre o conceito de política, de agência. O debate sobre as políticas ontológicas tem demonstrado a capacidade que certas cosmologias têm de não apenas mobilizar, mas de transformar as diferentes expressões de lutas e resistências no Sul Global. Munindo-se de táticas encantadas e aliando-se a outros seres, novas formas de ação política emergem como casos que ultrapassam os limites conceituais das políticas modernas.

Considerando a importância desta presença nas lutas coloniais, no que diz respeito à ontologia relacional e sua cultura material nelas mobilizadas, uma análise mais transversal a múltiplos contextos tem verificado a participação ativa da espiritualidade em lutas e resistências anticoloniais. Partindo da análise de certos conflitos coloniais, busquei identificar o papel da religiosidade na conformação de uma ação política própria. Fundamentada em cosmopolíticas situadas, a recuperação da memória destes eventos permite repensar as agências diante de conflitos sociais entre culturas estranhas uma à outra. Nesses casos, repensar estas agências implica repensar as relações ontológicas nelas estabelecidas e as medialidades pelas quais se exercem essas

agências. Isso implica justamente questionar o posicionamento do conceito de político que sujeita, afasta ou incorpora esses fenômenos sociais.

Neste trabalho, busquei explorar essa ideia de ação política, não apenas no seu caráter tático, mas também ontológico, presente em diferentes trabalhos que recuperam memórias de lutas anticoloniais, no passado e no presente. Essas memórias criam uma cartografia própria que transcende uma noção secular de política e explora outras responsabilidades à conflitualidade das histórias coloniais. Cria, ainda, uma contra história ou uma outra experiência de história, pois outro conceito de ação política implica também uma multiplicação dos seus agentes e tecnologias.

BIBLIOGRAFIA

- Adas, Michael (1987). *Prophets of Rebellion. Millenarian Protest Movements against the European Colonial Order*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Asad, Talal (2003). *Formations of the Secular. Christianity, Islam, Modernity*. Stanford: Stanford University Press.
- Ahmed, Sara (2008). Open Forum Imaginary Prohibitions: Some Preliminary Remarks on the Founding Gestures of the 'New Materialism'. *European Journal of Women's Studies*, 15, 1, 23-39.
- Bispo dos Santos, Antônio (2015). *Colonização, Quilombos. Modos e significados*. Brasília: INCTI/UnB.
- de la Cadena, Marisol (2009). Política indígena. Un análisis más allá de 'la política'. *Red de Antropologías del Mundo*, 4, 1, 139-71.
- (2010). Indigenous Cosmopolitics in the Andes: Conceptual Reflections beyond 'Politics'. *Cultural Anthropology*, 25, 2, 334-370.
- Chakrabarty, Dipesh (2000). *Provincializing Europe. Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press.
- Coole, Diana H.; Frost, Samantha (2010). Introducing the New Materialisms. In Diana H. Coole; Samantha Frost (Orgs), *New materialisms: ontology, agency, and politics* (1-43). Durham: Duke University Press.
- Couceiro, Luiz Alberto (2008a). Acusações de feitiçaria e insurreições escravas no sudeste do Império do Brasil. *Afro/Ásia*, 38, 211-243.

- Couceiro, Luiz Alberto (2008b). *Magia e Feitiçaria no Império do Brasil: o poder da crença no Sudeste e em Salvador*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Duch, Luís (2014). *Religión y política*. Madrid: Fragmenta Editorial.
- Escobar, Arturo (2014). *Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones Unaula.
- (2020). Thinking-Feeling with the Earth. Territorial Struggles and the Ontological Dimension of the Epistemologies of the South. In Boaventura de Sousa Santos; Maria Paula Meneses, *Knowledges born in the struggle. constructing the epistemologies of the Global South, Epistemologies of the south* (41-57). New York: Routledge, Taylor & Francis Group.
- Gilroy, Paul (2014). *Atlántico negro. Modernidad y doble conciencia*. Madrid: Akal.
- Harding, Rachel (2000). *A Refuge in Thunder. Candomblé and Alternative Spaces of Blackness*. Bloomington: Indiana University Press
- Hinton, Petal; Mehrabi, Tara; Barla, Josef (2015). New materialisms/New colonialisms. *Unpublished manuscript, Åbo Akademi University, Finland*. Consultado a 21.05.2020, em: https://newmaterialism.eu/content/5-working-groups/2-working-group-2/position-papers/subgroup-position-paper_-new-materialisms_new-colonialisms.pdf
- Lima, Adriano Bernardo Moraes (2016). Desfazendo o feitiço: curandeirismo e liberdade nos engenhos do oeste paulista (século XIX). In Valéria Gomes Costa; Flávio Gomes (Orgs), *Religiões negras no Brasil. Da escravidão à pós-emancipação* (111-128). São Paulo: Selo Negro Edições.
- Lienhard, Martin (2008). *Disidentes, rebeldes, insurgentes: resistencia indígena y negra en América Latina : ensayos de historia testimonial*. Madrid: Iberoamericana Editorial Vervuert, S.L.
- Linebaugh, Peter; Rediker, Marcus (2013). *The many-headed hydra: sailors, slaves, commoners, and the hidden history of the revolutionary Atlantic*. Boston: Beacon Press.
- Parés, Luis Nicolau; Sansi, Roger (Orgs.) (2011). *Sorcery in the black Atlantic*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Pirola, Ricardo (2021). Laços da rebelião: revolta, etnicidade e família escrava em Campinas (1832). In João José Reis; Flávio dos Santos Gomes, *Revoltas escravas no Brasil* (227-261). São Paulo: Companhia das Letras.
- Reis, João José (1996). Quilombos e revoltas escravas no Brasil. *Revista USP*, 28, 14-39.
- (2004). *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.

- (2008). *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade de candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (2011). Candomblé and Slave Resistance in Nineteenth-Century Bahia. In Luis Nicolau Parés; Roger Sansi (Orgs.), *Sorcery in the black Atlantic* (55-74). Chicago: The University of Chicago Press.
- ; Gomes, Flávio dos Santos (2021). *Revoltas escravas no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Rucker, Walter (2001). Conjure, Magic, and Power. The Influence of Afro-Atlantic Religious Practices on Slave Resistance and Rebellion. *Journal of Black Studies*, 32, 1, 84-103.
- Scott, Julius (2018). *The Common Wind: Afro-American Currents in the Age of the Haitian Revolution*. New York: Verso.
- Shomura, Chad (2017). Exploring the Promise of New Materialisms. *Lateral*, 6, 1.
- Souza, Laura de Mello e (2009). *O diabo a terra de Santa Cruz*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Stengers, Isabelle (2018). A proposição cosmopolítica. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 69, 442-464. Tradução de Raquel Camargo e Stelio Marras.
- Sztutman, Renato (2012). *O Profeta E O Principal*. São Paulo: EDUSP.
- (2018). Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência - pensando com Isabelle Stengers. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, abril, 338-60.
- Tompkins, Kyla Wazana (2016). On the Limits and Promise of New Materialist Philosophy. *Lateral*, 5, 1.
- Trouillot, Michel-Rolph (2015). *Silencing the Past. Power and the Production of History*. Boston: Beacon Press.

*Linguagens,
narrativas e conflito*

(Página deixada propositadamente em branco)

CONFLICT AS A NARRATIVE TOOL IN POSTCOLONIAL WRITING – THE CASE OF MARGARET MASCARENHAS’ NOVEL *SKIN*

JEANETTE CAMILLA BARBOSA NORONHA

jeanette@unigoa.ac.in

Goa University

ANTHONY GOMES

anthony.gomes@unigoa.ac.in

Goa University

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2703-0145>

<https://orcid.org/0000-0003-0576-167X>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_9

Texto recebido em / Text submitted on: 31/05/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 28/09/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 203-220

ABSTRACT

This study investigates the significance of conflict in Margaret Mascarenhas' novel *Skin* as a literary tool, using Robert Stanton's notions of internal and external conflict. The primary goal is to investigate how conflict progresses the narrative and creates thematic discourse in the text. Internal conflicts are caused by characters' inner struggles with opposing emotions, impulses, and ethical dilemmas, whilst external conflicts are caused by fights with nature or supernatural factors. This study underlines the centrality of conflict in literature, impacting character development, narrative advancement, and thematic exploration. It offers light on the complexity of Goan literature, identity formation, and the interplay between colonial and postcolonial forces, by merging postcolonial concepts and conflict analysis, highlighting the critical role of conflict as a catalyst for narrative development.

Keywords: Conflict; Postcolonial literature; Goa; Margaret Mascarenhas; *Skin*.

RESUMO

Este estudo investiga o significado do conflito no romance *Skin* de Margaret Mascarenhas como ferramenta literária, utilizando as noções de conflito interno e externo de Robert Stanton. O objetivo principal é investigar a forma como o conflito faz progredir a narrativa e cria um discurso temático no texto. Os conflitos internos são causados pelas lutas interiores das personagens com emoções opostas, impulsos e dilemas éticos, enquanto os conflitos externos são causados por lutas com a natureza ou fatores sobrenaturais. Este estudo sublinha a centralidade do conflito na literatura, com impacto no desenvolvimento das personagens, no avanço da narrativa e na exploração temática. O estudo esclarece a complexidade da literatura goesa, a formação da identidade, e a interação entre as forças coloniais e pós-coloniais, através da fusão de conceitos pós-coloniais e da análise de conflitos, salientando o papel fundamental do conflito como catalisador do desenvolvimento narrativo.

Palavras-chave: Conflito; Literatura pós-colonial; Goa; Margaret Mascarenhas; *Skin*.

INTRODUCTION

The 1970s and 1980s witnessed the emergence of post-colonial studies as an academic discipline. This phenomenon emerged as an aftermath of decolonization, in the context of European colonial powers whose lasting colonial impressions on societies, cultures, economics, and politics were emerging areas of academic interest. The complex colonial legacies such as economic exploitation, cultural imperialism, racial hierarchies, and power dynamics were ingrained during the colonial period.

However, it is imperative to note the subtle difference in the meaning of the words 'post-colonial' and 'postcolonial', brought by a single use of a hyphen. Overbey, K. (2012: 145) remarks on the evolution of the words in her paper titled *Postcolonial*. She notes that towards the end of the 19th century till the 1970s, the hyphenated word 'post-colonial' was used to denote postindependence or that that existed after the end of colonial rule. This linear chronology included the condition of a former colony. However, post-1970s, the word 'post' in 'post-colonialism' was upheld with an ideological value rather than temporal. Thus, 'postcolonial studies', without the hyphen, indicates the study of the social conditions and subjectivities both within/during colonial rule and occupation, and after independence, and as well as in diasporic and transnational communities.

There is also a sense in which post-colonial writing itself, as well as the systematic indigenous theories, offers a broader, non-Eurocentric perspective on some traditional questions of theory (Ashcroft et al., 2002). In doing so, it deconstructs the dominant colonial narrative, and shifts focus to the experiences and perspectives of the colonized peoples, thereby exploring alternative narratives that emerged from within the colonized societies.

The major contributors to the development of the field of postcolonial studies include scholars such as Homi Bhabha (b. 1949) whose concepts such as hybridity, difference and ambivalence described the ways in which colonized peoples resisted the power of the colonizer. His work, titled *Location of Culture* (1994), problematizes cultural identity, wherein he challenges the cohesiveness of culture. Another major contributor to postcolonial studies is Gayatri Chakravorty Spivak (b. 1942). Her work has generated notable ideas

such as the subaltern, strategic existentialism, and epistemological performance. Edward Said (1935-2003), another postcolonial theorist whose works provided a theoretical framework for many postcolonial studies, through his work titled *Orientalism* (1978), challenged this concept of Orientalism and the difference between representations of the East and West. He elucidated that this illogical and artificial distinction from their own point of view divided the population into 'us' and 'them'. With this, the Europeans claimed to be of a superior race to the people of the East, thus justifying colonization and colonialism.

Over a period of time, this field of study has evolved and expanded to encompass a wide range of disciplines such as literature, history, anthropology, sociology, political science, and cultural studies. It has permitted the researchers to understand the complexities of the societies, and the interplay between the colonial and post-colonial powers, thereby exploring identity formation, cultural hybridity, and resistance to colonial rule.

The Portuguese colonial rule in Goa, that lasted 451 years, led to complex legacies of colonization and post-colonial experiences in this region. Goa was annexed to India in 1961. In the cadre of postcolonial literature, Goan writings have underlined the multifaceted effects of colonization on Goan identity, culture and social workings. They investigate the contact between Goan indigenous traditions and the influences of Portuguese colonialism that lead to the complex postcolonial landscape. This socio-politico-cultural phenomenon inspired writings in English like Lambert Mascarenhas' *Sorrowing lies my Land* (1970), as well as a number of pertinent narratives in Portuguese, like those of Vimala Devi in *Monção* (1963), and of Epitácio Pais in *Os Javalis de Codval* (1973).

Jason Keith Fernandes (2014), in his essay *The Curious Case of Goan Orientalism* presents two orientalist representational models: the ideal types of *Goa Portuguesa*, and the other of *Goa Indica*. This form of contrastive or layered identities is found in multiple Goan writings. Thus, there is a surge of postcolonial themes in Goan literature, such as cultural hybridity, memory, and displacement. The Goan experience of resistance and resilience, and its characters' pursuit of self-sustenance and autonomy, have drawn up the Goan literary narrative.

Works in Goan literature have evaluated the impact of colonialism on language. Kyoko Matsukawa (2002) presents the socio-cultural factors behind the language problem in post-colonial Goa in her work titled Konkani and '*Goan Identity*' in *Post-Colonial Goa*. Similarly, the impact of colonialism has been examined on religion, social hierarchies, and the formation of Goan identity.

Goan postcolonial studies explore Goan history, politics, anthropology and other disciplines, thereby examining issues such as economic exploitation, cultural assimilation, and power dynamics that continue from the Goan colonial era to the contemporary times.

Margaret Mascarenhas was an American citizen born in the United States but grew up in Caracas, Venezuela. She was of Goan origin and hailed from the village of Anjuna in Bardez, in the state of Goa, India. Her Indian grandparents considered themselves 'Catholic' Saraswat Brahmins. (Needham, 2010). Despite her Goan origins, she never lived in India as a young girl but made brief visits to India. She was met with an understanding of the existing colour consciousness in Goa and India when she returned to India to work as a consulting editor in Mumbai (da Silva Gracias, 2022).

As one would generally expect of the influence of the author's life on the development of her/his central character, the case here wasn't the same. In an interview with Jayesh Needham (2010), Margaret Mascarenhas points out that she grew up in a well-integrated multi-racial society and frequented multi-racial, multicultural, bilingual and secondary schools. However, she did not encounter identity-related preoccupations like her main character Pagan does. Through her novel *Skin*, she revitalizes the diaspora and its roots, which have been diluted and mixed with the belief systems.

ABOUT THE NOVEL

Published in 2010, *Skin* is a novel by Margaret Mascarenhas that, through its plot(s) and characters, tackles themes of culture and identity through complex human relationships in the context of Goa. The story revolves around the multiple lives of the protagonist, a young woman named Pagan, who, like

much of the 2nd generation Goan diaspora, is interested in learning about her Goan roots, as she returns to the land “carpeted in paddy fields of the brightest green” (Mascarenhas, 2010: 153), only to learn about the dark truth of her family’s involvement in the African slave trade under Portuguese colonial rule. The story traverses across continents, making references to the protagonist’s life in the USA, as well as the tales of her ancestors in India (Goa and Daman), and Africa, tapping into themes of colonialism and the Indian Ocean slave trade. As the story unfolds at the narration of Pagan’s former caretaker, an enslaved African woman named Esperança, the reader understands that there exists a magically real slippage between heredity and history (Ferrão, 2014), resulting in a possible biological connection between Pagan and the ancestors she grew to despise.

Jayesh Needham, while recording his interview in the journal *Portuguese Literary & Cultural Studies* (2010) with the author of the novel, notes that the novel *Skin* features Pagan as the main character. Through her story, issues such as Portuguese colonialism, slavery and identity: post-colonial, neo-colonial, or otherwise are brought out. The legacy of colonialism, cultural hybridity, and the tension between tradition and modernity form a major part of the novel’s plot. This novel presents the intricate layers of individuality and the ways in which societal constructs shape our understanding of ourselves and others.

Anna Beatriz Paula’s work titled *Re-telling Goa’s History: The Margin Narrative* (2013) uses Margaret Mascarenhas’ *Skin* to demonstrate the presentation of Goan history from different perspectives through a circular narrative structure. She concludes that stories in *Skin* are connected by memory. Hence, Pagan’s memory uses stories that she was told to reconstruct history. But retelling these stories for her children decolonizes the historical discourse in the transmission process.

THEORETICAL CONSIDERATIONS

Oxford Learner’s Dictionary defines ‘Conflict’ as a situation in which there are opposing ideas, opinions, feelings, or wishes; a situation in which it is

difficult to choose. Conflict is a literary technique that serves as a vital element in writing. It creates enormous tension within a story, moving the narrative forward. Furthermore, conflict frequently reveals profound layers of meaning inside the narrative fabric, revealing light on the characters' motivations, ideals, and vulnerabilities.

Conflict takes on a crucial role in a narrative or drama's construction within the area of the plot. It frequently serves as the motivating factor for the actions in the story. Additionally, conflict draws readers in by posing difficulties and creating a sense of ambiguity about the final result. Plots frequently have multiple occurrences of conflict, representing different types, that cause tension within the storyline. The resolution of problems by the end of the novel gives the reader a sense of closure and fulfilment. A conflict that does not reach its resolution often serves as a tool of intrigue for further readings.

Robert Stanton, in his book *An Introduction to Fiction* (1965), presents two categories of conflict, namely internal conflict and external conflict. Internal conflict occurs when a character battles with conflicting wants or beliefs within themselves. They experience it inside, and it shapes how they evolve as a person. A character is pitted against an outside force in an external conflict. External factors obstruct a character's motivations and increase tension while they work to accomplish their objectives.

PURPOSE OF THE STUDY

This paper's main goal is to apply the theory of Stanton's (1965) internal and external conflict, and investigate the function of conflict, with an emphasis on how it might advance the narrative in the postcolonial novel and help thematic discourse take shape. The paper focuses on conflict as it is presented in the novel *Skin* by Margaret Mascarenhas. It aims to shed light on the link between conflict and its influence on the narrative structure, character dynamics, and theme investigation. This study concludes that conflict functions as a driving force in postcolonial literature, and influences the discourse of the novel.

CONFLICTS IN MARGARET MASCARENHAS' *SKIN*

INTERNAL CONFLICT

Internal conflict, often known as 'character vs. self conflict', is a prevalent narrative component in literature that shows a characters' struggles within themselves. It is caused by the characters' own emotions, anxieties, competing desires, or mental diseases, resulting in a war between opposing forces within the same individual. Internal conflict may be evaluated by concentrating on two basic aspects: 'conflict with self' and 'conflict with other'. We get insights into the narrative functions and contributions to character development by investigating various types of internal conflicts.

In the preliminary chapter of the novel, Mascarenhas introduces the reader to Pagan, the protagonist, who is described as a cultural hybrid, the conventional, perfect amalgamation of 'Saraswat Brahmins, highborn Castilian, and African-Angolan' (Mascarenhas, 2010), who, in her own unconventional ways, is distraught with conflict. Be it the death of her parents at the ripe age of 6, or the socio-politico-cultural pandemonium she is faced with throughout her life (read: lives) in San Francisco, Angola, Pondicherry (now Puducherry) and Goa, Maria Livia de Miranda Flores, a.k.a. Pagan, furnishes Mascarenhas' writing with conflict, which drives the narrative. The following section illustrates and discusses two types of internal conflict, as depicted in the novel.

'Conflict with self' refers to an inner struggle in which a character has trouble with opposing feelings, wants, ideals, or moral issues. It frequently entails a decision between good and wrong or a collision of competing desires, needs, or expectations. This internal conflict deepens character development by allowing for moral progress and self-discovery. For example, a character may be faced with the difficult decision of selecting between two love interests, which reflects the intricacies of their emotions and personal wants. Such conflicts, even if they appear trivial, contribute to the plot's overall development.

Mascarenhas' Pagan evolves as a character that captures the attention of the reader from the word 'go'. The first chapter is adequately decked with instances of the protagonist's conflict with herself.

Pagan groans with the exertion of trying to communicate. "No. Xico," she says, "America is not the problem. The problem is me, in me. But I can't resolve it here. I need to be somewhere else."

(Mascarenhas, 2010: 17)

The chapter, simply titled *Fear of Flying* begins with the knowledge that, as the name suggests, Pagan has a seemingly illogical fear of traveling by air, which the reader is later given to understand is caused by the untimely demise of her parents, caused by an airplane crash.

Pagan's dreams are often visited by the image of Micky Mouse, taking on different roles (like that of Satan), which stems from a childhood episode she had experienced with her aunt Sarah, and cousin, Meredith. The two, orthodox Baptists by nature, had condemned five-year-old Pagan's father, a brown Catholic, naturally scarring the child, who, even in her adult-life, has episodes of frantic panic. The consistent episodes of (inter)personal conflict lead to an emotionally inconsistent character. "(...) But she does admit to love, since loving Xico is practically like loving herself; they are alike in so many ways." (Mascarenhas, 2010: 159). The reader is then presented with the knowledge that much earlier, Pagan's lover Xico had, in fact, proposed marriage to her, to which she had no response, possibly credited to the culmination of her own personal conflict. Such a situation could result from the interparental issues as proposed by Simon and Furman (2010) who note that "Adolescents exposed to high levels of interparental conflict might anticipate and potentiate conflict with romantic partners." (Simon and Furman, 2010).

Finding herself full of internal conflict, and unable to cope despite multiple sessions of therapy, the protagonist is led to the Orient, where she will discover the roots of her ancestry, the mixed lineage she is born out of, and the brewing conflict that has led to the cultural hybrid that she is.

In contrast, ‘conflict with other’ refers to the external impediment of a character’s ambitions by other people. As the protagonist must overcome the hurdles given by another individual or group, this person-versus-person conflict might emerge as debates or violent confrontations. This struggle emphasizes the collision of opposing forces and adds drama and suspense to the story.

Mascarenhas banks on this type of conflict to lead the narrative, and her technique works flawlessly, be it Pagan’s conflict with her cousins and classmates at a young age, which contributes significantly to her character development, or the conflict that emerges with her grandmother, Dona Gabriela Maria Clara de Miranda Flores, a staunch casteist and racist element, who conveniently fails to recognise her granddaughter, when she appears to have darker skin. “She recognized you. She just didn’t acknowledge your skin.” (Mascarenhas, 2010: 43).

While the novel involves multiple intertwining storylines that all come together like an orchestral masterpiece as the story climaxes, the reader is introduced to the beautifully dangerous and feared Consolação, whose twins with her husband Gor-gor are in danger, when the latter believes they are not his own. The entire village is brought down to its knees when Gor-gor lights up all of Consolação’s magic cures and herbs, dancing round the fire, and cursing his own children to death. “From then on, when Consolação gazed upon her children, she felt not only love, but also fear.” (Mascarenhas, 2010: 132). This sort of conflict erupting between the two characters in question guide the entire plot in the fourth chapter.

This type of internal conflict is presented yet again towards the end of the narrative, in a different, sociocultural light, and so may be termed as ‘conflict with society’. Mascarenhas makes references to Goa’s cultural identity crisis, wherein a number of Goans could be seen as cultural appropriators simply because they did not know who they actually were. Post-liberation Goa witnessed a two-sided coin approach, wherein some Goans attached themselves to the older Portuguese way of living, while others, taking after Goa’s annexation to India, embraced the Indian cultural ways. “Our culture, thinks Pagan. Goa has been overrun by so many cultures, no one knows who they are anymore, much less what culture they belong to.” (Mascarenhas, 2010: 216).

Internal conflict, in both its 'conflict with self' and 'conflict with other' manifestations, acts as a narrative technique that improves storytelling and character development. It provides readers with a glimpse into the complexity of the human psyche, allowing them to empathize with individuals and explore universal issues like morality, personal growth, and the choices we confront in life. Take for example Consolação's constant struggle as a black woman in society, wherein Mascarenhas notes, "Everything in history and in her culture had taught her to believe that women were made to suffer, and that even the smallest happiness came at a great cost." (Mascarenhas, 2010: 128-129). Authors provide readers with opportunities for introspection by portraying internal tensions, as they traverse the intricacies of moral dilemmas and internal battles with the characters.

EXTERNAL CONFLICT

External conflict is a classic narrative element in literature, pitching people against external factors that obstruct their objectives and build suspense throughout the novel. The external conflict has two major components: 'conflict with nature' and 'conflict with supernatural'.

Skin is brimming with elements of external conflict, as one would imagine. Set in Portuguese colonial India, the story provides the reader with the classic Indian social structure, with a central focus on conflict based on caste, religion, class and gender. Be it in Daman or back in Goa, Mascarenhas' characters are constantly seen bearing the brunt of the pre-existing social stratification of the time, and as she notes,

(...) Pagan felt sorry for the Hindu girls. Yet, she was also aware that Hindus exercised their own forms of oppression – through the caste system, the dowry system and traditions (...) such as sati.

(Mascarenhas, 2010: 177)

The following section illustrates and discusses two types of external conflict, as depicted in the novel.

‘Conflict with nature’ depicts characters engaged in a conflict with elements of nature or wild creatures. It moves the story ahead by putting characters in perilous circumstances or introducing them to unknown and perilous places. Such clashes with nature heighten tension, highlight humanity’s weakness, and represent the natural world’s force and unpredictability. Authors frequently use conflict with nature to represent humanity’s natural fight against their circumstances. This external conflict allows for character development, resilience, and survival instincts. It also accentuates issues such as man’s interaction with nature and the effects of environmental forces on human lives.

In various chapters of the novel, readers are presented with narratives based on the Collective Memory of a people, that have to do with wild animals, and how their role was vital in tribal communities, as the one that Esperança, one of the central characters, comes from. Animals play a strong role in bringing about sudden changes, the so-called plot twists, in this narrative. A key example would be the case of the black leopard appearing out of nowhere, killing Gor-gor, thereby freeing Consolação’s twins from peril. The dangerous relationship between these elements of nature and the characters lead the plot to its climax, without which the stories could not possibly collide. Perhaps the addition of this type of conflict is a writing technique, one that is used but sparingly and carefully by the author.

Characters in ‘conflict with supernatural’ deal with fate, spirits, deities, or otherworldly beings. This type of external conflict instills a feeling of mystery, the unknown, and the invisible forces that influence the lives of individuals. Conflict with the supernatural delves into the limitations of human life, the frontiers of knowledge, and the interplay of the mortal and the divine. It raises serious concerns about fate, free choice, and the presence of powers beyond our knowledge. The authors create an atmosphere of wonder, dread, and the incomprehensible by using this type of external conflict, adding complexity and interest to the tale.

The *pièce de résistance* presents itself in this niche of conflict theory, wherein all the various, intricate detailing comes together. The novel offers the reader multiple instances of conflict with the supernatural right from

the beginning, wherein a young Pagan encourages her newfound friends to jump into a painting with the power of their minds. Mascarenhas makes no account of this occurrence being imaginary of any kind, and to this effect, as an adult, Pagan is reminded of this supernatural adventure through a fateful encounter with one of her childhood companions. "(...) Aren't you the one who got us to pray to the Goddess and – " "Jump into the picture!" they both said simultaneously" (Mascarenhas, 2010: 191).

As an adult, the same, now emotionally wrecked protagonist has recurrent dreams of a mysterious woman named Saudade. Who is Saudade? The plot thickens as the reader is led, slowly but surely, to this discovery.

There is a word in Portuguese for which there is no English equivalent (...) It is Loss, Yearning, Nostalgia, Bitter-Sweetness – all at once. The word is *Saudade*.
(Mascarenhas, 2010: 18)

The inclusion of this supernatural appearance of Saudade in Pagan's dreams is what leads to her eventual crisis resolution in the story's climax. Ultimately, as Pagan learns about her intimate, somewhat otherworldly relationship with Saudade, the reader is provided with the string that pulls the narrative together. Why does Pagan feel a stronger connection towards Africa than India? "(...) "What interests you about African Studies?" Bigmama asked her granddaughter during the midterm break. "I would have thought you'd be more interested in India, where your dad came from." (...) (Mascarenhas, 2010: 190). The reason, despite Pagan's ignorance during the time, is Saudade, who, the reader then discovers, is Pagan's biological mother.

External conflict, as manifested in 'conflict with nature' and 'conflict with the supernatural', is a potent narrative element in literature. These conflicts advance the story, heighten suspense, and allow individuals to demonstrate their persistence, flexibility, and inner strength. Nature's conflict highlights humanity's link with the environment and the forces that affect our life. The supernatural conflict extends into realms of mystery, fate,

and mysterious powers beyond human comprehension. Authors stimulate readers' imaginations, encourage introspection, and provide views into the complicated relationships between humans and the environment they live by addressing these external conflicts. The external battle with nature and the supernatural enhances the narrative landscape by stirring emotions and prompting meditation on the immense intricacies of existence.

CONFLICT RESOLUTION

The seventh chapter of the novel, titled *A dream traveller's diary* offers the reader with long-awaited closure. With bated breath, one is able to understand the significance of Saudade – the character and the concept – in Pagan's life. All types of conflict, be it internal (with oneself or with another) or external (with nature or with the supernatural) meet their ultimate fate, culminating in conflict resolution on the part of the protagonist, Pagan. Leandro, Pagan's uncle, for example, who always shared a conflictual and complex relationship with his niece, is later discovered to be the girl's biological father. Closure is offered to a past occurrence that had portrayed Leandro in an adversarial light.

“(…) “If you were my daughter, I would give you a solid beating,” he said.”

“You're just jealous because you're shorter than my father, and anyway, I'm not yours,” Pagan yelled (…).”

(Mascarenhas, 2010: 86)

However, in the Epilogue of her work, Mascarenhas ensures her readers are left yearning for the same conflict she seemed to have diffused. The aforementioned physically abusive husband of Consolação, Gor-gor, is described to have a single nipple, and it is in this epilogical description that Pagan foresees the misfortune of her newborn daughter, who shares the same biological trait, marking her ancestry as one that is conflictual. Leaving the readers on a cliffhanger, one is assured that the story, the lineage and the narrative continue to thrive because of conflict.

CONFLICT AND THE POSTCOLONIAL NOVEL

At what junctures, then, does conflict, as a theme, advance the narrative in the postcolonial novel *Skin*? The works of three major postcolonial theorists, Homi Bhabha, Gayatri Chakravorty Spivak, and Edward Said, and their relation to the novel, are discussed briefly in this section.

Homi Bhabha, in his work *The Location of Culture* (1994), dwells on the concept of ambivalence, a central theme of Pagan's return to Goa. As a cultural hybrid herself, she is met with the dilemma of appropriation vs abrogation. As her western ideologies fail to meet the expectations of her Goan orthodox and conservative counterparts – especially in relation to her romantic life, and her relationship with her casteist and racist grandmother – she finds herself at a standstill.

Gayatri Chakravorty Spivak, in her work *Death of a Discipline* (2003), contributes to subaltern studies, which focuses on populations that are outside the hegemonic power structure under colonial rule. A common concept in this area of studies, focusing on 'history told from below', proves relevant when dissecting the narrative structure of *Skin*. The narrative style in the novel allows for much of the plot to be chronicled by Esperança, an enslaved woman from Africa. As the narrative structure now shifts, the reader is presented with a fresh point of view, one that defies eurocentrism.

(...) "In both India and Africa they traded their weapons of destruction for diamonds, copper, ivory, gold and mostly... black gold." Esperança pauses and stares down at the dirt floor of the hut, so Pagan cannot see her eyes. "Which is to say, mostly slaves," she says. And now, she raises her head and looks at Pagan directly (...)

(Mascarenhas, 2010: 102)

Amélia Polónia, in her studies on new historiographical perspectives on the Portuguese Overseas Expansion, delves into the role of the African slave trade under colonial rule, and how different perspectives, especially those of the subaltern, i.e 'from below', help in un-learning and re-learning historical occurrences. She states, "The role performed by the indigenous agents in the

success of European expansion is even better understood if one thinks of the levels of dependency at the point of cooperation". (Polónia, 2022). She argues that the impact of this slave trade across the Indian Ocean is felt in ethnic, cultural and linguistic flows, and it is a field yet to be understood and evaluated fully.

The work of Edward Said, *Orientalism* (1978), is a valid resource, wherein he argues that orientalism is a manner of depicting the east (the orient) through writing that is dominated by western perspectives and ideological biases, and that these are not factual, but constructed. In one of the letters Pagan writes to her partner Xico, she mentions "(...) unlike the anal-retentive Americans who have to analyze and prove everything, most people here don't really bother to try and separate fact from fiction (...)". (Mascarenhas, 2010: 153). The western point of view, that all communities from the orient are similar, and are in opposition to the features of the occident, is a common theme in the novel.

CONCLUSION

Postcolonial writing often involves the discussion of experiences such as slavery, migration, suppression and resistance, difference, race, gender and place as well as responses to the discourses of imperial rule (Quayson, 2020). It was no doubt, therefore, that this genre of literature developed in a land such as India, under the British Raj, and Goa, its smallest state, that experienced 451 years of Portuguese Colonial Rule. While the African Slave Trade to Europe and the Americas has been studied in great detail, its effects in the East, across the Indian Ocean, is a field of study that offers novel perspectives of European Imperialism.

Conflict theory, as proposed by Robert Stanton, suggests that there exist two broad categories of conflict - internal and external - and while the novel *Skin* proves worthy for illustrative purposes, producing multiple instances of the various types of conflict, we argue that it is a tool used by Mascarenhas, to boost narrative structures, keeping readers involved and desirous for more.

It would seem that, for Mascarenhas, conflict is a salient feature in postcolonial spaces. As the story unravels, through its “mélange of plots and subplots, of races and cultures, (it) stresses the hybridity of a post-colonial experience characterised by suppleness and ambivalence of form and content” (Noronha Melo Furtado, 2019). The novel, that puts forth multiple instances of conflictual relationships and occurrences, through the narration(s) of Pagan and Esperança, “creates new forms of representation for the subaltern woman, in this case, the protagonist herself as well as the African women sold during the slave trade” (Noronha Melo Furtado, 2019).

What Mascarenhas so beautifully orchestrates is a vivid illustration of how conflict, in its countless avatars, drives the narrative structure in the postcolonial novel, concluding with a cliffhanger of an epilogue, that arouses in the reader the desire to keep the conflict within Pagan and her multicultural ancestry alive.

BIBLIOGRAPHY

- Ashcroft, B.; Griffiths, G.; & Tiffin, H. (2002). *The empire writes back: Theory and practice in post-colonial literatures* (2nd ed.). London and New York: Routledge.
- Bhabha, Homi (1994). *The Location of Culture*. London; New York: Routledge.
- da Silva Gracias, Fatima (2022). *Trailblazers- Some Goan Women Writers*. Goa: Goa,1556.
- Fernandes, Jason Keith (2014). The Curious Case of Goan Orientalism. In Everton V Machado; Duarte D. Braga (Eds.), 2014. *ACT 27 – Goa portuguesa e pós-colonial: literatura, cultura e sociedade* (155-177). V. N. Famalicão: Húmus.
- Ferrão, R. B. (2014). The Other Black Ocean: Indo-Portuguese Slavery and Africanness Elsewhere in Margaret Mascarenhas's *Skin*. *Research in African Literatures*, 45, 3, 27-47. <https://doi.org/10.2979/reseafritelite.45.3.27>
- Mascarenhas, Margaret. (2010). *Skin*. Goa: Goa,1556 and Broadway Publishing House.
- Matsukawa, Kyoko (2002). Konkani and 'Goan Identity' in Post-Colonial Goa. *Journal of the Japanese Association for South Asian Studies*, 14, 121-144.
- Needham, Jayesh (2010). Interview with Margaret Mascarenhas. *Portuguese Literary & Cultural Studies*. University of Massachusetts Dartmouth, 121-144.

- Noronha Melo Furtado, Edith (2019). Writing from within the Father's House and beyond: Goan Women Writing in Different Historical Spaces. In Paul Melo E. Castro (Ed.), *Colonial and Post-Colonial Goan Literature in Portuguese* (234-256). United Kingdom: University of Wales Press.
- Overbey, Karen Eileen (2012). Postcolonial. Studies in Iconography. *Special Issue Medieval Art History Today - Critical Terms*, 145-156.
- Paula, Anna Beatriz (2013). Re-telling Goa's History: The Margin Narrative. *International Journal of Humanities and Social Sciences*, 7, 4, 853-855.
- Polónia, Amélia (2022). New Historiographical Perspectives on the Portuguese overseas expansion. Transcultural networks in the first global age. An approach "From Below". In Robert Samuel Newman; Delfim Correia Da Silva (Ed.), *Traces on the Sea* (43-64). Coimbra: Coimbra University Press.
- Quayson, Ato. (2020). *What is postcolonial literature?*. Retrieved from The British Academy: <https://www.thebritishacademy.ac.uk/blog/what-is-postcolonial-literature/>
- Said, Edward W. (1978). *Orientalism*. New York: Pantheon Books.
- Simon, Valerie A.; Furman, Wyndol (2010). Interparental Conflict and Adolescents' Romantic Relationship Conflict. *J Res Adolesc*, 188-209.
- Spivak, Gayatri Chakravorty (2003). *Death of a Discipline*. New York: Columbia University Press.
- Stanton, Robert (1965). *An Introduction to Fiction*. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc.

TOPOGRAFIAS DA SOBREVIVÊNCIA EM POEMAS DE GUERRA

Topographies of survival in poems of war

DULCE MELÃO

dulcemelao@esev.ipv.pt

Instituto Politécnico de Viseu, Escola Superior de Educação de Viseu, CIE&DEI

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1608-1074>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_10

Texto recebido em / Text submitted on: 17/04/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 12/10/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 221-236

RESUMO

Este artigo apresenta uma proposta de mapeamentos do espaço em poemas de guerra, procurando indagar os modos como se reconfigura, por via dos veios temáticos que os poemas conglomeram. Para dar cumprimento a tal objetivo, parte-se de um referencial teórico que privilegia uma perspectiva experiencial do espaço e do lugar, em articulação com a geocrítica. A análise realizada lança luz sobre o cariz inóspito, subversivo, e provisório dos espaços vivenciados, expondo a sua relevância para a construção de topografias da sobrevivência nos poemas de guerra, enquanto precário refúgio da paz ansiada.

Palavras-chave: espaço; conflito; poesia; limiares; cidadania.

ABSTRACT

This paper presents a proposal for mapping space in war poems, seeking to investigate the ways in which it is reconfigured through the thematic veins that the poems conglomerate. To fulfil this objective, we start from a theoretical framework that favours an experiential perspective of space and place, articulated with geocriticism. The analysis carried out sheds light on the inhospitable, subversive, and provisional nature of the spaces experienced, exposing their relevance to the construction of topographies of survival in the war poems, as a precarious refuge from the longed-for peace.

Keywords: space; conflict; poetry; thresholds; citizenship.

INTRODUÇÃO

Recentemente, a pandemia eivou de abandonos o espaço urbano, gerando confinamentos obrigatórios, potenciadores de conflitos, em permanente atualização. A guerra na Ucrânia tem vindo a ampliar os ecos de tais conflitos, contribuindo, porventura, para corroborar a necessidade de rever posicionamentos de cidadania que possam impulsionar resistências à opressão. Neste cenário, refletir sobre o conflito enquanto força viva de criação literária e artística reveste-se de relevância, podendo dar voz à necessidade de educar para a paz, bem como de pugnar pela liberdade nela implicada. Como refere Eugénio Lisboa, na inspiradora obra *Poemas em tempo de guerra suja* – tela de indignação gerada por via da guerra na Ucrânia – importa conservar o “[...] absurdo privilégio – ético, mas sobretudo estético – de sabermos não desistir. Poder recuar e não recuar. Poder abocanhar e não abocanhar” (Lisboa, 2022: 14).

Na esteira do referido, este artigo é norteado pelo objetivo de apresentar uma proposta de mapeamentos do espaço na obra *Quando a primavera chegar – 10 poemas de guerra* (Khersonsky et al., 2022), poesia ucraniana traduzida por poetas portugueses¹, indagando os modos como se desvelam e reconfiguram, por via dos veios temáticos dados a ler.

Após delineado o quadro conceptual proposto, atenta-se, em primeiro lugar, no espaço consagrado ao peritexto, em articulação com os poemas que anuncia. Em segundo lugar, indaga-se o carácter multifacetado de alguns dos veios temáticos que os poemas expõem e respetivo contributo para o esboço dos espaços mapeados. A exploração realizada contempla dois trilhos que se complementam. O primeiro diz respeito a espaços de opressão e de liberdade e aos hibridismos que aí confluem; o segundo propõe uma reflexão sobre espaços de excisão e subversão cujas pluralidades surgem intrinsecamente imbricadas no conflito que os poemas conglomeram.

¹ Como explicita Clara Riso, no prefácio da antologia, “Os poemas, escritos nos primeiros meses da guerra, circularam livremente como anexos de email, em documentos preparados por uma organização internacional que promove a divulgação da tradução literária – National Translation Month – e por um projeto ucraniano independente de cultura e edição – Chytomo” (Riso, 2022: 6).

As considerações finais apontam para o caráter exploratório da reflexão realizada, sugerindo modos de ler a matéria-prima alvo de reflexão enquanto desenho de topografias da sobrevivência que possibilitam reclamar exercícios ativos de cidadania, escutados pelos leitores, em amplos prolongamentos.

MAPEAMENTOS DO ESPAÇO

Como sublinha Tally (2018a: 4), “[...] a atenção dada ao espaço e ao lugar não é novidade nos estudos literários.”. É, no entanto, reconhecido, o atual incremento da investigação consagrada às relações entre a Literatura e a Geografia, bem como as múltiplas abordagens que daí têm resultado, em tempos marcados pela espacialidade. No estado da arte que realiza, no que concerne ao cruzamento dos estudos literários com os estudos geográficos, Pascoal (2015) dá conta do amplo escopo que assumem, bem como explicita, em particular, os contributos da geocrítica para a perenidade da literatura de viagens.

Entendida enquanto “[...] abordagem relativamente nova dos estudos culturais e literários que coloca o espaço, o lugar, a cartografia e, de forma mais geral, as relações espaciais no centro do trabalho crítico” (Tally, 2018a: 2), a geocrítica abre um amplo leque de possibilidades de investigação, destacando-se, mais recentemente, os contributos de Tally (2018a; 2018b; 2012; 2011), bem como estudos que também fazem eco da atual “spatial turn” (por exemplo, Beck, 2021; Björkdahl & Buckley-Zistel, 2016; Fang & Tally, 2022).

Outras pesquisas consagradas à topoanálise que privilegiam, sobretudo, a literatura para a infância como tela de reflexão (Melão, 2021; Pinheiro, 2019; Pinho, Amante & Balula, 2015) possibilitam, também, lançar luz sobre o caráter fecundo e multifacetado assumido pela investigação que tem o espaço literário no seu cerne.

Aportes teóricos centrados na geopoética – termo cunhado por Kenneth White – têm possibilitado, por seu turno, aprofundar a compreensão de diversificados modos de entrelaçamento resultantes da interação lugar/poesia/ecologia (Magrane et al., 2020), bem como trilhar caminhos do acolhimento do bem comum, em harmonia com a Terra (White, 2023; 2006; 1994).

Nesta reflexão, o termo geocrítica é entendido, na esteira de Tally (2018a), em conexão com o que este investigador denomina de “topofrenia” e de cartografia literária, nas suas amplas possibilidades de cruzamento. Importa explicitar que a “topofrenia”:

[...] caracteriza o envolvimento subjetivo com um lugar específico, com o sentido de lugar subjetivo e com a possível projeção de lugares alternativos. Além disso, ela requer que consideremos as estruturas e sistemas aparentemente objetivos que condicionam nossas percepções e experiências de espaço e lugar.

(Tally, 2018a: 7)

Em articulação com o referido, privilegia-se a abordagem experiencial do espaço e do lugar perspectivada por Tuan (1983 [1977]), no entendimento de que possibilita prosseguir caminhos de investigação reforçados pelo cariz plurissignificativo que lhe está associada, no âmbito da matéria-prima que se selecionou. O conceito “topofilia” (Tuan, 1990 [1974]) é igualmente útil para a compreensão de algumas veredas dos espaços vivenciados e suas metamorfoses, em breves lugares de afeto.

LIMIARES

A relevância do caráter multifacetado do peritexto é crescentemente reconhecida, sendo valorizados os modos – cada vez mais versáteis e prolíficos – como estimula a participação dos leitores na reconstrução dos significados que dá a ler e a ver (Pantaleo, 2022; Rodrigues, 2015; Witte, Latham & Gross, 2019).

Na obra em análise, o peritexto merece particular atenção pelo modo como possibilita mapear espaços de conflito e de amenidade, fluindo de modo dialogante. Na esteira de Genette (1982; 1987), procura-se compreender a forma como os elementos que o constituem podem contribuir para a construção de um amplo mosaico de sentidos, posteriormente entrelaçados na seleção de poemas que integram a antologia. Em estreita

relação com o objetivo traçado, almeja-se refletir sobre o modo como instigam a criação de limiares de afeto projetados na abertura espacial que promovem.

Destaca-se, em primeiro lugar, a feliz opção cromática que presidiu à conceção da capa, estendal de esperança que acolhe a belíssima ilustração de Joana Estrela² – um girassol que acena ao mundo. Pintadas de azul, a capa e a contracapa instigam lonjuras do olhar, propiciando demoras na superfície líquida que apela à instilação de sonhos.

Recorde-se que, simbolicamente, “Os movimentos e os sons, bem como as formas, desaparecem no azul, confundem-se com ele, esvaem-se nele, como uma ave no céu [...] É o caminho do infinito, onde o real se transforma em imaginário” (Chevalier & Gheerbrant, 2019 [1982]: 105). Em tal superfície, o título da obra, a amarelo, – *Quando a primavera chegar* – cobre de luz o subtítulo, a preto, – *10 poemas de guerra* – e insufla-lhe alento³.

O exuberante girassol que ganha, generosamente, centralidade no espaço da capa, cintila no azul cerúleo e crava pétalas no olhar dos leitores. A sua presença esculpe uma cadeia de reverberações sustentadas pelo cariz simbólico que lhe é reconhecido: “(...) o seu caráter solar, que resulta, aliás, não só dum *tropismo* bem conhecido, mas ainda da forma radiada da flor” (Chevalier & Gheerbrant, 2019 [1982]: 353; itálico dos autores). Convida, pois, ao apuramento dos sentidos, sobretudo a visão, porventura detalhando que “[...] as coisas não existem por si, mas pela claridade que as modela e projeta em nossa percepção visual” (Andrade, 2023: 28).

O desdobramento de cuidados latente nos aspetos referidos sobressai, ainda, por intermédio do feixe vascular da nervura do girassol que retém a

² O labor original e criativo da artista e ilustradora Joana Estrela tem vindo a ser destacado nas produções que dá a lume, muitas delas premiadas, tais como *Aqui é um bom lugar* (Pessoa, 2019) e *Miau!* (Estrela, 2022). Em ambas, o uso da cor azul sobressai em tonalidades que conferem sentidos múltiplos à narrativa visual.

³ O título da antologia colhe ânimo no poema de Pavlo Korobchuk “quando a primavera chegar e o inverno abrandar” (Khersonsky et al., 2022: 32).

tranquilidade do azul⁴, enquanto o tom negro das folhas e do caule perpetua a pauta de opressão que o subtítulo da obra transborda, em letra delicadamente minúscula – *10 poemas de guerra*.

A preciosidade do detalhe é, também, móbil do inesperado. Assim, após o último poema, o silêncio da página é ampliado por um pequeno girassol que se tingiu de cinza(s), com caule e folhas negras. Este movimento deambulatório da flor e respetiva metamorfose reinveste de significado o périplo dos leitores pelos poemas de guerra, antecipando espaços de opressão que matizam o aparato textual. Tal é amenizado na página que precede a contracapa: embora o pequeno girassol que aí ressurgir seja imbuído de semelhantes tonalidades às previamente mencionadas, o título da obra ganha, desta feita, um forte tom de azul, opção que possibilita reabrir a espera da desejada paz – sopro vivificador do reencontro com a liberdade.

No seu conjunto, os elementos peritextuais mencionados celebram a importância do pormenor enquanto fonte perene de potenciais desdobramentos plurissignificativos que alentam os leitores, abrindo caminho à possibilidade dos recomeços.

Nas demoras que exige, o percurso peritextual proposto permite, adicionalmente, esboçar uma cartografia tecida de espaços diurnos e noturnos, complementando-se, sinergicamente, de modo a configurar hibridismos que o aparato textual convoca. Na secção seguinte, procura-se dar-lhes atenção, face à relevância de que se revestem.

HIBRIDISMOS – ESPAÇOS DE OPRESSÃO E LIBERDADE

Uma miríade de complexidades ressoa nos poemas de guerra. Os acontecimentos dados a beber caracterizam-se por uma porosidade polimórfica que

⁴ O modo como o azul pode resguardar delicadas amenidades fica bem expresso no seguinte verso de Manuel António Pina: “O amor é só um estremecimento de azul” (Pina, 2012: 284). O carácter instigante do azul enquanto construção cultural complexa é, por seu turno, explicitado por Pastoreau (2000).

possibilita entrelaçar espaços “[...] entre o chão, a água e o céu” (Khersonsky et al., 2022: 35).

No corpo do texto há múltiplos desvios consolidados em trilhos que se procuram demandar a seguir, focando hibridismos respeitantes a espaços de opressão e liberdade que possibilitem compreender diferentes modos de recriação do conflito e o seu alcance para um mapeamento possível das especificidades que detém.

No estudo que dedica à perspectiva experiencial do espaço e do lugar, expondo o seu carácter multifacetado e complexo, Tuan (1983 [1977]) destaca a relevância dos “(...) órgãos sensoriais que permitem aos seres humanos ter sentimentos intensos pelo espaço e pelas qualidades espaciais: cinestesia, visão e tato” (Tuan, 1983 [1977]: 13). Tais sentimentos fortes reverberam, por exemplo, no poema da autoria de Olga Bragina – “daqui não há como sair porque é demasiado curta a distância a um tiro depois da paz” (Khersonsky et al., 2022: 26) – no qual o sublinhar do inexorável fechamento do espaço, vincado pela repetição constante “daqui não há como sair” (Khersonsky et al., 2022: 26), dialoga com o ritmo veloz que percorre os versos. Como frisa Tuan (1983 [1977]: 59), “Liberdade implica espaço. Significa ter poder e espaço suficientes em que atuar.”.

Se “[...] o mundo está pintado de sangue e carnações de sombra” (Khersonsky et al., 2022: 26) existe, ainda, “[...] um mundo quente uma primavera de outubro que palpita tátil sobre a pele,/ sangue pulsado do coração que deve estar vivo de outro modo” (Khersonsky et al., 2022: 26). No rubro da revolução, as palavras recriam e constroem um espaço de opressão que a cadeia discursiva intensifica. Na pele dos versos lateja a robustez do coração, sede da liberdade: “[...] toma aqui está o meu coração como prova que a vida não passa assim” (Khersonsky et al., 2022: 26). O carácter avassalador do conflito escutado instala, em permanência, um processo de indagação profunda que a escrita promove, convocando à ação quem escuta – “Em cada palavra pulsa um coração. Escrever é a tal procura de íntima veracidade da vida” (Lispector, 2012: 15), aliando ritmos inusitados da passagem do tempo, à transgressão dos espaços.

No poema “Quando a primavera chegar e o inverno abrandar” (Khersonsky et al., 2022: 32), da autoria de Pavlo Korobchuk, as palavras bombardeiam o

conflito que invadiu o cotidiano e as relações pessoais, mas que parece não rasurar o sonho. Assim, a par da extrema violência retratada, o poema desvela a infinita possibilidade do abrandamento do inverno, da chegada da primavera e do eclodir do verão. O caráter cíclico e ordenado das estações do ano prevê o retorno do amanhecer e assegura o delinear de lugares alternativos de refrigério, imbricados na opressão.

A ênfase concedida a espaços exteriores, tais como uma estação de comboios, um rio e terraços de edifícios – percebidos como lugares de reencontro de afetos – põe em destaque o caráter ameno da sua nova habitabilidade, no fluir temporal em devir: “[...] ninguém abandonará sua vida futura/ nenhum de nós aqui se assusta/ com a saída do abrigo para a liberdade nós lutamos/enquanto nos beijamos ao som das sirenes” (Khersonsky et al., 2022: 32).

Em tela sobejamente reveladora de outros modos de dizer, no poema “Sou uma bateria que continua a funcionar” (Khersonsky et al., 2022: 23) a identificação de quem escreve com uma bateria que funciona com carga negativa desvela um ciclo de vida em que as pulsações deram lugar à lisura da sobrevivência. Ser “[...] arame farpado de um grito na garganta” corporiza e expõe, a cru, a ferida que abre o verso e constrói uma imagética de volumoso silêncio, em porosidade sonora. Este aspeto é corroborado pelo sentimento de que “[...] toda a gente escuta/ mas ninguém pode ouvir/ como o baixo, ansioso som/ pulsa no céu/ é a voz de deus” (Khersonsky et al., 2022: 23). A desmesura do lamento respira na impossibilidade da audição do que debilmente lateja no céu, configurando a projeção de um lugar hostil que se fixa na retina.

A precária solução encontrada para resolver o caráter esmagador do acontecimento exposto apela à urgência do amor, plasmada em sarcasmo dorido: “[...] é tempo de ler o manual da reincarnação: em caso de emergência/ 1.a) partir o vidro da calma/ 2.b) apagar a camada protectora do medo/ olha, aqui tens/ a fórmula molecular do amor/ usa-a, depois passa-a às crianças” (Khersonsky et al., 2022: 23).

“Guerra”, o poema da autoria de Vasyl Makhno que encerra a antologia, evoca memórias de outrora, colocando em exposição um “coração cerrado”

(Khersonsky et al., 2022: 38) que mimetiza o cerco territorial imposto pela violência dos que “[...] disparam contra a nossa localização/ acertam nas posições que tomámos” (Khersonsky et al., 2022: 38). O sofrimento resultante da impossibilidade de impor um fim à guerra transparece, de modo cru, no “escudo em sangue” (Khersonsky et al., 2022: 38) que tomará o lugar da neve de fevereiro. O cerco imposto pelo inimigo sublinha a exiguidade espacial que o poema marca compassadamente e cujas consequências atingem intensidade máxima no seu desfecho, face ao dilaceramento do coração – “Sangra – meu coração – sangra” (Khersonsky et al., 2022: 39). Em uníssono com os exemplos anteriormente apontados, o poema guarda espaços de opressão e de liberdade, erguidos em palavras que parecem buscar, ávidas, o caudal do provisório retorno à paz.

EROSÕES – ESPAÇOS DE EXCISÃO E DE SUBVERSÃO

Nos dez poemas de guerra perfilam-se tanques, helicópteros, mísseis de cruzeiro, bombas e granadas, associados a ações que corroboram a representação de espaços de excisão e de subversão – como por exemplo, “contaminar”, “conspurar”, “ameaçar”, “magoar”, “derrubar” e “arder” (Khersonsky et al., 2022: 9-10, 32). Reiteradamente, a guerra é definida como força impiedosa que “[...] mata com mãos indiferentes” (Khersonsky et al., 2022: 14) e “[...] apalpa o seu próprio corpo” (Khersonsky et al., 2022: 26), em processos de mapeamento da sua própria hostilidade.

No capítulo dedicado ao “Corpo, relações pessoais e valores espaciais”, Tuan (1983 [1977]) explicita a relevância do vocabulário relativo à organização espacial e suas repercussões, no que concerne ao valor atribuído à ação humana. Nesse âmbito, refere que estar em pé ou deitado implicam posições que “[...] produzem dois mundos opostos [...] A posição ereta é afirmativa, solene e ativa. A posição deitado é submissa, significando a aceitação da nossa condição biológica. A pessoa assume sua total estatura humana quando está em pé” (Tuan, 1983 [1977]: 42).

Os aspetos frisados por Tuan (1983 [1977]) ganham significado no poema “Sábado, 5 de Março”, da autoria de Oleksandr Irvanets. A postura

de resistência mora nas palavras que a reconstroem, traduzindo uma relação com o espaço que irmana à urbe quem escreve. Assim, “Kiev está de pé com as suas cúpulas douradas,/ Bucha e Irpin estão de pé também” (Khersonsky et al., 2022: 29), apesar de toda a dor que se expande no poema que a acolhe. Espelhando semelhante fortaleza, a resiliência ecoa em quem vive o caos instalado: “Também eu sobreviverei ao bombardeamento,/ Firme e de pé sobre a minha terra natal” (Khersonsky et al., 2022: 29). Como sublinha Bollnow (2019 [2000]: 304), “O corpo é [...] a ferramenta com cuja ajuda nos é dado o espaço, por meio de seus órgãos de sentidos e capacidade de movimento. Ele faz parte, nessa medida, da organização do sujeito que vivencia o espaço.”. A afeição pelo solo pátrio renova os elos que sustentam a força das palavras cartografadas na página, unindo o corpo ao espaço experienciado.

O prolongamento dos termos espaciais na arquitetura da guerra ganha outras nuances prolíficas no poema da autoria de Svetlana Povalyaeva “ainda que sejas soldado e não possas ir – podes, pelo menos, caminhar, o que é ótimo” (Khersonsky et al., 2022: 35). Os movimentos que se esplendem no primeiro verso instalam uma dinâmica veloz que impulsiona à ação, reiterada pela vontade de prosseguir caminhos. Ao suposto caráter firme do terreno a mapear – “[...] um soldado de infantaria tem noção da variedade dos solos, da topografia e das distâncias” (Khersonsky et al., 2022: 35) – opõe-se o esboroamento do espaço circundante, cujos limites se esvaem, de modo inexorável: “[...] a toda a volta só há água do mar e os contornos das margens esbatem-se na tua/ imaginação, e as placas tectônicas/ estão nas profundezas inacessíveis” (Khersonsky et al., 2022: 35). Na porosidade dos desvios expostos que marcam a ausência do palpável, a água do mar amplia a profundidade da batalha travada. Importa recordar que “[...] o mar simboliza um estado transitório entre as possibilidades ainda informais e as realidades formais, uma situação de ambivalência, que é a da incerteza, da dúvida, da indecisão, e que pode terminar bem ou mal” (Chevalier & Gheerbrant, 2019 [1982]: 439). O espaço intermédio que se instala cria “[...] uma geografia particular, nem aqui, nem além, uma história própria, nem enraizada, nem atópica, um espaço novo, nem fixo nem inalcançável, um tempo outro, nem mensurável, nem liso [...]” (Onfray, 2019 [2007]: 40).

No final do poema, o clamor do conflito, por via aérea e marítima, alia-se à respiração do “quase” reverberado: “[...] tu e eu ficamos no limite – entre o chão, a água e o céu, – nada se tornou realidade por/enquanto” (Khersonsky et al., 2022: 35). É, porventura, nesse limite que convive a coragem, lume da sobrevivência. A preposição “entre” inaugura, reiteradamente, um espaço subliminar pleno em instabilidades, ancoradas na incerteza que se evola do quotidiano escutado, em moroso labor. Afinal, “O poema sustenta o universo/ como um equilibrista/ Muito breve” (Amaral, 2011: 65).

Outras geografias do limite merecem reparo no poema “A menos de um dia da guerra” (Khersonsky et al., 2022: 17). A antecipação do conflito põe em curso um processo peculiar de percepção do sofrimento – agudizando-o – sendo expostos, de modo cru, os contornos de que se reveste: “A iminência assemelha-se a uma poeira radioactiva,/ desfazendo os vínculos entre as palavras/ e transformando o que se disse/ num tumor sanguíneo” (Khersonsky et al., 2022: 17). A palavra liquefaz-se, desagrega laços preexistentes e alimenta conflitualidades cimentadas por via da erosão criada e respetivas mutações.

Adicionalmente, o entrelaçamento da guerra com um conflito que nascera no âmago das relações pessoais – “[...] uma discussão:/ estúpida, abrupta, contundente/ como se não bastasse já a ansiedade,/ como se ambos tivéssemos bebido um gole de ácido sulfúrico” (Khersonsky et al., 2022: 17) – expande o cariz inóspito do campo de batalha. Enquanto a arquitetura da intimidade corroída perpetua silêncios⁵, a poeira radioativa e o ácido sulfúrico conferem ao sofrimento um carácter prolífico, contribuindo para alicerçar a erosão das palavras e, ao mesmo tempo, criar um espaço de excisão da dor imbuído de significados.

Em distinto processo alquímico⁶, o poema “(filho/deveres de eloquência)” (Khersonsky et al., 2022: 20) instiga uma reflexão renovada

⁵ Como bem aponta e dá a ver José Jorge Letria, no livro-álbum *A guerra* (Letria, 2018: s/p): “A guerra é o silêncio”, multiplicado, a par e passo, pela devastação.

⁶ Manguel sublinha que as palavras “[...] são essencialmente uma forma de alquimia” (Manguel, 2022: 98).

sobre a palavra (em) guerra, corporizando-a. O diálogo entre uma mãe e um filho, acolhido nos versos que pesam no olhar, desvela a tentativa vã de compreensão do conflito instalado, encetada pelas questões desarmanantes da criança: “mãe, donde vem a guerra?/ pergunta ele baixinho/ e logo a seguir, sem pausa: a guerra é um desastre certo?/ por alguma razão rebentou? como por exemplo, sabes,/ a malvadez...” (Khersonsky et al., 2022: 20). Desafiante, a justificação facultada pela criança, em jeito de indagação, – “[...] talvez tenhamos puxado a palhinha curta no fardo de Deus?” (Khersonsky et al., 2022: 20) – dá lugar à reverberação dos silêncios da mãe, respirando, “[...] a custo o ar das palavras não ditas” (Khersonsky et al., 2022: 20). A ausência proclamada torna mais presente a dor vivida que toca, profundamente, os leitores. Este movimento táctil potenciado pelo não dito ganha outras tonalidades por intermédio de um desenho da criança, no vidro baço de uma janela. Na tela que medeia entre o exterior e o interior, a Crimeia e Donetsk ganham vida nas suas mãos e pela sua voz, quando os designa de “[...] territórios intactos intoCADOS e nossos” (Khersonsky et al., 2022: 20; maiúsculas da autora). Dar corpo ao território tem implicações na recuperação da palavra; a mãe respira “[...] a custo as palavras ditas desta vez, «intoCÁVEIS» – sugere ela então” (Khersonsky et al., 2022: 20; maiúsculas da autora). Nos sentidos propostos, “A palavra liga a marca visível à coisa invisível, à coisa ausente, à coisa desejada ou temida, como uma frágil ponte improvisada sobre o abismo” (Calvino, 2006: 94).

Da pletora de sensações que dilaceram o olhar se nutre, por seu lado, o poema da autoria de Halina Kruk “tu estás de pé com um cartaz «não há guerra» como se fosse uma indulgência” (Khersonsky et al., 2022: 13). O conflito – costurado, de modo intenso, nas entranhas do poema – verte-se em pendor irreversível, pois: “[...] é como o lustroso sangue de uma artéria ferida,/ ele flui lentamente até te matar,/ entra nas nossas cidades com gente armada,/ espalha grupos subversivos pelos nossos pátios interiores” (Khersonsky et al., 2022: 13). A subversão espacial desenhada no corpo do poema possibilita o mapeamento visual do caos: os pátios interiores das casas são *locus* do conflito; uma discoteca acolhe crianças que dormem e choram;

um parque infantil alberga “[...] um conjunto de ouriços antitanque/ e de bebidas mortíferas” (Khersonsky et al., 2022: 13). Porventura, mais do que nunca, “Poesia é a ocupação da palavra pela Imagem” (Barros, 2016: 245; maiúscula do autor).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da reflexão realizada, foi possível tomar em mãos poemas de guerra, matéria-prima invulgarmente rica, por implicar um convite reiterado ao exercício de fruição da palavra. O *corpus* selecionado revelou-se válido para levar a cabo o estudo de cariz exploratório proposto, possibilitando lançar luz sobre modos de reconfiguração do espaço que, no seu todo, constituem o que se denominou de “topografias da sobrevivência”. Destacou-se, em tal âmbito, o caráter indissociável do peritexto da matéria poética que envolve – e na qual conflui – possibilitando conferir-lhe um fôlego porventura inusitado e acrescentando vigor ao mapeamento dos espaços realizado.

A caracterização da transitoriedade dos espaços vivenciados e as vias de transgressão e de porosidade que entreabriram as palavras ditas e tocadas favoreceram que emergissem espaços de opressão e de liberdade que, analisados à luz da perspectiva experiencial do espaço e do lugar, se desvelaram em facetas diversas de escuta da resistência, proclamando-a.

A hibridez espacial concorreu para a identificação de exiguidades que podem ser esteio de reflexão sobre modos atuais de habitar o espaço e o mapear. Em época de interrogações permanentes sobre temporalidades que se liquefazem no quotidiano, o enfoque em erosões advindas da representação de espaços de excisão e de subversão pode potenciar que se repensem exercícios de cidadania resultantes de abordagens críticas que tenham o espaço no seu âmago, contribuindo para a educação para a paz.

No seu todo, os poemas de guerra que constituíram o fulcro desta abordagem buscam, talvez, leitores que, possuindo a avidéz da aprendizagem do assombro, tenham a bondade de aí permanecer, mapeando modos de ser e de estar que contemplem a novidade do recomeço enquanto móbil de luminosidades.

BIBLIOGRAFIA

- Amaral, Ana Luísa (2011). *Vozes*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Andrade, Carlos Drummond de (2023). *Contos plausíveis*. Lisboa: Tinta-da-china.
- Barros, Manoel de (2016). *Poesia completa*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Beck, Christian (Ed.) (2021). *Mobility, spatiality, and resistance in literary and poetical discourse*. New- York: Palgrave Macmillan.
- Björkdahl, Annika & Buckley-Zistel, Susanne (2016). Spatializing peace and conflict. An introduction. In A. Björkdahl; S. Buckley-Zistel (Eds.), *Spatializing Peace and Conflict: Mapping the Production of Places, Sites and Scales of Violence* (1-22). London: Palgrave Macmillan.
- Bollnow, Otto Friedrich (2019 [2000]). *O homem e o espaço*. Aloísio Leoni (Trad.). Curitiba: UFPR.
- Calvino, Italo (2006 [1990]). *Seis propostas para o próximo milénio* (5.ª ed.). José Colaço Barreiros (Trad.). Lisboa: Editorial Teorema.
- Chevalier, Jean & Gheerbrant, Alain (2019 [1982]). *Dicionário dos símbolos* (3.ª ed.). Cristina Rodriguez e Artur Guerra (Trad.). Lisboa: Editorial Teorema.
- Estrela, Joana (2022). *Miau!*. Carcavelos: Planeta Tangerina.
- Fang, Ying & Tally, Robert T. (2022). *Spatial literary studies in China*. New-York: Palgrave Macmillan.
- Genette, Gérard (1982). *Seuils*. Paris: Seuil.
- (1987). *Palimpsestes. La littérature au second degré*. Paris: Seuil.
- Khersonsky, Boris; Kruk, Halyna; Kalytko, Kateryna; Mikhailsyna, Kateryna; Kadanov, Oleg; Irvanets, Oleksandr; Bragina, Olga; Korobchuck, Pavlo; Povalyaeva, Svitlana; Makhno, Vasyl (2022). *Quando a primavera chegar – 10 poemas de guerra*. Lisboa: Casa Fernando Pessoa/EGEAC.
- Letria, José Jorge (2018). *A guerra*. Ilustração: André Letria. Lisboa: Pato Lógico.
- Lisboa, Eugénio (2022). *Poemas em tempo de guerra suja*. Lisboa: Guerra & Paz.
- Lispector, Clarice (2012). *Um sopro de vida (Pulsões)*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Magrane, Eric; Russo, Linda; Leeuw, Sara de; Perez, Craig Santos (Eds.) (2020). *Geopoetics in practice*. London: Routledge.
- Manguel, Alberto (2022). *Guia de um perplexo em Portugal*. Madalena Alfaia e Rita Almeida Simões (Trad.) Lisboa: Tinta-da-china.
- Onfray, Michel (2019 [2007]). *Teoria da viagem. Uma poética da geografia*. Sandra Silva (Trad.). Lisboa: Quetzal Editores.
- Pantaleo, Sílvia (2022). An investigation of the functionality of peritextual elements in graphic novels. *Children's Literature in Education*, 53, 507-525.

- Pascoal, Sara Cerqueira (2015). Cartografar a literatura. Contributos da abordagem geocrítica para a perenidade da literatura de viagens. In J. C. Carvalho (Coord.), *A peregrinação de Fernão Mendes Pinto e a perenidade da literatura de viagens* (359-386). Faro: Universidade do Algarve/Lisboa: CLEPUL.
- Pastoreau, Michel (2000). *Bleu. Histoire d'une couleur*. Paris: Seuil.
- Pessoa, Ana (2019). *Aqui é um bom lugar*. Ilustração: Joana Estrela. Carcavelos: Planeta Tangerina.
- Pina, Manuel António (2012). *Todas as palavras*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Pinheiro, André (2019). Estruturação do espaço na literatura infantil de Mia Couto. *Línguas & Letras*, 20, 47, 154-167.
- Pinho, Sara; Amante, Susana; Balula, João Paulo (2015). Topoanálise e celebração da diferença em O gato e o escuro em O beijo da palavrinha de Mia Couto. In A. M. C. Lopes, F. A. Lopes; O. Borges Filho (Orgs.), *Espaço e literatura. Perspetivas* (185-203). S. Paulo: Ribeirão Gráfica e Editora.
- Riso, Clara (2022). Poesia de guerra. In Casa Fernando Pessoa/EGEAC (Org.), *Quando a primavera chegar – 10 poemas de guerra* (6). Lisboa: Casa Fernando Pessoa/EGEAC.
- Rodrigues, Carina (2015). O peritexto no álbum de Manuela Bacelar. *Elos. Revista de Literatura Infantil e Juvenil*, 2, 131-153.
- Tally, Robert T. (2011). *Geocritical explorations. Space, place, and mapping in literary and cultural studies*. New-York: Palgrave: Macmillan.
- (2012). *Spatiality*. London: Routledge.
- (2018a). Mapeando a literatura. *TOPUS*, 4, 1, 2-15.
- (2018b) *Topophobia: place, narrative, and the spatial imagination*. Bloomington: Indiana University Press.
- Tuan, Yi-Fu (1990 [1974]). *Topophilia. A study in environmental perceptions, attitudes, and values*. New-York: Columbia University Press.
- (1983 [1977]). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Livia de Oliveira (Trad.). São Paulo: DIFEL.
- White, Kenneth (1994). *Le plateau de l'albatros. Introduction à la géopoétique*. Paris: Grasset.
- (2006). *On the atlantic edge: return to the territory*. Dingwall: Sandstone Press.
- (2023). *Le mouvement géopoétique*. Paris: Poesis.
- Witte, Shelby; Latham, Don & Groos, Melissa (Eds.) (2019). *Literary engagement through peritextual analysis*. Chicago: ALA.

PARA ALÉM DO VIDRO:
DIÁLOGOS COM *JANELA*
INDISCRETA: CRÔNICAS DA
EMERGÊNCIA, DE ISABEL
CRISTINA MATEUS

Beyond the glass: dialogues with
Rear window: emergency chronicles,
by Isabel Cristina Mateus

MARTA MARQUES¹

marquesmarta@ua.pt

Universidade de Aveiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9453-1600>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_11

Texto recebido em / Text submitted on: 29/05/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 04/09/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 237-251

¹ Doutoranda em Estudos Literários, na Universidade de Aveiro, com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref. 2020. 08745. BD). Membro em formação do Centro de Línguas e Culturas, pertencente ao Departamento de Línguas e Culturas da mesma instituição.

RESUMO

Aquele mês de março de 2020 veio trazer ao mundo uma nova realidade que, depois de três anos volvidos, não voltaria a ser a mesma: instituiu-se o teletrabalho, começou a valorizar-se mais a casa enquanto lar, mas também enquanto espaço de recolhimento do “eu”. Aquele 2020 pandémico veio assinalar um marco na literatura portuguesa, sobretudo num género que se permitiu ser escrito em simultâneo com os acontecimentos, testemunhando a guerra sanitária lá fora e os conflitos internos vividos pelo cronista que, olhando para si, usou a janela do olhar também para os outros. O presente artigo visa propor uma reflexão sobre o modo como a crónica literária e, em particular, a antologia de Isabel Cristina Mateus veio documentar um tempo detergente, com tanto de medo como de possibilidades de descoberta interior/exterior.

Palavras-chave: Crónica; testemunho; pandemia; conflito; Isabel Cristina Mateus.

ABSTRACT

That March of 2020 brought a new reality to the world that, after three years, would never be the same: telecommuting was instituted, the house began to be valued more as both a home and a space for introspection. That pandemic year of 2020 marked a milestone in Portuguese literature, especially in a genre that allowed itself to be written simultaneously with the events, bearing witness to the sanitary war outside and the internal conflicts experienced by the chronicler who, looking at himself, also used the window of perception to observe others. This article aims to propose a reflection on how literary chronicles, particularly Isabel Cristina Mateus' anthology, documented a cleansing time, with as much fear as inner/outer discovery.

Keywords: Chronicle; testimony; pandemic; conflict; Isabel Cristina Mateus.

CRÓNICA – FALAR A VERDADE A MENTIR²

Vinda do folhetim, a crónica inscreve-se como um texto breve, de tema diverso e escrita em jeito de conversa com o leitor, sendo o narrador uma personagem inventada pelo cronista: um *alter ego* seu ou um outro, completamente alheio a si. Este é talvez o primeiro aspeto polémico da crónica: quanto de autobiográfico existe nela? Quanto se distanciam o autor e o narrador? A melhor resposta parece ser a do cronista brasileiro Antônio Prata³:

Veja bem: apesar de este texto figurar no alto de uma página de jornal, veículo cujo propósito é publicar notícias, este texto não é uma notícia. Este texto é uma crónica. A diferença, grosso modo, é que as notícias só às vezes são ficção, enquanto as crónicas sempre são. [...] Se eu digo que comprei uma bicicleta ou que pulei de paraquedas, pode ter a certeza que é [mentira]. Afinal, mesmo que eu tenha de facto comprado uma bicicleta ou pulado de paraquedas, ao escrever a crónica vou mudar a cor do banco, aumentar a queda-livre, vou sair empinando pela Marginal, talvez bata papo com um urubu.

(Prata, 2015)

Tendo como objetivo explicar que, para a crónica, a verdade dos acontecimentos não é uma premissa para a sua aceitabilidade no jornal, a crónica assume-se como o único texto do jornal ou revista, pensando no século XXI,

² Este subtítulo teve como inspiração o posicionamento assumido por Lúcia Jorge, quanto à possibilidade de evocar a mentira no registo literário: “Deixem, pelo menos de vez em quando, que a palavra mentira permaneça no seu grau simbólico de alteração gratuita da realidade. É dessa mentira que eu gosto, é dessa que é feita a Literatura e a Arte. Há muito que a humanidade se teria enforcado nas abas de uma figueira, se a vida não fosse temperada por um frívolo espaço de irreabilidade. Viva, pois, a mentira como fantasia inocente! A mentira é a primeira condição da Arte.” (Jorge, 2020: 132).

³ A evocação de cronistas brasileiros num trabalho sobre crónica portuguesa afigura-se pertinente na legitimação e explicação da crónica enquanto género literário, na medida em que a prática da crónica no Brasil, com os contornos atuais (subjatividade, ficcionalidade, carácter reflexivo, tom leve ou humorístico), apresenta uma maior tradição, sobretudo no domínio da metacrónica – texto de tom ensaístico, que visa tecer ponderações de âmbito teórico sobre a crónica enquanto género literário.

em que se pode fingir ou ficcionalizar. Não mentindo, o cronista tem liberdade para adicionar peripécias ou acrescentar cor às personagens que escolheu para figurarem no seu espaço e no seu tempo. Tudo isto porque, precisamente, a crónica não é uma notícia e, sendo um texto de autor, habitualmente escritor de ficção, ela também não tem a responsabilidade da notícia, nem chega a ter o objetivo do texto de opinião: não há ninguém para informar, ninguém para convencer. A crónica serve primeiro o propósito de deleitar⁴ e, depois, talvez sem querer (ou num querer disfarçado de indiferença), serve o propósito de questionar ou fazer o leitor refletir sobre aspetos da massa humana, como propôs Jorge de Sá (1985), naquela que terá sido a mais significativa publicação sobre crónica até aos dias de hoje, intitulada “A crónica”. Embora tenham já surgido outras publicações cujo propósito correspondeu a uma tentativa de teorização deste género, nomeadamente em Portugal, o facto é que, na minha perspetiva, pouco se adiantou relativamente àquilo que Sá tinha proposto como aspetos transversais à prática da crónica na contemporaneidade. A crítica tem-se acomodado um pouco a constatações de âmbito generalista, escondendo-se por detrás de autores que deram os primeiros passos na reflexão do género, como, precisamente, Jorge de Sá e John Gledson (2006), no Brasil, ou, no panorama português, Maria Helena Santana (1995, 2003). Mais do que traçar uma cartografia teórica do género, tem-se privilegiado uma antologia deste último, que, muitas vezes, e por si só, não basta para definir e situar o estado da crónica.

Pela sua fluidez e diversidade temática, a crónica tem sido frequentemente colocada pelos próprios cronistas à margem do espaço literário em Portugal. A título de exemplo, Manuel António Pina, importante cultor da crónica em Portugal, nunca se considerou cronista. Para ele, a crónica

⁴ Cândido Oliveira Martins, num seu artigo sobre olhares e discursos plurais da crónica em tempos de pandemia, falava, justamente, da vertente de deleite presente na crónica contemporânea: “Contrariando a voracidade de Cronos e transcendendo o tempo através da espessura contagiante das suas reflexões, beleza e poeticidade, crónicas como estas [as de Isabel Cristina Mateus] estão animadas por um manifesto sopro literário que as fará perdurar para depois desta circunstância. Mais do que o pretexto dos assuntos imediatos, referenciais e tempestivos, é a linguagem da crónica e a rica tessitura das modalidades da sua enunciação verbal que a tornam intempestiva, memorável e um discurso de pleno sentido.” (Martins, 2021: 121).

era como uma servidão diária que afirmava com humor só aceitar para alimentar a legião de gatos que tinha em casa e que só serviriam, como tudo o que é jornal e como diziam os velhos tipógrafos do *JN*, num dito que ele tantas vezes citava, para embrulhar peixe no dia seguinte.
(citado em Sousa Dias, 2014: 8)

Autor muito eclético na prática de vários géneros literários para diferentes públicos, desde o teatro à poesia, sempre em conjugação com a prática jornalística, parece um pouco injusto que a sua crónica, também ela eclética, profunda e metamórfica (na forma e no estilo), e apenas pela sua medida breve, não lhe mereça a atenção dos outros géneros⁵. É por isto que me parece de escassa utilidade a definição da crónica como literária ou jornalística e, posteriormente, o seu enquadramento em categorias. Cabem nela tantos temas, tantas formas de expressão e tantas vozes, que o melhor mesmo será dar ouvidos (ou bons olhos) àquilo que Luís Fernando Veríssimo escreveu sobre a crónica e sobre as (des)vantagens da sua permanente catalogação:

A discussão sobre o que é, exatamente, crónica é quase tão antiga quanto aquela sobre a genealogia da galinha. Se um texto é uma crónica, conto

⁵ Incorrendo num paradoxo, o mesmo autor disse ainda, em entrevista para a revista *Visão*, que a poesia, quando comparada à crónica “É trabalho, claro, mas não é penoso. Para isso já me bastam as crónicas, e o jornalismo...” (Pina *apud* Almeida, 2009). Com esta afirmação, talvez o autor quisesse demonstrar que a dificuldade da crónica reside na sua versatilidade, no seu largo espectro, o que a torna difícil de disciplinar, na hora da redação: no meio de tantas ideias, tantas possibilidades, o cronista, por vezes, sente-se perdido, afinal, a escolha é infinita. A este respeito, Drummond de Andrade escreveu: “Chega um dia de falta de assunto. Ou, mais propriamente, de falta de apetite para os milhares de assuntos. // Escrever é triste. Impede a conjugação de tantos outros verbos. Os dedos sobre o teclado, as letras se reunindo com maior ou menor velocidade, mas com igual indiferença pelo que vão dizendo, enquanto lá fora a vida estoura não só em bombas como também em dádivas de toda a natureza, inclusive a simples claridade da hora vedada a você, que está de olho na maquininha. O mundo deixa de ser realidade quente para se reduzir a marginalia, purê de palavras, reflexos no espelho (infel) do dicionário. // [...] Você esperando que os outros vivam, para depois comentá-las com as maior cara-de-pau [...]” (Andrade *apud* Massi, 2021: 197-198).

ou outra coisa interessa aos estudiosos da literatura [...]. Você, que é um consumidor do ovo e do texto, só tem que saboreá-lo e decidir se é bom ou ruim, não se é crónica ou não é. Os textos estão na mesa: fritos, estrelados, quentes, mexidos... Vocês só precisam de um bom apetite.
(Veríssimo, 1999: 4)

Partindo do pressuposto de que todas as crónicas que integram o corpus analítico deste artigo se inserem no domínio literário, atendendo à relevância que nele assume o investimento ficcional de situações e personagens e o cuidado trabalho da palavra, *Janela indiscreta*, de Isabel Cristina Mateus, acaba, na verdade, por impor uma relativização do ímpeto categorizador que, regra geral, persegue o crítico literário, até porque o próprio texto viabiliza outras possibilidades de exploração.

JANELA INDISCRETA OU O DESCONFINAMENTO DO OLHAR

Levando em consideração que estas crónicas retratam tão bem um tempo em que todos nos vimos fechados em casa, por conta de uma pandemia ainda pouco estudada, espécie de Adamastor que nos vedou o mundo e nos trouxe, quiçá, e pela primeira vez no mundo contemporâneo, a ideia de que o homem é mesmo “um bicho da terra tão pequeno”, como escreveu Camões (2015 [1572]: 92), o livro de Isabel Cristina Mateus compila pequenos fragmentos de uma narradora que, ao longo de quarenta e três dias de Estado de Emergência em Portugal, se colocou à janela, observando os outros e observando-se a si também, quer no reflexo do vidro, quer no reflexo da alma. As crónicas da autora, primeiro publicadas na plataforma *Facebook* e, depois, por desafio de amigos e colegas, passando para o formato do livro, correspondem, de facto, ao todo que o livro pede: elas podem funcionar como uma espécie de diário íntimo de um “tempo detergente” (Mateus, 2020: 221) que, talvez num próximo século, seja bibliografia relevante para o estudo e compreensão sociológica daquilo que foi este tempo pandémico. O livro de Isabel Cristina desafia os limites temporais da crónica e prova que é possível deixá-la, não só fixar um

tempo⁶, mas também fixar-se no próprio tempo, como seu testemunho histórico, pessoal, mas relacionável com qualquer um de nós. É também esta a característica do bom cronista: a capacidade de falar de si, do trivial e mundano, mas com a sensibilidade de tocar em relações de semelhança com o leitor, pela capacidade que o texto tem de espessar paisagens interiores. A atenção ao outro é sem dúvida outro dos traços do bom cronista: tal como no humor, o segredo da boa crónica consiste em olhar para o trivial, quer na linguagem, no objeto, na história ou na personagem e desfocá-lo, ressignificando as imagens obtidas.

Depois de uma introdução de carácter mais genológico do que propriamente a respeito do livro que me proponho analisar, gostaria de me deter em alguns aspetos em particular, que me chamaram à atenção durante as leituras do livro – porque o livro de Isabel Cristina Mateus convida a mais do que uma.

O primeiro aspeto é, sem dúvida, o título. Recuperando, talvez, o filme e o mote proposto por Hitchcock (1954)⁷, o espaço físico onde se encontra a cronista também é maioritariamente a janela do seu apartamento, espaço fechado, confinado, discreto, que lhe permite, antiteticamente, observar os outros de forma indiscreta. Tendo a capacidade de comunicar com o exterior, a janela da cronista permite-nos, ainda que sob a moldura desse espaço físico e assumindo as diferentes perspetivas do olhar da observadora, reconstituir um espaço social e psicológico num tempo bizarro. Ao nível social, percebemos que a autora se situa num bairro de classe média, constituído por um conjunto de prédios com uma ou mais varandas à sua volta, que permitem

⁶ “Decidi escrever no interior de um tempo confinado. Não “depois de” um estado de emergência, mas durante a travessia. No coração dos dias e no durante ocasional das palavras. No breve sopro de uma crónica.” (Mateus, 2020: 24).

⁷ “Janela Indiscreta”, de Hitchcock coloca o protagonista “preso” à janela da sua casa, após fraturar uma perna, para conseguir uma fotografia no melhor ângulo possível. Restringido a esse espaço, o protagonista começa a observar o quotidiano dos seus vizinhos, até que, dentro da banalidade do suceder dos dias, o comportamento de um dos vizinhos o chama particularmente à atenção: o suspeito desaparecimento da esposa deste fá-lo querer investigar mais sobre um possível crime, com a ajuda do seu cônjuge.

que os vizinhos comuniquem entre si, através do exterior. A própria autora, a propósito do espaço da varanda, torre de vigia de um conflito onde a guerra é metáfora premente, diz:

Por estes dias de emergência, as varandas são lugares nómadas, tão instáveis como o vírus, mutáveis espaços de invenção. São varandas resistentes ao acromatismo dos dias, cantoras na noite de Itália, palco de múltiplos eventos, concertos, *performance*, teatro. [...] // São escritórios, ginásios, recreios, ateliers de *bricolage*, cozinhas improvisadas, bares, um *open space* de fuga à prisão em que se tornou a casa. Elos que nos religam ao próximo, ao vizinho da rua ou do outro lado do mundo. As varandas conseguem abolir fronteiras, quebrar os muros do isolamento e da privacidade que erguemos contra o real. Nestes dias confinados, até as janelas mudaram. As nossas janelas do sul deixaram de ter cortinas e aprendem a abrir-se ao exterior, a viver no espaço público, a amar a luz como as janelas do norte. (Mateus, 2020: 165-166)

É neste espaço confinado da janela e da varanda, mas com ligação ao lado de fora, que Isabel Cristina Mateus tenta emular algumas das personagens do filme de Hitchcock. Na crónica intitulada “Janela indiscreta”, recordamos alguns dos vizinhos do protagonista do filme⁸:

Nestes dias de forçado confinamento, faço da janela o meu posto de observação. A minha torre de vigia. A minha câmara. Não sou fotógrafa, não tenho olho verde nem binóculos e, felizmente, não tenho uma perna partida. Mas nem por isso deixo de estar em isolamento nem deixa de ser indiscreta a minha lente. // No prédio cinza, alinhado em ângulo recto com a minha varanda, o homem dos bíceps espanca o tapete com

⁸ Colocando-se no papel de James Stewart, à janela, a cronista vai fazendo a reconfiguração de algumas personagens do filme: a musa do fitness, o casal que, em breve, fará cama na varanda, a senhora que trata o cão como filho, a comparação com o crime que a janela permitirá ao protagonista do filme presenciar.

inusitada violência. Bate-lhe com um pau ou bastão, não consigo perceber a esta distância. O som de cada pancada é brutal, repercute-se na vizinhança, ecoa pela rua esvaziada de ruído como um grito, um pedido de socorro. Duvido que o tapete resista ao tratamento: não há fibra, mesmo sintética, que aguentar. Talvez o *action man* queira matar o vírus por espancamento, defenestrá-lo, vingar-se da prisão domiciliária. [...] À minha janela indiscreta só falta o crime que há-de fazer de mim um James Stewart no feminino. // [...] // A boazona do quinto esquerdo cultiva o *body*, apesar do fecho dos ginásios e da ecovia. Vestida a rigor para o *fitness*, vibrante de cor, toda esculpida e bronzeada, não há vírus que a detenha. Vê-la sair assim, tão formosa e bem segura, faz-me invejar quem não está em teletrabalho.

(Mateus, 2020: 50-52)

Na crónica seguinte, intitulada “A Coronela”, voltamos a encontrar novas personagens que parecem recuperadas do filme de Hitchcock, como o casal que quase vive na varanda, que passo a citar:

No terraço em frente da minha varanda, a mulher do roupão cor-de-rosa continua a transferir a casa para o exterior. Talvez isso lhe dê a ilusão de não estar confinada. O terraço comporta agora, para além da casota do cão e dos cinquenta vasos de rosas, uma mesa de jantar, dois toldos, um estendal, um grelhador, um pequeno sofá e uma cadeira de baloiço. [...] Não tarda, com o avanço da primavera, a cama virá ocupar o seu lugar e as noites da rua ficarão mais quentes. Quem sabe não esconjuram o vírus.

(Mateus, 2020: 56)

O livro de Isabel Cristina Mateus, para além de procurar recuperar, pela paródia, algumas personagens, vizinhas de James Stewart, e suas também, apresenta-nos outras, igualmente originais, quase sempre sob uma matriz cómica, o que lhes justifica a homenagem, em forma de título de crónica. Referirei algumas, como “a mulher dos cabelos de nuvem”, mulher impecavelmente ordenada, que contrasta com a desordem que vai no mundo:

Tudo nela obedece a um princípio interior de ordem, a um esforço de conjugação de estilos, de texturas e de cores (invariavelmente declinadas em tons pastel) que, mais do que o desejo de atrair o olhar alheio, traduz a angústia metafísica e a insegurança que a habitam. Domina-a um ir-reprimível desejo de impor ordem nas coisas por não suportar a ideia de viver num mundo dominado pelos caos ou pelo grotesco.

(Mateus, 2021: 96)

Os cómicos treinadores de bancada, tristes nas suas casas, com os cafés fechados ou o “guardador de promoções” que, dentro da sua comicidade, origina trocadilhos e vale uma pesada consideração da autora:

Olho-o e não posso deixar de pensar nesta estranha forma de desamparo provocado por um vírus que condena o guardador de promoções à condição de desempregado dos dias. E, sem querer, vêm-me ao fio do pensamento, num *pack* grátis de imagens, os milhares, talvez milhões de desempregados por esse mundo fora, vítimas da pandemia global que agora ganharam rosto. Gente que não sabe se terá jantar para dar aos filhos até ao final do mês. [...] Gente a quem falta tudo, casa e comida, com ou sem promoções.

(Mateus, 2020: 129)

A vizinha que pedala, leve, como se a bicicleta a fizesse sair da varanda e passear, livre e com um cesto transportando um livro e “um ramo de flores campestres acabadas de colher, a combinar com as flores do vestido” (Mateus, 2020: 150).

As personagens das crónicas de Isabel Cristina são inúmeras, homenageando aqueles que foram fazendo parte de um quotidiano livre e, depois, de uma emergência confinada, em que muitas delas, personagens ficcionais, ou caricaturas com resquícios do real, foram ganhando protagonismo e foram sendo o mote para a exposição de alguns dos problemas sociais que uma pandemia inesperada veio acentuar: a solidão, a fome, o desemprego, o medo, o desamparo dos mais velhos, a violência doméstica, as

desigualdades sociais e as vivências diferentes de um confinamento passado numa casa sem pão ou num palacete na Toscânia⁹.

É também graças às personagens de *Janela Indiscreta – Crónicas da emergência* que o livro ganha um certo carácter filosófico, transportando para a crónica os livros e os autores que revolucionaram o pensamento moderno. É neste espaço comum que, por exemplo, Isabel Cristina Mateus e Lídia Jorge novamente se encontram, talvez por terem gostos literários semelhantes. Ambas as autoras tecem considerações sobre *A sociedade do cansaço*, mostrando leituras refinadas sobre as ideias desenvolvidas por Byung Chul-Han, a propósito do cansaço que esta pandemia veio apurar. Valerá a pena, portanto, uma citação desse encontro:

Cada um de nós transformou-se num pára-raios onde desferem a cada instante solicitações que nos surgem como ameaças de usurpação do nosso tempo restrito e do nosso pequeno espólio. [...] // Existe uma espécie de mão estendida atrás de nós, permanentemente, querendo usar-nos, abusar-nos, levar-nos o que temos, usurpar sem esforço o que ganhamos com esforço. Não admira que no meio de tudo isto, a gentilha e o respeito pelas pessoas se tenha alterado.
(Jorge, 2020: 141)

⁹ Também Ricardo Araújo Pereira, ainda que não de forma exclusiva, foi tratando estas preocupações, nas suas crónicas, que depois compilou no livro *Ideias concretas sobre vagas* (2022). A título de exemplo, em “Efeitos secundários da covid”, Ricardo Araújo Pereira, recorrendo à ironia que lhe é característica, alerta para as desigualdade provocadas pela pandemia, diferentemente sentidas em cada família: “Mas as pessoas que não são afectadas pelo brutal aumento do desemprego, pelas falências em massa e pela recessão económica agradecem muito à covid estes tempos de reclusão, que têm sido tão bons para intensificar o contacto com a família, editar sobre o sentido da vida e alinhar os chacras”. “Fez-nos dar valor ao que é mais importante, dizem elas, confortavelmente instaladas nos seus sofás, iniciando o visionamento de uma série da Netflix juntamente com os seus entes queridos. Só é pena que nem toda a gente veja a pandemia com olhos doces. Pessoas menos sensíveis ao que é mais importante na vida, e que dão bastante importância precisamente àquelas questões menos importantes e até mesquinhas, como ter dinheiro para pagar a renda e a conta da mercearia, não têm desfrutado tanto dos ensinamentos da covid.” (Araújo Pereira, 2022: 30).

Tendo por título “A fragrância das coisas”, a crónica de Lúcia Jorge vai ao encontro das reflexões de Isabel Cristina Mateus, na medida em que ambas procuram, com as suas crónicas, ajudar os leitores a captar novamente aquilo que há muito se perdeu: a arte da fruição, da contemplação de que fala o autor de *A sociedade do cansaço*. É aqui que a crónica revela também o seu hibridismo, na medida em que toca na vertente ensaística: partilhando com o leitor a sua biblioteca pessoal e as suas leituras sobre um dado tema, o cronista discorre sobre uma tese e vai expondo a sua perspetiva sobre ela, partindo sempre do princípio de que o leitor não conflituaria com o seu ponto de vista e que o acompanha ao longo do seu raciocínio. Encontrando-se com Lúcia Jorge, Isabel Cristina diz, a respeito do caminho que a sociedade traça:

A sociedade do cansaço em que vivemos e a pandemia tornou ainda mais evidente. A sociedade de uma violência neuronal, de um “excesso” que, como observou Byung Chul Han, nos deixa à beira do funcionamento imunológico. Por muito que estes dias anómalos tenham ressuscitado o princípio viral, lembrando-nos que o objeto da defesa imunológica é sempre a eliminação daquilo que nos é estranho ou desconhecido, bactéria ou vírus, a violência neuronal exercida sobre cada um de nós continua a ameaçar-nos, a desintegrar-nos por dentro. A corroer a nossa identidade. (Mateus, 2020: 174)

De forma despretensiosa, as crónicas possuem a capacidade de traçar um mapa do estado das coisas, assumindo, assim, uma vertente pedagógica, que vai além do deleite. Focando-se no que está à vista e naquilo que a sua lente capaz de ver por dentro consegue fazer, qual Blimunda, o cronista é o atual responsável por nos trazer uma nova perspetiva do espaço, do tempo e, em suma, da sociedade. A forma breve da crónica pode ser uma aliada num tempo em que a leitura não está propriamente na moda: de carácter leve, tom jovial, – recuperando as tão repetidamente citadas palavras de Eça de Queirós – o texto da crónica traz pequenos apontamentos que convidam o leitor a desenvolver a sua curiosidade. É também este o papel dos livros que se têm publicado, quer na forma de crónica contínua (como o livro de Isabel

Cristina Mateus, integralmente focado na vivência em pandemia) ou sob a forma de antologia de um só autor (como António Lobo Antunes ou Manuel António Pina) ou compilando ainda vários nomes, como são exemplo as publicações encabeçadas por Fernando Venâncio (2004) ou, mais recentemente, por Carina Infante do Carmo (2018), no panorama português.

Ainda a propósito dos traços híbridos da crónica, não poderíamos deixar escapar algumas características interessantes no livro de Isabel Cristina Mateus: em primeiro lugar, a autora parece ter claro para si que a crónica não cabe em caixas estanques e, por isso mesmo, o seu livro não procura obedecer a um padrão uniforme, ainda que essa uniformidade se alcance através do sentido. O mesmo não acontece com a forma: tendo sempre como centro o período de confinamento em que nos encontrámos entre março e abril de 2020, a autora parece “dançar sobre o caos dos dias” (Mateus, 2020: 141), dançando também sobre a forma do texto. “Janela indiscreta” é uma espécie de diário de um confinamento, porque obedece, mas não de forma integral, às características do género: a escrita quase diária ao longo de quarenta e três dias, o tom confessional e a expressão do “eu”. Não existe, no entanto, um interlocutor fictício, abstrato a quem a autora se dirija. Cabem, neste “diário”, a ficção e a inverosimilhança: a título de exemplo, na crónica “Mulher ao espelho”, Isabel Cristina Mateus coloca-se no papel da personagem, em conversa com o próprio espelho, pouco simpático, por sinal. O espelho dá-lhe conta do cansaço acumulado, das rugas que se acentuaram, enfim, do quanto a mulher ainda é muito pressionada para não envelhecer. O conflito termina com a narradora a ignorar o espelho de olhar ríspido, como que libertando-se do seu próprio escrutínio de si e tentando aceitar-se, mesmo sabendo que o tempo lhe terá deixado marcas físicas da sua passagem.

Neste desafio às potencialidades híbridas da crónica, Isabel Cristina Mateus arrisca ainda o formato da poesia, escrevendo prosa em verso. Este é, talvez, o aspeto mais interessante das formas exploradas pela autora, obrigando quem se debruça sobre o texto a investigar sobre o conceito de poesia e a compreender o que cabe no seu formato. Consequentemente, a autora mostra também, ainda que numa tese sem fundamento de palavras (apenas de forma) que na crónica cabem outras formas, tal como no conto.

Exemplos destes textos serão “Animais feridos” e “Páscoa rima com pássaros”. Importará ainda salientar que todos estes versos seguem uma linha de continuidade com as crónicas anteriores, esbatendo a nível semântico eventuais incompatibilidades de composição.

FECHANDO A JANELA PARA ABRIR A PORTA – CONCLUSÕES

Em síntese, este artigo procurou mostrar que o livro de Isabel Cristina Mateus oferece ricos contributos para a compreensão e exploração da crónica enquanto género literário: procurei demonstrar de que forma desafia o espaço e o tempo; como explora as personagens; como desenvolve paralelismos com outras realidades e artes, como o cinema e outras obras literárias. Procurei mostrar que a crónica aceita desvios, ou que eles fazem parte do género, sendo, por isso, percursos, pendendo para o ensaio, o diário ou o poema. Pela relação de continuidade que os vários textos estabelecem entre si, fica visível também um novo conceito de crónica, que não se viu no século XX e que só agora se começa a praticar: a crónica cabe no livro e não precisa de pertencer a uma sequência subjetivamente ordenada de textos avulsos, resultantes de publicação prévia no formato da imprensa.

Pela exploração da palavra, pela forma excecional com que explora as categorias narrativas que referi, de forma despretensiosa, creio que acabei também por demonstrar que as crónicas de Isabel Cristina Mateus podem e ganham em ser analisadas como textos literários, que em nada se diminuem quando comparados ao conto ou a outros textos de forma breve.

Por último, mas não menos importante, o subtítulo “Crónicas da emergência” torna claro que, além de modelo para o género da crónica, este livro assume ainda um importante carácter documental de um tempo estranho, dominado por um vírus vindo de parte alegadamente certa (Wuhan), mas que rapidamente espalhou a incerteza e veio gerar um conflito à escala mundial, não apenas de ordem sanitária, mas também de ordem pessoal, unindo todos pelos mesmos medos e pela mesma incapacidade de defesa de um vírus que se fixou tanto em classes desfavorecidas, como nas elites sociais. Note-se ainda, finalmente, que muitos foram os cronistas que foram dedicando a sua

coluna semanal ao tema da pandemia, ainda que não tenham compilado os seus textos num livro dedicado em exclusivo ao tema, como sucedeu com Isabel Cristina Mateus, no referido livro, ou com Ricardo Araújo Pereira em *Ideias concretas sobre vagas* (2022). Dulce Maria Cardoso, Capicua, Lúcia Jorge, Joana Marques e Patrícia Portela são alguns exemplos de cronistas que também se dedicaram ao tema e que também valem uma leitura atenta.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Pedro Dias de (2009). Entrevista a Manuel António Pina. In *Visão*. Retirado de <https://visao.sapo.pt/actualidade/cultura/2012-10-19-entrevista-a-manuel-antonio-pinaf692243/>
- Araújo Pereira, Ricardo (2022). *Ideias concretas sobre vagas*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Camões, Luís de (2015 [1572]). *Os Lusíadas*. In Emanuel Paulo Ramos (Ed.). Porto: Porto Editora.
- Gledson, John (2006). Apresentação. In John Gledson (Org.), *Conversa de burros, banhos de mar e outras crónicas exemplares* (11-35). Lisboa: Livros Cotovia.
- Jorge, Lúcia (2020). *Em todos os sentidos*. Lisboa: D. Quixote.
- Martins, José Cândido Oliveira (2021). Vidas suspensas em tempos de pandemia: olhares e discursos plurais da crónica. *Policronias – Revista de estudos do discurso, imagem e som*, 6, 2, 96-124.
- Massi, Augusto (2021). *Os sabiões da crónica*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Mateus, Isabel Cristina (2020). *Janela indiscreta - Crónicas da emergência*. Lisboa: Labirinto.
- Prata, Antonio (2015). Seminovos, único dono. *Folha de S. Paulo*, 31.05.2015.
- Sá, Jorge de (1985). *A crónica* (2ª ed.). São Paulo: Ática.
- Santana, Maria Helena e Elia, Sílvia (1995). Crónica. In *Biblos. Enciclopédia das Literaturas de Língua Portuguesa (1386-1390)*. Lisboa: Verbo.
- Santana, Maria Helena (2003). A crónica: a escrita volátil da modernidade. In Maria Saraiva de Jesus (Coord.), *Rumos da Narrativa breve* (9-19). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Sousa Dias, A. (2014). Manuel António Pina, cronista. In Manuel António Pina (Ed.), *Por outras palavras & mais crónicas de jornal* (7-10). Porto: Modo de ler.
- Veríssimo, Luís Fernando (1999). Crónica e ovo. In Luís Fernando Veríssimo, *O nariz e outras histórias* (4). São Paulo: Ática.

(Página deixada propositadamente em branco)

PREVENÇÃO E GESTÃO DE CONFLITOS
ATRAVÉS DE CORTESIA LINGUÍSTICA.
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS
DIGITAIS PARA APRENDENTES DO
PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NÃO
MATERNA

*Conflict prevention and management through
linguistic politeness. Developing digital resources for
Portuguese as non-native language learners*

CONCEIÇÃO CARAPINHA

mccarapinha@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra, CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras

CRISTINA MARTINS

crismar@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra, CELGA-ILTEC, Faculdade de Letras

TELMA DUARTE

telmaduarte@usal.es

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7860-6561>

<https://orcid.org/0000-0002-9335-6027>

<https://orcid.org/0000-0003-3099-4934>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_12

Texto recebido em / Text submitted on: 14/04/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 26/09/2023

RESUMO

Alguns atos expressivos, inerentemente articulados com rituais sociais específicos de cada comunidade, são instrumentos ao serviço da cortesia linguística, desempenhando um papel crucial na regulação das relações interpessoais e, portanto, na evitação de conflitos.

Neste estudo, apresentam-se os fundamentos subjacentes ao desenho de uma unidade didática de um curso de ensino a distância, centrado no desenvolvimento da competência sociopragmática em português europeu (PE) e destinado a migrantes e refugiados com um nível de proficiência intermédio. Nesta unidade, focada na cortesia linguística, aborda-se um conjunto de atos de fala de natureza expressiva com claras implicações na prevenção dos conflitos que podem surgir na interação entre falantes nativos e aprendentes tardios do PE.

Palavras-chave: conflito; princípio da cortesia; atos expressivos; português língua não materna; ensino a distância.

ABSTRACT

Inherently articulated with specific social rituals in each community, some expressive acts are instruments at the service of linguistic politeness, playing a crucial role in regulating interpersonal relationships and, therefore, in avoiding conflicts.

This study presents the rationale behind the design of a didactic unit of a distance learning course, focused on the development of sociopragmatic competence in European Portuguese (EP) and aimed at migrants and refugees with an intermediate proficiency level. This unit, focused on linguistic politeness, addresses a set of expressive speech acts with clear implications for the prevention of conflicts that may arise in the interaction between native speakers and late learners of EP.

Keywords: conflict; politeness principle; expressive acts; Portuguese as a non-native language; distance learning.

INTRODUÇÃO

O conflito não surge apenas entre povos, podendo ocorrer na esfera das relações individuais e nas mais banais interações sociais do dia a dia, já que, e antes de mais, a relação entre interlocutores se sujeita ao atrito decorrente das suas distintas mundividências e tábuas de valores. As interações verbais quotidianas potenciam, pois, o surgimento de “contrasting points of view regarding specific aspects of life” (Arcidiacono e Pontecorvo, 2009: 98) e isto porque, para além de conteúdos de natureza referencial, a linguagem promove também a troca de informações de natureza expressiva e social (Lyons, 1977; Eckert, 2008; Foolen, 2016).

Por outro lado, e mesmo verificando-se mundividências convergentes, a conflitualidade pode ainda emergir de diferentes entendimentos do contexto cultural que enquadra a troca verbal ou, num plano mais micro, de distintas perceções do lugar e do papel que a cada interlocutor cabem numa interação verbal particular. Não raro, estas duas fontes de problemas se interseitam, dando origem a mal-entendidos e, nos casos mais graves, a verdadeiros desentendimentos e a quebras comunicativas.

Ora, este problema pode ser exponenciado no caso da interação verbal entre falantes nativos e aprendentes tardios de uma determinada língua, contexto em que, a somar a todos estes fatores, avulta ainda o do diferente grau de proficiência dos distintos falantes e, logo assim, o do diferenciado domínio das convenções de codificação da cortesia linguística. Uma vez que cada interação verbal exige a adequada regulação das relações interpessoais (Spencer-Oatey, 2005), o que pode ser alcançado pela mobilização de recursos linguísticos específicos, é possível evitar conflitos e agressões verbais, fomentando relações sociais harmoniosas, pelo desenvolvimento, no falante não nativo, das competências sociopragmáticas implicadas nos rituais de cortesia linguística que caracterizam a comunidade-alvo. Não se estranhará, por isso, a importância atribuída às regras da cortesia nos documentos de referência para o ensino e a aprendizagem de línguas não maternas (cf. o *Referencial Camões PLE*, o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* e o seu *Companion Volume*).

Os recursos instrucionais digitais apresentados neste trabalho, desenvolvidos no âmbito do projeto europeu INCLUDEED (cf. secção 3.), centram-se

precisamente em aspetos sociopragmáticos, fulcrais na aprendizagem de uma língua não materna. Mais especificamente, focar-nos-emos na operacionalização, no português europeu (PE), do princípio da cortesia, que é essencial para um adequado uso da língua-alvo.

Na secção 2., abordar-se-ão o princípio da cortesia e o seu papel na realização de diferentes atos de fala, com destaque, aqui, para os atos ilocutórios expressivos (subsecção 2.1.), os mais representados na unidade didática que se descreverá na secção 4., depois de contextualizado, na secção 3., o trabalho de desenho instrucional em formato digital, no âmbito do projeto INCLUDEED.

1. PRINCÍPIO DA CORTESIA

Faz parte da competência comunicativa de um falante nativo saber que determinados contextos exigem um comportamento verbal mais deferente e cortês. Essas regras de etiqueta verbal têm vindo a receber a atenção dos académicos, como tópico de pesquisa preferencial na área dos estudos pragmáticos.

A proposta de concetualização da cortesia linguística apresentada por Brown e Levinson (1978; 1987) é tida como base teórica para a análise da cortesia em diferentes línguas¹. Apoiando-se no conceito de *face* de Goffman (1967), o modelo prevê a existência de uma face positiva e de uma face negativa que cada falante tenta preservar durante a comunicação. Por outras palavras, ao mesmo tempo que pretende obter a aprovação do outro (i.e., proteger a sua face positiva), o falante esforça-se por manter intacto o seu território (i.e., salvaguardar a sua face negativa), evitando a intrusão alheia. Em simultâneo, o falante deve proteger também as faces do outro, se quiser manter a harmonia na relação interpessoal e evitar atritos.

Pedidos, ordens, críticas, queixas, acusações, proibições e avisos são exemplos de atos de fala que agridem a face positiva ou negativa do outro

¹ O modelo de Brown e Levinson integra o primeiro momento (*first-wave*) de investigação sobre a cortesia, analisando o fenómeno num quadro universalista e procurando traçar “politeness universals” (Kádár, 2017). Continuando a ser objeto de pesquisa, a cortesia foi analisada, em momentos posteriores, a partir de outros enfoques e com outros objetivos.

– os chamados FTA (*face threatening acts*) e que devem, por essa razão, ser alvo de mitigação aquando da respetiva formulação linguística². Sempre que se torna necessário formular um destes atos de fala, o falante pondera qual a melhor estratégia a usar, tendo em conta a relação social que tem com o seu interlocutor, as diferenças de poder entre ambos e o grau de ameaça do próprio ato que vai ser formulado, na sua comunidade. Brown e Levinson (1978) apresentam, então, diferentes opções, que vão da formulação mais direta e, à partida, menos delicada, até à mais indireta e, aparentemente, mais cortês³, incluindo-se ainda, nesse conjunto de potenciais opções, a ausência de realização do ato de fala, se o risco de ameaça à face for muito elevado.

Esse modelo teórico, conhecido como *face-saving model*, tem-se apresentado como uma teoria universal da cortesia linguística, ou seja, como um princípio regulador da interação verbal (e social) humana válido para todas as comunidades (Mugford e Félix-Brasdefer, 2021). Porém, muitos investigadores vieram demonstrar a inadequação desta abordagem universalista, ou, antes, “anglo-centered”, nas palavras de Kecskes (2014), a um fenómeno que é culturalmente determinado e contextualmente negociado, uma vez que a cortesia (e a descortesia) é coconstruída localmente pelos interactantes e avaliada em função de um contexto também ele em permanente transformação. Neste sentido, as culturas orientais, nas quais o conceito de face está mais relacionado com a preservação dos valores partilhados pela comunidade e não tanto com a consecução dos desejos individuais, ou seja, com a preservação da face negativa (Song, 2012), vieram também demonstrar que o modelo de Brown e Levinson não é aplicável a contextos culturais não-ocidentais.⁴

² Também frequente é a ocorrência de atos de fala que ameaçam quer a face positiva do locutor, como o pedido de desculpas ou a autocrítica, quer a face negativa, como a oferta ou a promessa.

³ A aparente correlação entre a formulação de enunciados diretos, sem estratégias atenuadoras, e um maior grau de descortesia deve ser matizada, pois, em contextos de grande proximidade social e afetiva, o recurso à indireção seria sentido como estranho e inadequado. Compreender-se-á, assim, que os conceitos de atenuação e cortesia não devem ser confundidos (Briz e Albelda, 2013).

⁴ Veja-se o trabalho de Ide et al. (1992), sobre o japonês, e o de Gu (1990), para a cultura chinesa.

Contudo, e independentemente dos modelos explicativos, é inegável o contributo de determinados atos ilocutórios para a concretização da cortesia linguística; é esse o caso dos atos expressivos.

2. ATOS EXPRESSIVOS

Definidos por Searle (1979: 15) como atos que expressam “the psychological state specified in the sincerity condition about a state of affairs specified in the propositional content”, os atos expressivos verbalizam estados inerentes ao mundo interior do falante (Maíz-Arévalo, 2017). Tendo, grande parte deles, e por força do grau de convencionalidade que os caracteriza, um conteúdo referencial mínimo, são, no entanto, essenciais para garantir a gestão adequada das relações interpessoais. Com efeito, os pedidos de desculpa, os agradecimentos, as congratulações, os elogios e até as saudações visam, sobretudo, reforçar a componente relacional das interações, e estão, naturalmente, dependentes de convenções e práticas culturais específicas.

Norrick (1978) propôs uma primeira distinção entre atos expressivos que expressam emoções autênticas do falante, isto é, o seu mundo interior, e atos expressivos fortemente ritualizados, de natureza mais formulaica, cuja ocorrência é exigida em determinados contextos socioculturais, sem que, necessariamente, o sentir do falante esteja envolvido. Uma divisão distinta foi proposta por Haverkate (1993), que distingue os atos expressivos centrados no falante, e que expressam um conteúdo emocional mais marcado, dos atos centrados no interlocutor, mais numerosos e vocacionados para a realização de funções socialmente relevantes, que pretendem ‘apenas’ reforçar a face positiva do ouvinte (expressão de condolências, agradecimentos, elogios, congratulações, pedidos de desculpa, etc.).

As dicotomias aqui traçadas devem, no entanto, ser matizadas, pois um mesmo ato de fala – por exemplo um pedido de desculpas ou um elogio – pode ser produzido de forma mais ou menos ritualizada, dependendo de expectativas culturais, do grau de formalidade do contexto e da distância social que separa (ou aproxima) os interlocutores, sendo justamente estes os fatores que determinam a produção mais ou menos formulaica do enunciado.

Por outras palavras, os atos expressivos podem distribuir-se por diferentes zonas do *continuum*, revelando uma estrutura mais estereotipada ou mais autêntica, em função dos infinitamente diversos contextos de ocorrência.

De qualquer modo, podemos argumentar que há atos expressivos cuja ocorrência é obrigatória em certos contextos sociais, sendo que a sua ausência se torna, nestes casos, marcada, equivalendo a um ato de descortesia, o que pode ter sérias implicações na gestão das relações interpessoais. Por maioria de razão, estes problemas de comunicação e de gestão relacional serão mais graves quando envolvem aprendentes de uma língua estrangeira, normalmente pouco conhecedores dos rituais sociais em vigor na comunidade-alvo e mais propensos a transferir as normas de comportamento da sua cultura de origem. Sendo certo que cada comunidade se caracteriza, nas palavras de Wierzbicka (1985), por “cultural differences such as spontaneity, directness, intimacy and affection vs. indirectness, distance, tolerance and anti-dogmaticism”, as escolhas linguísticas destes aprendentes afetarão, inevitavelmente, as relações que vão estabelecer com outros. Nesta linha de raciocínio, encontra-se plenamente justificada a necessidade de trabalhar conteúdos linguísticos que têm implicações sociais.

3. O PROJETO INCLUDEED

A unidade didática apresentada na secção 4., centrada nas formas de codificação da cortesia verbal no PE, integra o curso a distância assíncrono intitulado *Um passo adiante. Para interações orais do dia a dia em português europeu*, que procura desenvolver competências sociopragmáticas em aprendentes não nativos de um nível de proficiência intermédio. Este curso, disponível, em acesso aberto, em seis línguas (português, espanhol, francês, italiano, alemão e inglês), é um dos produtos mais relevantes do projeto INCLUDEED⁵, cujo objetivo fundamental é contribuir, através do desenvolvimento de recursos de

⁵ O projeto INCLUDEED é financiado pelo programa Erasmus+ (KA2 Parcerias Estratégicas) da Comissão Europeia e nele participam equipas da Universidade de Salamanca (coordenação geral), Universidade de Coimbra, Universidade de Poitiers, Universidade de Bolonha, Universidade de Heidelberg e Trinity College Dublin.

apoio ao ensino e à aprendizagem das línguas, para a integração, nos países europeus, de populações migrantes e refugiadas⁶.

O curso apresenta quatro unidades, cada uma com objetivos pragmáticos particulares, que se encontram, no entanto, fortemente interconectados. Assim, enquanto as unidades 1 e 2 se centram em atos ilocutórios específicos (diretivos – dar ordens, fazer pedidos e sugestões –, no caso da unidade 1, e expressivos e comissivos – pedir desculpa, agradecer, responder a convites e formular recusas –, no caso da unidade 2), a unidade 3 retoma a informação das unidades anteriores, sistematizando-a, de modo a enfatizar o papel e o valor das expressões linguísticas na concretização da cortesia verbal – tópico da unidade –, e complementando-a com informação sobre outros atos ilocutórios relevantes neste âmbito (como saudar, elogiar e dar os parabéns, por exemplo). Já a unidade 4 aborda a estrutura da interação verbal, i.e., como iniciar uma conversa, introduzir um tema, pedir informações e encerrar a interação verbal, com particular incidência nas conversas telefónicas, particularmente problemáticas dado dependerem, na ausência de acesso visual ao interlocutor, totalmente dos recursos linguísticos.

As unidades do curso estão disponíveis em formato vídeo e em canal aberto (no *YouTube*). Cada vídeo (um por unidade) apresenta uma secção inicial de diálogos com animação, ilustrando situações sociais relevantes em função dos objetivos pragmáticos da unidade. A esta, segue-se uma secção em que se explicitam os valores pragmáticos de certas expressões linguísticas (várias das quais exemplificadas anteriormente, nos diálogos com animação), correlacionando-os com as variáveis situacionais pertinentes, nomeadamente o estatuto e o grau de proximidade entre os interlocutores. A última secção de cada vídeo é dedicada à apresentação de informação sociocultural variada

⁶ Para além do curso multilíngue *Um passo adiante*, destinado a aprendentes com estes perfis, outro produto do projeto é o *Guia para a inclusão linguística de migrantes* (2022), também disponível, em acesso aberto, nas mesmas seis línguas, visando orientar os diferentes intervenientes no processo de inclusão de migrantes e refugiados, i.e., profissionais ou voluntários do ensino de línguas, organizações não governamentais e instituições públicas nacionais e supranacionais.

(como, por exemplo, as relações familiares, laborais, de vizinhança, as convenções e tabus à mesa ou a indumentária adequada em distintas ocasiões), veiculando dados sobre comportamentos não verbais a considerar, a par dos verbais, em distintas situações de interação social. Visto cada vídeo, o aprendente é remetido, no final, através de uma hiperligação, para uma página de atividades que permitem a prática e sistematização dos conteúdos cobertos na unidade. Todas as atividades têm *feedback* automático, o que garante a cada aprendente total autonomia e flexibilidade (temporal e espacial) na frequência do curso.

4. COMO SER CORTÊS: CONTEÚDOS DA UNIDADE DIDÁTICA

A unidade didática em destaque visa contemplar algumas situações sociais prototípicas que mobilizam convenções de cortesia linguística vigentes em Portugal.

Para além das saudações e formas de tratamento, dos agradecimentos, pedidos de desculpa, elogios e das congratulações, nesta unidade são ainda abordados os comportamentos verbais mais corteses em situações sociais específicas, quer formais, quer informais, como aquelas em que se apresenta alguém ou se é apresentado a alguém ou em que se precisa de interromper um falante. Estes conteúdos são abordados através de explicações metalinguísticas e de atividades de aplicação e de consolidação de conhecimentos, sendo ilustrados por diálogos com animação. Nas subsecções seguintes, excertos desses diálogos ilustrarão a fundamentação dos conteúdos tratados.

4.1. SAUDAÇÕES E FORMAS DE TRATAMENTO

As saudações têm como objetivo principal a iniciação da troca conversacional e a criação de laços interpessoais. Constituem, deste modo, expressões convencionalizadas que ocorrem com alta frequência e que revelam um comportamento cooperativo, permitindo valorizar a face positiva do alocutário. Tal é o grau de rotinização das saudações que a sua ausência seria, especialmente num contexto mais formal, impensável, já que, como assevera Maíz-Arévalo,

elas constituem “socially expected acts whose absence may be marked and lead to social disruption” (2017: 18).

Não infreqüentemente, as saudações surgem, como defende Carreira (2005), em combinação com expressões que transmitem sentimentos positivos em relação ao interlocutor ou com perguntas acerca do seu bem-estar, resultando em sequências complexas, como é o caso do turno de fala ilustrado num dos diálogos que constituem a unidade:

(1)

Marta: *Olá, Fatma. Desculpa o atraso. Já sabes como são os autocarros nesta cidade; é sempre a mesma coisa. Estás boa? Há quanto tempo... Estás com ótimo aspeto!*

Note-se que, em situações de menor familiaridade, a saudação é necessariamente mais breve (cf. exemplo (2)), passando-se, imediatamente, ao objetivo conversacional pretendido:

(2)

Fatma: *Boa tarde! Vinha à receção organizada pela Associação. É aqui, não é?*

A este propósito, Haverkate nota que

en el primer encuentro entre dos amigos que no se han visto durante largo tiempo es corriente que se intercambien largas y efusivas saluciones. Si el contacto se hace regular repitiéndose varias veces al día, los saludos tienden a hacerse cada vez más cortos, hasta que llega la fase en la que se reducen a fórmulas rutinarias.

(1994: 39).

Neste sentido, a saudação dá-nos pistas para apreender a relação socioafetiva existente entre os falantes, sobretudo pela forma de tratamento utilizada. Com efeito, a variedade de formas de tratamento existentes em PE permite estabelecer diferenças “along hierarchical lines (notably according to

age, kinship, profession) and along the axis of familiarity/distance” (Carreira, 2005: 313). Dado que o uso inadequado das formas de tratamento pode ameaçar a face do interlocutor, estas são, portanto, de extrema importância na regulação da relação interlocutiva.

O uso da fórmula de saudação *Estás boa?*, em (1), demonstra que o pronome *tu* (acompanhado da forma verbal na 2.^a pessoa do singular) se utiliza como tratamento de proximidade “entre amigos, familiares ou colegas de trabalho em posições próximas na hierarquia profissional” (Lima, 2007: 92). A ausência da realização pronominal do sujeito, possibilitada pelo facto de o português ser uma língua de sujeito nulo, permite, como ocorre neste exemplo, que o falante recorra apenas à flexão verbal para se dirigir ao seu alocutário (Nascimento, 2020).

O uso da outra forma de tratamento possível em PE, para nos dirigirmos a um só interlocutor, geralmente mais distante, o pronome pessoal *você*, é desaconselhável, dado que

só é aceitável em certas regiões e em certas variedades diastráticas, sendo o seu uso na variedade padrão muito específico de certas relações absolutamente simétricas e amistosas e inaceitável na maior parte dos casos, sobretudo sempre que exista dissimetria social ou de idade entre os interlocutores. Nas variedades mais próximas da norma, o «você» é quase inadmissível, geralmente sentido como grosseiro ou, pelo menos, pouco cortês.
(Duarte, 2011: 87)

Por este motivo, em contextos formais, com interlocutores socialmente distantes e hierarquicamente assimétricos, deve evitar-se este pronome, sendo preferível recorrer a uma forma de tratamento nominal deferente (como *o/a senhor(a)*) ou à sua omissão, pois, tal como atesta Carreira, a omissão de “a nominal or pronominal other-address form with the verb in the third-person (in European Portuguese) provides a kind of zero degree of politeness and allows speakers to avoid making what could be a delicate choice” (2005: 313).

A forma de tratamento nominal *o/a senhor(a)* é, na verdade, muito frequente para “nos dirigirmos a um alocutário com o qual temos uma

relação de deferência” (Duarte, 2011: 84), tal como é visível na intervenção de Fatma, no exemplo (3), quando esta se dirige a um dos organizadores de um evento social, mais velho e, para ela, desconhecido:

(3)

António: *Prazer em conhecê-la, Fatma. O meu nome é António Antunes e sou um dos organizadores da reunião.*

Fatma: *Muito gosto, Sr. Antunes.*

O contexto em que as trocas conversacionais da unidade 3 decorrem (um evento social promovido por uma organização não governamental) possibilita ainda uma chamada de atenção para o uso da forma de tratamento *doutor(a) + nome próprio + apelido*. O tratamento por um título académico é bastante comum no PE (Lima, 2007) e está reservado a contextos de interação formal nos quais queremos demonstrar distância e respeito pelo nosso interlocutor.

(4)

António: *Com licença, gostava de vos apresentar a Dra. Ana Pereira, a nossa Presidente da Câmara.*

Dirigindo-se à Sra. Presidente. – *Dra. Ana, estas são a Fatma e a Marta, que trabalham como voluntárias para a Câmara.*

A relação hierárquica assimétrica existente entre as interlocutoras é bem marcada no turno de fala que exemplificamos em (4). Assim, o locutor usa o título académico para apresentar a Presidente da Câmara às outras duas interlocutoras, ao passo que estas, hierarquicamente abaixo da Presidente, são apresentadas apenas pelo seu nome próprio⁷.

⁷ Como alerta Nascimento, as “formas de tratamento nominais são as que melhor exprimem o estatuto dos interlocutores” (2020: 2718), dependendo a eleição de uma determinada forma de tratamento nominal não tanto de questões gramaticais, mas, fundamentalmente, do “conhecimento do sistema de relacionamento social, de obediência a normas sociais de cortesia

Apesar da rígida codificação das formas de tratamento no PE, é de assinalar, no entanto, que o sistema atravessa uma fase de grande instabilidade e rápida mudança (Duarte, 2011; Lima, 2007).

4.2. APRESENTAÇÕES (APRESENTAR-SE E APRESENTAR ALGUÉM)

Tal como as saudações, as apresentações desempenham um papel fundamental no estabelecimento de relações interpessoais.

Assim, em contextos formais com interlocutores socialmente distantes, devemos recorrer às fórmulas de autoapresentação *O meu nome é* ou *Chamo-me*. Ao apresentarmo-nos, devemos indicar também o nosso apelido (cf. o exemplo (5)). Já a fórmula de autoapresentação *Sou o/a X* deve ser reservada para contextos informais com interlocutores socialmente simétricos.

(5)

Prazer em conhecê-la, Fatma. O meu nome é António Antunes e sou um dos organizadores da reunião.

A resposta adequada a uma apresentação em contexto formal pode ser concretizada através das expressões *Prazer em conhecê-la/a*, *Muito gosto* ou *Prazer*. A sistematização que se oferece aos utilizadores do curso, após os diálogos de cada unidade, possibilita, como neste caso, oferecer diferentes alternativas pelas quais estes poderão optar, de modo a variar as suas escolhas e a não ficar limitados a uma única expressão.

Quando, ainda em contextos formais, apresentamos uma pessoa hierarquicamente acima dos interlocutores, podemos utilizar uma formulação como: *Gostava de vos apresentar a Dr.^a Ana Pereira*, como no exemplo (4). Para além das formas de tratamento, também o recurso ao imperfeito de cortesia (Cunha e Cintra, 2017) contribui, neste enunciado específico, para

em situações de formalidade ou informalidade, de estilo pessoal ou institucional e do contexto da interlocução” (Nascimento, 2020: 2718).

o aumento da sua delicadeza, sendo que, além disso, o locutor apresenta, em primeiro lugar, a pessoa com uma posição hierárquica superior.

Já em contextos informais ou, em contextos formais, quando a pessoa que estamos a apresentar se encontra hierarquicamente abaixo daquela(s) a quem vai ser apresentada, podemos usar, também como no exemplo (4), *Estas são a Fatma e a Marta*.

Para responder a uma apresentação informal, podemos recorrer, por exemplo, a *Olá! Tudo bem?*, extremamente corrente não apenas para responder à apresentação, mas também para saudar, de modo informal, alguém conhecido com quem temos familiaridade.

4.3. ELOGIOS

O elogio é, por definição, um ato favorecedor da face positiva do interlocutor⁸, ocorrendo frequentemente em trocas conversacionais entre interlocutores próximos, embora também, com frequência, em encontros sociais formais, como o que a unidade 3 ilustra.

Tanto com pessoas mais próximas como com pessoas desconhecidas ou menos próximas, quando queremos ser corteses, costumamos emitir comentários positivos relativamente às suas atitudes, competências ou bens. Quando as pessoas nos são muito próximas, podemos elogiar também o seu aspeto físico. A ritualização inerente a muitos atos expressivos faz com que os elogios surjam, por vezes, de forma automatizada, em contextos sociais em que eles são de ocorrência obrigatória, reservando os falantes os elogios menos estereotipados para pessoas mais próximas. Em qualquer dos casos, o elogio é um ato de cortesia.

O exemplo (6) ilustra uma sequência de abertura típica de uma conversa informal, em que o elogio contribui para gerar um ambiente positivo com o interlocutor. Note-se que o elogio desencadeia um ato de agradecimento,

⁸ O favorecimento é, todavia, bidirecional, pois se, por um lado, o elogio favorece a face positiva do alocutário, favorece simultaneamente a face positiva do próprio locutor (Maíz-Arévalo, 2017).

seguido da retribuição do elogio, ficando assim reequilibradas as faces dos dois participantes. Os elogios que, como vimos, adulam a face positiva do interlocutor podem ainda ser intensificados pelo recurso a advérbios de quantidade, tal como se verifica em *O teu cabelo está muito giro!* em (6).

(6)

Marta – *Olá, Fatma. Desculpa o atraso, já sabes como são os autocarros nesta cidade; é sempre a mesma coisa. Estás boa? Há quanto tempo... Estás com ótimo aspeto!*

Fatma: *É verdade, há que tempos... Obrigada. Tu também. O teu cabelo está muito giro. Não estava mais comprido? Cortaste-o?*

Como bem relembra Carreira (2005), pode dar-se o caso, porém, de, em sociedades que concedem um menor valor às relações gregárias, se considerar a estrutura do elogio em PE como exagerada, podendo dar azo a mal-entendidos interculturais, sendo, portanto, fundamental que os aprendentes de PE aprendam este ritual, de modo a evitar um possível conflito.

Tal como o pedido de desculpa (que analisaremos adiante), o elogio pode ainda ser proferido, como ato preliminar, de forma a preparar o interlocutor para um ato subsequente em que a sua face negativa, bem como a própria face positiva do locutor, venham a ser ameaçadas, de modo a, assim, tentar evitar o desequilíbrio das faces.

4.4. CONGRATULAÇÕES

Gonçalves define o ato expressivo de congratulação como “expressão da satisfação do falante pelo desfecho de uma situação”⁹ (2013: 20), sendo a

⁹ Tal como no caso dos elogios, as congratulações podem servir, não obstante, também como atos preliminares para a emissão de um ato diretivo, constituindo-se, nesse caso, como uma estratégia discursiva que prepara o interlocutor para esse ato ameaçador da sua face negativa e que estabelece um ambiente mais propício à aceitação desse ato. Esta função da congratulação não é, contudo, contemplada nesta unidade.

fórmula linguística prototípica deste ato *Parabéns!*. Ao favorecerem a face positiva do interlocutor, as congratulações favorecem simultaneamente a face positiva do locutor e, nesse sentido, são muito próximas do ato de elogio, contribuindo, portanto, tal como as saudações e as apresentações, para o estabelecimento e reforço de relações interpessoais positivas. Veja-se o seguinte exemplo:

(7)

Marta: *É um prazer, Dra. Ana. Gostaria de lhe dar os meus sinceros parabéns pelo trabalho que tem vindo a desenvolver na Câmara. As suas iniciativas demonstram bem a ajuda que a Câmara está a dar aos refugiados que chegam à nossa cidade.*

Presidente da Câmara: *Muito obrigada. É com muita alegria que ouço as suas palavras, pois é precisamente esse o objetivo da Câmara. É um prazer conhecê-las. Sem vocês, o nosso trabalho não seria possível.*

O uso do condicional é frequente numa relação assimétrica em que o interlocutor se encontra numa posição social hierarquicamente acima do locutor, denotando um maior grau de cortesia do ato de congratulação (em detrimento de *Quero dar-lhe os parabéns pelo trabalho.*), que é, além do mais, reforçado pelo uso do adjetivo de valoração positiva *sinceros*¹⁰.

A resposta a um ato de congratulação pode ser um mero agradecimento, ou pode, como no exemplo (7), desencadear um agradecimento e aceitação da congratulação, seguido de uma retribuição. Note-se ainda como a Presidente da Câmara minimiza o seu papel, salientando que o trabalho realizado não é apenas da sua responsabilidade, mas de toda a instituição que representa.

¹⁰ Relativamente ao léxico utilizado na realização linguística de atos expressivos, Palrilha (2009) salienta o papel determinante desempenhado pelos adjetivos avaliativos positivos na consecução do objetivo ilocutório destes atos.

4.5. AGRADECIMENTOS

Quando agradecemos a alguém, manifestamos a nossa gratidão por uma ação realizada pelo nosso interlocutor em nosso benefício. Desta forma, não agradecer a uma pessoa que nos fez um favor “may be perceived as markedly rude and socially disruptive” (Maíz-Arévalo, 2017: 15).

Tal como podemos evidenciar no exemplo (8), os atos de agradecimento surgem, muito frequentemente, em resposta a outros atos de agradecimento, num trabalho evidente de equilíbrio de faces. Neste caso, uma Presidente de Câmara interage com um dos organizadores de um evento social:

(8)

António: *Desculpem interromper, mas gostava de aproveitar a ocasião para agradecer a vossa presença, especialmente a da Sra. Presidente, que deve estar muito ocupada.*

Presidente da Câmara: *Não tem de quê, Sr. Antunes. Eu é que lhe agradeço a organização desta reunião.*

A nível dos recursos linguísticos utilizados, o agradecimento pode traduzir-se no uso da expressão formulaica *Obrigado/a*, que varia em género consoante o locutor. Pode ainda ocorrer a explicitação do objeto ou ato que se agradece, como acontece, por exemplo, no enunciado *Obrigada pela prenda*. Para além do mais, o agradecimento pode ainda ser intensificado¹¹; num registo mais formal, os advérbios *muito* e o adjetivo (com valor adverbial) *imenso* podem surgir em expressões como *Muito obrigado/a* ou *Agradeço-lhe imenso*, ao passo que o superlativo *-íssimo/a* (*Obrigadíssimo/a*) ocorre num registo mais coloquial.

A resposta formal *Não tem de quê* oferecida no exemplo (8), tal como a expressão *De nada*, constituem duas das expressões de resposta mais co-

¹¹ Gonçalves (2013) associa fórmulas de agradecimento mais longas a uma genuína expressão de sentimentos, enquanto as mais curtas seriam mais utilizadas como estruturas cristalizadas que cumprem um dever social.

muns ao agradecimento, sendo a última também muito usada em respostas a agradecimentos em contexto informal.

4.6. PEDIDOS DE DESCULPA

O pedido de desculpa, por sua vez, consiste numa prática linguística frequente¹² que “ilustra paradigmaticamente a delicadeza negativa” (Carreira, 1995: 105) e que visa alcançar o reequilíbrio social ao reparar um dano causado pelo locutor ao interlocutor, assumindo, pois, enorme relevância na manutenção harmoniosa das relações interpessoais. Para além deste carácter compensatório retrospectivo, o pedido de desculpa pode ainda anteceder a expressão de um ato de fala diretivo, funcionando como ato preliminar e tornando-se, assim, um hábito “absolutamente essencial na socialização e fundamental na prevenção de hostilidades, quer a nível oficial, quer particular” (Palrilha, 2009: 35).

No que diz respeito aos recursos linguísticos utilizados em PE ao serviço do pedido de desculpa, o verbo *desculpar* no imperativo (*Desculpa* ou *Desculpe*) constitui, em contextos formais e informais, a forma mais comum de realizar este ato. Apesar de se tratar de um imperativo, o seu emprego frequente diminui o seu carácter injuntivo¹³ e, portanto, a força ilocutória que acarreta (Carreira, 1995). Por outro lado, a locução verbal *Peço desculpa*, utilizada no exemplo (9), é ainda mais formal e cortês (sendo que esta, pode, ainda, conter elementos de intensificação: *Peço imensa desculpa*) e o uso da expressão performativa com o verbo *pedir* na 1.^a pessoa do singular traduz-se numa maior implicação do sujeito no ato que enuncia. Tal como acontece

¹² Carreira observa que, tal como as saudações, “o pedido de desculpa, presente em todas as sociedades, embora revestindo manifestações de diferentes tipos, restabelece/tenta restabelecer uma harmonia” (1995: 105).

¹³ Como bem apontam Cunha e Cintra, embora exista uma propensão para associar o modo imperativo a ordens, “não é para ordem ou comando que, na maioria dos casos, nos servimos desse modo” (2017: 491) e, como bem conclui Fernandes, a cortesia pode manifestar-se, dependendo do contexto enunciativo em que ocorre, “em todos os usos linguísticos e em todos os actos comunicativos interpessoais (mesmo nos actos directivos)” (2010: 47).

com o agradecimento, o pedido de desculpa pode, expressamente, indicar o objeto ou ato pelo qual se pede desculpa, por exemplo, *Desculpa o atraso*, presente no exemplo (1).

O pedido torna-se ainda mais delicado quando acompanhado de uma justificação que apresenta o motivo, geralmente incontornável, que forçou o agravo (veja-se, a este propósito, também no exemplo (1), a expressão: *Já sabes como são os autocarros nesta cidade*). Ainda que a justificação não elimine a responsabilidade do falante, mitiga a sua culpa, salvaguardando a sua face positiva. Pode ainda a responsabilidade ser atribuída a outra pessoa, entidade ou acontecimento, neste caso concreto, ao sistema de transportes públicos da cidade (uma estratégia de evasão, para Gonçalves, 2013).

Quando uma pessoa nos pede desculpa, é delicado responder, podendo, para este efeito, recorrer-se aos enunciados *Não faz mal* ou *Não tem problema*. Esta aceitação do pedido de desculpa repõe o equilíbrio das faces de ambos os interlocutores e, ainda que essa possibilidade não esteja contemplada na unidade, o locutor que emite um pedido de desculpa pode mesmo comprometer-se a realizar um ato de remediação em favor do agravado pela “ofensa”.

4.7. INTERRUPÇÕES

As interrupções constituem atos linguísticos que ameaçam simultaneamente a face positiva e negativa do alocutário e que, por isso, devem, em interações com desconhecidos ou com pessoas socialmente distantes, ser evitadas, de modo a impedir conflitos e a preservar a face positiva do próprio locutor. O mesmo não sucede, contudo, em situações informais com interlocutores próximos, nas quais as interrupções são frequentes¹⁴.

Em situações formais em que a interrupção é impreterivelmente necessária, torna-se importante utilizar estratégias discursivas que mitiguem a

¹⁴ Para além da distância social entre os interlocutores, Fávero e Andrade (2015) observam que existem determinados géneros discursivos, tais como as entrevistas ou os debates, que propiciam a ocorrência de interrupções, que não são, nestas situações, entendidas como descortesias.

ameaça que esta representa. É, deste modo, comum pedir desculpa antes de interromper, mediante a utilização de fórmulas de cortesia como *Desculpe* ou *Com licença*, que podem, além disso, ser intensificadas, como no caso de *Peço imensa desculpa*, assim como, ainda, oferecer uma justificação para a interrupção. Observe-se o exemplo (9):

(9)

Luís: *Desculpem interromper, mas as vossas caras são-me familiares. Conheçemo-nos de algum lado?*

Marta: *Acho que não. Não estou a ver...*

Fatma: *Eu também acho que não, lamento.*

Luís: *Se calhar estou a confundir-vos com outras pessoas. São tantas caras, peço desculpa! O meu nome é Luís Gonçalves e pertenço à organização do evento.*

Neste caso, o locutor tem consciência do perigo que a sua intervenção representa para a troca conversacional e, por esse motivo, mitiga o seu enunciado com um pedido de desculpa que antecede a interrupção e que está ao serviço da preservação da sua face positiva e da face negativa das suas interlocutoras¹⁵. Posteriormente, apresenta ainda a motivação que está na origem dessa interrupção, isto é, o facto de as caras das interlocutoras lhe parecerem familiares. Como observa Lima (2007: 69), o recurso a várias estratégias de cortesia aumenta o grau de delicadeza final e, por este motivo, com pessoas desconhecidas ou menos próximas e, sobretudo, socialmente distantes, usamos expressões mais formais, intensificando ainda essas expressões, de modo a sermos ainda mais corteses.

Observe-se, de igual modo, neste exemplo (9), que as alocutárias, vendo-se na necessidade de discordar do seu locutor, utilizam o marcador de opinião *acho que*, o qual relativiza o seu enunciado (Lopes, 2018). Evitam,

¹⁵ Ainda que pouco cortês, a interrupção pode ser utilizada como estratégia para forçar o início de uma troca verbal entre pessoas desconhecidas.

desta forma, a expressão categórica de uma asserção que poderia ferir a suscetibilidade do locutor e ofender a sua face positiva, ao mesmo tempo que preservam a sua própria face positiva.

Cabe, por fim, destacar o papel fundamental que, na oralidade, a entoação e a linguagem gestual desempenham na consecução, com êxito, não apenas deste, mas de todos os atos expressivos. Também estas poderão contribuir para a intensificação da cortesia e, consequentemente, para a diminuição de conflitos interpessoais. O domínio e a aplicação de todos estes conhecimentos relativos aos atos expressivos contribuirão, pois, para uma maior e melhor integração social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o potencial de conflito inerente à interação humana, a prevenção e a gestão dos conflitos, igualmente por meios linguísticos, assumem, por isso, grande relevância na vida em comunidade. No contexto atual, em que se intensificam os fluxos migratórios, as interações interculturais colocam, aos interlocutores particulares e às comunidades em que se inserem, desafios acrescidos, uma vez que as normas de cortesia diferem de cultura para cultura. Dadas estas circunstâncias, torna-se particularmente relevante a investigação e o desenvolvimento de recursos pedagógicos que abordem os atos ilocutórios numa perspetiva multicultural (Kecskes, 2014; Taguchi e Roever, 2017). Nesta linha, está prevista uma investigação futura sobre os atos ilocutórios de pedido e recusa, em seis línguas europeias, tendo como enquadramento a pragmática contrastiva.

Este texto centrou-se na análise das estruturas linguísticas que são convencionalmente usadas para concretizar, em PE, alguns atos expressivos e que, por essa razão, foram exploradas na unidade didática dedicada à codificação da cortesia linguística no PE, integrada no curso a distância criado no contexto do projeto europeu INCLUDEED. Tratando-se de atos mais ou menos ritualizados, muita atenção deve merecer o ensino das estratégias linguísticas que permitem codificá-los, para salvaguarda da harmonia interacional.

BIBLIOGRAFIA

- A.A. (2017). *Referencial Camões PLE*. Lisboa: Camões, Instituto da Cooperação e da Língua I.P.
<https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/referencial-camoes-ple>
- A.A. (2022) *Guia para a inclusão linguística de migrantes*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. <https://eusal.es/eusal/catalog/book/978-84-1311-659-4>
- Arcidiacono, Francesco; Pontecorvo, Clotilde (2009). Cultural practices in Italian family conversations: Verbal conflict between parents and preadolescents. *European Journal of Psychology of Education*, 24, 1, 97-117.
- Briz, Antonio; Albelda, Marta (2013). Una propuesta teórica y metodológica para el análisis de la atenuación lingüística en español y portugués. La base de un proyecto en común (ES. POR.ATENUACIÓN). *Onomázein*, 28, 288-319.
- Brown, Penelope; Levinson, Steven C. (1978). Universals in language use: Politeness phenomena. In Ester N. Goody (Ed.), *Questions and Politeness* (56-289). Cambridge: Cambridge University Press.
- (1987). *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carreira, Maria Helena (1995). Pedido de desculpa e delicadeza: para o estudo dos seus processos linguísticos em português. In *Actas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (105-116). Lisboa: APL.
- (2005). Politeness in Portugal: How to Address Others. In Leo Hickey e Miranda Stewart (Eds.), *Politeness in Europe* (306-316). Clevedon: Multilingual Matters.
- Conselho da Europa (2001). *Quadro comum europeu de referência para as línguas: aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: Asa. http://area.dge.mec.pt/gramatica/Quadro_Europeu_total.pdf
- Council of Europe. (2018/2020). *The CEFR Companion Volume with New Descriptors*. <https://rm.coe.int/common-european-framework-of-reference-for-languages-learning-teaching/16809ea0d4>
- Cunha, Celso; Cintra, Lindley (2017). *Nova gramática do português contemporâneo* (7ª ed.). Rio de Janeiro: Lexikon.
- Duarte, Isabel Margarida (2011). Formas de tratamento em português: entre léxico e discurso. *Matraga*, 18, 28, 84-101.
- Eckert, P. (2008). Variation and the indexical field. *Journal of Sociolinguistics*, 12, 4, 453-476.
- Fávero, Leonor; Andrade, Maria Lúcia (2015). Cortesia verbal e ensino de língua: reflexões sobre competência comunicativa, jogo interpessoal e normatividade. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 17, 1, 101-129.

- Fernandes, Gonçalo (2010). O princípio da cortesia em Português europeu. In Maria Iliescu; Paul Danler; Heidi Siller-Runggaldier (Eds.), *Actes du XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romanes* (vol. 5, 39-47). Berlin: De Gruyter.
- Foolen, Ad (2016). Expressives. In Nick Riemer (Ed.), *The Routledge Handbook of Semantics* (473-490). Abingdon: Routledge.
- Goffman, Erving (1967). *Interaction Ritual: Essays on Face to Face Behaviour*. New York: Anchor.
- Gonçalves, Mafalda (2013). *Atos expressivos e ensino do português como língua não materna: o caso do pedido de desculpa e da expressão de um desejo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Gu, Yueguo (1990). Politeness Phenomena in Modern Chinese. *Journal of Pragmatics*, 14, 2, 237-257.
- Haverkate, Henk (1993). Acerca de los actos de habla expresivos y comisivos en español. *Diálogos hispánicos*, 12, 149-180.
- (1994). *La cortesia verbal: estudio pragmalingüístico*. Madrid: Gredos.
- Ide, Sachiko; Hill, Beverly; Carnes, Yukiko M.; Ogino, Tsunao; Kawasaki, Akiko (1992). The Concept of Politeness: An Empirical Study of American English and Japanese. In Richard J. Watts; Sachiko Ide; Konrad Ehlich (Eds.), *Politeness in Language: Studies in its History, Theory and Practice* (281-297). Berlin: de Gruyter.
- Kádár, Dániel (2017). Politeness in Pragmatics. *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. <https://linguistics.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780199384655.001.0001/acrefore-9780199384655-e-218>.
- Kecskes, Istvan (2014). *Intercultural Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press.
- Lima, José P. (2007). *Pragmática linguística*. Lisboa: Caminho.
- Lopes, Ana Cristina M. (2018). *Pragmática: uma introdução*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lyons, John (1977). *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Maíz-Arévalo, Carmen (2017). Expressive Speech Acts in Educational e-chats. *Pragmática Sociocultural / Sociocultural Pragmatics*, 5, 2, 151-178.
- Mugford, Gerrard; Félix-Brasdefer, J. César (2021). Politeness Research in the Spanish-Speaking World. In Dale A. Koike; J. César Félix-Brasdefer (Eds.), *The Routledge Handbook of Spanish Pragmatics. Foundations and Interfaces* (353-369). Oxon/New York: Routledge.
- Nascimento, Maria Fernanda B. (2020). Formas de tratamento. In Eduardo B. P. Raposo; Maria Fernanda B. Nascimento; Maria Antónia C. Mota; Luísa Segura; Amália Mendes; Amália

- Andrade (Orgs.), *Gramática do português* (vol. 3, 2701-2732). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Norrick, Neal R. (1978). Expressive Illocutionary Acts. *Journal of Pragmatics*, 2, 3, 277-291.
- Palrilha, Silvéria Maria R. (2009). *Contributos para a análise dos actos ilocutórios expressivos em português*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Portugal.
- Searle, John R. (1979). *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Song, Sooho (2012). *Politeness and Culture in Second Language Acquisition*. London: Palgrave Macmillan.
- Spencer-Oatey, Helen (2005). (Im)Politeness, Face, and Perceptions of Rapport: Unpacking their Bases and Interrelationships. *Journal of Politeness Research*, 1, 1, 95-119.
- Taguchi, Naoko; Roever, Carsten (2017). *Second language pragmatics*. New York: Oxford University Press.
- Wierzbicka, Anna (1985). Different Cultures, Different Languages, Different Speech Acts: Polish vs. English. *Journal of Pragmatics*, 9, 2-3, 145-178.

EXPLORING DIVERGENT VIEWS ON WORD STRUCTURE: CHALLENGING THE CONCEPT OF THE MORPHEME

ANA R. LUÍS

aluis@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7869-7835>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_13

Texto recebido em / Text submitted on: 27/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 03/11/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 277-299

ABSTRACT

How the meaning of a word is expressed through its form is one of the central questions in linguistics and one which has been responsible for conflicting views of word structure. In this paper we discuss some of the ways in which this question has been approached by providing an overview and understanding of two competing perspectives in morphological thinking within the context of Generative Grammar. These perspectives, known as the morpheme-based model and the word-based model, will be discussed to show how they deal with the form-meaning correspondence. With this paper, I offer a critical analysis of the approaches, highlighting their implications for our understanding of word structure.

Keywords: word structure; morpheme; realisation; paradigms; inflection.

RESUMO

A relação entre a forma e o significado de uma palavra constitui uma das questões centrais da linguística e está na origem de conflitos teóricos que têm condicionado o debate sobre a estrutura da palavra. Neste artigo, iremos discutir dois modelos teóricos distintos: o modelo baseado no morfema (*morpheme-based*) e o modelo baseado na palavra (*word-based*). O objetivo consiste em demonstrar, no contexto da Gramática Gerativa, o modo distinto como os dois modelos analisam a correspondência entre forma e significado. Será feita uma análise crítica das duas abordagens, destacando as suas implicações para o estudo da estrutura interna da palavra.

Palavras-chave: estrutura das palavras; morfema; realização; paradigma; flexão.

INTRODUCTION

Students are often unaware of the contentious debate surrounding the study of word structure. Linguistics textbooks typically instruct them to decompose words into smaller meaningful parts, introducing the morpheme as “(t)he most important component of word structure” (O’Grady and Dobrovolsky, 1996: 112) or as “the most elemental unit” (Fromkin et al., 2010: 81). Despite such common practice in Linguistics textbooks, there is a growing consensus among morphologists that the segmentation of words into morphemes is largely untenable within the field of inflectional morphology (Blevins, 2016).

Some word forms can be intuitively broken down into smaller units and seem to have a transparent additive structure, others do not exhibit any obvious boundaries between units but are nonetheless highly systematic, diverse and abundant cross-linguistically. Such diversity affects how word forms express morphosyntactic meaning. If word forms can undergo segmentation, it may seem plausible to hold that each unit conveys its own meaning and that there is a one-to-one relation between form and meaning. However, in the case of words without obviously discreet internal parts, it is much less straightforward to pinpoint exactly which segment expresses which unit of meaning. Meaning and form can be associated in more complex ways: form may be meaningless; meaning can have no form; one form can have several meanings, and one meaning can be expressed by multiple sets of form. So, contrary to the sometimes oversimplified view contained in textbook exercises, empirical diversity poses significant challenges to morphemes.

The wide-ranging diversity observed in morphology naturally leads to the question “How should morphological theory be formulated to account for these seemingly contradictory phenomena?” (Anderson, 2017). This question is of central concern to morphology and has shaped morphological thinking over time. Different morphological theories and frameworks have emerged formulating hypotheses and generalizations to accommodate the observed phenomena. Two competing perspectives, in particular, have shaped and influenced morphological thinking: the morpheme-based view and the word-based view. They differ in terms of which unit they take as primary

and where in the grammar morphology takes place. While morpheme-based theories focus on the analysis of the internal structure of words in terms of morphemes, word-based theories focus on the relationship between the underlying form and the form of words.

The goal of this paper will be to shed some light on the development of morphological thinking surveying how these two competing views have shaped existing theories of inflectional morphology and contributed to our current understanding of word structure and the meaning-form correspondence. My perspective will be framed within the context of Generative Grammar, with a focus on inflectional morphology. This paper will show that there has been a growing trend towards rejecting the existence of discrete form-meaning units in favour of a more holistic analysis, exemplified by viewing *cats* as ‘the plural of CAT’ rather than as the combination of two separable segments. Empirical evidence will be examined which demonstrates that despite the historical presence of the morpheme as a concept in Linguistics textbooks, it does not adequately reflect the current understanding and developments in the field of inflectional morphology.

This paper is organized as follows: it starts with an overview of the scientific context surrounding the morpheme-based view of word structure, surveying some of the factors that led to the enduring impact of the morpheme (2.1). It then examines classical morphemic analyses within Generative Grammar that have embraced the concept of the morpheme (2.2). Next, I show that there is evidence beyond concatenation and isomorphism, and present a different view of word structure, known as word-based view (3.1). Following that, the paper provides an overview of the word-based approach to word structure, illustrating the realisation approach within Paradigm-Function Morphology (Stump, 2001) (3.2). I conclude the paper with an overview of the prevailing key areas of disagreement in inflectional morphology (4).

1. THE MORPHEME-BASED VIEW

This section offers a concise historical overview of the scientific context that contributed to the enduring impact of the morpheme (2.1). We then illustrate

how classical phrase-structure models, within Generative Grammar, have formalized the morpheme and integrated it into their linguistic analysis (2.2).

1.1. SOME BACKGROUND

In recent years, there has been a growing interest in the emergence and development of the morpheme concept as a fundamental unit of linguistic analysis. Scholars such as Anderson (2016), Blevins (2016), and Goldsmith (2019) have shed light on this topic, generating significant interest within the field. However, the renewed attention to the morpheme is primarily driven by its contentious nature. In fact, while the morpheme has had a lasting impact on linguistic theory, it has been subject to continuous scrutiny since its introduction in the early 20th century (Stewart, 2019).

The morpheme was originally introduced into American Linguistics, by Leonard Bloomfield, who defined it as “a recurrent (meaningful) form which cannot in turn be analysed into smaller recurrent (meaningful) forms.” (Bloomfield, 1926: 155). The kind of evidence that motivates the need for such a concept can be found in word forms with an isomorphic and concatenative structure, that is, word form containing easily segmentable units that can be associated to easily identifiable meaning. Such properties can be found across languages, but most especially in agglutinating languages such Turkish, as in (1).

(1) Turkish (Bassarac and Jendraschek, 2004)

evlerimin

ev-	ler	-im	-in
house	PLURAL	POSSESSIVE	GENITIVE
'of my houses'			

Native American languages are known for their multiple sequences of individual segments, as shown in (2), with an example from Cree (Oxford 2020). For American Structuralist Linguists, who took it on themselves to document

Native American languages, this evidence played a crucial role in establishing the morpheme as a central unit of analysis (Fought, 2010; Leu, 2020).

(2) Plains Cree (Algonquian) (Dahlstrom, 1991)

sâkihisosihkâsoskiw

sâkih -iso -isi -hkâso -iski -w

love -self -DIM -pretend -habitual -3SG

‘He’s in the habit of pretending to love himself a little bit.’

While the morpheme concept resonated with the academic spirit of the newly established science of Linguistics, it also received severe criticism from Bloomfield’s contemporaries and successors. As noted by Harris (1942), Hockett (1947) and Nida (1948), the morpheme was too rigid and limited in its ability to account for more complex word structure, even for a language like English. For example, while *cats* and *baked* may be easily divided into minimal units of form and meaning, there are no units that specifically express ‘past’ in *put* or ‘plural’ in *fish* (Robins, 1959).

This criticism effectively marked the beginning of a continuous debate about the adequacy of the concept. To account for instances where no identifiable form is available, scholars postulated the existence of ‘zero’ morphs, namely units of form without meaning (Bloch, 1947). This is illustrated in (3a), where \emptyset_{past} is a variant of the regular past tense markers /-d/, /-t/ and /-id/ and, in (3b), where \emptyset_{pl} is a variant of the regular plural markers /-s/, /-z/ and /-iz/ (Stump, 2019a).

- (3) a. *put*
 /pʌt/+ \emptyset_{past}
 b. *fish*
 /fɪʃ/+ $\emptyset_{\text{plural}}$

Such an abstract form however served to highlight one of the major weaknesses of the concept, namely that it fails to capture the complexity

and variability of word structure (see also Chomsky, 1965: 173). Further empirical challenges will be discussed in section 3.

1.2. OVERVIEW OF CLASSICAL MORPHEMIC MODELS

Generative Grammar, in the 1950s and 1960s, incorporated the morpheme into its syntactic formalism, alongside zero morphs. Despite its well-known limitations in explaining the diversity of word structure, it became one of the foundational elements in phrase structure models (Aronoff, 2000).

During the Transformational Generative period, morphemes are primarily regarded as building blocks of syntax, rather than as units of word structure. Typical rewrite rules, as in (5), introduce morphemes (bound and free), as terminal nodes within phrase structure (Hacken, 2019). In essence, Morphology functions as a sub-field of syntax and morphemes are syntactic primitives governed by syntactic operations.

- (4) rewrite rules introducing words and their endings as terminal nodes
(cf. Chomsky, 1957)
- a. Verb \rightarrow Aux + V
 - b. Aux \rightarrow C (M) (have + en) (be + ing) (be + en)

In the 1970s, it became evident that the properties of complex words cannot be explained by the principles governing syntactic structure (Chomsky, 1970). A new component was added to Generative Grammar, namely the Lexicon (Halle, 1973). The idea of deriving word structure in the Lexicon was explored by Selkirk (1982) and Lieber (1980), who assign lexical entries to free and bound morphemes, as shown in (5). Bound morphemes, such as plural *-s*, are represented as discreet units with phonological, semantic, and syntactic properties, as well as displaying an isomorphic alignment between form and meaning. Subcategorisation frames specify their linear attachment to a base.

(5) (cf. Lieber 1980:66)

<i>sit</i>	-s
phonological representation	phonological representation
semantic representation: ...	morphosyntactic representation: ...
category: V[_]V	subcategorisation: [V_]V

As to the principles governing the internal structure of words, these models analyse word structure as a hierarchical organisation of morphemes based on the phrase-structure principles of generative grammar current at the time (Anderson, 2015). Selkirk (1982) extends the X-bar theory (Chomsky, 1970) to word structure. In (6), rewrite rules similar to phrase structure rules produce trees into which affixes and stems are inserted. The idea is to explicitly maximise the similarities between syntax and morphology (Lieber, 1980: 38; Selkirk, 1982: 10-11).

(6) Selkirk (1982), where X is a lexical category and s is the stem/root.

a. Prefixation

$$X_s \rightarrow (\text{aff}) Y_s$$

b. Suffixation

$$X_s \rightarrow Y_s (\text{aff})$$

1.3. SUMMARY

Our survey of classical implementations of the morpheme within phrase structure models has focused on word structure and the correspondence between form and meaning. The key ideas can be summarised as follows:

- Phrase structure models break down the word into smaller units (morphemes), effectively disregarding the word as a whole.
- Each morpheme is treated as a discreet entity and is associated with a lexical entry that specifies its meaning, thus maintaining the isomorphic correspondence between meaning and form.
- The linear ordering of morphemes within a word is determined by their respective lexical entries, suggesting an agglutinative word structure.

2. THE WORD-BASED VIEW

The diversity of morphological structure presents cases where the boundaries between morphemes are blurred, and the meaning-form relationships cannot be adequately captured on a 1:1 analysis alone. To gain a more comprehensive understanding of how morphology deals with the diversity and complexity of word structure, we will expand our discussion beyond the morpheme boundaries. We will shift our focus to a word-based perspective of word structure, one in which emphasis is placed on the word, rather than on its individual constituents. I will begin by providing a broad overview of the wide range of meaning-form deviations in word structure that extend beyond mere concatenation and isomorphism (3.1). I then present the realisational approach to word structure, as a variant of the Word-and-Paradigm model, and illustrate key realisational insights (3.2).

2.1. DEVIATIONS FROM CONCATENATION AND ISOMORPHISM

Within the literature, numerous classical types of mismatch between form and morphosyntactic content have indeed been extensively documented. These mismatches pose a challenge to the notion of a direct one-to-one correspondence between morphemes and meaning. Prominent morphologists, including Robins (1959) and Matthews (1965), highlighted the problem, but it was Hockett (1947) who provided a seminal list of morphological patterns (and their names) that go beyond superficial concatenation and isomorphism. These phenomena cannot be dismissed as incidental or irregular, rather they form an integral part of the diversity of word structure (Anderson, 2015; Hippisley and Stump, 2016).

Table 1 presents some of the classical types of mismatch between form and content that have been identified in the literature.

Deviations from one-to-one	Corresponding phenomena
MANY-TO-ONE: several forms express one meaning	MULTIPLE EXPONENCE: A word form can have more than one exponent expressing the same feature content.
ONE-TO-MANY: one form expresses several meanings	CUMULATIVE EXPONENCE: In a given word, different categories (e.g., number and case), which are typically expressed on separate exponent, may be expressed by one exponent.
ONE-TO-ZERO: one form can have no meaning	EMPTY MORPHS: Morphological form that do not correspond to any morphosyntactic property.
ZERO-TO-ONE: one meaning can have no form	ZERO EXPONENCE: A given feature may have no marking in some word forms.

Table 1

One type of deviation is the ‘many-to-one’ phenomenon, in which several different forms can express the same meaning. This is known as **MULTIPLE EXPONENCE**, where a word form can have multiple exponents that convey the same feature content. This attested, for example, in German nominal plurals such as *Bücher* ‘books’ (7a), which combine affixation with a (morphologically conditioned) process called of umlaut (7b) (Crysmann and Sailer, 2021) or in English participle verb forms (8) (Stump 2019a):

- | | |
|---|---|
| <p>(7) German</p> <p>a. <i>Bücher</i> ‘plural of BOOK’</p> <p>b. PLURAL } -er
 } /u/ → /ü/</p> | <p>(8) English</p> <p>a. <i>written</i> ‘participle of WRITE’</p> <p>b. PLURAL } -en
 } /ai/ → /i/</p> |
|---|---|

Conversely, the ‘one-to-many’ deviation occurs when a single form expresses multiple meanings. This is referred to as **CUMULATIVE EXPONENCE**, where one exponent conveys categories, such as tense and agreement or number and case, which are usually expressed separately. The contrasts between single exponence (1:1) and cumulative exponence is in (9). Finnish is a classical agglutinating language where plural is typically realised by a single marker, as illustrated in (9a) and (9b) above. In the plural nominative form, however, the marker *-t* expresses both plural and case (9c):

(9) Finnish

a. <i>taloissa</i>			b. <i>talossa</i>			c. <i>talot</i>		
talo	-i	-ssa	talo	-saa		talo	-t	
house	PLURAL	INESSIVE	house	INESSIVE		house	PLURAL.NOMINATIVE	
'in the houses'			'in the house'			'houses'		

Another type of deviation involves a ‘one-to-zero’ mapping. This phenomenon can be observed when a given form is meaningless or ‘empty’ (note that this does not mean that they don’t have a function within the paradigm). Theme vowels in Romance, such as *-a* in the paradigm of first conjugation verbs, are commonly-cited as typical examples of markers without meaning, despite the fact that they preserve their function as conjugation class markers (Hockett, 1947: 337; Anderson, 1992: 54).

Finally, there is the ‘zero-to-one’ deviation, where a particular morphosyntactic content has no corresponding form. This is a very common deviation from the one-to-one correspondence. An example from German shows that in the paradigm of the noun *Rechner* ‘computer’, numerous case and number combinations are expressed by the absence of any inflectional marker (Crysmann and Sailer, 2021):

(10) German

	SINGULAR	PLURAL
NOM	Rechner	Rechner
GEN	Rechner-s	Rechner
DAT	Rechner	Rechner
ACC	Rechner	Rechner-n

Table 2

Having addressed each type of deviation separately, let us now see how they can combine within one given word form. The Classical Greek verb form *elyleketē* ‘you had unfastened’ (Matthews, 1991:174) serves as an illustrative example that showcases the associations that can hold between properties

and formatives. It demonstrates the phenomenon of multiple exponence and cumulative exponence:

(11) Classical Greek (Matthews 1991:174)

elelykete ‘you had unfastened’ {past, perfective, active, indicative, 2nd, plural}

PAST	PERFECTIVE	PERFECTIVE	PERFECTIVE	INDICATIVE	ACTIVE
			Active	Past	2 nd Plural
				Active	
e	le	ly (root)	k	e	te

Table 3

The properties of past, perfective and active voice are realised by multiple exponents, that is, these features are expressed in more than one part of the word: perfectivity is expounded by the prefix *le-*, the root and the suffix *-k*; past is expressed by the prefix *e-* and the suffix *-e*, while active voice is realised by three suffixes, namely *-k*, *-e* and *-te*.

Additionally, all affixes, except the prefixes *e-* and *le-*, exhibit cumulative exponence, as they simultaneously express two or sometimes three properties. So, the active voice is indicated by the suffix *-k* and the past tense by *e-*. However, the vowel *-e* before the suffix *-te* also functions as a marker for both active voice and past tense. Moreover, the suffix *-te* not only indicates active voice but also cumulatively expresses second person and plural number, which cannot be deduced from other parts of the word form. So, within a word form such as *elelykete*, none of the inflectional markers are the main exponent for each property.

Another illustration of the complex combination of deviations from isomorphism is provided by conditional verb forms in Portuguese. A form such as *sentiria* ‘I would feel’ contains the 1/3sg agreement ending *-ia* which is homophonous with the ‘imperfect indicative marker’ for 2nd/3rd conjugation verbs in (12). This means that the *-ia* endings does not express the conditional features on its own but it does so in combination with the

stem form in *-ir*, as in (13) (see also the discussion of Italian *cantarrebbero* ‘s/he would sing’ in Matthews 1970: 107, and Matthews (1991), on ‘priscianic’ stems).

(12) Portuguese *sentia* ‘I felt’

FEEL	THEME VOWEL	IMPERFECT (2/3 CL)
		1 st singular
sent	(-i)	ia

Table 4

(13) Portuguese *sentiria* ‘I would feel’

FEEL	THEME VOWEL	CONDITIONAL	CONDITIONAL
		Conditional	1 ST SINGULAR
sent	-i	-r	ia

Table 5

In sum, the key point highlighted by these examples is that the relationship between inflectional markings and morphosyntactic categories is characterised by a complex network of patterns. It is worth noting that the verb forms in (11) – (13) are not exceptional cases within the inflectional system of Greek or Portuguese, but reflect typical regularities.

If these deviations were infrequent or limited to highly suppletive cases, one could argue that they would not significantly undermine the concept of the morpheme. However, the reality is that such cases are easily found, and many of them are widespread also in agglutinating languages. Other kinds of deviations from the one-to-one relationship between form and meaning in morphology include morphological processes where meaning is expressed through phonological changes. These processes involve alterations in the sound patterns of words, such as umlaut, subtraction, metathesis, consonant mutations, and various others, as illustrated in detail by Matthews (1991: 131f) and Anderson (2015).

2.2. THE REALISATIONAL APPROACH

The recognition that word forms are not solely composed of easily segmentable parts has paved the way for exploring alternative perspectives to the morpheme-based approach. One notable alternative is the (inferential-) realisational approach to inflectional morphology, which has been extensively developed by morphologists such as Matthews (1972), Anderson (1982), Zwicky (1985), Corbett and Fraser (1993), Stump (2001), and Brown and Hippisley (2012).

In what follows, we will showcase realisational concepts and demonstrate their application, by sketching informal analyses within Paradigm Function Morphology (Stump, 2001).

a. One fundamental idea in realisational morphology is that a word's morphosyntactic features and its corresponding form are defined separately. An inflectional rule system will capture the association between morphosyntactic content and forms for each language, by examining the existing patterns (see 3.3.2 and 3.3.3 below). The Paradigm Function (PF) in (14) specifies that the pair consisting of the lexeme SING and the complete feature set 'present 3rd singular' is phonologically realised as *sings* /sɪŋz/. The right hand-side of the equation captures the intuition that /sɪŋz/ is a fully formed cell in the paradigm of SING.

(14) Paradigm Function for *sings* (Stump 2019b)

$$\text{PF}(\langle \text{SING}, \{\text{present}, 3^{\text{rd}}, \text{singular}\} \rangle) = \langle \text{/sɪŋz/}, \{\text{present}, 3^{\text{rd}}, \text{singular}\} \rangle$$

This view of word structure is in marked contrast with the morpheme-based view, which segments word forms into parts and assumes that each part carries its own meaning and form. In contrast, the realisational approach allows for a flexible mapping between morphosyntactic features and their realisation.

b. The output of a PF is generally determined by rules of exponence, which derive each individual marker (or map subsets of features to their specific inflectional exponents). In English, for example, rule (15) realises the suffix *s* (/z/) as the exponent of the property set {present, 3rd, singular}.

$$(15) \text{RR} (\langle \text{SING}, \{\text{present}, 3^{\text{rd}}, \text{singular}\} \rangle) = \langle \text{Xs} \rangle$$

In Portuguese, *-va* systematically expresses ‘imperfect, active, class1’ and *-mos* realises ‘1st plural’ marker systematically. Both regularities can be captured as in (16a) and (16b): the exponence rule in (16a) associates the features ‘imperfect, active, class1’ to the suffix *-va*, while the exponence rule in (16b) specifies that the features ‘1st plural’ are realised by the suffix *-mos*.

$$(16) \quad \begin{array}{ll} \text{a. } \text{RR} (\langle \text{LAVAR}, \{\text{imperfect, active, class1}\} \rangle) = \langle \text{Xva} \rangle \\ \text{b. } \text{RR} (\langle \text{LAVAR}, \{1^{\text{st}}, \text{plural}\} \rangle) = \langle \text{Xmos} \rangle \end{array}$$

The correspondence between meaning and form is defined by the cyclical application of realisation rules: in the case of *falávamos* ‘we talked’, the RR in (16a) applies to the first conjugation stem *fala-*, whereas the RR in (16b) takes as input the derived stem *falava-* and yields the fully inflected form (or paradigm cell) *falávamos*.

c. Another property of exponence rules is that they must apply in an ordered sequence. To capture this intuition, RRs are grouped into ‘rule blocks’ (Anderson 1982, 1992; Stump 2001), and the order in which exponence rules apply depends on the rule block they belong to. In (17a’) and (17b’), we assume that the RR deriving *-va* belongs to Rule Block 1 and that the RR deriving *-mos* belongs to Rule Block 2:

$$(17) \quad \begin{array}{ll} \text{a'. } \text{RR}_I (\langle \text{LAVAR}, \{\text{imperfect, active, class1}\} \rangle) = \langle \text{Xva} \rangle \\ \text{b'. } \text{RR}_{II} (\langle \text{LAVAR}, \{1^{\text{st}}, \text{plural}\} \rangle) = \langle \text{Xmos} \rangle \end{array}$$

d. Inside the same rule block, exponence rules compete for the same ‘position’ in the verb form and, therefore, rules belonging to the same block are mutually exclusive in their application. If, in a given language, the exponence rules realising the features ‘2nd singular’ and ‘1st plural’ agreement are contained within Block II, as in (18), then all these rules will be in complementary distribution (Anderson, 1986, 1992).

(18) disjunctively ordered RR within Block_{II}

$$\begin{aligned} &RR_{II} \\ &RR_{IIb} (\langle \langle LAVAR, \{2^{nd}, singular\} \rangle \rangle) = \langle Xs \rangle \\ &RR_{IIa} (\langle \langle LAVAR, \{1^{st}, plural\} \rangle \rangle) = \langle Xmos \rangle \end{aligned}$$

A paradigm function, then, defines how a sequence of ordered RRs relates the form of words to their underlying morphosyntactic features. Based on the rule block in (17) and (18), we can now (informally) define the PF of the Portuguese verb form *lavávamos* as in (19).

$$\begin{aligned} (19) \text{ where } \sigma &= \{\text{imperfect, active, class1, } 1^{st} \text{ plural}\} \\ PF(\langle \langle LAVAR, \sigma \rangle \rangle) &=_{\text{def}} RR_{IIa} (RR_{IIb} (\langle \langle LAVAR, \sigma \rangle \rangle)) =_{\text{def}} \langle \text{lavávamos}, \sigma \rangle \end{aligned}$$

2.3. ANALYSING INFLECTION

Having laid out some of the key principles of realisational morphology (by adopting a simplified version of PFM), we will now illustrate how mismatches between form and meaning can be meaningfully captured.

2.3.1. EXTENDED EXPONENCE

One classical example of extended exponence examined in Stump (2001) is the Swahili past negative verb forms, shown in (20). In this verb form, ‘negation’ is realised both by the negative-past prefix *ku-* (which attaches directly to the stem) and by the negative prefix *ha-* (which is realised after the agreement marker *tu*).

$$\begin{aligned} (20) \text{ Swahili (Stump 2001: 141f)} \\ &ha-tu-ku-taka \\ &NEG-I.PL-NEG.PAST-WANT \\ &\text{‘We did not want’} \end{aligned}$$

To capture the multiple exponence of negation, Swahili defines two RRs expressing negation, namely RR_{Ib} and RR_{IIIc} , as sketched below:

(21) Informal representation of RRs for Swahili (based on Stump 2001:142)

a. $RR_{lb}(\langle \text{TAKA}, \{\text{negation}, \text{past}\} \rangle) = \langle \text{ku-X} \rangle$

b. $RR_{lld}(\langle \text{TAKA}, \{\text{1pl}\} \rangle) = \langle \text{tu-X} \rangle$

c. $RR_{lllc}(\langle \text{TAKA}, \{\text{neg}\} \rangle) = \langle \text{ha-X} \rangle$

2.3.2. CUMULATIVE EXPONENCE

In Swahili, multiple features may also be cumulatively associated with a single exponent. For example, the past feature is generally associated to one exponent, namely the prefix *li-* in (22). However, the prefix *ku-* expresses both past and negative:

(22) Swahili past markers

a. $RR_{la}(\langle \text{TAKA}, \{\text{past}\} \rangle) = \langle \text{li-X} \rangle$

b. $RR_{lb}(\langle \text{TAKA}, \{\text{negation}, \text{past}\} \rangle) = \langle \text{ku-X} \rangle$

Another example of cumulative exponence is illustrated in (13), for Finnish. To capture the insight that case and number are realised separately, as in (23a), we propose one Rule Block for number, as given in (24a), and another Rule Block for case, as in (24b). However, to capture the plural nominative form, illustrated in (23b), the RR in (25) is inserted into Rule Block 1 realising both nominative and plural, pre-empting the more general rule in (24a) (Spencer 2004).

(23) Finnish nouns

a. *talo-i-ssa* ‘in the houses’ (inessive plural)

b. *talo-t* ‘houses’ (nominative plural)

(24) RRs for number and case

a. $RR_{la}(\langle \text{TALO}, \{\text{plural}\} \rangle) = \langle \text{X-}i \rangle$

b. $RR_{llc}(\langle \text{TALO}, \{\text{inessive}\} \rangle) = \langle \text{X-}ssa \rangle$

(25) RR realising cumulative exponence

$RR_{lb}(\langle \text{TALO}, \{\text{plural}, \text{nominative}\} \rangle) = \langle \text{X-}t \rangle$

2.3.3. ZERO EXPONENCE

A morphosyntactic feature contained in the feature set of a given word may not trigger the application of a rule of exponence. When this happens, the feature is not overtly expressed. Examples of zero exponence include English nouns like *sheep* which express ‘plural’ but do not exhibit a plural marker, unlike *cats*. Likewise, the German plural noun *Mädchen* ‘girls’ does not contain a plural marker unlike *Blumen* ‘flowers’. Nonetheless, plural forms such as *sheep* and *Mädchen* correspond to a distinctive cell in the paradigm of SHEEP and MÄDCHEN.

In PFM, zero exponence simply reflects the possibility that properties may not to receive any expression by any realisation rule. This phenomenon, which is quite frequent in language, is captured by the Identity Function Default rule (Stump 2001). This specific rule ‘realises’ a given feature without making any changes or modifications to the base: $RR \langle \langle X, \{\sigma\} \rangle \rangle = \langle X, \sigma \rangle$. In more familiar terms, this rule expresses meaning by doing nothing.

As has been shown, the rejection of the morpheme does not imply a denial of the existence or importance of smaller units (such as affixes) within words. Rather, it suggests that the morpheme is not regarded as the building block of word structure.

2.3.4. SUMMARY

The key features of the realisational approach to word structure can be summarised as follows:

- The morphosyntactic content of a word form is treated independently of its specific formal realisation, allowing for a flexible mapping between content and form.
- The correspondence between morphosyntactic content and inflectional forms is established through a system of exponence rules (a subtype of realisation rules).
- Exponence rules determine how morphosyntactic features are mapped onto their corresponding inflectional forms. The order

in which exponence rules apply is determined by the Rule Block they belong to.

- The systematic relations between words within a paradigm help uncover the regularities and patterns in the correspondence between meaning and form.

3. SUMMARY

Linguistics textbooks commonly depict the internal structure of words by segmenting word forms into morphemes. A word form like *cats* is divided into two strings, *cat* meaning ‘cat’ and *-s* meaning ‘plural’, and the meaning of the whole word is derived from the sum of the meaning of its parts. However the segmentation of words, referred to as the “chopping off process”, by Matthews’s (1974: 15), is not unanimously accepted among morphologists. If we examine systematic patterns across languages, it becomes evident that, even for a language like English, there is no intuitive way in which discrete, isolated strings can be associated with individual meanings.

In this paper, I have attempted to go beyond the simplistic segmentations of words into morphemes that are commonly found in Linguistics textbooks. My aim has been to demonstrate that a) the morpheme is not simply a tool, but is couched within a model of morphology and b) that there are competing theories challenging the concept and its underlying assumptions.

The two models of word structure discussed in this paper are built on a set of mutually exclusive assumptions that can be seen as dichotomies (Hippisley and Stump 2016, Stump, 2019a):

- a. In morpheme-based theories, the association between a word form’s morphosyntactic properties and their exponents is lexically listed, and complex word forms acquire their morphosyntactic properties at the same time as they acquire their exponents. Word-structure is hierarchical. Non-concatenative and non-isomorphic patterns require additional mechanisms, intermediate levels or more elaborate notions of the morpheme.

- b. In word-based theories, the association between a word form's morphosyntactic properties and their exponents is specified by rules for the definition of complex word forms, and a complex word form's association with a particular property set logically precedes its inflectional realisation. The morphology is autonomous. Inferential rules define an inflected word form independently of its isomorphic or concatenative structure.

Before I finish, it is essential to point out that this paper has only scratched the surface of the debate. Different models and theoretical variants exist beyond what has been discussed here. Within the morpheme-based tradition, there have been theoretical variants that have responded to the complexities of word structure by developing 'richer' notions of the morpheme. Approaches such as Autosegmental Morphology (McCarthy, 1981) and Prosodic Morphology (McCarthy and Prince, 1990) and have introduced intermediate levels to capture non-concatenative phenomena, while Distributed Morphology (Halle and Marantz, 1993) has drastically reconceptualised the notion of the morpheme redefining the mapping between morphosyntactic content and exponence. Additionally, constraints-based theories such as Lexical-Functional Grammar (Kaplan and Bresnan, 1982), which have traditionally adopted a morphemic model of morphology, have partially shifted towards a word-based view. Overall, these developments reflect a growing recognition of the limitations of a purely morphemic approach and recognise the autonomy of morphology.

REFERENCES

- Anderson, Stephen R. (1982). Where's morphology? *Linguistics Inquiry*, 13, 571-612.
- (1986). Disjunctive ordering in inflectional morphology. *Natural Language and Linguistic Theory*, 4, 1-32.
- (1992). *A-morphous Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (2015). The morpheme: Its nature and use. In Matthew Baerman (Ed.), *The Oxford Handbook of Inflection* (11-34). Oxford: Oxford University Press.

- (2016). The Role of Morphology in Transformational Grammar. In Andrew Hippisley and Gregory T. Stump (Eds.), *The Cambridge Handbook of Morphology* (588–608). Cambridge: Cambridge University Press.
- (2017). Words and Paradigms: Peter H. Matthews and the Development of Morphological Theory. *Transactions of the Philological Society*, 115/1, 1-13.
- Aronoff, Mark (2000). Generative grammar. In G. Booij, et al. (Eds.), *Ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung* (1. Halbband) (194-209). Berlin: De Gruyter Mouton.
- Bassarac, Amrin; Gerd Jendraschek (2004). Turkish. In G. Booij, et al. (Eds.), *Ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung* (2. Halbband) (1358-1365). Berlin: De Gruyter Mouton.
- Blevins, James (2016). *Word and Paradigm Morphology*. Oxford: Oxford University Press.
- Bloch, Bernard (1947). English verb inflection. *Language*, 23, 399-418.
- Bloomfield, Leonard (1926). A set of postulates for the science of language. *Language*, 2, 153-164.
- Brown, Dunstan; Hippisley, Andrew (2012). *Network Morphology: A Defaults-based Theory of Word Structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Corbett, Greville; Fraser, Norman (1993). Network Morphology: A datr account of Russian nominal inflection. *Journal of Linguistics*, 29, 113-142.
- Chomsky, Noam (1957). *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton.
- (1965). *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press.
- (1970). Remarks on nominalisation. In R. Jacobs and P. Rosenbaum (Eds.), *Readings in English Transformational Grammar* (184-221). Waltham, MA: Ginn.
- Crysmann, Berthold; Sailer, Manfred (2021). Introduction. In Berthold Crysmann and Manfred Sailer (Eds.), *One-to-many Relations in Morphology, Syntax, and Semantics* (Empirically Oriented Theoretical Morphology and Syntax) (1-22). Berlin: Language Science Press.
- Dahlstrom, Amy (1991). *Plains Cree morphosyntax*. New York: Garland.
- Fought, John (2010). American Structuralism. In G. Booij, et al. (Eds.), *Ein internationales Handbuch zur Flexion und Wortbildung* (1. Halbband) (170-190). Berlin: De Gruyter Mouton.
- Fromkin, Victoria; Rodman, Robert and Hyams, Nina (2010). *An Introduction to Language* (9th ed.). Wadsworth, Boston.
- Goldsmith, John (2019). American Descriptivist Morphology in the 1950s. *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. Retrieved March 2023, from <https://oxfordre.com/linguistics/view/10.1093/acrefore/9780199384655.001.0001/acrefore-9780199384655-e-574>.
- Halle, Morris (1973). Prolegomena to a theory of word formation. *Linguistic Inquiry*, 4, 3-16.

- Halle, Morris; Marantz, Alec (1993). Distributed Morphology and the pieces of inflection. In Kenneth Hale and Samuel J. Keyser (Eds.), *The View from Building 20: Linguistic Essays in Honor of Sylvain Bromberger* (111-76). Cambridge, MA: MIT Press.
- Harris, Zellig S. (1942). Morpheme alternants in linguistic analysis. *Language*, 18, 169-80.
- Hacken, Pius Ten (2019). Early Generative Grammar. In Jenny Audring and Francesca Masini (Eds.), *The Oxford Handbook of Morphological Theory* (105-121). Oxford: Oxford University Press.
- Hippisley, Andrew; Stump, Gregory (2016). Introduction. In Andrew Hippisley and Gregory Stump (Eds.), *Cambridge Handbook of Morphology* (1-24). Cambridge: Cambridge University Press.
- Hockett, Charles F. (1947). Problems of morphemic analysis. *Language*, 23, 321-43.
- Kaplan, Ron; Bresnan, Joan (1982). Lexical-Functional Grammar: A Formal System for Grammatical Representation. In Joan Bresnan (Ed.), *The Mental Representation of Grammatical Relations* (173-281). Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Leu, Tom (2020). The Status of the Morpheme. *Oxford Research Encyclopedia of Linguistics*. Retrieved June 2022, from <https://oxfordre.com/linguistics/view/10.1093/acrefore/9780199384655.001.0001/acrefore-9780199384655-e-582>
- Lieber, Rochelle (1980). *On the Organization of the Lexicon*. Doctoral dissertation, Massachusetts Institute of Technology.
- Matthews, Peter H. (1965). The inflectional component of a word-and-paradigm grammar. *Journal of Linguistics*, 1, 139-171.
- (1970). Recent developments in morphology. In John Lyons (Ed.), *New Horizons in Linguistics* (96-114). Harmondsworth: Pnuguin.
- (1972). *Inflectional Morphology: A Theoretical Study Based on Aspects of Latin Verb Conjugation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (1991). *Morphology* (2nd ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- McCarthy, John (1981). A prosodic theory of nonconcatenative morphology. *Linguistic Inquiry*, 12, 373-418.
- McCarthy, John; Prince, Alan S. (1990). Foot and word in prosodic phonology: the Arabic broken plural. *Natural Language and Linguistic Theory*, 8, 209-83.
- Nida, Eugene. A. (1948). The analysis of grammatical constituents. *Language*, 24, 168-177.
- O'Grady, William; Dobrovolsky, Michael (1996). *Contemporary Linguistic Analysis: An Introduction*. Toronto: Copp Clark Ltd.
- Oxford, Will (2020). Algonquian Languages. In Daniel Siddiqi et al. (Eds.), *The Routledge Handbook of North American Languages* (504-523). London: Routledge.

- Robins, R. H. (1959). In defence of WP. *Transactions of the Philological Society*, 58, 116-44.
Reprinted in *Transactions of the Philological Society*, 99, 116-44.
- Selkirk, Elisabeth (1982). *The Syntax of Words*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Stewart, Thomas (2019). Structuralism. In Jenny Audring and Francesca Masini (Eds.), *The Oxford Handbook of Morphological Theory* (85-104). Oxford: Oxford University Press.
- Spencer, Andrew (2004). Morphology: an overview of central concepts. In Louisa Sadler and Andrew Spencer (Eds.), *Projecting Morphology* (67-110). Stanford: CSLI.
- Stump, Gregory (2001). *Inflectional morphology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- (2019a). Theoretical issues in inflection. In Jenny Audring and Francesca Masini (Eds.), *The Oxford Handbook of Morphological Theory* (56-82). Oxford: Oxford University Press.
- (2019b). Paradigm Function Morphology. In Jenny Audring and Francesca Masini (Eds.), *The Oxford Handbook of Morphological Theory* (285-304). Oxford: Oxford University Press.
- Zwicky, Arnold. M. (1985). How to describe inflection. *Proceedings of the Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, 11, 372-386.

(Página deixada propositadamente em branco)

A LÍNGUA:
ASSIMILAÇÃO E RESISTÊNCIA.
O CASO DA LUSITÂNIA ROMANA

*The language: assimilation or resistance.
Roman Lusitania*

JOSÉ d'ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

*Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do
Património, Faculdade de Letras*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_14

Texto recebido em / Text submitted on: 06/03/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 23/11/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 301-324

RESUMO

Procura mostrar-se como, na Lusitânia romana, a língua foi indispensável elemento da aculturação entre o Romano invasor e os indígenas residentes. A prévia menção a casos da atualidade insere-se na ideia de que, para melhor compreender o Passado, o historiador deve saber olhar para o presente, a fim de saber retirar dele as necessárias ilações. Afinal, a natureza humana manteve-se praticamente imutável.

Palavras-chave: Lusitânia romana; aculturação linguística; divindades indígenas; onomástica; bilinguismo.

ABSTRACT

At the time of the Roman conquest in *Hispania*, the indigenous words to identify persons, deities and villages were maintained in the epigraphic monuments, with, nevertheless, the Roman facies. So, we can say that the language acted as an very important way to the assimilation, without real resistance.

Keywords: Roman Lusitania; linguistic acculturation; indigenous divinities; onomastics; bilingualism.

INTRODUÇÃO

Ao apresentarem o tema fulcral deste número da revista *Biblos*, “Conflitos e conflitualidades”, afirmavam, a dado passo, os seus responsáveis:

Se as sociedades complexas são caracterizadas por graus elevados de tensão e de conflito, as instituições sociais e os valores são considerados elementos de consenso, de resistência, essenciais para garantirem a sua persistência e o progresso.

E assinalava-se, mais adiante:

Pretende-se dar um enfoque particular ao momento que atravessamos na Europa e no mundo.

À primeira vista, portanto, propor um olhar ao que, na Lusitânia romana, se passou há 2000 anos afigurar-se-á, no mínimo, estranho e inoportuno. Porventura, não. E sobre isso ora se pretende refletir, não sem, antes, se tecerem considerações que, apesar de óbvias, podem contribuir para melhor se avaliarem as circunstâncias dos conflitos.

1. A LÍNGUA, NA ATUALIDADE

No que concerne à escrita em língua portuguesa adotaram-se normas artificialmente criadas pelo chamado Novo Acordo Ortográfico, resultante do tratado internacional, assinado, em 1990, pela Academia de Ciências de Lisboa, a Academia Brasileira de Letras e delegações dos restantes países abrangidos pelo acordo: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe assim como Timor-Leste. O principal objetivo era, no entender dos seus promotores, unificar a ortografia do português em todos os países de língua oficial portuguesa (PALOP), promovendo a unidade intercontinental.

A essa assimilação se opuseram muitas individualidades, por reconhecerem, primeiro, que não era esse o melhor processo para se fomentar “unidade

intercontinental” e, em segundo lugar, por assim se obnubilar a etimologia latina, que outros países ocidentais haviam mantido: objecto e não objeto, adopção e não adoção...

A cada vez maior internacionalização das relações em todos os domínios tem provocado a adoção do inglês como língua de mais fácil entendimento. Palavras e frases como “the best of”, “newsletter”, “call for papers”, “ok”, “show”, “final four”, “play off”... já fazem parte do luso quotidiano. Longe vai o tempo em que o Latim se prefigurara como língua científica por excelência ou mesmo o francês no século XX. Na atualidade, chegou-se ao extremo de só considerar válido, para efeitos de currículo científico, um artigo redigido em língua inglesa, independentemente do seu conteúdo e, até, da vernaculidade da linguagem usada. O inglês, portanto, como língua de assimilação, facto (quase) consumado, que não deixa de provocar muita resistência e que, inclusive, começa a não ser benquisto pelos próprios cientistas que têm o inglês como língua materna, atendendo à facilidade com que se dissemina terminologia não inteiramente consentânea com os cânones fixados.

Quando Timor foi invadido pela Indonésia, uma das primeiras medidas adotadas foi a proibição do uso da língua portuguesa. Deixou de ser ensinada, foi mesmo proibido o seu ensino nas escolas e tudo se fez para que também não fosse falada. Percebera-se que a manutenção do Português dificultaria muito a assimilação que se pretendia rápida e profunda.

Quando a Rússia tomou a Moldávia, região pertencente à Roménia, idêntica medida se adotou: o alfabeto cirílico abafou o latino, inclusive os epitáfios dos cemitérios escritos em Romeno foram destruídos e substituídos. Notável, nesse domínio, em sentido inverso, o facto de, em 1977, o presidente Nicolae Ceaușescu ter mandado reconstituir inteiramente, em Adamclisi, a partir dos elementos arqueológicos identificados, o *Trophaeum Traiani*, o monumento que, no ano de 109, o imperador Trajano decidira erguer para comemorar a vitória sobre os Dácios (Fig. 1). Não deixa de ser significativa essa atitude da parte do responsável máximo da Roménia, a mostrar o orgulho sentido em pertencer à comunidade dos países de língua latina, nada preocupado com o facto de o monumento comemorar a derrota dos seus antepassados perante o invasor.

Outro fenómeno que – neste âmbito da língua – merece reflexão é o bilinguismo. Caso extremo é, sem dúvida, o de Bruxelas, cidade e população claramente divididas em duas: a dos franco-falantes e a dos que se exprimem em flamengo. Aí, as placas toponímicas apresentam as duas línguas e até nas bandeiras dos autocarros os destinos são bilingues.

Bilingues são também, entre nós, as placas toponímicas de Miranda do Douro (Fig. 2), sendo o primeiro lugar reservado à forma local (Infainç) e o segundo à portuguesa (Ifanes). A demonstração do orgulho de ter sido reconhecido ao mirandês o estatuto de língua nacional.

Na cidade basca de Vitória–Gasteiz, numa ponta da rua, o nome está em basco e na outra em castelhano, o que é inteiramente admissível, não apenas por o basco ser uma língua por completo diversa do castelhano, mas também porque importa manter a identidade local e o basco é língua falada no dia a dia – como, aliás, se está a fomentar esse hábito em terras mirandesas.

Já o fenómeno que se regista na cidade francesa de Toulouse se situa num outro domínio, que, na realidade, não se prende expressamente com os conceitos de assimilação ou de resistência. Situa-se Toulouse na região da Occitânia. Aí se falava o occitano, uma língua de fortes raízes latinas, que por completo caiu em desuso, ninguém o fala e não se aprende na escola. Mas... as placas toponímicas da cidade (Fig. 3) mantêm as duas ortografias: a francesa e a occitana. A francesa (Rue des Lois) em primeiro lugar, a occitana (Carrièra de las Leis) em segundo. A hierarquia a ditar as suas leis!...

2. A LÍNGUA, NA LUSITÂNIA ROMANA

Falar em Lusitanos faz lembrar, de imediato, a sua guerra contra o Romano invasor. Acossados nas suas terras, defenderam-se com unhas e dentes, numa luta de guerrilha, muito semelhante àquelas de que ainda hoje se fala. As figuras de Viriato e de Sertório vêm, portanto, à lembrança, heróis que os livros guindaram ao patamar mais alto e que só a traição teve o condão de vencer.

Essa, a história que vem nos livros, bebida nos relatos dos historiadores mais ou menos seus contemporâneos.

Há, porém, outra história a contar. Como, na atualidade, após a luta mais ou menos mortífera, o que, afinal, acaba por nos interessar são as consequências, sobretudo para quem foi derrotado.

No caso da Lusitânia – e usa-se aqui o termo não no sentido político-administrativo, mas geográfico, o território a sul do rio Douro – os Romanos instalaram-se, de facto; organizaram o território de acordo com as estruturas político-administrativas que alhures haviam dado bons resultados e começaram a explorar as riquezas (por exemplo, mineiras) que mais lhes interessavam do ponto de vista económico.

Os *vestígios arqueológicos* muito nos elucidam acerca das transformações materiais introduzidas. Delas testemunha o muito que ora se conhece de cidades como *Conimbriga*, Idanha-a-Velha (a *civitas Igaeditanorum*), *Olisipo*, *Ebora*, *Pax Iulia*, *Ossonoba*, *Balsa*... E de mui sumptuosas *villae*, como a que se identificou em Torre de Palma (Monforte), no Rabaçal (Penela), em Pisões (junto a Beja) ou em Milreu (perto de Faro). Também se soube que, em Aljustrel (o *vicus Vipascensis*), foram pioneiros na extração de minérios de ferro e cobre, não desprezando os filões de ouro e prata que adregassem topar. E na península de Tróia (concelho de Grândola), no estuário do rio Sado, fabricaram *garum*, apreciado condimento que para Roma abundantemente se exportou.

Há, porém, outra ciência que nos permite penetrar mais a fundo no quotidiano dessa época e é capaz de responder à pergunta: e, no dia a dia, como era? Como foi o relacionamento? Respeitaram-se, nomeadamente, as tradições, os costumes? E as fronteiras dos agrupamentos familiares ou outros pré-existentes?

São, na verdade, os *testemunhos epigráficos* que nos dão a possibilidade de responder satisfatoriamente a essas questões. Epigrafia é a ciência que estuda as inscrições deixadas em materiais que perduraram até hoje e a decifração e enquadramento histórico dessas epígrafes vem, pois, ao nosso auxílio, sobretudo na questão que ora nos prende: a de sabermos qual foi o papel desempenhado pela língua. Os indígenas não falavam Latim; os Romanos trouxeram o Latim – como se deu a aculturação? Ou houve resistência – como a que atrás referenciávamos, no atual País Basco e na Catalunha, para citarmos dois casos mais do nosso conhecimento?

Dir-se-á, em primeiro lugar, que escrever, deixar um testemunho duradouro representa para o Homem de todos os tempos uma sedução. Não nos admiramos, por isso, de ver, no Pergamonmuseum de Berlim, uma estátua dos tempos mesopotâmicos pejada de caracteres cuneiformes; ou as paredes de um templo ou de um túmulo egípcio literalmente preenchidas por hieróglifos. Daí que os indígenas peninsulares depressa houvessem adotado o hábito epigráfico romano. Aliás – como as estelas epigrafadas do Sudoeste bem o demonstram – esse hábito já tinham e hoje continua a faltar-nos uma estela bilingue (como foi a sorte de Champollion em relação à Pedra de Roseta) para logarmos decifrar o que nelas foi escrito. Tinham o hábito, bastava agora adaptarem-se aos novos modelos, que – diga-se desde já – a princípio muito mantiveram do que já era comum.

E onde é que entra, então, a língua e como é que, através das inscrições, poderemos falar de resistência ou assimilação?

Tal como na atualidade se observa, os aspetos materiais são os primeiros a ser adotados, sem distúrbios de maior. Para nós, portanto, o mais interessante, do ponto de vista da análise histórica, é a escrita, a morfologia, a sintaxe. Bem, a sintaxe não terá muito a ver, porque a inscrição representa uma mensagem sintética, em que, como nas atuais *sms*, tudo se resume aos vocábulos mais significativos.

A paulatina apropriação do hábito epigráfico levou, por conseguinte, os indígenas a copiarem o que os Romanos faziam, no que concerne – e estes dois são os aspetos que mais nos interessam e que, porventura, a eles também mais interessavam – aos defuntos e às divindades. No fundo, se as relações com os outros eram relevantes, para tudo correr na melhor harmonia, as relações com o Além constituíam, no quotidiano, o que mais importava resolver.

2.1. A ONOMÁSTICA

E ao investigador particularmente diz respeito o modo de identificação.

Primeiro: os nomes indígenas foram latinizados. É assim que nos aparecem nas inscrições. E como sabemos que são indígenas? – perguntar-se-á. Essa tem sido, ao longo de décadas, a tarefa dos linguistas, mormente porque

ambicionam, através da análise etimológica e conhecendo os radicais comuns, por exemplo, às línguas derivadas do indo-europeu, descobrir donde é que esse antropónimo derivou e se, através do conhecimento dessa derivação, se poderá ajuizar duma origem celta, ibérica ou celtibérica da terminologia...

Depois, pouco a pouco se foi compreendendo a flexão: se a palavra deveria ficar em dativo, em nominativo ou noutra caso. Não cremos, no entanto, que tenha havido 'lições'; tudo se terá passado ao nível da observação atenta, até porque, decerto, rapidamente se criaram, junto aos principais centros de consumo, oficinas de canteiros para lavrar letreiros nas pedras e os formulários estereotipados depressa entraram em uso.

Um exemplo será suscetível de melhor nos elucidar: Fig. 4.

Trata-se de uma placa de granito toscamente trabalhada, que desde 1972 se expõe no Museu Francisco Tavares Proença Júnior, de Castelo Branco (Ferreira, 2004: nº 7). Não custa a acreditar que haja sido preparada numa oficina local, aproveitando a pedra que estaria mais à mão, sem preocupações estéticas de alindamento geométrico. Aliás, embora haja algum cuidado no espaçamento interlinear, verifica-se que a gravação, à goiva, foi feita sobre eventual minuta esgratificada à mão levantada, sem régua.

Interpreta-se sem dificuldade, desdobrando a sigla e completando uma palavra:

TVRACIA / SAELGI(i) · F(*ilia*) / STATVS · HI[C] / EST

Em português:

Aqui jaz Turácia, filha de Saélgio.

A classificação da defunta como indígena baseia-se no facto de o seu nome não constar entre os nomes latinos e de se identificar não à maneira latina mas com apenas um antropónimo seguido da filiação.

Estávamos seguramente perante um universo social restrito, como – vamos imaginar – o das nossas aldeias ou mesmo vilas de há não muitos anos, em que toda a gente se conhecia. Havia diversos Zés, muitas Marias e

o modo de se distinguirem era não o apelido, como o virá a ser mais tarde, mas a indicação do nome do pai ou da mãe ou, até, do marido ou da mulher – que, neste âmbito e nesses ambientes, não havia distinção de género. Aliás, permita-se-me que refira a surpresa que tive, a 18 de novembro de 2021, quando, num restaurante de Riachos (Torres Vedras), me apresentaram uma garrafa e um copo com os dizeres “ZÉ DA LEONOR – A marca da nossa história”: a identificação do vinicultor pelo nome da mãe (porventura) e a consciência de que essa forma de identificar marcava a identidade local...

Por vezes – deve acrescentar-se (voltando à época romana) – até o F – de *filius*, *filia* – se subentendia e ficava, por exemplo, *Avitianus Aviti*, “Avitiano de Avito”.

Falta, todavia, a outra justificação: a da análise linguística.

Começemos por dois “clássicos” neste domínio: Manuel Palomar Lapesa e María Lourdes Albertos.

“El elemento *Tur-*”, sentencia Palomar (1957: 107), “aparece en muy numerosos nombres célticos. Sin duda corresponde al del término del antiguo irlandés *turas* ‘fuerte’, ‘poderoso’”. Cita uma série de antropónimos e teónimos com esse radical, entre eles *Turobrica*, da Bética, e os étnicos *Turones* (da Gália) e *Turoli* (Lusitânia).

Essa ideia de ‘forte’ é corroborada por Albertos, que refere, por exemplo, **turos*, ‘rebosante de salud, fuerte’ (1966: 236).

José María Vallejo Ruiz (2005) dedicou-se acuradamente a refletir sobre quanto se escrevera desde os primeiros passos em que os estudos epigráficos começaram a revelar antropónimos e teónimos estranhos à normalidade latina. Além de Manuel Palomar Lapesa e María Lourdes Albertos, muitos foram – e ainda são – os linguistas que os analisaram: Iulius Pokorny (1949), Adolfo Coelho (1880), José Leite de Vasconcelos¹, Antonio Tovar (1949), Alfred Holder (1896-1907), Albert J. Carnoy (1906), entre outros, que me

¹ Leite de Vasconcelos deu início, em 1887, à publicação da *Revista Lusitana*, que tinha como subtítulo *Archivo de Estudos Philologicos e Ethnologicos Relativos a Portugal Publicado por J. Leite de Vasconcellos*.

dispensar de citar, pois bastarão estes e a observação dos títulos das suas obras indicadas na bibliografia para nos darmos conta do interesse que estes estudos despertaram, não sem – importa dizê-lo – que por detrás dessa investigação houvesse, amiúde, laivos de intenção política. De facto, se recordarmos a Europa da II Guerra Mundial, facilmente compreendemos não ser inócuo optar por uma etimologia céltica, relacionável com o centro europeu, ou por uma etimologia ibérica, mais propensa a ter ligações com o Norte de África ou a área mediterrânica.

Vejamos, então, em síntese o que pode concluir-se das referências aos antropónimos *Turacia* e *Saelgius* esparsas pelo livro de Vallejo Ruiz.

O antropónimo *Turacia* está incluído no “*corpus* de formas documentadas”, a ilustrar o radical TVRAC- (Vallejo Ruiz, 2005: 437), que o autor considera “maioritariamente lusitano, concentrado em Cáceres”; cita também nesse grupo “*turaku* [<*turakōn] celtibérico”.

Logo aqui somos encaminhados para um universo somente acessível ao linguista (que não obrigatoriamente ao historiador): o signo < significa que *turaku* deriva de *turakōn*; o asterisco denuncia que o termo não é seguro. *Turaku*, esclareça-se, é termo lido numa placa epigrafada, de bronze, achada em Botorríta, Zaragoza (Beltrán Lloris, De Hoz & Untermann, 1996: II.20, 49 e 161). Esses três investigadores viram na lâmina quatro signos geométricos e interpretaram-nos como *turaku*; na página 161, afirmam ser um nome próprio “analizable en la base *turo- (→ *turos*) y los sufijos -āko- y -ōn-”, acrescentando: “En inscripciones latinas hay derivaciones de un NP *Turakos en territorio vetón” – e aduzem também esta inscrição. NP significa nome próprio.

Voltando ao livro de Vallejo (2005) na página 521, *Turacia* exemplifica os casos em que há “geminación en la raíz”, na medida em que também se atestou a forma *Turracia*. Na página 553, no quadro da “derivación en -i-”, *Turacis* é citado como o derivado secundário: -ky-. Na página 566, o nome *Turaga* apresenta-se como exemplo da sonorização em -k->-g, de que *Tur(r)acia* constitui “la variante sorda”.

Louve-se, pois, o caminho andado; no final, contudo, o que ao historiador interessava saber era se o antropónimo detinha algum significado concreto, se se confirmava aquela hipótese de estar correlacionado com a ideia de força.

Na verdade, há uma impressão geral – poderá ser só ‘impressão’... – de que, na sua origem, mesmo os antropónimos se formaram a partir duma realidade.

Importante, no caso de *Turacia*, é saber que se trata, seguramente, de um nome pré-romano, de etimologia não-latina, grafado, todavia, à maneira latina. Fica-se com a ideia de que pode ter uma etimologia celtibérica, mas o que possa querer dizer permanece sem explicação.

Chegando a tal encruzilhada, sem saber que direção tomar, o historiador pode, até, ceder à tentação de ir à procura de termos latinos aparentados. Aliciante seria, a título de exemplo, a correlação com *turea*, “relativa a incenso”. *Turacia*, ‘aquela donde emanam fragrâncias de incenso’ – até poético serial! Contudo, nem a História nem a Linguística se dariam bem com a Poesia – e vamos ter de permanecer no obscuro.

Vejamos se com *Saelgius* temos mais sorte. Continuamos no domínio da antroponímia indígena, uma vez que o antropónimo se não regista em Latim.

Na página 391, José María Vallejo (2005) inclui *Saelgius* no quadro do radical SAILC- e enumera os seis testemunhos conhecidos da presença deste antropónimo na epigrafia lusitana, cinco dos quais na qualidade de patronímico, como aqui. Parte do princípio de que se trata duma variante de *Sailcius*, “un nombre típico lusitano, no atestiguado en ninguna otra parte” (Vallejo Ruiz, 2005: 392). Na tentativa de uma explicação etimológica, cita, entre outros, Tovar que propôs para *Sailcius* a raiz **saliks* (môlho), em latim *salix*, de **sal-* (cinzento sujo), aceitando a hipótese de ter havido uma metátese: **salik-* > **sailk-* (Vallejo Ruiz, 2005: 392).

Da consulta aos dicionários de Latim, resultou, no entanto, que *salix* designa o salgueiro (árvore), significado basto afastado do que se propõe aqui.

Também *Saelgius* se inclui na “derivação em -i-”, sendo o fonema -gy- “uma derivação secundária” (Vallejo Ruiz, 2005: 553). Na página 582, *Saelgius* é indicado como “variante sonorizada de *Saelcius*”, no quadro da derivação em -g-. Na página 696, o antropónimo é citado entre os exemplos da passagem do ditongo antigo **ai* a *ae*.

Em suma, percurso linguístico feito, também no que concerne a *Saelgius* nada de concreto se poderá concluir, quanto a eventual significado do termo. Confirma-se, porém, a sua característica “lusitana”.

Merece reflexão a fórmula final *status hi(c) est*. Apontamos para *hic* por ser esta a palavra habitual; nada, todavia, nos garante que o C tenha sido pensado e/ou, estando muito à beirinha, se sumiu ou não foi mesmo gravado por falta de espaço. *Status* está por *situs*, que é o termo habitual. E ocorre-nos lembrar a estela da Herdade da Calada (Igrejinha, Arraiolos) que diz *Apano Cilei f. hic situs et statuerunt serores et vidua* (IRCP 416). Ou a estela de Ibahernando, no Museu de Cáceres: *Alluquiu Protaeidi f. hec e stitus* (*t* e *u* em nexa, ponto de separação entre *e* e *s*) – Esteban Ortega 2012, nº 571. Nos três casos, a mesma imperícia: sabe-se exatamente o que se quer dizer – *hic situs est* –, mas há dificuldade em escrever corretamente, com a agravante, no caso de *Turacia*, de que se não compreendeu a necessidade de escrever no feminino (o masculino era o mais normal).

O nosso objetivo é falar da utilização da língua. E o que vemos aqui? O que poderíamos chamar – para usar terminologia contemporânea – uma coexistência pacífica. Se pensarmos, até, que o referido epitáfio de Ibahernando está gravado numa estela da Idade do Ferro, com mais realce fica o que se acaba de verificar.

Paulatinamente, o esquema onomástico latino irá penetrando, sem resistências observáveis. Assim, a bonita estela de Arruda dos Vinhos, no *ager Olisiponensis*, guardada no Museu Nacional de Arqueologia (Ribeiro, 2002: 549, nº 290) mantém toda uma “ambiência de tradição paleohispânica”, bem patente na sua decoração (Fig. 5), e a defunta está identificada como *Annia Maxsuma M(arci) f(ília)*. A fórmula final já vem em siglas H · S · E; no entanto, a grafia *xs* ainda denota vontade de se explicitar o som a ler e a filiação vem após o *cognomen*, quando, em período de aculturação plena, virá imediatamente depois do *nomen*.

2.2. A TEONÍMIA

Também os teónimos indígenas foram latinizados e não houve qualquer obstrução à continuidade do seu culto (Encarnação, 2023). De facto, cedo a essas divindades foram dedicados monumentos, em jeito de pequenos altares, postos quer no larário familiar quer em santuário, onde várias divindades poderiam ser adoradas.

Estranhos são os seus nomes e a circunstância de poderem assumir variadas grafias denuncia que nem sempre o lapicida compreendia cabalmente os sons que lhe eram transmitidos (Encarnação, 2010). Temos, por exemplo, em dativo – sim, porque depressa mesmo em meio indígena se terá compreendido o mecanismo das declinações – *Trebarune*, *Trebaronne*, *Triboruni* (Encarnação, 2021); *Endovellico*, *Enobolico*, *Indovelico* (Guerra, 2008); *Arantio*, *Arentio*... (Salvado, Rosa e Guerra, 2004).

Dificuldades acrescidas, pois, para os linguistas, que também procuram filiar essa nomenclatura em radicais indo-europeus, na medida em que, tal se referiu em relação à onomástica, com mais razão o nome de uma divindade terá a ver com os seus principais atributos.

Em Chão do Touro, concelho de Idanha-a-Nova, encontrou-se a árula apresentada na Fig. 6 (Vasconcellos, 1905: 322). O nome da divindade, em dativo – *Arentio* – encabeça o letreiro; o(a) dedicante é *Sunua*, filho(a) de *Camalus*, nomes tipicamente lusitanos; a fórmula dedicatória, em siglas – *v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)* – prova de que a aculturação se processou já em plenitude. Pode ter acontecido que o real significado dessa fórmula não tenha sido perfeitamente entendido, porque, na realidade, cada palavra detém uma funda carga significativa: *votum* é a promessa ou, melhor, o voto, porque ao vocábulo está inerente a ideia de ‘entrega’, ‘votar-se a’; *solvit*, à letra “dissolveu”, implica que, com o gesto de colocar o monumento no lugar sagrado, se desfez o vínculo contraído; *libens*, traduzível pela expressão “de livre vontade”, exprime a condição *sine qua non* para que o gesto tenha valor, uma vez que não houve constrangimento algum, ninguém obrigou; finalmente, *merito*, “ao mérito”, é o reconhecimento do poder benfazejo divino.

O teónimo *Arentius* também surge grafado *Arantius* noutra dedicatória. Segundo os linguistas, o radical de que provém teria o significado de “o rio que corre velozmente”. Mais provável é, porém, que haja assumido um sentido de númen protetor, nomeadamente tendo em conta que há inscrições onde se lhe juntam epítetos – *Equotullaicensis*, *Eburobricus*, *Ocelaecus*, *Tanginiciaecus*... –, assim, ao jeito do que, na religião católica, se tem em relação a Nossa Senhora: Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Pranto... E os sufixos *-ensis*, *-icus*, *-aecus* emprestam, na

verdade, esse carácter adjetival, que pode ser em relação a uma família ou grupo de famílias ou uma povoação.

Por exemplo, tem sido sedutor pensar que, em Fundão ou nos seus arredores, se tivesse localizado uma cidade de nome *Eburobriga* (Encarnação, 2008a) e o seu patrono fosse *Arentius*, porque, numa das epígrafes, a *Arentius* e *Arentia* se dá, em dativo, o qualificativo *Eburobricis*, “eburóbrigos” (Salvado, Rosa e Guerra, 2004). Sintomática, a junção do masculino e do feminino, porque, não tendo a divindade um género preciso, cada qual a imaginava no feminino ou no masculino (Encarnação, 2002). Daí a expressão que, por vezes, se encontra em contexto referido a uma só divindade: *sive deus sive dea*, “seja deus ou seja deusa”; e, por isso, há dedicatórias “aos deuses e às deusas” duma cidade – para que nenhum seja omitido!

É, porventura, nos epítetos divinos, que mais valia assume a língua como fator de assimilação, devido à referida função protetora de uma comunidade.

Nesse âmbito nunca será de mais chamar à colação dois altares contemporâneos (do século I d.C.), encontrados, em 2008, na ermida de S. Domingos, em Alcains, por ocasião das obras de requalificação ali efetuadas (Assunção, Encarnação e Guerra, 2009). A ermida terá sido implantada num antigo lugar de culto romano e os dois monumentos explicitam o que se passou nesses primórdios do século I da nossa era.

Lê-se num: *Asidiaie / gentilitas / Polturicio/rum ex voto Poltu/ri Caenonis / a(nimo) l(ibens) s(olvit)*, “A Asídia, a gentilidade dos Polturícios, por voto de Poltúrio, de Cenão, cumpriu de livre vontade”. E o outro reza assim: *Asidiaie / Polturil/ceae / L(ucius) Attius / Vegetus / v(otum) l(ibens) s(olvit)*, “A Asídia Polturiceia, Lúcio Átio Vegeto cumpriu o voto de livre vontade”.

A língua latina a desempenhar aqui um papel fundamental: a comunidade (*gentilitas*) foi iniciada por um indígena (o antepassado maior), Poltúrio, filho de Cenão; a divindade escolhida para protetora foi Asídia, que, por isso, recebeu o epíteto de Polturiceia, derivada do antropónimo *Polturius*.

Vale a pena recordar que o culto às divindades indígenas não é exclusivo dos indígenas. *Endovellicus*, uma divindade que teve santuário em S. Miguel da Mota (Terena, Alandroal), viu-se honrada também por um *eques romanus*, *Sextus Cocceius Craterus Honorinus*, de seu nome (IRCP 492).

Por outro lado, também os indígenas se não fazem rogados para venerar as divindades romanas, mormente o seu deus maior, Júpiter. Nesse aspeto, a bonita ara, formalmente de fino recorte clássico, que a lusitana *Dobiteina*, filha de *Docquirus*, dedica a Júpiter ajuntando-lhe os epítetos – que só na literatura se atestam – Supremo e Sumo, constitui testemunho bem elucidativo (Encarnação e Geraldès, 1982).

2.3. O DOMÍNIO ADMINISTRATIVO

Mostram as inscrições que os Romanos aceitaram as designações toponímicas pré-existentes e também não mudaram os nomes dos povos: apenas latinizaram umas e outros (Encarnação, 2023). É de supor que interveio aqui a diplomacia. A transcrição do topónimo em palavra latina não parece, todavia, ter causado resistência. Veja-se que se outorgaram a Évora dois agradáveis epítetos *Liberalitas Iulia*, mas o nome antigo permaneceu: *Ebora*. O mesmo aconteceu com Lisboa: *Felicitas Iulia Olisipo*. De Beja não se encontraram, até ao momento, vestígios de qual teria sido o primitivo nome indígena, que decerto também existiu: nos monumentos só vem *Pax Iulia*.

Há dois altares fundacionais que elucidam cabalmente como a língua foi, nesse âmbito, veículo de integração.

Um é o de Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo) identificado por José Carlos Caetano e Helena Frade (1998) no seu sítio original, eloquente na concisa simplicidade do seu texto: *Iovi Optumo / Maxumo / civitas / Cobelcorum*. Nem mais nem menos. A comunidade a manifestar o seu preito ao deus maior do colonizador.

O outro foi identificado, em janeiro de 2009 (Fernandes, Carvalho e Figueira, 2008 e 2009), no centro histórico de Viseu pela equipa da Arqueohoje: *Albinus Chaerae filius* cumpre, seguramente em nome de toda a sua gente, o voto à divindade local, assumida na forma masculina e feminina assim identificada: *Deiba Borico Deibo Bori(co) Vissaieigo Bo(rico)*. As siglas finais – *v(otum) s(olvit) l(ibens) m(erito)* – correspondem ao que de mais latino pode pensar-se; as flexões *deiba* e *deibo*, em vez dos vocábulos latinos *deae*, *deo*, representam uma pronúncia local e será preferível ver nessa opção não

eventual iliteracia mas a vontade de vincar identidade, inclusive não distinguindo os géneros (para retomarmos a reflexão feita atrás a esse propósito)². Identidade que os teónimos e seus epítetos bem assinalam.

Porventura, a divindade é *Boricus*, palavra que se repete três vezes: por extenso e abreviadamente – *Bori(co)* e *Bor(ico)*. A todos interessou de imediato o segundo epíteto, *Vissaieigo*, donde, pela frequente ocorrência do sufixo adjetival *-aicus*, *-aecus* no panorama linguístico pré-romano, se deduziu ser qualificativo toponímico formado a partir, por exemplo, de *Vissaium*, que seria, então, o nome indígena – e depois romano – de Viseu.

Há um outro facto elucidativo do papel da língua nesse contexto (diríamos) diplomático: antes de ser elevada a município, a importante localidade indígena mantém os governantes que escolheu. É certo que, mesmo depois, são os principais representantes da comunidade que anualmente escolhem os duúnviros para os governar; mas, antes, quem superintendia na governação eram membros das famílias mais importantes e os romanos recém-chegados não alteraram o sistema, apenas lhes deram um nome latino, para melhor se entenderem: eram os *magistri*!

Vemos que, antes de o imperador Cláudio ter elevado *Ammaia* a município, por ocasião de lhe ter sido prestada homenagem, em consequência de um voto anual, a cidade se designa *civitas Ammaiensis* e quem aparece a responsabilizar-se pelo ato são dois magistrados indígenas: Próculo, filho de Pisiro, e Omuncião, filho de Cila (IRCP 615). Na 2ª metade do século II, os dedicantes da homenagem ao imperador Lúcio Vero serão os munícipes amaienses (IRCP 616) – a evolução terminológica a acompanhar a evolução política!

No ano 16 a.C., o lugar para ser colocado o *orarium* oferecido por um cidadão de *Emerita Augusta* aos Igeditanos (Mantas, 1988) foi indicado *per mag(istros) Toutoni Arcii f(ili) Malgeini Manli f(ili) Celti Arantoni f(ili)* e

² Fernando Patrício Curado identificou o vocábulo *deiba* numa inscrição achada em Proença-a-Velha. E cita, a esse propósito, o comentário de Francisco Villar, que aponta como paralelos o termo indo-europeu **deiwo*s, o celta antigo *deva* e o védico *devás* (2008: 129-130).

Ammini Atii f(iiii), ou seja, por *magistri* indígenas, podendo mesmo pensar-se que o estranho uso do genitivo pretende assinalar o seu carácter representativo das respectivas famílias; mas, no ano 1 d.C., a homenagem ao filho adotivo de Augusto, Caio César, por ocasião da sua nomeação como *princeps iuventutis*, já é a *civitas Igaeditanorum* que figura na epígrafe (Sá, 2007: 59).

E já que se falou do imperador Cláudio – sem dúvida, um dos imperadores que mais se preocupou com a organização da Lusitânia e, também, da Hispânia em geral – cumpre realçar, do ponto de vista político-administrativo, a ereção de *termini augustales*, a marcar as fronteiras entre os povos indígenas.

Urgia evitar contendas, mormente no que concerne à divisão de águas e terrenos, e os delegados imperiais, em nome do poder central – ouvidos, seguramente, os representantes locais – implantavam os marcos. Neles figuravam à cabeça o nome do imperador e os seus títulos, mas de cada lado do marco o que vinha era o nome de cada um dos povos.

Um dos exemplos mais relevantes poderá ser a delimitação dos territórios de Arabrigenses e Colarnos, na região hoje do distrito de Viseu, de que se conhecem quatro marcos, algo verdadeiramente fora do comum (Santos e Encarnação, 2023).

CONCLUSÃO

Partimos da reflexão sobre o que se passa na atualidade: os letrados, veículos de uma mensagem pensada, sintética, sintomática. E, influenciados, porventura, pelo quotidiano belicoso em que se vive e em que à linguagem das armas se junta a necessidade de uma comunicação, interrogámo-nos sobre o papel da linguagem falada e escrita: elemento de resistência ou de assimilação? Ou ainda: em tempo de conflitos – como se referia logo no início – que papel pode desempenhar a língua em que nos expressamos?

Procurámos, pois, exemplificar com os testemunhos epigráficos que os Romanos deixaram na Lusitânia, isto é, *grosso modo*, no espaço que é hoje Portugal a sul do rio Douro.

E vimos como se processou sem resistências a aculturação onomástica. O pai ou a mãe têm nome indígena e o filho é capaz de já se identificar à

maneira romana: é o caso de *Aleba Arconis f(ilia)* que manda gravar o epitáfio do filho *L(ucius) Iulius Regulus* (Matias, 2019: 152-153).

E as divindades, cujos nomes se latinizaram, começam a ser alvo de dedicatórias como era costume romano.

Os nomes dos povos mantiveram-se. São, por vezes, bem rebarbativos, como os epítetos das respetivas divindades nos mostram (*Dovilonici, Equotullaici...*) – mas não enjeitaram uma língua veicular que todos pudessem entender.

BIBLIOGRAFIA

- Albertos Firmat, M^a Lourdes (1966). *La Onomastica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Betica*. Salamanca: Universidad.
- Assunção, António; Encarnação, José d'; e Guerra, Amílcar (2009). Duas aras votivas romanas em Alcains. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 12, 2, 177-189. <http://hdl.handle.net/10316/14377>.
- Beltrán Lloris, Francisco; De Hoz, Javier; e Untermann, Jürgen (1996). *El Tercer Bronce de Botorrita (Contrebia Belaisca)*. Zaragoza: Diputación General de Aragón.
- Carnoy, Albert (1906), *Le latin d'Espagne d'après les inscriptions: étude linguistique*. Bruxelles: Misch & Thron,
- (1921). *Les Indo-Européens; préhistoire des langues, des mœurs et des croyances de l'Europe*. Bruxelles: Vromant & Co.
- Coelho, Francisco Adolfo (1880). Ensaio de onomatologia celto-ibérica. *Revista de Ethnologia e de Glotologia*, X, 1, 1, 34-41.
- Curado, Fernando Patrício (2009). Epigrafia das Beiras (Notas e correcções – 2). *Eburobriga*, 5, 121-148.
- Encarnação, José d' (2002). O sexo dos deuses romanos. In Ortiz de Zárate, Santos Crespo, e Alonso Ávila, Ángeles (Coord. e Edit.), *Scripta Antiqua* (517-525). Valladolid. <http://hdl.handle.net/10316/26771>.
- (2008). Dédicants et cultores: quelques aspects... dans la Lusitanie romaine. Le cas d'Endovellicus. In Antonio Sartori (coord.), *Dedicanti e Cultores nelle Religioni Celtiche* (61-71). Milano: Cisalpino (Istituto Editoriale Universitario). <http://hdl.handle.net/10316/9913>
- (2008a). Eburobriga, 'cidade' do teixo. *Eburobriga*, 5, 109-120. <http://hdl.handle.net/10316/10236>
- (2010). Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal – 35 anos depois. *Palaeohispanica*, 10, 525-535. <http://hdl.handle.net/10316/14476>.

- (2021). Trebaruna, divindade lusitana intemporal. *Materiaes*, 5, 37-76. <http://hdl.handle.net/10316/94367>
- (2023). L'iscrizione come strumento d'integrazione culturale nell'Occidente della Lusitania. In Francesca Cenerini; Erica Filippini; Manuela Mongardi; e Daniela Rigato (Coord.), *L'Iscrizione come Strumento d'Integrazione Culturale nella Società Romana (181-189)*. Roma: Carocci Editore.
- e Geraldès, Francisco (1982). Júpiter Supremo Sumo – uma inscrição inédita de Orjais (Covilhã). *Conimbriga*, 211, 135-142. <http://hdl.handle.net/10316/89239>
- Esteban Ortega, Julio (2012). *Corpus de Inscripciones Latinas de Cáceres. II. Turgalum*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- Fernandes, Luís S.; Carvalho, Pedro Sobral; e Figueira, Nádía (2008). Uma nova ara votiva de Viseu (Beira Alta, Portugal). *Sylloge Epigraphica Barcinonensis*, 6, 185-189.
- (2009). Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu. *Palaeohispanica*, 9, 143-155.
- Ferreira, Ana Paula Ramos (2004). Epigrafia Funerária Romana da Beira Interior: Inovação ou Continuidade? *Trabalhos de Arqueologia*, 34. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural, nº 7.
- Frade, Helena (1998). Ara a Júpiter da *civitas Cobeclorum*. *Ficheiro Epigráfico*, 58, nº 266.
- Guerra, Amílcar (2008). La documentation épigraphique sur Endovellicus et les nouvelles recherches dans son sanctuaire à S. Miguel da Mota. In R. Haessler e A. C. King (Ed.), *Continuity and Innovation in Religion in the Roman West*, Série suplementar nº 67, vol. 2, do *Journal of Roman Archaeology*, 159-167.
- Holder, Alfred (1896-1907). *Alt-celtischer Sprachschatz*. 3 vol. Leipzig.
- IRCP = Encarnação, José d' (1984). *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia.
- Mantas, Vasco Gil (1988). Orarium donauit Igaeditanis: Epigrafia e funções urbanas numa capital regional lusitana. *Actas del I Congreso de Historia Antigua Peninsular (Santiago de Compostela. 1986)*, vol. II, Santiago de Compostela, 415-439.
- Matias, Carla (2019). Epigrafia romana de Maфра. In Ana Caessa e Ricardo Campos (Coord.), *Lisboa Romana – Felicitas Iulia Olisipo – Monumentos Epigráficos (145-168)*. Lisboa: Câmara Municipal.
- Palomar Lapesa, Manuel (1957). *La Onomástica Personal Pre-latina de la Antigua*. Salamanca.
- Pokorny, Julius (1949-). *Indogermanisches Etymologisches Wörterbuch*. 1ª edição: 1949-1950; 2ª: Tübingen – Bern – Munich: A. Francke, 1959-1969.

- Ribeiro, José Cardim (Coord.) (2002). *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- Sá, Ana Marques de (2007). *Civitas Igaeditanorum: Os Deuses e os Homens*. Município de Idanha-a-Nova.
- Salvado, Pedro; Rosa, João; e Guerra, Amílcar (2004). Um monumento votivo a Arância e Arâncio, proveniente de Castelejo (concelho do Fundão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7, 2, 237-242.
- Santos, José Carlos e Encarnação, José d' (2023). *Terminus augustalis inter Arabrigenses et Colarnos*. *Ficheiro Epigráfico*, 242, inscrição nº 832. <http://hdl.handle.net/10316/105379>
- Tovar, Antonio (1949). *Estudios sobre las primitivas lenguas hispánicas*. Buenos Aires.
- (1960a). Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. Lenguas no indoeuropeas. Testimonios antiguos. *Enciclopedia lingüística hispánica*. I. Madrid, 5-26.
- (1960b). Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. Lenguas indoeuropeas. Testimonios antiguos. *Enciclopedia lingüística hispánica*. I. Madrid, 101-126.
- Untermann, Jürgen (1965). *Elementos para un atlas antroponímico de la Hispania Antigua*. Madrid.
- (1975). *Monumenta Linguarum Hispanicarum*. I. Wiesbaden; II, L. Reichert; III, Wiesbaden, 1990, 2 vols [recensão de António M. Faria in *Conimbriga*, XXX, 1991, 187-197].
- Vallejo Ruiz, José María (2005). *Antroponimia Indígena de la Lusitania Romana*, Vitoria-Gasteiz: Universidad del Pais Vasco.
- Vasconcellos, José Leite de (1905). *Religiões da Lusitânia*. II. Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional.



Fig. 1 – Trophaeum Traiani, em Adamclisi.



Fig. 2 – Toponímia em Miranda do Douro.



Fig. 3 – Toponímia em Toulouse.



Fig. 4 – Turacia.



Fig. 5 – Annia Maxsuma.



Fig. 6 – Arentio – Sunua.

Figuras do conflito

(Página deixada propositadamente em branco)

DECIFRAR O CAOS NAS
NARRATIVAS DE ORDEM.
TENSÕES E NEGOCIAÇÕES
ENTRE DEUSES E HUMANOS NO
‘VASO DE URUK’ (C. 3000 A.C.)

*Deciphering chaos in the narratives of order.
Tensions and Negotiations between Deities and
Humans in the 'Uruk Vase' (c. 3000 B.C.)*

ISABEL GOMES DE ALMEIDA

icalmeida@fcsh.unl.pt

*Universidade NOVA de Lisboa, CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de
Ciências Sociais e Humana*

MARIA DE FÁTIMA ROSA

mfr@edu.ulisboa.pt

Universidade de Lisboa, Centro de História, Faculdade de Letras

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5954-4959>

<https://orcid.org/0000-0003-2302-7751>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_15

Texto recebido em / Text submitted on: 30/05/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 12/10/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 327-350

RESUMO

A peça conhecida como ‘Vaso de Uruk’ assume-se como uma narrativa de *ordem*, por excelência. Contudo, um olhar mais atento à disposição e conjugação dos seus diversos elementos iconográficos, em diálogo íntimo com o próprio objeto, assim como com as suas funções cútico-ritualísticas permite decifrar igualmente uma latência de *caos*. Neste sentido, e a partir das várias propostas académicas que interpretam a peça e o contexto que a produziu, com este artigo procurámos realizar um exercício reflexivo em torno da tensão entre *ordem* e *caos* ali patente. Centrando a nossa atenção particularmente naquilo que pode ser interpretado como ‘conflitos implícitos’, propomos uma leitura dos seus significados simbólicos, onde os princípios de *ordem/caos* são assumidos como coexistentes e interdependentes, em vez de meramente antagónicos. Sendo sobejamente conhecido que, em termos diacrónicos, esta visão definia e dava sentido às existências humana, natural e cósmica para as múltiplas sociedades humanas do território da antiga Mesopotâmia, especulamos, portanto, sobre os seus contornos num momento fundacional para a história daquela região.

Palavras-chave: História das Religiões; Baixa Mesopotâmia; mitologia mesopotâmica; período final de Uruk; Inanna/Ištar.

ABSTRACT

The artifact known as ‘Uruk Vase’ affirms itself as a narrative of *order*, par excellence. Yet, a closer look at the arrangement and conjugation of its various iconographic elements, which display an intimate dialogue with the object itself, as well as with its cultic-ritualistic functions, also allows us to decipher a latency of *chaos*. Thus, based on the various academic proposals that interpret this object and the context that produced it, this paper seeks to present a reflective exercise on the tension between *order* and *chaos* displayed there. Focusing our attention particularly on what can be interpreted as ‘implicit conflicts’, we propose a reading of their symbolic meanings where the principles of *order/chaos* are assumed to be coexistent and interdependent, rather than merely antagonistic. Having in mind that, diachronically, this vision defined and gave meaning to human, natural and cosmic existences for the multiple human societies in the territory of ancient Mesopotamia, we therefore speculate on its outlines at a foundational moment in the history of that region.

Keywords: History of Religions; Southern Mesopotamia; Mesopotamian mythology; Late Uruk period; Inanna/Ištar.

O caos é uma ordem por decifrar

José Saramago, epígrafe de *O Homem Duplicado*

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, foi na sua realidade quotidiana que os seres humanos perceberam manifestações de entidades numinosas, naquilo que podemos classificar de experiências marcadas por um *mysterium tremendum et fascinans* (Jacobsen, 1976: 3). O profundo receio, mas também a irresistível atração que revestiam estes fenómenos, impeliram sistematicamente a uma resposta que apaziguasse as ansiedades humanas perante a consciencialização da existência do númen, por definição extraordinário e transcendente à sua realidade. Tal levou à criação de discursos de cariz mítico-ritualístico, recorrendo a uma linguagem profundamente simbólico-metafórica, sendo que estes processos, no tempo longo, desembocaram múltiplas vezes na edificação de sistemas religiosos. Repletos de artificialidades, estes discursos foram estruturados segundo a racionalidade própria dos grupos que os produziram, apresentando em certa medida “uma forma de verdade” (Hatab, 1990: 10) sobre esses mesmos produtores e, naturalmente, sobre os seus contextos históricos¹.

Tais processos ocorreram também no espaço da antiga Mesopotâmia, região que *grosso modo* abarca as fronteiras do atual Iraque e parte da atual Síria, onde múltiplas comunidades urbanas floresceram, a todos os níveis, a partir de meados do IV milénio a.C.². Quando analisamos as fontes materiais, iconográficas e textuais deste contexto torna-se claro que para as suas populações, em termos diacrónicos, o mundo natural estava indiscutivelmente impregnado de figuras divinas a quem eram atribuídas as responsabilidades

¹ Acerca do enquadramento teórico sobre a fenomenologia das religiões que aqui seguimos, veja-se, entre outros Anati, 1992; Meslin, 1973; Ries, 1992; e Stausberg et Engler, 2016.

² Ao longo do presente artigo, recorreremos ao termo ‘Mesopotâmia’ e/ou ‘mesopotâmios’ quando nos referirmos a este espaço e aos seus habitantes na antiguidade, em termos diacrónicos. Relativamente às balizas cronológicas, seguimos a proposta de datação de Brisch (2013) que, por sua vez, se insere na cronologia média para a história da antiguidade deste contexto.

máximas nos processos fenomenológicos de causa-efeito observados/experenciados (Bottéro, 1998: 30; Lenzi, 2007: 126). A compreensão da vontade e das ações destas figuras tornou-se, então, basilar para o *homo religiosus* daqueles contextos, impelindo desde muito cedo à formulação de considerações sobre qualquer aspeto que se acreditava ser controlado pelas divindades. Assim, recorrendo a elementos da sua realidade, no tempo longo, as populações deste território transformaram o tangível em simbólico, fazendo uso da sua “imaginação controlada e calculada” para criar uma mitologia rica, expressa em múltiplos suportes materiais, iconográficos e textuais (Bottéro, 1998: 55)³.

O objetivo maior destes discursos seria o de apresentar explicações que acomodassem as ansiedades humanas perante o imenso poder dos elementos numinosos. Claro que, paralelamente, estas elaborações permitiram de igual modo a constituição e consequente cristalização de normativas emanadas pelas estruturas institucionais e de poder, embora decorrentes de múltiplas negociações. Neste sentido, estes discursos tornaram-se narrativas onde se sublinhava a manutenção da *ordem*, a vários níveis, conquanto lhes subjaziam grandes tensões que manifestavam o mais profundo receio de ameaças e mesmo de conflitos que pudessem resvalar para algum tipo de *caos*. Assim, em certa medida, a inquietação perante a possibilidade de um choque com as poderosas figuras divinas afirmou-se como motor para a elaboração de narrativas focadas numa *ordem* cósmica que, de igual modo, afirmavam o equilíbrio social, económico, militar e cúltico no plano humano.

Respondendo ao desafio temático do presente número da *Biblos*, com este artigo pretendemos refletir sobre a tensão latente entre *caos* e *ordem* tão manifestamente presente, ao longo de séculos, nas diversas tipologias de fontes de cariz mitológico que sobreviveram deste lato contexto, através de

³ Num outra obra, Bottéro (2004: 54) partilha o entendimento de ‘mito’ que aplica às elaborações mitológicas mesopotâmicas, transversalmente: “le mythe, expression favorite d’une telle pensée spéculative, était précisément ce qui leur permettait de matérialiser leurs conceptions, de les couler dans des images, des scènes, des enchaînements d’aventures, créés certes par leur imagination, mais pour répondre à quelque interrogation, pour éclairer quelque problème, pour enseigner quelque théorie [...] cette «philosophie en images» qu’est la mythologie [...]”.

uma perspectiva assente nos pressupostos da História das Religiões. A partir desta, assumimos que o nosso olhar sobre as narrativas materiais, iconográficas e textuais de cariz mitológico não se detém na historicidade dos factos patentes nas mesmas, mas antes nas conceções culturais e ideológicas que delas emanam e que percorrem caminhos longos, no tempo e no espaço, com as devidas alterações e acomodações aos contextos específicos.

Assim, focaremos a nossa atenção numa peça que se assume como testemunho indelével de um período fundacional para a história mesopotâmica, o ‘Vaso de Uruk’ (Fig. 1), cuja mensagem explícita principal é, sem dúvida, a da necessidade imperativa de manutenção da *ordem*, entre dois planos com naturezas distintas: o humano e o divino⁴. Inspiradas pela famosa afirmação de José Saramago que acima evocámos, com este artigo pretendemos fazer o exercício contrário, tentando decifrar as ameaças de conflitos implícitas na peça.

Para tal, a interpretação que apresentamos segue uma análise na longa duração, evocando e cruzando motivos, símbolos e elementos de *ordem* e *caos* que surgem atestados diacronicamente, em outras fontes mesopotâmicas, nomeadamente no registo mítico-literário. Acerca destas composições, devemos ter em conta que as versões mais antigas, hoje conhecidas, se encontram datadas para o período de Ur III (c. 2112-2004 a.C.) e, mais abundantemente, para o paleo-babilónico (c. 2004-1595 a.C.). Todavia, e na senda da discussão há muito iniciada por Alster (1976), os *topoi*, motivos e mesmo enredos base podem ter origens mais antigas, em tempos imemoriais (George, 2007: 12-15; Foster, 2013: 435-436)⁵.

⁴ A escolha desta peça como base para a nossa análise teve também em conta o cariz referencial que apresenta, já que estudos da cultura material coeva têm mostrado a repetição dos elementos iconográficos patentes no ‘Vaso’. Como recentemente Selz (2020: 212) sublinhou, “the ideological framework depicted on the vase, which stands at the core of the Uruk world-view, is certain to have spread to some extent with the technologies, goods, and people from southern Mesopotamia into neighboring regions. *Elements from the Uruk Vase narrative are attested on seals*, which as highly mobile artifacts as well as in the form of their sealings were well suited for aiding in the transfer of ideas. *Scenes of processions, but also of encounter and storage, underline the ideological significance of these activities.*” (sublinhados nossos).

⁵ Como exemplo maior desta possibilidade, convocamos o desenvolvimento das famosas narrativas literárias protagonizadas por Gilgameš. Embora este figure em diversas listas reais como tendo governado Uruk, algures entre c. 2700-2500 a.C., os contos literários mais antigos que sobrevi-

Através deste exercício, pretendemos então decifrar os ‘conflitos implícitos’ na *ordem* explícita da peça, sublinhando as tensões e negociações entre os planos/agentes humanos e divinos.



Fig. 1 – Vaso de Uruk, c. 3000 a.C. | nível III, recinto do Eanna, Museu do Iraque, em Bagdad (IM 19060).

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Warka_vase_\(360\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Warka_vase_(360).jpg)

veram são de Ur III, apesar da unidade épica ter sido elaborada e desenvolvida ao longo dos dois milénios seguintes, ultrapassando as fronteiras do próprio território mesopotâmico (Abusch, 2001). Por seu lado, Tigay (2002: 15-16), recordando as mais antigas composições literárias redigidas em sumério conhecidas, identificadas em Abu Salabikh e datadas para os séculos XXVI-XXVII a.C., sublinha que embora as mesmas não contenham referências diretas ao herói de Uruk, apresentam já o casal Lugalbanda e Ninsun (que mais tarde se afirmam como progenitores de Gilgameš); assim como um episódio em que aquele dialoga com a deusa Inanna, em termos muito semelhantes ao diálogo entre Gilgameš e Ištar, narrado na tabuinha VI da versão normativa do texto épico, datada do I milénio a.C.

UMA NARRATIVA DE ORDEM

A peça conhecida como ‘Vaso de Uruk’⁶ afirma-se como um dos objetos mais analisados no âmbito dos estudos dedicados aos diversos contextos da antiga Mesopotâmia, desde a sua descoberta no arqueossítio com o mesmo nome, em 1933/34 (Wang, 2021: 46-47). Tal não é de estranhar já que a conjugação dos seus aspetos formais e iconográficos com o *locus*/nível arqueológico onde foi exumada, revestem esta peça de um valor incalculável como expressão da cosmovisão desta época fundacional, que viu despontar o urbanismo, assim como a escrita, entre outras técnicas/tecnologias que impactaram as atividades económicas e permitiram trocas comerciais profícuas, de média e longa distância (Selz, 2020: 210⁷). Aliás, o recurso ao alabastro, material deficitário na região aluvial, aliado às suas dimensões (cerca de um metro de altura), bem como ao profundo detalhe da narrativa ali esculpida, evidenciam a existência de uma urbe económica e comercialmente florescente, com uma acentuada organização social, onde se destaca a extrema especialização nos ofícios artísticos.

Paralelamente, a sua identificação no nível III da principal estrutura de culto da cidade, o Eanna, considerada a morada terrena dos deuses tutelares de Uruk, não só aponta para funções cúlticas expressivas, como data a peça para pelo menos c. 3000 a.C.⁸, momento de transição entre os períodos marcados pela edificação das primeiras cidades e a consolidação do poderio

⁶ Ou ‘Vaso de Warka’, tomando neste caso o nome da atual localidade iraquiana, nas imediações da antiga cidade mesopotâmica.

⁷ Para Selz (2020: 163) as transformações que ocorreram em Uruk e/ou que foram desencadeadas por este centro urbano da região aluvial, ao longo do IV milénio a.C., foram “formative for the social, political, and cultural history of Mesopotamia and beyond.”. Acerca deste período e do seu impacto intra e extra-regional, veja-se ainda Algaze, 2005; Bottéro, 1987; Butterlin, 2003; Liverani, 2006; Emberling, 2010; McMahon, 2013; e Frangipane, 2018.

⁸ Note-se, porém, que a verificação de paralelos entre elementos patentes na narrativa iconográfica desta peça e conteúdos dispostos em outros registos da mesma tipologia e mesmo em textos arcaicos, datados para c. 3200-3100 a.C., apontam para uma datação prévia (Avery, 2007: 41-42). De igual modo, os vestígios de restauro, aquando da sua descoberta, indiciam uma data de fabrico anterior à do estrato onde foi identificada (Bahrani, 2002: 16).

autónomo das mesmas⁹. A materialidade, o detalhe artístico da narrativa ali contida, assim como os agentes humanos e divinos representados, impelem-nos a pensar que este objeto terá sido encomendado por importantes figuras da sociedade urukiana da época, provavelmente até pelo próprio governante da cidade, o *en*¹⁰.

Dada talvez a sua riqueza simbólico-metafórica, a narrativa iconográfica tornou-se foco de particular atenção de múltiplos autores que, conquanto apresentem interpretações díspares, parecem confluir para um mesmo entendimento lato, onde aquela se assume como uma espécie de “factualization of how the world – *both the heavenly and the earthly order* – should be” (Wagner-Durand, 2020: 29, sublinhado nosso)¹¹.

De facto, verifica-se uma sequência orgânica que, a partir da base, começa por evocar a fertilidade do mundo natural, trabalhado pelos seres humanos, focando-se em seguida nas oferendas que estes carregam. Por fim, no topo, as atenções concentram-se na relação equilibrada entre diferentes

⁹ Referimo-nos aos períodos de Uruk V, IV e III (c. 3500-2900 a.C.) e Dinástico Inicial (c. 2900-2340 a.C.).

¹⁰ Este termo significa, literalmente, “senhor”. Terá sido usado enquanto título para designar o líder político-religioso da cidade de Uruk, na segunda metade do IV e ao longo do III milénios a.C. (Schmandt-Besserat, 1993: 214).

¹¹ Note-se, porém, que Wagner-Durand rejeita a identificação de uma narrativa visual nesta peça. Segundo a própria, “a visual narrative is the visual representation of a series of events belonging to one causality related story which is – either completely or in part – told by several iconic sign representations referring to different events, irrespective of the precise narrative structure applied”, sendo que esta *estória* tem de estar ligada a um tempo e espaço específicos (2020: 21). Ora, contrariamente à esmagadora maioria dos autores (como Porada, 1995; Bahrani, 2002; Avery, 2007; McCaffrey, 2013; ou Suter, 2014, para citar apenas alguns), Wagner-Durand postula que apenas no registo superior se pode identificar inequivocamente um evento, pelo que prefere utilizar os termos “descrição” ou, como acima citado, “factualização”, para qualificar os registos iconográficos ali patentes. Embora discordemos desta posição, como ficará claro nas próximas páginas, consideramos extremamente pertinente a reflexão sobre as narrativas visuais, nomeadamente no que diz respeito à relação dos conteúdos com a estrutura e, claro, com o contexto que a autora apresenta. Sobre este tema vejam-se ainda os diferentes contributos em Wagner-Durand, Fath et Heinemann, 2019 (especialmente: 1-20 e 371-386).

intervenientes, que integram os planos terreno e divino, com especial destaque para aquilo que se pode designar de cena principal, onde (possivelmente) o governante¹², liderando a sua população, se apresenta humilde perante a deusa tutelar da cidade, Inanna/Ištar¹³ (Suter, 2013: 207). A esta adiciona-se uma cena secundária, à direita, que parece remeter para o interior do santuário desta deusa, a julgar pela presença repetida de elementos que a evocam, como adiante detalharemos (Fig. 2).

Estas representações, assim como a presença do signo proto-cuneiforme correspondente ao título de *en*¹⁴, aliadas às funções (efetivas e/ou performativas) do objeto no âmbito religioso, dada a sua identificação em contexto cúltico¹⁵, concorrem para a possibilidade acima referida de a peça ter sido encomendada por agentes da esfera institucional da cidade, quiçá até pelo próprio “rei-sacerdote”¹⁶. Tal significaria que as destinatárias privilegiadas

¹² Embora extremamente fragmentada (já assim aquando da sua exumação), paralelos iconográficos coevos permitem avançar a hipótese de que a segunda figura deste registo superior, a contar da esquerda, seria o governante. Para tal concorre o padrão cruzado típico do *en* que se verifica na pequena parte da indumentária da figura que sobrevive (Wang, 2021: 45). Em nosso entender, também a sua posição no seio da narrativa iconográfica corrobora esta hipótese.

¹³ Dado que o sistema religioso mesopotâmico se afirma como extremamente sincrético, decorrente da milenar conjugação entre múltiplas matrizes culturais, nomeadamente a suméria e a semita, preferimos identificar as divindades pelos seus nomes mais comuns, no tempo longo, que muitas vezes mantiveram o uso de designações simultâneas nas línguas suméria e acádica.

¹⁴ Repare-se no registo superior (Fig. 2), no símbolo sustentado pela figura antropomórfica, que se encontra em cima do carneiro. Segundo alguns autores, o mesmo seria o precursor do logograma EN (Avery, 2007: 43; Selz, 2020: 212).

¹⁵ Acerca da combinação de funções político-administrativas com as religiosas dos edifícios que integravam o complexo cúltico de Uruk, nesta época, veja-se Selz, 2013.

¹⁶ O *en* ou “rei-sacerdote”, como tradicionalmente é designado pela historiografia, assume-se na iconografia como uma figura-tipo, abundantemente representada desde Uruk V (c. 3500-3400 a.C.) até ao período Dinástico Inicial, tal como Vogel (2013) sintetizou. A relação do governante com as estruturas cúlticas e com os próprias cerimónias religiosas está confirmada, como Selz (2020: 216-217) sublinha, pelo “context in which he is depicted [which] always emphasizes his supreme role in society, showing him in processions, meeting with a female figure (probably the goddess Inana or her human representative), feeding animals, fighting beasts, or beating prisoners”.

da peça seriam, claramente, as divindades¹⁷: em primeiro lugar, Inanna/Ištar, deusa que aparece representada na sua forma fitomórfica, típica deste período – o pilar de juncos¹⁸; depois, o outro deus patrono de Uruk, An/Anu, que embora não esteja representado diretamente, estaria implicitamente presente no local onde o vaso se encontrava, o Eanna; e, por último, todos os restantes deuses que faziam parte do panteão da época, dada a natureza politeísta do sistema religioso mesopotâmico *ab origine* e o constante recurso à metonímia neste tipo de discursos.

É importante ainda frisar que a narrativa iconográfica pode também ser lida numa relação hierárquica do topo para a base, mantendo a tónica na mesma mensagem de *ordem*. Esta disposição teria sido intencional e calculada, tal como a decisão de dispor os vários elementos em direções opostas e com diferentes dimensões, ao longo dos três registos. Aliados ao uso abundante da repetição, todos estes aspetos concorrem para sublinhar a relação de importância entre os elementos representados, assim como para criar ritmo e dinamismo na narrativa (Bharani, 2002: 16; Avery, 2007: 45-46).

Ademais, o facto de ser uma meta-imagem, já que é possível identificar a representação de dois recipientes com a mesma forma da peça no registo superior, à direita, demonstra a profunda intencionalidade que norteou o seu

¹⁷ Note-se que ao integrar o espaço interior do Eanna, a audiência humana desta peça seria, na maioria do tempo, restrita aos funcionários e/ou aos visitantes da estrutura cúllica. Assim, e tal como será comum, diacronicamente, o ‘Vaso de Uruk’ integra a categoria de fontes encomendadas pelos agentes de poder com o objetivo primordial de comunicar às divindades que a *ordem* terrena estava a ser mantida. De entre esta categoria de fontes, encontramos também os baixos-relevos palacianos, assim como as inscrições em lugares inóspitos ou reservados, ou mesmo os cilindros de fundação. Acerca da performatividade destes diferentes tipos de media e das suas mensagens, mormente para o caso neo-assírio, veja-se Paiva do Monte, 2017.

¹⁸ Note-se que a sua relação com a deusa tutelar de Uruk se encontra atestada para pelo menos a segunda metade do IV milénio a.C., assumindo-se não só como representação da própria Inanna/Ištar (Gonçalves e Almeida, 2023: 167-170, 173), mas também como objeto dos seus representantes terrenos, detendo ainda profundas semelhanças com o signo proto-cuneiforme usado para registar o seu nome (Szarzynska, 1993: 64).

fabricao. Repare-se que, desta forma, a mensagem repete-se indefinidamente na suposta infinidade dos vasos (re)duplicados, num jogo de referências que transcende tempo e espaço. Por sua vez, o próprio objeto depositado no Eanna pode evocar um possível momento em que a cena principal teria sido concretizada, com o governante (ou um seu mandatário) ali se dirigir com o intuito de ofertar o próprio vaso à deusa da cidade. Para os agentes que encomendaram, planejaram, executaram e, depois, ofertaram o ‘Vaso de Uruk’, os diferentes níveis de leitura que imprimiram na peça permitiam que a sua mensagem de *ordem* fosse reiterada e perpetuada. Assim, a mesma afirma-se não só como performativa, mas como um verdadeiro referencial epistemológico¹⁹.

Como adiante explicitaremos, é nosso entender que a omissão do *caos* na peça expressa igualmente um exercício artificial e calculado com vista a suprimir, em termos performativos, qualquer possibilidade de conflitos entre humanos, assim como entre estes e os seus deuses. No seio do consenso que o ‘Vaso de Uruk’ tão evidentemente expressa, procuraremos então analisar a conjugação dos diversos elementos que apontam para tensões e negociações, tanto num nível terreno como divino.

¹⁹ Nesta linha, Bahrani (2002: 21-22) identifica um outro nível de leitura relacionado com a teogamia entre Inanna/Ištar e o seu consorte tradicional, Dumuzi/Tammuz. Segundo a autora, que admite com bastantes ressalvas a prática do ritual hierogâmico para este período recuado, a relação destas divindades seria então evocada pela própria relação entre a deusa e o *en*, representada, por seu lado, no registo superior da peça. Note-se, porém, que muitos autores argumentam contra a existência deste ritual em finais do IV milénio a.C., e como tal, contra a sua identificação no ‘Vaso de Uruk’, como Suter (2014) ou mais recentemente, Steinkeller (2017) e Wang (2021).

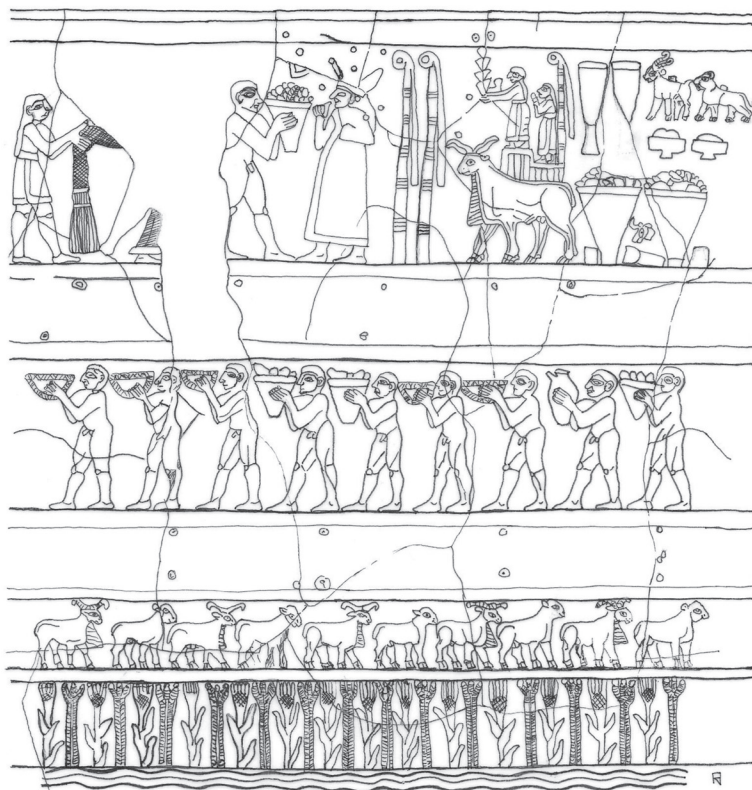


Fig. 2 - Desenho moderno. A narrativa iconográfica patente no Vaso de Uruk (Reelaboração por Rui Henriques, a partir da proposta de Avery, 2007: 43).

TENSÕES NO MUNDO NATURAL

A natureza assume um claro protagonismo no registo inferior, com a presença de várias linhas ondulantes horizontais, seguidas de elementos vegetais e animais, se a leitura for direccionada da base para o topo. Note-se, contudo, que alusões a estes elementos vão voltar a surgir através dos produtos transformados que são carregados pelos homens nus (registo intermédio e superior)

e em diversos elementos das cenas principal e secundária do registo superior, promovendo a coesão entre secções.

Regressando ao registo inferior, importa sublinhar que tanto a disposição como a escolha dos elementos do mundo natural a representar encontram-se repletas de significados. Desde logo, a conjugação ordeira e sequencial de água, flora e fauna, que se assume como um conjunto de relações causais marcadas pela abundância e fertilidade. Dada a polissemia inerente a este tipo de registos, propomos que a presença da água na base pode evocar tanto ambientes aquáticos naturais, mas de alguma forma manipulados pela ação humana, como os rios, lagos, sapais e/ou o próprio Golfo Arábico-Pérsico²⁰, como ambientes aquáticos criados pelo engenho humano, como os canais de irrigação/navegação²¹. Na mesma linha, as plantas/cereais²² evocariam os pomares/jardins/campos cultivados, assim como os pares de carneiros e ovelhas aludiriam aos rebanhos e à criação de quaisquer outros animais domesticados.

No seio de todos estes elementos, entendemos então que existe um protagonista implícito: o ser humano e a sua agência no controlo/domesticação do mundo natural/plano terreno. E é neste momento que importa relacionar este registo com o intermédio, onde uma fila de indivíduos nus carregam diferentes vasilhames, produzidos em cerâmica e em fibras vegetais, repletos com frutos/cereais e outros produtos transformados, como o pão, a cerveja e o vinho, por exemplo.

²⁰ A navegação deste espaço marítimo, que permitia contactos comerciais com regiões mais longínquas, como o vale do Indo, encontra-se atestada desde pelo menos o VI milénio a.C. Sobre esta questão veja-se, por exemplo, Carter, 2006.

²¹ Recorde-se que o controlo, em múltiplos níveis, do elemento aquático foi um fator decisivo no florescimento económico-comercial sem precedentes que se verificou naquela região, a partir de c. 3500 a.C.

²² Embora tradicionalmente se tenha entendido que os elementos da flora representados aludiriam a cereais, o estudo de Miller, Jones e Pittman (2016) mostra, através de vários paralelos, que seria antes a representação da tamareira e do linho. Não obstante, mais que a exata identificação dos elementos presentes, e tendo em consideração a natureza simbólico-metafórica da linguagem usada na peça, com abundante recurso à metonímia, consideramos que a mensagem maior era evocar toda e qualquer dimensão da flora domesticada.

A leitura imediata é clara, entrecruzando as várias cenas e até o próprio objeto: se as atividades humanas na agricultura, horticultura e criação de gado eram possibilitadas pelo controlo do elemento aquático, por sua vez, todas estas matérias-primas seriam alvo de transformação, promovendo uma economia florescente e excedentária, que permitia até a aquisição de matérias deficitárias na região, como o próprio alabastro do qual a peça foi feita.

Porém, como é sabido, os vários ambientes aquáticos da Baixa Mesopotâmia não se apresentavam sempre como controláveis e ordeiros. Não só os rios, com as suas cheias imprevisíveis e os seus elevados níveis de salinidade (Pournelle, 2013; Jotheri et al., 2018), como o próprio recuo progressivo das águas do Golfo Arabo-Pérsico, que se tornou mais evidente a partir de finais do IV milénio a.C. (Kennett et Kennett, 2007), apresentavam-se como profundas ameaças para as comunidades humanas da região. Em conjunto com circunstâncias climáticas específicas (como períodos de seca ou de chuva intensa, por exemplo) a *ordem* económico-social daquelas estaria sob permanente tensão. Em nosso entender, conseguimos então discernir aqui uma primeira presença latente do *caos* na Natureza, através da tónica exagerada no seu controlo.

Por outro lado, esta artificialidade calculada assume contornos ainda mais vigorosos se pensarmos nos possíveis atos cúlticos/performativos que seriam efetivados com recurso ao ‘Vaso de Uruk’. De facto, enquanto recipiente de dimensões consideráveis, o seu enchimento poderia eventualmente simbolizar a contenção das águas, domesticando assim a imprevisibilidade dos ambientes aquáticos. Neste âmbito, poderíamos estar perante uma alusão à constante ameaça do *caos* aquático primordial, se tivermos em conta como as linhas ondulantes foram colocadas estrategicamente na base da peça (se ignorarmos o apoio funcional) evocando a ideia de sustentáculo primevo. Recorde-se que em referências mítico-literárias posteriores, o plano das águas doces subterrâneas (*abzulapsû*) se afirma como vivificador e controlado a partir do processo cosmogónico, onde de um *caos* aquático primordial emerge uma primeira *ordem* cósmica²³. Assim,

²³ Referimo-nos, por exemplo, ao texto conhecido como *Enki and Ninmah* (ETCSL 1.4.2), onde Namma/Nammu surge designada como “a mãe de todos os deuses”. Não obstante as cópias

cruzando a iconografia com possíveis funções cúltico-ritualísticas, o ‘Vaso de Uruk’ poderia expressar igualmente o receio dramático de um retorno ao *caos*, em termos cósmicos.

Num outro nível, torna-se assaz curiosa a escolha de representar Inanna/Ištar através do já referido pilar de juncos. Embora este se assumisse como um símbolo extremamente popular na época (Szarzynska, 1993: 7), não era o único usado para representar esta divindade. De facto, a estrela/roseta também era abundantemente utilizada, sendo que esta aludia simultaneamente à sua identidade astral, Vénus, e à abundância que tutelava (Gonçalves e Almeida, 2023: 161-166). Porém, a escolha recaiu no pilar de juncos, que aparece repetidamente no registo superior, tanto mediando o espaço exterior e interior do santuário, como enquadrando/protegendo as figuras antropomórficas conectadas a este.

Em nosso entender, esta escolha foi uma vez mais calculada, concorrendo para o enfatizar dos vários níveis de tensão com o mundo natural. Repare-se como este elemento aparenta ser elaborado a partir do manuseamento vigoroso de um feixe de juncos, que depois de torcido em si próprio seria atado, em múltiplos anéis, também eles feitos do mesmo elemento vegetal. Não excluindo outros significados que lhe foram atribuídos²⁴, sugerimos que este enformar

mais antigas desta composição, de que temos conhecimento, sejam de finais do III e inícios do II milénios a.C., George (2007: 12) aponta-a como um exemplo paradigmático de como as *estórias* que integram esta (e outras composições de cariz mítico) decorrem do registo da oralidade, indiciando assim origens muito mais antigas.

Por outro lado, devemos recordar que as primeiras referências conhecidas atualmente a Namma/Nammu estão datadas para c. 2600-2500 a.C., numa das famosas listas divinas de Fara (antiga Šuruppak). Dado que o signo cuneiforme usado para o seu nome é o mesmo para designar as águas cósmicas subterrâneas, Wiggermann (1998-2001: 136-7) sugeriu que esta divindade seria entendida como o oceano primordial. Esta conceção foi continuada, embora com profundas alterações, na tradição mítico-literária registada na língua acádica, desde pelo menos os inícios do II milénio a.C., como no famoso texto *Enūma eliš* (Dalley, 2000: 228-277). Também aqui a matéria primordial era divina e aquática, embora correspondesse a duas divindades distintas: Apsú, águas doces, e Tiamat, águas salgadas. Acerca da agência criativa destas três figuras, sobretudo no que diz respeito às continuidades e diferenças entre Namma/Nammu e o par Apsú/Tiamat veja-se, Almeida, 2021.

²⁴ Como, por exemplo, enquanto sentinelas protetoras e/ou signo de fertilidade, propostas de Williams-Forte (1983: 174-199) e de Westenholz (1998: 73), respetivamente.

de um espécime selvagem remete, de novo, para a tensão inerente às ações necessárias para a domesticação dos elementos da Natureza. E quem melhor que a deusa tutelar da cidade para não só evocar essas mesmas tensões, como projetar a ideia de domínio absoluto sobre as mesmas?

Por último, e continuando no registo superior, é importante referir a presença de um felino e de um antílope que podem ser evocativos de Inanna/Ištar e do seu consorte tradicional, Dumuzi/Tammuz, respetivamente, já que ambos se encontram associados a estes animais em referências mítico-literárias, com origens no III milénio a.C.²⁵. Porém, na linha do que temos vindo a analisar, a representação destes animais selvagens (e, como tal, símbolos de uma Natureza indomável) no espaço cúltico, profundamente organizado, pode também ser entendida como uma escolha calculada de integrar elementos dissonantes na *ordem* natural domesticada²⁶.

²⁵ Miller, Jones e Pittman (2016: 67-68) identificam estes animais como uma leoa e gazela, sublinhando a associação destes com aquele par divino, no tempo longo. Se a ligação de Inanna/Ištar ao felino é muito conhecida, tanto na iconografia como na textualidade, diacronicamente, a associação do seu consorte à gazela é menos famosa, embora remonte a períodos bastante recuados. De facto, a mesma encontra-se atestada na composição redigida em sumério conhecida como *Dumuzi's Dream* (ETCSL, 1.4.3), onde o deus é transformado neste animal, como forma de fugir rapidamente às figuras que o perseguem. Note-se ainda que estes deuses eram claramente figuras liminares, que deambulavam entre espaços, estados e planos cósmicos distintos como a cidade e a estepe, a vida e a morte e os planos celeste e dos mortos (Almeida, 2015: especialmente 127-161 e 341-345). Sobre a tradição oral na base da elaboração da composição *Dumuzi's Dream*, veja-se Alster, 1972.

²⁶ Recordemos que, para os habitantes de Uruk (ou de qualquer outro centro urbano mesopotâmico), seria no espaço onde o leão e a gazela operavam que se encontravam as ameaças, de variada índole, à sua organização citadina. De facto, era nestas áreas que erravam os inimigos (animais, humanos e mesmo sobrenaturais, como os *daimōnes* e/ou os espectros atormentados dos defuntos). Sobre a oposição entre mundo urbano e a natureza não domesticada para o período final de Uruk, e em particular a sua relação com Inanna/Ištar, veja-se Almeida, 2015: 170-173.

Simultaneamente, a caça destes animais selvagens assumiu-se como uma forma de granjear prestígio e poder no seio das comunidades humanas mesopotâmicas, desde muito cedo. Neste sentido, destaca-se diacronicamente, o motivo da caça ao leão pelos governantes e seus herdeiros, onde este animal se assume como símbolo de ameaça à *ordem* governativa, e que surge atestado na iconografia e nos documentos textuais desde pelo menos o III milénio a.C. (Cassin, 1981: 374-375). Note-se, porém, que o motivo da caça e a sua importância simbólica

NEGOCIAÇÕES ENTRE HUMANOS E COM AS FIGURAS DIVINAS

Como já referido, e continuando a focar a nossa atenção no registo superior, encontramos aqui a cena principal, que se assume também como o culminar de toda a narrativa iconográfica, com o *en* de Uruk a encabeçar uma procissão, com vista a prestar homenagem a Inanna/Ištar. Em linha com Schmandt-Besserat (1993: 214-217), consideramos que a primeira figura representa então o papel intermediário que, diacronicamente, todos os governantes mesopotâmicos assumiram: por ser o humano que detinha as melhores características físicas, intelectuais e psicológicas, teria sido eleito pelos deuses para, em nome destes, gerir o plano terreno (cidade, reino ou império, conforme os períodos políticos específicos). Como tal, seria responsável pela manutenção da equidade nas esferas militar, económica, religiosa e, claro, social.

Sem dúvida esta é a mensagem de *ordem* que o *en* de Uruk expressa nesta peça, já que lidera uma cidade próspera e pacífica, onde todos os indivíduos ocupam o seu espaço/função, sem qualquer elemento evocativo de ameaças bélicas e prestando as devidas homenagens aos deuses tutelares, cumprindo em pleno com a sua missão. Mais uma vez, é na insistência artificial do equilíbrio entre humanos, e entre estes e os seus deuses, que discernimos a latência do *caos*.

Recorrendo de novo à metonímia, é nosso entender que os produtores da peça escolheram fazer representar uma sociedade humana com diferentes ofícios/estratos sociais, focando particularmente as atenções em dois grupos específicos, a *entourage* pessoal do *en* e o corpo sacerdotal do Eanna (representados, no registo superior, pelo indivíduo que segura a indumentária do governante, à esquerda, e pelas figuras que se encontram no interior do espaço cúbico, enquadrados pelo pilar de juncos, à direita, respetivamente²⁷).

nas comunidades humanas se encontra atestado para diversos contextos neolíticos da Ásia Ocidental. Acerca deste tema, veja-se, por exemplo, Meskell, 1998.

²⁷ Também a figura antropomórfica feminina, que recebe a comitiva do governante na cena principal pode ser entendida como uma sacerdotisa. Contudo, a questão relativa à natureza humana ou divina desta figura continua a ser alvo de profundo debate, pois se Suter (2014: 550-555) argumentou que seria uma sacerdotisa, mais recentemente Steinkeller (2017: 89-90) rejeitou essa hipótese.

Embora complementares para a gestão da urbe, não podemos esquecer que estes funcionários seriam sempre agentes de poder com agendas e interesses específicos, conforme o seu raio de ação/influência. A *ordem* política seria, por isso, alvo de ameaças, sendo necessárias negociações não só no seio destes verdadeiros grupos de pressão, como entre estes e o governante.

Na mesma linha, os indivíduos nus do registo intermédio e superior poderiam representar todos os trabalhadores urukianos, diferenciados pelas oferendas específicas que carregam, mas semelhantes entre si no equilíbrio maior da cidade²⁸. Porém, também neste nível, as relações laborais seriam, muitas vezes e naturalmente, marcadas por conflitos, tensões e negociações, que o governante e/ou os seus altos funcionários teriam de acompanhar, mediar e sanar. Neste sentido, na representação excessivamente harmoniosa da esfera social podemos identificar uma tentativa de anulação de possíveis situações disruptivas.

Paralelamente, e tendo como horizonte a manutenção de uma boa gestão da sua cidade, seria imperativo que o *en* não descursasse as relações com as divindades tutelares. Como tal, a sua representação enquanto príncipe piedoso, que se apresenta humilde às portas da morada terrena de Inanna/Ištar, evidencia, uma vez mais, tensões permanentes. Se, como Steinkeller (2017: 85) sumariou: “this relationship was reciprocal, with the Priest-King feeding Inana on behalf of the community he ruled over, and with Inana providing the Uruk community with agricultural abundance and protection in return, and making the Priest-King her chosen representative”, qualquer falha deste colocaria em risco a sua eleição e, consequentemente, toda a estrutura governativa. Caso tal acontecesse, a salvaguarda da população de Uruk ficaria, igualmente, em risco. Em nosso entender, fazendo uso do po-

²⁸ Embora na iconografia que sobreviveu até ao presente, exumada no contexto aluvial e datada para finais do IV e III milénios a.C., haja um maior protagonismo da representação de elementos humanos masculinos, se atentarmos ao ‘Vaso’ a exclusividade destes nesta representação parece estranha, dada a importância que o feminino detém no mesmo. De facto, a própria presença da figura feminina a receber a procissão, no registo superior, assim como o destaque claro dado à deusa de Uruk, manifestam a importância do feminino na peça. Aventamos que esta procissão masculina possa então evocar um ritual específico da época, onde os elementos masculinos seriam protagonistas.

der performativo da (meta-) imagem, os produtores do 'Vaso' representaram indefinidamente uma mensagem de bênção divina, para que a ameaça latente de *caos* no plano terreno fosse, assim, anulada.

Na mesma linha, e considerando as concepções antropogónica e de destruição diluviana patentes em relatos mítico-literários posteriores²⁹, alvitramos a hipótese de que o receio que os deuses abandonassem as instituições e a população de Uruk estivesse intimamente ligado ao terror de um *caos* generalizado e de proporções cósmicas. Uma vez mais, conjugando as significâncias da narrativa iconográfica com as do próprio objeto, podemos conjecturar se o líquido contido no vaso, em diálogo com a representação de humanos servis e piedosos, não seria uma outra estratégia de impedir o transbordo caótico das águas, ou seja, impedir a repetição do evento diluviano que tinha feito regressar ao barro toda a espécie humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise que acima efetuámos pretendeu entrecruzar os múltiplos níveis de representação no 'Vaso de Uruk', tentando conjugar as funções cútico-ritualísticas, a localização original, a materialidade e a narrativa iconográfica. Inseridos numa moldura religiosa profundamente teocêntrica, onde todo e qualquer aspeto e/ou esfera da realidade era concebido como controlado pela vontade e agência divina, os produtores desta peça foram, necessariamente, guiados por este pressuposto na elaboração da mesma.

²⁹ Recorde-se que nas composições redigidas em sumério e em acádio, como a já referida *Enki and Ninmah* (ETCSL 1.4.2) ou mesmo *Atrahasis* (Dalley, 2000: 1-38), respetivamente, a criação dos seres humanos foi decidida pelos deuses, para que estes os substituíssem no trabalho do cosmos. Paralelamente, ambas as tradições mítico-literárias também dão conta que, a dado momento, as divindades decidiram a destruição dos seus operários, através de uma inundação e tempestade de incomensurável proporção. A narrativa diluviana redigida em sumério encontra-se, por exemplo, em *The Flood Story* (ETCSL 1.7.2), enquanto a redigida em acádio encontra-se, de forma bastante desenvolvida, de novo em *Atrahasis*. Relativamente às origens das várias referências acerca do evento diluviano e do seu sobrevivente, que impactaram estas várias composições, veja-se a síntese que Dalley (2000: 1-3) apresenta.

Desta forma, a domesticação da Natureza, da qual decorreria todo o desenvolvimento económico-comercial da urbe, teria necessariamente de depender da existência de uma concertação social, não só entre os vários estratos e ofícios que compunham a comunidade urukiana, mas também entre estes e os seus deuses. Só assim a relação com estas figuras, que dada a sua transcendência se assumiam como profundamente imprevisíveis e, acima de tudo, incognoscíveis, poderia ser mantida em equilíbrio.

Caso esta harmonia não fosse atingida, resvalar-se-ia para um *caos* generalizado. Logo, da mesma forma que artificialmente se insistiu no controlo absoluto dos elementos naturais, também as múltiplas referências às relações sociais, entre humanos e, especialmente, entre estes e os seus deuses, tinham de ser feitas de forma calculada.

Evocando os postulados da teoria visual, é nosso entender que os acima referidos diferentes níveis de representação nesta peça, que se afirmam como dialogantes entre si, “are not merely epistemological models, but ethical, political, and aesthetic “assemblages” that allow us to observe ‘observers’ and they don’t merely serve as illustrations to theory; *they picture theory*” (Mitchel, 1995: 49, sublinhado nosso).

Um dos grandes objetivos do ‘Vaso de Uruk’, senão mesmo o maior, seria o apaziguamento humano perante o receio das consequências pelo possível incumprimento da vontade divina. Assim, a sua elaboração respondeu à necessidade basal de afirmação da *ordem* e, simultaneamente, de anulação da ameaça do *caos*. Estes dois princípios surgem então na peça idealizados não apenas como antagónicos, mas como forças motrizes coexistentes e interdependentes de toda a existência individual/comunal terrena e cósmica, algo que se verifica diacronicamente, em épocas ulteriores. Consideramos, assim, que já neste momento fundacional, a todos os níveis, subsistia esta conceptualização, tendo dado azo à elaboração de um discurso complexo e holístico, onde a teoria político-religiosa ganhou uma dimensão tangível. O nosso exercício de decifrar a latência do *caos*, evidenciou a necessidade de manutenção da *ordem* para os produtores da peça. Mas tal não será de estranhar, já que a mesmo se afirma como um dos anseios indelévels da população humana.

BIBLIOGRAFIA

- Abusch, Tzvi (2001). The development and meaning of the Gilgamesh epic: an interpretative essay. *JAOs*, 121, 4, 614-622.
- Alster, B. (1972). *Dumuzi's Dream- aspects of oral poetry in a Sumerian myth*. Copenhagen, Denmark: Akademisk Forlag.
- (1976). On the Earliest Sumerian Literary Tradition. *Journal of Cuneiform Studies*, 28, 109-126.
- Algaze, Guillermo (2005). The Sumerian Takeoff. *Structure and Dynamics: eJournal of Anthropological and Related Sciences*, 1, 1, article 2.
- Almeida, Isabel G. de (2015). *A construção da figura de Inanna/Ištar na Mesopotâmia: IV - II milênios a.C.* Tese de Doutorado, Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- (2021). The Mesopotamian primordial ocean(s): changes and continuities on the creative agency of the primeval aquatic deities (3rd and 2nd millennia BC). In M. D. R. Monteiro et M. S. Kong (Eds.), *Tradition and Innovation* (391-397). London: CRC Press.
- Anati, Emmanuel (1992). Symbolisation, Pensée Conceptuelle et Ritualisme chez l'Homo Sapiens. In Julien Ries (Dir.), *Traité d'Anthropologie du Sacré* (176-208). Paris: Desclée.
- Avery, Benjamin Parke (2007). The Uruk Vase: Sequential Narrative. In Denise Schmandt-Besserat (Ed.), *When writing met art- from symbol to story* (41- 46). Austin: University of Texas Press.
- Bahrani, Zainab (2002). Performativity and the Image: Narrative, Representation, and the Uruk Vase. In Erica Ehrenberg (Ed.), *Leaving No Stones unturned: Essays on the Ancient Near East and Egypt in Honor of Donald P. Hansen* (15-22). Winona Lake: Eisenbrauns.
- Bottéro, Jean (1987). *Mésopotamie- L'écriture, la raison et les dieux*. Paris: Éditions Gallimard.
- (1998). Religiosité et raison en Mésopotamie. In Jean Bottéro et al (Eds.), *L'Orient ancien et nous* (15-91). Paris: Hachette Littératures.
- (2004). *Au commencement étaient les dieux*. Paris: Hachette Littératures.
- Brisch, Nicole (2013). *Mesopotamian history: the basics*. Ancient Mesopotamian Gods and Goddesses. Oracc and the UK Higher Education Academy. <http://oracc.museum.upenn.edu/amgg/mesopotamianhistory/> [último acesso Abril 2023].
- Butterlin, Pascal (2003). *Les temps proto- urbains de Mésopotamie: contacts et acculturation à l'époque d'Uruk au Moyen- Orient*. Paris: CNRS editions.
- Carter, Robert (2006). Boat Remains and Maritime Trade in the Persian Gulf during the Sixth and Fifth Millennia BC. *Antiquity*, 80, nº 307, 52-63.
- Cassin, Elena (1981) Le roi et le lion. *Revue de l'histoire des religions*, 198, 4, 355-401.

- Dalley, Stephanie (2000). *Myths from Mesopotamia. Creation, the flood, Gilgamesh, and others*. Oxford: Oxford University Press.
- Emberling, Geoff (2010). Urban social transformations and the problem of the “first city”. In M.L. Smith (Ed.), *The social construction of ancient cities* (256-268). Washington & London: Smithsonian Institution Press.
- ETCSL – *The Electronic Text Corpus of Sumerian Literature* (1998-2006). Oxford: Faculty of Oriental Studies of the University of Oxford. <http://etcsl.orinst.ox.ac.uk/> [último acesso Setembro 2023].
- Frangipane, Marcella (2018). Different trajectories in state formation in Greater Mesopotamia: a view from Arslantepe (Turkey). *JAR*, 26, 3-63.
- Foster, Benjamin (2013). Sumerian Mythology. In H. Crawford (Ed.), *The Sumerian World* (435-443). London & New York: Routledge.
- George, Andrew (2007). The Epic of Gilgamesh: Thoughts on genre and meaning. In J. Azize et N. Weeks (Eds.), *Gilgamesh and the World of Assyria. Proceedings of the Conference Held at the Mandelbaum House, the University of Sydney, 21-23 July 2004* (33-66). Leuven: Peeters.
- Gonçalves, Vera e Almeida, Isabel G. de (2023). The Divine Feminine in Mesopotamia: the rosette/star and the reed bundle symbols in early Diyala's glyptic (c. 3100-2600 BC). In Helena Trindade Lopes e André Patrício (Eds.), *Images, Perceptions and Productions in and of Antiquity* (156-177). Reino Unido: Cambridge Scholars Publishing.
- Hatab, Laurence (1990). *Myth and Philosophy. A contest of truths*. La Salle, ILL: Open Court Publishing Company.
- Jacobsen, Thorkild. (1976). *The treasures of Darkness- a History of Mesopotamian Religion*. New Haven & London: Yale University Press.
- Jotheri, Jaafar; Altaweel, Mark; Tuji, Akihiro; Anma, Ryo; Pennington, Benjamin; Rost, Stephanie; Watanabe, Chikako (2018). Holocene Fluvial and Anthropogenic Processes in the Region of Uruk in Southern Mesopotamia. *Quaternary International*, 483, 57-69.
- Kennett, Douglas J. e Kennett, James P. (2007). Influence of Holocene Marine Transgression and Climate Change on Cultural Evolution in Southern Mesopotamia. In David G. Anderson, Kirk Maasch e Daniel H. Sandweiss (Eds.), *Climate Change and Cultural Dynamics* (229-264). New York: Elsevier.
- Lenzi, Alan (2007). Dead Religion and Contemporary Perspectives: Commending Mesopotamian Data to the Religious Studies Classroom. *Method & Theory in the Study of Religion*, 19, 121-133.
- Liverani, Mario (2006). *Uruk: The first city*. Londres: Equinox.

- McCaffrey, Kathleen (2013). The Sumerian Sacred Marriage: Texts and Images. In Harriet E. W. Crawford (Ed.), *The Sumerian World* (227-245). London & New York: Routledge.
- McMahon, Augusta (2013). Tell Brak, early northern Mesopotamian urbanism, economic complexity and social stress, fifth–fourth millennia BC. In D. Bonatz et L. Martin (Eds.), *100 Jahre archäologische Feldforschungen in Nordost-Syrien: eine Bilanz* (67-80). Wiesbaden: Harrassowitz.
- Meskel, Lynn (1998). Twin Peaks. In Lucy Goodison et Christine Morris (Eds.), *Ancient Goddesses: the myths and the evidence* (46-62). London: British Museum Press.
- Meslin, Michel (1973). *Pour une science des religions*. Paris: Éditions du Seuil.
- Miller, Naomi; Jones, Philip; Pittman, Holly (2016). Sign and Image: Representations of Plants on the Warka Vase of Early Mesopotamia. *Origini*, 39, 53-73.
- Mitchel, William J. T. (1995). *Picture Theory: Essays on Verbal and Visual Representation*. Chicago: University of Chicago Press.
- Paiva do Monte, Marcel (2017). Ideia e presença: A imagem do rei na construção simbólica do espaço Imperial neo-assírio (sécs. X-VII A.C.). Tese de doutoramento, Universidade NOVA de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Porada, Edith (1995). *Man and Image in the Ancient Near East*. USA: Moyer Bell.
- Pournelle, Jennifer R. (2013). Physical Geography. In Harriet E. W. Crawford (Ed.), *The Sumerian World* (13-32). London & New York: Routledge.
- Ries, Julien (1992). L'homme religieux et le sacré- à la lumière du nouvel esprit anthropologique. In Julien Ries (dir.). *Traité d'Anthropologie du Sacré* (27-54). Paris: Desclée.
- Schmandt-Besserat, Denise (1993). Images of Enship. In Marcella Frangipane et al. (Eds.), *Between the Rivers and Over the Mountains: Archaeologica Anatolica et Mesopotamica Alba Palmieri Dedicata* (201-219). Roma: Università di Roma "La Sapienza".
- Selz, Gebhard J. (2013). Trade posts and encampments as corner stones of exchange. In T. Kämmerer et S. Rogge, S. (Eds.), *Patterns of urban societies* (215-231). Münster: Ugarit- Verlag.
- (2020). The Uruk Phenomenon. In Karen Radner, Nadine Moeller et D.T. Potts (Eds.), *The Oxford Handbook of the Ancient Near East – Volume I: From the Beginnings to the Old Kingdom Egypt and the Dynasty of Akkad* (163-244). Oxford: Oxford University Press.
- Stausberg, Michael e Engler, Steven (2016). Theories of Religion. In Michael Stausberg et Steven Engler (Eds.), *The Oxford Handbook of The Study of Religion* (52-72). Oxford: Oxford University Press.
- Steinkeller, Piotr (2017). *History, Texts and Art in Early Babylonia: Three Essays*. Berlin: De Gruyter.

- Suter, Claudia (2013). Kings and Queens: representation and reality. In Harriet Crawford (Ed.), *The Sumerian World* (201-226). London & New York: Routledge.
- (2014). Human, Divine or Both? The Uruk Vase and the Problem of Ambiguity in Early Mesopotamian Visual Arts. In Maria Feldman et Brian Brown (Eds.), *Critical Approaches to Ancient Near Eastern Art* (545-568). Berlin: Walter de Gruyter.
- Szarzynska, Krystyna (1993). Offerings for the goddess Inanna in archaic Uruk, *RA*, 87, 1, 7-28.
- Tigay, Jeffrey H. (2002). *The Evolution of the Gilgamesh Epic*. Wauconda, USA: Bolchazy-Carducci Publishers.
- Vogel, Helga (2013). Der “Grosse Mann von Uruk”: das Bild der Herrschaft im späten 4. und frühen 3. vorchristlichen Jahrtausend. In N. Crüsemann, M. van Ess, M. Hilgert, et B. Salje (Eds.), *Uruk: 5000 Jahre Megacity* (139-145). Petersberg: Michael Imhof.
- Wagner-Durand, Elisabeth (2020). “Pious Shepherd” and “Guardian of Truth”: In Search of the Narrative Visualization of the King’s Piety and Righteousness. In Elizabeth Wagner-Durand et Julia Linke (Eds.), *Tales of Royalty: Notions of Kingship in Visual and Textual Narration in the Ancient Near East* (19-45). Alemanha: De Gruyter.
- Wagner-Durand, Elisabeth; Fath, Barbara e Heinemann, Alexander (Eds.) (2019). *Image - Narration - Context: Visual Narration in Cultures and Societies of the Old World*. Heidelberg: Propylaeum.
- Westenholz, Joan G (1998). Goddesses of the Ancient Near East 3000-1000 BC. In Lucy Goodison et Christine Morris (Eds.), *Ancient Goddesses – The Myths and the Evidence* (63-83). London: The British Museum Press.
- Wiggemann, F.A.M. (1998-2001). Nammu. In E. Ebeling (Ed.), *Reallexikon der Assyriologie und vorderasiatischen Archäologie* 9 (135-140). Berlin: de Gruyter.
- Williams-Forte, Elizabeth (1983). Annotations of the Art. In Diane Wolkstein et Samuel Noah Kramer (Eds.), *Queen of Heaven and earth- her stories and hymns from Sumer* (174-199). New York: Harper & Row Publishers.
- Wang, Xianhua (2021). How many Priests-kings in Town? A Glance at the Political Structure of the City of Uruk at the Dawn of Civilization. In Armando Bramanti, Nicholas L. Kraus, Palmiro Notizia (Ed.), *Current Research in Early Mesopotamian Studies: Workshop Organized at the 65th Rencontre Assyriologique Internationale, Paris 2019* (45-59). Alemanha: Zaphon.

A PROPÓSITO DE UMA
GRAVURA DE ARMA DA CITÂNIA
DE BRITEIROS (NORTE DE
PORTUGAL). ICONOGRAFIA
GUERREIRA NO FINAL DA
IDADE DO FERRO

*About a weapon engraving in Citânia de
Briteiros (Northern Portugal). Iconography
of war in late Iron Age*

GONÇALO CRUZ

goncalo.cruz@msarmento.org

*Sociedade Martins Sarmento | Laboratório de Paisagens, Património e Território da
Universidade do Minho (Lab2pt)*

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1250-9987>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_16

Texto recebido em / Text submitted on: 11/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 03/11/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 351-383

RESUMO

Foi identificado recentemente um motivo gravado na estrutura conhecida como “Casa do Conselho”, na Citânia de Briteiros (Guimarães, Norte de Portugal). Trata-se de uma representação de um “punhal afalcatado” do final da Idade do Ferro, gravado na superfície do banco corrido interior da referida construção. Depois de uma contextualização do espaço, apresenta-se aqui uma caracterização do objeto representado, mencionam-se eventuais paralelos iconográficos e procura-se uma possível interpretação para a gravura. A gravação deste motivo decorativo estará relacionada com a utilização desta casa, possível espaço de comensalidade, celebração, cerim nia ou atividade política. Propõe-se a sua interpretação como sinalizador de estatuto e de hierarquia, entre as pessoas que se sentavam no recinto.

Palavras-chave: Citânia de Briteiros; Armamento; Guerra; Idade do Ferro; Gravura de arma.

ABSTRACT

An engraved motif has been recently identified in the building known as the “Council House”, in Citânia de Briteiros (Guimarães, Northern Portugal). It is a depiction of a *falcata* type sword from Late Iron Age and it was carved in the surface of the inner stone bench of the building. After a general description of the space, here we make a classification of the object depicted, mentioning eventual similar examples and searching for an interpretation of the engraving. The carving of this motif would be related with the function of the house, a possible space of commensality, celebration, ceremony or political activity. Here we propose its interpretation as a marker of status and hierarchy, among the people that use to sat on this enclosure.

Keywords: Citânia de Briteiros; weaponry; War; Iron Age; Weapon engraving.

INTRODUÇÃO

Foi identificado ocasionalmente, no dia 3 de setembro de 2021, um motivo gravado num dos elementos pétreos que integram o banco corrido da chamada “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros (Fig. 1). Posto que nunca antes se tinham observado gravuras na superfície deste banco corrido, foi efetuado, em novembro seguinte, um registo desta gravura, bem como uma observação mais detalhada dos outros elementos do banco, concluindo-se então que apenas um dos elementos em pedra se encontra gravado. A fotografia e decalque da gravura sugeriam tratar-se de uma representação de uma falcata, ou espada curva, arma característica da Idade do Ferro. O facto de a gravura ser muito pouco visível à luz do dia pode ser a razão para não ter sido identificada anteriormente, desconhecendo-se sobre ela qualquer referência. Naturalmente, o espaço em que se insere, carismático e sugestivo, malgrado os poucos conhecimentos sobre ele existentes – porque poucos foram também os trabalhos de que foi alvo – confere um significado especial a esta gravura. Justificou-se, desta forma, um estudo mais detalhado, no âmbito do qual se procurou identificar a tipologia da arma em questão, eventuais paralelos gravados, possíveis fenómenos antecessores e uma interpretação coerente.

O CONTEXTO

A “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros, conhecida por este nome na bibliografia e na informação turístico-cultural do monumento, é uma grande construção circular localizada na acrópole do povoado. Foi construída numa plataforma parcialmente sustentada pela primeira muralha, que domina visualmente o vale do Ave e as cumeadas que o enquadram, avistando-se daqui vários outros povoados fortificados coevos. A sua morfologia é idêntica à da generalidade das restantes estruturas circulares do povoado, sendo as suas extraordinárias dimensões a característica mais particular: os onze metros de diâmetro da estrutura obrigaram a uma maior espessura da parede, de cerca de noventa centímetros em todo o perímetro, um dado que favorece a ideia de que se tratava de um espaço coberto, que nos parece a mais provável. Também neste sentido, supomos que a altura original da parede, cujo nive-

lamento atual lhe foi conferido pelo restauro de 1956 (Cardozo, 1956), não deveria ser muito superior à que hoje vemos, garantindo melhor sustentação à provável estrutura de cobertura em madeira e colmo. Ao longo de quase todo o perímetro da parede interna, conserva-se um banco corrido, construído com blocos de granito contra a própria parede. O mesmo banco não é visível na zona da porta, a oeste, nem numa secção em que está exposto parte de um afloramento granítico, a norte, sobre o qual se construiu a parede da casa. Não estão à vista outros possíveis elementos, como pavimento, lareira ou bases de poste, embora, na zona do referido afloramento, pareçam ressaltar os negativos de um possível lajeado. O interior da casa está hoje ocupado por uma camada humosa, onde regularmente se corta a vegetação. É possível que o nível de circulação original estivesse a uma cota mais baixa que a superfície atual, o que é sugerido, desde logo, pela pequena altura visível do banco corrido.

A estrutura foi descoberta provavelmente na campanha sarmentina de 1892, pelo que se observa no notável registo topográfico de Álvaro de Castelões (Fig. 2), desse mesmo ano, e pela inexistência de referências anteriores. É Cristóvão Aires que, em 1896, depois de trocar correspondência com Martins Sarmiento, publica, sob autorização, a planta de Castelões e refere esta casa, “que pelo seu tamanho, que se avanta às demais edificações, parece seria o lugar destinado às grandes assembléas” (Aires, 1896: 426).

A quase inexistência de paralelos coevos noutros castros, faz da interpretação deste edifício como local de reunião de um conselho comunitário, em larga medida conjectural, apesar de muito provável, pela simples observação das características da construção. É esta a interpretação que lhe dão vários autores (Cardozo, 1956: 511; Silva, 1981-82: 85; Fabião, 1993: 197; Lemos, 2009: 149), que assumem que a existência destes edifícios seria habitual no interior dos castros. A interpretação desta curiosa construção como local de realização de banquetes coletivos, foi desde logo sugerida por Mário Cardozo, prática que Alain Tranoy articulou com o funcionamento de um “conselho dos anciãos” (Tranoy, 1981: 108) – sem, contudo, se referir ao espaço físico que aqui tratamos. Mais recentemente, Lois Armada (Armada Pita, 2005: 529-530), incluiu a “Casa do Conselho” de Briteiros no conjunto das casas de utilização comunitária dos castros, que interpreta à luz do fenómeno dos banquetes coletivos.

A inexistência de trabalhos arqueológicos recentes na área ocupada por esta construção, posteriores ao restauro da década de 1950, limitam a datação do edifício que, contudo, se pode considerar como anterior ao estabelecimento da malha ortogonal do povoado, genericamente datável do século I antes da nossa Era (Cruz, 2015: 408). Com efeito, a localização da “Casa do Conselho”, sem dúvida estratégica e simbólica (Lemos, 2009: 149), está desenquadrada da organização dos arruamentos da acrópole do povoado, embora pareça, de certa forma, harmonizar-se com o denso bairro de construções circulares, sem arruamentos, que lhe fica próximo.

Até 2004/2005, não se conheciam paralelos claros com a “Casa do Conselho” de Briteiros. Contextos como as grandes cabanas identificadas nos povoados de Chao Samartín, nas Astúrias, e de Torroso, na Galiza, às quais se atribui um carácter comunitário, podem, de facto, materializar um fenómeno antecessor, dada a sua cronologia muito mais antiga (Armada Pita, 2008: 142-143). No caso de Chao Samartín, aliás, a antiga cabana comunitária parece ter dado origem a uma praça lajeada rodeada de bancos, que talvez se possa integrar na fase de maior esplendor do povoado, na segunda metade do século I d.C. (Villa Valdés, 1999-2000: 384 e 394). No contexto cronológico dos finais da Idade do Ferro, conhecem-se vários exemplos de casas circulares com banco interior, integradas em espaços habitacionais, como acontece com uma outra estrutura em Briteiros, na encosta nascente (Cruz, 2020: 121). Será também o caso das conhecidas estruturas com bancos da Cividade de Afife/Âncora (Silva, 2007: 61), do Castro de São Lourenço (Almeida e Almeida, 2008: 24) ou da Citânia de Sanfins¹, indiciando tratar-se de uma solução arquitetónica usual. Já o curioso caso da estrutura oblonga com banco interior corrido na Cividade de Cossourado, Paredes de Coura, levanta alguma indefinição. A estrutura foi interpretada por Fátima Matos Silva, responsável pela sua descoberta, escavação e restauro, como local de reunião e de encontro comunitário (Silva, 2006: 279). Apesar de considerar-

¹ A descoberta da estrutura com banco corrido interior em Sanfins ocorreu na campanha de escavações realizada em 2010 (informação pessoal de Armando Coelho Ferreira da Silva).

mos como válido o raciocínio desta autora, as dimensões do espaço interior da estrutura, de 5,85m de comprimento, por 3,60m de largura, sugerem a possibilidade de se tratar de um espaço familiar, idêntico aos casos citados. Contudo, tendo em conta a cronologia de ocupação do povoado, que terá sido habitado desde o século VII a.C. e abandonado no século II a.C. (Silva, 2006: 369), e considerando a interpretação da responsável pela descoberta, podemos estar diante de um fenómeno precedente ao modelo que conforma a grande casa de Briteiros.

Ainda que a “Casa do Conselho” de Briteiros possa ser encarada como uma reprodução, à escala do povoado, de espaços de reunião/refeição familiar (Lemos, 2009: 150), apresentando, assim, idêntica configuração, cremos que as casas de utilização comunitária podem ser identificadas em função do seu tamanho ou da sua implantação. Com efeito, entre 2004 e 2005, as escavações no Castro do Vieito (Perre, Viana do Castelo) trouxeram a público uma casa circular (Fig. 3) de dimensões similares à de Briteiros, rondando os dez metros de diâmetro, com um banco corrido, mal conservado, ao longo da parede interior e com uma posição de centralidade, dominando visualmente o resto do povoado, interpretada como “cabana comunitária” (Silva, 2008: 60-61). Embora se reconheçam aqui algumas diferenças, como a monumentalização dos acessos desta casa comunitária do Vieito, tudo indica que é este um bom paralelo com a “Casa do Conselho” de Briteiros. Segundo o seu descobridor, terá evoluído a partir de uma construção oblonga, posteriormente alterada, dentro das estritas balizas cronológicas então avançadas para a ocupação deste povoado, entre os finais do século I a.C. e os meados do século I d.C. (Silva, 2008: 42). Infelizmente, as circunstâncias do estudo do Castro do Vieito determinaram a remoção dos vestígios da área escavada deste povoado, através do qual se veio a construir o troço da autoestrada A28 (Silva, 2008: 4). Desconhecemos a existência de qualquer elemento gravado no interior ou exterior desta grande casa.

Deste modo, foi num dos elementos do banco corrido desta carismática “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros que se operou a gravação de uma arma. O bloco com a gravura localiza-se do lado sul da construção, sensivelmente à direita da porta de entrada (Fig. 4). A interpretação deste motivo

gravado parece-nos indissociável da utilização e simbolismo do espaço em que se insere, a menos que a gravura fosse anterior à utilização do elemento pétreo, que não nos parece ser o caso.

A representação de arma de que aqui tratamos, que aparenta, pela sua configuração mais evidente, tratar-se de uma falcata, é uma gravura operada sobre a superfície horizontal do bloco granítico que integra o banco corrido do espaço interior da casa (Fig. 5). Tudo indica que a gravura foi feita depois da conceção do bloco em questão, como dissemos, posto que se denota o afeiçoamento prévio da superfície gravada. Isto posto, ou o motivo foi gravado aquando da construção do edifício, ou depois de o mesmo já ter sido construído. Não é impossível que o bloco fosse proveniente de outro local, e reaproveitado nesta casa, podendo-se atribuir uma anterioridade à gravura. No entanto, a harmonização entre os blocos que formam o banco corrido, seguindo na perfeição a curvatura da parede interior, sugere que os elementos de granito foram esculpidos para este fim específico.

Observando-se o decalque da gravura (Fig. 6), a parte correspondente à folha da espada foi representada com uma linha contínua, sem qualquer decoração, como as caneluras que são habituais nas falcatas ibéricas. A empunhadura foi gravada em relevo e, embora tenha sido representada com a configuração típica, não é perceptível uma eventual morfologia zoomórfica, nem se seria metálica ou em madeira. A parte superior, oposta à que representará o gume da espada, está menos visível, devido ao destacamento parcial da superfície do elemento pétreo. A espada representada tem cerca de quarenta centímetros e foi gravada com o gume para o observador, ou seja, para o lado de dentro da casa, ocupando a superfície do banco no sentido longitudinal. Está orientada sensivelmente de leste (empunhadura) para oeste (ponta da folha).

O OBJETO REPRESENTADO

A arma que vemos gravada neste bloco tem o formato de uma falcata (Fig. 7), espada de folha curva amplamente utilizada em diferentes regiões da Península, entre os séculos V e I antes de Cristo (Gabaldón, 2003: 2). Houve algum debate acerca das origens gregas – a famosa *kopis* – ou etruscas da

falcata ibérica, para a qual, contudo, se considera consensualmente uma origem mediterrânica (Tristão, 2012: 68). Deste modo, a ocorrência dos achados de falcatas é mais expressiva no Levante peninsular, e, no caso português, a recolha de falcatas ibéricas típicas quase se circunscreve ao Sul do país, com a notável exceção do achado ocorrido nas imediações do Castro de Frades, em Montalegre (Tristão, 2012: 71).

Recorrendo às palavras de Leandro Tristão: “a falcata é uma arma ofensiva, permitindo dois métodos de ataque, o de impulsão e o de perfuração, através do movimento rápido de uma direção para outra. Qualquer um destes métodos pode conferir golpe mortífero.” (Tristão, 2012: 75). A observação atual sobre esta espada antiga parece confirmar a sua utilidade e o carácter inovador na luta corpo a corpo, o que terá propiciado a sua difusão geográfica. Com efeito, tudo indica que, ao longo da II Idade do Ferro, a falcata ibérica, tipologia provavelmente aperfeiçoada a partir do já referido modelo importado, integrou o armamento habitual dos guerreiros em várias regiões, inclusive no Ocidente da Península, sugerindo a sua perfeita adequação às táticas de combate mais comuns, quer entre os Lusitanos, quer entre as populações que habitavam a norte do Douro, muito baseadas na emboscada e no ataque repentino e de curta duração, sem formações fechadas dos guerreiros (González García, 2007: 42-43).

No noroeste da Península, porém, a falcata parece ter inspirado uma produção local, que é a forma mais comum, com uma morfologia distinta e, sobretudo, de menores dimensões que a falcata típica e, por essa razão, conhecida como “punhal afalcatado” (González-Ruibal, 2006-07: 437). Assim, exceto o referido achado de Montalegre, os exemplares recolhidos nos castros do noroeste enquadram-se nesta tipologia: além das ligeiras diferenças na morfologia da folha, da ausência de decoração (Silva, 2007: 256) e da ausência do característico formato zoomórfico da empunhadura (Tristão, 2012: 71), o comprimento dos “punhais afalcatados” do noroeste não passaria os trinta e cinco centímetros (González-Ruibal, 2006-07: 437), enquanto que a falcata ibérica teria um comprimento de cerca de sessenta (Tristão, 2012: 69). Adaptou-se, assim, uma tipologia de arma vinda de fora, à realidade local, fosse pela adequação às práticas de combate dos guerreiros do noroeste, fosse pela racionalização dos recursos, nomeadamente metálicos.

Os pormenores da gravura, referidos no ponto anterior, sugerem que a arma gravada será um “punhal afalcado”, idêntico aos exemplares recolhidos no noroeste da Península. De facto, supondo que a arma foi representada à escala real, como sugerem os quarenta centímetros da gravura, as suas dimensões são equiparáveis à desta tipologia comum nos nossos castros.

A difusão destas armas em ferro no noroeste da Península deve ter sido propiciada pelo contacto e trânsito de pessoas e bens entre o sul e o norte do Douro. A dispersão dos achados de punhais afalcados parece restringir-se aos atuais norte de Portugal e sul da Galiza, não sendo conhecidos exemplares oriundos de todo o território para norte de Ourense (González-Ruibal, 2006-07: 436-438). Este aspeto parece sugerir a difusão da falcata a partir da Lusitânia.

PARALELOS ICONOGRÁFICOS

Naturalmente, a busca de iconografia relacionável com a gravura que aqui descrevemos começou por possíveis paralelos rupestres, embora, na verdade, não estejamos diante de um exemplo de arte rupestre, mas antes de um elemento arquitetónico decorado, como muitos outros recolhidos neste e noutros povoados da Idade do Ferro.

Ao contrário de épocas mais recuadas, como o Calcolítico e a Idade do Bronze (Alves, 2003: 191), a representação de armas na arte rupestre da Idade do Ferro, no Entre Douro e Minho, é rara, sendo mesmo inexistente nas manifestações rupestres identificadas na bacia do Ave (Cardoso, 2015: 213-223). Entre os casos de representação rupestre de armas, nomeadamente de espadas ou punhais, eventualmente atribuíveis à Idade do Ferro, os exemplares representados também não coincidem com esta tipologia de arma. No sítio rupestre conhecido como “Penedo do Matrimónio”, em Montalegre, foram identificados no conjunto gravado quatro elementos triangulares que aparentam ser quatro punhais metálicos (Bettencourt et al., 2004: 65). A equipa responsável pelo estudo do conjunto integra estas gravações no mesmo contexto cronológico dos restantes elementos gravados, os meados do III milénio a.C. (Bettencourt et al., 2004: 70). Ainda que uma datação relativa

alternativa atribua estes quatro punhais à Idade do Ferro, aos séculos III-II a.C. (Gomes, 2004-05: 58) os punhais aqui representados, não são tipologicamente comparáveis ao exemplar gravado na “Casa do Conselho”. Também no caso da rocha 6 do Monte das Porreiras, em Paredes de Coura, a terceira fase de gravação, datada do final da Idade do Ferro, não contém iconografia de espadas, sendo os “punhais de antenas” ali representados atribuídos à fase anterior, ou seja, ao Bronze Final ou ao início da Idade do Ferro (Coutinho et al., 2022: 185-187).

Porém, avançando para territórios interiores, a falcata é um dos motivos representados na arte rupestre característica da II Idade do Ferro. É o caso de vários sítios rupestres do baixo vale do Ca, e do trecho correspondente do vale do Douro, em que a falcata integra a panóplia de armas representadas em vários painéis, geralmente não associadas a antropomorfos, exceto num dos casos, em que uma das figuras parece brandir uma falcata (Luís, 2023: 211 e 258). Também no vale do Sabor, entre os muitos exemplares de arte móvel recolhida nos sítios fortificados do Castelinho (Torre de Moncorvo) e de Crestelos (Mogadouro), afetados pela construção da recente barragem e, nesse contexto, alvo de estudo intensivo, a falcata surge como um dos elementos figurados.  disso elucidativo o recente estudo de Andreia Silva, que nos d conta de que a espada é o segundo motivo mais representado do conjunto das armas ofensivas, incluindo um exemplar de falcata, embainhada à cinta de um antropomorfo (Fig. 8), e considerada atpica pela ausência da característica empunhadura, que aqui aparece representada com formato “semicircular e com uma bainha com conto arredondado, que a aproxima das espadas de fronto mais antigas” (Silva, 2020: 78). Também mais a sul, em Tondela, a falcata parece ser um dos motivos representados em painéis do sítio rupestre de Molelinhos, em parte atribuídos à II Idade do Ferro (Vilaça e Bottaini, 2021: 258-259; Silva, 2007: 256). Terminando esta necessariamente incompleta súmula de representações rupestres da falcata, não podemos deixar de referir o expressivo caso de alguns painéis gravados do santuário rupestre do Molino Manznez, na província de Badajoz, na margem do Guadiana (Fig. 9), em que a falcata nos surge amplamente representada (Royo Guillén, 2009: 63), num contexto geográfico desenquadrado do nosso caso de estudo.

Temos consciência que a representação da falcata nos conjuntos rupestres supra referidos não se pode equiparar ao fenómeno verificado na “Casa do Conselho” de Briteiros, pelo facto de os exemplos citados estarem geograficamente distantes, e o seu contexto de gravação ser necessariamente distinto. Contudo, assinala-se a existência do motivo representado numa época coeva, o que talvez possa ajudar a deslindar a possível simbologia que encerra.

O paralelo mais próximo parece ser, curiosamente, numismático. É amplamente conhecida a iconografia do armamento indígena nas chamadas “moedas da *caetra*”, emissões monetárias da época de Augusto, cunhadas a partir de 27 a.C. (García-Bellido, 2006: 696) ou apenas a partir de 19-18 a.C. (Centeno, 2020: 104), ou seja, durante ou imediatamente depois das Guerras Cantábricas e, portanto, no último fólio da Idade do Ferro. Não nos detendo nas especificidades que rodeiam esta emissão monetária, designadamente a controvérsia acerca do seu local de cunhagem, apenas afluamos aqui os aspetos iconográficos. Destaca-se, assim, a estilização dos característicos escudos circulares no reverso da própria moeda, com o umbo representado no centro e, na maior parte dos casos, uma decoração em quatro secções idêntica às *caetrae* representadas em algumas das conhecidas estátuas de guerreiros, designadamente os casos enquadráveis no grupo 8 da tipologia definida por Thomas Schattner para estas esculturas (Schattner, 2004: 26). Alguns exemplares de moedas representam apenas o escudo, mas outros incluem outras armas. Dos onze exemplares desta tipologia, recolhidos na Citânia de Briteiros, todos em escavações antigas, destaca-se a numisma recolhida por Martins Sarmiento em junho de 1879 (Sarmiento, 1905: 99-100), por nela constar, à semelhança de outros exemplares conhecidos, a *caetra*, um par de lanças, um punhal – aparentemente idêntico aos que também figuram, embainhados, nas estátuas mencionadas, ou mesmo um “punhal de antenas” – e uma falcata, ou “punhal afalcado” (Figs. 10 e 11).

Uma interpretação tradicional propõe que o reverso destas moedas representa a submissão dos povos indígenas ao exército romano, retratando as armas dos vencidos, ou as armas romanas sobre as armas dos vencidos, a partir da assunção, em nosso entender errada, de que o punhal e a falcata serão armas do exército romano, sobrepostas a um escudo indígena (Núñez

Meneses, 2014: 111-112). Os destinatários desta emissão monetária, e da mensagem que encerraria, seriam, nesta perspetiva, os legionários romanos. Por outro lado, uma leitura mais recente propõe que o armamento visível no reverso destas moedas, com a decoração típica dos escudos das estátuas da área mais meridional do noroeste e com a falcata – arma característica do mesmo território que, como vimos, não está documentada nas terras mais setentrionais –, representa antes as armas dos guerreiros Galaicos e Lusitanos que, no contexto das Guerras Cantábricas, não terão lutado contra as legiões romanas, mas que com elas terão colaborado (González-Ruibal, 2006-07: 437-438). Nesta perspetiva, oposta à anterior, mas que nos parece ser a mais provável, os destinatários da mensagem iconográfica transmitida por estas moedas não serão apenas os legionários romanos, mas sobretudo as populações locais, não da área conquistada, mas de território há muito pacificado. Não nos esqueçamos que eram sobretudo estas populações que interessava integrar numa economia monetária, anteriormente inexistente. Isto coincide com o âmbito territorial da dispersão dos achados de numismas, onde se incluem muitos povoados indígenas, e não obsta a que se trate de uma emissão em ambiente militar (Centeno, 2020: 104). Em qualquer dos casos, a sua função propagandística é evidente, e a sua iconografia parece evocar a elite guerreira indígena, apresentando assim esta panóplia de armas como símbolo do seu poder efetivo. Isto talvez se relacione com a gravura de falcata que aqui nos ocupa.

INTERPRETAÇÃO

Determinar o significado que um certo símbolo poderia representar para as populações que o gravaram e que o observavam, é um exercício complexo, por muito que a representação de uma arma possa ser mais evidente que um motivo abstrato, sugerida naturalmente a sua identificação com a temática da guerra.

No caso do Calcolítico e da Idade do Bronze, alguns investigadores integram a representação de armas num contexto de “ideologia da guerra”, de legitimação do poder, ou de uma comunidade de guerreiros que poderia

realizar rituais de agregação nos locais onde se identificaram rochas gravadas (Vázquez Varela, 1999: 21). No entanto, as interpretações mais recentes tendem a observar os motivos representados em função do contexto espacial dos sítios, analisando a sua implantação e as suas características físicas. Os sítios rupestres com presença de armas gravadas são mais consensualmente interpretados como locais de agregação, mas onde as gravuras poderiam materializar significados simbólicos ou atos de carácter cerimonial, oferendas, evocações do ciclo solar, estando eventualmente relacionados com outros testemunhos materiais: depósitos, *tumuli* ou povoados (Santos-Estévez et al., 2017: 152 e 163-165). Enquadrável nesta ordem de ideias, a gravação de armas, ou de artefactos metálicos em geral, neste período, poderia ser levada a cabo por quem, na esfera do simbólico, manipularia diferentes elementos, como poderia ser a metalurgia, assim interpretada neste contexto cronológico (Alves, 2003: 191). De uma forma ou de outra, cremos que na época em que se insere esta gravura de falcata, que será o final do I milénio a.C., os possíveis significados da gravação desta temática podem ter mudado substancialmente em relação às primeiras gravações de armas e aos vários exemplos datados do Bronze Final.

A menor ocorrência de gravuras de armas na arte rupestre, na Idade do Ferro, comparativamente aos vários sítios gravados nos períodos anteriores, pode ser interpretada no âmbito das descontinuidades verificadas no início desta fase, quando uma maior sedentarização das comunidades pode ter propiciado a substituição do carácter simbólico de defesa, assumido pelas representações rupestres, por uma sensação de defesa mais concreta e expressiva, como será a fortificação dos povoados (González García, 2007: 36). Ao mesmo tempo, pode ter-se verificado uma substituição do carácter restrito e elitista da guerra e das armas, no Bronze Final, por um contexto mais coletivo, em que a guerra terá adquirido um carácter de defesa da comunidade, cuja coesão está também visível no esforço coletivo que terá implicado a construção dos povoados fortificados (González García, 2007: 39).

De facto, este cenário parece ter-se alterado nos últimos séculos que antecederam a transição da Era. Os vários investigadores que se têm debruçado sobre a Idade do Ferro no noroeste de Portugal, coincidem na definição de

uma fase final marcada por significativas alterações a nível do povoamento e da estrutura socioeconómica das comunidades castrejas. Destaca-se neste contexto, tradicionalmente balizado entre a campanha de Décimo Júnio Bruto e o Principado de Augusto, o surgimento de povoados de maiores dimensões que parecem materializar uma hierarquia. Os chamados *oppida*, ou “grandes castros”, estariam à cabeça de territórios povoados por castros mais pequenos, e concentrariam funções políticas, económicas, militares e religiosas, no que se podem considerar as primeiras experiências urbanas na região, num fenómeno conhecido como “oppidização” ou protourbanismo (Silva, 2007: 52-57; Martins, 1990: 149-151; González-Ruibal, 2006-07: 328-382; Lemos, 2009; Cruz, 2015). Incluem-se nesta definição povoados como Briteiros, Sanfins, Bagunte, São Julião, cujas superfícies ultrapassarão os dez hectares, e nas imediações dos quais se conhecem povoados relativamente mais pequenos.

É inegável, neste processo, a influência dos eventos históricos relacionados com a conquista romana da Península Ibérica, a partir do século III a.C., começando pela Segunda Guerra Púnica; as Guerras Lusitanas, cujo real impacto no noroeste deve ser considerado; a referida campanha de Bruto, que pela primeira vez terá atingido os territórios a norte do Douro; a expedição de Marco Licínio Crasso; o episódio de Marco Perpenna, no contexto das manobras sertorianas; a campanha de Júlio César. Num território aberto à influência externa desde uma fase muito recuada (González-Ruibal et al., 2010: 580), as consequências destes episódios militares fizeram-se naturalmente sentir, quer porque as guerras de Roma se fizeram contra povos e territórios com os quais havia contactos – que se viram, assim, forçosamente alterados – quer porque pode ter havido participação direta de guerreiros originários desta zona nos conflitos desenrolados noutros cenários geográficos. A partir da campanha de Bruto, as expedições romanas, orientadas por diferentes objetivos e interesses, afetaram diretamente as terras a norte do Douro.

Esta série de eventos de âmbito militar não são seguramente razão única para o desenvolvimento dos *oppida*, fenómeno que terá sido influenciado por uma multiplicidade de fatores, inclusive de âmbito demográfico e económico. Mas podem explicar, em nosso entender, toda uma nova percepção da guerra,

das suas consequências e das suas estratégias, uma nova visão sobre as matérias de conflito e de negociação e uma aparente aposta na afirmação de uma elite guerreira socialmente dominante. Este fenómeno foi identificado por Alfredo González-Ruibal como a “exacerbação do conflito” (González-Ruibal, 2006-07: 441-450) que se caracteriza por uma recrudescência dos aspetos bélicos da sociedade, pela “tribalização” – ou seja, o reforço dos aspetos identitários, aglutinando comunidades em unidades territoriais ou políticas de maior escala – pela construção de grandes sistemas de fortificações e pela centralização do poder exercido por elites guerreiras locais. Isto fez com que, recorrendo às palavras de Manuela Martins, as comunidades dos castros tenham evoluído “para esquemas de desigualdade e hierarquia, sem dúvida mais adaptados à interacção com as áreas já romanizadas da Península.” (Martins, 2009: 218-219). É neste sentido que Francisco González García recorre ao conceito de “zona tribal” para definir o noroeste da Península no final da Idade do Ferro, como um território que entrou na órbita de influência de um estado, com a alteração das estruturas socioeconómicas, políticas e culturais que isso implica, mas que não se encontrava sob a sua administração (González García, 2007: 26-27).

A construção de aparatosos esquemas defensivos nos vários castros, com sucessivas linhas de muralha – que vão muito para além da área edificada dos povoados – sistemas de fossos e taludes e portas fortificadas com torreões, parece ser a materialização deste novo contexto social. Embora estas construções tenham sido edificadas como necessárias na defesa das comunidades, elas têm também uma função propagandística e mobilizadora, definindo uma arquitetura monumental coincidente com a transmissão de uma mensagem de poder por parte dos governantes locais. Esta mensagem manifesta-se também por um conjunto de *itens* representativos das novas elites, revestidas de um carácter marcial, entre os quais se contam as famosas estátuas de guerreiros (Figs. 12, 13 e 14), já mencionadas no ponto anterior. Estas curiosas esculturas têm tido interpretações divergentes, tal como a cronologia que lhes tem sido atribuída, desde o cumprimento de uma “função heroicizada de tutela” (Martins e Silva, 1984: 44), até à representação personalizada de *principes* locais, a quem, já no contexto da romanização, o

Império Romano terá atribuído a governação dos *populi*, entidades gentílicas pré-romanas que teriam sido mantidas nos primeiros tempos da fase altoimperial, até às reformas flavianas (Alarcão, 2003: 119-121). Mais recentemente, com uma tendência para a datação destas esculturas para épocas anteriores a Augusto, as estátuas de guerreiros têm sido também consideradas metáforas do poder, com valor apotropaico (González-Ruibal, 2006-07: 449), ou mesmo uma figuração dos “pais fundadores de uma linhagem dominante” (Lemos, 2009: 198). Na nossa leitura, as moedas romanas da *caetra* – cunhadas nos finais do século I a.C., pelas autoridades militares romanas, como vimos – reaproveitam ou mantêm a iconografia e a mensagem presente nas estátuas de guerreiros, transmitindo dessa forma às populações nativas uma ideia de continuidade e estabilidade. Esta continuidade terá sido real na medida em que a colaboração entre o poder romano e as elites indígenas, no território imediatamente a norte do Douro, no final do século I a.C., apresenta-se como o cenário mais provável (Martins, 2009: 219-221; Redentor, 2011: 220-227; Cruz, 2020: 127-132). Embora possamos considerar genericamente as esculturas de guerreiros como sendo mais antigas, elas estariam em pleno uso no tempo de Augusto, além de várias conservarem epígrafes latinas, seguramente gravadas por altura da transição da Era, ou mesmo depois (Martins e Silva, 1984: 36; Alarcão, 2003: 120-121; Redentor, 2011: 223).

A gravura de falcata da “Casa do Conselho”, que terá o seu paralelo visual mais próximo nos reversos das moedas da *caetra*, insere-se, na nossa interpretação, nesta mesma simbologia da tutela exercida pelas elites guerreiras dos *oppida*, um símbolo do poder do grupo socialmente dominante, associado à iconografia guerreira, e testemunho da hierarquização a que aludimos. A cronologia da gravura pode assumir-se em função da datação do espaço em que se encontra, que pode ser anterior ao século I a.C., como já apontámos, e que pode ter estado em utilização até ao século I d.C.

A gravação deste motivo na “Casa do Conselho” estará seguramente relacionada com a utilização do edifício, espaço coletivo, provável local de realização de banquetes, mais ou menos ritualizados, ou de reunião de uma assembleia, no âmbito da organização suprafamiliar da comunidade, que incluiria as suas relações externas. A primeira função tem tido como fonte

primordial o trecho da Geografia de Estrabão, em que se descrevem os banquetes (Estrabão, *Geografia*, III, 3, 7 in Deserto e Pereira, 2017), assim como rituais agonísticos, sacrifícios e danças, embora o geógrafo grego não especifique se isto se fazia no decurso de uma assembleia ou num âmbito necessariamente institucional (Armada Pita, 2005: 604). Contudo, o carácter multidimensional desta ideia de assembleia foi explorado, desde logo, por Alain Tranoy, que descreve estes eventos sociais no contexto de uma entidade acima da família nuclear, interpretando desta forma a palavra συγγένεια, parentesco ou afinidade, utilizada por Estrabão (Tranoy, 1981: 108). A ideia de que a organização da comunidade, e entre comunidades, se fazia por laços de parentesco, para além da família nuclear, é discutível, sendo de privilegiar também fatores territoriais, políticos, religiosos, económicos ou bélicos (Beltran Lloris, 1988: 236-237), o que pode indicar que Estrabão se referia ao âmbito estritamente familiar, e não à comunidade, ao descrever os banquetes (Silva, 1981-82: 84-85). No entanto, a correspondência exata entre a arquitetura das casas circulares com banco e a “Casa do Conselho”, que as reproduz a uma escala maior, indica que os banquetes de âmbito comunitário seguiriam as mesmas convenções que os encontros familiares. Se a estes momentos de comensalidade e ritualidade coletiva corresponderia uma reunião para efeitos de discussão e tomada de decisão, é uma possibilidade conjectural, como dissemos no início. Esta possibilidade, porém, pode incluir outro tipo de eventos coletivos que teriam lugar antes de, simultaneamente, ou no seguimento de, banquetes. Referimo-nos a atos de celebração de uma família em particular, a promoção de um indivíduo ou grupo através da distribuição ostentatória de comida e bebida, ou atos mais institucionais, como a mediação de conflitos, os pactos de hospitalidade, a decisão sobre a guerra ou a paz, fazendo da realização de banquetes um aspeto essencial da ação política de então (Armada Pita, 2005: 620-621; Lemos, 2009: 149).

Em todo o caso, interessa sublinhar a ideia de que, nos banquetes, familiares ou comunitários, a idade e o estatuto dos comensais seriam aspetos tidos em conta no lugar que cada um ocupava, como também diz Estrabão (Tranoy, 1981: 104). Isto posto, a realização de banquetes com uma distribuição hierarquizada de lugares (Armada Pita, 2005: 618), que

quadra com a descrição estraboniana, parece a função mais evidente para espaços como a “Casa do Conselho”. Neste contexto, talvez a gravura de que aqui nos ocupamos tenha tido, precisamente, a função de assinalar a posição onde era suposto sentar-se uma figura destacada. Embora esta hierarquia pudesse ser do conhecimento comum dos comensais, este motivo gravado poderia destacar o lugar de alguém que poderia presidir a uma assembleia, a uma cerimónia ou um ato jurídico, por exemplo, ou o promotor de uma celebração, numa ação de evergetismo. De facto, a gravação do que consideramos ser um símbolo de prestígio num dos bancos do recinto, tem implícita a proeminência política e identitária deste espaço, assim como da pessoa cujo lugar seria assinalado em diferentes possíveis circunstâncias. Em todo o caso, esta gravura parece revestir-se do mesmo capital simbólico das estátuas de guerreiros em granito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, a gravura identificada na “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros, estrutura escavada no século XIX, para a qual não existe documentação de escavação, representa um “punhal afalcado”, uma arma ofensiva dos finais da Idade do Ferro. Os paralelos rupestres de gravuras de espadas similares são geograficamente distanciados desta região, em painéis ao ar livre, ou em suporte móvel, por vezes associados a figuras humanas que os ostentam. O paralelo geograficamente mais próximo são alguns exemplares de moedas da *caetra*, que mostram uma falcata no reverso, juntamente com outras armas, e que cremos emularem a iconografia do poder das elites locais.

A gravação deste elemento pode ser contemporânea da construção da casa, que se supõe anterior ao século I a.C., ou gravado posteriormente no decorrer desta centúria. Parece tratar-se de uma representação iconográfica do alegado *ethos* guerreiro da Idade do Ferro, simbolizando o reforço e centralização do poder das elites guerreiras, podendo diferenciar um lugar específico entre as pessoas que se sentariam neste espaço, fosse no decurso de banquetes coletivos, cerimónias, celebrações ou atos mais institucionais, como assembleias, juramentos e pactos.

A identificação deste elemento pode ajudar a compreender o pensamento das últimas comunidades sidéricas nesta região e o contexto político e social que conduziu à integração no Império Romano. O estudo deste e de outros possíveis espaços similares, particularmente em contexto de escavação arqueológica, poderá vir a revelar novos dados sobre a mentalidade, cultura e sociedade da Idade do Ferro.

AGRADECIMENTOS

Com especial agradecimento aos nossos colegas José Antunes e António Freitas, pela preciosa ajuda no registo de campo desta gravura. A Carla Braz Martins, pelas fotografias das esculturas no Museu Nacional de Arqueologia.

BIBLIOGRAFIA

- Aires, Cristóvão (1896). *História orgânica e política do Exército Português*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Alarcão, Jorge (2003). As estátuas de guerreiros galaicos como representações de príncipes no contexto da organização político-administrativa do Noroeste pré-flaviano. *Madridrer Mitteilungen*, vol. 44, Madrid, 116-126.
- Almeida, Carlos e Almeida, Ana (2008). *Castro de S. Lourenço - Esposende*. Esposende: Câmara Municipal.
- Alves, Lara (2003) *The Movement of signs. Post glacial Rock Art in North-western Iberia*. Dissertação de Doutoramento, University of Reading, Reading, Grã-Bretanha.
- Armada Pita, Xosé-Lois (2005). *Formas y rituales de banquete en la Hispania indoeuropea*. Dissertação de Doutoramento, Universidade da Corunha, Faculdade de Humanidades de Ferrol, Ferrol, Espanha.
- (2008). Carne, drogas o alcohol? Calderos y banquetes en el Bronce Final de la Península Ibérica. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada. Monográfico: Poder y Prestigio en las sociedades prehistóricas peninsulares: el contexto social del consumo de alimentos y bebidas*, vol. 18, 125-162.
- Beltran Lloris, Francisco (1988). Un espejismo historiográfico. Las «organizaciones gentílicas» hispanas. In Gerardo Pereira Menaut (Dir.), *Actas del 1er. Congreso Peninsular de Historia Antigua (197-237)*. Universidade de Santiago de Compostela.

- Bettencourt, Ana; Sanches, Maria; Dinis, António; Cruz, Carlos (2004). The rock engravings of Penedo do Matrimónio in Campo de Caparinho, Vilar de Perdizes, Montalegre (Northern Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*, 6, 61-82.
- Cardoso, Daniela (2015). *A Arte Atlântica do Monte de São Romão (Guimarães) no contexto da Arte Rupestre Pós-paleolítica da bacia do Ave - Noroeste Português*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.
- Cardozo, Mário (1956). Exploração Arqueológica na Citânia de Briteiros. Relatório da 24.ª campanha (ano de 1956). *Revista de Guimarães*, 66, 3-4, 508-512.
- Centeno, Rui (2020). Cronologias e mundos de transição na Cultura Castreja: os achados monetários. In Rui Centeno; Rui Morais; Teresa Soeiro e Daniela Ferreira (Coords.), *Atas do Congresso Internacional Cultura Castreja: Identidade e Transições* (93-105). Santa Maria da Feira: Câmara Municipal.
- Coutinho, Luís; Bettencourt, Ana; Sampaio, Hugo; Henriques, Renato (2022). Between heroes or deities? Iron Age sacrificial agencies depicted in rock 6 from Monte das Porreiras (Northwest Portugal). *Zephyrus*, 89, 173-189.
- Cruz, Gonçalo (2015). O surgimento do espaço urbano no Noroeste da Ibéria. Uma reflexão sobre os *oppida* pré-romanos. In Martínez Peñín e Caverro Domínguez (Eds.), *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica* (403-424). León: Instituto de Estudios Medievales de la Universidad de León, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- (2020). *Citânia e Sabroso. Memória histórica e arqueológica*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- Deserto, Jorge e Pereira, Susana da Hora Marques (2017). *Estrabão, Geografia. Livro III. Introdução, tradução do grego e notas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fabião, Carlos (1993). O passado proto-histórico e romano. In José Mattoso (Coord.), *História de Portugal*, vol. I (76-299). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Gabaldón, Mar (2003). *La falcata de Almedinilla (Córdoba). La Edad del Hierro*. Pieza del Mes, Ciclo 2003, Las armas: defensa, prestigio y poder. Museo Arqueológico Nacional, Madrid. Disponível online em www.man.es.
- García-Bellido, María (2006). Ejército, moneda y política económica. In María García-Bellido (Coord.), *Los campamentos romanos en Hispania (27 a. C.-192 d. C.). El abastecimiento de moneda, Anejos de Gladius 9*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Gomes, Mário (2004-05). A hierogamia do Penedo do Matrimónio (Montalegre, Vila Real). *Arqueologia & História. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, números 56-57, 51-63.

- González García, Francisco (2007). La guerra en la Gallaecia antigua: del guerrero tribal al soldado imperial. *Sémata, Ciências Sociais e Humanidades*, 19, 21-64.
- González-Ruibal, Alfredo (2006-07). *Galaicos. Poder y Comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.)*, *Brigantium*, 18-19. Corunha: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña.
- González-Ruibal, Alfredo; Rodríguez Martínez, Rafael e Ayán Vila, Xurxo (2010). Buscando a los Púnicos en el Noroeste. *Mainake*, 32, 577-600.
- Lemos, Francisco (2009). A Cultura Castreja no Minho. Espaço nuclear dos grandes povoados proto-históricos do Noroeste Peninsular. In Paulo Pereira (Coord.), *Minho, traços de identidade* (122-213). Braga: Universidade do Minho.
- Luís, Luís (2023). Primeiro inventário figurativo da arte rupestre da Idade do Ferro entre o Côa e o Douro. In Dalila Correia; André Santos (Eds.), *Por este rio acima: A arte pré e proto-histórica do Vale do Côa: Estudos em homenagem a António Fernando Barbosa* (181-265). Côa Parque, Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa.
- Martins, Manuela (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização na bacia do curso médio do Cávado. Cadernos de Arqueologia, Monografias*. Braga: Universidade do Minho.
- (2009). A Romanização. In Paulo Pereira (Coord.), *Minho, traços de identidade* (216-269). Braga: Universidade do Minho.
- Martins, Manuela e Silva, Armando (1984). A estátua de guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde). *Cadernos de Arqueologia*, 1, 29-47.
- Núñez Meneses, Pablo (2014). La moneda lucense de la caetra. *Omni, Revista Numismática*, 8, 92-117.
- Redentor, Armando (2011). *A Cultura epigráfica no Conventus Bracaravgustanus (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade brácara da época romana*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Royo Guillén, José (2009). El arte rupestre de la Edad del Hierro en la Península Ibérica y su problemática: aproximación a sus tipos, contexto cronológico y significación. *Salduie. Estudos de Prehistória y Arqueología*, 9, 37-69.
- Santos-Estévez, Manuel; Bettencourt, Ana; Sampaio, Hugo; Brochado, Cláudio; Ferreira, Gonçalo (2017). Shape and meaning: engraved weapons as materialisations of the Calcolithic/Early Bronze Age cosmogony in north-west Iberia. In A. Bettencourt; M. Santos-Estévez; H. Sampaio; D. Cardoso (Eds.), *Recorded Places, Experienced Places. The Holocene Rock Art of the Iberian Atlantic Northwest*, British Archaeological Reports – BAR (151-165). Oxford: BAR Publishing.

- Sarmento, Francisco (1905). Materiaes para a Archeologia do Concelho de Guimarães. Citânia. *Revista de Guimarães*, 22, 3-4, 97-123.
- Schattner, Thomas (2004). Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitano-galaicos. *O Arqueólogo Português*. Série IV, vol. 22, 9-66.
- Silva, Andreia (2020). *Representações antropomórficas na arte móvel da Proto-história do Vale do Sabor (Trás-os-Montes Oriental)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Silva, António José (2008). *Vivre au-dela du fleuve de l'oubli. Portrait de la communauté villageoise du Castro do Vieito au moment de l'intégration du NO de la péninsule ibérique dans l'orbis Romanum*. AMS - Análise e Consultadoria Arqueológica Lda.
- Silva, Armando (1981-82). Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugália*, Nova Série, vol. 2-3, 83-94.
- (2007). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- Silva, Maria de Fátima (2006). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia superior do Rio Coura: estudo, musealização e divulgação*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Granada, Granada, Espanha.
- Tranoy, Alain (1981). *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Centre Pierre Paris - CNRS Bordeaux III. Paris: Difusion du Bocard.
- Tristão, Leandro (2012). *Armas e Ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Vázquez Varela, J. (1999). Los petroglifos prehistóricos de armas metálicas de Galicia en el contexto de la Península Ibérica, Europa y África. *Sémata, Ciências Sociais e Humanidades*, 11, 15-32.
- Vilaça, Raquel e Bottaini, Carlo (2021). Depósitos metálicos em meio húmido, e suas margens, da Idade do Bronze em Portugal: uma perspetiva global. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 28, 257-276.
- Villa Valdés, Ángel (1999-2000). Descripción de estructuras defensivas e trazado urbano no Castro do Chao de San Martín (Grandas de Salime, Asturias). *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, 9, 367-419.

A propósito de uma gravura de arma da Citânia de Briteiros (norte de Portugal).
Iconografia guerreira no final da Idade do Ferro



Fig. 1 – A “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros.



Fig. 2 – Extrato do levantamento topográfico de 1892, com registro da “Casa do Conselho” (assinalada pelo número 5). Levantamento de Álvaro de Casteles, original na Biblioteca Nacional de Portugal, cota C.C. 382 A.

A propósito de uma gravura de arma da Citânia de Briteiros (norte de Portugal).
Iconografia guerreira no final da Idade do Ferro

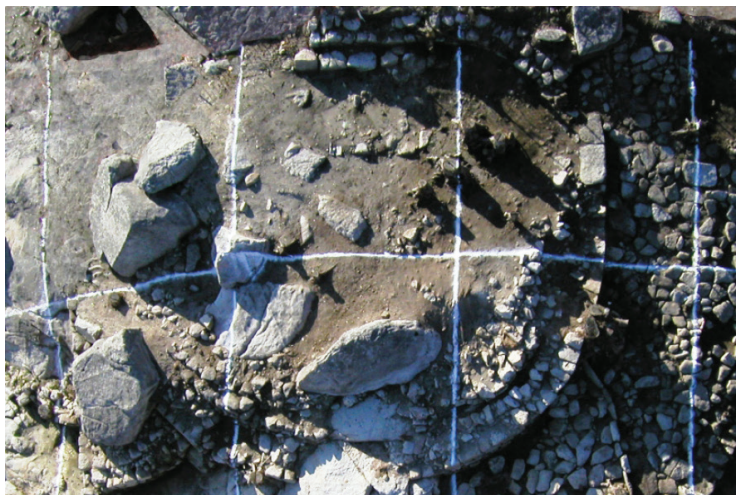


Fig. 3 – A cabana comunitária do Castro do Vieito, durante os trabalhos de escavação. Imagem de António Silva (Silva, 2008: foto 2.10).

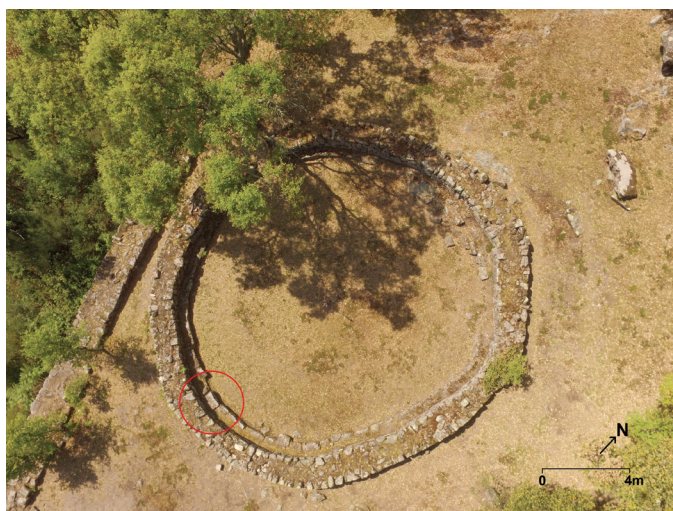


Fig. 4 – Vista aérea da “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros.
O círculo assinala o local da gravura no banco interior.

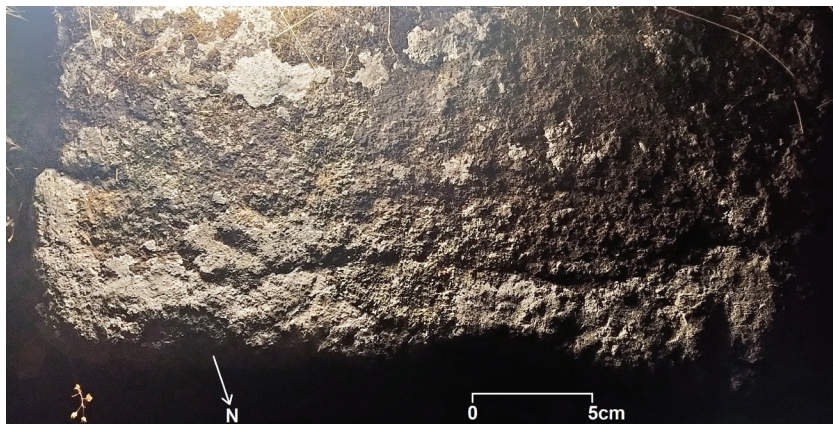


Fig. 5 – Fotografia noturna da gravura de arma da Citnia de Briteiros.

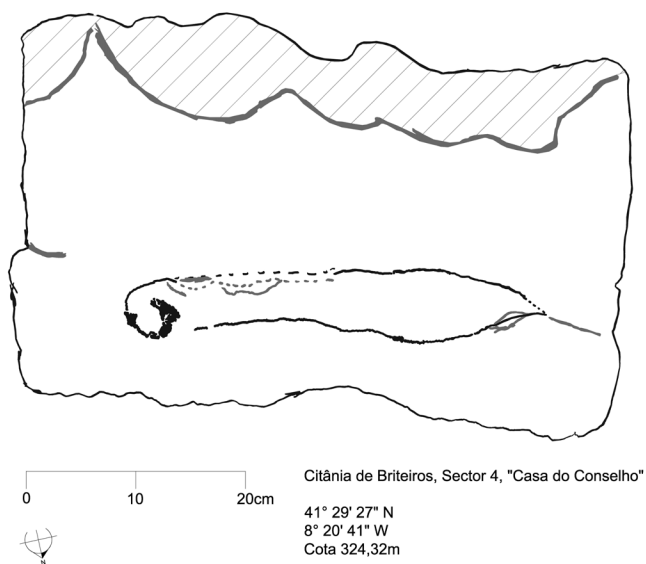


Fig. 6 – Decalque da gravura de arma da Citnia de Briteiros.

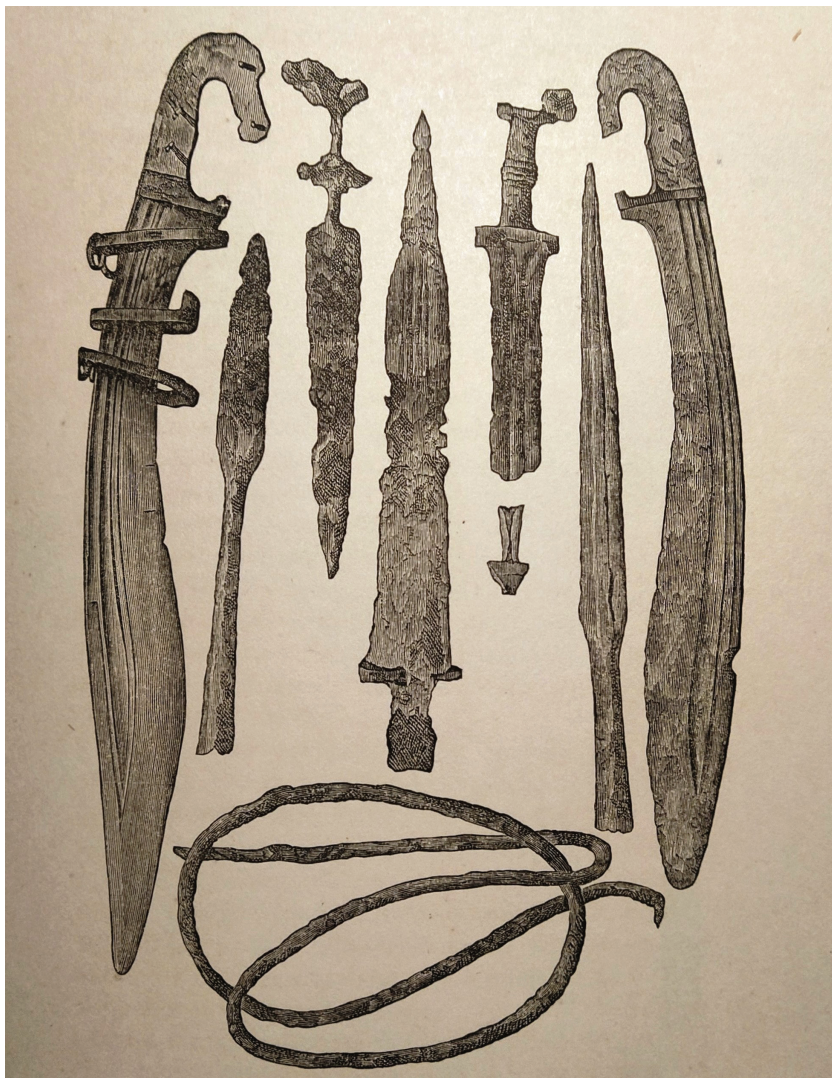


Fig. 7 – Conjunto de armas recolhidas em Almedinilla (Córdova).
Nas extremidades, duas falcatas ibéricas. Ilustração de Cristóvão Aires
(Aires, 1896: Estampa VII).

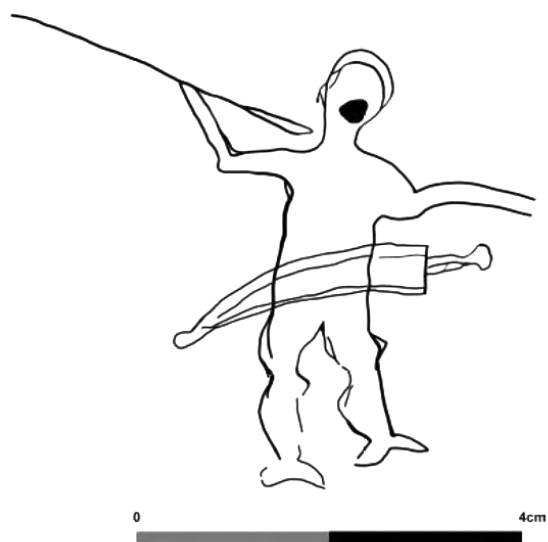


Fig. 8 – Decalque de antropomorfo armado com falcata embainhada e brandindo uma lança, num dos elementos gravados m3veis do s3tio fortificado do Castelinho.
Realizado por Andreia Silva (Silva, 2020: 56, figura 31).



Fig. 9 – Decalque de rocha gravada no “sector espadas” do santuário rupestre de Molino Manzánéz, Badajoz. Realizado por Hipólito Collado Giraldo (extraído de Royo Guillén, 2009: 57, figura 24).



Fig. 10 – Reverso de moeda da *caetra* recolhida na Citânia de Briteiros em 1879.
Do lado direito, a representação de falcata está quase impercetível.



Fig. 11 – A mesma moeda de bronze, em fotografia de Martins Sarmiento, pouco depois da sua recolha. À direita do conjunto, a representação da falcata.

A propósito de uma gravura de arma da Citânia de Briteiros (norte de Portugal).
Iconografia guerreira no final da Idade do Ferro

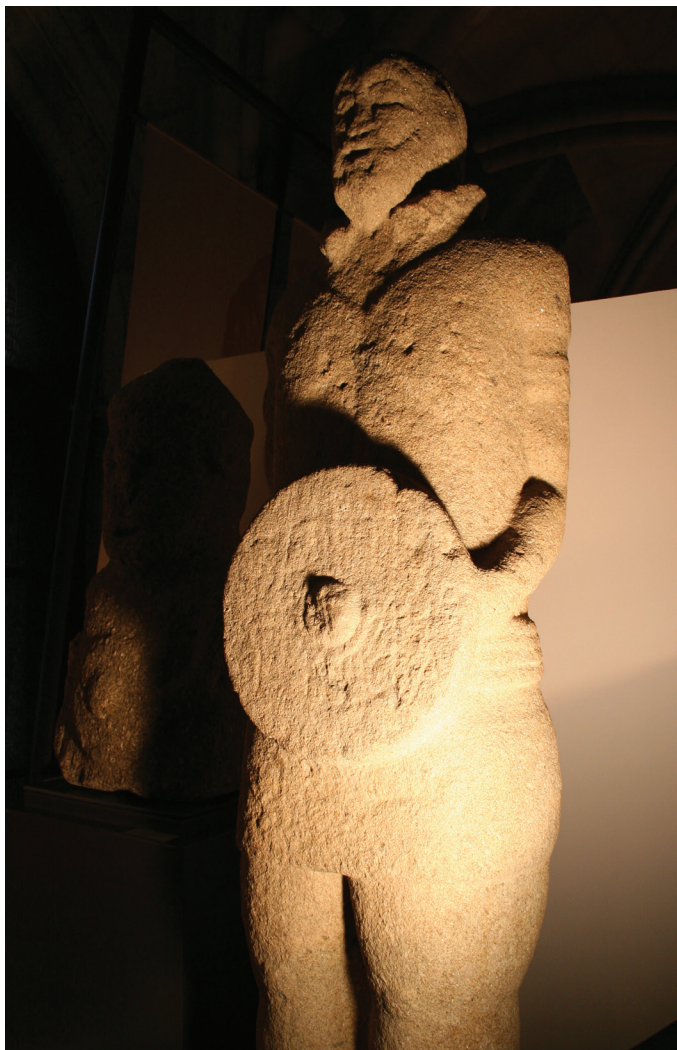


Fig. 12 – Uma das estátuas de guerreiro recolhidas em Covas do Barroso, Boticas, no Museu Nacional de Arqueologia.



Fig. 13 – Pormenor de uma das estátuas de guerreiro recolhidas em Covas do Barroso, Boticas, no Museu Nacional de Arqueologia.

A propósito de uma gravura de arma da Citânia de Briteiros (norte de Portugal).
Iconografia guerreira no final da Idade do Ferro



Fig. 14 – Pormenor de uma das estátuas de guerreiro recolhidas em Covas do Barroso, Boticas, no Museu Nacional de Arqueologia.

(Página deixada propositadamente em branco)

ATAQUE CORSÁRIO NEERLANDÊS A BUARCOS EM 1629 –NOVOS CONTRIBUTOS

Dutch corsair attack to Buarcos in 1629 – New contributions

INÊS MARIA JORDÃO PINTO*

inesmjpto@gmail.com

*Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura,
Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património*

MARCO PENAJOLA

penajoia@fl.uc.pt

*Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura |
Museu Municipal Santos Rocha*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6112-3616>

<https://orcid.org/0000-0001-9898-2062>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_17

Texto recebido em / Text submitted on: 15/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 12/10/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 385-413

* Doutoranda em História Moderna – FLUC. Bolseira FCT 2023.02139. BD.

RESUMO

Neste artigo procuramos apresentar um contributo para avaliar a importância que a faixa marítima central portuguesa deteve na Época Moderna. Depois de uma breve caracterização do contexto arqueológico e histórico do atual território da Figueira da Foz, analisamos o ataque corsário neerlandês em Buarcos no ano de 1629. Apesar de serem conhecidas algumas fontes e estudos sobre os aspetos defensivos de Buarcos, muito há ainda por investigar, como se comprova pelas fontes pouco conhecidas ou mesmo inéditas e relevantes aqui apresentadas, as quais permitem uma nova leitura sobre um episódio menos conhecido da história local.

A metodologia desta investigação centrou-se numa análise cruzada de informações, relacionando diferentes fontes, numa abordagem de micro-história.

Palavras-chave: Época Moderna; Buarcos; Litoral; Foz do Mondego; Incursão Corsária.

ABSTRACT

In this article, we aim to present a contribution to assesses the importance of the Portuguese central maritime strip in the Modern Period. We begin with a brief characterization of the archaeological and historical context of the current territory of Figueira da Foz. Subsequently, we delve into the analysis of the Dutch corsair attack on Buarcos in 1629. Although some sources and studies on the defensive aspects of Buarcos are known, there is still much to be investigated. This is evidenced by the relatively unknown or even unpublished and relevant sources presented in this article, allowing for a fresh interpretation of a lesser-known episode in local history. The methodology employed in this investigation involved a cross-analysis of information, relating different sources, in a micro-history approach.

Keywords: Modern Period; Buarcos; Coastline; Mouth of the Mondego River; Corsair Incursion.

A LITORALIDADE DA FIGUEIRA DA FOZ: ASPETOS DE UM TERRITÓRIO NA ÉPOCA MODERNA

Este artigo tem como objetivo principal a análise de uma gravura seiscentista relativa a Buarcos, bem como uma breve análise geomorfológica e arqueológica do seu *hinterland*, e que representa muito do dinamismo inerente ao litoral atlântico neste território.

Trata-se de um quadro paisagístico que terá sido muito dinâmico e diferente daquilo que é possível observar na atualidade. Testemunha um litoral onde as alterações do início do Holocénico trouxeram uma costa “recortada”, com acesso a uma favorável navegação, apoiada por novos abrigos naturais, e uma “riqueza fluvial em cursos secundários, com estuários largos formando, assim, uma estrada geográfica, estabelecendo a ligação entre vários pontos e, por fim, facilitando a unidade de formação dos seus núcleos urbanos” (Cortesão, 1990: 148). Nesse sentido, o quadro paisagístico neste corredor flúvio-marítimo terá sido muito distinto do que hoje conseguimos observar, sobretudo em Época Romana. Vasco Mantas refere bem essa dificuldade de análise. Para este investigador, as modificações ocorridas na linha de costa, no final do período romano, terão sido causadas por questões geomorfológicas – “colmatagem de reentrâncias, progressão de cabedelos, alterações de lagunas, assoreamento da parte vestibular de rios” (Mantas, 1999: 137-138). Estas mudanças, por sua vez, dificultam o estudo da exploração de recursos marinhos e de olarias¹ a elas associadas que existiriam nesta orla costeira. Não podemos esquecer que a foz do Mondego era um produtor de sal e, ao mesmo tempo, uma via principal para o escoamento do mesmo. Aqui existia uma população dispersa de pescadores e salineiros que sempre caracterizaram esta foz. Carlos Fabião atesta muito bem esta limitação de estudo para este litoral. Este vasto estuário enquadra-se numa importante tradição histórica de recursos marinhos, inserido numa costa onde escasseiam fundeadouros e onde se deverá projetar investigações norteadas para a identificação de ves-

¹ A continuidade dos fornos para produção de cerâmica é atestada ainda em período Manuelino (Gomes, 2017: 124).

tígios da Lusitânia Romana, tendo sempre a noção das antigas geografias e não o presente quadro paisagístico (Fabião, 2004: 383-384).

Ainda em torno da análise geomorfológica para a barra da Figueira da Foz e o seu afloramento adjacente, temos vindo a registar a importância que estas cotas topográficas teriam para um povoamento recuado e um controlo náutico em vários níveis. Nesse âmbito, temos a identificação de alguns achados arqueológicos romanos que, paulatinamente, nos vão chegando e que reforça esta percepção. É precisamente neste afloramento, onde assenta uma das estruturas da linha defensiva da Figueira da Foz – Forte de Santa Catarina –, que são identificados os mais recentes vestígios da possível ação romana na foz do Mondego e que poderiam remeter para uma estrutura de farol (Roquinho, 2018; Mantas, 2021). A mesma realidade deveria ocorrer em Buarcos, onde Jorge de Alarcão alerta para a possibilidade de um farol em período romano, bem como de um porto (Alarcão, 2004: 14, 97). Assim, a existência de uma ocupação, quer de enquadramento geoestratégico (náutico, militar e comercial), quer de âmbito religioso, nestas posições da Figueira e Buarcos poderia, de facto, ter uma cronologia mais recuada. No entanto, será na Época Medieval que surge o castelo de Buarcos / Redondos². Desta estrutura foi adaptado, já no século XIX, um cunhal (com 12m de altura) para marco geodésico e facho, no sentido de apoiar a navegação. Ainda hoje é uma referência na paisagem urbana de Buarcos. De facto, a necessidade de proteção desta população em período medieval está bem patente no incremento de fintas e talhas aos moradores de Buarcos, para refazimento do muro e cerca do castelo de Montemor-o-Velho, onde se protegiam em períodos de guerra (Monteiro, 1999: 127).

Nesta análise, não devemos esquecer o diário de viagem que Lichnowsky escreveu sobre o itinerário de Buarcos até à Figueira da Foz, e depois até Coimbra no século XIX. Nele são referidas várias ruínas de atalaias nas margens do Mondego (Lichnowsky, 1845).

² Goltz de Carvalho efetuou uma maquete do que seria esta fortificação em meados do séc. XIX (Rocha, 1905: 162).

De uma forma sucinta, o território da Figueira da Foz observou a existência de várias estruturas defensivas marítimas ao longo do tempo – os já referidos, Castelo de Buarcos / Redondos, Forte de Santa Catarina, bem como a Fortaleza de Buarcos, Fortim de Palheiros, Fortim do Cabo Mondego³ e a Atalaia da Vela⁴ (Serra da Boa Viagem).

Todas estas mudanças tiveram um papel direto na formação de núcleos populacionais e urbanos neste território e com esse desenvolvimento apareceram os sistemas portuários associados. Amélia Polónia, numa introdução a esta temática portuária, expõe muito do que a posição de Buarcos chegou a exercer.

Um porto é em si próprio, um sistema complexo. Pode ser visto como o resultado de constrangimentos geomorfológicos, que condicionam acessibilidades e ciclos de protagonismo e/ou de subalternização. Mas pode ser também estudado como um recinto, marcado por um complexo infraestrutural e logístico que viabiliza operações de aportagem, carga e descarga, tidas como centrais para o seu dinamismo económico. Pode ser também visto como um ponto nevrálgico num sistema de defesa e de comunicações, ou mesmo como um centro administrativo e fiscal, marcado pela presença de autoridades portuárias, alfândegas, postos de controlo de entrada e saída de pessoas e de bens. (Polónia, 2008: 9).

O porto transforma-se, assim, num elemento urbano com funções bem específicas, que “obrigam” à expansão do espaço urbano para o espaço extramuros. Esse crescimento estende-se, na generalidade, pelas encostas das cidades até ao complexo portuário, alterando-se a sua fisionomia ao integrar as zonas alagadiças e até as estruturas adjacentes à prática comercial (Penajoia, 2012: 48-49). Buarcos, efetivamente, catalisa em si a maior parte desta realidade ao longo do tempo. Veja-se, por exemplo, que no ano de 1654 seria a quinta Alfândega do Reino (Amorim, 1996: 594).

³ Num mapa de 1779 surge referenciado como “Forte do Focinho do Monte” (DGT – CA91).

⁴ Ainda sem dados de campo objetivos.

Antes de nos focarmos na análise do nosso objeto de estudo, não nos podemos esquecer da importância dos valores toponímicos na investigação de um território. Nesse âmbito,

J. da Silveira dá-nos conta da existência desta antiga povoação, hoje simples sítio desabitado perto e ao Norte de Buarcos; abona as formas antigas *Alimedi*, *Alamedei*, *Alemede* (século XI), *Haimedi*, *Aimedi*, *Eimide*, *Eymede* (século XII), e relaciona o topónimo com o latim HALIMUS (grego ALIMOS) *salgadeira, planta dos terrenos marítimos e arenosos*. No entanto, estas formas antigas não inviabilizam a hipótese de este nome se relacionar com *álamo*, à semelhança do que acontece com *Lemedé*.

(Silveira, 1921-1922: 216 *apud* Azevedo, 2005: 268).

De uma forma resumida, descrevemos alguns elementos toponímicos que Jorge de Alarcão apresenta na sua revisão a este espaço geográfico. Considera “que em Emide (actual Buarcos) terá existido uma aldeia muçulmana” (Alarcão, 2004: 31); e que “o nome Buarcos poderia ser, em 1143, um corónimo, que abrangeria uma região entre a Sra. da Arieira e a actual povoação de Buarcos ou a actual Ponta de Imide. O corónimo viria até à actual cidade da Figueira da Foz ou mesmo até à foz da ribeira de Tavarede” (Alarcão, 2004: 99).

Também Maria Helena da Cruz Coelho reforça a dinâmica que a toponímia sofreu com a evolução populacional no Baixo Mondego, sobretudo entre os séculos XII e XIII. Os nomes já não designavam apenas povoados, mas simples terras cultivadas. Havia necessidade de nomear a terra desbravada. A partir do Numeramento de 1537, pode-se inferir que a distribuição populacional era, já em tempos anteriores, de uma forte densidade, sobretudo nas zonas de Tentúgal e Buarcos. Representavam elas, respetivamente, a atração da foz de um rio, que se abria para o espaço marítimo (Coelho, 1989: 40). Retomando a nossa avaliação de Buarcos em Época Moderna, importa referir que se trata de um período com uma evolução dos núcleos urbanos lenta, mas segura. A expansão urbanística de vilas e cidades, particularmente na Idade Moderna, através da adoção de regras de planeamento, expandindo-se para

além dos perímetros fortificados, realizando obras públicas e privadas devidamente planeadas, fomentou uma maior interação socioeconómica, moldando os inícios do conceito de globalização (Gomes, 2014: 13-75). Neste período, o espaço figueirense conheceu uma significativa evolução urbanística, em grande parte perceptível apenas através de estudos arqueológicos, porque a história dos lugares e a evolução das comunidades faz-se, também, através das alterações, demolições e destruições, próprias da evolução das comunidades que vão adaptando as estruturas às suas sucessivas vivências e necessidades.

No que respeita à arqueologia, para além do estudo do edificado, os espólios cerâmicos continuam a ser um dos melhores indicadores cronológicos. Esta realidade pode verificar-se através do comércio em macro escala, realizado por via náutica, e que poderia alcançar territórios ultramarinos neste período. Esse registo está bem patenteado em algumas embarcações, por exemplo, naufragadas na Ria de Aveiro, onde o espólio, cada vez mais dinâmico, levou à criação de novas tipologias e variantes. Alguns desses testemunhos cerâmicos passam por “taças, tigelas, canecas, alguidares, panelas, bilhas, cântaros, bacios, mealheiros, anforetas, formas de açúcar, entre outros recipientes que seriam produzidos naquela região” (Alves et al., 1998: 185-210). Em 2012 foi realizada mais uma atualização a estas cerâmicas de Aveiro, como por exemplo, a “identificação de novas formas como, jarros e funis” (Carvalho; Bettencourt, 2012: 735-736).

O território da Figueira da Foz testemunhou assim alguma dinâmica, sobretudo no que respeita aos seus núcleos urbanos marítimos, e aos seus quotidianos inerentes. Encetando pelo aspeto geomorfológico, verificamos que este centro urbano detém uma posição semelhante aos importantes portos de maré, inserindo-se “parcialmente num contexto que reencontramos no abrigo em baía de Lagos, e Sines” (Blot, 2003). Situação bem evidente na cartografia de Pedro Teixeira Albernaz (1634)⁵. Este facto realça a boa posição de Buarcos relativamente a portos de mar ainda hoje ativos.

⁵ Sobre esta cartografia veja-se: Pereda e Marías, 2003: [64] 337; Penajoia, 2012: 113-114; Gomes, 2017a: 13-100; Mantas, 2018: 10-19. Também de menção é a representação de Buarcos por Daniel

No que diz respeito aos aspetos defensivos, importa referir que este espaço soube manter-se em momentos idos de verdadeira instabilidade (a inconstância da reconquista, constantes ataques piratas), conseguindo colmatar alguma fragilidade sentida. A este propósito, veja-se um documento sobre a entrada de “muçulmanos” na vila de Buarcos no ano de 1630 (Penajoia, 2012), bem como o ataque de corsários neerlandeses ocorrido um ano antes, tópico central no presente artigo. Ainda assim, a casa aduaneira de Buarcos terá persistido até ao século XVIII, apesar da vontade régia ir determinando a Foz do Mondego como local ideal para a tributação mercantil.

Goltz de Carvalho foi uma das ilustres personalidades de Buarcos, evidenciando também o interesse pelo património arqueológico. Promoveu uma escavação na sua própria residência, destacando o aparecimento de um grande alguidar fragmentado, de tipo mudéjar, e que posteriormente restaurou. Na mesma camada estratigráfica, onde surgiu o alguidar, relata também a identificação de duas moedas portuguesas, uma delas datada do século XV e outra do século XVI, bem como parte de um azulejo hispano-árabe (Carvalho, 1906: 106).

Já Santos Rocha, quando relata alguns achados provenientes do Algarve, nomeadamente dos silos de Bensafrim, destaca uma candeia proveniente de Buarcos:

a lâmpada é muito notável. Estácio da Veiga encontrou exemplares semelhantes no Algarve, e o Museu da Figueira possui um fragmento recolhido pelo nosso consócio Sr. Goltz de Carvalho nas escavações que fez em Buarcos. Essa forma tem ainda actualmente, entre nós, os seus representantes nas populares candeias de ferro ou de lata.

(Rocha, 1904: 21)

Relativamente ao espólio identificado na Misericórdia de Buarcos e integrado na reserva do Museu Municipal Santos Rocha, este está essencialmente

Meisner, publicada em 1635/38 (n.º D95), e dada a conhecer em Portugal por Alfredo P. Marques – CEMAR. Já em 1630 Daniel Meisner tinha publicado esta gravura, (n.º 10) (Meisner, 1630).

relacionado com o quotidiano das gentes das antigas vilas de Buarcos e de Redondos. Trata-se de fragmentos de cerâmica, muitos deles com a aplicação de vidrado e vidrado estanífero.

Outros vestígios arqueológicos para esta época encontram-se, por exemplo, na envoltura de Buarcos “a O da pirâmide geodésica de 1ª classe, próximo da estrada de Quiaios, descobriram-se os alicerces de uma casa, feita em alvenaria seca, da época de D. João III” (Cruz, 1898: 275).

Também, o sítio da Espadaneira⁶, próximo do Cabo Mondego, ao sul das Pedras da Bandeira, apresenta umas interessantes ruínas de um povoado relacionado com a Época Moderna (Rocha, 1888: 120-122). Na mesma linha está o sítio de Pardinheiros, que deverá enquadrar-se numa longa diacronia, já que também possui elementos de cariz romano e medieval (Rocha, 1971: 136).

A estação do Lírío, emblemática para a Pré-História recente, sinaliza também alguns vestígios que apontam para o fim da Idade Média e Época Moderna (Rocha, 1975: 213). Um dos sítios mais duvidosos da carta arqueológica figueirense é o Cerro da Fonte de Cabanas. Trata-se de uma necrópole implantada num outeiro junto à Fonte de Cabanas. A sua cronologia permanece indeterminada, com a possibilidade de a sua tipologia ir de uma necrópole de cistas da Idade do Bronze até a uma necrópole da Idade Moderna. Santos Rocha classificou-a do século XV ou XVI, mas não publicou qualquer fundamentação para esta cronologia (Rocha, 1905). Em 1908, a propósito do cemitério do Lírío refere que o cemitério do Cerro da Fonte de Cabanas estava junto das ruínas de uma capela, mas nada sabemos sobre a dita capela (Rocha, 1908: 226-227).

Em suma, criaram-se em PDM zonas de potencial valor arqueológico, correspondentes aos núcleos populacionais de índole medieval e moderno, sobretudo para as áreas da Figueira da Foz, Buarcos e Tavadrede. Nesse campo, também se inscrevem os antigos traçados das galerias subterrâneas de abastecimento de água à cidade. Finalmente, salientar que a rede de estradas da Época Medieval e Moderna permanece ainda muito mal

⁶ Este sítio também demonstra materiais romanos.

delineada. Contudo, existe um troço da estrada real ainda muito bem conservado e em uso, cuja obra de engenharia é verdadeiramente notável e merece um cuidado especial. Trata-se do troço compreendido entre o sítio das Casas Derrubadas e Santa Olaia que atravessa o paleoestuário do Mondego (Ferreira e Pinto, 2017).

Nesta linha, também se encontra o período apelidado de Expansão. Aqui as informações disponíveis remetem-nos para o apogeu expansionista português, dando-se especial realce às estruturas de cariz defensivo/mercantil, implantadas nos territórios ultramarinos, deixando parcialmente de lado a realidade interna da metrópole.

ATAQUES CORSÁRIOS E PIRATAS A BUARCOS – NOVOS CONTRIBUTOS

Voltando à posição geográfica de Buarcos e ao seu dinamismo náutico, já vimos que esta foi alvo de constantes investidas, sobretudo nos séculos XVI, XVII e XVIII, com graves danos e prejuízos causados à população. Procuramos contribuir com novas informações e dar a conhecer outras fontes acerca de um tema pouco estudado, como é o caso das incursões a Buarcos e à Foz do Mondego na Época Moderna.

Particularmente ao longo do período da Monarquia Dual⁷, a povoação de Buarcos foi alvo de ataques, tanto ao largo da costa como em terra, tal como acontecia noutros portos continentais e insulares, bem como no litoral português⁸.

⁷ Sobre os conflitos entre os Países Baixos e a Monarquia Hispânica e, consequentemente, contra a Monarquia Dual, veja-se Pelúcia, 2010: 71-80.

⁸ Carregados de especiarias e riquezas diversas, os navios portugueses provenientes da Índia e do Brasil enfrentaram uma rede organizada de inimigos, de diversas nacionalidades e diferentes motivações, agravada pela guerra anglo-hispânica de 1585-1604. No caso do corso francês à navegação portuguesa na primeira metade do século XVI, Ana Ferreira apurou 423 roubos entre 1508 e 1538 (Ferreira, 1995). No estado da arte da sua tese de doutoramento, entre outros, Borges elenca as várias dificuldades sentidas pelos diversos investigadores na quantificação de dados sobre os diversos motivos que levam ao desaparecimento de embarcações, entre elas os ataques piratas ou corsários (Borges, 2020: 32-48).

Uma dessas incursões ocorreu a 24 de maio de 1602⁹, quando a tripulação de navios ingleses atacou e saqueou a povoação de Buarcos, tendo inclusive queimado os livros da respetiva Câmara e talvez também os da Alfândega, gerando grande miséria na vila (Rocha, 1893: 60-61)¹⁰. Para além deste, conhecemos outros relatos de incursões, nomeadamente a de 1566 (ingleses), 1629, (neerlandeses) 1630 e 1657 (magrebinos)¹¹.

Estas incursões não se desenvolvem somente em alto mar, mas também nos portos¹². Grande parte das investidas corsárias, “tanto de cristãos como de muçulmanos, têm lugar dentro das próprias instalações portuárias, sem contar com o desembarque em zonas costeiras desprotegidas onde a surpresa e a rapidez atuam em favor dos piratas” (Lópes Pérez, 1991: 869).

Apesar de serem conhecidas algumas fontes e estudos sobre os aspetos defensivos de Buarcos, este é um tema que carece de estudos mais aprofundados, pesquisa e análise de novas fontes (nacionais e internacionais). A digitalização de documentação e a sua disponibilização online por parte dos

⁹ De acordo com o assento de óbito de António André. Este assento também testemunha a luta entre os atacantes e os residentes: “falleceo António Andre a 24 de maio de 602 annos e foi morto per hum Ingrez em o dia do Saque desta villa estando descalsando houtro Ingrez que os nossos tinhão morto” (PT/AUC/PAR/FIG04/001/0001, fl. 92 [fotograma 536]).

¹⁰ Sobre os ataques de 1566 e de 1602, Santos Rocha cita D. Nicolau de Santa Maria (Santa Maria, 1668: 269, 392 e segs).

¹¹ Para além destes, há outros registos a assinalar. A 01-11-1522 as costas da Figueira e de Buarcos são assoladas por piratas, saqueando casas, pessoas e bens da igreja e em agosto de 1566 chega a notícia a Coimbra de um ataque de ingleses, luteranos, anglicanos e mouriscos a Buarcos e à Figueira (Costa, 2004: 16-17). Depois da Restauração, Buarcos terá sido alvo de tentativas de desembarque de tropas espanholas e de ameaças de piratas biscainhos em 1642, de incursões levadas a cabo por piratas magrebinos, em março de 1645, bem como de investidas de “turcos” e mouriscos em 1657 (Cascão, 2009: 42-43). Já no século XVIII há registos de em 1754 os magrebinos ainda correrem as águas do litoral, levando mestres de navios a preferir naufragar as embarcações para “escapar da escravidão dos inféis” (Rocha, 1893: 60-61).

¹² Em maio de 1622 um navio proveniente de S. Tomé foi atacado junto a Buarcos por neerlandeses (Borges, 2020: 454). Em 1798, o iate Pancão, um barco do Arsenal empregado na condução do carvão de pedra da mina de Buarcos para os arsenais do exército e da marinha, foi atacado por corsários franceses (Mano, 1997: 345). Nos livros de visitas às Naus Estrangeiras na Figueira da Foz, surgem algumas referências a assaltos no Atlântico, nomeadamente em 1708, 1711 e 1712 (PT/TT/TSO-IC/037/0670, fl. 9-91v, 102v e 108-108v).

museus, bibliotecas e arquivos, muito tem contribuído para novas descobertas. O Rijksmuseum, em Amsterdão, é um desses exemplos¹³, no qual identificámos uma gravura que ilustra e narra um ataque a Buarcos, ocorrido em 1629¹⁴.

Juntamente com novas fontes, esta estampa foi o ponto de partida para esta investigação, através da qual procuramos apresentar diferentes relatos sobre um mesmo acontecimento, recuperando fontes publicadas e apresentando fontes inéditas relevantes. Analisadas em conjunto, estas fontes permitem uma nova leitura sobre um episódio menos conhecido da história local, que poderá vir a ser desenvolvido, futuramente, noutros estudos.

Não deixa de ser intrigante o motivo pelo qual Buarcos foi alvo de um ataque no período da guerra entre a República Holandesa e o mundo hispânico, como frisa Jonathan Israel (Israel, 1997: 173). Pela análise ao texto da gravura em questão, é perceptível que a incursão a Buarcos foi intencional.

Sobre esta investida dos neerlandeses, as fontes já publicadas dão-nos algumas informações complementares. Na sua obra dedicada à história da Figueira, Santos Rocha refere que “quatro naus [neerlandesas] lançaram em terra gente armada, que muito damnificou Buarcos, e provavelmente também a Figueira” (Rocha, 1893: 61)¹⁵. Em consequência deste ataque, são emitidas duas cartas régias, numa das quais, de 6 de julho de 1629¹⁶, é ordenado que se acautele a defesa da vila e do seu castelo, por conta dos

¹³ Através da plataforma Rijks Studio.

¹⁴ Após identificar esta gravura, em maio de 2021, encetámos esforços junto de tradutores e investigadores, cuja colaboração foi essencial para a concretização deste artigo. Agradecemos penhoradamente à Dra. Francine Stoffers pela ajuda incansável na conversão do texto original para o neerlandês atual e sua tradução para inglês, que esperamos publicar oportunamente. Agradecemos também ao Dr. Arie Pos pela tradução do neerlandês para português, publicada no Anexo II deste artigo.

¹⁵ Na sua obra dedicada a Buarcos, Fausto Caniceiro da Costa faz referência a este ataque, reportando-o a 2 de junho de 1629, data da carta enviada a D. Filipe III e não a data do ataque (Costa, 2004: 28). Embora o autor não refira a fonte, verificamos que o mesmo se baseia no texto de Santos Rocha.

¹⁶ Esta carta régia foi emitida na sequência da carta endereçada ao monarca pelo Juiz de Fora de Montemor-o-Velho. A carta régia, de 10 de outubro do mesmo ano, faz referência ao “sucesso de Buarcos” dando ordem para serem castigados os que não cumpriram a sua obrigação de defender a vila da investida corsária.

respetivos donatários, devendo ser assegurada a vigilância dos locais onde possam desembarcar os inimigos.

Outra das fontes sobre a investida neerlandesa é a oração de Sapiência do Padre Jesuíta Francisco Machado, proferida no ato inaugural do ano académico de 1629, na Universidade de Coimbra. Através da alocução do referido Padre, ficamos a conhecer outras informações sobre este ataque, com particular enfoque sobre a defesa de Buarcos encetada pela academia. Francisco Machado integrou esse corpo militar, liderado pelo próprio reitor da Universidade. Num discurso eloquente, que procura captar a atenção do público, enfatizando a importância e a riqueza da Sabedoria, nos tempos difíceis de então da Monarquia Dual, este texto evoca o assalto de piratas neerlandeses a Buarcos (Urbano, 2001: 61, 81-83):

Ainda há meses (...) expugnam os inimigos, para suma desonra do nosso nome, a praça de Buarcos; aos telhados dos moradores se lançaram chamas; nem com as igrejas houve temperança. (...) sujam pés profanos as sagradas capelas dos santos, arrombando, violando, desnudando aquelas paredes de seus ornamentos e preciosos ex-votos, depredando altares, delapidando aras, despojando sacrários. Aquelas imagens dos santos (...) arrogantemente deitam por terra decependo-lhes as mãos, destroncando-lhes as cabeças, dispersando-lhes os membros. (...).

Vem a saber esta Academia de um novo e infausto assalto desses bárbaros à dita praça. Que algazarra! Que presteza! Logo o ilustríssimo reitor traz o estandarte de guerra do forte de Minerva. Já a Academia está em armas. Que correria para o rio! (...) Já à vela, a remos, à vara vão sulcando as águas do Mondego. Ó que feroz semblante guerreiro. Rufam tambores, ressoam clarins e tocam trombetas, desfralda-se bandeiras. Estremece o céu aos tiros, derrete-se em chumbo, desfaz-se em clarões, inflama-se em fumaça, desaba em trovões. (...).

(Urbano, 2001: 135-143)

Esta ofensiva a Buarcos e a presença do Padre Jesuíta Francisco Machado é corroborada por Manuel Severim de Faria, seu contemporâneo,

o qual relata as ofensivas neerlandesas a Buarcos, em maio e em junho de 1629:

[fl. 256] A 18 de Mayo de 1629 achandose seis piratas olandezes defronte de Buarcos, em occasião de calmaria, sairão, em terra em grande numero, e saquearão o lugar por descuido dos moradores, a quem a confiança de estarem em costa brava faz viver com tão pouco receyo de inimigos, que se tem sempre por seguros delles, posto, que as muitas vezes, que já os virão em suas casas os pudera ter desenganada deste tão custoso erro. Saquearão os hereges a villa, deixando os sinaes de sua impiedade nos templos, e imagens; posto que se embarcarão com tanta prêssa, que primeiro estiveram no mar que se soubese nos lugares vizinhos esta desventura.

Contudo logo aos 7 de Junho¹⁷, vendo outra semelhante bonança, derão môstras de querer sair em terra, porem como já o mal passado nos tinha feito vigilantes, foi logo dado rebate, em Coimbra, donde acudirão com suma presteza o Corregedor com a gente da cidade, de Infantaria por mar, e os de Cavallos (em que entravão muitos fidalgos, e nobres) por terra. (...).

Foy este esquadrão notabelicimo, assy pela qualidade da gente, pois nelle encerrava a flor da fidalguia; e letras deste Reyno, como pelo valor, e armas, que levavão. Sem duvida, que a noticia delle fez voltar aos Inimigos as costas pois desembarcando de seis ou sete vellas maes de quinhentos homens, se tornarão a embarcar com mayor presteza do que vierão. E assy podemos dizer que foi este mayor vencimento, que o de Cezar, pois sem os nossos serem vistos, só com a fama fizeram fugir os inimigos.

(BNP, Cód. 241, fl. 256-256v)¹⁸

¹⁷ Tal como a referência a 18 de maio não corresponde à cronologia de outras fontes [28 de maio], o mesmo poderá suceder com 7 de junho, uma vez que não encontramos nenhuma outra fonte que refira este dia. Fica a dúvida se não seria 7 de julho, dado que, de acordo com a nota escrita por frei Simão Leitão, os neerlandeses saquearam a vila até 15 de julho (AUC/PAR/FIG17/001/0001, fl. 1).

¹⁸ Sobre este assunto, veja-se também (Urbano, 2001: 82-83).

Este relato tem particular relevância, tanto no que respeita à descrição do primeiro ataque a 28 de maio¹⁹, bem como às personalidades que integraram o esquadrão de defesa, que saiu de Coimbra em direção a Buarcos.

Novas pesquisas sobre este assunto permitiram identificar fontes diversas e bastante relevantes para a compreensão do que aconteceu em Buarcos. A referência ao dia do primeiro ataque – 28 de maio – é-nos dada a conhecer através das indicações deixadas no livro da paróquia de Redondos, onde frei Simão Leitão escreveu, na folha de abertura:

Este livro he da Igreja de Santa Cruz dos Redondos dos scilicet de baptizados, casados e de defuntos porquanto o que avia levaram os olandeses no mes de maio a vinte e nove a hũa 2.^a feira que saquearam estas villas ate quinze dias do mes de julho era 1629 anos.

(AUC/PAR/FIG17/001/0001, fl. 1)²⁰

Esta informação é igualmente importante por indicar o período temporal dos ataques – de 28 de maio a 15 de julho de 1629.

No folio seguinte do mesmo livro, para justificar estar a realizar novo assento do batismo de Matheus, celebrado em 1628, frei Simão Leitão refere que o livro onde tinha efetuado esse registo na devida altura, tinha desaparecido, crendo que os neerlandeses o teriam furtado (AUC/PAR/FIG17/0001, fl. 2). Também nos livros paroquiais de Buarcos encontramos referência aos ataques perpetrados pelos neerlandeses, nomeadamente no livro de batismos, onde surge a nota “a 28 de maio do presente anno de 629 foi roubada esta villa pelloos olandeses”, à margem dos assentos de batismo de António e de Catarina (AUC/PAR/FIG04/001/0001, fl. 45v), bem como

¹⁹ A análise de outras fontes, nomeadamente notas nos livros paroquiais, levam-nos a crer que a data correta será 28 e não 18 de maio.

²⁰ Na verdade, 29-05-1629 foi a uma terça-feira, pelo que o ataque teve início no dia 28 de maio, conforme consta na nota do livro de batismos de Buarcos.

uma referência no teor do assento de óbito de Catarina “Em 28 de mayo que os olandes roubarão estas villas matarão *C^a Roiz irmã de J^o neto*, e jaz em São Pedro” (idem, fl. 113v)²¹.

Se os livros paroquiais nos dão uma cronologia mais precisa, outras fontes apresentam alguns dados sobre as consequências nefastas dos saques realizados pelos neerlandeses, nomeadamente a situação de pobreza em que ficaram as populações. Uma dessas evidências surge na carta de Fernão Gomes Quadros, datada de 21-04-1630, dirigida ao monarca D. Filipe III, onde reporta que

Estas villas de buarcos já duas vezes saqueadas, os templos e imagens deles queimadas estão em tão miseravel estado que se vão despovoando por que não há nellas pessoa artelharia nem armas com que se defendão (...) ponha os olhos neste desemparo provendo por sy ou obrigando aos donatarios que com efeito acudão aseus vassalos.

(Varnhagen, 1871: 293, doc. 11)

Na documentação dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho – Santa Cruz de Coimbra, encontra-se o relato da visitação efetuada à igreja de Santa Cruz, Redondos, em 1632, referindo que, aquando da visita no ano anterior, tinha sido colocado um frontal de altar emprestado “por respeito de virem a dita villa enemigos e roubarem as igrejas della como fizerão há dous annos levando todos os ornamentos que tinha a dita igreja” (ANTT, MSCC, mç. 254)²². De acordo com o traslado da referida visitação a Redondos, “os freguezes retelharam o telhado desta igreja e as portas (...) e mandaram por hum sino que se não dá sinal aos sacramento e aos mortos”, referindo que, por serem pobres, a população teria recorrido ao Reverendo Geral de Santa

²¹ O sublinhado vem do original.

²² A numeração deste maço é pontual e não sequencial. A este documento corresponde o fotograma 317.

Cruz (ANTT, MSCC, mç. 254)²³. Em 1634, numa petição da Câmara de Buarcos, os oficiais da Câmara e mais moradores e fregueses da referida igreja queixavam-se de terem sido salteados duas vezes pelos neerlandeses. Consequentemente, “não puderão comprar hum sino pera a dita igreja e assi ha tantos annos estão sem elle pela muita pobreza da terra” (ANTT, MSCC, mç. 254)²⁴.

Estes ataques tiveram tão grande impacto na região que, tal como o Padre Francisco Machado, também Jerónimo da Silva²⁵ quis deixar o seu testemunho, através de um poema épico. Com o título “Relação da viagem que fez a Buarcos Francisco de Britto de Menezes, Reytor da Universidade de Coimbra em o mês de julho de 1629”, trata-se de um texto lírico, no qual o autor narra a decisão de defender Buarcos e os atos heroicos da Academia. Para além das dificuldades que tiveram de ultrapassar ao longo do caminho, o autor também nos dá a conhecer alguns nomes e funções de homens envolvidos nesta viagem (ANTT, ML, nº 260 (47))²⁶.

²³ A este documento corresponde o fotograma 337.

²⁴ A este documento corresponde o fotograma 353.

²⁵ De acordo com a notícia relatada por Manuel Severim de Faria, Jerónimo da Silva foi um dos sargentos que integrou a defesa organizada pela Academia, que rumou a Buarcos em junho de 1629.

²⁶ Até ao momento não encontramos nenhuma referência publicada a este texto lírico, em oitavas, constituído por 97 estrofes. Devido à sua extensão, optamos por o transcrever e analisar num futuro artigo, dando, aqui, apenas a conhecer a sua existência.

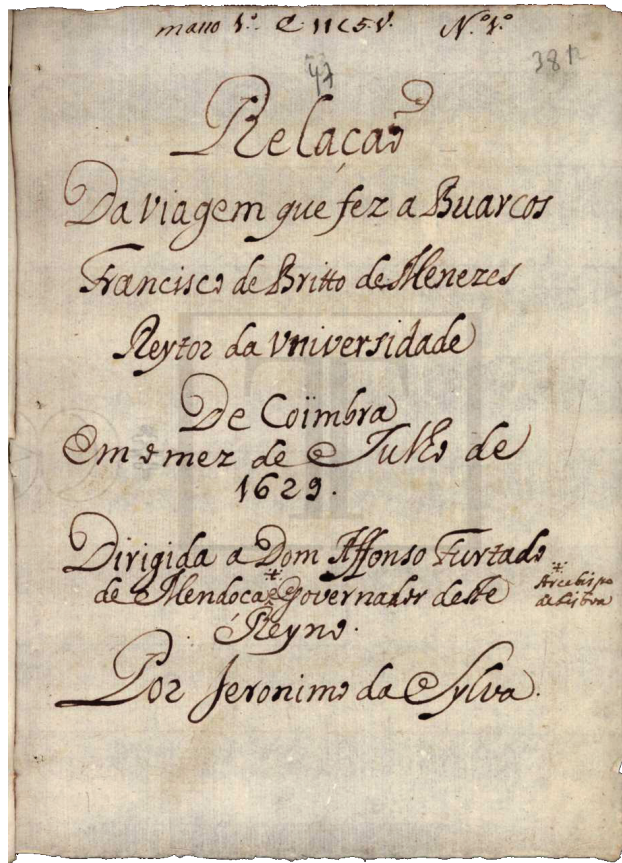


Fig. 1 – Folha de rosto da “Relação da viagem que fez a Buarcos Francisco de Britto de Menezes, Reitor da Universidade de Coimbra em o mês de julho de 1629”.

Para além das fontes referidas, por si só bastante enriquecedoras e essenciais para melhor compreender o que aconteceu em 1629, o documento mais importante que conseguimos identificar é a já referida gravura que integra o acervo do Rijksmuseum. Impressa em Amesterdão por Francoys vanden Hoeye, residente na Kalverstraat, no ano de 1629, ilustra o ataque a Buarcos

de quatro navios com pavilhão neerlandês e algumas pequenas embarcações, em julho desse mesmo ano, durante a revolta neerlandesa contra Espanha, no período da união dinástica entre Portugal e Espanha, com consequências em território luso bem como nas respetivas colónias. A gravura é complementada com a narrativa dos acontecimentos, em forma de poema.

Analisando a imagem, são visíveis disparos em direção a terra, a partir da nau do Comandante Hendrick Dircksz Kleuter, do iate do Capitão Willem Bouwersz Keert de Koe e de uma das chalupas que transportam homens para terra²⁷. Na vila, são perceptíveis diversos focos de incêndio, bem como o posicionamento dos atacantes com estandarte holandês, de ambos os lados da fortificação. Mais recuados, provenientes do interior, estão representados grupos armados com a bandeira Cruz de Borgonha, que seriam a linha defensiva de Buarcos. Como se a gravura por si só não fosse suficientemente pormenorizada, na parte inferior, está um poema que narra o ataque.

A riqueza de informação que esta gravura nos dá, tanto pelos elementos gráficos como textuais, é particularmente relevante por apresentar a perspetiva do atacante. É preciso ter em atenção que esta estampa se insere na tipologia de mapas noticiosos, com um grande valor propagandístico, dado que a guerra entre os Países Baixos e Espanha era financiada pelos mercados (AUC, 1988). Ainda assim, permite efetuar um confronto de pontos de vista²⁸, o que nem sempre é possível, por insuficiência de fontes.

A narrativa diz-nos que a viagem, desde os Países Baixos, pelo Golfo da Biscaia, em direção a Finisterra, acompanha a costa portuguesa, avançando em direção ao Cabo Mondego. Na segunda coluna do texto, o autor descreve que “os

²⁷ A partir da análise do texto que acompanha esta gravura e das legendas nela inseridas, conseguimos perceber que, mais à esquerda está representada a nau do Comandante Hendrick Dircksz Kleuter, seguindo-se a nau do Vice-Almirante Adriaen van Kruyningen, ambos de Flissinga, à direita a nau do Contra-Almirante Louis Martensz, de Hoorn e, em segundo plano, igualmente à direita, o iate do Capitão Willem Bouwersz Keert de Koe, de Roterdão.

²⁸ No caso em concreto, a narrativa desta estampa com a oração de Sapiência do Padre Jesuíta Francisco Machado e a relação da viagem que fez a Buarcos Francisco de Britto de Menezes, da autoria de Jerónimo da Silva.

marinheiros saem em terra, com 60 soldados que confiam no exercício das armas”, enquanto a frota se forma “em meia-lua enquanto as chalupas levam gente para terra”. Do lado de Buarcos, consternadas, fogem “três mil almas” que deixam “Buarcos ser totalmente pilhado e destruído”. Na terceira coluna, são descritas as diversas atrocidades cometidas em Buarcos, de onde saem “acompanhados de gente velhíssima, dois homens e duas mulheres e voltam ao mar”²⁹. Para além desta gravura, esta incursão é sucintamente descrita em outras fontes neerlandesas, permitindo perceber que o ataque retratado terá acontecido em julho de 1629³⁰.

De salientar ainda uma referência no texto da gravura a Pieter Heyn, corsário neerlandês que se tornou famoso após a conquista de parte da frota anual da prata espanhola, na Baía de Matanzas, Cuba, em 1628, calculada em cerca de 12 milhões de florins³¹. Ao tomar conhecimento da sua morte, Hendrick Kleuter e a sua tripulação poderão ter agido contra Buarcos como forma de retaliação contra Espanha³².

CONCLUSÃO

Em síntese, mais do que recuperar a memória de um espaço marítimo geoes-tratégico do centro litoral português, com este texto procura-se contribuir para o enquadramento da dinâmica de povoamento na Época Moderna em torno do território da Figueira da Foz e revisitar, em primeiro lugar, os seus sítios arqueológicos como elementos preponderantes de uma evolução que se pautou por novos quotidianos e num urbanismo mais voltado para o mar.

²⁹ Veja-se o Anexo II com a tradução para português do teor desta narrativa.

³⁰ Sobre este assunto, veja-se Wassenaar, 1630: 64v-65; 81v-82. As fontes neerlandesas reportam o ataque ao mês de julho e, de acordo com frei Simão Leitão, o ataque a Buarcos durou até 15-07-1629.

³¹ Sobre este assunto, veja-se Piet Heyn in BRASILHIS; e Hartmans, 2007. Pieter Heyn [Pieter Pieterszoon Hein (1577-1629)], também conhecido por Piet Hein, foi morto a 18-06-1629, em Oostende, Bélgica.

³² A morte de Piet Hein pelos Espanhóis poderá ter sido o mote para o ataque concretizado pela tripulação comandada por Kleuter como se pode verificar no texto do Anexo II. Veja-se Wassenaar, 1630: 46v-47.

Nessa medida encontra-se o dinamismo náutico testemunhado por Buarcos e que encetou o estudo desta nova cartografia aqui estudada.

Nela conseguimos, através da contextualização temporal e geográfica de Buarcos, apresentar novos contributos para a história local, nomeadamente sobre a dinâmica da margem atlântica na Época Moderna. Com efeito, o potencial das diferentes fontes apresentadas não se esgota neste estudo, podendo ser um ponto de partida ou um contributo para estudos prosopográficos sobre alguns dos indivíduos referenciados, nacionais e neerlandeses. As consequências dos conflitos entre Espanha e os Países Baixos, para o império português no período da Monarquia Dual, nas quais a incursão a Buarcos se insere, são uma temática que merece um estudo mais aprofundado, numa perspetiva de história global.

Certamente, as fontes apresentadas permitem uma nova leitura sobre um episódio menos conhecido da história local, quando analisadas em articulação, cujo teor não se esgota nesta investigação.

BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

- Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC). PT/AUC/PAR/FIG04 (Paróquia de Buarcos – Figueira da Foz), 0001 Mistos 1602/1739.
- PT/AUC/PAR/FIG17 (Paróquia de Redondos – Figueira da Foz), 0001 Mistos 1629/1786.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). PT/TT/MSCC/A/M254 – Cónegos Regulares de Santo Agostinho, Mosteiro de Santa Cruz, mç. 254.
- PT/TT/MSLIV/0260 – Manuscritos da Livraria, nº 260 (47) (SILVA, Jerónimo da, *Relação da viagem que fez a Buarcos Francisco e Brito de Menezes, Reitor da Universidade de Coimbra, em o mês de julho de 1629. Dirigida a D. Afonso Furtado de Mendonça, Governador deste Reino*).
- PT/TT/TSO-IC/037/0670 – Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Coimbra, liv. 670.
- Biblioteca Nacional de Portugal. Manuscritos Reservados, Cód. 241, fl. 256-256v (FARIA, Manuel Severim de, in *Historia Portuguesa e de outras províncias do Ocidente Desde o Anno de 1610 até o de 1640 da Felice Acclamação de El Rey Dom João o 4 / Escrita em trinta e huma relações por Manoel Severim de Faria Chantre da Sé de Évora*).

FONTES IMPRESSAS

- Arquivo da Universidade de Coimbra (1988). *A Arte de fazer mapas – Cartografia nos Países Baixos, da Idade Média à Revolução Industrial* (catálogo da exposição 14 de março a 20 de abril de 1988), datilografado.
- Assembleia da República, Legislação Régia, D. Filipe III (1629). *Carta Régia, 06 de julho de 1629. Fortificação de Buarcos, e outras providencias, para evitar que alli se repitam desembarques de inimigos*. <https://legislacao regia.parlamento.pt/V/1/6/41/p168>
- (1629). *Carta Régia, 10 de outubro de 1629. Providencias contra os culpados no desembarques de inimigos em Buarcos*. <https://legislacao regia.parlamento.pt/V/1/6/41/p171>
- Direção Geral do Território (s/d). Catálogo de Cartas Antigas (CA91). MAPPA DAS TERRAS DO COUTO/DO LOURIÇAL, pertencente à Universidade/Fazendo-se menção das Villas, Lugares, e/Cazaes, q no dito Couto há, e por onde/parte, como se collige dos marcos, e cor vermelha/1779/Jozé Carlos Magn. Architets, o fes no mencionado anno.
- Santa Maria, D. Nicolau de, O.S.A. (1668). *Chronica da Ordem dos Conegos Regrantes do Patriarcha St.º Agostinho*. Lisboa: Officina de João da Costa.
- Rijksmuseum, Amsterdam. *Strooptocht van vier Hollandse schepen op de Portugese kust, 1629*, disponível em: <http://hdl.handle.net/10934/RM0001.COLLECT.460253>, consultado em 25-10-2022.

ESTUDOS

- Alarcão, Jorge de (2004). In Territorio Colimbrie: *lugares velhos (e alguns deles deslembados) do Mondego*. Lisboa: IPA.
- Alves, Francisco; Rodrigues, Paulo; Garcia, Catarina; Aleluia, Miguel (1998). A Cerâmica dos destroços do navio dos meados do século XV Ria de Aveiro A e da zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar. In *Actas das 2.as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval* (185-210). Tondela: Câmara Municipal de Tondela.
- Amorim, Inês (1996). *Aveiro e a sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814). Estudo económico de um espaço histórico*. Volume II. Faculdade de Letras do Porto.
- Azevedo, Maria Luísa Seabra Marques de (2005). *Toponímia moçárabe no antigo condado conimbricense* [Dissertação de Doutoramento]. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Blot, Maria Luísa Pinheiro (2003). *Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

- Borges, Marco Oliveira (2020). *O trajecto final da Carreira da Índia na Torna-Viagem (1500-1640). Problemas da navegação entre os Açores e Lisboa: acções e reacções*. 2 vols. [tese de doutoramento]. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- Carvalho, Goltz de (1906). Alguidar de tipo mudejar encontrado em Buarcos. *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*, tomo I, 3. Figueira: Imprensa Lusitana, 106.
- Carvalho, Patrícia; Bettencourt, José (2012). De Aveiro para as margens do Atlântico: A carga do navio Ria de Aveiro A e a circulação de cerâmica na Época Moderna. In *Actas do Congresso Internacional Velhos e Novos Mundos: Estudos de Arqueologia Moderna (733-746)*. Vol. 2. Lisboa: CHAM – Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar.
- Cascão, Rui (2009). *Monografia da Freguesia de S. Julião da Figueira da Foz*. Figueira da Foz: Junta de Freguesia de São Julião.
- Coelho, Maria Helena da Cruz (1989). *O Baixo Mondego Nos Finais da Idade Média*. 2 Vols. Coleção Estudos Gerais, Série Universitária. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda (1ª Ed. 1983).
- Costa, Fausto Caniceiro da (2004). *Monografia de Buarcos. 2ª edição correta e actualizada*. Figueira da Foz: Edição de autor (1ª ed. 1995).
- Cortês, Jaime (1990). *Os Descobrimentos Portugueses – I*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Cruz, Belchior da (1898). Notícias várias: 1 Explorações da Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz. *O Arqueólogo Português*, IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 274-276.
- Fabião, Carlos (2004). Centros oleiros da Lusitania: Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In *Actas del Congreso Internacional FIGLINAE BAETICAE. Talleres alfareros y producciones cerámicas en la Bética romana (ss. II a.C. – VII d.C.)* (379-410). Universidad de Cádiz, Noviembre 2003. Oxford: B.A.R., int. ser., 1266.
- Ferreira, Ana Maria Pereira (1995). *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*. Cascais: Patrimonia.
- Ferreira, Ana; Pinto, Sónia (2017). *Análise e Diagnóstico Património Classificado e Referenciado – Documento final. Secção 2 Carta municipal de arqueologia*. Divisão de Urbanismo – Subunidade de Planeamento; Divisão de Cultura. Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- Gomes, Saul António (2017). Transcrição do original do Foral Novo de Tavarede. In S. A. Gomes (Coord. Científica), *Tavarede. Foral Manuelino* (117-129). Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz.
- (2017a). Buarcos e os seus forais. In S. A. Gomes (Coord. Científica), *Buarcos. Forais* (13-100). Figueira da Foz: Câmara Municipal da Figueira da Foz.

- Gomes, Rosa Varela (2014). A Arqueologia da Idade Moderna em Portugal – contributos e problemáticas. *O Arqueólogo Português*, 2 (2012), Série V. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural, 13-75.
- Hartmans, Rob (14-02-2007). Piet Hein en de verovering van de Zilvervloot. In *Historisch Nieuwsblad*. Disponível em <https://www.historischnieuwsblad.nl/piet-hein-en-de-verovering-van-de-zilvervloot/>, consultado em 26-03-2023.
- Israel, Jonathan I. (1997). *La república holandesa y el mundo hispánico, 1606-1661*. Madrid: Editorial Nerea.
- Lichnowsky, Félix (1845). *Portugal: recordações do anno de 1842*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- López Pérez, Maria Dolores (1991). Una frontera no determinada: las actividades corsárias catalanas y granadinas en el Mediterráneo occidental. (siglo XIV). *Revista da Faculdade Letras: História*, II Série, VIII. Porto: Universidade do Porto, 867-873.
- Mano, Pereira (1997). *Terras do Mar Salgado. São Julião da Figueira da Foz – São Pedro da Cova-Gala – Buarcos – Costa de Lavos e Leirosa*. Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luís de Albuquerque – CEMAR.
- Mantas, Vasco (1999). As *villae* marítimas e o problema do povoamento do litoral português na época romana. *Collection de la Casa de Velázquez Volume nº 65. Économie et Territoire en Lusitanie romaine: Actes et travaux réunis et présentés par Jean-Gérard Gorges et F. Germán Rodríguez Martín*. Madrid, 135-156.
- Mantas, Vasco Gil (2018). Notas em torno da representação da Foz do Mondego no Atlas de Pedro Teixeira Albernaz. In *Forte de Santa Catarina – Imagem de um Território* (10-19). Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Mantas, Vasco (2021). Um farol romano na foz do Mondego? In Ana Ferreira e Raquel Vilaça (Coords.), *Colóquio Santos Rocha. Arqueologia e Territórios da Figueira da Foz* (214-233). Figueira da Foz – Coimbra.
- Meisner, Daniel (1630). *Thesaurus Philo-Politicvs Pars Quinta Tomi Secundi (...)*. Franckfurt. Disponível em: <https://www.digitale-sammlungen.de/en/details/bsb11165536>.
- Monteiro, João Gouveia (1999). *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média – presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Coimbra: Edições Colibri, FLUC.
- Pelúcia, Alexandra (2010). *Corsários e Piratas Portugueses. Aventureiros nos Mares da Ásia*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Penajoia, Marco (2012). *A Questão portuária em torno de Montemor-o-Velho: Estudo de Arqueologia*. Coleção Memória e Identidade. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal.

- Pereda, Filipe e Marías, Fernando (Eds.) (2003). *El Atlas del Rey Planeta. La "Descripción de España y las cuevas y puertos de sus reinos" de Pedro Teixeira (1634)*. Hondarribia: Nerea Editorial.
- Piet Heyn. In *Base de Dados BRASILHIS: Redes pessoais e circulação no Brasil durante o período da Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Disponível em: <https://brasilhis.usal.es/pt-br/node/1845>, consultado em 26-03-2023.
- Polónia, Amélia (2008). Introdução ao dossier temático. *Revista da Faculdade de Letras. História*, III Série, 9. Universidade do Porto, 9-10.
- Rocha, Santos (1888). Megálito da mama do furo. In *Antiguidades prehistoricas do concelho da Figueira: memoria oferecida ao Instituto de Coimbra* (120-122). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- (1893). *Materiaes para a historia da Figueira nos seculos XVII e XVIII*. Figueira: Casa Minerva.
- (1904). Notícia de alguns silos e louças árabes do Algarve. *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*, tomo I, 1. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana, 20-21.
- (1905). *O Museu Municipal da Figueira da Foz - Catálogo Geral*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana.
- (1908). Cemitério do século XV em Lírio. *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*, tomo I, 8. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana, 226-227.
- (1971). *Memórias e Explorações Arqueológicas, Vol. II: Estações Pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- (1975). *Memórias e Explorações Arqueológicas, Vol. III: Memórias sobre a Antiguidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Roquinho, Pedro (2018). Intervenção arqueológica decorrente da obra de requalificação do monumento. In *Forte de Santa Catarina. Imagem de um Território* (42-47), Lisboa: Caleidoscópio.
- Urbano, Carlota Miranda (2001). *A Oração de Sapiência do P. Francisco Machado SJ, Coimbra, 1629. Estudo. Tradução. Comentário*. Lisboa: Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Varnhagen, Francisco Adolfo de (1871). *Historia das Lutas com os Holandezes no Brasil, desde 1624 a 1654*. Viena. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7203>
- Wassenaar, Nicolaes Jansz van (1630). *Het seventiende ghedeelt of 't vervolch van het Historisch verhael aller gedenckwaerdiger geschiedeniss (...)*. Amsterdam. Disponível em: https://books.google.pt/books?id=9aggmojOrtsC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gb_s_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

ANEXO I



Strooptocht van vier Hollandse schepen op de Portugese kust, 1629.

Ataque de quatro navios holandeses na costa portuguesa, 1629.

Rijksmuseum, Amsterdam.

Dimensão: 374 mm alt x 347 mm larg.

ANEXO II

Texto da gravura, traduzido para português:

Breve relato do que se passou debaixo do pavilhão do Sr. Comandante Hendrick Dircksz Kleuter, saído de Flissinga com três naus e um iate, tendo por Vice-Almirante Adriaen van Kruyningen, de Flissinga, como Contra-Almirante Louis Martensz, de Hoorn, e como Capitão Willem Bouwersz Keert de Koe, de Roterdão.

[Coluna 1]

Contemplai, Virgem Holandesa, os cavaleirescos feitos
a Vossa gente fiel que, para dano dos seus inimigos,
combateu recentemente, no meio do seu próprio país,
para troça da Castela e vergonha de Portugal.
Embora a Pátria tenha perdido o Papão (como se diz),
talvez possa nascer de novo
um outro que assuste os Espanhóis
e pise com os pés a nuca de Portugal –
tanta coisa vemos acontecer hoje em dia
e não se bate já à porta do Rei em Madrid?
E não pode a sua nação, em terra e no mar,
Conseguir cavaleirescamente o que fez a antiga Roma?
Ordenastes como Comandante destes cavalos de madeira
o Vosso Cleuter que se esforçou em cumprir o seu ofício
com dignidade como mostrou enriquecendo
com glória a Vossa perruca da maneira mais bela.
Enviastes-lhe para a costa para provocar danos ao Espanhol
que nunca se atreveu a sair dos seus portos.
Navegando da baía de Biscaia, velou ao longo
de toda a Galícia (de uma vez) que também aprisionou,
chegando com tempo ao Cabo de Finisterra
onde achou por bem não se demorar,
não vendo presa para tomar

porque o seu tempo passava e encurtava de dia para dia.
Perante isso, o que decidiu? Chafurdar toda a costa espanhola

[Coluna 2]

a fundo, para honra de Orange.
Ele passa de porto em porto a ver o que pode fazer
mas não encontra inimigo que trava a sua força.
Avança para o Cabo do Mondego
onde desperta outro desejo na sua mente.
Célere, manda o capitão chegar a bordo
e diz-lhe que não devem partir daí assim.
Buarcos foi-me dado como presa –
devemos sair em terra sem tardar, sou incentivado
pelo meu Zeloso. A minha alma testemunha-me
que antes de cair a noite a nossa gente cantará vitória.
Aqui vê-se que o pavor das obras de Pieter Heyn
faz Portugal tremer por um dos seus tenentes
que já segue na senda firme onde
o nosso Almirante perdeu a vida.
Os marinheiros saem em terra, com sessenta soldados
Que confiam no exercício das armas.
Forma logo a frota em meia-lua
enquanto chalupas levam gente para terra.
O Português, consternado, foge com três mil almas
e deixa Buarcos ser totalmente pilhado e destruído:
embora chamados às armas, não oferecem resistência
porque o nosso Comandante atroa firme, de longe,
com a sua artilharia de metal para o meio das tropas,
pelo que o pobre Espanhol consternado tem de clamar misericórdia.

[Coluna 3]

A sua gente pilha firme e junta a sua presa.
A chusma está ocupada tirando a sua roupa

Para por outra pele no corpo, tirada dos espanhóis,
Vêem-se imediatamente vestidos de outro vestuário.
Os soldados estão de vigia e tudo está tomado,
Avançam para a igreja onde
com admiração se veem partidos os altares
que, infelizmente, foram abandonados pelo clero.
Em suma, foi tudo pilhado e roubado
pelo que o Português tanto tempo labutou.
Antes de partir põe fogo à aldeola
que ainda agora estão a reconstruir.
O vinho e as bebidas brancas deles, prensado no ano passado,
são apertados de tal maneira que os toneis rebentam
como se cada um quisesse afirmar
que o vinho já não os ajudaria para manter a vida.
Quando tudo jazia destruído, violado e desonrado
para pena da Espanha, tudo virado de avesso,
deixam o lugarejo Buarcos abandonado
acompanhados de gente velhíssima, dois homens e dois mulheres
e voltam ao mar, trazendo à Pátria
uma coroa vitoriosa gloriosamente na mão.
A si Virgem Holandesa bem-aventurança, louvor e gloria
que eternamente continuará pelos tempos na memória.

A fortuna muda rapidamente

Impresso em Amesterdão por Francoys vanden Hoeeye, residente na
Kalverstraat, no Três Rosários. No ano de 1629.

Arie Pos. Porto, julho de 2022

(Página deixada propositadamente em branco)

FUGIR DAS CADEIAS DA PIDE.
A FUGA DE HERMÍNIO DA PALMA
INÁCIO DA PRISÃO DO ALJUBE

*Escaping from the “Cadeias da PIDE”.
The escape of Hermínio da Palma Inácio
from Aljube prison*

LUÍS FARINHA

*Universidade Nova de Lisboa, Instituto de História Contemporânea (FCSH.UNL)
luis.farinha@sapo.pt*

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2296-923X>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_18

Texto recebido em / Text submitted on: 14/03/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 26/10/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série
pp. 415-444

RESUMO

Hermínio da Palma Inácio experimentou, por mais de um quarto de século, uma vida atravessada por múltiplas dimensões conflituais. Oriundo de uma família algarvia pobre, ergueu-se à condição de sargento mecânico da Força Aérea e ligou-se, nessa instituição, a altas patentes das Forças Armadas que, a seguir à II Guerra Mundial, se rebelaram contra o Estado ditatorial fascista, depois de terem visto recusada uma transição pacífica pelo regime. Aliciado para um ato de sabotagem na “Abrilada de 1947”, foi preso por crime contra a segurança do Estado. Estando recluso, conseguiu fugir de uma prisão política e expatriar-se, agravando assim a sua condição de arguido. Daí em diante, nunca mais pôde regressar, a não ser que se sujeitasse a prisão, como de facto aconteceu por duas vezes.

Palavras-chave: Putschismo; Fascismo; Prisão política; Fuga; Expatriado.

ABSTRACT

Hermínio da Palma Inácio experienced, for more than a quarter of a century, a life crossed by multiple conflicting dimensions. Coming from a poor family in the Algarve, he rose to the status of mechanic sergeant in the Air Force and joined, in that institution, the high ranks of the Armed Forces which, following World War II, rebelled against the fascist dictatorial State. Enticed into an act of sabotage in “April 1947”, he was arrested for a crime against State security. Being a prisoner, he managed to escape from a political prison and expatriate himself, thus aggravating his condition as a defendant. Thereafter, he could never return to the country unless he subjected himself to certain arrest, as occurred twice, in fact.

Keywords: Putschism; Fascism; Political prison; Escape; Expatriate.

INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta de seguida pretende responder, no domínio da História, à dimensão individual do conflito político numa sociedade ditatorial, como foi a sociedade portuguesa durante o salazarismo, em articulação com a conflitualidade coletiva que enformou o combate das oposições políticas ao Estado Novo, muito em particular no período que se sucedeu à II Guerra Mundial. Para o efeito, foi escolhido um opositor com uma longa vida de combate à Ditadura, tendo como ponto axial a resistência que foi demonstrando às condições prisionais dos cárceres da PIDE (Polícia de Informação e Defesa do Estado), ensaiando duas fugas bem sucedidas e preparando uma terceira que, só não ocorreu, porque foi libertado da prisão de Caxias na sequência da Revolução de 25 de Abril de 1974.

Hermínio da Palma Inácio – dele se trata neste texto –, dedicou mais de um quarto de século da sua vida à luta antifascista¹. Viveu parte desse tempo expatriado (na América Latina e na Europa), entrou clandestinamente em Portugal durante esses anos por diferentes fronteiras, esteve preso nas cadeias da PIDE por três vezes, uma vez preso na cadeia de Carabanchel, em Madrid, e igualmente detido na capital francesa. Foi julgado por tribunais especiais em Lisboa e em Paris e conseguiu sempre sair das cadeias sem cumprir a totalidade da pena: fugiu da cadeia do Aljube a 16 de maio de 1948, da cadeia da PIDE do Porto em maio de 1969 e estaria a preparar a terceira fuga da prisão de Caxias quando, em 26 de abril de 1974, foi libertado pelos militares de Abril.

¹ Os termos antifascismo e fascismo são aqui aplicados ao regime político do Estado Novo em consonância com a caracterização adotada pelos protagonistas dos factos relatados. Os termos foram utilizados por um espectro político que vai dos comunistas aos liberais, passando pelos socialistas e pelos republicanos históricos, desde os anos 30 até aos anos 70 tardios. Associavam o que estava a ocorrer em Portugal ao modelo fascista mussoliniano e consideravam-se antifascistas nas suas convicções e condutas. Tais convicções, como poderemos ver ao longo do texto, manifestam-se em declarações públicas (perante polícias e tribunais), em programas políticos e nas relações que estabelecem em contexto de luta. Não pretendemos discutir o conceito neste texto, mas apenas utilizá-lo pela voz dos principais intervenientes. Em última instância, é o antifascismo de Hermínio da Palma Inácio que o conduz à luta contra a Ditadura.

Durante quase três décadas, com pequenos interregnos dedicados à atividade civil comercial (especialmente no Brasil, entre 1948 e 1961), dedicou a sua vida à luta antifascista, protagonizando ações de grande efeito mediático em nome de uma estratégia política de luta armada que deveria aliar setores descontentes das Forças Armadas com setores civis predispostos a preparar o “embate final”, ou seja, o derrube por via insurrecional do regime de Salazar.

Ideologicamente, Palma Inácio esteve sempre mais próximo dos setores do republicanismo democrático que, em 1946/47, visavam a reposição das liberdades e de um regime constitucional pluripartidário. Quando, em 1961, participou na “Operação Vagô”², sob o comando do capitão Henrique Galvão, o comunicado da FAPLE (Frente Antitotalitária dos Portugueses Livres Exilados) que ajudou a distribuir para denunciar a “farsa eleitoral fraudulenta” [eleições para a Assembleia Nacional de 12 de novembro de 1961], não deixava dúvidas sobre o seu alinhamento democrático, na senda do “Programa de Democratização da República Portuguesa”, publicado a 31 de janeiro de 1961³. Duas décadas mais tarde, com a constituição da LUAR (Liga de Unidade e Ação Revolucionária) de que foi operacional de topo, Palma Inácio mantém a fidelidade aos valores democráticos. No comunicado de apresentação pública, os fundadores dirigem a sua atenção para a luta insurrecional, propondo-se agir no apoio a setores das forças armadas dispostas a promover “uma ordem autenticamente democrática”, com reposição de todas as liberdades públicas e individuais, entendendo-se por liberdades, não só as políticas *stricto sensu*, mas também aquelas que derivavam da necessidade de “pôr o poder político e económico ao serviço dos produtores da riqueza

² “Operação Vagô” – desvio de um avião das linhas da TAP, Casablanca-Lisboa (10 de novembro de 1961), com a finalidade de lançar manifestos contra as eleições de 1961 para a Assembleia Nacional.

³ Em janeiro de 1962, o Boletim nº 1 da FAPLE, publica o “Manifesto” da FAPLE. Afirmava-se pela defesa de um regime democrático, designava o “comunismo” como um regime totalitário, de “extrema-direita” e pugnava pelo direito de autodeterminação dos povos colonizados dentro de uma situação transitória de Estado Federado (Galvão, 1976: 62).

nacional”⁴. As revoltas do pós-guerra aguardam ainda um estudo detalhado⁵, pelo que foram utilizadas, fundamentalmente, as fontes judiciais, policiais e militares para a construção deste texto.

UMA VIDA NO FIO DA NAVALHA

Hermínio da Palma Inácio é, pois, um indivíduo em conflito com a cultura política dominante de autoritarismo que caracterizou o período entre-guerras em Portugal e no resto da Europa e que, no caso português, se prolongou até à Revolução de 25 de Abril de 1974. Como membro da instituição militar – o principal bastião de sustentação da Ditadura Militar e do Estado Novo –, a sua situação inibia-o de contestar política e militarmente o novo regime, a quem devia, pelo estatuto militar, estrita obrigação de fidelidade hierárquica. O compromisso político que estabeleceu em 1946/47 com os setores oposicionistas do regime – manifestado pela sabotagem de unidades aéreas afetas à deslocação de membros do Governo da Ditadura –, colocou-o no patamar mais elevado de crime “contra a segurança do Estado”. Politicamente, Palma Inácio perdia a condição de estatuto militar e entrava diretamente para a classe de opositores a que a Ditadura reservava o tratamento de “incorrigível” e “indesejável”, caindo assim sob a alçada das polícias políticas, do aprisionamento em prisões civis destinadas a presos políticos e do julgamento em tribunais militares especiais. Mostrava-se, assim, como um indivíduo “desafeto”, incapaz de prestar o seu consentimento à “nova ordem” como cidadão e, mais gravemente, na perspetiva da Ditadura, incapaz de defender o regime, como lhe impunha a sua condição de militar. À sua situação criminosa estaria, seguramente, destinado um julgamento em tribunal militar especial e uma pena pesada, se não decidisse e tivesse conseguido fugir, com sucesso, da prisão do Aljube, em 16 de maio de 1948, expatriando-se para o Brasil.

⁴ Comunicado da LUAR (Farinha, 2021: 112).

⁵ Deverá, contudo, assinalar-se a primeira tentativa de estudo de conjunto da autoria de Luís Reis Torgal, 2022.

No entanto, os conflitos que se lhe atravessaram neste período difícil são bem mais diversos e extravasam a instituição militar e o Estado. Depois da sabotagem de unidades aéreas na Base de Sintra, em 1947, é obrigado a entrar na clandestinidade, já por si uma situação de grande insegurança. Porém, as conflitualidades de uma sociedade cercada e mantida sob o jugo do autoritarismo (da polícia, da censura, da imposição do medo) manifestavam-se de formas muito diversas. No caso de Palma Inácio, essa conflitualidade manifestou-se pela denúncia à GNR da sua estadia clandestina numa quinta dos arredores de Lisboa. A denúncia terá sido feita, de forma inocente, por uma rapariga, sabendo nós que esta “inocência” pode muito bem estar associada à complexa teia de participantes da “Abrilada de 1947”, onde se incluíam altas patentes militares e membros da administração política e jurídica do Estado, com ramificações que podiam ascender ao próprio Presidente da República Óscar Carmona. A prisão de alguém como Palma Inácio, embora exigida, não deixava de ser extremamente comprometedora para o desenrolar do apuramento judicial dos factos.

Porém, esta conflitualidade de carácter mais institucional não é a única que atravessa a vida de Palma Inácio. A “Abrilada de 1947” surge num contexto complexo de pós-guerra e num momento em que a frustração social e política das elites oposicionistas se fazia sentir de forma asfixiante. Muitos dos que participaram neste *putsch* tinham acreditado na possibilidade de o regime mudar de “forma ordeira”, através das eleições que se realizaram em 18 de novembro de 1945. Frustrada a unidade política democrática criada com o MUD (Movimento de Unidade Democrática), os campos aderentes optaram por soluções estratégicas diferenciadas. O setor comunista (reorganizado em 1941) insiste na intensificação das lutas sindicais e populares, visando um “levantamento nacional”, embora em condições que rapidamente se tornaram adversas. Ao invés, os setores liberais e democratas mais moderados, investem numa estratégia de golpe de estado, conduzido pelas altas chefias militares e visando a abdicação do polo mais frágil da diarquia que conduzia o poder – o Presidente da República. Fariam um convite, sustentado militarmente, ao Chefe do Estado Óscar Carmona para demitir Salazar e colocar outro político no seu lugar, repondo o sistema constitucional liberal.

São duas estratégias que dividirão as oposições na segunda fase do regime (1945-1974), embora com formas de ação e protagonistas diversos. Palma Inácio vai arrumar-se ideológica e politicamente na família republicana e democrata-social que emerge em 1947 e que permaneceu ativa até à Revolução de Abril. Por isso, a conflitualidade que vai percorrer este período longo da sua vida terá sempre um carácter dual (em certos momentos múltiplo). Dual porque alinhou, em diferentes momentos, em ações insurrecionais contra o regime numa das correntes oposicionistas: contra o regime e em oposição (por vezes em graves desacordos) com a outra família oposicionista, liderada pelos comunistas. Embora não deixasse de reconhecer algum mérito nas ações antifascistas em que Palma participou, o Partido Comunista Português sempre considerou “aventureiristas” e inconsequentes essas ações. Essa visão distanciada e crítica ocorreu em relação à “Operação Vagô” (1961), em relação ao “Assalto à Agência do Banco de Portugal da Figueira da Foz” (1967), em relação à “Operação Matias” (1969)⁶ e em relação a uma última operação de rapto de altos dirigentes do regime, que levou Palma Inácio à sua última prisão, em 1973.

Hermínio da Palma Inácio é, deste modo, aqui considerado como alguém que se expôs, individual e coletivamente, a um alto grau de conflitualidade e consequente repressão policial e judicial, tanto do ponto de vista institucional como do ponto de vista da sua inserção na luta antifascista. Um grau de conflito tanto mais forte quanto atuou, normalmente, em pequenos grupos, onde a responsabilidade da liderança lhe acaba por ser imputada diretamente. No caso da “Operação Mondego”, a sua imputabilidade criminoso ultrapassou fronteiras, por ser matéria que implicava transporte e depósito ilegal de valores em Espanha, França e Suíça. Será, portanto, julgada em Paris a sua conduta, de modo a decidir sobre a extradição para Portugal, caso o “Assalto da Agência do Banco de Portugal” não fosse considerado um ato político. Na verdade, a Justiça francesa considerou-o um ato político, mas Palma Inácio nunca mais deixou de ser um emigrado fortemente vigiado em França e em risco de expulsão.

⁶ A “Operação Matias” (1969) consistiu numa tentativa frustrada de tomada da cidade da Covilhã por um comando armado, vindo do exterior, em aliança com unidades aliciadas no interior do país.

Em resultado das divergências entre os vários dirigentes e estratégias antifascistas, nem a sua memória é ainda hoje motivo de avaliação consensual. O Centenário do seu nascimento (22 de fevereiro de 1922) passou despercebido⁷ e, até à sua morte (14 de julho de 2009), manteve em aberto um dissídio judicial que, apesar de transitar em julgado, não foi redimido pela assunção pública da pena a que havia sido sujeito⁸.

Não é objetivo deste texto abranger toda a vida antifascista de Palma Inácio, mas apenas o período que antecedeu a fuga da prisão do Aljube em 16 de maio de 1948 e que, como já demonstrámos, abriu um ciclo de vida de um quarto de século marcado por conflitualidades cruzadas – pessoais, institucionais (no seio do Estado e no interior das oposições), internacionais e memoriais.

Não se tratou, pois, de um conflito transitório, típico de uma sociedade aberta e caracterizado por micro-eventos de combate ou de litígio, por natureza resolúveis numa lógica de acomodação social, em resultado de argumentação ou capacidade de convencimento das razões do litígio pelo “poder da expressão” e do estabelecimento de um novo contrato social. Tratou-se antes de um conflito que tendeu a eternizar-se e em que o motivo do dissídio, por oposição de visões contraditórias e conflituais do horizonte político do futuro do país – ditatorial ou democrático –, se alargou do indivíduo ao grupo e da disputa individual ou de pequeno grupo a uma “causa comum”, operadora de uma transição entre dois regimes políticos e estruturas sociais diversas, por efeito do uso deliberado da violência política⁹.

⁷ Muito discretamente, o Museu do Aljube Resistência e Liberdade foi palco de uma evocação pública em 2 de fevereiro de 2022, de que foram promotores Fernando Pereira Marques e Luís Farinha.

⁸ Acusações mútuas de má utilização (ou de retenção indevida) do dinheiro “recuperado” na Figueira da Foz em 1967 foram sendo proferidas por Palma Inácio e Emídio Guerreiro – dois dos fundadores da LUAR –, entre 1968 e os anos 90 do séc. XX, quando os dois se encontraram em tribunal para dirimir esse diferendo. O não cumprimento da obrigação de Palma Inácio apresentar um desmentido público de acusação grave proferida sobre Emídio Guerreiro, fará este último considerar que o processo nunca ficou concluído. Vide Farinha, 2021: 121-127.

⁹ Seguimos aqui a abordagem de Francis Chateauraynaud, 2019.

A FALSA RECONCILIAÇÃO NO ESTADO NOVO DO PÓS-GUERRA

Hermínio da Palma Inácio era, em 1945, quando a II Guerra acabou, sargento mecânico da Força Aérea, em serviço na Base Aérea de Sintra. Tinha 23 anos e havia estabelecido boas relações com alguns oficiais da Força Aérea que, por aqueles anos, se insubordinaram contra a ordem ditatorial, naquela que ficou conhecida como a “Abrilada de 1947”.

Num longo discurso proferido na Assembleia Nacional¹⁰, Salazar dispôs-se a reconhecer a necessidade de anunciar publicamente reformas na justiça, na administração e mesmo de adaptação constitucional aos novos tempos, falando das alterações com que esperava combater a “subversão catastrófica” daquele momento. Anunciava a convocação de eleições, a concessão de uma amnistia para os crimes contra “a segurança interior e exterior do Estado”, a instituição do *habeas corpus* e a publicação de uma série de “decretos” destinados a suprimir o regime excecional sobre segurança do Estado, integrando os crimes políticos no direito comum, por modo a transferir o julgamento para tribunais criminais ordinários (Albuquerque, 2003: 550).

A mudança anunciada pelo Ditador não se verificou. A amnistia deixou de fora centenas de presos políticos, as prisões da PIDE continuaram com um estatuto de exceção, o Campo de Concentração do Tarrafal não foi encerrado, os Tribunais Militares Especiais foram substituídos pelo Tribunal Plenário¹¹ e por medidas de segurança, a Censura Prévia à imprensa não foi abolida (antes se reorganizou) e as eleições para a Assembleia Nacional de novembro de 1945 não tiveram qualquer concorrência democrática, porque o MUD, envolvendo os diferentes setores das oposições, foi obrigado a recomendar,

¹⁰ “Votar é um grande dever”, discurso de Salazar na Assembleia Nacional, em 7 de outubro de 1945 (Salazar, 1950: 169-191).

¹¹ Os designados Tribunais Plenários, criados no Porto e em Lisboa, substituíram os Tribunais Militares Especiais que tinham julgado os crimes políticos até 1945. Aparentemente, pela sua composição e funções, apareciam como dotados da capacidade de judicialização do regime. Contudo, autores como Braga da Cruz, consideram-nos meros instrumentos de mudança aparente, já que o processo judicial permanecia, por inteiro, nas mãos da PIDE, a nova designação da polícia política (cf. Cruz, 1988: 93).

a 11 de novembro de 1945, a abstenção dos eleitores nas eleições de dia 18¹². Tinha solicitado ao Governo o adiamento das eleições por seis meses, um novo recenseamento eleitoral, autorização para a constituição de novos partidos políticos e a formação de novos jornais, com abolição da Censura. O Governo da Ditadura recusou e levou por diante uma nova farsa eleitoral que garantiu a eleição dos 120 deputados da lista da União Nacional, a partir de um eleitorado constituído por 12% da população do país.

Com base nas listas contendo milhares de assinaturas de adesão às posições tomadas pelo MUD e no sentimento de repúdio generalizado ao autoritarismo do regime, inicia-se uma vaga de prisões, levadas a cabo pela reorganizada polícia política do regime, a PIDE que, com capacidade de intervenção na constituição do processo político, vai discriminando e prendendo os opositores com base na simples anotação “assinou as listas da oposição”.

“ABRIL” ESTEVE PARA CHEGAR ANTES DE “ABRIL” – A “ABRILADA” DE 10 DE ABRIL DE 1947

Entre 1946 (10 de outubro) e 1947 (10 abril), uma Junta Militar, composta por altas patentes do Exército e alguns civis de relevo, levou à prática um plano de subversão do Estado Novo salazarista (que vinha preparando desde 1945), celebrou um “Pacto” entre várias sensibilidades políticas, mobilizou recursos materiais e militares (um Exército de Libertação Nacional) e preparou-se para impor um Governo Provisório que, na base de uma “Lei Constitucional Transitória” conduzisse o país ao concerto das nações democráticas saídas da guerra.

Em 1945, a PIDE apreendeu a Francisco Piteira Santos (“FRED”) volumoso material do “Conselho Nacional de Unidade Antifascista”.

¹² A União Nacional obteve, naturalmente, a totalidade dos mandatos na Assembleia Nacional. No entanto, a abstenção é expressiva: 44% dos 834 mil eleitores inscritos, já de si um número exíguo numa população de 7 milhões de habitantes (cf. Telo, 1991: 152).

Desse material faziam parte os planos revolucionários da “Junta Militar de Libertação”, dirigida pelo vice-almirante José Mendes Cabeçadas Júnior¹³. Com o decorrer do tempo e com o desmantelamento do MUD e do MUNAF (Movimento de Unidade Nacional Antifascista), o movimento perdeu um carácter acentuadamente revolucionário e passou a ter o cariz de um pronunciamento militar, de que resultaria uma mudança no sistema político do país, mas sem efusão de sangue¹⁴. Ao lado do professor João Lopes Soares, ex-ministro da República e proprietário do Colégio Moderno (Lisboa) – um dos locais mais importantes da organização conspirativa¹⁵ –, é do vice-almirante Mendes Cabeçadas, porventura o responsável de maior vulto da conspiração, que surgem as declarações mais genuínas e circunstanciadas.

Com o fim da II Guerra Mundial, Mendes Cabeçadas tinha esquecido o propósito (que tomara depois da sua demissão de todos os cargos da Ditadura, em junho de 1926) de nunca mais regressar à vida política. Apoiara publicamente o MUD e apostara na subversão do salazarismo pelo desencadeamento de um pronunciamento militar quando verificou que o regime se preparava para sobreviver com recurso a uma pequena ação de cosmética e apoiado pelas democracias ocidentais. No decurso do processo-crime a que foi sujeito por acusação de “actividades contra a segurança do Estado” declarou Mendes Cabeçadas

¹³ IAN/TT, PIDE, Proc. 304/GT, fl. 1. Em 1945, este movimento revolucionário correu a par e passo com a campanha eleitoral de outubro/novembro. De facto, em setembro, segundo declarações do Prof. João Lopes Soares, este movimento agregava núcleos revolucionários no Porto, Lamego, Viseu, Bragança e Coimbra. Em Lisboa, o movimento contava com a colaboração de Mendes Cabeçadas, do general Quintão Meireles e do Brigadeiro Miguel Santos. Era oficial de ligação o capitão Queiroga Chaves, que veio a liderar, em 10 de outubro de 1946, o Golpe da Mealhada (IAN/TT, PIDE, Proc. 737/47, vol. I, f. 174).

¹⁴ Declarações de João Lopes Soares (IAN/TT, PIDE, Proc. 737/47, vol. I, fl. 179).

¹⁵ Para além da logística, o Colégio Moderno, em ligação estreita com os industriais Amadeu Gaudêncio e Lúcio Tomé Feiteira, foi o centro de municiamento dos capitais, conseguidos através de letras bancárias e donativos. Tornaram-se necessários para suportar o movimento revolucionário e, mais tarde, todo o processo judicial e de custos das estadias dos presos nas várias cadeias e hospitais onde permaneceram.

ter visto com desgosto, por motivo dos seus ideais políticos, estabelecer no país um regime de poder pessoal, com características semelhantes às do fascismo e, aproximando-se o fim da guerra, pensou que para o país havia toda a vantagem em terminar esse sistema odioso em todo o mundo por se lhe atribuir a causa da guerra (...) Aos sentimentos democráticos do respondente satisfaz a Constituição e o que desejava é que ela fosse cumprida em toda a sua pureza. Infelizmente, não são satisfeitos os princípios nela consignados e o princípio da eleição dos poderes legislativo e executivo é completamente iludido¹⁶.

Para Mendes Cabeçadas – um republicano da área liberal e social-democrata – o Salazarismo era um regime da mesma natureza dos fascismos que proliferaram pela Europa das décadas de 30 e 40, um “sistema odioso” que tinha sido responsável por todas as tiranias anticonstitucionais e pela guerra tremenda que assolara o mundo. Este era, de resto, o entendimento de todas as oposições ao regime, e não apenas da oposição comunista. Os termos “fascismo” e “antifascismo” são, pois, termos correntes por esta época, tanto na linguagem comum como nos documentos trazidos à opinião pública.

Em função da sua posição política – informa ainda Mendes Cabeçadas nas suas declarações em Tribunal –, aliou-se aos “militares descontentes” do regime, assinou com eles o “Pacto de Almada”¹⁷ (setembro de 1946) e comprometeu-se a apoiar um golpe militar para exigir ao Presidente da República a deposição de Salazar e a constituição de um “Governo Provisório” que garantisse a democratização do país. Consideravam nesse documento que o Exército tinha concordado com a obra de saneamento financeiro empreendida por Salazar, como uma solução para o caos da administração pública. Porém,

¹⁶ IAN/TT, PIDE, Proc. 737/47, vol. II, fl. 181.

¹⁷ O “Pacto de Almada” foi assinado pelo vice-Almirante Mendes Cabeçadas, pelo Comandante Pires de Matos, pelo General Godinho, pelos Brigadeiros Vasco de Carvalho, Maia e Corregedor Martins e pelos coronéis Carlos Selvagem e Gonzaga Tadeu, sob os auspícios do civil Francisco Correia Santos, na Quinta de S. Miguel, em Almada. Trata-se de uma exposição ao Presidente da República, enviada em setembro de 1946.

passada essa fase, a chamada “Ditadura Nacional”, limitou-se a “imitar a estrutura dos estados totalitários”, com o apoio da censura e da polícia política, forjando uma falsa legitimidade na base de um “plebiscito simulado”. Tal governo afastara os portugueses da civilização moderna e do concerto das nações. Acreditavam os signatários, por outro lado, que o Presidente da República se tinha sentido constrangido a manter aquela situação, com receio de que qualquer alteração fizesse cair o país no caos político e social. Por isso, dentro do mesmo espírito que animou alguns dos promotores do “Movimento de 28 de Maio”, os signatários pretendiam dar condições de suporte militar ao Presidente da República para que procedesse à transição do regime¹⁸.

Têm um programa político vasto e profundo de que se destaca a retoma da vida partidária, a reforma do Parlamento, a autonomia do Executivo em relação ao Poder Legislativo e a reforma da administração pública, orientada por critérios estritamente funcionais. Para o efeito formulam um programa político imediato que passa pela aprovação de uma Lei Constitucional Provisória, pela libertação dos presos políticos, pela reposição de todas as liberdades, pela extinção de todos os organismos repressivos e pela reforma da Justiça. Para a sua elaboração muito contou o contributo do Secretário-geral da Junta, o proprietário Celestino Soares, considerado o “cérebro” do movimento.

Do ponto de vista estratégico, querem imprimir ao movimento um carácter estritamente militar e evitar os erros ocorridos em “28 de Maio de 1926”. Uma primeira tentativa, frustrada, ocorreu em 10 de outubro de 1946, conhecida como “Golpe da Mealhada”¹⁹. Alguns tempos depois, em 10 de abril de 1947, o movimento esteve de novo para sair. Em resultado, a PIDE fez dezenas de prisões, entre elas a de Mendes Cabeçadas. Depois de um longo périplo por várias “cadeias políticas”, Mendes Cabeçadas foi julgado e condenado na pena de um ano de prisão correcional, com desconto da prisão preventiva sofrida.

¹⁸ IAN/TT, PIDE, Proc. 737/47, vol. VI, fl. 79-82.

¹⁹ Sobre o “Golpe da Mealhada” vide Luís Farinha, 1995: 87-105.

A disposição *putchista* de Mendes Cabeçadas, em 1947, confirmou as características da sua intervenção de 1926: uma ação patriótica levada a cabo pelos militares, imposta pela situação de crise do sistema político e visando a reorientação política do regime, com regresso dos militares aos quartéis passado o período de convulsão do sistema.

O vice-almirante Mendes Cabeçadas e o professor João Lopes Soares foram, porventura, as duas figuras mais agregadoras deste movimento subversivo que contou com altas figuras do Exército e da Armada, com o apoio de grandes proprietários e industriais, de advogados de renome e de socialistas e seareiros, todos eles unidos pela ideia da necessidade do derrube do regime salazarista pela força das armas²⁰.

Segundo declarações à polícia política, o vice-almirante Cabeçadas tinha sondado Óscar Carmona, o Presidente da República, mas “Sua Exa. preferia transigir a tomar uma atitude desassombrada da qual ele receava uma situação de grave perturbação para o país”. Era clara a sua mensagem: ajam os senhores segundo a vossa intenção, mas garantam que o movimento não “vai cair na rua”, nem eu vou ser responsabilizado.

Estava longe o “Movimento dos Capitães” de 1974 que, ao contrário, contou com os capitães (e mesmo com alguns generais), sem receio do levantamento da “rua” para aprofundar a mudança imperiosa da vida do país.

No restante, o diagnóstico (expresso no “Pacto” assinado) e o Programa político e operacional era uma “cópia” antecipada do Programa do MFA de 1974 (excluindo a questão colonial): desmantelamento de todo o Estado Corporativo e demissão dos órgãos políticos e judiciais, dissolução dos órgãos de repressão e recomposição de todas as instâncias de poder em moldes democráticos.

²⁰ O Processo constituído pela PIDE (Proc. 737/47, composto por 8 volumes) elegeu entre os principais responsáveis 45 individualidades, a maioria delas oriundas da oficialidade superior. Entre os 20 oficiais superiores contam-se 2 generais, 1 vice-almirante, 3 brigadeiros, 2 coronéis, 2 majores, 1 capitão-tenente e vários capitães e tenentes. Dos implicados fazem ainda parte vários professores, vários médicos, farmacêuticos e veterinários, proprietários, comerciantes e industriais como Amadeu Gaudêncio ou Lúcio Tomé Feiteira.

O “Pacto de Almada”, celebrado na Quinta de S. Miguel, pertencente ao advogado e proprietário Francisco Correia dos Santos, era a todos os títulos contudente: a governação de Salazar era apresentada como uma “imitação dos estados totalitários”, o plebiscito simulado da Constituição dera “foros de legalidade ao arbítrio ilimitado do Governo”, pelo que seria mais “perigoso manter o Governo do que substituí-lo”. O país, esse, vivia “horas de angústia e de miséria”, pelo que caberia ao Exército assumir o poder numa fase transitória. Assinaram o Pacto o vice-almirante Mendes Cabeçadas, o Brigadeiro Corregedor Martins, o coronel Celso Magalhães, o Brigadeiro Sousa Maia, o Brigadeiro Vasco de Carvalho e o major Sarsfield Rodrigues²¹.

De semelhante ao 25 de Abril, também a “Abrilada” teve o seu “Kaúlza de Arriaga” no ministro da Guerra Fernando Santos Costa, profundamente implicado no “contragolpe” e em todo o processo político e judicial que mergulhou num poço de silêncio as possíveis responsabilidades de Óscar Carmona ou a morte, por falta de cuidados médicos, do general José Garcia Godinho no Hospital da Estrela, depois de uma prolongada estadia no Forte da Trafaria. O General Godinho, com importantes funções na defesa dos Açores durante a II Guerra Mundial era tido como uma das figuras mencionadas por muitos dos conspiradores como um dos seus, em declarações à PIDE.

UM GOLPE MILITAR ABORTADO

Pela documentação existente no processo constituído pela PIDE e num outro elaborado pelo Ministério do Exército é por demais evidente que este terá sido o golpe militar mais bem preparado de todo o período ditatorial. Para além de vasta documentação da Junta de Libertação Nacional, estão minuciosamente

²¹ Para além dos subscritores do “Pacto”, todas as altas individualidades, os declarantes mencionam ainda o General Carlos Ramires, responsável pela 3ª Região Militar, o capitão-tenente Manuel Lourenço das Neves Pires e o comandante Pires de Matos (IAN/TT, PIDE, Proc. 737/47, vol. II, fl. 22). Segundo declarações de João Lopes Soares, o malogro do Golpe da Mealhada (10 de outubro de 1946) deveu-se à recusa de participação, à última da hora, do General Carlos Ramires no comando das tropas da 3ª Região Militar (Proc. 737/47, 2º Vol., f. 312).

descritos os planos da conspiração, com todos os pontos a atingir e as estratégias a seguir, um corpo volumoso de legislação do futuro Governo Provisório e um minucioso plano de informação, constituído por panfletos e por comunicados a serem divulgados no dia do Golpe Militar, nos jornais e via rádio. Nos planos do Governo Provisório estava prevista a dissolução das polícias políticas e de todas as organizações militares e para-militares, a demissão de todos os funcionários nomeados pela Ditadura aos mais diversos níveis e uma “lei de reparações” destinada a compensar os funcionários injustamente demitidos ou reformados compulsivamente. Para além destas medidas estavam ainda previstas reformas profundas na reorganização do Exército, da Justiça e da administração ultramarina.

As maiores dificuldades, segundo alguns declarantes resultaram, muito especialmente, de razões políticas. A orientação política era “moderada”, apesar de estarem implicados no golpe muitos responsáveis socialistas, entre os quais são referidos Carlos Cal Brandão, Teófilo Carvalho dos Santos, Luís Câmara Reis, Mário Azevedo Gomes, António Sérgio e Ruy Luís Gomes.

Embora não clara e minuciosamente explicitadas, as “razões políticas” que justificaram o malogro dos acontecimentos resultaram, segundo declarações de vários implicados, no facto de “à última da hora”, “dois ou três comandos [militares] terem levantado objeções ao plano de operações”. A Junta de Libertação exigiu a condução dos acontecimentos como estava previsto “para evitar a possibilidade de luta e que o movimento se prolongasse e fosse aproveitado por elementos extremistas, na deflagração de uma revolta civil”.

Para o fracasso da revolta, aponta-se a “prudência” como a razão principal, sendo que nenhum outro movimento revolucionário anterior teria sido preparado com a minúcia e cuidado com que foi o que começou a preparar-se em 1945. Numa leitura comparativa desta revolta com as anteriores revoltas do Revirinho, a diferença é, de facto, significativa. Em 1947 estamos perante um “plano de ação” fundamentado e detalhadamente preparado.

As prisões dos implicados iniciaram-se em junho de 1947 e o julgamento decorreu durante o ano de 1948, com a sentença de um ano de prisão

correcional para os dois principais implicados; João Lopes Soares²² e José Mendes Cabeçadas, tendo este último sido reformado compulsivamente. De tudo o resto se deveria erguer um muro de silêncio porque, como se diz num Acórdão do Supremo, “...o julgamento durou 9 sessões e gerou vários incidentes que por sua natureza e expressão, marcadamente política e espetacular, não merecem aqui especial referência”.

Mencione-se um dos “incidentes”: durante a sua defesa, um dos conspiradores ameaçou denunciar um dos juízes do coletivo, sugerindo a sua implicação na preparação do golpe. Nada ficaria provado. E muito menos qualquer tipo de relação dos conspiradores com o Presidente da República Óscar Carmona, muito embora tivessem sido registadas várias conversas de Mendes Cabeçadas e de Quintão Meireles onde ficaram patentes perigosas concordâncias do Presidente da República quanto às razões de queixa dos revoltosos. Porém, no fim da audiência – e para que nada pudesse constar de comprometedor –, ficara exarado pelo coletivo que

o Venerando Chefe de Estado que, pelas suas virtudes e qualidades pessoais, que tão bem conduziu com a dignidade das suas funções, como é bem notório, tem-se imposto ao máximo respeito de toda a Nação, e nunca proferiu qualquer frase que pudesse dar aos réus o direito de a invocar dentro do seu delito²³.

A FUGA DA PRISÃO DO ALJUBE

Só uma pequena parte dos planos revolucionários da “Abrilada” de 1947 correu como esperado. E essa deveu-se a Palma Inácio. Com a ajuda do 1º cabo Gabriel dos Santos Gomes, Palma Inácio concretizou o plano de

²² O professor João Lopes Soares foi condenado em 15.6.1948 no Tribunal Militar Territorial de Lisboa à pena de um ano de prisão correcional, dada por expiada com a prisão já sofrida, pelo que sai em liberdade, condenado ainda em igual tempo de multa a 8\$00 por dia (Proc. 737/47, 4º VOL, f. 230).

²³ IAN/TT, PIDE, Proc. 737/47, Acórdão do Supremo Tribunal Militar, vol. VIII

sabotagem de algumas unidades da Base Aérea da Granja do Marquês, em Sintra, visando dificultar a movimentação ou a fuga de membros do Governo, nomeadamente do ministro da Guerra, capitão Santos Costa²⁴.

Abortado o golpe, Palma Inácio dirigiu-se ao núcleo central das operações (Tomar e Tancos) para perceber o que tinha acontecido, mas teve de voltar a Lisboa, sem resposta. Nas oficinas da KLM, onde era mecânico, passou a ser procurado pela PIDE, de tal modo que teve de refugiar-se, com o apoio de amigos, numa quinta da região de Loures²⁵. É aí preso pela GNR de Loures em 6 de setembro de 1947, que o entrega à Diretoria da PIDE, ficando na prisão do Aljube à disposição do Governo Militar de Lisboa, na sua condição de ex-militar, a aguardar julgamento. Mas Palma Inácio não queria submeter-se a julgamento militar, e conseguiu fugir da prisão do Aljube a 16 de maio de 1948.

Sem apoio externo – Palma refere apenas o apoio de um irmão que contactaria quando saísse da prisão –, o prisioneiro engendra um complicado plano de fuga, planeado para ocorrer a um domingo de manhã, altura em que a rua em frente da cadeia era percorrida por mais gente, dificultando assim a sua perseguição pela GNR. De facto, a cadeia, relativamente pequena nos seus quatro pisos de antigo palacete eclesiástico, estava fortemente guardada, no interior e no exterior. No interior, quatro guardas prisionais garantiam a segurança e vigiavam toda a mobilidade dos presos, por exemplo na deslocação entre os “curros” (solitárias de incomunicabilidade) e as casas de banho, na ida à enfermaria ou na receção dos que chegavam de interrogatório na Diretoria da PIDE. Por motivo de segurança, a mobilidade dos guardas entre pisos era garantida por um sistema de apitos codificado. Mas, para além dos guardas, existia ainda o sistema de segurança garantido por 3 ou 4 unidades da GNR.

²⁴ Palma Inácio, ex-sargento mecânico, com brevet civil, e sócio do Aero-Club, entrou na Base na tarde do dia anterior (9.4.1947). No apuramento dos factos, a polícia afirma que “nos dois hangares tinham sido cortados os cabos dos comandos de todos os aviões, impossibilitados de levantar voo” (IAN/TT, PIDE, Proc. 1002/47, fl. 32).

²⁵ Em declarações à polícia, Palma Inácio afirma ter tido o apoio do tenente Quilhó (a morar na Av. 5 de Outubro, Lisboa) para ficar escondido na Quinta dos Álamos (Loures), arrendada a Mário dos Santos Brito, proprietário de uma tipografia em Loures (IAN/T, PIDE, Proc. 1002/47, fl. 27).

Duas unidades permaneciam de segurança no exterior – uma de guarda à porta que dava para a rua da Sé e outra em serviço no pátio interior da prisão –, um saguão largo que colocava frente a frente as traseiras da prisão e cerca de 12 habitações do bairro contíguo, em que se contavam ainda uma fábrica de malas e um sapateiro. Outras duas praças da GNR permaneciam no interior, na Casa da Guarda do rés do chão. Ao todo, oito unidades de segurança. Aparentemente suficientes para um espaço exíguo, mas muito labiríntico e onde as cumplicidades dos moradores podiam ajudar (ou dificultar) a execução de um plano de fuga. Acrescia o facto de o pátio se encontrar na altura em obras, com andaimes que cobriam toda a parede norte, a dar para o Pátio do Aljube. Uma rua de domingo, cheia de gente de passagem, impediria a perseguição; um pátio carregado de andaimes perturbaria a perseguição ou alvejamento do fugitivo pelo elemento da GNR aí de serviço. As condições eram, pois, relativamente favoráveis à fuga.

Porém, todo o plano de fuga se forjou e executou a partir do interior. Só havia uma forma de sair: pela única janela não gradada da prisão, existente nas traseiras, no terceiro piso. Como sair, quando se estava preso e guardado numa sala comum do segundo piso? Usando de astúcia, cumplicidade e alguma displicência do serviço de segurança. Assim, num domingo de manhã, um dos presos cúmplices permaneceu por tempo longo na casa de banho do segundo piso, cativando junto de si o guarda de serviço. Ao mesmo tempo, três outros presos, incluindo Palma Inácio, reivindicaram a necessidade urgente de aceder à retrete do 3º piso, pelo facto de a retrete do 2º piso se encontrar indisponível. Perante a exigência, Manuel Ramos, o guarda do 3º piso conduz os três presos, e acomoda-os na sala de espera, conduzindo um deles à retrete, ao fundo do corredor, e deixando os outros dois na dita sala. Neste curto espaço de tempo, Palma Inácio está na sala de espera – a única que tem uma janela não gradeada –, na companhia de um dos seus companheiros de prisão, Celestino Neves²⁶. Entre o casaco e as calças transporta uma corda feita de

²⁶ Juntamente com Palma Inácio, estavam também na sala 2A do Aljube (2º Piso) os presos João Jerónimo Celestino das Neves, Leopoldo da Conceição Lino, José Ferreira da Silva e Amílcar dos Anjos Pereira. Os dois primeiros participaram ativamente no plano de fuga, estando Celestino disposto a acompanhar Palma Inácio na própria fuga (IAN/TT, PIDE, Proc. 1002/47, fl. 88).

lençóis, a que se acrescentava uma outra trazida por Celestino, perfazendo com as duas os 7 ou 8 metros que os separavam do solo exterior do pátio.

Aproveitando uma das idas de vaivém do GNR António Alves, que se encontrava em vigilância no pátio, Palma Inácio lança-se sobre o vazio, pendurado de uma corda feita de lençóis. Na descida, cai ruidosamente sobre o andaime das obras, o que impede Celestino, também decidido a fugir, de se lançar atrás de Palma Inácio. Apanhado desprevenido, o Guarda de serviço ao pátio foi incapaz de avisar o Guarda de serviço à porta da prisão, na rua da Sé, da fuga de Palma. Como refere o Guarda José Fernandes, foi tudo feito num ápice. Quando se apercebeu de alguém em fuga, já não foi a tempo de reagir, pelo facto de a rua estar repleta de gente e ainda porque, por essa altura, se interpôs um elétrico entre ele, perseguidor, e o preso em fuga. Conta depois Palma Inácio que lhe bastou correr até à rua da Madalena, onde apanhou um táxi.

Com a cumplicidade de Edmundo Pedro e de seu pai Gabriel Pedro consegue fazer-se transportar em barco à vela até ao Barreiro, tendo conseguido atingir Marrocos, clandestinamente, num cargueiro.

A fuga foi realizada por volta das nove horas de dia 16 de maio de 1948, um domingo. O plano fora amadurecido nos últimos meses, depois de Palma ter saído da situação de incomunicabilidade nos “curros” para a estadia numa sala comum (sala 2A), onde convivia com mais quatro prisioneiros. Não foram decisões fáceis, como se percebe pelas declarações posteriores dos prisioneiros da Sala 2A ao inquérito policial. Foi preciso garantir apoio e evitar qualquer ambição de uma fuga coletiva, sem apoio externo e numa zona da cidade densamente habitada. Um deles afirma ter sido corrompido com cinquenta escudos e dois outros admitem ter sido convencidos por Palma de que poderiam fugir juntamente com ele. Objetivamente, são cúmplices que, não só não conseguiram fugir, como arriscaram agravamento de penas e do tratamento policial na prisão.

CONCLUSÕES

A partir de 1943, Salazar procura aproximar-se dos Aliados a fim de perceber as adaptações a introduzir no regime, dentro da perspetiva muito generali-

zada de um pós-guerra democrático e bolchevizante. Assim, em setembro de 1944, procede à remodelação do Governo no sentido de conseguir uma revisão constitucional, de conceder uma amnistia generosa e de alterar formalmente o sistema de justiça política, atribuindo à nova polícia feição de polícia judiciária e concedendo aos novos “Tribunais Plenários” uma base de funcionamento judicial. Também a Censura passou por um crivo remodelado, dando o Ditador instruções para que fosse concedida a “liberdade suficiente”.

De todas as alterações, as mais desejadas pelas oposições passavam pela libertação dos presos políticos e pela realização de eleições democráticas, as quais viriam a ser anunciadas pelo Ditador para 18 de novembro de 1945. Por todo o país – e especialmente em Lisboa – o entusiasmo foi generalizado. Sob a direção do MUD, criado em 8 de maio de 1945 por setores de toda a oposição (republicanos, comunistas, socialistas) anunciavam-se, em 24 de outubro, no auge da campanha eleitoral, a existência de mais de 50 mil subscritores de apoio às listas da oposição. Perante este movimento entusiástico, o Governo, apoiado por militares, manda apreender as listas e, a 24 de outubro, suspende os comícios eleitorais. No Norte, em campanha eleitoral, o ministro do Interior Júlio Botelho Moniz afirma que “o Estado Novo não cairá nem a votos nem a tiros!” (Rosas, 1994: 380). Perante tantos impedimentos, as oposições, reunidas no MUD, desistem do ato eleitoral, afirmando não haver condições democráticas para a sua realização.

Sucedese um período de desânimo e de divisão das oposições reunidas no MUD. A via legal para a transição pacífica tornara-se uma miragem. E assim, perante a inutilidade da “unidade antifascista”, as duas principais estratégias oposicionistas voltaram-se para si próprias e para a sua forma de combate. O PCP, reunido no IV Congresso (II Ilegal), em 1946, apesar de continuar a captar “unitários” para o seu seio, reafirmava uma “política de classe”: só um “levantamento nacional”, fortemente implantado entre as massas operárias exploradas do país, e apoiado pela força militar democrática, levaria ao derrube do regime. Ora, essa era uma estratégia que já tinha sido colocada à discussão em 1943, no I Congresso do PCP, e que se tinha confrontado, no interior CNUAF (Conselho Nacional de Unidade Antifascista), com a disposição *putschista* dos restantes membros do MUNAF (Movimento

de Unidade Nacional Antifascista), na maioria militares que já tinham estado comprometidos com as revoltas republicanas dos anos 30.

Prova desta crescente divisão foi a constituição de uma nova frente anti-salazarista, criada logo nos finais de 1945, e constituída por republicanos históricos como o vice-almirante Mendes Cabeçadas, o ex-ministro da República João Lopes Soares, por elementos da União Socialista (recém-constituída), por membros da Maçonaria, como Luís Dias Amado, por liberais e aliadófilos, como o malogrado General José Garcia Godinho, e onde a componente militar dominante impunha o rumo *putschista* de um pronunciamento militar, numa estratégia divergente do caminho que o PCP propunha.

Esta frente *putschista*, constituída logo em finais de 1945, tem aflorescimentos de pronunciamento militar na “Revolta da Mealhada” de 10 de outubro de 1946 e na “Abrilada”, prevista para 10 de abril de 1947. Na sua constituição e organização conta com importantes efetivos e altas patentes militares, como vimos, e até ligações muito próximas com círculos do poder onde o próprio Presidente da República, General Óscar Carmona, parecia estar, senão comprometido, pelo menos ao corrente do que se passava. Ora, se para esta frente anti-salazarista era relativamente pacífica a imposição de um programa de reposição das liberdades públicas e de instauração de uma nova legalidade constitucional e democrática, já o carácter revolucionário decorrente do “levantamento nacional” de massas proposto pelo PCP lhe era completamente incómodo. Nas suas declarações aos interrogatórios da PIDE, e mais tarde no julgamento dos implicados, foi sempre patente uma preocupação em todos os declarantes comprometidos: a transferência de poderes para um novo regime constitucional só se faria se daí não decorresse “uma situação de grave perturbação da ordem pública para o país”.

A atuação de comandos militares restritos, sem ligação conhecida a organizações ou movimentos políticos mais amplos, entronca assim na estratégia *putschista* de pronunciamento militar. Tratava-se, no essencial, de neutralizar os poderes político-militares que sustentavam o Estado Novo e o Ditador e, com recurso à mobilização de unidades militares aliciadas para o movimento, impor ao Presidente da República a destituição de Oliveira

Salazar e a nomeação de um Governo de Salvação Nacional que garantisse a transição constitucional democrática.

Hermínio Palma Inácio e o cabo Gabriel Gomes desempenham, de forma perfeita, a função que lhes tinha sido atribuída: destruição das unidades aéreas que estariam, de outro modo, disponíveis para possibilitar o contra-ataque do ministro da Guerra Santos Costa e a eventual evacuação ou fuga do Governo para fora de Lisboa. Pelo seu elevado grau de dificuldade e insegurança, esta missão só poderia ser entregue a homens que, pelo seu conhecimento e ousadia, pudessem estar à altura de realizar a operação especial de que estavam incumbidos. Hermínio da Palma Inácio mostrou aqui que era um desses homens, como se veio a comprovar vinte anos mais tarde na “Operação Mondego”, quando do assalto à Agência do Banco de Portugal na Figueira da Foz.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

- IAN/TT – Arquivo da PIDE. Hermínio da Palma Inácio, Proc. 1002/47 e Proc. 472/48.
IAN/TT – Arquivo da PIDE. José Mendes Cabeçadas Júnior (e outros), Proc. 737/47.
AHM. Processos de oficiais; de José Mendes Cabeçadas Jr. e de José Garcia Marques Godinho.

ESTUDOS

- Albuquerque, Paulo Pinto de (2003). *A Reforma da Justiça Criminal em Portugal e na Europa*. Coimbra: Almedina.
- Chateauraynaud, Francis (2019). Des Disputes Ordinaires à la Violence Politique. L'analyse des Controverses et la Sociologie des conflits. In Philippe Hamon e Laurent Bourquin, *La Politisation Conflits et construction du politique depuis le Mooyen Âge* (91-108). PUR. <https://books.openedition.org/pur/129039>
- Cruz, Manuel Braga da (1988). *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- Farinha, Luís (1995). Fernando Queiroga Chaves Um Revolucionário no Exílio. *Penélope*, 16, 87-105. Lisboa: Cooperativa Penélope

- (2000). Duas Fugas – Entrevista a Palma Inácio. *História*, Ano XXII (III Série), nº 28, setembro, 54-56.
- (2021). *Emídio Guerreiro Sob o Despotismo da Liberdade*. Lisboa: Assembleia da República.
- Galvão, Henrique (1976). *Da minha luta contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal*. Lisboa: Arcádia
- Rosas, Fernando (1994). O Estado Novo (1926-1974). In José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, VII volume. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Salazar, António de Oliveira (1950). *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, 1943-1950, 169-191. Coimbra: Coimbra Editora.
- Telo, António (1991). *Portugal na Segunda Guerra Mundial (1941-1945)*, 2 volumes. Lisboa: Veja.
- Torgal, Luís Reis (2022). Antes de Abril...O «Golpe da Mealhada» e a «oportunidade perdida». *Pampilhosa uma terra e um povo*, nº 41. Pampilhosa: GEDEPA.

ANEXO I

UMA PARTE DA “ABRILADA” CORREU COMO PREVISTO

Entrevista a Hermínio da Palma Inácio

Como se viu envolvido na “Abrilada de 1947”?

Há uma tentativa revolucionária em que estão implicadas altas patentes do Exército, como o brigadeiro Maia da Aeronáutica, o general Godinho, o almirante Mendes Cabeçadas e civis, entre eles o professor João Soares, pais do dr. Mário Soares. Como tinha sido sargento mecânico na Granja do Marquês, aliciaram-me para sabotar alguns aviões militares e um Dakota em que normalmente viajava Santos Costa. O plano incluía a prisão de membros do Governo. Assim impedir-se-ia a sua fuga.

Não foi ainda desta vez que os militares derrubaram Salazar...

Pois não. Ainda fiquei uns dias em expectativa, dizia-se que a revolução ia acontecer a cada momento. Cheguei a ir a Trancos, porque o núcleo da

revolta era na região de Tomar. Mas tive de voltar a Lisboa. A PIDE descobriu que tinha sido eu o sabotador e tentou apanhar-me na KLM, na Portela de Sacavém, onde eu era na altura mecânico. Consegui fugir.

Duas Fugas. Entrevista a Palma Inácio (Farinha, 2000).

ANEXO II

Resolução do Conselho de Ministros

Presidência do Conselho, 14 de junho de 1947

O Presidente do Conselho António de Oliveira Salazar

Lista dos reformados (compulsivamente):

Abrangidos pelo artigo 1º do decreto-lei nº 25 317 de 13 de maio de 1935, devendo passar à situação de reformados, sem prejuízo das penas que possam vir a ser-lhe aplicadas em julgamento nos tribunais competentes

General na situação de reserva José Garcia Marques Godinho

Brigadeiro de Artilharia Vasco de Carvalho

Brigadeiro de Engenharia Eduardo Corregedor Martins

Brigadeiro de Aeronáutica António de Sousa Maia

Coronel do Corpo do Estado Maior Celso Mendes de Magalhães

Coronel de Infantaria Luís Gonzaga Tadeu

Coronel de Cavalaria Carlos Tavares Afonso dos Santos

Capitão de Infantaria Francisco Tavares Repas

Tenente do Extinto quadro auxiliar de serviço de saúde José Joaquim Gaita

São ainda abrangidos pelo mesma Resolução do Conselho de Ministros, com a mesma justificação legal, pelo que deverão igualmente ser reformados, sem prejuízo das penas que possam ser-lhe aplicadas pelos tribunais competentes os:

Vice-almirante José Mendes Cabeçadas Júnior

Capitão-tenente Manuel Lourenço das Neves Pires de Matos

ANEXO III

Neste anexo publicam-se seis fotografias da Prisão do Aljube, no rescaldo da fuga.



Fig. 1 – Corda lançada do terceiro piso da prisão do Aljube
(IAN/TT, PIDE, Proc. 1002/47).



Fig. 2 – Pátio do Aljube, com presença de elemento da GNR, junto a escadas de saída do pátio (IAN/TT, PIDE, Proc. 1002/47).



Fig. 3 – Pátio do Aljube em obras. Guarita do pátio. Fotografia tirada da janela por onde ocorreu a fuga (IAN/TT, PIDE, Proc. 1002/47).



Fig. 4 – Escadas a partir do Pátio do Aljube e elemento da GNR em guarda à porta principal da prisão do Aljube (IAN/TT, PIDE, Proc. 1002/47).



Fig. 5 – Rua em frente da prisão do Aljube, c. 1947
(IAN/TT, PIDE, Proc. 1002/47).



Fig. 6 – Hermínio da Palma Inácio, ficha prisional e fotografia tipo passe (IAN/TT, PIDE, Proc. 1002/47).

*Conflito, identidades
e resistências*

(Página deixada propositadamente em branco)

RACISMO E XENOFOBIA CONTRA IMIGRANTES JAPONESES – O PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO¹

*Racism and xenophobia against Japanese
immigrants – the Brazilian Legislative
Power as an exclusion tool*

DANIEL FLORENCE GIESBRECHT

profdanielflorence@gmail.com

*Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20), Instituto
de Investigação Interdisciplinar*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4142-6860>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_19

Texto recebido em / Text submitted on: 07/05/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 01/11/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.ª Série

pp. 447-468

¹ Este trabalho é financiado por fundos nacionais e comunitários através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa de doutoramento – 2021.04805.BD.

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar as perspectivas da classe política brasileira em relação à imigração japonesa nos primeiros anos da década de 1930. O estudo faz uso de recursos bibliográficos e documentais, com ênfase nos *Anais da Assembleia Nacional Constituinte* e nos *Diários do Poder Legislativo dos Estados Unidos do Brasil*, ambos disponíveis em formato digital na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. A pesquisa fornece exemplos específicos de como determinados membros do Poder Legislativo, influenciados por teorias de natureza racial e eugênica, desempenharam um papel na estigmatização de grupos específicos de indivíduos, qualificando-os de maneira negativa e, assim, fomentando o racismo e a xenofobia.

Palavras-chave: Imigração Japonesa; Discurso Antinipônico; Eugenia; Racismo e Xenofobia; Brasil.

ABSTRACT

The article aims to analyze the perspectives of the Brazilian political class regarding Japanese immigration in the early years of the 1930s. The study utilizes bibliographic and documentary resources, with an emphasis on the *Anais da Assembleia Nacional Constituinte* and the *Diários do Poder Legislativo dos Estados Unidos do Brasil*, both available in digital format at the Digital Library of the Chamber of Deputies. The research provides specific examples of how certain members of the Legislative Power, influenced by theories of a racial and eugenic nature, contributed to the stigmatization of specific groups of individuals, characterizing them negatively and, thus, fostering racism and xenophobia.

Keywords: Japanese Immigration; Anti-Japanese Speech; Eugenics; Racism and Xenophobia; Brazil.

INTRODUÇÃO

O que pode ser chamado de “racismo científico” emergiu durante a era do evolucionismo moderno, na segunda metade do século XIX, quando a controvérsia entre monogenistas e poligenistas perdeu relevância². Após a publicação de *A Origem das Espécies* (1859), Charles Darwin (1809-1882) estabeleceu a ideia da unidade da espécie humana. O triunfo do monogenismo serviu como base para o desenvolvimento de uma antropologia que enfatizava as diferenças inatas entre as raças e sustentava a existência de uma estratificação entre elas (Arteaga, 2017).

Figuras intelectuais influentes, como Henry Buckle (1821-1862)³, Arthur de Gobineau (1816-1882)⁴, Louis Agassiz (1807-1863)⁵ e Gustave Le Bon (1841-1931)⁶, por exemplo, desempenhavam papéis essenciais na promoção de argumentos que, de maneiras distintas, sustentavam a supremacia, tanto física como psicológica, dos caucasianos (Smedley & Smedley, 2005). Profundamente imersos na tradição europeia, eram conduzidas pesquisas que resultaram na construção de estereótipos, expressando o arquétipo da modernidade ocidental. Conforme Walter Benjamin (2007) destacou, essa

² A visão monogenista, que até então se baseava nas premissas de igualdade bíblica, sustentava que a humanidade tinha uma origem única e as variações entre os seres humanos surgiam de graus de degeneração decorrentes do pecado original. Em contraste, os poligenistas, fundamentavam sua teoria na ideia de que a humanidade teve múltiplos centros de origem, resultando na grande diversidade de raças em diferentes estágios de desenvolvimento (Schwarcz, 1993).

³ Henry Thomas Buckle, um proeminente historiador e sociólogo britânico, destacou-se como um dos principais propagadores da teoria do determinismo geográfico. Contudo, essa perspectiva foi frequentemente empregada para embasar argumentos de caráter racista e justificar o colonialismo (Iggers, 1995).

⁴ A visão de que a produção cultural humana está intrinsecamente ligada às dinâmicas raciais e que as manifestações mais avançadas são atribuídas às raças brancas foi sustentada por Gobineau, resultando em sua postura de crítico fervoroso da miscigenação (Sousa, 2013).

⁵ O pensamento de Louis Agassiz exerceu uma influência significativa na antropologia, especialmente no que diz respeito às questões raciais e ao racismo. O poligenismo foi fortemente advogado por Agassiz (Lurie, 1954; Irmscher, 2013).

⁶ Gustave Le Bon argumenta que os povos humanos diferem em capacidades intelectuais, com as raças brancas sendo consideradas superiores, de acordo com fatores genéticos. Le Bon associava a formação de multidões às raças não brancas, reforçando visões estereotipadas (Mello Neto, 2000).

modernidade, enraizada em uma tradição eurocêntrica marcada por ênfase na racionalidade e padronização, frequentemente obscureceu outras perspectivas culturais, sacrificando a autenticidade em prol de uma visão de mundo uniformizada que afetou a cultura, a sociedade e a experiência humana.

Segundo Stocking Jr. (citado em Matos, 2023: 56), a partir do final do século XIX, surgiram duas tradições distintas no desenvolvimento da antropologia. Uma delas, notada nos Estados Unidos e em nações europeias com impérios coloniais, concentrou-se na investigação da “primitividade”, buscando compreender as características das populações consideradas inferiores. A outra tradição estava associada à formação da identidade nacional, identificada em países periféricos ou semiperiféricos (Harvey, 2009; Hobsbawm, 2009, 2010). No Brasil, é possível notar uma influência da união de ambas as tradições apresentada por Stocking Jr., uma vez que a construção da identidade nacional estava intimamente ligada à composição étnica da população, formada, em sua maioria, por negros, indígenas e mestiços. Isso levantou dúvidas sobre a viabilidade de um processo civilizatório, almejado por uma *intelligentsia* seduzida por ideias estrangeiras.

Os novos conceitos antropológicos anunciados chegaram ao Brasil e foram recebidos por uma elite interessada em encontrar explicações para a posição que o país ocupava em relação às nações consideradas mais desenvolvidas, além de fórmulas para o melhoramento da “qualidade” da população. A partir da década de 1870, houve um notável avanço nas instituições voltadas para a produção e divulgação de conhecimento nas áreas das ciências naturais, humanas e antropológicas. Além dos renomados museus de história natural, como o Museu Nacional do Rio de Janeiro e o Museu Paulista, outras instituições desempenharam um papel crucial na produção e disseminação de modelos raciais de análise social (Sepulveda et al., 2023).

A Faculdade de Medicina da Bahia, por exemplo, foi uma das pioneiras a dar destaque aos debates sobre raças biológicas influenciados pelo darwinismo. Os trabalhos do médico maranhense ali radicado, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), se tornaram importantes propagadores no Brasil do darwinismo social, os quais criticavam veementemente a miscigenação. Segundo essa perspectiva, um país composto por raças muito diversas estava

fadado à decadência. Portanto, a seleção natural em um ambiente competitivo resultaria em desvantagens para aqueles considerados inferiores, que seriam eliminados ou controlados (Corrêa, 2013).

De acordo com a antropóloga Giralda Seyferth (1996: 43-44), a miscigenação ganhou destaque no discurso nacionalista brasileiro, sendo percebida como um elemento-chave na formação da nação e como a base para a emergência de uma futura raça histórica brasileira. Essa perspectiva resultou de um processo seletivo voltado para o branqueamento da população. Consequentemente, a miscigenação tornou-se um tema crucial nas discussões sobre políticas migratórias.

Um exemplo da aplicação prática que refletia tais preocupações foi a criação no Rio de Janeiro, em 1883, da Sociedade Central de Imigração, que, nos anos seguintes, se concentrou no incentivo à imigração de trabalhadores europeus ao Brasil (Mesquita, 2000)⁷. Essa iniciativa indicava a crença na suposta superioridade da mão de obra branca, percebida como mais ativa e dotada de inteligência, além de enaltecer os costumes europeus como meio de “civilizar” a população brasileira. Tais premissas fortaleciam a teoria da promoção do branqueamento, defendida publicamente pelo então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, João Baptista de Lacerda (1875-1915), durante o Congresso Universal das Raças de 1911, realizado em Paris (Schwarcz, 2011).

O renomado sociólogo conservador Oliveira Vianna (1883-1951), em sua obra *Populações Meridionais do Brasil*, de 1920, é um bom exemplo de porta-voz da seletividade migratória com o intuito de evitar a entrada de “raças inferiores” no país. Em contraponto, segundo o próprio Vianna, dever-se-ia estimular a chegada de estirpes segundo “fatores de ordem moral, de ordem étnica, de ordem econômica, de ordem social” (Vianna, 1920: 161), capazes de promover o desenvolvimento do Brasil⁸. A solução política considerada era

⁷ Os fluxos migratórios que impactaram o Brasil entre 1889 e 1940 foram notáveis, com um registro de mais de 3,5 milhões de estrangeiros entrando no país durante esse período (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1955).

⁸ Todos os documentos e fontes citadas neste artigo foram adaptadas às regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

restringir a entrada de grupos étnicos específicos (como negros e japoneses, por exemplo), a fim de evitar a ampliação das disparidades étnicas nacionais (Movschowitz, 2001; Carneiro & Takeuchi, 2010).

Muitas das argumentações contrárias à entrada de determinados grupos de imigrantes eram baseadas em argumentos eugênicos, que defendiam a intervenção e o controle tanto da hereditariedade quanto do ambiente, buscando “melhorar” a qualidade genética da população e evitar a “degeneração” da sociedade. Devido aos desafios demográficos, à complexa estrutura étnica e às preocupações com questões de saúde no Brasil, os apoiadores da eugenia alcançaram notável influência nas décadas de 1920 e 1930 (Bonfim, 2017: 42-43).

O Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado entre os dias 30 de junho e 7 de julho de 1929 na Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro, é considerado um marco da propaganda eugênica no país. Durante o encontro, Antônio José Azevedo do Amaral (1881-1942), escritor e jornalista carioca, defendeu a tese intitulada *O Problema Eugênico da Imigração*. Nela, advogou pela constituição de uma nova etnia brasileira por meio de uma seleção cuidadosa dos elementos na população nacional e aqueles trazidos de terras estrangeiras. Recomendou a exclusão de qualquer corrente imigratória que não pertencesse à raça branca (Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929: 329-330).

Nas próximas seções deste trabalho, serão apresentadas algumas características do discurso político brasileiro em relação à imigração, especialmente a de origem japonesa, no início da década de 1930. Esse enfoque temático revelou ser eficaz e destacou a relevância do discurso antinipônico na análise das influências eugênicas e racialistas na formação da identidade nacional nesse contexto histórico. É importante ressaltar que essas influências ainda têm um papel significativo na compreensão da persistência de questões relacionadas ao racismo⁹ e à xenofobia¹⁰ na sociedade contemporânea.

⁹ A Organização das Nações Unidas (ONU) definiu o racismo como “qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica”. Esta é a concepção de racismo que é adotada neste artigo (Organização das Nações Unidas, 1963).

¹⁰ Este estudo emprega a definição de xenofobia proposta por George Marsh Fredrickson, que se refere à aversão ou hostilidade em relação a indivíduos de diferentes nacionalidades, ou

Recursos bibliográficos e documentais foram utilizados, com destaque para os *Anais da Assembleia Nacional Constituinte* e os *Diários do Poder Legislativo dos Estados Unidos do Brasil*, ambos publicados pela Imprensa Nacional e disponíveis em formato digital na Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados.

Em geral, optou-se por uma análise hermenêutica e qualitativa. Métodos de análise conceitual e de discurso (Foucault, 2008, 2012) foram empregados para investigar como as opiniões e políticas relacionadas à imigração japonesa no Brasil foram moldadas. O conceito de redes de sociabilidade (Barnes, 1987) auxiliou na percepção das interações entre políticos, acadêmicos e intelectuais que desempenharam um papel relevante no debate racial daquele período.

O CONTROLE DA IMIGRAÇÃO COMO POLÍTICA DE ESTADO NO BRASIL VARGUISTA

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a influência dos eugénistas se destacou em um período em que a questão imigratória ganhou relevância. Oliveira Vianna, como exemplo representativo, desempenhou um papel significativo nas políticas governamentais relacionadas à imigração. Foi membro da Subcomissão do Itamaraty responsável por elaborar o projeto para Assembleia Nacional Constituinte (ANC) e encabeçou a coordenação da Comissão de Imigração composta por especialistas em eugenia, encarregada de avaliar a implementação da lei de cotas para regular a questão imigratória (Diwan, 2022).

Como destacado pela historiadora Geandra Munaretto, não apenas Vianna, mas também outros integrantes da Comissão de Imigração, desempenhariam um papel ativo nas discussões concernentes à admissão de imigrantes: “Esse grupo defendeu ativamente a restrição à entrada de japoneses e árabes

culturas. Essa aversão pode ser baseada em preconceitos de natureza histórica, religiosa, cultural e nacional. A xenofobia pode levar à segregação de grupos étnicos, à assimilação sociocultural forçada e à discriminação econômica (Fredrickson, 2000).

no Brasil, denunciando inclusive a substituição de trabalhadores brasileiros por imigrantes dessas nações” (Munaretto, 2017: 99). Paralelamente, Fábio Koifman (2014), em seu trabalho intitulado *Imigrante Ideal: O Ministério da Justiça e a Entrada de Estrangeiros no Brasil (1941-1945)*, afirma que os discípulos de Oliveira Vianna promoveram um discurso que defendia a ideia de que imigrantes brancos e não judeus eram os mais “adequados” para compor a nacionalidade brasileira. Portanto, parte da intensificação das manifestações de racismo e xenofobia no período estava relacionada com todos esses fatores.

Desde o início dos trabalhos da ANC em novembro de 1933, a questão da imigração desempenhou um papel proeminente nos debates, refletindo, de certa forma, os interesses de uma parcela da elite brasileira, já alinhada aos ideais que promoviam a intervenção direta e coordenada do Estado na implementação de políticas eugênicas com o objetivo de “proteger a raça nacional”. Isso compreendia a regulamentação da imigração, uma proposição que era enfaticamente defendida por políticos eugenistas que integravam a Constituinte e que mantinham vínculos com Oliveira Vianna (Lenharo, 1986).

Na reunião da ANC em 30 de novembro de 1933, a título de exemplo, Miguel de Oliveira Couto (1865-1934), renomado presidente da Academia Nacional de Medicina e pioneiro na organização do primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, proferiu um áspero discurso anti-imigração, antes de defender a sua proposta de emenda n.º 21-E, expressamente contrário a entrada de determinados “tipos” no país:

No problema geral de imigração se contêm múltiplos subproblemas que dizem respeito do lado, dos emigrados não só as suas qualidades físicas e mentais – o são e o doente, o morigerado e o turbulento, o abstinênt e o ébrio, o trabalhador e o mendigo, o pacífico e o guerreiro, os que pelos seus antecedentes chegam com a justa ambição do trabalho e os que trazem o ânimo oculto da conquista (...) Para evadir esta conjuntura, pensa Chestes Rowell, da Califórnia, só há um caminho reto: suspendê-la antes de começar.

(Brasil, 1933: 492)

O conteúdo da emenda proposta por Miguel Couto foi claramente influenciado pelo *Johnson-Reed Act*¹¹, aprovado nos Estados Unidos em 1924, e tinha como objetivos principais restringir a taxa de entrada de asiáticos no Brasil a meros 5% ao ano, além de proibir a imigração africana (Brasil, 1933: 492-493).

Em sessão da ANC realizada em 20 de fevereiro de 1934, foi a vez de Antônio Carlos Pacheco e Silva (1898-1988), destacado psiquiatra e eugenista, apresentar uma série de argumentos em favor da implementação de políticas migratórias mais rigorosas:

Proclamada a República, o Governo Provisório declarou livre a entrada nos portos brasileiros de todos os indivíduos válidos e aptos ao trabalho (...) Se dessa imigração resultaram grandes proveitos, não padece dúvida que, com ela, introduzimos no nosso país inúmeras doenças até então aqui desconhecidas (...) Ainda em virtude de desídia, deixamos penetrar, com os imigrantes japoneses, o “*Schistosoma Japonicum*”, desconhecido no nosso meio (...) Vê-se, assim, que num país imigratório como é o nosso, cumpre um exame atento, não só na recolha dos grupos raciais, como também, na rigorosa seleção individual dos imigrantes, visando beneficiar a raça em formação.

(Brasil, 1934a: 223)

Uma observação notável que se destaca nos debates constitucionalistas é a considerável ênfase dada à imigração japonesa, assim como o preconceito racial, de modo geral. É fundamental destacar que em 1932, Oliveira Vianna havia publicado o livro intitulado *Raça e Assimilação* pela Companhia Editora Nacional. Nessa obra, o autor sustentou a tese de que a questão da assimilação dos imigrantes japoneses e de seus descendentes representava o

¹¹ Essa lei norte-americana proibia a imigração de asiáticos e limitava a entrada de imigrantes europeus a um máximo de 2% do número de imigrantes já estabelecidos no país (Estados Unidos, 1924).

desafio mais complexo de ser resolvido, em contraste com outras raças já estabelecidas no Brasil. Essa dificuldade, segundo o autor, se devia a uma suposta incapacidade inata dos japoneses de se “deixar absorver pela massa nacional” (Vianna, 1932: 209). Questões sobre a capacidade de assimilação do imigrante desempenharam um papel central, juntamente com preocupações relacionadas à composição da população brasileira e à preservação da soberania nacional.

A Constituição de 1934, acabou por estabelecer cotas para a entrada de estrangeiros no país, com base em critérios étnicos e físicos, notadamente sob a influência de segmentos do movimento eugenista (Munaretto, 2017: 218)¹². No entanto, a questão da imigração japonesa permanecia complexa.

A seguir, serão apresentados exemplos específicos que ilustram a influência do discurso contrário aos japoneses nos debates do Congresso Nacional brasileiro. Vale ressaltar que os casos selecionados têm um propósito ilustrativo, mas que em diversas outras ocasiões ocorreram diálogos semelhantes, nos quais a estrutura dos discursos seguia padrões comparáveis¹³.

A QUESTÃO DA IMIGRAÇÃO JAPONESA NO COTIDIANO DO PODER LEGISLATIVO BRASILEIRO: ALGUNS EXEMPLOS CONCRETOS

No dia 13 de junho de 1936, no decorrer da 36.^a sessão do Senado Federal, os legisladores estavam imersos em discussões referentes às petições que pleiteavam a concessão de terras na região amazônica a imigrantes japoneses.

¹² Art. 121. § 6.º A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos (Brasil, 1934b).

¹³ Os discursos relacionados à imigração japonesa nos *Diários do Poder Legislativo* (publicados entre 1934 e 1937) estão presentes: a) Câmara dos Deputados: 1934 (8 e 26 de julho); 1935 (3 de maio; 1, 7, 10, 15 e 29 de junho; 9, 17 e 18 de setembro; 7 de outubro); 1936 (17, 18, 23, 26 e 27 de junho; 2 de julho; 25 de setembro); b) Senado Federal: 1936 (11 e 29 de maio; 13, 16 e 30 de junho; 1, 6, 10 e 21 de julho; 7, 12 e 20 de agosto).

O senador Leopoldo Tavares da Cunha Melo (1891-1962), representante do Estado do Amazonas e inscrito na sessão, assumiu a tribuna para questionar a concretização de um contrato de opção, que havia sido assinado em 11 de março de 1927, entre o Estado e os senhores Gensaburo Yamanishi e Kiroku Awazu, posteriormente transferido para Tsykasa Uyetsuka, numa área de um milhão de hectares de terras devolutas, cujas zonas foram delimitadas pelos concessionários e aprovadas, a 21 de novembro de 1930, por despacho do então Interventor Federal do Estado do Amazonas. Nos termos do senador Cunha Melo:

Concluem esses pareceres que essa doação é ato jurídico perfeito e acabado, antes da vigência da nova Constituição e, assim, não está dependente da autorização do Senado Federal. Evidentemente, os ilustres juristas a que recorreram os felizardos japoneses beneficiários dessa famosa dádiva não a conhecem em todos os seus detalhes. Foram equivocadamente informados sobre os diversos elementos de que não podiam prescindir para a elaboração dos seus pareceres. Quando se perceberam do clamor público que se levantou no país inteiro contra o impatriótico ato do Governo amazonense, praticado em 1927, os beneficiários dessa quiseram logo atribuir-lhe a inviolabilidade dum direito adquirido, dum contrato perfeito e acabado antes da vigência da Constituição de 1934 e, assim, subtraí-lo da aprovação do Senado Federal.

(Brasil, 1936: 12.387)

Cunha Melo era bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Recife. Exerceu as funções de promotor público do Distrito de Manaus por uma década, de 1912 a 1922, e mais tarde optou pela prática da advocacia privada. Essa trajetória, sem dúvida, lhe proporcionou uma perspicácia nas suas análises sobre a controvérsia em questão:

Não pretendendo retirar dos estados o domínio dos seus territórios, os constituintes de 1934 tiveram o alvitre feliz de inserir na nova Constituição o dispositivo do art. 130, onde se lê: Nenhuma concessão de terras de

superfície superior a dez mil hectares poderá ser feita sem que, para cada caso, preceda autorização do Senado Federal.

(Brasil, 1936: 12.387-12.388)

Consoante o ordenamento jurídico vigente na nação naquela ocasião, Cunha Melo sustentava que cabia ao Senado Federal exercer a arbitragem referente à alienação das terras em discussão e, ademais, negá-la, tendo em vista seus vícios processuais.

Após expor sua fundamentação jurídica, o senador opta por empregar uma estratégia discursiva que se assemelha ao racismo previamente delimitado nas alocações de Oliveira Vianna:

Há, pelo mundo afora, um verdadeiro estado de alarme contra a infiltração japonesa em todos os países. Num recente livro sobre a política internacional, livro que tem o título sugestivo de “Vésperas da Catástrofe”, adverte Menendes: já hoje, o continente asiático deixou de ser o palco predileto do desenvolvimento do drama do imperialismo japonês (...) Todos os países de imigração têm considerado o perigo de introdução de massas imigratórias de elementos inassimiláveis ou de difícil assimilação, evitando que eles se aglomerem em determinadas regiões dos seus territórios, fazendo, além do mais, uma concorrência condenável ao trabalhador nacional.

(Brasil, 1936: 12.389)

Rogério Dezem (2005) proporciona uma contribuição relevante para a análise do progresso dos discursos concernentes aos orientais no contexto brasileiro, à semelhança do caso de Cunha Melo. Conforme postula o autor, intelectuais e eugenistas viam com desconfiança a imigração de indivíduos de origem asiática, frequentemente referidos pejorativamente como “amarelos”. Isso ocorria porque essa imigração era percebida como ameaçadora para o projeto étnico de um futuro Brasil de predominância branca, e, assim, os japoneses eram frequentemente classificados como pertencentes a uma “raça inferior” devido à sua aparência “amarela” e quase inassimilável, fato que

elevou o racismo de Oliveira Vianna ao este afirmar que “O japonês é como o enxofre: insolúvel” (Vianna, 1932: 209).

Porém, ainda segundo Dezem (2005), essa ideia de inferioridade japonesa já vinha sendo questionada desde a década de 1910, ao menos no aspecto militar e na geopolítica. A virada decisiva ocorreu especialmente devido à estratégia expansionista adotada pelo governo japonês, posterior à vitória na guerra contra os russos (1905) por áreas de influência na Manchúria e na Península da Coreia. Nesse contexto, difundia-se o medo do “perigo amarelo”, que representava a preocupação de que as conquistas militares empreendidas pelo império japonês possibilitassem a dominação da raça amarela sobre a raça branca.

Outro caso relevante é o ocorrido na 44.^a sessão da Câmara dos Deputados, em 26 de junho daquele ano. O deputado Renato Rodrigues Barbosa (1886-?), médico e professor de patologia da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, subia a tribuna para tratar sobre um assunto “de profunda significação e alto valor para a defesa, consolidação e engrandecimento do espírito nacional brasileiro” (Brasil, 1936: 12.989). Referia-se imigração japonesa, que, para ele, deveria ser compreendida a partir de uma moderna concepção de raça, conceito que não poderia ser aludido de maneira simplista, isto é, somente a partir de elementos biológicos e geográficos:

Fez-se, entretanto, desta tribuna, em torno do aspecto psicológico da raça como que um fetiche, dando a demonstrar que há uma formação interior, psicológica, de um povo que se não acomoda ao ambiente nacional dos brasileiros. Foi, exatamente, esse o fundamento principal com que se condenou a imigração de procedência japonesa. Por que? Porque diz-se que o japonês é povo profundamente religioso (...) e porque é povo imperialista (...). A minha intenção, ao falar dos povos asiáticos, é demonstrar que não podemos ter, nós outros, esta repulsa ao homem da Ásia (...). Foi o ambiente, foi a cultura, foi a maneira de viver, foram as condições impostas pelo trabalho, foi o contato com outros povos, foi tudo isso que transformou completamente, sob o ponto de vista psicológico, essas populações [os asiáticos].
(Brasil, 1936: 12.991)

Essa afirmação, aparentemente, condizia com os progressos alcançados pela antropologia do período, momento histórico que inicia, no Brasil, a transição de uma perspectiva antropológica baseada nos aspectos físicos para a entrada das teses da cultura como o elemento determinante na constituição social, fenômeno este influenciado pela divulgação dos trabalhos dos antropólogos culturalistas da escola norte-americana, como os de Franz Boas (1858-1942). Boas mantinha diálogos com o antropólogo e, na época, diretor do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto, evidenciando o compromisso de ambos, cada um à sua maneira, com a promoção da miscigenação ao refutarem as teses de viés racista – estas muitas vezes utilizadas contra a imigração¹⁴.

No dia seguinte ao discurso de Renato Barbosa na Câmara, os principais jornais da Capital Federal o converteram em “paladino” da imigração japonesa¹⁵. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, um dos mais antigos jornais do país e importante formador de opinião, propagandeava em sua coluna “A Sessão da Câmara dos Deputados” que “o deputado federal sul-grandense defendeu a imigração japonesa para o Brasil, principalmente para o sul do país” (*Jornal do Brasil*, 1936: 8).

Diante disso, Renato Barbosa, no dia 2 de julho, durante os trabalhos da 51.^a sessão da Câmara dos Deputados, solicitou a palavra para trazer alguns esclarecimentos do seu ponto de vista a respeito dos ataques que sofrera da imprensa carioca. De maneira peremptória, afirmou diante da tribuna:

Sr. Presidente, sinto-me no dever de trazer alguns esclarecimentos à Câmara dos Srs. Deputados, o que significa ao meu país com a notícia de um importante jornal desta Capital, sobre o último discurso que desta tribuna

¹⁴ Enquanto a abordagem antropológica de Franz Boas transitou da antropologia física para a antropologia cultural, rompendo com as perspectivas evolucionistas, Edgard Roquette-Pinto manteve sua fidelidade à antropologia biológica, incluindo tanto a abordagem positivista quanto o envolvimento nos estudos relacionados à genética humana (Souza, 2016: 609).

¹⁵ No contexto da década de 1930 na cidade do Rio de Janeiro, Barreto (2015) identificou nos seguintes jornais reportagens de teor xenófobo e anti-imigração: *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *Jornal do Brasil* e *A Noite*.

proferi, no qual estudei as migrações dos povos, mostrando o sentido histórico deste fenômeno universal, ao mesmo tempo que procurava, tanto quanto possível, desfazer a crença – pelo menos aparente – de muitos que a psicologia, a alma das etnias, dos povos, das nações, é coisa imutável. A notícia deste jornal, por ser um órgão conceituado, e por me atribuir, ao que parece, orientação que não tive, faz que me apresse em esclarecer o meu ponto de vista, para que sobre ele não possam perdurar dúvidas. *Não defendo a imigração de país algum. Ainda não entrei no fenômeno migratório e, se tivesse que assumir uma atitude de defesa, só poderia ela ser uma: defender o Brasil* [grifos nossos].
(Brasil, 1936: 13.517)

Menos de uma semana separa o discurso proferido por Renato Barbosa de sua subsequente intervenção no Congresso Nacional, bem como de sua aparente alteração súbita de postura em relação à questão da imigração japonesa. A razão por trás dessa notável alteração deve ser analisada, e é relevante questionar se as teorias que tratam da análise dos discursos podem fornecer percepções mais claras para a compreensão desse fenômeno.

Michel Foucault, em *A Ordem do Discurso*, deixa claro que discurso não é apenas um reflexo da realidade, mas também um instrumento de poder. Ele pode ser usado para legitimar, naturalizar ou silenciar certas formas de conhecimento e de subjetividade que, apoiada “sobre um suporte e uma distribuição institucional, tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (Foucault, 2012: 18).

No discurso inaugural de Renato Barbosa, não se observa oposição à entrada de imigrantes japoneses, e essa interpretação foi compartilhada por parte da imprensa, como evidenciado no artigo publicado no *Jornal do Brasil*. Quando examinamos a situação à luz das diretrizes do discurso conforme delineadas por Foucault (2008), fica evidente que as regras discursivas são moldadas pelas complexas dinâmicas de poder entre o deputado Renato Barbosa e os críticos da imigração japonesa. Três regras distintas se destacam: a regra da verdade, que desqualifica a afirmação de que os japoneses

são profundamente religiosos e imperialistas; a regra da legitimidade, que endossa a noção de que a imigração japonesa é benéfica para o Brasil; e a regra do poder, que confere autoridade ao discurso que sustenta a capacidade de adaptação dos japoneses ao ambiente brasileiro.

Na conferência do dia 2 de julho, pronunciada após as críticas recebidas da imprensa do Rio de Janeiro, Renato Barbosa, manifesta preocupação com a opinião pública sobre a questão imigratória, revelando a presença de diversos outros mecanismos discursivos de poder. O deputado gaúcho se vê sob pressão, sendo instado a reverter sua opinião sobre a imigração, refletindo um mecanismo de sanção. Além disso, as pressões políticas do regime o silenciam, o que se manifesta como um mecanismo de exclusão. Por fim, o deputado acaba interiorizando os valores do regime de Getúlio Vargas, resultando em uma mudança de opinião sobre a imigração japonesa, caracterizando um mecanismo de interiorização. Estes mecanismos de poder são empregados com o propósito de silenciar as vozes que defendiam a imigração japonesa.

Ainda no decorrer 51.^a sessão, o deputado Antônio Xavier de Oliveira (1892-1953), psiquiatra cearense formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, solicitou a palavra e não dispensou esforços para enaltecer o caso da Alemanha nazista, que, para ele, estaria se orientando por uma espécie de biopsicologia, atingindo resultados promissores no tocante à defesa da raça nacional ao coibir, seletivamente, a aproximação dos alemães “genuínos” com povos de origens “geneticamente inferiores” (Brasil, 1936: 13.517)¹⁶.

Renato Barbosa, em pleno acordo com a intervenção de Xavier de Oliveira, ampliou o argumento deste último ao destacar:

O sentido que a Alemanha vem tendo, na orientação das suas leis, visto como a legislação moderna daquele país o dividiu em verdadeiros setores, que se entregam as pesquisas, de acordo com os dados positivos e experimentais da

¹⁶ Antônio Xavier de Oliveira foi outro vigoroso defensor nos trabalhos na Constituinte da limitação da imigração, propondo a emenda n.º 1.164, que pretendia proibir, para efeito de residência, “a entrada no país de elementos das raças negra e amarela, de qualquer procedência” (Brasil, 1934a: 547).

biologia moderna, sobre o significado dos agrupamentos sanguíneos de toda a nação alemã (...) A própria legislação moderna americana – especialmente no que respeita a imigração – está ela toda vasada nessa orientação atual, necessária e lógica, da defesa das etnias (...) Nós, quando importamos reprodutores para nossos rebanhos, queremos saber de que corrente sanguínea procederam tais animais (...) Sejamos, pois, coerentes, de vez que os planteis das nossas etnias humanas não podem merecer menos do que as dos nossos rebanhos. (Brasil, 1936: 13.517)

Este discurso apresenta evidentes semelhanças com os fundamentos da eugenia, que visavam melhorar a qualidade genética da população por meio da implementação de técnicas de seleção e regulamentação da reprodução, incluindo, naturalmente, a instauração de políticas de restrição à imigração. Em seu livro *Lições de Eugenia* de 1929, Renato Ferraz Kehl (1889-1978), um dos mais influentes eugenistas brasileiro, já havia expressado grandes elogios ao movimento eugenista alemão e defendido a eugenia como a ciência da higiene da raça. Para ele, somente através da seleção racional de seres humanos, aliada aos progressos alcançados pela biologia, seria possível proporcionar o aperfeiçoamento racial da humanidade, fato intrinsecamente ligado às políticas de triagem imigratórias. Kehl acreditava que tal progresso só seria logrado por meio de ações coordenadas pelo Estado, em prol do favorecimento de qualidades geneticamente “superiores” e do impedimento da entrada, na sociedade brasileira, de “caracteres degenerativos” e passíveis de transmissão hereditária (Kehl, 1929: 191).

Em resumo, a ideia de que a entrada de grupos tidos como “inferiores” – no presente contexto, os japoneses – poderia acarretar impactos adversos na construção da sociedade brasileira foi amplamente acolhida entre os membros da classe política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos primeiros anos da década de 1930, o governo de Getúlio Vargas, ao adotar políticas eugênicas e nacionalistas, criou um quadro ideológico que influenciou as discussões a respeito da imigração. A Comissão de Imigração,

formada por especialistas em eugenia, avaliou as políticas de imigração e regulamentou a entrada de imigrantes com base em sua etnia e aparência. Essa abordagem, sem dúvida, refletiu a influência dos eugenistas e a crença na necessidade de “proteger a raça nacional”.

As vozes políticas nos discursos aqui apresentados refletem a diversidade de perspectivas sobre a imigração japonesa. De um lado, o senador Cunha Melo questionou a legalidade dos contratos de concessão de terras a imigrantes japoneses do ponto de vista jurídico, mas, ao final, acabou por apelar aos argumentos racialistas comuns àquela época.

O deputado Renato Barbosa, por outro lado, defendeu inicialmente a imigração japonesa, argumentando que, ao compreender a psicologia e a cultura dos povos asiáticos, é possível superar as diferenças étnicas. No entanto, o que emerge da análise desses discursos é a maleabilidade das opiniões sob pressões políticas e influências ideológicas. O exemplo de Renato Barbosa ilustra vividamente como o poder e as sanções podem levar a uma reversão de opinião, com o deputado passando de defensor da imigração japonesa a crítico dela. A influência do contexto político, da imprensa diária, bem como o compromisso de certos intelectuais com o nacionalismo e a eugenia, tiveram um impacto significativo na formação de opiniões a respeito da imigração.

A alusão de Antônio Xavier de Oliveira à Alemanha nazista e sua estratégia biopsicológica em defesa da raça ariana direcionam a atenção para a concepção de redes no sentido proposto por John Barnes (1987), destacando o relevante papel desempenhado pelas redes sociais de influência internacional na dinâmica da política brasileira. Por meio de conexões e interações de natureza transnacional, as ideologias eugênicas e racialistas encontraram um meio para disseminação e para a influência na configuração das discussões no Brasil. Tais conexões interligavam políticos, acadêmicos e intelectuais brasileiros com indivíduos e grupos que compartilhavam não apenas suas ideias, mas também interesses convergentes em diversos pontos do globo.

Em um período de transformações ideológicas e políticas, o debate sobre a imigração japonesa no Brasil Varguista não apenas revela as complexidades de seu tempo, mas também lança um olhar crítico sobre as narrativas que moldam as políticas de imigração e a identidade nacional no presente.

A estigmatização de determinados grupos de indivíduos acabou por qualificá-los de forma negativa e, conseqüentemente, consolidou uma estrutura vil assentada em preceitos racistas e xenófobos. Tanto o imigrante “desejável”, quanto o “indesejável”, pautaram a tomada de políticas públicas, conformando as ações do Estado brasileiro no sentido de decidir os caminhos da “regeneração” nacional em busca de uma suposta utopia civilizatória.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

- Brasil (1933). *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte*. IV. Imprensa Nacional. Recuperado de <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/6/browse?type=subject&value=Brasil.+Assembleia+Nacional+Constituinte+%281933%29>
- (1934a). *Annaes da Assembléa Nacional Constituinte*. VIII. Imprensa Nacional. Recuperado de <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/6/browse?type=subject&value=Brasil.+Assembleia+Nacional+Constituinte+%281933%29>
- (1934b). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm
- (1936). *Diários do Poder Legislativo*. Imprensa Nacional. Recuperado de https://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp
- Estados Unidos (1924). *Lei Johnson-Reed. Lei de Imigração de 1924*. Recuperado de <https://immigration.procon.org/sourcefiles/1924Johnson-ReedImmigrationAct.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1955). *Anuário Estatístico do Brasil de 1955* (Vol. 16). Rio de Janeiro.
- Jornal do Brasil (1936, 27 de junho). *A imigração japonesa para o Brasil*, 8.
- Kehl, Renato Ferraz (1929). *Lições de Eugenia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Organização das Nações Unidas (1963). *Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*. Recuperado de <https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CERD.aspx>
- Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929). *Actas e Trabalhos*. Rio de Janeiro.
- Vianna, Oliveira (1920). *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Monteiro Lobato & Cia.
- (1932). *Raça e Assimilação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

ESTUDOS

- Arteaga, Juanma Sánchez (2017). Biological discourses on human races and scientific racism in Brazil (1832–1911). *Journal of the History of Biology*, 50, 2, 267-314.
- Barnes, John Arundel (1987). Redes sociais e processo político. In Bela Feldman-Bianco (Org.), *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global.
- Barreto, Gustavo (2015). *Dois séculos de imigração no Brasil: A construção da imagem e papel social dos estrangeiros pela imprensa entre 1808 e 2015*. Tese de Doutorado em Comunicação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Benjamin, Walter (2007). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Bonfim, Paulo Ricardo (2017). *Educar, higienizar e regenerar: uma história da eugenia no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial.
- Carneiro, Maria Luiza Tucci, & Takeuchi, Marcia Yumi (Orgs.) (2010). *Imigrantes japoneses no Brasil: Trajetória, imaginário e memória*. São Paulo: EDUSP.
- Corrêa, Mariza (2013). *As ilusões da liberdade: A escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz Editora.
- Darwin, Charles Robert (1859). *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*. London: John Murray Albemarle Street.
- Dezem, Rogério (2005). *Matizes do “amarelo”: A gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.
- Diwan, Pietra (2022). Os Arquitetos do feio: Entre a formação do Estado Nacional Brasileiro e o discurso médico eugenista. In Cristina Mateu; Alberto Luiz Schneider & Vera Lucia Vieira (Orgs.), *Estados nacionais e pensamento social na América Latina*. São Paulo: EEDUC-CAPES.
- Foucault, Michel (2008). *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- (2012). *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola.
- Fredrickson, George Marsh (2000). *The comparative imagination: On the history of racism, nationalism, and social movements*. Berkeley: University of California Press.
- Harvey, David. (2009). *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola.
- Hobsbawm, Eric J. (2009). *A era do capital 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra.
- (2010). *A era dos impérios: 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra.
- Iggers, Georg G. (1995). Historicism: the history and meaning of the term. *Journal of the History of Ideas*, 56, 1, 129-152.

- Irmscher, Christoph (2013). *Louis Agassiz: creator of American science*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt.
- Koifman, Fábio (2014). *Imigrante ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Lenharo, Alcir (1986). *A sacralização da Política*. Campinas: Papirus.
- Lurie, Edward (1954). Louis Agassiz and the races of man. *Isis*, 45, 3, 227-242.
- Matos, Patrícia Ferraz de (2023). *Anthropology, nationalism and colonialism: Mendes Correia and the Porto school of anthropology*. New York-Oxford: Berghahn Books.
- Mello Neto, Gustavo Adolfo Ramos (2000). A psicologia social nos tempos de S. Freud. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 16, 2, 145-152.
- Mesquita, Sérgio Luiz Monteiro (2000). *A Sociedade Central de Imigração e a política imigratória brasileira (1883-1891)*. Dissertação de Mestrado em História Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Movschowitz, Jeronymo (2001). *Nem negros, nem judeus: A política imigratória de Vargas e Dutra (1930-1954)*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Munaretto, Geandra Denardi (2017). *A ciência como regeneradora da nação: Eugenia e autoritarismo no pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Belisário Pena*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Schwarcz, Lília Moritz (1993). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (2011). Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 18, 1, 225-245.
- Sepulveda, Cláudia de Alencar Serra, et al. (2023). *Darwinismo e racismo científico no Brasil: Dos séculos XIX e XX*. Feira de Santana: UEFS Editora.
- Seyferth, Giralda (1996). Construindo a Nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In Santos, Ricardo Ventura, & Maio, Marcos Chor (Orgs.), *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Oswaldo Cruz.
- Smedley, Audrey, & Smedley, Brian (2005). Race as biology is fiction, racism as a social problem is real: Anthropological and historical perspectives on the social construction of race. *American Psychologist*, 60, 1, 16-26.

Sousa, Ricardo Alexandre Santos de (2013). A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau.

Revista Brasileira de História da Ciência 6, 1, 21–34.

Souza, Vanderlei Sebastião de (2016). Ciência e miscigenação racial no início do século XX:

debates e controvérsias de Edgard Roquette-Pinto com a antropologia física norte americana. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 23, 3, 597-614.

MIGRANTES E REFUGIADOS QUE
DÃO À COSTA NAS NOTÍCIAS.
UM ESTUDO A PARTIR DOS
MÉDIA IBERO-AMERICANOS

*Portraits of migrants and refugees in the news.
A study of the Ibero-American media*

SUSANA PIMENTA

spimenta@utad.pt

UTAD | Universidade do Minho, CECS

FÁBIO FONSECA RIBEIRO

fabior@utad.pt

UTAD | Universidade do Minho, CECS

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3376-4344>

<https://orcid.org/0000-0001-8071-6145>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_20

Texto recebido em / Text submitted on: 15/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 10/10/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 469-499

RESUMO

As migrações fazem parte das movimentações humanas desde que a Humanidade se reconhece como tal. Independentemente do grau de proximidade com a problemática das migrações, onde refugiados, migrantes e imigrantes lutam por condições dignas, parece ser consensual admitir que os meios de comunicação social oferecem visões que importa conhecer e problematizar. É este o propósito genérico deste artigo, que analisou a forma como, em 2022, os principais jornais online de Portugal, Espanha, Brasil e Argentina retrataram as migrações dos refugiados nos mais diversos espaços jornalísticos. A partir de uma amostra de 232 notícias, concluiu-se que a maioria dos conteúdos é perspectivada na editoria “Internacional” (54,7%), no entanto predominam abordagens sobre a integração dos refugiados na sociedade e a participação dos países no palco mediático sobre estes assuntos. Para além de não existirem diferenças significativas entre países, apenas nuances, os resultados globais indicam uma prevalência de notícias que abordam os refugiados de uma perspectiva negativa, em 40,09%.

Palavras-chave: refugiados; migrantes; média; representações; framing.

ABSTRACT

Migrations are part of human movements since Humanity recognises itself as such. Regardless the proximity with the problematic of migrations, as refugees, migrants and immigrants struggle for basic living conditions, it seems easy to consider that the media offer visions that are important to know and problematize. This is the generic purpose of this article, which analysed how, in 2022, the main online newspapers in Portugal, Spain, Brazil and Argentina portrayed refugee migrations in the most diverse journalistic spaces. From a sample of 232 news items, it was concluded that the majority of the contents are perspective in the “International” editorship (54.7%), however predominate approaches on the integration of refugees in society and the participation of countries in the media stage on these issues. Moreover, there are no significant differences between countries, only nuances, as the global results indicate a prevalence of news that approach refugees from a negative perspective, in 40.09%.

Keywords: refugees; migrants; media; representations; framing.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre migrações é, antes de mais, questionar a cidadania, as fronteiras, as identidades, as diversidades culturais, as liberdades e a segurança no mundo global em permanente conflito. Este trabalho pretende ser um contributo para esta reflexão, analisando as formas de visibilidade e de representação dos migrantes e refugiados na imprensa ibero-americana. Sabe-se do papel fundamental que os média protagonizam no quotidiano das sociedades modernas e, por isso, torna-se imperioso averiguar também o lugar que ocupam na chamada “crise dos refugiados” a que se assiste, sobretudo, desde 2015.

Jenny Erpenbeck, escritora alemã, acompanhou durante um ano um grupo de refugiados em Berlim, vindos de territórios distintos e por razões várias. Deste trabalho de pesquisa nasceu o romance *Eu vou, tu vais, ele vai* (2018), porque a autora acredita que a literatura serve para inquietar e, por isso, a representação literária tem um maior poder transformador da sociedade e cria maior empatia e compaixão em relação aos problemas do mundo global do que a imprensa. Comprometidos com o mundo que os rodeia, os escritores podem, através da imaginação, criar e influenciar cenários de empatia e hospitalidade para combater a estranheza para com os refugiados. Ora a função dos jornalistas prima, essencialmente, pela objetividade e pela qualidade da informação, o que, na visão de Zygmunt Bauman, provoca uma outra tragédia, causada pela “indiferença insensível” e pela “cegueira moral”, a que se chama de “fadiga da tragédia dos refugiados” (Bauman, 2017: 7) nos meios de comunicação social, que afeta negativamente a opinião pública dos países de “acolhimento”, e por isso se verifica uma diminuição de notícias relacionadas com as dificuldades e os desastres que envolvem os fluxos migratórios. Preocupados com as audiências, os serviços noticiosos sabem que o espectador se cansa do *looping* mediático de tragédias:

Crianças afogadas, muros apressadamente erguidos, cercas de arame farpado, campos de concentração superlotados e competindo entre si para acrescentar o insulto de tratarem os migrantes como batatas quentes às

injúrias do exílio, de escapar por pouco dos perigos enervantes da viagem rumo à segurança – todas essas ofensas morais cada vez são menos notícia e aparecem com menor frequência “no noticiário”.

(Bauman, 2017: 7)

O trabalho da Dora Santos-Silva e Débora Guerreiro (2020), intitulado *Média e migrações forçadas: representações sociais dos refugiados nos média portugueses em dois momentos mediáticos (2015 e 2019)*, comprova as palavras do sociólogo polaco. De acordo com as autoras, no espaço temporal analisado, o refugiado não foi tema de investigação nem uma preocupação social para os média portugueses. Estes limitaram-se a replicar os conteúdos das principais agências noticiosas, numa visão essencialmente ocidental (2020: 135), contribuindo desta forma para a desidentificação de milhares de pessoas.

Por outro lado, nas palavras de Hugo Monteiro, em *Migrações e hospitalidades: crítica do cosmopolitismo nas fronteiras do século* (2022), “estas vagas intermitentes de atenção mediática correm o risco de provocar um efeito contrário que pretendem gerar, transformando dramas coletivos em espetáculos” (Monteiro, 2022: 84), reforçando cada vez mais a invisibilidade e a indiferença pelo “outro”.

Para o cidadão do país que recebe, os estrangeiros (refugiado, migrante, deslocado) são sempre uns *estranhos* que tendem “a causar ansiedade por serem ‘diferentes’ – e, assim, assustadoramente imprevisíveis, ao contrário das pessoas com as quais interagimos todos os dias e das quais acreditamos saber o que esperar” (Bauman, 2017: 11). Servem os “campos de refugiados”, “acampamentos” ou “salas de espera”, supostos espaços temporários, para atenuar a estranheza, para ambientar o estrangeiro e dar tempo à burocracia. Ora, estes lugares são, na realidade, espaços de abandono, assim como, “margem da lei, uma dimensão oculta ou encapotada pelo conceito hegemónico de cidadania, no seu cortejo de humanitárias boas intenções” (Monteiro, 2022: 56). Estes lugares ocupam milhares de hectares de metros quadrados, entre fronteiras, quase como “estados” autónomos. Apesar das diversas políticas de “acolhimento” e de “integração” internacionais de migrantes e refugiados, estes espaços de passagem e temporários têm-se tornado definitivos. Aqui

os seres humanos deslocados são, de forma genérica e homogénea, remetidos à condição de “vítima”, privando-os de uma identidade própria com nome, religião, língua ou memória.

AS PALAVRAS IMPORTAM: “REFUGIADO” OU “MIGRANTE”?

Ao longo dos tempos, a mobilidade humana sempre foi uma constante e parte integrante do processo civilizacional, proporcionando desafios e/ou choques culturais de ordem política, religiosa ou social. Foi-se construindo uma imagética, uma narrativa ou representação social homogénea das figuras de migrante, refugiado, deslocado ou exilado, independentemente do país de origem.

De acordo com o *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados* (ACNUR) e do ponto de vista da legislação¹ que visa a proteção do “refugiado”, requerente de asilo, o uso indeterminado de “refugiado” e “migrante” pelos meios de comunicação social implica a não compreensão da real situação de milhares de seres humanos em todo o mundo e potencia entraves à integração no país de “acolhimento”. Nas redações, quando se trata de mobilidade humana, é o *medo* que determina o estatuto ora de refugiado ora de migrante atribuído pela comunicação social: fugir do país de origem por temer pela vida ou abandonar o país natal para fugir da pobreza, respetivamente. Ora esta aceção não é consensual e tentar-se-á explicá-la à luz dos debates e reflexões mais recentes, em aproximação ao contexto ibero-americano. A discussão parte da relação que existe entre “nós” e “eles” / “outros”, estabelecida por Michel Agier:

De qui parle-t-on quand on parle de ces ‘autres’-là et quelle relation est présente ou possible entre ‘nous’ (qui nous dirons établis, sédentaires, autochtones, mais aucun de ces termes n’est absolument exact) et ‘eux’ (les

¹ Cf. *Manual de procedimentos e critérios para a determinação da condição de refugiado de acordo com a convenção de 1951 e o protocolo de 1967 relativos ao estatuto dos refugiados* (ACNUR, 2018).

migrants, les réfugiés, les nomades, les étrangers, mais là non plus, aucun des termes n'est absolument exact)² ?

(Agier, 2016: 10)

De acordo com Michel Agier (2016), “migrante” corresponde a um termo descritivo, neutro e genérico, que define pessoas em trânsito, em deslocamento, independentemente dos países de origem e de chegada (Agier, 2016: 18). Ainda que existam dificuldades, estes migrantes acabam sempre por almejar e chegar a um destino. Ora, nos últimos anos, a travessia de fronteiras dura cada vez mais tempo e as dificuldades de fixação aumentam, colocando o migrante em posição social instável e marginal, como constata o investigador francês:

pas d'emploi stable, pas de logement normal, pas de situation administrative durablement régulière, ou un seul de ces attributs alternativement sans les deux autres ; l'obligation de repartir ou celle d'être immobilisé, et plus ou moins enrhumé. Ils se trouvent dans un entre-deux.

(Agier, 2016: 18)

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) defende que os termos não são sinónimos nem substituíveis. No plano do direito internacional, a diferença entre “refugiado” e “migrante” é clara, mas genérica, como se expõe no 14º artigo da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, ou seja, “Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”. A título de exemplo, também no contexto europeu, através da *Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia*, estabeleceu-se, nos princípios da democracia e do Estado de direito, “um futuro de paz, assente em valores comuns”, a saber, a dignidade

² Tradução livre: “De quem estamos a falar quando falamos destes ‘outros’ e que relação está presente ou é possível entre ‘nós’ (dir-se-ia os instalados, sedentários, indígenas, mas nenhum destes termos é absolutamente exato) e ‘eles’ (migrantes, refugiados, nómadas, estrangeiros, mas mais uma vez, nenhum destes termos é absolutamente exato)?” (Agier, 2016: 18).

do ser humano, liberdade, igualdade, solidariedade e cidadania, num espaço de segurança e justiça (União Europeia, 2016). Os princípios dos povos da União Europeia procuram contribuir para o

respeito pela diversidade das culturas e tradições dos povos da Europa, bem como da identidade nacional dos Estados-Membros e da organização dos seus poderes públicos aos níveis nacional, regional e local; procura promover um desenvolvimento equilibrado e duradouro e assegura a livre circulação das pessoas, dos serviços, dos bens e dos capitais, bem como a liberdade de estabelecimento.

(União Europeia, 2016)

Historicamente, o termo “refugiado” surge do contexto pós-primeira guerra mundial, em 1922, com a criação do “passaporte Nansen”, em homenagem ao primeiro Alto Comissário para refugiados da *Liga das Nações*³, o norueguês Fridtjof Nansen (1861-1930). Neste contexto, este documento pretendia oferecer proteção jurídica a refugiados e apátridas na travessia de fronteiras para outros países em busca de trabalho; estima-se que 450 mil pessoas terão usufruído desta condição. A definição de “refugiado” é reforçada, depois da segunda guerra mundial, com a *Convenção relativa ao estatuto de refugiado*, em 1951, considerada um exemplo de Humanidade, que estipula, com mais detalhe, que refugiado é todo o ser humano que

temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

(*Convenção relativa ao estatuto de refugiado*, 1951)

³ A Liga das Nações precedeu as Nações Unidas.

Com vista ao esclarecimento semântico, o ACNUR, aquando da “crise dos refugiados” de 2015, lançou uma campanha de sensibilização defendendo a distinção entre “refugiado” e “migrante” por considerar que

Confundir os termos “refugiado” e “migrante” pode gerar sérias consequências na vida e na segurança dos refugiados. Misturá-los desvia a atenção das salvaguardas legais específicas e pode prejudicar o apoio público aos refugiados e à instituição do refúgio, num momento em que mais refugiados necessitam desta proteção (...).

(Edwards, 2015: s/p)

Por outro lado, Hugo Monteiro recusa a distinção entre “migrante” e “refugiado”, por considerar que as leis só revelam as preocupações dos países de acolhimento, e defende ser mais adequada a expressão “migrações em fuga”, isto é, “as deslocações, essencialmente coletivas (...), abrangendo neste termo a condição do refugiado/a, incluindo a menos falada situação do/a refugiado/a climático” (Monteiro, 2022: 27). Acrescenta ainda que o fator comum a todas as tipologias de deslocações é a situação de fuga e é nesta que se devem concentrar as atenções políticas internacionais:

É condição única de sobrevivência, seja ela determinada por guerras e conflitos armados, pela severidade das condições económicas, sociais ou ambientais ou pela combinatória de todas estas razões. A fuga motiva e descreve a situação das pessoas em trânsito, além de sinalizar uma deslocação que é realmente permanente, ante o perpetuar dos vários tipos de violência geradora de uma situação – passe, mas pese a aparente contradição – permanente transitória.

(Monteiro, 2022: 27)

Na fronteira, os sujeitos migrantes, “habitantes eternos de lugar nenhum” (Monteiro, 2022: 32), residem anónimos e é aí que o direito à cidadania lhes é vedado. Estes habitantes indocumentados e sem morada permanecem por tempo indeterminado nos “espaços de abandono”, apelidados de campo

de refugiados, espaços concentracionários, zonas de contenção, muros de separação, que representam a “margem da lei, uma dimensão oculta ou encapotada pelo conceito hegemónico de cidadania, no seu cortejo de humanitárias boas intenções” (Monteiro, 2022: 42). Monteiro (2022) conclui que os referidos espaços “agem sobre as palavras dos migrantes da mesma forma que os perigos da deslocação, que os priva do nome, da memória e da própria morte” (2022: 43).

Na perspetiva de Monteiro (2022), de uma forma genérica, as retóricas e estratégias humanitárias, públicas ou privadas, desumanizam as pessoas migrantes, colocando-as sempre na condição de “vítima”, uma massa populacional “outricizada” (Himmel e Baptista, 2020), sem voz e alvo de diversos discursos sociais, culturais ou políticos. Este silenciamento, como refere Alexandra Pinto, “também é uma estratégia, (...) [pois] optar por não nomear e não assumir uma posição direta sobre este assunto fraturante é uma posição política prudente” (Pinto, 2020: 55). Por outro lado, no cenário das migrações, sobressai o discurso de promoção do ator humanitário, como “libertador, herói glorificado, agente moral da ação benemérita, agente exclusivo na concessão de direitos” (Monteiro, 2022: 130). É valorizado também o poder discricionário da ação humanitária na hierarquização dos migrantes, isto é, “seriação de ‘boa’ ou ‘má’ migração” (Monteiro, 2022: 130), ao abrigo de normas, supostamente universais, reproduzindo um discurso hegemónico sobre “o outro”, como dá conta Moisés de Lemos Martins e Valéria Marcondes, em “‘Eles’, venezuelanos, e a crise na Venezuela: práticas discursivas na revista *Veja*” (Martins e Marcondes, 2020).

Michel Agier, em *Les migrants et nous* (2016), ao indagar sobre as causas das migrações, alerta que os migrantes não representam causas políticas coletivas, pelo que as soluções não podem ser tão pouco coletivas, privando as pessoas em situação migratória da sua própria identidade:

Aujourd’hui, qu’elles soient nommées ‘réfugiées’ ou ‘migrantes’, les personnes en déplacement, celles-là mêmes qui affluent en foule contre les grilles des pays de l’Est européen ou qui traversent la Méditerranée au risque de leur vie, venant de Syrie, d’Irak, de Libye, de Turquie ou du

Liban, d'Érythrée, du Soudan, du Nigeria, du Mali ou du Maroc, tous ces migrants et réfugiés ne représentent pas de cause politique collective⁴.
(Agier, 2016: 10)

No entanto, importa esclarecer e não ignorar a complexidade dos fluxos migratórios, aos quais os poderes políticos e humanitários, assim como a opinião pública, deverão dar igual atenção e, sobretudo, criar estratégias coerentes e concertadas na resolução dos problemas dos refugiados, tal como afirma Slavoj Žižek (2016):

En la Europa Occidental de hoy en día, la reacción de las autoridades y de la opinión pública parece constar de una combinación parecida de reacciones dispares. Encontramos (cada vez menos) la negación: “No es tan grave, lo mejor es no hacer caso.” Encontramos la ira: “Los refugiados son una amenaza para nuestro modo de vida y, además, entre ellos se ocultan fundamentalistas musulmanes: ¡hay que detenerlos a cualquier precio!” Encontramos la negociación: “Muy bien, ¡establezcamos cuotas y apoyemos los campos de refugiados en sus países!” Encontramos la depresión: “¡Estamos perdidos, Europa se está convirtiendo en Europastán!” Lo que nos falta es la aceptación, que en este caso significaría un plan europeo coherente para enfrentarse al problema de los refugiados⁵.
(Žižek, 2016: 3)

⁴ Tradução livre: “Atualmente, quer sejam chamados ‘refugiados’ ou ‘migrantes’, as próprias pessoas em movimento que se deslocam para as portas dos países da Europa de Leste ou atravessam o Mediterrâneo correndo risco de vida, da Síria, Iraque, Líbia, Turquia ou Líbano, da Eritreia, Sudão, Nigéria, Mali ou Marrocos, todos estes migrantes e refugiados não representam uma causa política coletiva.” (Agier, 2016: 10).

⁵ Tradução livre: “Na Europa Ocidental de hoje, a reação das autoridades e da opinião pública parece consistir numa combinação semelhante de reações dispares. Encontramos (cada vez menos) negação: “Não é assim tão grave, é melhor ignorá-la”. Encontramos a raiva: “Os refugiados são uma ameaça ao nosso modo de vida e, além disso, os fundamentalistas muçulmanos escondem-se entre eles: devem ser detidos a todo o custo”! Encontramos negociação: “Muito bem, vamos estabelecer quotas e apoiar os campos de refugiados nos seus países!” Encontramos a depressão: “Estamos perdidos, a Europa está a transformar-se em Europeistão!” O que nos

REFLETINDO CRITICAMENTE SOBRE O *FRAMING* NOTICIOSO

Uma das teorias clássicas nos estudos de Jornalismo relaciona-se com o *framing*, isto é, a forma como os jornalistas definem um enquadramento para se referirem a um determinado ponto da realidade social e que sustenta uma certa cobertura informativa. Neste sentido, pode assumir-se, numa linguagem resumida e quase prosaica, que a forma como é normalmente representada a cidade francesa de Paris, associada comumente ao *glamour*, romantismo e charme, contrasta, de forma diametralmente oposta, ao retrato – *framing* – que normalmente se utiliza para descrever situações que decorrem nos principais bairros nova-iorquinos, como o Bronx, onde prolifera sobretudo um discurso negativo, marginalizante, atinente a uma realidade de crime e incontáveis problemas sociais.

Esta moldura – *frame* – acontece por uma determinada razão. Foi isso que sugeriram, de um ponto de vista mais académico e formal, diversos autores desde, pelo menos, os anos 1970. Gregory Bateson (1972) denunciava os “paradoxos da abstração da comunicação verbal”, em que explicita, claramente, que o termo *frame* equivale a posicionar mentalmente o leitor num determinado contexto (Gonçalves, 2005). Bateson sugere, por isso, que o enquadramento permite o derrube de barreiras virtualmente separadas entre o imaginário e a realidade. Poucos anos depois, Todd Gitlin (1980) alertava para os processos de cognição, interpretação e seleção, utilizados pela comunicação social, para organizar os símbolos discursivos, verbais e visuais, que sustentam a condensação noticiosa. Mais recentemente, Bryant e Miron (2004) consideraram a tarefa de framing um desafio para entender a complexidade do mundo mediático, tendo Weaver (2007) utilizado a mesma técnica para, numa abordagem diferente, perceber o *framing* desenvolvido pelos académicos em Ciências da Comunicação nos estudos publicados nesta área, entre 1971 e 2005. A este propósito, refira-se ainda o trabalho de Michael Ryan, em 2004, quando sistematizou o *framing* dos dez principais jornais norte-americanos durante a invasão do Iraque. Ryan concluiu, entre

falta é aceitação, o que, neste caso, significaria um plano europeu coerente para lidar com o problema dos refugiados” (Žižek, 2016: 3).

outros aspetos, que os editores selecionaram meticulosamente referências históricas, fontes governamentais e depoimentos contextuais para justificar a decisão militar de invasão. Preconceitos pessoais, experiências passadas, sentimentos religiosos, valores e educação são algumas das condicionantes que Ryan (2004) entende que interferem neste processo noticioso.

Com base nestas considerações, podemos assumir que através do *frame*, da orientação, de um enquadramento específico a informação pode ser filtrada e construída. Este modelo mental guia o jornalista na reunião dos factos, citações e outros elementos, orienta as interpretações por parte da audiência e transmite significados culturais importantes. Como refere van Dijk (1985), o modo como as notícias são enquadradas pelos média resulta das rotinas sociais e profissionais dos jornalistas e pode ainda relacionar-se com a interação entre as normas e práticas jornalísticas e a influência de grupos de interesse.

Em relação ao *framing* específico que importa a este artigo, o que se refere às notícias sobre refugiados e migrantes, diversos trabalhos têm cruzado estas duas áreas. Um desses é o livro *Images of immigrants and refugees in Western Europe. Media representations, public opinion, and refugees' experiences* (2019), de Leen d'Haenens, Willem Joris e François Heinderyckx. Integrado no projeto “Images of immigrants in the media: thought-provoking effects” (IM²MEDIATE), desenvolvido na Universidade de Lovaina, na Bélgica, os autores discutem políticas de imigração e integração na Europa, avaliam representações mediáticas sobre refugiados, medem sedimentos pelos quais se consolida a opinião pública sobre migrantes e apresentam relatos e experiências de cidadãos que, inseridos nestas condições, procuram uma vida melhor no velho continente (Ribeiro, 2020b). A obra revela um texto, assinado por Valérie Mistiaen, que, depois de analisar a cobertura mediática de 300 notícias da televisão de língua francesa – RTL-TVI (pública) e La Une (comercial), verificou que existiam substanciais diferenças entre operadores de serviço público e privado, isto é, ambos oferecem uma visão estereotipada destes grupos minoritários. Mistiaen revela que a televisão comercial apresenta tipicamente reportagens sobre os problemas de criminalidade associados aos refugiados. Outro dos autores presentes na obra refere abordagens diferentes na “semântica jornalística”, com os casos do *De Volkskrant* (Holanda) e o *De Morgen* (Bélgica) que colocaram, muitas vezes,

a tónica no papel positivo da União Europeia. Lams sublinha que estes jornais retratam os refugiados como indivíduos alienados da realidade, impotentes e distantes das decisões políticas (Himmel e Baptista, 2020).

A este propósito, Rita Nassar (2020) publicou um estudo que cruza o estatuto editorial dos meios de comunicação com o *framing* utilizado junto das audiências. A autora concluiu que as notícias sobre refugiados sírios e muçulmanos apresentavam contornos de tal modo específicos nos meios de comunicação tidos como “mais conservadores”, que a perceção das audiências era menos apologista do que aquela que a mesma autora verificou em canais como a CNN ou MSNBC. Numa perspetiva completamente oposta, até em termos geográficos, um estudo provou que a maior parte dos sites jornalísticos em Hong Kong utilizou uma cobertura mediática mais focado na dimensão humanitária do que em aspetos ligados à criminalidade, quando, em 2015, aquele território foi confrontado com uma série de acontecimentos que motivaram diversos pedidos de asilo e movimentações de refugiados (Ng, Choi e Chan, 2021).

Partindo desta base, este artigo procura acrescentar contributos nesta área, até porque, de acordo com Seo e Kavakli (2022), a produção científica sobre as representações mediáticas de refugiados, requerentes de asilo e imigrantes constitui uma área importante de pesquisa. Os autores sustentam, com base numa extensa revisão sistemática de literatura em bases de dados como a EBSCO, que a produção científica sobre este tema aumentou de forma exponencial desde, pelo menos, 2010.

METODOLOGIA

A partir da implementação de uma metodologia idêntica num trabalho anterior (Ribeiro, 2020a), decidiu-se optar por uma amostra de meios de comunicação social, de informação jornalística, em Portugal, Espanha, Brasil e Argentina. Para além desta circunstância meramente subjetiva, a verdade é que, em escalas distintas, todos estes países têm vindo a debater-se com questões migratórias, o que deriva, novamente, de contextos geográficos e socioculturais importantes de considerar. Adicionalmente, entendeu-se oportuno selecionar países onde a língua pudesse ser comum, até para a definição de problemáticas divergentes ou consonantes.

A seleção dos meios jornalísticos obedeceu a critérios que validassem, desde logo, a credibilidade desses órgãos de comunicação, bem como a abrangência em termos de audiência. Com efeito, o Digital News Report de 2022, um relatório que todos os anos mede, a nível mundial, os principais indicadores do consumo mediático dos cidadãos de quase 50 países, da responsabilidade do Reuters Institute for the Study of Journalism, no Reino Unido, tornou-se numa ferramenta importante para avaliar as representações dos refugiados e migrantes nas quais este artigo se inspira. Seguindo a métrica definida no estudo como “alcance da cobertura” dos meios jornalísticos, medida em questionários feitos à população em larga escala, procurou-se selecionar os três meios mais bem posicionados nesta variável, evoluindo apenas para as posições subsequentes caso o site não disponibilizasse um arquivo onde fosse possível consultar, de forma livre e gratuita, o acervo digital de notícias. Assim sendo, a Tabela 1 indica os meios que integram a amostra:

Tabela 1 – Sites jornalísticos com maior alcance de audiência.

País	Meio	Ranking weekly reach online
Portugal	SIC Notícias	1º
	Notícias ao Minuto	2º
	CM online	3º
Brasil	Globo News	1º
	Folha São Paulo	8º
	Estadão	16º
Espanha	El País	1º
	OK Diario	2º
	Antena 3	3º
Argentina	InfoBAE	1º
	TNonline	2º
		3º

Fonte: Digital News Report 2022.

Este primeiro enquadramento serve, portanto, para justificar a utilização de uma amostragem não probabilística por conveniência, o que significa que as unidades elementares são incluídas na amostra sem probabilidade previamente especificada ou conhecida, sendo escolhidas prioritariamente pela sua disponibilidade. Relativamente à metodologia, como a limitação mais importante da aplicação de uma amostragem anteriormente referida, os autores entenderam adequado desenvolver uma abordagem qualitativa, dedicada a estudar a natureza semântica de um determinado elemento textual.

Centrando a dimensão metodológica nas notícias, optou-se pela análise de conteúdo. Esta técnica visa interpretar o sentido de uma mensagem (textual, gráfica, discursiva). De acordo com Laurence Bardin (2022), a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

(Bardin, 2022: 44)

Para além disso, “tem por finalidade efectuar deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (o emissor e o seu contexto, ou, eventualmente, os efeitos dessa mensagem)” (Bardin, 2022: 44). À semelhança de um jogo de xadrez, “a análise de conteúdo tenta compreender os jogadores ou o ambiente do jogo num momento determinado, com o contributo das partes observáveis” (Bardin, 2022: 45).

A partir da reflexão anteriormente estabelecida, que cruza o arco genérico dos movimentos migratórios com o reflexo oferecido pelos meios de comunicação social, sobretudo os jornalísticos, este artigo formula as seguintes questões de pesquisas:

- Questão de Pesquisa 1: em termos editoriais, os principais sites jornalísticos, em Portugal, Espanha, Brasil e Argentina, publicam notícias sobre refugiados e/ou migrantes?

- Questão de Pesquisa 2: a partir da referida amostra, de que modo se pode analisar o conteúdo noticioso acerca de refugiados e/ou migrantes?
- Questão de Pesquisa 3: que tendência se pode identificar na cobertura jornalística sobre refugiados e migrantes?

No ponto seguinte, dedicado à leitura dos resultados, entrecortada com algum tipo de discussão teórica, tenta-se, por isso, responder cientificamente às perguntas de investigação anteriormente formuladas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra deste estudo indica, à partida, uma concentração de notícias significativa e considerável. Através da pesquisa nos arquivos dos referidos sites de informação jornalística, os autores coligiram um conjunto de informações que obedeceram a diversos critérios, com o objetivo de maximizar, tanto quanto possível, a harmonia do *corpus*, bem como a centralidade do objeto de estudo: a representação de pessoas em situação de crise, normalmente definidas como “refugiados” ou “migrantes”. Estas foram, aliás, as principais palavras-chave que sustentaram a referida pesquisa no acervo digital dos sites.

O recorte das notícias respeitou, desde logo, um importante critério temporal. Selecionaram-se apenas conteúdos de 2022, por se entender que este ano seria o ideal num contexto generalizado de uma certa pós-pandemia de covid-19. Na verdade, em 2020 e 2021, a produção jornalística encontrou-se fortemente condicionada devido aos sucessivos confinamentos da população.

De acordo com o “Estudo sobre os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no Contexto da Pandemia Covid-19”⁶, que juntou universidades portuguesas, a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista (CCPJ), o Sindicato dos Jornalistas (SJ) e a Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (Sopcom), que inquiriu quase 900 jornalistas em Portugal, as

⁶ Disponível em <https://jornalistas.eu/estudo-revela-mais-precariade-no-jornalismo/>

redações ficaram vazias, o número de reportagens caiu acentuadamente e “A crise sanitária aumentou as preocupações com princípios deontológicos, como o rigor da informação” (Sindicato dos Jornalistas, 2020).

A retoma de alguma normalidade, que sucedeu com as mais diversas e intensas campanhas de vacinação à escala global, encontrou em 2022 um forte aliado, pelo que a cobertura jornalística regressou, também, a um certo percurso habitual, antes do verificado na pandemia. Contudo, a invasão da Ucrânia pela Federação Russa, a 24 de fevereiro de 2022, multiplicou o número de conteúdos jornalísticos sobre o tema refugiados. De acordo com a Euronews⁷, citando fontes do Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, “14 milhões é o número aproximado de pessoas que tiveram de fugir devido à invasão russa da Ucrânia. Trata-se da maior e mais rápida deslocação das últimas décadas”. De modo a não densificar a amostra com um evento tão extraordinário e sem precedentes como este, decidiu-se excluir liminarmente qualquer conteúdo que abordasse a temática dos refugiados no contexto da invasão russa.

Relativamente à natureza do trabalho jornalístico considerado para a amostra, entendeu-se que os mais representativos da atividade jornalística deveriam ser as notícias, entrevistas e reportagens, excluindo, por isso, todos os textos de opinião que pudessem, de alguma maneira, abordar o assunto. A opinião configura um género jornalístico (Wolf, 1990), no entanto imprime ao autor uma capacidade subjetiva que, à partida, os outros géneros anteriormente referidos não devem utilizar de modo tão expressivo.

Por fim, no processo de seleção da amostra, excluíram-se todas as notícias em que a expressão refugiado ou migrante fosse meramente contextual, mínima e transitória. De facto, diversos trabalhos jornalísticos referem a caracterização de determinadas personagens mediáticas como próximas de uma atividade dos refugiados, como foram as sucessivas notícias do jogador de futebol do Real Madrid, Luka Modric, que, contextualmente muitos jornalistas definem sempre como uma espécie de “ex-refugiado”, pela circunstância de o futebolista ter escapado à guerra da independência da Croácia, em 1991. Nesta e

⁷ Disponível em <https://pt.euronews.com/2022/11/03/guerra-na-ucrania-faz-14-milhoes-de-refugiados>

noutras notícias, como o apontamento “refugiado” é meramente contextual, longe de um protagonismo evidente, a opção recaiu por se excluir da amostra.

Aplicando os filtros mencionados anteriormente, reuniu-se uma amostra de notícias que se evidencia na Tabela 2:

Tabela 2 - Número de notícias da amostra nos meios seleccionados.

País	Meio	Número de notícias
Portugal	SIC Notícias	25
	Notícias ao Minuto	25
	CM online	25
Brasil	Globo News	25
	Folha São Paulo	25
	Estadão	25
Espanha	El País	25
	OK Diario	7
	Antena 3	3
Argentina	InfoBAE	25
	TNonline	13
	Clarín	9
Total		232

Fonte: autoria própria.

A Tabela 2 identifica um conjunto de números que permitem algumas conclusões relativamente à Questão de Pesquisa nº 1. A partir de um total de 232 conteúdos, verifica-se que existe uma pequena dissonância determinante na amostra. Um terço dos meios jornalísticos estudados – OK Diário, Antena 3, TNonline e Clarín – ficaram abaixo do teto máximo de notícias analisadas – 25. Este foi o valor definido para garantir um número equitativo na análise das notícias. De facto, a maioria dos títulos da amostra – oito – publicaram conteúdos de tal forma expressivos que os autores decidiram criar um número máximo de

notícias para analisar⁸. A inclusão de todas as notícias produziria um efeito nefasto na análise, sobretudo pela discrepância de valores registrados nesses oito sites.

Antes de iniciarmos a análise mais concreta das notícias, propomos um exercício interpretativo que possa denunciar algumas intuições sobre a representação dos migrantes e refugiados nos média. Assim, recorrendo à nuvem de palavras proporcionada pela ferramenta Word Cloud Generator⁹, a Imagem 1 identifica uma expressão visual das palavras mais mencionadas nos títulos das notícias analisadas, neste caso nos meios que utilizam a língua portuguesa (Portugal e Brasil):

Fig. 1 – Palavras mais mencionadas nas notícias escritas em português.



Fonte: Word Cloud Generator

⁸ A pesquisa no motor de busca apresenta dezenas de notícias quando são introduzidas as palavras-chave definidas. Por um lado, numa análise posterior, ao ler as notícias de forma rigorosa, verificou-se que muitos conteúdos não se ajustavam ao estudo pretendido. Por outro, os dados indicavam diferenças consideráveis no número de notícias obtidas em cada meio de comunicação, razão pela qual se definiu um valor equilibrado entre conteúdos para analisar.

⁹ Disponível em <https://www.jasondavies.com/wordcloud/>

Neste caso, volta a verificar-se o protagonismo das palavras-chave do artigo, no entanto o leque de países parece distinto, com Espanha, Indonésia, Turquia e Colômbia com um relevo importante. As palavras asilo, filme, olímpico também contrastam com a imagem anterior, onde não surgiam, de todo.

Completando esta abordagem com uma leitura, ainda que superficial, relativamente ao número de palavras, constatou-se que a aplicação da ferramenta Word Count nos títulos em castelhano revela alguns pontos similares com a análise anterior. Recorrendo a menos palavras – 1085 –, até porque alguns sites publicaram menos notícias, como se explicou antes, novamente se observa que as palavras protagonistas deste artigo voltam a surgir com proeminência: “refugiados” (29), “migrantes” (6), “asilo” (5), “Espanha” e “ONU” com quatro cada.

No que diz respeito à Questão de Pesquisa 2, apresenta-se de seguida a lista de variáveis que sustentam a análise do conteúdo noticioso acerca de refugiados e/ou migrantes:

- Editoria: categoria de determina, em traços gerais, a área contextual temática na qual se insere o conteúdo jornalístico. Exemplos: internacional, política, desporto, economia, sociedade, educação, entre outras;
- Adequação da terminologia utilizada para contextualizar refugiados e migrantes: como base na discussão teórica anteriormente produzida, esta variável pretende medir se os jornalistas, na globalidade, utilizam o correto referencial teórico para se referirem a situações que, pela sua natureza e circunstância, assumem contornos distintos;
- Países e protagonistas identificados: variável que sugere a concentração do foco mediático no desempenho de certas personalidades do espaço público, no âmbito político, económico, cultural, desportivo, etc., ou numa aceção mais vaga, recaindo em países;
- Contexto dominante no retrato (*framing*) da notícia: uma das variáveis mais desafiantes deste artigo. Em contexto jornalístico, na sequência de uma – suposta – procura pela objetividade (um tema

controverso no seio da classe jornalística e na própria academia de Ciências da Comunicação), mede-se neste item o enquadramento utilizado para rodear o universo noticioso da situação relativa ao refugiado ou aos migrantes. Entende-se, por isso, que pode ser um contexto: 1) positivo, em que, por exemplo, um refugiado serviu de inspiração para uma história de superação particular; 2) neutro, onde a situação não sugere qualquer abordagem concreta positiva ou negativa, nomeadamente com a descrição de uma realidade na adaptação de um refugiado; 3) negativa, em que, a partir de relatos associados a crimes, fugas, por exemplo, se decide reportar uma situação em que um refugiado está envolvido.

Começando pelas editorias, importa sublinhar um aspeto que se confunde com uma sub-questão de pesquisa. Ora, considerando que a editoria “Internacional” se assume como um espaço noticioso autónomo, até que ponto os meios de comunicação abordam, tipicamente, o tema “refugiados” remetendo-os para uma dimensão externa, fora de portas? Tendo em conta que todos acabam por ter de lidar com este assunto, como é que os média destes quatro países abordam esse assunto?

A globalidade dos dados não deixa muitas dúvidas relativamente a esta questão. Mais de metade da amostra – 54,7% – revela que os conteúdos noticiados foram sempre perspetivados na lógica internacional, isto é, os meios preferem abordar esta questão como se se colocasse preferencialmente fora de portas, daí a etiqueta “Internacional”. No entanto, algumas exceções foram registadas: os jornais Globo e Estadão, ambos no Brasil, não apresentaram esta tendência e a categoria internacional foi, até, secundarizada, em termos estatísticos. Isto significa que estes meios integraram notícias sobre refugiados e migrantes no quadro da atualidade brasileira, dentro de portas. Tendo em conta a magnitude deste valor, entendeu-se que deveria ser afinada esta categoria, por isso, as notícias identificadas com a editoria “Internacional” foram re-categorizadas, para se perceber a natureza concreta dessa notícia. A Tabela 3 revela, portanto, a distribuição das editorias na amostra.

Tabela 3 – Editorias presentes nas notícias selecionadas para a amostra.

Editoria	Frequência	Frequência relativa (%)
Sociedade	83	35,78
Política	79	34,05
Desporto	14	6,03
Justiça	11	4,74
Cinema	7	3,02
Literatura	7	3,02
Religião	6	2,59
Celebridades	5	2,16
Ambiente	4	1,72
Economia	4	1,72
Educação	3	1,29
Televisão	3	1,29
Exposição	2	0,86
Teatro	2	0,86
Ciência	1	0,43
Pintura	1	0,43
Total	232	100

Fonte: Autoria própria.

A Tabela 3 consolida a ideia de que duas editorias prevalecem nas notícias: sociedade e política, com 35,78% e 34,05%, respetivamente. Esta concentração temática significa que 7 em cada 10 notícias apresentam uma das duas editorias. No que se refere a assuntos com a editoria “sociedade”, constam notícias em que se descreve a atualidade de migrantes e refugiados em que existe uma clara preocupação com a dimensão social destes cidadãos, seja pela via da integração ou dificuldades no país de acolhimento ou pela dificuldade em atravessar certas fronteiras. A este propósito, refira-se que a SIC, de Portugal, informou que “Situação dos refugiados vai piorar em 2023

porque conflitos «podem ficar descontrolados e muito violentos», enquanto o Correio da Manhã, do mesmo país, escreveu “Três irmãos refugiados afegãos fogem após saberem que iam ser separados em Portugal”. Estas são notícias que ilustram de forma competente a natureza social destes conteúdos. Já no que diz respeito à política, as notícias revelam, genericamente, comportamentos e atitudes de responsáveis governamentais. O Estadão, no Brasil, revelou que “França vai receber navio com migrantes que Itália rejeitou”, enquanto o InfoBAE, da Argentina, intitulou “Esta es la millonada, en dólares, que necesitará Colombia para atender a los migrantes en el 2023”. Estes são exemplos do recorte da imprensa sobre o tema e que se inserem na editoria de política.

As restantes editorias ficam num plano completamente desfasado das duas anteriormente definidas, no entanto algumas nuances merecem um reparo particular. A editoria “Desporto” incidiu sobretudo em relatos em que o Comité Olímpico Internacional alargou a possibilidade de participação da seleção olímpica de refugiados ou mesmo a atribuição de diversos prémios. InfoBAE escreveu “Se suman más deportistas refugiados al sueño de París 2024” e a Globo indicou que “Líbano é bicampeão da Copa dos Migrantes e Refugiados em Porto Alegre”; são alguns dos exemplos que se incluem esta editoria.

Por último, ainda se destaca a “Justiça”, que se relaciona sobretudo com alegados crimes praticados por refugiados e a respetiva evolução num processo judicial. O Cinema, a Literatura, com sete notícias cada, revelam diversas obras de cariz cultural em que os autores de filmes, séries e livros se inspiraram em situações dramáticas ou inspiracionais protagonizadas por refugiados. Nota ainda para o Correio da Manhã, que noticiou, insistentemente, sobre peregrinações de refugiados ao Santuário de Fátima, em Portugal, ou para a editoria “Celebidades”, em que praticamente todos os meios noticiaram o facto de a atriz norte-americana Angelina Jolie ter renunciado a funções na ONU, nomeadamente na área dos refugiados. Esta distribuição por editorias não encontra diferenças substanciais entre países e meios de comunicação social.

A penúltima dimensão de análise relaciona-se com um determinado protagonismo associado às notícias sobre refugiados. Antes de apresentar

resultados concretos que derivam da observação qualitativa, parece ser simples considerar que existe um perfil-tipo de protagonismo nas notícias sobre refugiados e que segue uma orientação idêntica aos títulos que se apresentaram de seguida: “Bangladesh recusa pressionar Myanmar sobre refugiados”; “Federação Portuguesa de Futebol «veste a bandeira» pela defesa dos direitos humanos”; “Subiu número de migrantes mortos em naufrágio no Mar Egeu”; “Grécia acusa Turquia de comportamento “bárbaro” com mais de 90 refugiados nus”; “Refugiados inscritos no IEFB beneficiam de contrato-inserção+”. Todos estes exemplos evidenciam o nível abstrato e genérico que muitas notícias corporizam. Mesmo no desenvolvimento do texto, poucas vezes se vislumbram personalidades concretas, pelo que o discurso jornalístico aborda os confrontos de posições utilizando o nome dos países. Em oito notícias, das 232 estudadas, surgiu outra característica particular que se relaciona com este argumento. A total ausência de referência a países ou personalidades, como “A literatura fornece uma saída para a vida revirada dos refugiados” e “Quase 37 milhões de crianças deslocadas no mundo em 2021”.

Em termos de personalidades, é a atualidade mediática a ditar as tendências. Para além do caso de Angelina Jolie, a mais citada nas notícias, apenas surge outra mulher com igual preponderância. Angela Merkel, antiga chanceler alemã, recebeu um prémio da ONU por proteção de refugiados, sobretudo depois da crise na Síria, em 2015, quando liderou o processo, encabeçado pela Alemanha, para receber refugiados e requerentes de asilo.

De resto, a tendência passa, sobretudo, por sinalizar países. Apesar de se poder argumentar que a nomeação de países obedece, naturalmente, a proposições discursivas mais alargadas, nas quais os Chefes de Estado e primeiros-ministro têm responsabilidade (in)direta, a verdade é que, como se referiu, o palco mediático das notícias sobre refugiados revela uma certa nuvem incerta de protagonistas. Mesmo quando os países são citados, o que evidenciou maior destaque foi o Brasil (38 ocorrências), quase em exclusivo citados pelos próprios meios, o mesmo sucedendo com Portugal (26) e Espanha (22). Não deixa de ser curioso que os países que se encontram no radar dos maiores problemas associados aos refugiados – Síria, Turquia, México, Myanmar ou Líbano, entre outros, surgem poucas vezes referen-

ciados centralmente nas notícias. A perspetiva dominante destas notícias apenas nomeia esses países como a origem dos refugiados, mas debruça-se essencialmente sobre a atividade que essas pessoas desenvolvem nos países onde se inserem estes meios. Poucos conteúdos informativos são produzidos a partir da ótica de repórteres que estão, justamente, nesses locais, o que diz muito sobre o tipo de jornalismo à distância que muitas redações praticam sobre este tema. Convém ainda sublinhar, por ser notório, que apesar de Itália surgir em plano de destaque com nove notícias, a moldura utilizada é tendencialmente negativa. Atente-se nos seguintes títulos: “Itália produz crise diplomática com França por causa de refugiados”; “Vitória da direita na Itália deve ocasionar mudanças acentuadas nas políticas de imigração”; “El Gobierno italiano niega un cambio de postura con las ONG de inmigrantes”; “Un italiano asesinó a un vendedor nigeriano en plena calle y se justificó: ‘Me pedía limosna insistentemente’”; “Políticos italianos e europeus criaram «sistema de rejeição de migrantes»”. A localização geográfica italiana, bem como a chegada de Georgia Meloni ao topo da hierarquia do governo, sendo público o repúdio da nova primeira-ministra perante as políticas de acolhimento de imigração, podem, aparentemente, justificar parte desta perceção marcadamente negativa perante Itália.

A penúltima variável sugere uma das principais preocupações deste trabalho. Neste sentido, procura medir até que ponto os jornalistas descreveram os termos refugiados, migrantes, de acordo com as definições que sustentam a variabilidade dos conceitos.

Na verdade, apenas 10,8% das notícias apresentadas, de facto, incorrem nesta imprecisão que sugere a aplicação indiscriminada de diversos conceitos. Por exemplo, no título “Navio humanitário Ocean Viking atracou em França e 230 migrantes desembarcam”, o termo “migrantes” é usado corretamente de acordo com o contexto do facto, porém no corpo da notícia o jornalista usou “refugiados” como sinónimo de “migrantes”.

Analisando este dado através da perspetiva idiomática, percebe-se que os meios de comunicação dos países de língua portuguesa registaram mais erros (16), quando comparados com os congéneres castelhanos, que apenas em nove notícias confundiram os termos.

Por fim, recuperando a Questão de Pesquisa 3 “que tendência se pode identificar na cobertura jornalística sobre refugiados e migrantes?”, procura-se apresentar a perspetiva que domina o enquadramento noticioso sobre os refugiados. Utilizaram-se três níveis, devidamente explicitados anteriormente. Os resultados globais indicam uma prevalência de notícias que abordam os refugiados de uma perspetiva negativa, em 40,09%. No entanto, esta inclinação, apesar de ser evidente, não parece ser tão hegemónica como os outros indicadores: neutro (32,33%) e positivo (27,59%). A título exemplificado, na categoria mais registada encontraram-se notícias como “Número de migrantes irregulares no canal da Mancha supera 18 mil este ano”, “Mais de 50 mil pessoas morreram em rotas migratórias desde 2014” e “Jovem refugiado morto à facada por cinco homens em Inglaterra”. Em notícias com perspetiva neutra temos “Bangladesh recusa pressionar Myanmar sobre refugiados”, “Por que o Canadá quer atrair quase 1,5 milhão de imigrantes até 2025” e “‘O Terminal’: morre homem que viveu 18 anos em aeroporto e inspirou filme”. Por fim, no indicador positivo, “Projeto oferece aulas de português para refugiados”, “Este centro de Barcelona quiere sanar a los defensores de derechos humanos del mundo” e “Del campo de refugiados a ser atleta olímpico y miembro COI: la historia de Yiech Pur Biel”.

CONCLUSÕES

Como se referiu por diversas ocasiões, este artigo procura ser mais um contributo numa área científica em franca expansão. A capacidade que este tema oferece para convocar diversas abordagens, até de natureza multidisciplinar, pode ser importante e atrativo para o desenvolvimento científico, mas não deixa de ser verdade que a dimensão humanitária e avassaladora destes movimentos migratórios também lhes confere um estatuto distintivo. Por isso, talvez seja um assunto que, habitando frequentemente a nossa memória e a atualidade mediática quotidiana, configure um terreno ao qual todos estamos impelidos a fazer parte.

Com efeito, uma das principais limitações deste estudo relaciona-se, inevitavelmente, com a construção da amostra que procurou criar um critério

relativamente homogéneo, face à enorme disparidade de conteúdos jornalísticos publicados durante um ano. Ainda assim, apenas um terço da amostra não foi capaz de atingir o mínimo de notícias definido para a análise (25). O facto de se ter definido um número máximo de notícias para a análise, quando muitos desses meios teriam certamente um conjunto mais alargado de conteúdos, pode ter provocado, ainda que de forma indireta, a ausência de outras leituras e abordagens que outras notícias poderiam sugerir. Daí que a amostra não pode ser representativa da população, uma vez que foi definida por conveniência.

De qualquer modo, este estudo evidencia a análise de um número muito considerável de conteúdos, 232 no total. Apesar de muitos órgãos de comunicação dependerem das agências de notícias fora do país para abordarem assuntos desta natureza, uma vez que tratam de questões internacionais, não existem muitas notícias repetidas, com as exceções já identificadas, da renúncia ao cargo de embaixadora da ONU por Angelina Jolie e do prémio atribuído a Angela Merkel, o que demonstra, em teoria, alguma flexibilidade temática dos jornalistas quando abordam este assunto.

No que diz respeito à caracterização desta cobertura mediática, parece ser evidente constatar uma linha de tendência que percorre meios e países distintos. As editoriais “Sociedade” e “Política” surgem como as mais destacadas, na medida em que se utilizam refugiados e migrantes para abordarem estratégias que variam entre aspetos como as dificuldades da integração, acidentes, estratégias de inclusão, bem como a participação de agentes políticos no discurso público sobre estas pessoas. Esta é a tónica principal das notícias.

A cobertura mediática indica ainda que a incidência noticiosa de determinadas personalidades não se verifica, pelo que os jornalistas utilizam expressões mais vagas para identificar os principais agentes visados nas notícias, como países, ministérios e outras instituições. A finalizar, percebe-se que apenas 10% das notícias usam, de forma errada, os termos “refugiado” e “migrante”, quando o contexto mencionado é outro, o que revela, em princípio, alguma literacia por parte dos jornalistas para este tipo de abordagem. Menos evidente acaba por ser a perspetiva dominante na amostra, uma vez que, apesar de ser tendencialmente negativa – associando refugiados e migrantes a situações de

crime – não se pode afirmar que os sites jornalísticos abordados tenham uma predisposição quase natural para uma determinada imagem dos refugiados e migrantes, na medida em que os indicadores “neutro” e “positivo” se encontram de forma muito expressiva na amostra. As histórias de superação, naquilo que se perspetiva como uma abordagem positiva, também surgem na amostra, mas com menor frequência. Aparentemente, diversas áreas da cultura, como a Literatura, Cinema e Pintura, inspiram-se nos problemas sentidos por estes grupos.

Futuros estudos nesta área podem dar continuidade a um conjunto de reflexões que expandam as diferentes sensibilidades que este tema histórico suscita. Por um lado, mais afastado da vertente semântica, importaria perceber de que modo as imagens funcionam como âncora deste tipo de discurso jornalístico. Se as palavras sintetizam a realidade, as fotografias utilizadas pelos repórteres e decididas editorialmente por editores e chefes de redação não são de somenos importância. Perduram na memória e podem desencadear efeitos igualmente relevantes na perceção pública deste tema. Por outro, recortando um ponto que surgiu pontualmente na reflexão sobre este estudo, seria interessante estabelecer uma agenda de investigação em grupos mais vulneráveis dentro desta comunidade mais alargada de pessoas desfavorecidas. Por isso, as mulheres e crianças podem revestir-se de uma importância fundamental para a compreensão mais alargada deste tema. Os relatos que surgem nos média, de ataques diversos e ameaças permanentes, com base no género e na idade, não podem ser igualmente ignorados pela comunidade académica.

BIBLIOGRAFIA

- Agier, Michel (2016). *Les migrants et nous. Comprendre babel*. Ed. Digital. Paris: CNRS Éditions.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados da ONU (1951). *Convenção relativa ao estatuto de refugiado*. Disponível em https://www.acnur.org/fileadmin/documentos/portugues/bdl/convencao_relativa_ao_estatuto_dos_refugiados.pdf.
- Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados da ONU (2020). *Manual de procedimentos e critérios para determinar a condição de refugiado*. São paulo: acnur, 2018. Disponível

- em https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/manual_de_procedimentos_e_crit%C3%A9rios_para_a_determina%C3%A7%C3%A3o_da_condi%C3%A7%C3%A3o_de_refugiado.pdf. Acesso em: 08.02.2023.
- Bardin, Laurence (2022). *Análise de conteúdo* (edição revista e atualizada). Lisboa: Edições Setenta.
- Bateson, Gregory (1972). *Steps to an ecology of mind*. Northvale. Nova Jérsea e Londres: Jason Aronson.
- Bauman, Zigmunt (2017). *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- Bryant, Jennings & Miron, Dorina (2004). Theory and research in mass communication. *Journal of communication*, 54, 4, 662-704. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1460-2466.2004.tb02650.x>
- Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, Sindicato dos Jornalistas, Sopcom & Ceis20 (2020). *Estudo sobre Os Efeitos do Estado de Emergência no Jornalismo no contexto da pandemia Covid-19*. Disponível em <https://jornalistas.eu/webdev/wp-content/uploads/2019/11/Relatório-COVID-19-Jornalismo.pdf>
- D’Haenens, Leen; Willen, Joris & Heinderyckx, François (Eds.) (2019). *Images of immigrants and re-fugees in western europe. Media representations, public opinion, and refugees’ experiences*. Lovaina: Leuven University Press.
- Diário da República eletrónico. *Declaração universal dos direitos humanos*. Disponível em <https://dre.pt/dre/geral/legislacao-relevante/declaracao-universal-direitos-humanos>.
- Edwards, Adrian (2015). *Refugiado ou migrante? O Acnur incentiva a usar o termo correto*. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/2015/10/01/refugiado-ou-migrante-o-acnur-incentiva-a-usar-o-termo-correto/>.
- Erpenbeck, Jenny (2018). *Eu vou, tu vais, ele vai*. Lisboa: Relógio d’Água.
- Gitlin, Todd (1980). *The whole world is watching*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press.
- Gonçalves, Telmo (2005). A abordagem do enquadramento nos estudos do jornalismo. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*. Disponível em <http://hdl.handle.net/10437/2605>.
- Himmel, Rita & Baptista, Maria Manuel (2020). Migrantes, refugiados e outrização: construindo a europeidade. Uma exploração dos média portugueses e alemães. *Comunicação e sociedade*, 38, 179-200. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2582](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2582)
- Martins, Moisés de Lemos; Marcondes, Valéria (2020). “Eles”, venezuelanos, e a crise na Venezuela: práticas discursivas na revista Veja. *Comunicação e sociedade*, 38, 59-78. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2593](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2593)
- Monteiro, Hugo (2022). *Migrações e hospitalidade. Crítica do cosmopolitismo nas fronteiras do século*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

- Nassar, Rita (2020). Framing refugees: the impact of religious frames on u.s. partisans and consumers of cable news media. *Political communication*, 37, 5, 593-611. <https://doi.org/10.1080/10584609.2020.1723753>
- Ng, Isabella; Choi, Sharice & Chan, Alex (2021). Resistance to ‘framing’? The portrayal of asylum seekers and refugees in hong kong’s online media. *Journalism practice*. https://doi.org/10.1080/17512786.2021.2000477_
- Pinto, Alexandra (2020). Os refugiados em manifestos políticos presidenciais: entre silenciar e dar voz. *Comunicação e sociedade*, 38, 41-57. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2603](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2603)
- Ribeiro, Fábio (2020a). Handling with online comments: a longitudinal approach in most accessed news sites in Portugal, Spain and Brazil. *Revista de Comunicación*, 19, 2, 125-144. <https://doi.org/10.26441/RC19.2-2020-A7>
- (2020b). Recensão do livro images of immigrants and refugees in western europe. Media representations, public opinion, and refugees experiences. *Comunicação e Sociedade*, 38, 257-264. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2559](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2559)
- Ryan, Michael (2004). Framing the war against terrorism: us newspaper editorials and military action in afghanistan. *Gazette (leiden, netherlands)*, 66, 5, 363-382. <https://doi.org/10.1177/0016549204045918>
- Santos-Silva, Dora & Guerreiro, Débora (2020). Média e migrações forçadas: representações sociais dos refugiados nos média portugueses em dois momentos mediáticos (2015 e 2019). *Comunicação e sociedade*, 38, 123-137. [https://doi.org/10.17231/comsoc.38\(2020\).2606](https://doi.org/10.17231/comsoc.38(2020).2606)
- Seo, Soomin & Kavakli, Sezgi (2022). Media representations of refugees, asylum seekers and immigrants: a meta-analysis of research. *Annals of the international communication association*, 46, 3, 159-173. https://doi.org/10.1080/23808985.2022.2096663_
- Sindicato dos Jornalistas. (2020). *Estudo revela mais precariedade no jornalismo*. Disponível em <https://jornalistas.eu/estudo-revela-mais-precariedade-no-jornalismo/>
- União Europeia (2016). *Carta dos direitos fundamentais da união europeia*. Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/txt/pdf/?uri=celex:12016p/txt&from=fr>
- van Dijk, Theo (1985). *The discourse of ‘distortion’ and health and medical news reports: a genre analysis perspective*. Orlando: Academic Press.
- Weaver, David (2007). Thoughts on agenda setting, framing and priming. *Journal of communication*, 57, 1, 142-147. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00333.x>
- Wolf, Mauro (1990). *Teorias da comunicação*. São Paulo: Summus.
- Žižek, Slavoj (2016). *La nueva lucha de clases. Los refugiados y el terror*. Barcelona: Anagrama.

(Página deixada propositadamente em branco)

IDENTIDADE(S) E CONFLITO(S)
EM TERRITÓRIOS DA ESPERA.
RISCOS SOCIAIS NA DIMENSÃO
MIGRATÓRIA DE SAMBA (2014)*

*Identity(ies) and Conflict(s) in Territories
of Waiting. Social Risks in the migratory
dimension of “Samba” (2014)*

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO

velezcastro@fl.uc.pt

*Universidade de Coimbra, CEIS20 - Centro de Estudos Interdisciplinares,
Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3927-0748>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_21

Texto recebido em / Text submitted on: 16/04/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 19/10/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.ª Série

pp. 501-519

* This work is funded by FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia under the project UIDB/00460/2020 - CEIS20.

RESUMO

Os lexemas “conflitualidade” e “conflito” retratam a contemporaneidade geopolítica europeia, onde proliferam medos relacionados com potenciais riscos conhecidos e desconhecidos. Este artigo pretende ser uma reflexão sobre a atualidade migratória, em que se cruzam a temática da identidade, do conflito, do risco social e da espera num território de migração. Para isso, será realizada a análise de conteúdo visual do filme “Samba” (2014) de Eric Toledano e Olivier Nakache, por ser uma obra que retrata a dimensão da reterritorialização e da identidade, numa lógica de conflito omnipresente na(s) quotidianidade(s) do protagonista, um jovem imigrante senegalês. Trata-se de discutir a perspectiva das identidades, culturas e territórios em conflito, tendo sido possível verificar como estas questões se podem tornar motor e tópico de criação artística cinematográfica.

Palavras-chave: Conflito; Identidade; Riscos Sociais; Espera; Reterritorialização.

ABSTRACT

The lexemes “conflictual” and “conflict” portray contemporary European geopolitics, where fears related to potential known and unknown risks proliferate. This article intends to be a reflection on current migration, in which the themes of identity, conflict, social risk and waiting in a migration territory. An analysis of the visual content of the film “Samba” (2014) by Eric Toledano and Olivier Nakache will be carried out, as it is a work that portrays the dimension of reterritorialization and identity, in a logic of omnipresent conflict in(s) everyday life(ies) of the protagonist, a young Senegalese immigrant. It is about discussing the perspective of identities, cultures, and territories in conflict. It was possible to verify how these questions became the driving force and topic of cinematographic artistic creation.

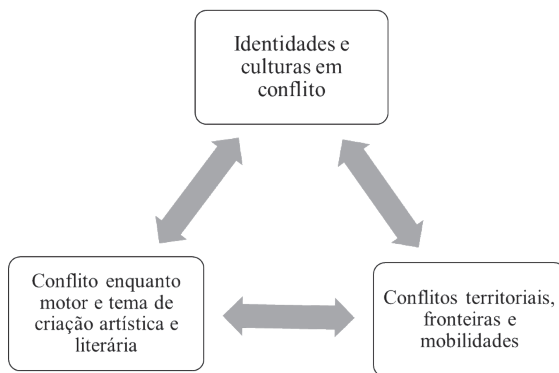
Keywords: Conflict; Identity; Social Risk; Wait; Reterritorialization.

1. INTRODUÇÃO AO TEMA DO CONFLITO, DA CONFLITUALIDADE E DA IDENTIDADE, A PARTIR DO OLHAR SOBRE “SAMBA” (2014)

O jogo dos lexemas “conflitualidade” e “conflito” retrata a contemporaneidade geopolítica europeia, onde proliferam medos relacionados com potenciais riscos conhecidos e desconhecidos. A dimensão ambiental, ligada às alterações climáticas, é uma das principais preocupações, a que se aliou, há poucos meses, uma guerra que se tem vindo a disseminar no território, com consequências sociais, políticas e económicas sentidas a várias escalas. A vivência em sociedade gera desafios, traduzidos em atritos e tensões a várias escalas, que vão desde a intimidade do corpo, até conflitos supranacionais, que envolvem coletivos diversos e numerosos.

Tendo em conta o contexto social contemporâneo que a Europa atravessa, este artigo tem como principal objetivo o de promover a reflexão sobre a atualidade migratória, em que se cruzam a temática da identidade, do conflito e do “desejo” de um território migratório específico. Este último aspeto, pode ser entendido como o resultado da imagem territorial, construída com base em mapas mentais de potenciais migrantes, que entendem o continente europeu como terra de oportunidades e de sucesso dos projetos migratórios delineados nos locais de origem. No fundo, trata-se de aliar três perspetivas: a das identidades e culturas em conflito; a dos conflitos territoriais, fronteiras e mobilidades; a do conflito enquanto motor e tema de criação artística e literária (Fig. 1).

Fig. 1 – Enquadramento do estudo na temática do “Conflito”.



Elaboração Própria (2023).

Sobre este último aspeto, achou-se oportuno trazer para a discussão a obra fílmica “Samba” (2014) de Eric Toledano e Olivier Nakache¹, por retratar a dimensão da reterritorialização e da identidade, numa lógica de conflito omnipresente na(s) quotidianidade(s) da personagem principal, o jovem senegalês Samba Cissé (Fig. 2).

¹ Trailer acedido a 12-6-2023 em https://www.imdb.com/video/vi3437017625/?playlistId=t-t3399024&ref_=tt_ov_vi

Fig. 2 – “Samba” (2014) de Eric Toledano e Olivier Nakache.



Fonte: <https://www.imdb.com/title/tt3399024/> (2023).

Este imigrante, que vive em França há dez anos, encontra-se em situação irregular, procurando sobreviver à custa de trabalhos precários na restauração, construção civil, seleção de resíduos urbanos, etc. A sua rede de apoio social é um tio, companheiro com quem vive num “apartamento” minúsculo e insalubre, sendo a pessoa com quem partilha as ocorrências do dia a dia. Ao longo do filme, também faz amizade com um outro imigrante (Wilson), que mais tarde se vem a saber ser argelino (o verdadeiro nome é Walid), e que faz parte da paisagem humana da história, sempre em torno de cenas de migrantes indocumentados e, por isso, em situação de vulnerabilidade. Todavia, esse contexto parece estar longe de ser imaginado por quem ficou no local de origem. Nota-se que Samba se sente pressionado a ter sucesso na migração, uma vez que é o elemento de suporte da família que deixou no Senegal (mãe e irmãs), que dele dependem financeiramente, sobretudo depois da morte do pai.

Num contexto de ida a tribunal conhece Alice, uma mulher jovem que está ligada a uma associação de ajuda jurídica a migrantes, com a qual irá desenvolver uma relação afetiva. Todo o filme é passado em torno desta dupla, sendo evidenciadas as dificuldades pelas quais Samba passa, sobretudo no que diz respeito a dimensão do conflito com a sua própria identidade. Numa das cenas finais, Samba chega a dizer: “Alice, já nem sei como me chamo. Receio um dia esquecer quem sou.” (Fig. 2). Sobre este aspeto, Astuti, Faruk e Irawanto (2021: 378) afirmam “This movie represents not only the main character but also several other supporting characters as survivors through identity negotiation.”. Os autores entendem os conflitos presentes no filme como o retrato de problemas quotidianos, onde os imigrantes lutam para encontrar a sua identidade num país estrangeiro, num território que lhes nega a integração plena, mas que necessita da sua força de trabalho. No fundo, pretendem (e precisam) reterritorializar-se no local de destino migratório, numa lógica de reconstrução identitária individual sendo que, além disso, contribuem para a (re)construção dinâmica desse mesmo território em que agora vivem (Deleuze e Guatari, 1997: 224; Haesbaert e Glauco, 2009: 14).

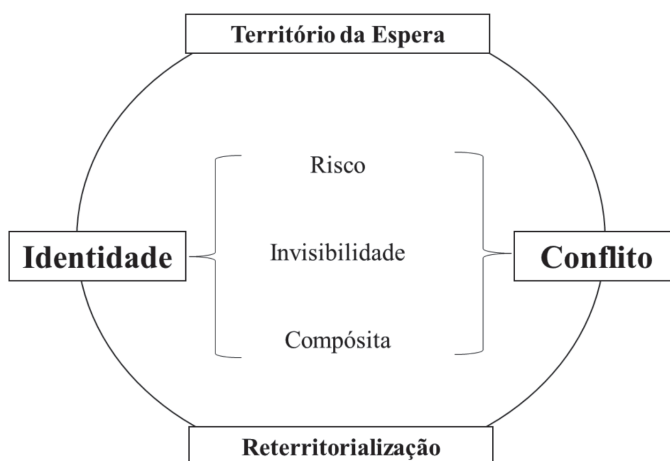
Nestes casos, a reterritorialização passa por um processo baseado na construção de identidades fluidas, em que os indivíduos se encontram num limbo instável e inseguro, por limitações de ordem jurídica.

2. A ANÁLISE DE CONTEÚDO VISUAL COMO ABORDAGEM METODOLÓGICA

Tendo em conta este contexto, será realizada uma análise de conteúdo visual ao referido filme (Fig. 2), com base na metodologia de observação fílmica, isto é, de imagens em movimento. Rose (2022: 10, 11) defende a importância da cultura visual na investigação em ciências sociais e humanas. Para a autora, esta metodologia de observação justifica-se não só pela interpretação do que é visto, mas pelo efeito provocado em quem vê. Sturken e Cartwright (2017: 46) complementam a ideia, referindo-se ao efeito multiplicador das imagens, que levam as/os investigadoras/es a produzir significados e interpretações diversificadas, pelo que gera o aprofundamento

da discussão em torno da temática em causa. A dimensão qualitativa deste tipo de metodologia pode levar a um escrutínio crítico na academia (Hay, 2010: 75), onde as técnicas quantitativas parecem ter ganho uma aura de respeitabilidade inabalável. Todavia, a opção metodológica em causa parece ser a mais adequada, por permitir uma análise crítica com base na definição de três núcleos de conteúdos, os quais se constituíram a partir do seguinte esquema concetual (Fig. 3).

Fig. 3. Conceitos estruturantes dos núcleos de conteúdo.



Elaboração Própria (2023).

A visualização do filme e o cruzamento a leituras sobre o tema da identidade, do conflito, dos riscos e dos territórios, permitiu organizar as informações decorrentes em três núcleos de conteúdo, a saber: a) identidade, risco e conflito no território da espera; b) identidades invisíveis e conflito funcional dos desejados-descartáveis; c) identidades compósitas, conflito e reterritorialização. Será a partir destes domínios que se fará a análise e discussão das imagens em movimento, em estreita relação com o quadro teórico referente.

3. IDENTIDADE, RISCO E CONFLITO NO TERRITÓRIO DA ESPERA

Entende-se risco social como a incapacidade de o ser humano viver em harmonia com o seu semelhante, dentro de princípios de tolerância e liberdade, o que acaba por gerar um desequilíbrio nas relações entre indivíduos, assim como conflitos derivantes (Lourenço, 2019: 128). A desigualdade presente nos sistemas sociais e na funcionalidade quotidiana, é uma das causas que gera contextos de conflitualidade mais ou menos intensos, sobretudo quando ocorre a negação da igualdade, da justiça e do consenso (Beck, 2015: 260, 262). Nesse sentido, Fernandes (2011: 53) refere que

As territorialidades difusas e o aumento generalizado da instabilidade e da desregulação, tem multiplicado as fronteiras, a fragmentação do espaço e as estratégias defensivas, facto que tem criado geografias de refúgio e de salvaguarda de grupos com mais poder económico e político.

“Samba” (2014) é um filme que parte da identidade individual enquanto símbolo da vulnerabilidade de um grupo específico – imigrantes indocumentados – que vivem em Paris. Porto-Gonçalves (2020: 17) admite que, muitas vezes, no que concerne à noção de conflito, a escala global é sobrevalorizada, havendo tendência para se obliterarem as múltiplas tensões escalares, que lhe são subjacentes. Samba Cissé, a residir na capital francesa há 10 anos, vive num clima de opressão, por ser um migrante em situação documental irregular, o que se reflete num conflito constante entre a sua identidade enquanto pessoa e a sua identidade enquanto migrante. Ambas as situações se opõem, na medida em que as duas dimensões não se coadunam do ponto de vista jurídico, pelo que se tenta invisibilizar aos olhos das autoridades. Há, portanto, o destaque para a dimensão do corpo, considerado como “the geography closest in. (...) It is the primary location where our personal identities are constituted, and social knowledges are constructed (...) [and] can form the basis for exclusion and oppression. (...)” (Valentine, 2001: 15).

Isso é materializado na forma de vestir e de estar, que está plasmado em duas cenas: numa primeira, em que Alice e Manu, enquanto elementos

do centro de apoio a migrantes, convencem Samba a usar uma camisa branca em tribunal, e não a camisola da seleção de futebol do Senegal que era usada como amuleto em situações difíceis. Creem que a aposta numa estética formal, o deixará numa posição mais positiva face ao juiz, sendo que para isso é preciso “mascarar” a sua identidade, pela não referência à semiótica que possa conduzir à identificação da origem geográfica do protagonista. Sobre esta situação, autores como Kastoryano (2010: 86) e Fukuyama (2018: 123) defendem que a identidade individual e/ou coletiva faz parte do ser humano, enquanto cidadão ativo da sociedade em que vive. Todavia, é essencial que considerem identidades nacionais mais integradoras, tendo em conta o facto da diversidade cultural e da intensificação da mobilidade ser um fenómeno que caracteriza o mundo contemporâneo. Lima (2018: 31) chama a atenção para o sentimento de pertença nacional ser uma parte importante da identidade, uma vez que alimenta a autoestima (exemplo do futebol e identificação com a seleção nacional). A autora refere-se à importância de pertencer a um grupo, sendo que a dimensão pode dar esse sentido de existência e de segurança face ao coletivo.

Esta ideia está relacionada com a segunda cena em análise, a qual diz respeito à conversa tida entre o tio e Samba, na qual aquele exorta o sobrinho a deixar de usar o anel e a se vestir à europeia, à parisiense, usando casaco, calças, mala de couro e uma revista debaixo do braço, como considera que fazem os homens de negócios que vão para o escritório. E ainda a se manter calmo e discreto, a não beber, a evitar estações de comboio e nunca andar de metro sem pagar. Neste caso, há uma relação direta com o pressuposto de Gilmartin (2008: 1843), que entende a cidadania como instrumento de inclusão ou exclusão dos migrantes. Todavia, esta visão dicotómica é mais complexa do que isso, tanto mais que, com o tempo, a tendência é para que a própria identidade nacional vá integrando aspetos inerentes a outras realidades culturais, trazidas pelas/os imigrantes. A identidade original passa a ser substituída por uma encenação dos gestos, dos olhares, do guarda-roupa, que torna Samba ainda mais inseguro, tanto mais que na cena do metro, tem a sensação que todas/os as/os passageiras/os estão a olhar para ele. Fernandes (2019: 94) defende que

O debate sobre a identidade europeia, as fronteiras culturais e a multiculturalidade, tudo se associa a esta dinâmica complexa e multivariada. Em tempos de crise, insegurança e incertezas, também se evocam os fluxos promovidos por estas estruturas migratórias transnacionais. Teme-se que, pelos canais que unem os centros e os vértices destas diásporas, possam circular ameaças e riscos. Com isso, a desconfiança e o medo instalam-se.

Nesse sentido, o território deixa de estar acessível e passa a consubstanciar um determinismo marcado por relações de poder (económico, jurídico, etc.), onde é preciso aguardar, antes da ordem de avanço. Trata-se dos territórios da espera, entendidos por Vidal, Musset e Vidal (2011: 3) como espaços abertos ou fechados, em que se permanece de forma transitória. Espera-se para se passar de um lugar a outro, de um estado a outro: do local de origem ao de destino; de irregular a regular; de *outsider* a cidadã/ão. O filme começa, justamente, por revelar um centro de detenção, no aeroporto, sendo um território da espera por excelência, em que os estrangeiros reclusos vivem confinados, à espera de autorização para entrar no país ou então serem deportados. Samba conhece aí outra personagem que se revelará essencial para a trama, e que é Jonas, um congolês em fuga à guerra civil no seu país, que passa dois anos em viagem, até chegar a Paris, onde é apanhado pelas autoridades na Gare de Lyon. Antes passara por Espanha e, durante uma rusga policial numa das estufas em que trabalhou, é salvo por Gracieuse, que veio procurar a Paris. Este centro de detenção apresenta características de confinamento, de limitação espacial, que está bem marcado nos seus usuários: Jonas refere “não quero estar aqui preso como uma ratazana” e, mais tarde, tentará uma fuga, que é intercetada pelas autoridades; Samba, quando é solto, tem dificuldade em perceber que está livre e que pode ir embora, apesar de não poder sair de França.

Mas o centro de detenção não é o único território da espera, pois todo o filme apresenta essa dimensão: a sala da associação que apoia os migrantes, concentra indivíduos que não têm a situação jurídica legalizada, e por isso aguardam; no tribunal, Samba espera uma resposta do juiz, que defina ou não a sua permanência regular em França; na própria cidade de Paris, mi-

lhares de migrantes aguardam uma oportunidade para ficarem legais no país e poderem prosseguir com as suas vidas. Nesse sentido, Barbera (2015: 10) entende que as/os migrantes, enquanto “pessoas em trânsito” são indivíduos numa fase da vida em que o processo de desterritorialização pode ser violento. A questão geográfica da perda do território de origem implica a privação da proteção do lar (ex: família, rede social de amigos, espaços de referência no país-natal, etc.), mas também a busca de novos espaços simbólicos e materiais para a reterritorialização. Todavia, a espera deixa os indivíduos em situação de vulnerabilidade, pelo facto de também as/os tornar, aparentemente, invisíveis.

4. IDENTIDADES INVISÍVEIS E CONFLITO FUNCIONAL DOS DESEJADOS-DESCARTÁVEIS

Han (2019: 18, 97) refere-se à violência contemporânea como algo que se desloca do visível para o invisível, do direto para o discreto, do físico para o psíquico, do material para o mediado, pressupondo-se relações com base na dominação, relação hierárquica e poder. Fukuyama (2018: 89) destaca as *identidades invisíveis*, no que concerne aos imigrantes, cuja presença tanto é desejada como inoportuna. Nestes casos, vivem em situação de vulnerabilidade, à mercê dos desejos e necessidades de outrem, que tanto usufrui da sua força de trabalho, como a descarta quando dela já não necessita, o que contribui para o apagamento da dignidade pessoal, invisibilizando-a. Ainda segundo o autor, esta situação é acoçada por grupos populacionais que revelam uma visão nacionalista da sociedade, pois entendem os imigrantes como uma ameaça, ainda que a situação em si seja paradoxal: por um lado, trata-se de um contingente essencial à manutenção de determinados setores da economia, os quais parariam caso não operassem com esta mão de obra estrangeira; por outro, são vistos como deturpadores da cultura e da identidade “original”.

Spencer e Triandafyllidou (2022: 195) explicam que os imigrantes em situação irregular sobrevivem à custa do seu trabalho e são indivíduos ativos na sociedade, apesar dos constrangimentos impostos pela sua situação de indocumentados. Mais: são pessoas vulneráveis, expostas a contextos de discriminação, exclusão, abuso e exploração, com graves dificuldades no acesso

à saúde, habitação, justiça, educação, proteção social. Para estas autoras, viver neste contexto de conflito e de tensão iminente com as autoridades, gera situações de baixa autoestima, stress, que impactará no processo de reterritorialização, nomeadamente em termo de (re)construção da identidade e no estabelecimento de relações sociais.

O filme revela esta tensão permanente entre os migrantes “desejados-descartáveis”, indivíduos que desempenham tarefas em setores estruturais do mercado de trabalho. A história inicia-se com uma cena de invisibilidade, em que um grupo de pessoas se encontra numa celebração, a ser servidas por empregados de mesa. Samba, assim como outros trabalhadores negros e asiáticos, estão na cozinha afastados dos convidados brancos, sendo invisíveis, porém essenciais para o funcionamento da festa. A restauração é um dos setores laborais que é retratado pelo filme, mas não só. A construção civil também é outro foco da trama, em que Samba também trabalha: a limpar janelas de um edifício de escritórios; a aplicar betuminoso numa rua de Paris; a dar serventia num prédio da cidade. Em todas estas situações, a angariação ocorre de duas formas: ou por uma agência de recrutamento de trabalho temporário, que não é particularmente escrupulosa com a seleção dos candidatos; ou pelos empreiteiros, que contratam ao dia. Samba também trabalha noutras funções, ou seja, como segurança de um centro comercial e num centro de tratamento de resíduos urbanos.

Em comum, estas situações laborais apresentam a dimensão da vulnerabilidade e da descartabilidade, em que os trabalhadores migrantes, em situação irregular, são recrutados por períodos curtos, sem contrato, sem qualquer tipo de suporte social, sem segurança, com o pagamento feito em dinheiro. Este cenário consubstancia a teoria do mercado de trabalho segmentado, em que se advoga que os autóctones tendem a trabalhar em funções mais bem pagas, seguras e com reconhecimento social, deixando livres trabalhos precários, com baixos salários e pouco reconhecidos, para os imigrantes (Piore, 1979: 86; Massey et al., 1998: 55). Tendo em conta esta situação, Fernandes (2020: 38, 39) questiona o projeto de cooperação institucional europeu, que procura uma identidade comum – a Europa como casa comum – mas onde subsiste o paradoxo da/o Outra/o que, mesmo estando dentro da “casa”, mesmo trabalhando e vivendo nela, não lhe pertence.

5. IDENTIDADES COMPÓSITAS, CONFLITO E RETERRITORIALIZAÇÃO

Autores como Bartram, Poros, Monforte (2014: 11, 12) e Trinandafyllidou (2022: 208) na definição de “estrangeiro”, referem que se trata de uma pessoa membro de outra sociedade, que nasceu noutro país, que é um não-cidadão, alguém que é um estranho ou um “outsider”. Portanto há um foco fundamental na dimensão espacial, entre o que/quem está “dentro” e o que/quem está “fora” e por isso não pertence ao grupo/sociedade nem é “um de nós”. Bauman (2014: 220) e Haas, Castles e Miller (2020: 81) também identificam esta dicotomia numa lógica da diferença, isto da/o “outra/o” que não é igual a nós, e por isso gera medo, desconfiança, tensão, conflito.

No filme, destacam-se três momentos, em que Samba procura a sua identidade como imigrante, como francês, como parisiense, além das cenas já referidas, tentando adaptar a sua forma de vestir e de estar a contextos específicos (tribunal, espaço público da rua e do metro). O primeiro momento é quando Samba usa o cartão de identidade do tio para buscar trabalho na agência de recrutamento temporário. A funcionária dá a conhecer o facto de saber que não há correspondência entre a documentação e a pessoa, porém, por considerar esta mão de obra necessária, ignora a incongruência. Esta situação vai ao encontro do preconizado por Bauman (2014: 107) o qual refere que a identidade parece algo fixo e sólido, mas, no fundo é apenas uma crosta. Neste caso, é apenas um cartão, com nome e imagem, que tem uma função unicamente “formal”. Todavia, o que interessa à funcionária é a pessoa que está na sua frente e que pode desempenhar a função.

Barros (2022: s/p) refere-se às “derivas identitárias” de Roudinesco (2022), ao considerar a “identidade” como uma ilusão subjetivamente necessária, que só se efetiva com base na ideia de um mundo socialmente organizado, a partir de normas e valores pré-estabelecidos. Por isso, num segundo momento, Samba e o amigo Walid, compram cartões de identidade falsos, para poderem simular a documentação exigida no trabalho. O valor a pagar é diferenciado, sendo o cobrado para identificações de indivíduos brancos mais cara do que para pessoas negras e asiáticas. Acerca desta situação, Han (2018: 26) defende que:

A ideia kantiana de uma paz perpétua fundada pela razão alcança o seu ponto culminante através da exigência de uma “hospitalidade” sem condições. Nessa medida, todo o estrangeiro tem direito de estada noutro país. (...) Segundo Kant, ninguém tem mais direito do que outra pessoa a estar num lugar da Terra. A hospitalidade não é uma noção utópica, mas uma ideia vinculativa da razão. (...).

Mas, a realidade é outra, ou seja, é preciso responder a um conjunto de pressupostos que formalizem a presença dos indivíduos estrangeiros no território de chegada.

E eis chegados ao terceiro momento do filme, onde ocorre o clímax da ação, em que Samba se vê confrontado com uma escolha, que irá mudar o rumo da sua história, mas que implica um conflito identitário complexo. Jonas, imigrante irregular que o protagonista tinha conhecido no centro de detenção de migrantes, procura-o com o objetivo de o confrontar com a ligação amorosa frugal, estabelecida entre ele e Gracieuse. O encontro decorre ao início da noite, em que o frio obriga os protagonistas a trocarem de casacos. Depois da conversa derivar numa briga, Jonas cai ao rio Sena e é encontrado morto mais tarde, pelas autoridades, com a identificação original de Samba. Tanto estes, como o tio e como Alice, assumem que é Samba que morreu. Todavia, o jovem consegue escapar, com o casaco e com os documentos de Jonas que, entretanto, tinha obtido o estatuto de refugiado político. Samba vê-se face a um dilema: ou volta para o Senegal, ou assume a identidade do migrante morto e continua em França.

Sobre este aspeto, Fukuyama (2018: 122) defende que as identidades não são biologicamente determinadas, mas que decorrem do ambiente e das experiências vividas. Desse ponto de vista, a(s) geografia(s) têm uma dimensão essencial na construção da territorialidade individual e coletiva, isto é, na “(...) estruturação da identidade, que *é dinâmica* e se vai construindo como materialidade, como imaterialidade e, na conjugação de ambas, com espaço vivido” (Haesbaert, 2014: 65). E se a esta conceção associarmos a ideia de Tuan (2008: 178), de que a própria identidade dos lugares é construída com base nos ritmos funcionais impressos nos

territórios por quem lá vive e deles se apropria, pode considerar-se que há uma relação intrinsecamente determinante na construção da identidade da pessoa, da comunidade e da sociedade onde esta vive. Dito de outra forma: a identidade é constituída pelo que é do humano, pelo que é do espaço e pelo que é do tempo.

Nesta lógica de ideias, e depois da intervenção de Alice, Samba assume a sua nova identidade e permanece em Paris. No fundo, reconhece que também ele mudou e que já não é a mesma pessoa que chegou a França, há dez anos atrás. Esta ideia está relacionada com o defendido por Maalouf (2023: 27), que se refere às “identidades compósitas”, como sendo uma condição complexa, única e insubstituível de cada ser humano. No fundo, trata-se de cada um/a apresentar “múltiplas pertenças”, fruto das experiências quotidianas, dos espaços vividos, do capital de mobilidade adquirido, duma cronotopia territorial singular. Sobre esta questão, Claval (2009: 24), afirma que a alteração de valores e modelos sociais considerados clássicos, assim como a intensificação da mobilidade e da comunicação, está a criar novas identidades, que outrora se consideravam como imutáveis e inevitáveis.

CONCLUSÃO

Através da reflexão realizada sobre a atualidade migratória, em que se cruzou a temática da identidade, do conflito e da espera, foi possível verificar como estas questões se podem tornar motor e tópico de criação artística cinematográfica. Exemplo disso é o filme “Samba” (2014), de Eric Toledano e Olivier Nakache, ao retratar a vida um jovem imigrante senegalês que busca a afirmação da sua identidade, assim como apresenta as marcas do conflito inerente.

A visualização do filme e o cruzamento a leituras sobre o tema da identidade, do conflito, dos riscos e dos territórios, permitiu organizar as informações decorrentes em três núcleos de conteúdo, nomeadamente: a) identidade, risco e conflito no território da espera; b) identidades invisíveis e conflito funcional dos desejados-descartáveis; c) identidades compósitas, conflito e reterritorialização.

Concluiu-se, através da análise fílmica, que muitos imigrantes europeus, em situação irregular, sobrevivem à custa do seu trabalho e são indivíduos ativos e válidos na sociedade, apesar dos constrangimentos impostos pela sua situação de indocumentados. São pessoas vulneráveis, expostas a contextos de discriminação, exclusão, abuso e exploração, com graves dificuldades no acesso à saúde, habitação, justiça, educação, proteção social. Urge a consubstanciação do processo de reterritorialização, numa lógica de reconstrução identitária individual, mas as barreiras são muitas e difíceis de ultrapassar. Expostos a diversos riscos sociais e a contextos de vulnerabilidade, o protagonista do filme e outros semelhantes acabam por construir identidades fluidas, fruto da permanência num limbo instável e inseguro de cidadania, por limitações de ordem jurídica.

Tendo em conta toda a discussão proposta e realizada neste artigo, a cena final é marcante: no escritório, Alice veste a camisola da seleção de futebol do Senegal, por baixo do casaco, e Samba começa a trabalhar como cozinheiro na messe da Guarda Republicana, em Paris. O jovem imigrante caminha por esse espaço, de forma tranquila e segura, quando um militar lhe pergunta o nome. Ele sorri, mas não responde, ficando isso à consideração de quem assiste ao filme. Pode constatar-se que estamos perante aquilo que Haesbaert (2004: 249) refere sobre facto da reterritorialização implicar uma reconstrução da identidade, daí que a ideia de transplantação identitária do que se foi no local de origem, para o que se é e o que se será no local de destino, não ocorre. Segundo o autor, haverá lugar a uma amálgama, um híbrido, cuja construção pode derivar do olhar que o autóctone realiza sobre o alóctone. E aos olhos de ambos, Samba parece ter, finalmente, encontrado a sua identidade, o seu lugar no território desejado.

BIBLIOGRAFIA

Astuti, Wulan Tri; Faruk; Irawanto, Budi (2021). *Bicultural Identity Negotiation in Beur Cinéma: The Case of film Samba*. Proceedings of the 6th International Conference on Education & Social Sciences – ICESS 2021, acedido a 17-5-2023. <https://www.researchgate.net/>

- publication/354938986_Bicultural_Identity_Negotiation_in_Beur_Cinema_The_Case_of_film_Samba#fullTextFileContent
- Barros, Douglas Rodrigues (2022). Identidade não é sinónimo de identitarismo. Resenha de “O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias”, de Élisabeth Roudinesco. *Revista Rosa*, 3-5, acedido a 17-5-2023. <https://revistarosa.com/5/identidade-nao-e-sinonimo-de-identitarismo>
- Bartram, David; Poros, Maritsa V.; Monforte, P. (2014). *Key concepts in migrations*. Londres: Sage.
- Barbera, Maria Caterina (2015) (Ed.). *Identity and Migration in Europe: Multidisciplinary Perspectives*. Suíça: Springer.
- Bauman, Zygmunt (2014). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beck, Ulrich (2015). *Sociedade de risco mundial. Em busca da segurança perdida*. Lisboa: Edições 70.
- Claval, P. (2009). O Território na transição Pós-Modernidade. *GEOgraphia*, 1, 2, 7-26.
- Deleuze, Gilles; e Guattari, Félix (1997). *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, vol. 5.
- Fernandes, João Luis (2019). Geografia, territorialidades difusas e insegurança. *Geopolítica – Revista do Centro Português de Geopolítica*, 4, 33-65.
- (2011). As dinâmicas europeias entre Estados, as redes e os autores multiterritoriais. In Alexandra Aragão; Isabel Valente; Dulce Lopes (Org.), *Visões interdisciplinares da Europa e do Mundo: um exemplo de convergência interdisciplinar em homenagem a Maria Manuela Tavares Ribeiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 83-98.
- (2020). Episódios de uma Europa securitária– Portos marítimos, refugiados e territórios de espera no Mediterrâneo. *Debater a Europa*, 22, 37-53.
- Fukuyama, Francis (2018). *Identity. Contemporary identity politics and struggle for recognition*. Londres: Profile Books.
- Gilmartin, Mary (2008). Migration, identity and belonging. *Geography Compass*, 2-6, 1837–1852.
- Haas, Hein; Castles, Stephen; Miller, Mark J. (2020). *The age of migration. International population movements in the modern world*. Nova Iorque: The Guilford Press.
- Haesbaert, Rogério (2004). *O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.
- (2014). *Viver no limite. Território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e de contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

- Haesbaert, Rogério; Glauco, Bruce (2009). A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, 4, 7, 7-22.
- Han, Byung-Chul Han (2018). *A expulsão do Outro*. Lisboa: Relógio D'Água.
- (2019). *Topologia da violência*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Hay, Ian (2010) (Ed.). *Qualitative research methods in Human Geography*. Oxford: Oxford University Press, 3ª Edição.
- Kastoryano, Riva (2010). Negotiations beyond Borders: States and Immigrants in Postcolonial Europe. *Journal of Interdisciplinary History*, XLI: (Summer), 79-95.
- Lima, Maria Luisa Pedroso (2018). *Nós e os outros. O poder dos laços sociais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Lourenço, Luciano (2019). “Uma classificação de riscos na ótica da proteção civil”. In Luciano Lourenço; António Amaro, *Riscos e Crises. Da teoria à plena manifestação* (113-144). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Col. Riscos e Catástrofes.
- Maalouf, Amin (2023). *As identidades assassinas. A violência e a necessidade de pertença*. Barcarena: Marcador.
- Massey, Douglas et al. (1998). *Worlds in motion. Understanding international migration at the end of the millennium*. Oxford: Clarendon Press.
- Piore, Michael (1979). *Birds of Passage. Migrant Labor and Industrial Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Porto-Gonçalves, Carlos (2020). De caos sistêmico e de crise civilizatória: tensões territoriais em curso. *Territorium*, 27, II, 5-20.
- Rose, Guillian (2022). *Visual methodologies. An introduction to researching with visual materials*. Londres: Sage, 5ª edição.
- Roudinesco, Élisabeth (2022). *O eu soberano: ensaio sobre as derivas identitárias*. Rio de Janeiro: Zahar, tradução de Eliana Aguiar.
- Spencer, Sarah; Trinandafyllidou, Anna (2022). Irregular Migration. In: Peter Scholten, *Introduction to migration studies* (191-204). Roterdão: Springer.
- Sturken, Marita; Cartwright, Lisa (2017). *Practises of looking. An introduction to visual culture*. Oxford: Oxford University Press, 3ª edição.
- Trinandafyllidou, Anna (2022). Migration and the Nation. In Peter Scholten, *Introduction to migration studies* (207-218). Roterdão: Springer.
- Tuan, Yi-Fu (2008). *Space and Place. The perspective of experience*. Minneapolis: University Minnesota Press.
- Valentine, Gilles (2001). *Social Geographies. Space and Society*. Essex: Pearson Prentice Hall.

Vidal, Laurent; Musset, Alain; Vidal, Dominique (2011). Sociedades, mobilidades e deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje). *Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 13, acedido a 17-5-2023 em <https://journals.openedition.org/confins/7274>

FILMOGRAFIA

“Samba” (2014), de Eric Toledano e Olivier Nakache. Dvd, NOS Lusomundo Audiovisuais, Lisboa.

(Página deixada propositadamente em branco)

INTER-GROUP CONFLICT AND DISINTEGRATION: THE PORTUGUESE MIGRANT COMMUNITY IN MACAO AFTER THE COVID-19 PANDEMIC

INÊS BRANCO

branco.ines@gmail.com

*Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, DLLC – Departamento de Línguas,
Literaturas e Culturas*

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1234-1411>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_22

Texto recebido em / Text submitted on: 30/05/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 30/10/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 521-545

ABSTRACT

This study aims to investigate the impact of recent events on the Portuguese immigrant community residing in Macao, focusing on inter-group conflict, integration, and disintegration concepts. The research methodology employed includes a thorough literature review, statistical data analysis, in-depth interviews, and subsequent content analysis.

Findings reveal that the strict measures implemented by the local government to achieve zero COVID-19 cases, along with the repercussions of the Hong Kong Umbrella Movement, have given rise to an inter-group conflict and to the departure of Portuguese immigrants. However, there is no evidence to indicate a decline or disintegration of this community.

Keywords: Macao; COVID-19 pandemic; Umbrella Movement; conflict; disintegration.

RESUMO

Este estudo examina o impacto de eventos recentes na comunidade imigrante portuguesa de Macau, usando os conceitos de conflito intergrupar, integração e desintegração. A metodologia envolve revisão de literatura, análise de dados estatísticos e entrevistas em profundidade seguidas de análise de conteúdo. Os resultados revelam que as medidas rigorosas implementadas pelo governo local para alcançar zero-casos de COVID-19, aliadas às repercussões do “Umbrella Movement” de Hong Kong, causaram um conflito intergrupar e a saída de imigrantes portugueses. No entanto, não há evidências que sugiram que a comunidade esteja a diminuir ou em desintegração.

Palavras-chave: Macau; pandemia COVID-19; *Umbrella Movement*; conflito; desintegração.

INTRODUCTION

In late 2021 and throughout 2022, there was extensive coverage in Portuguese and Macanese media regarding what was perceived as a significant departure of Portuguese individuals from Macao. Media reports focused on several key aspects, including a growing sense of exhaustion among Portuguese immigrants, concerns about the community's declining population, and a diminishing role of the Portuguese language in Macao. These developments were attributed to the implementation of a zero-tolerance policy aimed at controlling the spread of COVID-19¹. The attention given to this issue in the media sparked our interest and served as the impetus for our research. We initiated our study by formulating three primary questions: 1) Is the Portuguese community experiencing a decline in population? 2) Is the community becoming less integrated within the region or showing signs of disintegration? 3) How is the identity of the community undergoing transformation?

In the pursuit of answers to these questions and the discovery of additional factors or events that may have affected the community in recent years, we established a conceptual framework. The first section of this paper delves into an examination of the polysemous concept of conflict followed by an exploration of the roots of inter-group conflicts (identity-based conflicts or ethnic conflicts). Subsequently, we establish connections between the concept of identity and the notion of belonging, thereby arriving at the concept of integration. Finally, we emphasize a distinction between integration and disintegration within the context of migration studies.

In the second section, we delineate the trajectory of Macao's development post-Handover, with a historical and economic overview from 1999, and an analysis of social stability and conflict resolution in Macao.

¹ <https://rr.sapo.pt/especial/mundo/2021/12/20/rodrigo-de-matos-cartoonista-vivemos-uma-debandada-de-portugueses-de-Macao/265005>, accessed October 17, 2023
<https://hojemacau.com.mo/2022/09/30/estudo-comunidade-portuguesa-corre-o-risco-de-se-esvaziar>, accessed October 17, 2023

Following this, we explore the position held by the Portuguese immigrant community within Macao's society, considering historical perspectives, statistical data, and key events, emphasising the significance of the Portuguese language.

In the third segment, we expound on our research design, detailing the chosen methodology and the composition of our sample.

The concluding sections comprise the presentation of our findings and the formulation of our concluding remarks.

1. INTER-GROUP CONFLICTS AND DISINTEGRATION

Sociologists analyse the concept of conflict from various perspectives. In the early 20th century, Georg Simmel developed a theory of conflict in which he regarded conflict as a positive force contributing to the resolution of tensions within society. "Repudiation and dissolution of social relation are negative, but conflict shows itself to be the positive factor in this very contrast with them" (Simmel, 1904: 490).

In the 1950s, Lewis Coser delved into the concepts proposed by Simmel in his seminal work, aiming to develop a theory of social conflict. He believed that contemporary sociologists had emphasized specific facets of social behaviour while overlooking other theoretically significant elements. One of these disregarded aspects of sociological theory revolved around the functions of social conflict. "Conflict as well as co-operation has social functions. Far from being necessarily dysfunctional, a certain degree of conflict is an essential element in group formation and the persistence of group life (Coser, 1956: 31).

Coser examined how conflict played a crucial role in the establishment and preservation of group identities. The demarcation between one's own group and the others was forged through the dynamics of conflict across various domains. Within this context, he delineated several functions that were inherent in the expression of hostility during conflicts. Conflict not only permitted the open expression of hostile dispositions but also could be conceptualized as a "safety-valve", functioning as a means for the release of hostilities, thereby enabling the maintenance of relationships between parties.

The author also explored the differentiation between realistic conflicts and unrealistic conflicts. The first had their origins in the frustration of specific demands and were pursued to achieve certain objectives. In contrast, the second arose when one party sought release from tension. In these instances, the conflict itself became the primary objective rather than a vehicle for attaining specific outcomes. The mediator's principal role was to eliminate the impractical aspects of aggressive behaviour, thus enabling the parties involved to address their differing claims in a more pragmatic manner.

Conflict theory has transcended the realm of sociology, extending into other social sciences. In the field of migrations studies, ethnic conflicts can be elucidated through two approaches (Herbert, 2017). The rational approach is employed when elucidating ethnic conflicts in terms of a security dilemma or as an economic opportunity. The alternative approach is grounded in psychological theories, specifically concerning people's identities and their perceptions of their role in society.

For such conflicts to emerge, "opponents must have a sense of collective identity about themselves and their adversary, with each side believing the fight is between 'us' and 'them'" (Kriesberg & Burgess, 2017). The individuals share a sense of belonging to an "imagined political community" (Anderson, 1991) created through the recognition of shared history, ancestry, and perceived differences from others, some of which may not even be real.

To better comprehend the concept of "inter-group conflicts" it is essential to recognize the relationship between identity and belonging. The notion of belonging is a constituent element of our understanding of our own identity. Maalouf (1998) highlights the dilemma of belonging that immigrants face in their identity formation. Firstly, immigrants must simultaneously belong to both their homeland culture and the host culture, which the author terms "hybridity". Secondly, immigrants must belong to different social groups, including their immigrant community and the wider host society group. Each identity is unique, and different belongings contribute to its distinctiveness.

There is a connection between the two forms of existence: individual and group. An individual reflects the groups they belong to and is associated with certain characteristics attributed by others, which Giddens (2007)

called “social identity”. These markers indicate the person’s identity and their position relative to others who share similar attributes. Social identity establishes commonalities among individuals. The aspect that distinguishes individuals as unique is their “personal identity”. It involves a personal development process whereby individuals create an intrinsic sense of self and establish relationships with the world around them.

Maalouf (1998) argues that personal and group identities present individuals with two challenges: the need to belong and the need to assert themselves as belonging to something. Immigrants must be recognized as belonging to both their home society and their host society. The interaction between an immigrant’s origin group and the cultural group in their current location requires a behavioural shift from both groups’ members, which Berry (2001, 2006, 2008, 2020) refers to as “acculturation”.

Immigrants reconstruct their cultural identity along two dimensions: ethnic identity, which refers to identification with a heritage or cultural group, and civic identity, which refers to identification with the dominant society. Based on these dimensions, Berry (2001) defined four acculturation strategies: assimilation, separation, marginalization, and integration. Specifically, integration occurs when there is as much interest in maintaining the immigrant’s original culture as in daily interactions with other groups. In this case, immigrants maintain a certain degree of cultural integrity while seeking, as members of a cultural group, to participate in the broader social network. The greater the desire for interaction with the host society, the greater the degree of integration.

One of the social consequences of immigrants’ departure from their community is referred to as “community disintegration” (Meissner & Heil, 2021; Lu, 2019; Hinger & Schweitzer, 2020). This term is commonly used in migration studies, although it has been reconceptualized multiple times, leading to different interpretations.

“Disintegration” is often perceived as the antithesis of “integration”. This perspective views disintegration as a failure of integration. According to this viewpoint, there is an assumption of a cohesive past or a social imagination in which stable social configurations were considered the ultimate

ideal for living in society. Despite efforts to promote integration, “this integrationist thinking has not been able to shed itself off the basic premise that migration is why integration efforts are needed” (Meissner & Heil, 2021). However, by recognizing that the differences brought by immigrants alone cannot lead to social fragmentation, we acknowledge that disintegration is not necessarily the opposite of integration.

Another perspective suggests that changes in the social structure of immigrant groups can impact their capacity for collective action. In this view, a process of group disintegration would weaken the community’s ability to mobilize on a large scale to pursue its objectives or advocate for its interests in broader society (Lu, 2019).

A third perspective asserts the existence of disintegration policies and practices. According to this viewpoint, these policies not only neglect settlement but actively aim to cause harm and discourage it. Such measures are often disguised as integration policies and are justified within a broader integration framework. Although some of these policies may lack clear intentionality, they still contribute to processes of disintegration or the undermining of integration (Hinger & Schweitzer, 2020).

2. CONTEXTUALIZING THE PORTUGUESE COMMUNITY IN THE MACAU SPECIAL ADMINISTRATIVE REGION (MSAR)

2.1. MSAR

In 1979, following the re-establishment of Sino-Portuguese diplomatic relations, discussions regarding the “Macao Issue” determined that the territory under Portuguese administration would be “returned to China (...) at the time deemed opportune by the two countries, and through negotiations” (Mendes, 2013). This agreement followed the Sino-British negotiations over Hong Kong and led to the signing of the Sino-Portuguese Joint Declaration in 1987. According to the declaration, the transfer of Portuguese administration to the People’s Republic of China (PRC) was scheduled to occur in 1999.

Consequently, the MSAR was established, encompassing Macao's peninsula, Taipa, and Coloane. It operates based on the "one country, two systems" principle, which is enshrined in the MSAR's Basic Law, serving as its constitutional framework. Pursuant to Articles 2 and 5, PRC grants the MSAR a significant degree of autonomy, including independent executive, legislative, and judicial powers, including the authority of final judgment. Meanwhile, the capitalist system that was previously in place has been maintained. Additionally, it was stipulated that the way of life existing prior to 1999 would remain unchanged for a period of fifty years, until 2049 (SGSC, 2022).

In the 1990s, Pina Cabral (1994) drew attention to the numerous changes that had taken place in the territory over the preceding two decades, which were visibly transforming Macao into a new city, and predicted that the transformations in the coming decades would be at least as profound as those observed until that time. Regarding Macao society, Cabral identified three ethnic categories – Portuguese, Macanese, and Chinese – which tended to revolve around two primary languages, Portuguese, and Cantonese. Nowadays, apart from Portuguese and Cantonese, another language has gained prominence in Macao over the past two decades – Mandarin, the official language of all of PRC.

As Gary Ngai stated in 1999, Macao's identity has been shaped over more than four centuries and is rooted in two major aspects: the Chinese or indigenous heritage and the influence of Western culture. During Macao's transition to PRC, the founder of MAPEAL² envisioned a future for Macao in which linguistic and cultural pluralism would be central to its identity development.

Ngai's vision closely aligned with the subsequent developments in Macao. In 2003, PRC's Central Government made the decision to promote Macao as a crucial link between China and Portuguese-speaking countries. This decision came after the First Ministerial Conference for Economic Cooperation and Trade between China and Portuguese-speaking countries

² Macao Association for Exchange between Asia-Pacific and Latin America Promotion (MAPEAL)

- Forum Macao. This initiative aimed to strengthen economic cooperation and trade relations, further emphasizing Macao's role as a bridge between these regions.

Only a decade after the Handover, Chung & Tieben (2009) stressed the dialectical tension faced by Macao in shaping its future. The city had to strike a balance between preserving its unique characteristics to establish a specialized cultural and economic niche and accelerating integration and cooperation with PRC. There was a concern that Macao's distinctiveness might be compromised in the process. At that time, Macao faced challenges in diversifying its economy beyond gaming and tourism, and there was a need for urban growth, which led to the decision to develop Hengqin Island, located west of Macao.

Fast forward to the present, the objectives for Macao now focus on promoting adequate economic diversification. This includes the establishment of the Guangdong-Macao Intensive Cooperation Zone in Hengqin, the development of the Guangdong – Hong Kong – Macao Greater Bay Area (GBA) and integration into the national “Belt and Road” strategy (Meng & Liao, 2018). These projects aim to attract talent, companies, and investments from various regions in PRC and abroad (GCS, 2023).

Reviewing the history since the establishment of the MSAR, it becomes evident that the local government placed a strong emphasis on prioritizing economic development. However, while this economic progress represents a remarkable achievement, it has also sown the seeds for several social contradictions. “It can be said that economic prosperity is accompanied by different social conflicts, which constitute the normal state of Macao after the return” (Liao, 2018). Drawing on Liao's research from 2018, even though his study predates the COVID-19 pandemic, it is apparent that social conflicts in Macao predominantly align with the category of realistic conflicts (Coser, 1956). These conflicts are rooted in issues related to people's livelihood. Among them, public housing demand and supply, and land development and planning. Macao has a large population, but the land resources are scarce, affecting public housing and the development of the economic industry based on land resources. The substantial taxation and employment

imbalances resulting from the rapid growth of the gaming industry and its related service sectors have hindered the diversified development of Macao's industry to some extent (Meng & Liao, 2018).

Beneath the economic affluence, there appear to be numerous underlying social conflicts. "Due to the flexibility and diversity of conflict resolution adopted by the MSAR Government, the conflict is controlled, basically, by eliminating the negative impact of social conflicts on local social stability. The MSAR government's resolution of local social conflicts is actually the role of its social 'safety-valve'" (Liao, 2018). One of these conflict resolution mechanisms is the annual "send money" (government finance formed by gambling taxation) but it comes with a "double-edged sword" effect since it cultivates the dependence of Macao residents on "waiting, relying on, and wanting" (Meng & Liao, 2018).

2.2. MSAR'S PORTUGUESE COMMUNITY

In the last two decades of the 20th century, the Portuguese community in Macao was largely composed of individuals working in the administrative sector who tended to reside in the territory for a relatively short period. Most of these individuals spent only a few years in Macao. Conversely, some members of the community established permanent ties in the territory, usually those in liberal professions who married Macanese or Chinese individuals from Macao (Cabral, 1994).

The Portuguese presence in Macao has left lasting identity imprints, not just in terms of language and heritage, but also in the legal system. Macao's law is based on the Portuguese Civil Code and remains influential and fundamental (Teixeira & Silva, 2017).

After the Handover, there was a significant reduction in the Portuguese community as many immigrants returned to Portugal. From 2002 onwards, the opening of the gambling industry led to increased living costs in Macao, which were not immediately accompanied by corresponding increases in the wages of Portuguese immigrants. Additionally, the local Chinese community experienced improvements in living standards, enabling them to occupy

positions that were previously predominantly held by Portuguese individuals (Branco, 2017).

The economic crisis that originated in Portugal in 2008, prompted a significant number of Portuguese individuals to pursue opportunities in Macao once again. The allure of securing significant professional positions and attaining a standard of living that had become increasingly unattainable in Portugal proved highly appealing, leading to a notable rise in the number of Portuguese immigrants. Thus, the community became more diverse, with individuals working in various fields, not limited to lawyers or teachers but also encompassing engineers, architects, designers, with many working in the casino industry. There were, though, some adverse effects, such as divisions within the community itself between long-term immigrants and more recent arrivals. While those who had been in Macao prior to 2008 sought to redefine their role within the community and their connection to Macao, newcomers appeared to be less engaged with the Portuguese community and less interested in its culture and history. Consequently, the dynamics within the community have once again undergone changes (Branco, 2017; Teixeira & Silva, 2017).

2.3. MSAR IN NUMBERS

Macao's gaming and tourism industries have propelled it to rank among the top in per capita GDP globally. In 2020, COVID-19 pandemic had a negative impact on the economy, with Macao's GDP decreasing, by 43 percent, in the end of that year (DSEC, 2023). However, just in the first half of 2023, Macao's GDP had a record growth of 117.5 percent, which was attributed to "the driven force of the thriving tourism and gaming sectors" (DSED, 2023).

As of 2022, the population of Macao stood at 672,800 inhabitants. Male residents accounted for 46.8 percent of the total population, while female inhabitants represented 53.2 percent. Most of the population consisted of Chinese nationals, comprising 88.4 percent. Filipino nationals constituted 4.6 percent of the population, and Portuguese nationals made up 1.4 percent (DSEC, 2023).

2.4. MSAR'S PORTUGUESE COMMUNITY IN NUMBERS

Table 1 illustrates the number of foreign residents in Macao who were born in Portugal compared to the number of foreign residents with Portuguese nationality in relation to the total resident population, spanning from 2001 to 2021 - last year with available data, from the Portuguese Emigration Observatory (OE, 2023). The number of Portuguese immigrants experienced a decline between 2001 and 2006; however, since 2006, there has been a gradual increase. The decrease in Portuguese residents from 1999 to 2006 can be attributed to the Handover, during which many individuals, particularly those employed in public services, returned to Portugal as their service commissions came to an end. Following 2006, as mentioned previously, the number of Portuguese residents saw a rise due to the economic crisis that began in Portugal in 2008. Portuguese residents with Portuguese nationality constitute a larger group when compared to individuals born in Portugal who migrated to Macao, representing a mere 0.3 percent of the population, totalling 2.213 immigrants in 2021 (OE, 2023). This research specifically focuses on this latter population — that is, on individuals who indeed migrated.

Table 1 – Evolution of the Portuguese Resident Population born in Portugal and with Portuguese nationality vs. Total Population in Macao, 2001-2021

Years	Total resident population	Foreign residents born in Portugal		Foreign residents with Portuguese nationality	
	N	N	% of total	N	% of total
2021	682.070	2.213	0.3	8991	1.3
2016	650.834	2.011	0.3	9024	1.4
2011	552.503	1.835	0.3	5020	0.9
2006	502.113	1.316	0.3	8593	1.7
2001	435.235	1.616	0.4	879	2.0

Source: Portuguese Emigration Observatory³.

³ Portuguese Emigration Observatory, <https://observatorioemigracao.pt/np4/paises.html?id=147>, accessed October 16, 2023.

2.5. PORTUGUESE LANGUAGE IN MACAO

Portuguese, along with Mandarin, will remain an official language of the MSAR until 2049, as stipulated in Article 9 of the Basic Law: “In addition to Chinese, the Portuguese language can also be used in the executive, legislative, and judicial bodies of the MSAR, and it is also an official language”.

Although Mandarin and Portuguese are recognized as official languages, most of the population, approximately 80.1 percent, uses Cantonese as their primary language. The proportions of the population using Mandarin and Tagalog are 5.5 percent and 3 percent, respectively. In terms of overall language proficiency, around 50.4 percent of the population speaks fluent Mandarin, while 27.5 percent speaks fluent English. Only 2.3 percent of the population can speak Portuguese fluently (DSEC, 2023).

Prior to 1999, the Portuguese language was widely used in the administration and judicial sectors, benefiting from its prestigious status (Laborinho, 1999). Even so, Grosso (1999) predicted that, over time, Mandarin would gradually replace Portuguese at the administrative level, “With the spread of the use of Mandarin, there will be a tendency towards a single language (...) and an increasing reinforcement of belonging and unity with China”.

Presently, initiatives are underway to enhance the prominence of the Portuguese language, aiming to facilitate Macao’s position as a Sino-Lusophone platform. There is a concerted focus on strengthening the teaching and research of Portuguese. The 2022 Macao Yearbook, which delineates administrative policies for the year, accentuates the amplification and utilization of Macao’s role as an intermediary between PRC and Portuguese-speaking countries. It highlights the utilization of platforms to establish connections between the mainland China market and support industries and society in fostering cooperation across diverse domains (GCS, 2023).

3. RESEARCH DESIGN

This research adopts an exploratory approach with the aim of understanding how recent events have impacted the Portuguese immigrant community in Macao, particularly in relation to their identity, integration

in the region, and the significance of the Portuguese language as one of the official languages.

A qualitative methodology is employed, which encompasses a comprehensive literature review, analysis of statistical data, and the conduct of eight in-depth interviews. Due to logistical constraints and the researcher's location outside of Macao, all interviews were conducted remotely via email.

One limitation of this method is the reduced ability to redirect interviews towards specific research objectives, which could have been more feasible in face-to-face interviews. Even though, respondents still had the freedom to express themselves in their own words and answer questions in the order they deemed most appropriate.

Despite this limitation, conducting interviews via email offered advantages. One benefit was the absence of time constraints. Unlike in-person interviews that require scheduling and adherence to a set timeframe, email interviews allowed participants to take their time in formulating their responses. Interview scripts were sent to the participants via email, and they were given several weeks to provide their answers. This allowed for more thoughtful and considered responses. Five interviews were conducted in 2021, followed by three additional interviews in 2022.

Subsequent content analysis involved a systematic examination of the collected interview data. Each interview was individually analysed, followed by a cross-sectional analysis of all interviews to enable comparisons among the respondents.

3.1. SAMPLE DEFINITION

The primary objective was to create a sample consisting of diverse, distinct, and representative profiles. Criteria includes age, gender, and the status of migration (those still in Macao and those who left the territory). The aim was to 1) ensure a balanced representation of both men and women; 2) cover a wide range of age groups; and 3) primarily include individuals who left Macao, while also including some who decided to stay despite the pandemic situation.

The sample consists of five female respondents (62.5 percent) and three male respondents (27.5 percent). In terms of age distribution, one participant is under 30 years old, two are between 31 and 40 years old, three are between 40 and 50 years old, and two are over 50 years old. Two participants were residing in Macao, while six had already left the region. It is worth noting that all interviews conducted in 2022 were with individuals who had made the decision to move abroad, as some participants in 2021 were still in the process of making that decision.

To ensure the anonymity of the immigrants, initials not directly linked to their real names were used throughout the research process.

Table 2 – Sample

Initials	Age rank	In/ out of Macao	Gender: M/F
2021			
D. G.	>50	In	F
L. H.	>50	Out	M
E. T.	31-40	In	F
Q. T.	31-40	Out	M
J. B.	<=30	Out	F
2022			
K.Q.	41-50	Out	M
M.H.	41-50	Out	F
T. F.	41-50	Out	F

4. FINDINGS

4.1. SELF PORTRAIT

Differences in how individuals perceive their sense of belonging to the community are influenced by their date of arrival in Macao. Significant events, such as the Handover, have shaped their experiences. During the interviews, they used the words “small”, “closed”, and “united” to characterize their community. Though, regarding this last adjective there is no consensus among them.

Regarding the role of the community in the region, there has been a significant shift in recent years. D.G., when asked about her sense of belonging to Macao, expresses that in the past she felt like a “Macao person”. At present, she describes herself as a “Portuguese immigrant”. This sentiment is shared by other interviewees: “I feel a sense of slight offense when the government openly categorizes me as a foreign resident of Macao. I consider myself a person from Macao because a significant portion of my adult life has been spent in this city” (Q.T., hospitality professional).

All the interviewees acknowledge the significance of the Portuguese community in Macao as a historical reference. Yet, the importance attributed to this role varies according to each individual’s perspective. Q.T., for instance, believes that this historical reference does not confer any particular significance to the community: “The Portuguese presence in Macao remains as a lingering memory, albeit not completely eradicated. It seems that the Portuguese themselves have not fully grasped the fact that they have already faded into oblivion”.

From an alternate standpoint, it is precisely this historical function that grants Macao its distinctiveness. L.H. contends that the Portuguese community’s significance in Macao primarily resides in its role as a historical reference and a symbol of cultural heritage. It imparts a sense of uniqueness and an almost exotic quality to Macao’s identity. Conversely, Macao’s character is also moulded by the collective contributions of all individuals who have traversed its streets, whether they resided temporarily, established permanent roots, or departed after a certain period: “Macao is a product of the diverse tapestry of people who have left their mark on the region” (Q.T.).

4.2. IMPACT OF RECENT EVENTS

4.2.1. COVID-19 PANDEMIC

The impact of the COVID-19 pandemic in Macao was heavily felt in the tourism industry, which consequently led to a decrease in the number of people on the streets. Regarding the interviews collected in 2021, respond-

ents generally thought that the government's response to the effects of the pandemic was swift and well-implemented. Borders were promptly closed, a two-week confinement period was imposed, and mandatory quarantine measures were enforced for anyone entering the territory.

The feeling of isolation and the inability to visit extended family members represented the flip side of the coin. Despite these challenges, some immigrants regarded the measures aimed at promoting local consumption and minimizing the risk of layoffs as positive.

T.F. reports a less visible yet significantly catastrophic aspect of the pandemic's impact. While the resident population received protection measures, the non-resident population, comprising a significant portion of Macao's workforce, did not enjoy the same level of protection and endured immense suffering: "Numerous individuals in the private sector have lost their jobs, and many non-residents have been left unemployed. I have been involved in assisting the Food Bank. It is disheartening to witness the hidden hunger and poverty that exist in Macao" (T.F., lawyer).

4.2.2. UMBRELLA MOVEMENT (UM)

In examining the interviewees' connection to Macao, the word "freedom" emerges in a negative light. The UM that originated in Hong Kong in 2014 symbolized a struggle to uphold the existing democratic system in the region, as outlined in its basic law during the 1997 handover to China. This event had consequences in Macao, yet it was perceived by Macao's society as detrimental to economic growth. According to Wing-yat (2019), there was indeed a surge in youth campaigns in May 2014. What set this apart was that, for young activists in Macao, the UM wasn't necessarily the primary driving force behind their reform campaign. Instead, their motivation revolved around the retirement compensation packages provided to the chief executive and senior officials. "They were able to mobilize 20,000 protesters against it. In Macao's history, the scale of this demonstration was second only to the support for the 1989 Beijing student movement" (Wing-yat, 2019).

In June 2019, as the fifth anniversary of the UM approached, demonstrations re-emerged in Hong Kong, causing disruptions that were also felt in Macao. Consequently, during interviews conducted in 2021, the prevailing sentiment was not just disillusionment, but a genuine apprehension regarding potential constraints on freedom, particularly freedom of expression.

According to the interviewees, the process of aligning local political views in Macao with those of PRC began during the second term of Chief Executive Chui Sai On. This shift in direction coincided with changes in the government team, which introduced new instructions to foster a closer alignment with China's political stance.

Due to their limited fluency in Cantonese and Mandarin, the interviewees predominantly rely on Portuguese and English media. Their language limitations restrict their ability to obtain a comprehensive understanding of the situation. Nonetheless, it is noticeable to them that journalism practiced in Macao is currently under scrutiny by Chinese authorities, which became more evident after 2019. The role of journalists in Macao appears increasingly essential. J.B., a journalist who has already left Macao, states that she observed a significant increase in obstacles when it came to accessing information and covering events. "Arrests were made on June 4th, 2020, during vigils commemorating the Tiananmen massacre. There was a significant police presence at Senado Square that night, despite no one planning to hold the customary vigil due to the ongoing pandemic".

In this scenario, for these immigrants, the decision to leave Macao arises as a consequence of the COVID-19 zero-cases policy and the restrictions imposed on freedom of expression: "In this situation, freedom is severely curtailed, and individuals feel compelled to unquestioningly adhere to the guidelines (...) from the health authorities. The sheer volume of rules has become exhausting for the people" (M.H., teacher).

5. CONCLUSION

The purpose of this research is to examine the current situation of the Portuguese community in Macao following the pandemic. To accomplish this objective, three key questions have been formulated:

1. Is the Portuguese community experiencing a decline in population?
2. Is the community becoming less integrated within the region or showing signs of disintegration?
3. How is the identity of the community undergoing transformation?

Regarding the first question, the government's measures aimed at achieving a zero- cases policy, the events in Hong Kong, particularly the protests of the UM, and the perceived restriction of freedom of expression were cited as reasons for some respondents to leave Macao. Nonetheless, there is no statistical evidence indicating a decline in the Portuguese community. Resident numbers continue to indicate an increase in absolute terms, and the proportion of the Portuguese community remains stable at 0.3 percent of Macao's total population. According to Macao's DSEC (2023), the total population in 2022 decreased by 10,400 people compared to 2021, but this decline is primarily attributed to a decrease in the number of non-resident workers residing in Macao. It should be noted that this number does not include non-resident Portuguese immigrants.

The majority of the non-resident population in Macao originates from mainland China (69.9 percent), followed by the Philippines (15.7 percent). The respondents' observations about the non-resident population align with this data, as they mentioned that non-resident workers did not enjoy the same level of protection as resident workers during the pandemic and experienced significant hardships.

Regarding the second and third questions, the research findings have provided valuable insights that will assist us in analysing and understanding the dynamics and challenges faced by the Portuguese community, as well as the potential impacts of external events and restrictions on freedom in shaping these dynamics. Our conclusions will be formulated within the framework of our conceptual model, enabling us to offer a comprehensive understanding of the topic.

5.1. IDENTITY, BELONGING AND INTEGRATION

Belonging is an essential aspect of identity formation, and immigrants often face the challenge of belonging to multiple social groups simultaneously.

The changing perception of the Portuguese community in Macao reflects the complexities of identity and belonging in a multicultural context. The differing perspectives on the community's historical role and its importance highlight the negotiation of identity and the impact of historical legacies. The feeling of being a Portuguese immigrant rather than a part of Macao's fabric speaks to the challenges of belonging and the effect of social and political dynamics on identity formation. Integration is here discussed as a process in which immigrants maintain their cultural integrity while seeking to participate in the broader social network.

In this context, it can be asserted that the Portuguese community remains integrated into the larger society of Macao. However, there is a noticeable difference in the level of integration and the sense of belonging compared to a decade ago (Branco, 2017). According to the accounts of some interviewees, in the past they identified themselves as "Macao people", whereas now they are seen as "Portuguese immigrants". Yet, in accordance with previous studies on the same community, it is evident that the community still plays a role in preserving Macao's identity.

In addition to the feelings of the immigrants, the Chinese central government assigns significance to one of the pillars of the region's identity, which is directly linked to the role of the Portuguese as custodians of that identity. Efforts are underway to enhance the prominence of the Portuguese language in order to support Macao's role as a Sino-Lusophone platform. Therefore, not only can the community be considered integrated within the region, but this integration is also tied to the continuing importance of the Portuguese language in the territory. The language is not in decline, particularly because its significance is not determined by its usage or the number of speakers in Macao, but rather by Macao's position as a centre for the teaching and research of this official language.

5.2. DISINTEGRATION AND INTER-GROUP CONFLICT

One of the social consequences of immigrants' departure from their community is disintegration, which refers to the weakening of collective action and

the community's capacity to pursue its objectives, as well as fragmentation of social cohesion.

References to social fragmentation raise concerns about disintegration. In the past, divisions were observed within the community itself between long-term immigrants and more recent arrivals (Branco, 2017; Teixeira & Silva, 2017), along with differing perspectives on the community's historical role, which persist to this day. This "intra-group conflict" highlights internal divisions. Currently, the issue lies in disintegration policies and practices that undermine integration efforts (Hinger & Schweitzer, 2020). Concerning the Portuguese community in Macao, although the restrictive measures of the COVID-19 zero cases policy may not have explicitly aimed to make these immigrants leave the territory, they are recognized as one of the reasons for their departure. This situation represents an "inter-group conflict".

The other reason for their departure was the repercussions of the UM in Macao, where restrictions on freedom, particularly freedom of expression, were perceived as an erosion of rights in Macao. The government's response to the pandemic, including strict measures and surveillance, can be seen as attempts to maintain control and enforce compliance. The influence of Chinese authorities on the media further illustrates the exercise of power and control to shape narratives and limit dissent. The role of media and communication in shaping perceptions and controlling information emerges as a crucial theme. The interviews shed light on the challenges faced by journalists in accessing information and reporting on sensitive issues, underscoring the importance of media freedom for a transparent and informed society.

Individual decisions to leave Macao can indeed be seen as a form of resistance. However, choosing to stay also constitutes a form of resistance. Those who decide to remain in Macao do so based on personal and professional motivations. In terms of personal motivations, these immigrants attribute a distinct role to the community, emphasizing the importance of preserving the connection between Macao and its Portuguese heritage (collective identity). On an individual level, they still identify themselves as Macao citizens, even if their recognition within the broader Macao society has waned (personal identity).

Within the realm of professional motivations, despite the negative factors highlighted by these immigrants, Macao's economy is currently stronger than ever, primarily driven by the tourism and gambling sectors. Paradoxically, what keeps these immigrants in Macao is rooted in the social conflicts within Macao society - significant taxation and employment disparities resulting from the rapid development of the gaming industry, which hindered the diversified growth of other industries; and residents demands for better livelihood conditions and increased employment opportunities for locals (Meng & Liao, 2018). In response to this last demand Macao's government is already implementing measures to restrict the entry of foreign employees, including Portuguese nationals⁴.

Hence, while diverse events had impacted the Portuguese over the last years, and still are, it is not evident that the Portuguese community is currently undergoing a process of disintegration. Instead, it is worth emphasizing that this community has consistently demonstrated the capacity to transform and adapt in response to adversity over the course of centuries.

While this study is exploratory in nature and relies on a limited sample size, our objective is to make a valuable contribution to the existing body of research on Macao and migration. To further enhance the findings, future investigations could encompass a larger sample size.

BIBLIOGRAPHY

- Anderson, Benedict (1991). *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. London: Verso.
- Berry, John (2001). A Psychology of Immigration. *Journal of Social Issues*, 57, 615-631.
- (2006). Contexts of acculturation. In John Berry & David Sam (Ed.), *The Cambridge Handbook of Acculturation Psychology* (27-42). Cambridge University Press.

⁴ <https://www.macaubusiness.com/portugal-macao-in-talks-over-restrictions-on-residency-applications-for-portuguese-nationals/> accessed October 25, 2023

- (2008). Globalisation and Acculturation. *International journal of intercultural relations*, 32, 328-226.
- (2020). How shall we all live together? In S. Safdar, C. Kwantes, & W. Friedlmeier (Eds.), *Wiser world with multiculturalism: Proceedings from the 24th Congress of the International Association for Cross-Cultural Psychology*.
- Berry, J. W., & Sam, D. (2006). Contexts of acculturation. In S. & Berry, *Theories, Concepts and Methods* (27-42).
- Branco, Inês (2017). Host language and integration: the case of the Portuguese community in Macau. *Revista Portuguesa de História*, 48, 125-150.
- Cabral, João de Pina (1994). A composição étnica de Macau. *Revista de Cultura*, 20, 225-234. <http://www.icm.gov.mo/rc/viewer/30020>
- Chung, Thomas & Tieben, Hendrik (2009). Macau: Ten Years after the Handover. *Journal of Current Chinese Affairs*, 38, 7-17.
- Coser, Lewis A. (1956). *The Functions of Social Conflict*. New York: The Free Press.
- DSEC (2023). *Statistics and Census Services of MSAR*.
- DSED (2023). *Economic and Technological Development Bureau of MSAR*.
- GCS, M. (2023). *2022 Yearbook of Macau*. <https://yearbook.gcs.gov.mo/en/>
- Giddens, Anthony (2007). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Grosso, Maria José (1999). Macau, identidade multilingue. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 7, 96-101.
- Herbert, Siân (2017). *Conflict analysis: Topic guide*. Birmingham, UK: GSDRC, University of Birmingham.
- Hinger, Sophie & Schweitzer, Reinhard (2020). *Politics of (Dis)Integration*. Springer Open.
- Kriesberg, L., & Burgess, H. (2017). Identity Issues. In G. Burgess, & H. Burgess, *Beyond Intractability*. University of Colorado.
- Laborinho, Ana Paula (1999). Por uma Lusofonia a Oriente: sinais do passado, estratégias do presente. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, 7, 39-45.
- Liao, Yang (2018). An Analysis of the Social Stability and Resolution of the Conflict. *Journal of Social and Political Sciences*, 1, 2, 121-146.
- Lu, Yao (2019). Empowerment or Disintegration? Migration, Social Institutions, and Collective. *American Journal of Sociology*, 125, 3, 683-729.
- Maalouf, Amin (1998). *As Identidades Assassinas*. Lisboa: Difel.
- Meissner, Fran & Heil, Tilmann (2021). Deromanticising integration: On the importance of convivial disintegration. *Migration Studies*, 9, 3, 740-758.

- Mendes, Carmen Amado (2013). Macau 500 Years Later: China's Platform for the Lusophone World. *Revista Oriente*, 22, 44-59.
- Meng, Li & Liao, Yang (2018). An Analysis on Social Ecological Changes and Development Paths after Macao Sovereignty Returned to China. *Journal of Social and Political Sciences*, 1, 3, 402-420.
- Ngai, Gary (1999). A questão da identidade cultural de Macau. *Revista de Letra e Cultura Lusófonas*, 7, 45-56.
- OE (2023). *Portuguese Emigration Observatory*.
- SGSC (2022). *Macao SAR Government Social Communication Office*.
- Simmel, Georg (1904, Janeiro). The sociology of conflict. *American Journal of Sociology*, 9, issue 4, 490-525.
- Teixeira, Vítor & Silva, Susana (2017). *Portuguese in Macao*. Macao: Tribuna de Macau.
- Wing-yat, Eilo Yu (2019). The Mirror Image: How does Macao Society read Hong Kong's Umbrella Movement? In E. Cheng, & N. Ma, *The Umbrella Movement. Civil resistance and contentious space in Hong Kong* (311-334). Amsterdam University Press. <https://doi.org/10.1017/9789048535248.013>

AS PAISAGENS DIGITAIS DA NOVA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL PÓS- COVID-19: CRISES E CONFLITOS

*The digital landscapes of the new
post-covid-19 social transformation:
crises and conflicts*

PAULO FERNANDO PEREIRA FABIÃO SIMÕES

paulofsimoes@gmail.com

*Universidade de Coimbra, CEGOT-Centro de Estudos de Geografia e do Ordenamento
do Território*

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3685-9162>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_23

Texto recebido em / Text submitted on: 01/03/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 28/09/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.^a Série

pp. 547-569

RESUMO

O presente artigo pretende mostrar os novos paradigmas que emergiram da pandemia da Covid-19 nas novas paisagens digitais. Os antigos paradigmas têm em regra, acompanhado a globalização por processos de difusão espacial e social. Mas a pandemia da Covid-19 veio mudar comportamentos padronizados, uma nova realidade e a escalas diversas. Este artigo levanta questões tais como: O fenômeno totêmico está a (re)criar novas paisagens? Como se vive o espaço e o tempo da pós-covid 19? Qual a relação entre o trabalho digital e o turismo? A Covid-19 veio criar novas paisagens digitais? A Inteligência Artificial será incontornável? São algumas questões que se pretendem refletir, sem, contudo, esgotar a sua discussão.

Palavras-chave: Paisagens; Covid-19; IA; Digital; Turismo.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the new paradigms that emerged from the Covid-19 pandemic in the new digital landscapes. The old paradigms have, as a rule, accompanied globalization by processes of spatial and social diffusion. But the Covid-19 pandemic changed standardized behaviors, a new reality and on different scales. This article raises questions such as: Is the totemic phenomenon (re) creating new landscapes? How do we live in the space and time of post-covid 19? What is the relationship between digital work and tourism? Has Covid-19 created new digital landscapes? Will Artificial Intelligence be unavoidable? These are some questions that we intend to reflect on, without, however, exhausting their discussion.

Keywords: Landscapes; Covid-19; AI; Digital; Tourism.

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 gerou impactos profundos na economia mundial que ainda estão por ser completamente compreendidos, cujos desdobramentos ainda não pararam de acontecer. A literatura científica tem se esforçado para analisar, compreender e pesquisar esses impactos e os caminhos subsequentes, mas a proximidade e a contemporaneidade do evento tornam a tarefa muito incompleta (Marcelino, Rezende & Miyaji, 2020).

O trabalho remoto foi apenas uma das mais variadas soluções que surgiram nesses meses, tendo alterado profundamente diversas dinâmicas económicas e sociais. Esta alteração veio acelerar uma transformação social no domínio do trabalho criando paisagens (trans)virtuais.

Aliado ao aumento das compras *online* pós-covid 19 (Bernardes, Souza Silva & Lima, 2020), o trabalho remoto e a consequente (re)configuração das supracitadas dinâmicas sociais e económicas, gerou desafios profundos, que atingiram de várias formas empresas de diferentes quadrantes e sectores. Estas transformações tornam os impactos da Pós-Covid 19 num tema de suma importância para a sociedade em geral onde se acentuam os comportamentos padronizados que (re)criam novas paisagens a que designaremos de totémicas. A pandemia forçou a uma nova capacidade de adaptação, com a inovação tecnológica a surgir como forma de sobrevivência.

É aqui que emerge outra crise com os avanços da IA, onde o distante e o próximo já não são determinados pela sua fronteira, (re)criando novas paisagens a que designaremos de paisagens (trans)digitais. Com o advento da nova evolução tecnológica a IA a todos alcança sem deixar ninguém de fora.

A crise gerada pela pandemia da Covid-19, é totalmente distinta dos outros episódios de crise que ocorreram nas últimas décadas. As possíveis comparações com outras crises mundiais, como a crise financeira de 2008, que teve origem no *subprime* norte-americano, que posteriormente gerou impactos nos mais diversos mercados e economias mundiais.

Uma crise pandémica é sempre um particular desafio para empresas, gestores, investidores e decisores de política pública (Fernandes, 2020). A ideia de crise começa a generalizar-se no âmbito da análise social nos séculos XVII

e XVIII, período em que surge pela primeira vez a expressão crise económica com um tempo e um lugar próprios (Bastien, 1989).

O artigo pretende formular problemas e dar contributos analíticos na perspetiva de melhor compreender os novos paradigmas que a Covid-19 originou e o impacto que estes detêm na (re)criação das novas paisagens. A metodologia escolhida é assente numa pesquisa exploratória, descritiva e analítica, com o objetivo de compreender os fenómenos identificados e apoiados em produção científica já existente.

AS PAISAGENS TOTÉMICAS: ESPAÇO E TEMPO

O impacto da Covid-19 trouxe muitos constrangimentos, mas também oportunidades. Os confinamentos, uso de máscara, distância de segurança e grandes cidades sem movimento, originaram novas paisagens de medo e morte. O espaço é social, político, económico e cultural, uma vez que as relações de poder e de controle que se estabelecem sobre ele acabam por determinar não apenas a sua forma, mas também o uso que se faz dele.

Estamos nesta matéria de acordo com Santos (2002) quando nos diz que cada indivíduo possui um “lugar socioeconómico”, que lhe dá mais ou menos possibilidades de acesso aos bens e serviços da rede urbana. O tempo e o lugar sempre existiram e cada um deles é definido de acordo com a experiência pessoal do indivíduo. Toda a atividade económica cria uma estrutura espaço-tempo à escala geossocial que reflete a relação entre a produção e o consumidor. Segundo Lipovetsky (2007: 198) assistimos, “desde os anos 90, o desenvolvimento de um *design* do tipo polissensorial que tem por fim otimizar a dimensão sensorial dos produtos criando impressões de conforto e sensações de prazer”. Todos esses conteúdos se reduzem a “signos sobrepostos, culminando no super-signo que é a marca: ou seja, a verdadeira e única mensagem” (Baudrillard, 2008: 197).

De facto, é do valor que atribuímos à marca/produto que emerge o significado, “os objetos seduzem-nos porque têm necessidade de nós para existirem. Sem consumidores pós-modernos, isto é, sem pessoas que assumam uma atitude fetichista no consumo, não há mercadorias sedutoras” (Volli, 2006: 217).

Nas últimas décadas do século XX vimos fortalecer uma nova dinâmica de consumo, caracterizada pela “procura das felicidades privadas, a otimização dos nossos meios corporais e relacionais, a saúde ilimitada, a conquista de espaços-tempos personalizados” (Lipovetsky, 2007: 37).

Estas novas práticas de consumo aparecem, quase sempre, ligadas a novas temporalidades e espacialidades. É Hall (1984) quem nos remete para as temporalidades que durante muito tempo foram marcadas pelas sociedades arcaicas por um tempo monocrónico em que cada coisa ou tarefa tinha o seu tempo e lugar específicos, e que se podiam encontrar em expressões populares como tudo tem o seu tempo. O tempo vai-se alterando e esse entendimento vai ser fundamental nas nossas decisões. O tempo sem pressão, do princípio do séc. XX é substituído, no início do século XXI, pela imposição da hiper-velocidade nos ritmos quotidianos.

Hoje as sociedades hipermodernas emergem do tempo policrónico, marcado por um tempo rigoroso, rápido, onde se vive com o sentimento de que o tempo falta, ou não há tempo para nada. O tempo transforma o espaço social, gera novas tendências e é um forte modelador das paisagens. Assim, as tecno-paisagens de Appadurai (2004), que se referem às formas como as tecnologias ajudam a acelerar os movimentos transfronteiriços, estão a ser substituídas pelas paisagens (trans)virtuais, pois o virtual é cada vez mais potencialmente real, hiper-veloz e sem fronteiras.

Também as financo-paisagens de Appadurai (2004), associadas ao rápido movimento de dinheiro através das fronteiras, estão a ser alteradas pelas paisagens (trans)digitais, onde tendencialmente se irá reduzir a economia de escala para uma economia virtual, com as “bitcoin” e criptomoedas. As trocas comerciais (hipermercados), com a dominância política (superpotências), com a violência (hiperterrorismo), com os sistemas económicos (hipercapitalismo), onde a velocidade quântica à escala dos “Qubits” domina os processos, irão fazer parte do nosso quotidiano.

Nesta ótica emerge também a ideia dos espaços hiper-funcionalizados e (des)caracterizados que remetem para uma hiper-realidade ausente de signos referenciadores de identidade. Os nómadas digitais são cada vez mais uma realidade e trazem com ela a dicotomia do uso do tempo de trabalho e do tempo

de lazer. Se outrora, as suas fronteiras eram bem definidas, hoje, já não é assim. A escala entre estes dois tempos ficou tão reduzida que eliminou a sua fronteira.

O trabalho ao misturar-se com o lazer e vice-versa já não permite saber onde começa um e acaba o outro. Então, o trabalho é lazer e este é trabalho? A axiologia dicotómica deste aspeto, permite verificar que o uso do tempo *per si*, emerge de um novo paradigma. O tempo monocrónico do passado deixou de existir a seguir à II Guerra Mundial, com o advento da Modernidade que se consolidou com a Pós-Modernidade, pois daqui nasceu um outro tempo policrónico que acelerou os ritmos do quotidiano a uma escala sem precedentes. Com a Covid-19, o tempo monocrónico voltou. Os horários dos estabelecimentos comerciais foram alterados, o tempo de celebração em família foi revalorizado e a escala de valor e prioridade do tempo de consumo foi reduzida.

As cronotopias são aqui abordadas no sentido de compreender os novos usos dos diversos tempos que redefinem os ritmos de vida das pessoas, como também, no ritmo dos territórios. Hoje, os espaços físicos, são utilizados para ter rede *wi-fi* e conectar com quem está fora do seu espaço geográfico. São estas mudanças da forma como se vive e sente o tempo que criam novas espacialidades e modificam as paisagens que serão definidas pelo (trans)digital. A função da convivência, do simples ponto de encontro, está a deslocar-se dos antigos espaços de lazer públicos para o convívio *online*, onde o contacto real está limitado à esfera geográfica dos espaços de diversão, em regra, noturna.

Hoje, os territórios são marcados pela imagem que os caracteriza. A nova paisagem (trans)virtual tipo *Blade Runner* será uma realidade num futuro não muito longínquo pois a Inteligência Artificial está a desenvolver-se de um modo tão rápido que os novos territórios (trans)virtuais irão iniciar uma nova (des)territorialização que já não será social, mas (trans)digital.

A (trans)digitalização da vida humana excederá as fronteiras do virtualismo do tipo Tesla Bot, onde as relações humanas já não serão mais individualizadas, mas sim processadas pela Inteligência Artificial, como demonstra o ChatGPT. O dilema ético da recente ChatGPT, que apesar de ter enormes potencialidades, desde ajudar nos trabalhos de casa, nos exames, no escritório ou até em dicas para acertar no Euromilhões, não deixa de ser preocupante e tudo por causa de uma “guerra” entre a Microsoft e a Google (Observador,

2023). A questão do ensino, será, talvez, a mais afetada, pois, também aqui a Inteligência Artificial está a mudar o paradigma (Jornal de Notícias, 2023).

O futuro será cada vez mais (trans)digital e as suas paisagens serão muito parecidas com os cenários nas grandes produções de Hollywood. As paisagens (trans)digitais poderão não ser tão negras, mas não deixarão de ser potencialmente reais. Também nestes territórios estão a surgir paisagens totémicas reconhecidas da *Cultura Pop*, em que os indivíduos que as representam têm um visual de tatuagens visíveis no corpo e corte de cabelo e barba “tribal” marcando o seu território. O totemismo tendo raízes nos primórdios da Humanidade está de volta para (re)afirmar o individualismo na conquista de novos territórios e pode ser reconhecido em paisagens totémicas em todo o Mundo, que vão desde estrelas de futebol, cinema, música, até ao mais simples e comum dos indivíduos.

As paisagens totémicas emergem da necessidade dos indivíduos pós-modernos (re)produzirem novos territórios geossociais, mas também geoeconómicos. Baudrillard (1991) vai mais longe quando afirma que o trabalhador não é uma pessoa, mas um signo. O totem segundo Durkheim (1996) não é apenas um nome, mas acima de tudo um emblema. O totemismo é, assim, uma ideia geossocial, cujos grupos são eminentemente territoriais, pois o que os leva a escolherem emblemas é o sentimento de coesão territorial e unidade moral. A tatuagem e o emblema são por isso promotoras de ligações simbólicas e afetivas, pois o totemismo é uma forma de classificação do mundo que deriva da relação geossocial.

Nesta relação criam-se representações que se consubstanciam em paisagens totémicas com forte carga afetiva que se desdobram em formas de comportamento. Se há emoções, elas são criadas pela sociedade e só se tornam reais porque são territorialmente reconhecidas.

Na ótica de Radcliffe-Brown (1973) não há totemismo, mas totemismos, pois é parte de um todo mais abrangente, que permite às sociedades totémicas a representação do universo como ordem social ou moral. Importa referir que as paisagens totémicas detêm também uma forte componente comercial usada nas estratégias de marketing, onde se podem retirar vários exemplos a escalas diversas, como o setor automóvel, tecnológico ou até as forças armadas.

Fig. 1 – Logotipos de marcas com expressão totêmica.



Fonte: Google.

A ideia do totem é usada para (re)criar valores que reforcem o valor da marca, o *brand equity* e a fidelização do cliente. O totem também pode ser visto como um geossímbolo de (re)definição do espaço e do território, numa relação dialética de onde emerge o equilíbrio entre um e outro. A flutuação dos territórios no espaço reflete o jogo das forças sociais dominantes.

Segundo Bonnemaïson (2012: 94), o “espaço e território não podem ser dissociados o espaço é errância, o território é enraizamento. O território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão, sem os quais ele não pode existir; o espaço necessita do território para se tornar humano”. Nesta medida o hibridismo cultural emerge dos signos e dos lugares cujo enraizamento é territorial: “O território não responde apenas a necessidades de identidade e segurança, é também o lugar de uma alteridade consentida” Bonemaïson (2012: 95)

Então o que impulsiona as sociedades para o totemismo? Das suas origens de dependência sobre a natureza, emergem hoje dois novos paradigmas: a individualização de grupos geossociais diferenciados e a segmentação do mercado. É a lógica da diferenciação do produto e as estratégias que visam a segmentação e conquista de novos mercados.

Nos totemismos pós-modernos as sociedades são diferenciadas onde os vários segmentos têm como missão distinguir-se dos outros. Importa também

referir que o totemismo é, segundo Lévi-Strauss (2008: 26), uma “ilusão, pois para ele as imagens são projetadas, isto é, pela subjetividade e a presença constante da repetição e não recebidas”.

O totemismo pode ser uma ilusão, mas funciona e tem um grande impacto. Reproduz paisagens reais e ambíguas com forte dimensão estratégica cada vez mais difundida pelos canais digitais.

TRABALHO DIGITAL E TURISMO: FRONTEIRA ENTRE TRABALHO E LAZER

O termo “nómada digital” foi introduzido por Makimoto & Manners (1997), para descrever um novo estilo de vida onde o trabalho e o lazer se relacionariam, tendo sido mais tarde reconhecido como um fenómeno social (Müller, 2016). Neste sentido, o conceito de nómada digital descreve uma categoria de profissionais que realizam o seu trabalho remotamente em qualquer parte do mundo, recorrendo às tecnologias digitais e a um novo estilo de vida (Hannonen, 2020). O nomadismo digital tem sido abordado como um tipo de atividade de lazer, uma nova forma de trabalho independente da localização, segundo Orel (2019), uma nova atividade económica e um fenómeno cultural (Wang et al., 2018). Não sendo um fenómeno novo, ele foi, contudo, impulsionado com a pandemia da Covid-19.

São vários os autores que sugerem que os nómadas digitais lidam ativamente com as fronteiras imprecisas entre o lazer e o trabalho, na medida em que aspetos como a diversão e o autocontrolo acabam por ser transferidos para o ambiente profissional dos nómadas (Müller, 2016; Reichenberger, 2018; Richards, 2015). Segundo Beatty e Torbert (2003), as primeiras tentativas para estabelecer uma definição de lazer basearam-se, essencialmente, na ausência de trabalho, ou na quantidade de tempo disponível depois de realizados todos os compromissos profissionais, negligenciando as tarefas diárias ou domésticas.

Na mesma linha de pensamento, Witt e Bishop (2009) reforçam esta ideia, afirmando que cada pessoa define o conceito de lazer de acordo com as suas preferências e recursos disponíveis para satisfazer as suas necessidades, valorizando os resultados de formas diferentes, de acordo com os seus valores e aspirações.

Segundo Reichenberger (2018), o lazer pode definir-se como uma componente do nomadismo digital. Os nómadas digitais tendem a procurar locais de acordo com as suas expectativas de trabalho, embora esse não seja o motivo principal das suas deslocações frequentes. O apoio emocional, organizacional e a troca de conhecimentos facilitam a obtenção de resultados, dessa forma os nómadas digitais tendem a agrupar-se em comunidades com ideais e estilos de vida semelhantes (Hall et al., 2019).

O equilíbrio entre o lazer, trabalho e um ambiente ideal para executar as suas tarefas profissionais parece ser uma das principais motivações para os nómadas digitais, mas também, para os novos empreendedores, que não tendo outros recursos, vêm os espaços de *co-working* como uma oportunidade. Segundo Henderson (2002), o valor do empreendedor é evidente tanto a nível nacional, como regional ou local. Ao nível das nações, verifica-se que aquelas que têm maior atividade empreendedora têm simultaneamente um maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Os nómadas digitais tendem a selecionar a sua localização geográfica, de acordo com as suas expectativas de trabalho. No entanto, a flexibilidade geográfica associada ao seu estilo de vida e a ausência de um espaço de trabalho organizacional pode levar à indefinição de fronteiras entre a vida profissional e o lazer, visto que acabam por ser privados da socialização com os colegas de trabalho, o que por sua vez pode resultar na ausência da socialização espontânea.

Embora o nómada digital se encontre constantemente conectado à internet, não existe um contacto genuíno, como acontece na comunicação direta e interação entre colegas de trabalho (Maruyama & Tietze, 2012). Face à solidão associada a este estilo de vida, surgem os espaços de trabalho colaborativos, mais comumente denominados de ambientes de *co-working* (Orel, 2019). Estes espaços podem ser descritos como ambientes de trabalho compartilhado, onde diferentes tipos de profissionais se reúnem para realizar as suas tarefas de trabalho.

O nómada digital, destaca-se pela sua localização independente, criatividade, horários de trabalho flexíveis e ambiente agradável para realizar as suas tarefas profissionais. Contudo, e embora estes indivíduos não dependam

de áreas de trabalho e salas especializadas para o efeito, eles exigem uma alta cobertura e qualidade de internet e que eles próprios encontrem ou preparem o seu espaço de trabalho ao invés de depender de um ambiente de escritório convencional, estável fornecido por determinada organização (Jarrahi & Thomson, 2017).

Por outro lado, e apesar dos nómadas conseguirem adaptar o seu trabalho às suas circunstâncias individuais e familiares, este estilo de vida acarreta também maiores riscos, visto que não beneficiam de seguros de saúde, cobertura sobre doenças ou despesas com férias anuais, o que os coloca em situações mais precárias (Nash et al., 2018).

Ainda que a mobilidade constante permita a estes indivíduos viajar e conhecer novos lugares, pessoas e culturas, exige ao mesmo tempo a mobilização de recursos. Apesar do nómada ter a possibilidade de desenvolver as suas tarefas profissionais através da internet, o contacto através desta fonte acaba por se tornar mais impessoal e distante. Embora os nómadas digitais possam ter uma vida profissional mais flexível e à partida mais gratificante, deve-se ter em conta que a mesma liberdade de espaço-tempo que lhe oferece benefícios pode tornar-se também opressora, na medida em que a taxa de resposta deve manter-se constantemente alta, o que pode desequilibrar os limites entre a vida pessoal e profissional (Lal & Dwivedi, 2010).

A ideia de nómada digital, não sendo nova, é, contudo, potencializada com a Covid-19. O conceito “nómada digital” não é novo, mas a pandemia da Covid-19 veio reinventá-lo, “(...) com o teletrabalho (...)” (RTP, 2020). As estimativas mais recentes colocam o número de nómadas digitais só dos EUA em 16,9 milhões, um aumento espantoso de 131% em relação ao ano pré-pandémico de 2019. Este aumento induzido pela covid-19 no trabalho remoto é um fenómeno global, o que significa que os números de nómadas digitais para além dos EUA podem ser igualmente elevados (Público, 2023).

No entanto, muitas pessoas veem esta nova realidade como uma oportunidade para viajar enquanto trabalham, à medida que cada vez mais países estão a convidar à prática de trabalho remoto com a atribuição de vistos “de residência. A maioria dos territórios vê o nomadismo digital como uma forma

de estimular o setor do turismo, particularmente afetado pela pandemia, ao convidar turistas com estadia de longo prazo, (...)” (RTP, 2020).

Para Spinks (2015) ao contrário de um turista normal, eles não viajam para um determinado lugar apenas pelo lazer ou sem nenhuma responsabilidade, a viagem não é completamente necessária para a realização do seu trabalho, é apenas um lugar de sua escolha para desenvolvê-lo. No entanto, apesar de terem comportamentos diferentes dos turistas de massas, conseguem-se identificar comportamentos próximos de nichos de mercado mais alternativos, como os *slows tourists*. São “eternos turistas” por opção. A motivação mais frequentemente associada a esse estilo de vida é a aventura de viagem e uma fuga da atmosfera do escritório (Sutherland & Jarrahi, 2017).

O aumento da indefinição dos limites entre o trabalho e o lazer, aliado ao crescimento da tecnologia digital, trouxe a liberdade de trabalhar em qualquer lugar com acesso à Internet. Estes nómadas digitais levam o seu trabalho com eles, muitas vezes estabelecendo-se temporariamente em lugares com estilos de vida atrativos e muitas vezes ligados com o turismo e o lazer (Richards, 2015).

Segundo a UNWTO (2021), a aposta do setor passa pela sua modernização no sentido da transição ecológica e digitalização desenvolvendo o conceito de “destino seguro e inteligente”. O objetivo do setor é tornar-se mais forte, equilibrado, acessível, responsável e resiliente após a crise da COVID-19 (PE, 2020; UNWTO, 2020, UNWTO, 2021), e o turismo doméstico foi a ferramenta para reduzir “o impacte nas economias nacionais (...)” (Gössling et al., 2020).

O novo paradigma do nómada digital transmite, assim, uma ideia de que a fronteira não é só tangível, mas também intangível, quando o trabalho enquanto sustento e rotina diária se dissolve, na medida em que, já não se distingue do lazer. A fronteira fica difusa, pois, a flexibilização do tempo livre permite novos hábitos e comportamentos que já não permitem distinguir o que é trabalho e o que é lazer. É a nova geografia que gravita entre, hoje é aqui, amanhã será num outro extremo. O ponto equidistante homogêneo da escala deixa de ser real para ser utópico, pois a liberdade oscila entre a micro e a macro escala a tal velocidade que deixa de fazer sentido.

Fig. 2 – Espaços de *cowork offices* nas cidades de Lisboa e Porto.



Fonte: autor (2023).

O trabalho desmaterializou-se, pois, o espaço privado e o organizacional confundem-se com o espaço público (Rogue, 2005). Passámos do mundo *fordista* para o mundo da fragmentação espacial da produção, materializado na interiorização e no deslocamento. A multinacional da tecnologia de ponta substituiu as fábricas do século XX (Baudrillard, 1990). Estamos na era da hiper-realidade, das empresas hiper-reais, como as *e-commerce*, que operam para além da materialidade do produto. Estamos no culminar das novas paisagens (trans)digitais. O tempo está sincronizado, o espaço obliterado, ambos são representados num mesmo contexto.

Como nos refere Lévi-Strauss (1974: 318), estas dimensões de espaço e tempo “(...) consistem num espaço social e num tempo social, o que significa que ela tem outras prioridades que não sejam as dos fenómenos que as povoam. Segundo as suas estruturas particulares as sociedades humanas

concederam essas dimensões de formas muito diferentes”. Ora os riscos já identificados por muitos autores, são antes mais reais e devem ter em conta que podem trazer profundas transformações sociais. Estas transformações não são só à escala geográfica, tecnológica ou social, mas também da memória coletiva. A anomia é um fenómeno que cresce cada vez na medida em que a fronteira deixa de existir.

É Remy (1991: 3) quem nos diz que a “(...) estabilização do espaço social depende então da compatibilidade de dois planos, sendo que a anomia característica dos períodos de transformação de um entre eles ou de incompatibilidade entre eles.”. O nomadismo digital a que hoje assistimos pode rapidamente tornar-se numa anomia da qual dificilmente se pode sair, pois a organização material do espaço social está a desaparecer tal como a conhecemos. Halbwachs (2010: 130) já realçava que “(...) o equilíbrio mental resulta em boa parte e antes de tudo, do facto de os objetos materiais com que estamos em contato diário não mudarem ou mudarem pouco e nos oferecerem uma imagem de permanência e estabilidade”.

Mas, não são só os objetos materiais que são importantes, é fundamentalmente o espaço *per se*. O mesmo autor também destaca que “assim não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura” Halbwachs (2010: 146). É aqui que emergimos na ideia de heterotopia do espaço de Foucault (1984), quando caracteriza os espaços como “emplacements”, pois são estes “que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou invertida. É a própria sociedade perçecionada, ou é o inverso da sociedade, mas, de qualquer forma, essas utopias são espaços, fundamentalmente, essencialmente irreais” (Foucault, 1984: 6).

Então, nada fica no nosso mental se não pudermos rever o nosso passado coletivo se a ele não se conservasse com efeito pelo meio material o espaço que nos envolve. O novo paradigma no qual estamos a viver, fruto de grandes inovações tecnológicas em geral e do digital em particular, está a mudar radicalmente toda esta ideia. Que consequências podem advir? Corremos o risco de perder total ou mesmo que parcialmente aquilo que nos define e estabiliza?

AS PAISAGENS DIGITAIS NO PÓS-COVID-19: QUE FUTURO?

As mudanças sociais, económicas, políticas e tecnológicas provocadas pela Covid-19 afetam diversos setores, mas é nos setores mais afetados que elas têm maior impacto na criação de novas oportunidades de mercado, como no turismo. Projetar um possível cenário dos mercados passou a ser estratégico para as empresas, pois os processos de segmentação e os estudos de mercado são instrumentos que muitas vezes servem de ponte entre os produtos e a necessidade do consumidor ao oferecerem soluções com significado e propósito.

O mundo digital teve um papel fundamental no combate à pandemia Covid-19 em todos os quadrantes micro e macroeconómico, mas também a nível social. Se esta pandemia tivesse acontecido há 30 anos atrás certamente que as medidas que se adotaram não teriam sido possíveis, o que seria desastroso tal como aconteceu entre 1918-1921 com a *Influenza* espanhola. Apesar dos inúmeros óbitos a lamentar causados pela Covid-19, hoje, estamos em muito melhores condições no combate pandémico do que no tempo dos nossos pais e avós. A rápida descoberta de vacinas, o apoio logístico no Serviço Nacional de Saúde e a comunicação à distância com inúmeros canais digitais, são alguns exemplos dos avanços tecnológicos.

É Harari (2018) quem alerta para a necessidade de os Estados cooperarem entre si no sentido da criação de regras que todos possam cumprir integralmente, o que não será fácil, evitando uma Ditadura Digital. Todos nós seremos os eleitos para a recolha de *Big Data* e consequente análise algorítmica e biométrica, dada a sua dimensão global à escala geográfica. O avanço da biotecnologia vai depender disso mesmo e mais uma vez a Covid-19 veio reforçar e acelerar um processo já iniciado.

A Inteligência Artificial está a iniciar uma nova “Era” nas grandes empresas que se tornam (trans)virtuais, como a nova designação do Facebook, Meta. Também aqui não deixam escapar esta oportunidade de poder conquistar novas tendências de mercado, nichos cujo valor se multiplica e se torna estratégico.

A fase pandémica gerada pela Covid-19 veio acelerar este processo, pois o Homem está a afastar-se da sua dimensão multiterritorial construída pela sua identidade tangível e intangível, já para não falar do divórcio com o seu

meio físico natural. O digital está a usar a tecnologia de ponta, para se aproximar, cada vez mais, do seu potencial cliente, onde as empresas conhecem melhor a sua personalidade do que ele próprio. Temos aqui o paradigma do *avatar* que já não é a diminuição da distância do real para o virtual, mas que agora passa a ser (trans)virtual, pois será cada vez mais real, mantendo a estratégia da relação de proximidade e intrusão com os clientes. As conexões entre os mundos financeiro, virtual e físico estão cada vez mais interligadas.

Os dispositivos que usamos oferecem acesso a quase tudo desde o ecossistema cripto, NFTs, jogos de *blockchain* e transações em criptomoeda. Neste universo emerge o Metaverso, um conceito de espaço virtual 3D *online* que liga os utilizadores em todos os aspetos de suas vidas. A ideia é conectar várias plataformas, como acontece com a *Internet*, contendo diferentes *sites* acessíveis por meio de um único navegador. Já não será só uma “simples” ligação, mas uma hiperligação à escala global.

O conceito foi desenvolvido no romance de ficção científica *Snow Crash*, de Neal Stephenson. No entanto, embora a ideia de um Metaverso já tenha sido ficção, agora é uma realidade e o CEO do Facebook, já confirmou que a marca oficial da empresa será a META. A nova marca não abrange totalmente o que o ecossistema do Facebook faz, mas a aposta no Metaverso, irá aos poucos, se focar nas várias soluções deste universo, e a tendência parece ser essa.

Outro exemplo é o robô Sofia da MEO que cria laços afetivos com a estrela de futebol Cristiano Ronaldo ao apresentar a nova *BOX 4K* (Dinheiro Vivo, 2018), cada vez mais “humana” que apesar de ambígua é cada vez mais uma certeza. Em 2002 Steven Spielberg já nos dava pistas sobre este rumo quando realizou o filme *Minority Report*, com cenários cada vez mais reais e provocadores, aprofundada no filme *I Robot* de Alex Proyas (2004) baseado na obra de Isaac Asimov.

Mas esta ideia da personificação do tecnológico não é recente. Também no meio musical em 1977 *Alan Parsons Project* lança um álbum intitulado *I Robot*, onde as suas letras, também apoiadas na obra de Asimov (2022: 46), relatam que, “A história da ascensão da máquina e do declínio do homem, que paradoxalmente coincidiu com a descoberta da roda (...) e um aviso de

que seu breve domínio deste planeta provavelmente acabará, porque o homem tentou criar um robô à sua própria imagem.”

É aqui que se identifica a paisagem (trans)virtual que ultrapassa a fronteira do antagonismo tecnológico do analógico *versus* digital, onde são cada vez mais reais, porque também são criadas à imagem e semelhança do homem, sendo, por isso, paisagens isomórficas. A interface que popularizou a IA generativa ChatGPT, vai poder tratar pedidos com imagens e também discutir oralmente com os seus utilizadores (Expresso, 2023).

As *upstarts* estão a redefinir as paisagens digitais com um simples *click* em aplicações no *smartphone*, que nos remetem para um “assistente” virtual, o que permite às empresas ter lucros reduzindo as infraestruturas físicas e salários. As novas *upstarts* estão também a (re)criar a paisagem económica assente numa axiologia do *low cost*, também esta assente na ideia do *promotion*, enquanto vantagem competitiva.

O papel do marketing e das suas estratégias têm vindo a construir uma nova identidade global e as paisagens digitais são o novo arquétipo nas relações de poder a partir da relação do espaço apropriado. Mas, nestas novas paisagens (trans)virtuais, a fronteira deixa de existir, pois já não tem limites. Com o advento da nova revolução tecnológica, a Inteligência Artificial todos alcança sem deixar ninguém de fora, pois, ela é criada na onnipresença biométrica que permite uma realidade aumentada a todos os quadrantes.

A internet das coisas faz não só a gestão da funcionalidade digital dos nossos aparelhos de uso diário, como (re)cria um mapa de geolocalização e monitorização dos nossos movimentos. A Inteligência Artificial está a mudar a indústria e os mercados com o intuito de agregar valor ao cliente. É na passagem da simulação para o simulacro que as paisagens (trans)virtuais nos revelam novos paradigmas nos modelos de negócio numa lógica de “tudo num serviço”.

É Baudrillard (1991) que nos diz que a ilusão do sistema consiste em oferecer uma explicação perfeita descolada da realidade imperfeita. Sustenta que a sociedade e a economia funcionam porque as pessoas acreditam que existe uma racionalidade intrínseca na economia e na sociedade. Descreve ainda que o trabalho é parte essencial da racionalidade do simulacro, onde o esforço produtivo foi substituído pelos códigos da hiper-realidade.

Agora com a rápida ascensão da IA, emergimos em conquistas digitais que já não têm fronteiras. Hoje é possível criar um “computador cerebral pessoal” que deteta as ondas cerebrais e reproduz uma música do *Spotify* e que ajuda na concentração. Desenvolvido pela *Neurocity, Crown* é um dispositivo portátil que deteta as ondas cerebrais, aparentemente, quando está mais produtivo ou distraído.

De acordo com a revista *Forbes* (2021), a Inteligência Artificial consegue reproduzir a música certa do *Spotify* para incentivar a sua produtividade e aumentar o seu foco. Além disso, após analisar a forma como o cérebro reage a uma determinada canção, a aplicação sugere automaticamente outras músicas, que variam de acordo com a atividade que o utilizador escolher (como trabalho ou lazer). Vivemos e trabalhamos no ambíguo e no imaginário (Baudrillard, 2008).

Uma *startup* da Califórnia “ensinou” um computador a “provar” vinho e está a usar a tecnologia para ajudar os vinicultores a melhorar os seus produtos e atrair novos clientes. Segundo a CNN (2021), Katerina Axelsson, fundadora da empresa, revela que a *Tastry* usa Inteligência Artificial para analisar “dezenas de milhares de vinhos por ano”, gerando uma grande quantidade de dados para direcionar os seus produtos de forma mais eficaz e competitiva.

Outro exemplo recente é o facto de que, enquanto os cientistas trabalham para desenvolver implantes cerebrais para reverter danos causados por doenças como a Parkinson ou a Alzheimer, a marca de carros Mercedes Benz está a trabalhar numa tecnologia que irá permitir controlar os carros através do pensamento. Um vislumbre do futuro foi apresentado no IAA Mobility 2021 em Munique, onde exemplifica esta tecnologia em que basta usar um pequeno dispositivo colocado na parte de trás da cabeça. E tudo isto, com o objetivo de ajudar o “condutor” a ter acesso a todas as funcionalidades do carro sem se distrair da condução.

Este cenário é real tanto mais que já faz parte da estratégia da empresa assente na ideia de “The vision of Tomorrow” de que no futuro, os carros da Mercedes Benz tenham capacidade para fazer tudo aquilo que o utilizador está a pensar, através da leitura das suas ondas cerebrais, e para isso usa como *slogan* “o futuro da mobilidade em que o homem, a natureza e a tecnologia estão em harmonia entre si”.

De acordo com a agência Smithsonian Magazine (2021), foi recentemente anunciado que a inacabada décima sinfonia de *Beethoven* foi finalizada, com base em algumas das notas que o compositor alemão deixou em 1827, no século XIX, em apenas algumas horas, com a ajuda de um programa de inteligência artificial ANN (Rede Neural Artificial). A partitura final, foi apelidada de *BeethovANN Symphony 10.1* e tem cerca de cinco minutos de duração.

Exemplos, como estes, estão a aparecer todos os dias nos domínios social, económico e cultural. Que caminho será este? Reconhecem-se as grandes potencialidades, mas, e os riscos? Que futuro teremos? São algumas interrogações a que é preciso, urgentemente, dar resposta.

NOTAS FINAIS

O tempo e o lugar sempre existiram e cada um deles é definido de acordo com a experiência pessoal de indivíduo. Toda a atividade gera uma estrutura espaço-tempo à escala geossocial, que reflete a hipérbole entre a estrutura da produção e o consumidor. São também nestes territórios que estão a surgir paisagens totémicas reconhecidas da *Cultura Pop*, pois, emergem da necessidade dos indivíduos pós-modernos (re)produzirem novos territórios geossociais.

O trabalho e o lazer muitas vezes se confundem, sendo difícil para os nómadas digitais separarem estas duas áreas da vida. Estes nómadas escolhem viver em viagem, aproveitando a mobilidade que as novas tecnologias permitem introduzir no trabalho, numa simbiose entre trabalho e lazer.

As economias terão inevitavelmente de se integrar no digital para não perderem posicionamento face aos mercados cada vez mais competitivos e a IA terá uma palavra a dizer. É certo que a digitalização da economia é disruptiva, mas irá trazer inúmeras oportunidades, mas também riscos. São as novas paisagens (trans)digitais, onde tendencialmente se irá reduzir a economia de escala para uma economia virtual, com as “bitcoin” e criptomoedas.

A nova paisagem (trans)virtual será uma realidade num futuro não muito longínquo pois a Inteligência Artificial está a desenvolver-se de modo

tão rápido que os novos territórios (trans)virtuais irão iniciar uma nova (des) territorialização que já não será social, mas digital.

O (trans)digital, irá ultrapassar a fronteira do virtual onde as próprias relações humanas já não serão individualizadas, mas processadas pela IA a um nível nunca antes visto. Ela está a iniciar uma nova era que inevitavelmente se irão consolidar as paisagens (trans)virtuais, pois serão criadas à semelhança e imagem do Homem e prova disso mesmo é o ChatGPT que já fala e vê.

É de suma importância compreender quais as consequências que essas mudanças de paradigma em escalas tão distintas que se identificaram trarão para o futuro e para o presente.

BIBLIOGRAFIA

- Appadurai, Arjun (2004). *As dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema.
- Asimov, Isaac (2022). *Eu Robot*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Bastien, Carlos (1989). A noção de crise no senso comum e nas ciências sociais. *Vértice*, II Série, 14, 11-19. <http://hdl.handle.net/10400.5/759>.
- Baudrillard, Jean (1990). *La transparence du mal*. Paris: Galilée.
- (1991). *Simulacros e simulação*. Portugal: Relógio d'Água.
- (2008). *A Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Beatty, Joy; Torbert, William (2003). The False Duality of Work and Leisure. *Journal of Management Inquiry*, 12, 3, 239-252.
- Bernardes, J. R.; de Sousa Silva, B. L., & Lima, T. C. F. (2020). Os impactos financeiros da Covid-19 nos negócios. *Revista da FAESF*, v. 4, 43-47.
- Bonnemaison, Joel (2012). Viagem em torno do território. In Roberto L. Corrêa; Zeny Rosendahl, *Geografia cultural: uma Antologia*, vol. 1, (83-132). Rio de Janeiro: Eduerj.
- CNN (2021). *Tastry: The tech startup that taught a computer to taste wine*. Consultado a 28-05-2022 <https://edition.cnn.com/2021/05/28/business/tastry-wine-ai-spc-intl/index.html>
- Dinheiro Vivo (2018). *Robô Sophia está de volta e já fala português. É a nova embaixadora do Meo*. Consultado a 20-10-2022, <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/robo-sophia-esta-de-volta-e-ja-fala-portugues-e-a-nova-embaixadora-do-meo-12814541.html>
- Durkheim, Émile (1996). *As formas elementares da vida religiosa*. SP: M. Fontes.

- Fernandes, Nuno (2020). *Economic Effects of Coronavirus Outbreak (COVID-19) on the World Economy*. IESE Business School Working Paper No. WP-1240-E.
- Foucault, Michel (1984). Des espaces autres. *Architecture, Mouvement, Continuité*, n°5, Octobre, 46-49. Disponível em: <https://foucault.info/documents/heterotopia/foucault.heteroTopia.fr/>
- Forbes (2021). *This "Personal Brain Computer" Boosts Productivity by Sensing Your Brainwaves And Playing Music From Spotify*. Consultado em 16-03-2021, <https://www.forbes.com/sites/johnkoetsier/2021/03/16/this-personal-brain-computer-boosts-productivity-for-900/?sh=77962790a805>
- Gössling, Stephan; Scott, Daniel; Hall, C. Michael (2020). Pandemics, Tourism And Global Change: A Rapid Assessment Of COVID-19. *Journal of Sustainable Tourism*, 29, 1, 1-20.
- Henderson, Jason. (2002). Building the Rural Economy With High-Growth Entrepreneurs. *Economic Review, Federal Reserve Bank of Kansas City*, 45-70.
- Hannonen, Olga (2020). In Search of a Digital Nomad: Defining the Phenomenon. *Information Technology & Tourism*, 22, 335-353.
- Halbwachs, Maurice (2010). *Morfologia social*. Lisboa: Edições 70.
- Hall, Grant; Rentschler, Ruth; Boyle, Stephen; Sigala, Marianna (2019). Motivations, mobility and work practices; the conceptual realities of digital nomads. In J. Pesonen; J. Neidhardt (Eds.), *Information and Communication Technologies in Tourism* (437- 449). Cham: Springer.
- Hall, Edward (1984). *La danse de la vie. Temps culturel et temps vécu*. Paris: Seuil.
- Harari, Yuval Noah (2018). *21 lições para o século XXI*. 5ª Ed. Elsinore.
- IAA Mobility (2021). *Mercedes-Benz at the IAA 2021*. Consultado a 12-07-2022, <https://group.mercedes-benz.com/innovation/specials/iaa-2021-2.html>
- Jornal de Notícias (2023). *Fenómeno viral ChatGPT traz a debate impacto no ensino e "inspira" rivais dos EUA e China*. Consultado a 10-02-2023, <https://www.jn.pt/mundo/fenomeno-viral-chatgpt-traz-a-debate-impacto-no-ensino-e-inspira-rivais-dos-eua-e-china-15825059.html>
- Jornal Expresso (2023). *ChatGPT ganha novas funcionalidades*. Consultado em 26-09-2023, <https://expresso.pt/sociedade/tecnologia/2023-09-26-ChatGPT-ganha-novas-funcionalidades-falar-e-ver-25c4996f>
- Jornal Público (2023). *Como um aumento de nómadas digitais está a atirar pessoas para fora das cidades*. Consultado a 25-09-2023, <https://www.publico.pt/2023/04/03/p3/noticia/aumento-nomadas-digitais-atirar-pessoas-cidades-2044843>
- Jarrah, Mohammad Hossein & Thomson, Leslie. (2017). The Interplay Between Information Practices and Information Context: The Case of Mobile Knowledge Workers. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, 68, 1073-1089. <https://doi.org/10.1002/asi.23773>

- Lal, Banita; Dwivedi, Yogesh (2010). Investigating Homeworkers Inclination to Remain Connected to Work at “Anytime, Anywhere” Via Mobile Phones. *Journal of Enterprise Information Management*, 23, 759-774.
- Lipovetsky, Gilles (2007). *A Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Lisboa: Edições 70.
- Lévi-Strauss (1974). *Anthropologie structurale*. Paris: Plon. 1ª ed. 1958.
- (2008). *O totemismo hoje*. 2ª Ed. Lisboa: Edições 70.
- Makimoto, Tsugio; Manners, David (1997). *Digital nomad*. Chichester: Wiley.
- Marcelino, José; Alves de Rezende, Adriano; Miyaji, Mauren. (2020). Impactos Iniciais da Covid-19. *Boletim de Conjuntura*, Ano II, volume 2, n.º 5. <http://doi.org/10.528/zenodo.3779308>
- Maruyama, Takao; Tietze, Susanne (2012). From Anxiety to Assurance: Concerns and Outcomes of Telework. *Personnel Review*, 41, 4, 450-469.
- Müller, Annika (2016). The Digital Nomad: Buzzword or Research Category?. *Transnational Social Review*, 6, 3, 344-348.
- Nash, Caleece; Jarrahi, Mohammad Hossein; Sutherland, Will; Phillips, Gabriela (2018). Digital Nomads Beyond the Buzzword: Defining Digital Nomadic Work and Use of Digital Technologies. In G. C. Hury, J. McLeod, V. Gillet, & P. Willett (Eds.), *Transforming Digital Worlds* (201-217). Berlin: Springer.
- Observador (2023). *Microsoft tenta ultrapassar a Google com o ChatGPT*. Consultado a 13-02-2023: <https://observador.pt/programas/conferencia-de-imprensa/microsoft-tenta-ultrapassar-a-google-com-o-chatgpt/>.
- Orel, Marco (2019). Coworking Environments And Digital Nomadism: Balancing Work And Leisure Whilst On The Move. *World Leisure Journal*, 61, 3, 215-227.
- PE (2020). *Parlamento europeu propõe apoio adicional ao setor do turismo*. Consultado a 05-01-2022, <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20200615IPR81232/parlamento-europeu-propoe-apoio-adicional-ao-setor-do-turismo>
- Radcliffe-Brown, Alfred (1973). *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes.
- Reichenberger, Ina (2018). Digital Nomads – A Quest For Holistic Freedom In Work And Leisure. *Annals of Leisure Research*, 21, 3, 364-380.
- Remy, Jean (1991). Morphologie Sociale Et Representations Collectives: Le Statut de l'Espace Dans La Problematic Durkheimienne. *Recherches sociologiques*, XXII, 3, 33-52.
- Richards, Greg (2015). The New Global Nomads: Youth Travel In A Globalizing World. *Tourism Recreation Research*, 40, 3, 340-352.

- Rogue, Christophe (2005). *Le travail*. Paris: Armand Colin, 2005.
- RTP (2020). Pandemia faz emergir «nómadas digitais». Consultado a 24-09-2023, https://www.rtp.pt/noticias/mundo/pandemia-faz-emergir-nomadas-digitais_n1254484
- Santos, Milton (2002). *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora USP.
- Smithsonian Magazine (2021). *How Artificial Intelligence Completed Beethoven's Unfinished Tenth Symphony*. Consultado a 24-09-2021, <https://www.smithsonianmag.com/innovation/how-artificial-intelligence-completed-beethovens-unfinished-10th-symphony-180978753/>
- Sutherland, Will & Jarrahi, Mohammad Hossein (2017). The gig economy and information infrastructure: The case of the digital nomad community. *Proceedings of the ACM on human-computer interaction*, 1(CSCW), 1-24.
- Spinks, Rosie (2015). Meet the digital Nomads Who Travel the World in Search of Fast Wi-Fi. *The Guardian. Guardian News and Media*, June 2015. Consultado a 25-09-2023, <https://www.theguardian.com/cities/2015/jun/16/digital-nomads-travel-world-search-fast-wi-fi>
- Volli, Ugo, (2006). *Fascínio: Fetichismo e outras idolatrias*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- UNWTO (2020). *Impact Assessment Of The Covid-19 Outbreak On International Tourism*. Consultado a 16-05-2021, <https://www.unwto.org/impact-assessment-of-the-covid-19-outbreak-on-international-tourism>.
- (2021). *Recommendations for the Transition to a Green Travel and Tourism Economy*. Madrid: UNWTO.
- Wang, Blair; Schlagwein, Daniel; Cecez-Kecmanovic, Dubravka; Cahalane, Michael (2018). *Digital Work and High-Tech Wanderers: Three Theoretical Framings and a Research Agenda for Digital Nomadism*. 10.5130/acis2018.bl.
- Witt, Peter; Bishop, Doile (2009). Situational Antecedents to Leisure Behavior. *Journal of Leisure Research*, 41, 3, 337-350.

(Página deixada propositadamente em branco)

Entrevista

COM ROGER GRIFFIN

(Página deixada propositadamente em branco)

READINGS OF FASCISM – THE ROLE OF VIOLENCE

Entrevista com o historiador Roger Griffin

ROGER GRIFFIN

rdgriffin@brookes.ac.uk

Professor Emérito da Oxford Brooks University

SÉRGIO NETO*

sgdneto@gmail.com

*Universidade do Porto, Faculdade de Letras (FLUP) | Universidade de Coimbra,
Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20/UC)*

*ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9737-0029>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_24

Texto recebido em / Text submitted on: 19/01/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 29/08/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.ª Série

pp. 573-582

On the 100th anniversary of the March on Rome, and in the current context of the growth of the far-right (when the concept of fascism has again been under strong scrutiny), some hypotheses being discussed, such as ultra-right, neo-fascism, post-fascism, among others – it is worth reflecting on this key event in twentieth-century history. In this context, it is important to listen to the historian Roger Griffin.

Roger Griffin is an emeritus Professor at Oxford Brooks University. He is widely acknowledged as one of the world's leading experts on the socio-historical and ideological dynamics of fascism, as well as on the relationship between modernity and forms of violence stemming from a different expression of political or religious fanaticism, and in particular contemporary terrorism. His theory of fascism as a revolutionary form of ultra-nationalism driven by a 'paligenetic' myth has had a major impact on comparative fascist studies since the mid-1990s. He is the author of the books *The Nature of Fascism* (1993), *Fascism, Totalitarianism, and Political Religion* (2005), and *Modernism and Fascism* (2007), among others. He was also the co-founder of the renowned journal *Fascism*. In 2018 Roger Griffin was in Coimbra, having participated in the conference "Obras Públicas no Estado Novo", organised by Joana Brites and Luís Miguel Correia, which resulted in a book with the same title (2020). In 2022, also in Coimbra, he gave the lecture *Readings of Fascism*.

Biblos: Karl Marx once wrote – that over-quoted sentence – about how history repeats itself, first as a tragedy, then as a farce. Do you agree, since so many people compare our age with 1914, 1918, the Crimea War, the Spanish Civil War, Czechoslovakia in 1938, the Winter War, and so on?

Roger Griffin: As I see it, if any of those wars were to repeat themselves now there would be nothing farcical about them. You only have to see the crimes against humanity, civilian and military, being committed daily in Ukraine or remember the Russian destruction in Chechnya and Syria to realize how devastating a modern war can be even when not fought on a similar scale to that of the Spanish Civil War, let alone the Second World War. But I do not believe history repeats itself at the level of current events.

The constants in modern history are broadly repeated patterns in the organized acts of inhumanity discernible in wars of conquest and the mass violence targeted at civilian populations; in the way psychotic, sociopathic leaders seal themselves off from reason, surround themselves with morally ideological fanatics, bankrupt opportunists and yes-men, terrorize their own populations through state oppression and propaganda to silence and persecute opposition; and in the behaviour of leaders and elites embodying secular or religious faiths and who pervert these faiths, even mystical creeds such as Buddhism (e.g. in Sri Lanka and Myanmar), and the original utopian idealism of communism (e.g. in Pol Pot's Cambodia or North Korea) to justify mass murder and persecution. But these patterns are never identical, and for forensic historical understanding, the devil is always in the detail. The human capacity for "othering" (dehumanising) segments of a population or entire ethnic groups and so withdrawing empathy for the suffering of fellow human beings, is, it seems, a constant of human behaviour and human history. But obviously the power of the political elite and the destructive power of the military have "progressed" since the simultaneous rise of modern technology, communications and the modern centralized state to create even more efficiency in techniques of surveillance and repression and means to inflict suffering and shorten or ruin lives. There is little farce to detect, even if in their way all paranoid leaders end up being the star of their own lethal, black farces. Though for a glorious example of how artists can wring humor out of horror I recommend the film *The Death of Stalin* (2017).

Biblos: I attended the premiere of *Fight Club* (1999). I do know that you have analysed this movie in one of your books. I realise it's possible to find some influences in the work of Sorel and Nietzsche (often cited as influences on historical fascism) and some kind of transition from an anarchist/nihilistic group towards fascism. Do you think we can make this assumption or are you talking about different patterns?

Roger Griffin: I think we have to be careful about jumping to conclusions about influences on individual authors or international political

“isms” such as fascism. I doubt whether Chuck Palahniuk actually read Sorel, though there is a reference to Nietzsche in one scene. It is probably more fruitful to see the novel/film as a product of a modern culture awash with millions of extreme images, ideas and states of mind which are experienced uniquely by each individual and which intellectuals can relate back to the ideas of artists and philosophers. An entire essay or academic article could be written about how the mood and imagery of a song such as Bob Dylan’s *Desolation Road* resonates with scores of “modern” artists and thinkers drawing on psychoanalysis and existentialism, some cited in the lyrics, but artists are magpies collecting shiny objects from art and experience which have an epiphanic value and then creating original expressions of archetypal insights.

As for a fascistic element in *Fight Club*, in terms of the actual narrative, Project Mayhem in as far as it contains a coherent theory, evolves into a terroristic fantasy to destroy buildings symbolizing the mindless, existentially vacuous consumerism of late capitalism (which we can now see more than Palahniuk could when he wrote is largely responsible for the murder of the ecosystem and biosphere). The project is formulated ambiguously in fragments of rationalization which move between idealism about liberating human consciousness from the tyranny of materialism and sheer destructive nihilism. (If you Google “Griffin Putin Mayhem” you can see I gave a talk about Putin’s politics in May 2021, i.e. before the Ukraine’s war which related his world view to the psychotic nihilism of *Fight Club*). What is clear is that even if there may be an element of “palingenetic” myth in the narrator’s desperation to find meaning that sparks his doubling and creation of an evil twin Tyler Durden, there is absolutely no ultranationalist, racist vision of a new order. Hence there is, in my terms, no fascism, though the film does evoke brilliantly some of the nihilistic destructiveness of fascism’s war against “the other”, the “enemy” in practical terms.

Biblos: You mentioned in a lecture the famous essay from Umberto Eco about Ur-Fascism (1995). Do you agree with this concept, namely, a sort of eternal fascism underlying democracies?

Roger Griffin: In my book *Fascism: An Introduction to Comparative Fascist Studies* (2018) I specifically criticize Eco's famous article. It is a shopping list of general traits of authoritarian movements and regimes none of which are historically specific or unique to actually existing fascist movements or regimes. As such it is no more than an eye-catching piece of journalism by a famous author who has clearly read nothing that was being produced at the time by specialist researchers. It thus has minimal heuristic value, except to illustrate the state of confusion and amateur speculation about fascism in non-Marxist circles before it developed into a mature field of interdisciplinary research, which to be fair had only just started when Eco wrote the article. The practical result is that if you asked a student to judge whether the politics or states of Franco, Dollfuss, Antonescu, Salazar, the Brexit party, Trump, Putin were/are fascist he/she would have absolutely no possibility of answering with any forensic precision. Eco, like other self-proclaimed pundits – Madeleine Albright (2018), Jason Stanley (2018), Joseph Goldberg (2007) – assumes there is no such thing as fascist studies and, as we say in English, shoots his mouth off.

Biblos: Regarding the theme of violence, how do you understand its role in the far-right today

Roger Griffin: Violence is a latent possibility in all hegemonic systems of power and in all ideologies critical of the status quo. Furthermore, violence is actively deployed by all authoritarian state systems to maintain the status quo, and liberal democracies use various types of violence to enforce liberal principles of law and order, from imprisonment to full-scale war. As I have pointed out, the fanatics of even theoretically peaceful ideologies, such as Buddhism, can breed state violence and terrorism, while states based on the Abrahamic religions have had no scruples about massacring innocents and using extreme violence against individuals in the past and have sanctioned wars, colonization and slavery (and in the case of Christianity: genocide).

What is special about violence in the context not of the radical right but the extreme right, both secular (e.g. neo-Nazis) and religious (e.g. Islamist) is

the cult of violence: pacifism is generally seen by extremists as soft/decadence, war and the production of martyrs who sacrifice themselves to “the cause” are normalized, and conflict is seen as both inevitable and a way civilization progresses. The fascist celebration of war, revolution and – in the case of some fascisms (Romanian, Croatian and German) the physical elimination of decadent, dysgenic human beings are consistent with the patriarchal, psychotic element of all extremist ideologies and movements, all of which convince themselves that violence and murder can be “purging”, “cathartic”, the prelude to the rebirth of a new age.

Biblos: At some point in your work, you also discussed the “march theme”, regarding the so-called March on Rome, by Mussolini. In fact, that’s a common theme in different ideologies, such as religious traditions or those marches inspired by leaders such as Mao Zedong or even Gandhi.

Roger Griffin: Indeed, I dedicated a slide to suggesting that in certain contexts of “regime change”, revolution and protest, the march becomes a concrete symbolic expression of a communal resistance to the status quo of many different creeds, even pacifist ones. Leading Fascists seem to have instinctively understood in 1922 when the movement was losing momentum that a march by the *squadristi*, or even just the threat of a march, could provoke a crisis which would create political change for the movement and the gamble paid off, even if the astute use of the March as a marketing tool owed little to historical fact. There could be a good book written (if it does not yet exist) on “Great Marches”. But the march has no specific ideological weight and can be used by any ideological faction to advertise its cause and put pressure on the status quo.

Biblos: One of the key concepts of your studies is palingenesis. Could you summarise why it is so important when discussing fascism?

Roger Griffin: I have written many thousands of words on this, so a few lines will have to suffice. I believe that any scholars studying fascism comparatively who actually read lots of primary sources by fascists themselves will

become as aware as I became of the recurrence of the motif of the decadence of the present and the need for total cultural-political rebirth, or palingenesis. When I was constructing a new ideal type of fascism as a taxonomic term, I thus presented fascism as a hybrid of organic ultranationalism/racism with the rebirth myth. The rebirth myth is an archetype found all over the world in different forms. It only becomes “fascist” when combined with extreme, revolutionary ultranationalism. From this, it is clear that palingenetic myth is only important to someone who is convinced of its significance as a definitional component of fascism when combined with racist nationalism. Its use by many hundreds of scholars all over the world demonstrates its heuristic value to those scholars and it is now integral to comparative fascist studies. But its “success” as a concept does not prove that my theory of fascism is “true”, only that some find it useful. It will only continue to be useful if it is used critically and if some people challenge it with modifications or counter-theories of their own so that the theory can be tested, refined and applied to more and more “putative” specimens of fascism.

Biblos: Of course, we could also argue that other political ideologies or even art, take for instance a symphony, could have a palingenetic approach.

Roger Griffin: As I have said, palingenetic myth is encountered throughout the history of culture, religion, mysticism, ritual, philosophy, art, poetry, and individual psychology. It only becomes relevant to fascist studies as a myth with affective power when, like a chemical product, it forms a compound with another myth, that of the nation understood as a racial, organic, illiberal entity.

Biblos: I have to say that I found the palingenetic motive in some Portuguese post-First World War literature (2021). Do you think that this fact, by itself, makes a case for fascism in Portugal?

Roger Griffin: The catastrophe of the First World War served as a powerful accelerator and intensifier of palingenetic myth in all the arts

and in politics throughout the Europeanized world, a theme I explore in my *Modernism and Fascism* (2007). Interwar Portugal has no shortage of artistic or aesthetic modernists and also programmatic modernists in the areas of urban renewal, architecture, economics, and social theory. It also has a significant but small political modernist movement in Rolão Preto's Blue Shirts who developed a form of Portuguese fascism. *Salazarismo* also drew on the modernist, palingenetic interwar mood of renewal, but the *Estado Novo*, despite its palingenetic title, never developed a sufficiently radical vision of renewal and the unleashing of populist energies through a mobilizing movement to qualify as fascist. Indeed, Salazar is careful to disband the Blue Shirts because their programme challenged his conservative modernizing concept of change. Palingenetic themes are not in themselves a sign of fascism, and you can see a modernist such as Fernando Pessoa carefully distancing himself from political movement.

Biblos: As you probably have noticed, the question that I really wanted to ask is if you think the *Estado Novo* regime was fascist. I mean, of course, a fascist regime with its own idiosyncrasies. As you know, some Portuguese scholars call *Estado Novo*, in the same way as Unamuno did, "Academic Fascism", that is, a regime constructed *from above* without a movement. On the other hand, other scholars, such as António Costa Pinto (1994), argue that the "true" fascists were the movement of the Blue Shirts.

Roger Griffin: And this is where I have to nail my colours to the mast. The Salazar regime was not fascist precisely because, like the regime of Primo de Rivera (see Shlomo Ben-Ami, 1983). Salazar, like other "top-down" authoritarians (Dolfuss, Horthy, Pilsudski, Metaxas, Antonescu, Tiso, Vargas) wanted to construct a revitalized, modernized regime *from above*, and were wary of unleashing the sort of radical, populist, demagogic and ultimately *pagan* energies seen in Mussolini's Italy and above all in The Third Reich. In my own work I use the term "parafascist" for such regimes, because they create the façade of fascism to show they belong to the fascist era and not the communist one, but actually create a hybrid of various degrees of conservative nation-

alism supported by the state religion (Catholicism, Orthodox Christianity) with external elements of fascist style and organization. Contrast the *Estado Novo* in Portugal and Brazil with Pavelić's *Ustasha* state (also supported by the Catholic Church), or the *Falange* with Franco and the difference soon becomes obvious. But once again, my answer is conditioned by the ideal type of fascism I am using. There is no objective approach to this issue. If you apply a Marxist lens to fascism then you see not the contrast with Italian fascism, for example, but the same war on socialism, the poor, the workers, the peasantry and the same defence of existing religious, economic and political elites. The core point of conflict between Marxists and myself is that I insist that fascism was fully revolutionary *in its own terms* on a par with Communism, and that it was anti-reactionary, ideologically different, supported by some capitalist interests but in no way allied to them or working for them, and *modernist*. I am sure readers of this interview can form their own opinion.

Biblos: Dear Professor Roger Griffin, many thanks for your time.

Entrevista conduzida e editada por Sérgio Neto

BIBLIOGRAFIA

- Albright, Madeleine (2018). *Fascism, a warning*. Nova Iorque: Harper.
- Ben-Ami, Shlomo (1983). *Fascism from above. The dictatorship of Primo de Rivera in Spain, 1923–1930*. Oxford: Clarendon Press of Oxford University Press.
- Brites, Joana; Correia, Luís Miguel (Ed.) (2020). *Obras Públicas no Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Eco, Umberto (1995). *Il Fascismo Eterno*. Cinque Scritti Morali. Milão: Bonpiani.
- Goldberg, Jonah (2007). *Liberal Fascism. The secret history of the American left, from Mussolini to the politics of meaning*. Nova Iorque: Doubleday.
- Griffin, Roger (1993). *The Nature of Fascism*. Londres: Routledge.
- (2005). *Fascism, Totalitarianism, and Political Religion*. London: Routledge.
- (2007). *Modernism and Fascism. The sense of a new beginning under Mussolini and Hitler*. Londres: Palgrave Macmillan.

- (2018). *Fascism: An Introduction to Comparative Fascist Studies*. Cambridge: Polity, 2018.
- Neto, Sérgio (2021). *Faith, Redemption and Saudade. Civil Religion and the sacred in Portuguese Theatre on the First World War*. *First World War Studies*, 12:2, 111-129 <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/19475020.2022.2049840>.
- Pinto, António Costa (1994). *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Estampa.
- Stanley, Jason (2018). *How Fascism works. The Politic of us and them*. New York: Random House.

Recensões

(Página deixada propositadamente em branco)

CARDOSO, LUÍS (2020).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_25

O Plantador de Abóboras.

Lisboa: abysmo, 180 p.

ISBN 978-989-9014-12-1

Em *O Plantador de Abóboras*, obra vencedora da edição de 2021 do Prémio Oceanos, o escritor timorense Luís Cardoso dá vida a uma mulher que, pretextando aguardar pelo retorno do noivo que fugiu por medo da sua “loucura” (p. 34), mergulha no passado através de um longo monólogo dividido em três partes ou, como lhes chama o autor, andamentos. Dirigindo-se a um “estranho homem” (p. 19) cuja identidade nunca é decifrada, que lhe surge expressando o desejo de semear abóboras, a mulher recria a história das agruras que lhe envelhecem um rosto moldado com as próprias mãos (p. 20). No processo de reconstruir as suas vivências, a mulher compõe um retrato fragmentado da sua família que contribui para a compreensão, em primeiro lugar, do processo de decadência do colonialismo português e, depois, dos violentos anos de ocupação indonésia em Timor-Leste, a qual se desenvolveu ao longo das últimas décadas do século XX.

Desde o relato na primeira pessoa, propenso a um tom confessional, às passagens em que a narradora intenta dialogar com o dito homem desconhecido que lhe irrompeu na granja herdada do pai com o intuito de plantar abóboras, sobre o qual ela recorrentemente observa “não sei quem sejas. Não sei donde vens” (p. 15), múltiplos são os elementos que apontam para a existência nesta obra de uma obsessão com a recuperação de uma identidade pessoal de complexa descodificação, que se interliga umbilicalmente à história timorense. Aliás, parece ser com a intenção de reforçar a ideia de que existe dificuldade na absorção de um passado espartilhado, composto de eventos ainda por analisar, de traumas causados por violências, abandonos e mortes, que o escritor optou por uma escrita poética e nada factual, repleta

de repetições, de intertextualidades com Sun Tzu ou Cervantes, de situações mágicas e absurdas protagonizadas por divergentes vozes que convergem na pessoa da narradora. É também essa intenção que ajuda a entender a existência de uma narradora que, incapaz de aplicar clareza ao discurso, se embrenha em saltos temporais e mistificações a respeito de personagens e ocorrências. Em vez de contar a sua história linearmente, a narradora compila fragmentos, montagens, peças de um puzzle em construção, como se, à semelhança de Walter Benjamin, não visse vantagens em relatar o passado seguindo as tradicionais metodologias (Barrento, 2021: 55).

Em *O Plantador de Abóboras*, o esforço de lembrar gentes, lugares e eventos, de dar sentido às recordações das imagens e sensações que constituem o ser, é mais relevante do que enredos ou mesmo personagens como o avô, o pai ou o feitor Américo Borromeu, descritas superficialmente, como se fossem espíritos destituídos de face. Logo nas primeiras páginas, prolifera um conjunto de expressões que insinuam que o verdadeiro diálogo da narradora é consigo mesma, na “varanda virada para dentro de mim” (p. 15), apalpando uma realidade exterior pejada de perplexidades, procurando preencher as lacunas do passado. Dirigindo-se ao plantador de abóboras, a narradora afirma não ter memória das suas mãos: “Não tenho memória de ter perdido mãos. Lembro-me de a memória me ter falhado em certas ocasiões da minha vida” (p. 16). Nota a narradora que a sua companheira é a memória, que é a ela “que me agarro, me entrego e entro pela noite dentro” (p. 16), se bem que confesse temer ser “devorada” por essa mesma memória, “povoada de ausentes” e de “sombras” (p. 17). Para além das constantes repetições da palavra “memória” e das alusões à reclusão advinda de se passar o tempo a recordar, encontram-se ao longo do texto vocábulos e expressões, tais como “noite”, “sonho”, “pesadelo”, “lembranças” ou “vida de faz de conta” (p. 19), que reforçam o tom onírico da narrativa e inserem a narradora num limbo de impressões e de imagens de mortos que a levam a questionar a sua própria sanidade.

Ainda que escasseiem as referências a datas e a figuras históricas, as descrições das personagens que habitam este monólogo pintalgado de mortos e lucubrações mágicas permitem extrair elementos que aumentam a compreensão de transformações sociais associadas ao final da experiência

colonial portuguesa, da qual a história contemporânea timorense não está desvinculada. Pedra fundacional da família e testemunha de uma realidade violenta e racista de que foi interveniente ativo, o avô, Raimundo Chibanga, é descrito como um expedicionário moçambicano – um “malae-metan” (na tradução de tétum para português: estrangeiro de pele negra) que viaja para Timor devido à revolta promovida pelo insubmisso régulo (ou “liurai”, em tétum) Boaventura de Sotto Mayor, em 1912, na sequência de outras insurreições independentistas (p. 28). Refere a narradora que, após participar no conflito armado contra os independentistas, Chibanga pede às autoridades para não ser deportado para África e, na sequência desse pedido, recebe como recompensa um terreno pertencente a um maioral a quem haviam cortado a cabeça no rescaldo da vitória militar (p. 37). Sobre o pai, também Raimundo (mas sem o apelido do progenitor), diz-se que é um fazendeiro de café celebrizado na resistência às invasões indonésias, e que se autoproclama comendador da República de Manu-mutin (p. 68) – não sendo mais do que uma granja localizada na região montanhosa, esta República reflete, não apenas as ambições do progenitor da narradora, mas o desejo de começar uma vida nova em terras antes oprimidas. Para descodificar o nome da terra, assinala-se que “Manu-mutin” é nome de “galo branco” e levou esse nome por causa da “cobertura branca da espessa neblina” que lembrava ao pai um “ninho de penas brancas” (p. 73). Por outro lado, se a mãe está quase ausente na narrativa, o irmão é descrito como alguém que foge da perseguição dos ocupantes indonésios, os chamados “bapak”, segundo se escreve, perpetradores de crueldade e fiéis a um estilo de vida patriarcal (p. 20). Igualmente relevantes são os casos amorosos da narradora com um ex-seminarista e, posteriormente, com um jovem revolucionário foragido dos referidos ocupantes que clama que a Pátria o absolverá de todos os pecados (p. 24).

Debruçando-se sobre a memória, sobre a desfragmentação identitária de uma mulher que se procura na história, consciente de que “cada pessoa carrega dentro de si um futuro antepassado” (p. 54), este livro contém uma mensagem de transformação, de esperança num futuro livre de guerras e violência. O passado surge nesta obra como um elemento vivo, dotado de energia redentora, que pretende contribuir, a partir da revisitação de ca-

tástrofes ocorridas em diferentes períodos e dos racismos e opressões a que foram sujeitos, por exemplo, os “male-metan” moçambicanos, “sujos como o carvão”, amontoados em porões de navio para fazer a guerra em Timor (p. 47), para a criação de um futuro por vir. Esse futuro não é ainda o presente brumoso e retalhado em que a narradora habita, mas um futuro resultante da “sobreposição de sentenças que vamos acumulando do passado” (p. 42), centrado num ideal de país – num país democrático e igualitário no qual os seus cidadãos vivem pacificados e conscientes de que a violência e destruição, causadas num tempo em que “todos mataram” (p. 54), não são entraves ao progresso. No fundo, para parafrasear a frase de *Dom Quixote* com que se encerra a segunda parte da obra, é a percepção de que o mal durou demasiado e que o bem está já próximo que traz a esta narrativa uma coloração redentora, como se a partir da aprendizagem da história fosse possível atingir um qualquer estado de harmonia.

BIBLIOGRAFIA

Barrento, João (2022). *Walter Benjamin. A Sobrevida das Ideias – ensaio e diário*. Famalicão: Saguão.

PAULO FERREIRA

paulorf@email.unc.edu

University of North Carolina at Chapel Hill

<https://orcid.org/0000-0002-6698-0860>

ALARCÃO, JORGE DE (2022).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_26

Coimbra, o ressurgimento da cidade em 1537.

Coimbra: Imprensa de Universidade de Coimbra, 300 p.

ISBN 978-989-26-2264-4

Nunca é linear a história de um investigador. Não apenas por também nos domínios científicos se registarem modas a que, queira-se ou não, se acaba por obedecer, até para não se dar a ideia de estar desatualizado, mas porque só em largas porções de autoestradas se nos patenteia uniformidade de paisagens. O nosso percurso mais normal vai de surpresa em surpresa: aqui, recente amendoal gota a gota; ali, o amarelão dum campo de tremço; acolá, o casebre abandonado de chaminé ainda vigilante a sustentar permanente ninho de cegonha.

Por mais especializado que procure ser, torna-se, pois, difícil que o investigador em Ciências Sociais e Humanas resista à tentação de se deixar seduzir pelas novas sendas com que a sua caminhada se deparou.

Assim aconteceu com o Professor Jorge de Alarcão. Para dissertação de licenciatura (1958) foi a propriedade rural do Mosteiro de Grijó em meados do século XIV que o entusiasmou. Essa bem sedutora obscuridade medieval... E por aí dava impressão que singraria, dado que, no ano seguinte, uma tabela inédita o levou a debruçar-se sobre emolumentos do tabelionato medieval português.

Eis senão quando chega a Coimbra João Manuel Bairráo Oleiro, versado em Arqueologia Romana e *Conimbriga*, ali tão perto, ganhou sedução maior. Pela investigação arqueológica se movimentou: interessou-se pelos vidros romanos, por exemplo, mas seria, de facto, *Conimbriga* e, depois, a *villa* romana de São Cucufate, que lhe iriam preencher mais tempo, no âmbito da

colaboração luso-francesa. Como docente, acabaria também por percorrer o País, nomeadamente a partir do momento em que logrou criar a licenciatura em Arqueologia e começaram a apresentar-se candidatos a doutoramento nessa área, que, de muito bom grado, orientou.

Dessa experiência – e também porque os estudos epigráficos, em que o seu Instituto de Arqueologia se estava a evidenciar a nível nacional e internacional – colheu a sugestão, que não enjeitou, de proceder à revisão do que se considerava assente, sobretudo no que concerne à organização do território em tempo romano e pré-romano, os nomes dos povos, as *civitates*... Pertence a esse período a bem oportuna série que manteve na *Revista Portuguesa de Arqueologia*, de “Notas de Arqueologia, Epigrafia e Toponímia”: I e II 2004; III 2005; IV 2006; V 2008; VI 2012; VII 2015; VIII 2019; IX 2020.

Chegado o tempo da aposentação, voltou ao seu amor maior: Coimbra, a cidade, a sua evolução urbanística e arquitetónica, as suas gentes. Mormente porque tinha a seu lado o Dr. José Luís Madeira, capaz de reduzir a imagem o que ao investigador parecia possível de assim ter sido. A essa nova orientação não terá sido estranha também a localização do seu gabinete no vetusto Palácio de Sub-Ripas, onde se respira Património e há amplas janelas sobre o casario coimbrão.

Coimbra, o ressurgimento da cidade em 1537 vem, pois, no seguimento dos magníficos álbuns:

- *Coimbra, a montagem do cenário urbano* (2008);
- *O Fórum de Aeminium: a busca do desenho original* (2009);
- *As Pontes de Coimbra que se Afogaram no Rio* (2012);
- *A Judiaria Velha de Coimbra e as Torres Sineiras de Santa Cruz* (2013).

E responde a esta grande curiosidade: sim, o Estudo Geral galgou de Lisboa para Coimbra por vontade régia e para obviar à má vizinhança que a estudantada fazia na capital. Mas... foi só isso, a vinda de estudantes e docentes? Que se terá realmente passado? A cidade, o seu desenho urbano, a vida das suas gentes – tudo isso não teve imediatas consequências?

Essa, a questão a que se propôs responder e cuja resposta, agora consubstanciada em livro de peso, lhe mereceu – posso garantir! – mui aprofundada

reflexão, leitura muito atenta da documentação escrita, cuidada observação da escassa documentação gráfica, ler nas entrelinhas, alguma dose de imaginação e partir do pouco de concreto conhecido.

E aí temos, portanto, o resultado proposto. Com o rigor possível, a ousadia possível, a convicção fundamentada.

A simples leitura do índice logo nos permite apercebermo-nos do plano traçado. Após o prefácio explicativo das razões do processo e da nota prévia de integração histórica, o nosso olhar é desviado para a margem esquerda do rio Mondego; somos convidados a ir desde o rossio da portagem, até Santa Cruz; demoramo-nos na observação no que era o mosteiro nesse ano de 1537; vamos, depois, do terreiro de Sansão até à Praça Velha e regressamos daí ao rossio da portagem. Ou seja, demos uma volta pela ‘baixinha’. Olha-se, agora, para a “cidade alta” e já estamos disponíveis para ir pelos caminhos fora da muralha, desde a Fonte dos Judeus até à Eira de Patas. Antes de nos despedirmos, importa, afinal, perceber como se organizaram, então, as instalações da Universidade.

Ajudam-nos os apêndices a melhor compreender o périplo que nos foi dado empreender: debruçamo-nos sobre o que foram as obras manuelinas na Igreja de S. João; voltamos ao mosteiro de Santa Cruz para sabermos dos dormitórios e da enfermaria; somos convidados a tentar perceber o mistério de uma escada nesse mosteiro emparedada. Dera-se uma panorâmica das instalações universitárias, mas... não fora por aí que se haviam erguido os Paços da Alcáçova? O que é que se logrou saber a seu respeito?

Não ficaria bem o autor com a sua consciência se não apresentasse, como é seu timbre, algumas certezas, muitas dúvidas:

O nosso percurso de investigação foi uma longa caminhada. Ficam sugestões para quem quiser fazer o resto do caminho. Fica também um aviso: nunca saberemos, de forma completa e verdadeira, como seria Coimbra em 1537. Teremos de ficar no arredor da verdade, de aceitar que, em muitos casos, não temos meios de confirmar se o que existiu foi tal como o podemos imaginar.

(p. 263)

Virá, porventura, a propósito desta última palavra – ‘imaginar’ – e, também, a propósito do livro em apreço, a recente reflexão de Nicolò Giuseppe Brancato, num livro sobre a conservação da memória cultural através da imagem:

Tem a IMAGEM valor e consistência concretos: um livro que contenha ilustrações – desde que não sejam ‘fantasiosas’ – fornece-nos, de facto, imagens que nos possibilitam apreender realidades dantes ignoradas e delas deduzirmos situações susceptíveis de individualizar outras realidades sugeridas pela reprodução, fotográfica ou manual que seja. E, assim, a partir da foto de um salão de banquete, podemos calcular o número possível de convivas; da disposição das toalhas, a quantidade de pratos e de bebidas, chegando à certeza de que aí teria havido, na realidade concreta, água, vinho, espumante, digestivos... Usamos, em suma, a nossa ‘imaginação’ para obtermos elementos concretos que as reproduções nos permitem identificar.

Voltando ao retrato que nos é apresentado pelo Doutor Jorge de Alarcão, da Coimbra de 1537, importa recordar que, como o Autor explicita no prefácio, “Coimbra teve um antes e um depois dessa data: a instalação da Universidade trouxe um ressurgimento da cidade, com transformações urbanísticas, demográficas, sociais, económicas e culturais relevantes”; contudo, o objetivo do trabalho foi “apenas reconstituir o aspecto físico da cidade” nesse ano, sem detença, por exemplo, no que concerne propriamente à transferência da Universidade em si. Houve aqui, de facto, uma grande simbiose entre a escrita e as imagens, de modo que – é ainda o Autor quem o realça – “os desenhos dão vida e cor à obra, ou convertem numa *visão panorâmica* o que seria mera *descrição topográfica*”, de tal forma que pode, até, pensar-se (acrescenta) numa *sociotopografia*, passível de proporcionar a análise de “como, em 1537, classes sociais ou socioprofissionais se distribuíam pelo tecido urbano, sem demasiados apartamentos dos mais ricos relativamente aos apenas remediados”.

Cá está, como escreve Brancato: a imagem a despertar a imaginação!

E o leitor, por menos afeto que esteja a estes domínios históricos, nem sempre de leitura fácil, concordará no final: trazer estudantes universitários

de Lisboa para Coimbra não constituiu mera conciliação dos lisboetas com o rei, poupando-os da natural e desregrada euforia estudantil. Houve pelo meio, consciente ou inconscientemente, outras forças, outras convicções, outros... enleios!

Esses, no entanto, constituem outros dados do mesmo painel. Por agora, Jorge Alarcão só quis falar do exterior, do urbanismo, dos edifícios. O que tudo isso veio implicar em termos sociais e culturais é, na verdade, uma outra história. Fica o desafio para quem a quiser esboçar: “Ficam sugestões para quem quiser fazer o resto do caminho”!

Acrescente-se que este mui precioso álbum – nunca será de mais louvar a elegância e rigor do traço do Dr. José Luís Madeira! – tem, a complementar o percurso feito e para que melhor o entendamos, adequadas notas, explícito glossário e o rol das referências bibliográficas. A excelente apresentação gráfica, devida a Rui Veríssimo Design, teve execução de Rainho & Neves.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

(Página deixada propositadamente em branco)

BRANCATO, NICOLÒ GIUSEPPE (2022).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_27

Archeologia e Fotografia, Imago, Immaginazione: la conservazione della memoria culturale attraverso l'immagine, la descrizione, l'epigrafe.

Roma: Edizioni ARTECOM-onlus, 80 p.

ISBN 9788896520178

Assim que as técnicas fotográficas se desenvolveram, os arqueólogos – não prescindindo, muito embora, de rigoroso desenho, à escala, das estruturas postas a descoberto e dos objetos exumados – lançaram mão desse meio para fixarem tudo o que lhes poderia servir para melhor interpretação do que estava a ser descoberto.

Se as técnicas do Desenho Arqueológico se ensinaram, também a fotografia tem os seus preceitos, independentemente de o arqueólogo, qual poeta, poder deixar-se levar pelo génio que dos vestígios arqueológicos se desprendia.

Recorde-se que esteve patente no Centro Cultural de Cascais, de 12 de novembro de 2011 a 12 de janeiro de 2012, a exposição fotográfica “Blick Mira Olha!” – O arquivo fotográfico do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid, em que também se aproveitou para mostrar uma seleção de fotografias de extraordinário valor histórico e documental, de alemães e outros visitantes estrangeiros, designadamente espanhóis, que se deslocaram a Cascais em meados do século XX para verem *in loco* as descobertas e os extraordinários materiais aqui exumados.

Mais tarde, e na mesma linha de atuação, seria publicado *Las aceitunas de Doña María* (Pórtico Librerías, S. L. Zaragoza, 2011), curioso título de

uma obra que não é, como poderia pensar-se, um tratado de olivicultura, mas, ao invés, o livro de recordações das viagens que Peter Witte fez, durante muitos anos, a partir de 1965, na sua qualidade de fotógrafo do Instituto Arqueológico Alemão de Madrid. O subtítulo é, por isso, assaz significativo: “35 anos de viagens pela Arqueologia Ibérica”. Através da lente da sua objetiva, Peter Witte habituou-se a ver melhor também com os seus olhos. Os vestígios arqueológicos, sim; mas, de modo especial, tudo o que esses vestígios arqueológicos significavam para as gentes, outrora e no momento atual.

Nessa direção vai este breve ensaio de Nicolò Giuseppe Brancato, porque a imagem – fotográfica, desenhada ou descrita – tem sempre consigo a ‘imaginação’, palavra cujo sentido profundo mostra bem a carga simbólica que tem. Percorremos Pompeios e o que vemos, assim miraculosamente conservado, transporta-nos facilmente para os faustosos tempos de uma cidade bem viva. E a imagem de Pompeios contrapõe-se à evocação que Brancato não hesita a fazer de Palmira repetidamente destruída pelo ISIS: essas destruições, escreve, “envolveram, de facto, não apenas os monumentos arquitectónicos, mas também os achados presentes no Museu Arqueológico local, ou seja, a documentação visual e iconográfica aí conservada” (p. 31). “O que se perdeu”, acentua, “consiste, acima de tudo, numa produção plástica que nos mostrava [...] elementos do quotidiano palmirense, como a indumentária e as suas variantes, consoante as funções revestidas pelas personagens representadas”. Aliás, Brancato demora-se, a esse propósito, a mostrar como, vendo essas imagens, não pode argumentar-se, com base numa tradição não documentada, a favor da obrigatoriedade do uso do véu. Evidencia-se a importância da imagem, não se esquecendo o autor de prestar sentida homenagem ao Prof. Kaled Assa’d “que sacrificou a vida para salvar o que podia”, reproduzindo a sua fotografia a mostrar os baixos-relevos de um sarcófago, representando dois sacerdotes e uma mulher com o toucado típico das mulheres nobres palmirenses (p. 32-33). Kaled Assa’d foi decapitado pelo ISIS a 18 de agosto de 2015.

Depois de, na primeira parte da obra, se ter debruçado sobre “a reprodução visual”, aborda, na segunda, a reprodução escrita: “escrita e imagem”,

“descrições literárias ‘visionárias’”, “a historiografia”, “as criações literárias enquanto *images*”, “a documentação epigráfica como fotografia da realidade”. Termina o volume com o rol das abreviaturas e a bibliografia.

E se, por vezes, se diz que um autor, ao descrever um lugar, dele apresentou ‘uma fotografia’, no sentido de se mostrar que também a escrita desperta ‘imagens’, realce-se o que Nicolò Brancato observa, a propósito das descrições feitas por Homero ou as de Virgílio e Dante às profundezas do Hades: “Não pode usar-se o morfema “imaginário”, como se afiguraria óbvio: a raiz desta palavra aponta sempre para uma *imago* e não para o inexistente; o termo mais adequado a usar nestes casos é “visionário”” (p. 55-56).

Quanto ao valor da historiografia antiga (Tácito, Suetónio...), a análise está a ser cada vez mais fina. “Na guerra como no amor, sabe-se bem”, escreve o autor, “tudo é permitido!” e, por isso, há realidades que nos foram pintadas com umas cores fictícias, “como aconteceu com os malefícios de Nero e de todos aqueles imperadores cuja política não coincidia com os interesses senatoriais” (p. 57). E, na verdade, é quem vence que, normalmente, gosta de escrever a história do que se passou...

As obras literárias constituem também uma boa fonte de informação histórica, porque – inclusive nas peças teatrais – “temos, amiúde, testemunhos de comportamentos existentes concretamente” na época em que foram escritas. Também as criações literárias são, pois, *images*.

Finalmente, como epígrafista, Nicolò Brancato realça o valor documental das epígrafes, designadamente as da época romana. E se, como escreveu Giancarlo Susini, a inscrição patenteia o que o Homem, em determinado momento, selecionou para transmitir aos vindouros e o mandou gravar em suporte teoricamente imperecível, não restam dúvidas de que o monumento epigráfico constitui um documento histórico da maior valia.

Salienta o autor o facto de esses testemunhos abarcarem os mais diversos domínios, pois, além das inscrições funerárias, votivas, monumentais, honoríficas, há os grafitos e, por exemplo, em Pompeios, deparamo-nos com “propaganda eleitoral, declarações de amor e escapadelas eróticas”! (p. 64).

Aproveita Brancato para comentar algumas epígrafes que considera significativas e conclui:

«Por conseguinte, quando uma epígrafe for objecto de estudo por parte de historiadores, arqueólogos e epigrafistas *stricto sensu*, que não se limitem ao minucioso exame de cada uma das letras, sinais, nomes ou características do documento em análise, mas alarguem o seu interesse às problemáticas conexas», nomeadamente através de consultas às bases de dados de que ora é possível dispor, a fim de se estabelecerem as necessárias interligações, o monumento epigráfico ganha relevo e fornece um acervo informativo “consistente e fundamental” (p. 76).

Acrescentar-se-á que as novas técnicas de leitura, com recurso a pormenorizadas fotografias por meio de filtros e à observação dos monumentos em 3 D, vieram proporcionar e facilitar esse inesperado alargamento de horizontes.

Em suma, reveste-se, de facto, da maior oportunidade esta breve reflexão proporcionada por Nicolò Brancato acerca da preservação da memória cultural através da imagem (escrita, fotográfica ou virtual). A imagem, no entanto, constitui um dos meios; preferiríamos que Palmira não tivesse sido destruída; gostávamos que o expediente da “arqueologia de salvaguarda” não fosse sistematicamente aplicado e houvesse maior versatilidade, inclusive tributária, perante iniciativas particulares que visassem a manutenção de estruturas arqueológicas enquadradas em edificações urbanas.

Nessa ótica, Jorge de Alarcão não hesitou em fazer parceria com José Luís Madeira para, a partir da ruína, propor uma imagem do que teria sido o fórum de *Aeminium* (*O Fórum de Aeminium: a busca do desenho original* – 2009), ou as pontes sobre o Mondego de que há mui ténues vestígios (*As Pontes de Coimbra que se Afogaram no Rio* – 2012). Em qualquer destes volumes, vale o texto, sim, mas a imagem condimenta-o eficazmente!

Premiou a Associação dos Arqueólogos Portugueses, neste ano de 2023, o trabalho de Mariana Soares Martins de Carvalho intitulado “*Desenhar a Ruína: registo, interpretação e comunicação. O exemplo da cidade romana de Eborac*”, como “contributo da Architectura para a Arqueologia”. Um contributo que, no caso vertente, privilegia o desenho, mas que se encaminha, *verbi gratia*, para a reconstituição de edifícios em 3 D, de

forma que o público, mesmo o menos atreito a essa temática, possa vir a usufruir da ruína!

Por tal senda vamos. E o livro de Nicolò Brancato mostra como esse usufruto, mui facilitado pela imagem, importa potenciar.

JOSÉ D'ENCARNAÇÃO

jde@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0002-9090-557X>

(Página deixada propositadamente em branco)

FILL, ALWIN (2022).

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_28

Linguistics for Peace.

Würzburg: Königshausen & Neumann, 106 p.

ISBN 978-3-8260-7676-3

Numa altura em que grassa uma guerra entre a Ucrânia e a Federação Russa (eufemisticamente declarada como “operação especial”), alcançando patamares inimagináveis de violência numa Europa que não aprendeu com os horrores vividos durante o século XX, fazer a recensão dum livro que nos faz refletir sobre o papel da linguagem no desencadear e avolumar de conflitos armados, mas também na sua superação, é simultaneamente desafiante e regenerador. Conheço Alwin Fill, autor de *Linguistics for Peace*, já desde 1995, altura do primeiro congresso de ecolinguística a que fui, por ele organizado. Linguista e professor emérito na área da Anglistica na Universidade de Graz, é um dos grandes nomes da primeira geração da ecolinguística, tendo organizado inúmeros colóquios. Tem publicado obras que continuam a deixar marcas nesta área de estudos, a qual se ocupa das relações recíprocas entre linguagem e ambiente / natureza (*Wörter zu Pflugscharen*, 1987; *Ökolinquistik*, 1993; *Das Prinzip Spannung*, 2003; editou com Peter Mühlhäusler o *Ecolinguistics Reader*, 2001; com Hermine Penz, editou o *Routledge Handbook of Ecolinguistics*, 2018). Conhecendo de há muito a tónica agregadora da sua maneira de trabalhar, não poderia deixar de dar a conhecer o seu livro de 2022 no nosso país.

De salientar num contexto lusófono é a epígrafe-homenagem em verso, da autoria do brasileiro Francisco Gomes de Matos, professor emérito da universidade do Recife, que vem nas últimas décadas desenvolvendo uma ligação muito forte às questões da paz comunicativa e àquilo que, em livro, se apresenta como *Nonkilling Linguistics*. Deste autor recebo com frequência, juntamente com Alwin Fill e muitos outros colegas, pequenos textos rimados – no fundo,

a concretização duma abordagem positiva e construtiva da linguagem, através de formulações muito sintéticas, frequentemente na forma gráfica de pósteres. A sua ideia principal, a que Alwin Fill adere, é a de que devemos usar uma linguagem dignificadora do outro.

Como não poderia deixar de ser, em função do que se dirá mais adiante, o livro aqui sob escrutínio conta com escassas 106 páginas, escritas em inglês. A principal tese defendida é a de que a linguagem é frequentemente responsável por guerras, sendo que a consciência desse mesmo facto poderia servir para as evitar. Em cada um dos 17 capítulos (incluindo a bibliografia) abundam as referências a autores (Chomsky, Bertrand Russel, Kant, Wittgenstein...), não necessariamente linguistas, que se dedicaram ao estudo da paz e da guerra. Fill percorre temas muito variados, desde o pacifismo ao uso de metáforas belicistas em hinos nacionais, ou até no desporto, passando pela responsabilidade das religiões no desencadear dos conflitos (dá o exemplo da Guerra dos 30 Anos), ou ainda pela ideia de que em muitas obras literárias e filosóficas a guerra é apresentada em termos que a enaltecem. Há, refere, cerca de 200 palavras derivadas / compostas a partir de *Frieden* (alemão *paz*) no dicionário dos irmãos Grimm; no entanto, mais de 600 a partir de *Krieg* (alemão *guerra*). Faz ainda notar que nos dicionários aparece a expressão *declaração de guerra*, sendo muito raro ocorrer *declaração de paz*. Se, por outro lado, com Maquiavel os seres humanos são apresentados como “ungraceful”, “coward”, “profit-seeking” e “hypocritical”, propõe que se mude esta visão do mundo para a da *survival of the friendliest*, os quais deveriam tornar-se líderes.

Nas guerras civis, muito mais frequentes do que entre países, algumas usando de métodos como o terrorismo, considera ser o desejo de independência que está na base do conflito, alertando para os usos que se dá ao termo *liberdade*, que podem desestabilizar o todo social (dá como exemplo as medidas anti-covid na Áustria, combatidas por certos setores sociais em nome da liberdade individual). A atitude face à guerra em países da Ásia é também alvo de atenção, defendendo o autor que o confucionismo possui uma dimensão pacifista. Em pequenas comunidades aborígenes, diz-nos, as pessoas não travavam guerras para expandir o seu território, uma vez que

acreditavam que não o possuíam, antes o território era visto como dono das pessoas. Nalgumas destas comunidades a linguagem serve também para amortecer a conflitualidade: Fill exemplifica, no capítulo 5, com os duelos cantados dos Inuit, os torneios falados dos Maori ou os as competições de gritaria dos Yali (acrescento aqui o nosso “cantar à desgarrada / ao desafio”). Ainda quanto ao papel da linguagem, alerta para o facto de que pode constituir uma arma, sobretudo se em determinados contextos se recorrer à ironia ou sarcasmo. De igual modo, generalizações com palavras como “nunca” (“tu nunca me ajudas!”) ou “sempre” (“tu estás sempre a roer as unhas!”) podem ser perigosas, afirma.

Muito mais do que na linguística, Fill inspira-se no trabalho de filósofos, economistas e talvez sobretudo em pacifistas de renome, dando muito relevo, logo no primeiro capítulo, e não só, à voz feminina, por via da referência a Bertha von Suttner, num contexto em que destaca o papel de resistência que se esperaria que as mulheres desempenhassem em casos de conflitos armados. Referindo-se à Antiguidade clássica (a luta das sabinas na Roma antiga, que se interpuseram entre as frentes de batalha, por não quererem que os seus maridos e pais lutassem na guerra), o autor apresenta as mulheres, não tanto como envolvidas nos conflitos bélicos (algo que se vem estudando, numa perspetiva feminista), mas muito mais como suas opositoras, o que requer igualmente que sejam ativas.

Há duas outras grandes teses neste livro: uma delas é a de que a apetência pela conflitualidade resulta, em larga medida, da ideologia conhecida por “crescimentismo” ou, em inglês, *growthism*, que se consubstancia num viés patente num grande número de línguas, viés este detetado originariamente por Michael Halliday para o inglês, em 1990: o de que a gramática do grande equivale à gramática do bom (ou daquilo que “deve” constituir a norma ou padrão). A comprová-lo, confrontem-se, em português (exemplos meus), alguns pares de adjetivos antónimos e os substantivos com que nomeamos tais polaridades: *alto* vs *baixo* (vamos medir a *altura* / **baixura*); *largo* vs *estreito* (vamos medir a *largura* / *?estreiteza*); *comprido* – *curto* (vamos medir o *comprimento* / **curteza*). Este é um viés que está também presente no mote dos jogos olímpicos: *citius*, *altius*, *fortius*. Ao referi-lo, Fill não pretende pôr

em causa o desporto, uma vez que considera que é pela dimensão catártica da atividade desportiva e, por outro lado, pelo cultivo das artes, que se amoretam e desviam as atenções de comportamentos agressivos, muito embora alerte para o perigo das comparações. O livro foi dado à estampa numa altura em que já estava em curso a guerra na Ucrânia, pelo que a ela se refere, de forma lacónica, algumas vezes, criticando a invasão levada a cabo pela Rússia e apontando, no capítulo final (p. 93), a mentalidade crescimentista (aquilo que no capítulo 2 também designa por “stoneageism”), como responsável, quer por levar a NATO a querer induzir a Ucrânia a integrá-la, quer por fazer com que a Rússia pretendesse aumentar a sua influência nos países vizinhos, que há não muito tempo faziam parte da antiga União Soviética (no entanto, acrescente-se que várias tentativas de entrada da Ucrânia na Nato foram sucessivamente recusadas pela própria NATO).

Deriva do seu posicionamento crítico relativamente ao grande o facto de, tal como fez noutros trabalhos, assumir uma ética de defesa daquilo que é pequeno. Não admira, pois, que se sustente em nomes que propuseram ideias análogas, como é o caso de Leopold Kohr ou de E.F. Schuhmacher, este último autor de *Small is beautiful*, um *bestseller* no qual se defendiam as comunidades ou nações pequenas, onde germinariam ideias de bioregionalismo que hoje, com a crise climática e alimentar, vêm de novo ganhando visibilidade. Se o viés que tanto valoriza o grande consolida para Fill uma ideologia deletéria para o meio ambiente e ser humano, o facto é que me parece que esta sua rejeição, permitindo embora, por exemplo, conferir maior saliência epistemológica a seres vivos pequenos em extinção (os insetos polinizadores, contra os quais uma guerra química e mecânica se vem arrastando), não nos ajuda porventura a sustentar argumentativamente a nossa defesa imperativa (evito termos como *luta* ou *combate*) relativamente à poluição por microplásticos, elementos ínfimos que resultam da fragmentação de artefactos de síntese química no meio ambiente, uma situação que vem afetando os solos, os cursos de água e oceanos do planeta, desregulando as cadeias tróficas, e que se transformou numa outra “guerra” gigantesca do ser humano contra os ecossistemas naturais de que dependemos. Portanto, em minha opinião aquilo que é muito pequeno pode, sim, causar danos. Vejam-se, ainda, as

bactérias e os vírus em populações suscetíveis à ocorrência de epidemias ou mesmo de pandemias. Apesar destes contraexemplos, estou certa de que um olhar atento para as chamadas “pequenas coisas da vida”, sabendo celebrá-las sem grandes ambições ou “manias das grandezas”, é uma maneira de nos pacificarmos na nossa relação com o ambiente natural e uns com os outros, e nisso concordo com o autor.

Ora, é com a necessidade deste olhar muito mais atento que termino esta resenha: de facto, outra tese defendida no livro é a da rejeição do pensamento por contrastes, que em muitos casos levaria ao conflito. Eis alguns desses contrastes: “Friend – enemy; peace – war; beauty – ugliness; the good – the bad; man – woman; poverty – wealth; youth – age; truth – lie; courage – cowardice; east – west; small – big; high – low; good – bad; slow – fast; friendly – unfriendly; live – die; love – hate; praise – despise; attack – defend”. Fill chama a atenção para o facto de que entre cada uma destas polaridades há muitos estádios intermédios, a que deveríamos prestar mais atenção: “Love and hate are certainly feelings, emotions or attitudes between which a great number of stages exist, e.g. *affection, attachment, liking, rejection, disapproval, critique* and many others” (p. 37). O autor conclui, logo a seguir, que a ecolinguística pode tornar as pessoas conscientes destas diferentes maneiras de pensar e com isso contribuir para a paz no mundo.

ADELAIDE CHICHORRO FERREIRA

adelaide@fl.uc.pt

Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0009-0004-6424-4036>

(Página deixada propositadamente em branco)

Mediações

As mediações são o objeto central da reflexão e da pesquisa dos *mediologues*, uma corrente de intelectuais e investigadores que procuraram teorizar os processos de produção e de transmissão de culturas. O conceito, um neologismo surgido no livro de Régis Debray, *Le pouvoir intellectuel en France*, e teorizado mais tarde em *Introdução à Mediologia Geral*, pretende entender os processos de materialização das ideias ao longo do tempo, as mudanças operadas pelas tecnologias no campo das ideias e o papel da cultura nos processos de adoção, rejeição e adaptação das tecnologias. Neste sentido, a bicicleta, a estrada, o dinheiro, a fronteira, a nação ou as redes foram alguns objetos de estudo da mediologia que, muito para além dos *media*, se interessa pelas mediações. Para Debray, a mediologia apoia-se no pensamento precursor de vários autores, tais como Victor Hugo, Walter Benjamin, Paul Valéry, Marshall McLuhan, Walter J. Ong, André Leroi-Gourhan, Gilbert Simondon.

Estas breves referências à mediologia não pretendem marcar teoricamente o tema da edição nº 10 da *Biblos* dedicado às Mediações. Consideramos, tão-somente, que a *mediologia* é um bom exemplo da dimensão transdisciplinar e de como podemos tratar e perceber o conceito *Mediações*, ao mesmo tempo que nos dá uma perspectiva profundamente humanista acerca da forma como entendemos que o tema deve ser abordado numa revista de referência da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A preponderância que as tecnologias adquiriram nos diversos domínios da vida nas sociedades contemporâneas puseram em particular evidência a centralidade e complexidade das *Mediações* enquanto processos profundamente humanos. Refletir como esses processos podem ser percebidos nos campos político, social, económico e cultural, religioso, artístico, técnico e tecnológico, é, pois, o desafio que nos propomos realizar ao abrir este espaço de reflexão teórica e crítica.

Colocado assim, as *Mediações* afiguram-se como um vasto campo temático de abordagens, a partir do qual sugerimos os seguintes tópicos.

- Reflexões teóricas sobre o conceito Mediações.
- A política contemporânea e a crítica dos processos de mediação.
- Os desafios do espaço público contemporâneo enquanto crise de mediação.
- Os efeitos sociais das novas formas de mediação tecnológica.
- As transformações dos processos de mediação na educação e na transmissão de valores e de cultura.
- As diferentes formas históricas de perceber a mediação.
- Crises sociais e crise de *mediação*.
- Territórios e mediação.
- Mediação intercultural.
- Mediação e tradução.
- Mediação e diálogos interartísticos.
- Mediação e espaços interlinguísticos.
- *Media* e mediações.
- Sujeitos, objetos e públicos: a arte como mediação.
- Antropologia das imagens e mediação visual.
- Desafios contemporâneos da mediação artística, cultural e patrimonial.

Até 30 de abril de 2024, a Direção de *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* receberá artigos sobre esse tema, através da plataforma Open Journal Systems (<https://impactum-journals.uc.pt/biblos/login>).

Todos os artigos devem seguir as normas redatoriais da revista (<https://impactum-journals.uc.pt/biblos/about/submissions>) e serão submetidos à arbitragem científica de uma comissão formada por especialistas.

A atividade editorial da revista segue o *Código de ética. Guia de boas práticas para editores de revistas da Universidade de Coimbra* (https://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos/politicas_editoriais/index).

Mediations

Mediations are the main object of reflection and research of *mediologues*, a current of intellectuals and researchers aiming to theorize the processes of production and transmission of culture. This concept, a neologism introduced in Régis Debray's book *Le pouvoir intellectuel en France* and later theorized in *Introdução à Mediologia Geral*, attempts to describe the processes of materialization of ideas over time, the changes brought about by technologies in the realm of ideas, and the role of culture in the processes of adoption, rejection, and adaptation of technologies. Hence, bicycles, roads, money, borders, nations, and networks were some of the objects of study of mediology, which goes far beyond the *media* and is also interested in mediations. According to Debray, mediology is based on the thought of several preceding authors such as Victor Hugo, Walter Benjamin, Paul Valéry, Marshall McLuhan, Walter J. Ong, André Leroi-Gourhan, and Gilbert Simondon.

These brief references to mediology are not intended to define the theoretical subject of issue 10 of *Biblos*, which is dedicated to Mediations. We simply believe *mediology* is a good example of the crossdisciplinary dimension and of how we can handle and understand the concept of *Mediations*. At the same time, it gives us a deeply humanistic perspective on how we think the subject should be approached in a reference journal of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra.

The prominence assumed by technologies in the different spheres of life in contemporary societies has highlighted the centrality and complexity of *Mediations* as deeply human processes. Thus, by opening up this space of theoretical and critical reflection, we propose to reflect on how these processes can be understood in the political, social, economic, cultural, religious, artistic, technical, and technological spheres.

In this view, *Mediations* offer a vast thematic field of approaches from which we suggest the following topics.

- Theoretical reflections on the concept of mediations.
- Contemporary politics and the criticism of mediation processes.
- The challenges of the contemporary public space as a mediation crisis.
- The social effects of the new forms of technological mediation.
- The transformations of the mediation processes in education and the transmission of values and culture.
- The different historical ways of understanding mediation.
- Social crises and *mediation* crisis.
- Territories and mediation.
- Intercultural mediation.
- Mediation and translation.
- Mediation and interartistic dialogues.
- Mediation and interlinguistic spaces.
- Media and mediations.
- Subjects, objects, and audiences: art as mediation.
- Anthropology of images and visual mediation.
- Contemporary challenges of artistic, cultural, and heritage mediation.

The editorial board of *Biblos. Journal of the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra* welcomes articles on this subject. These must be submitted through the Open Journal Systems platform (<https://impactum-journals.uc.pt/biblos/login>) before 30 April 2024.

All articles must follow the journal's editorial norms (<https://impactum-journals.uc.pt/biblos/about/submissions>) and will be subjected to scientific refereeing by a committee of experts.

The editorial activity of this journal follows the *Code of Ethics. Guide to best practice for editors of journals of the University of Coimbra* (https://www.uc.pt/fluc/investigacao/biblos/politicas_editoriais/index).

(Página deixada propositadamente em branco)



1 2



9 0



IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS